

Appris
editora



VITOR FRANÇA DIAS OLIVEIRA

A HISTÓRIA DOS GODOS

DAS ORIGENS A ALARICO

Sumário

CAPA

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I

ORIGENS

1.1 Goticismo

1.2 Cassiodoro e Jordanes

1.3 Gética e o mito de origem

1.4 Culturas Wielbark e Cherniacove

1.5 Escandinávia?

1.6 Nomes da literatura romana associados aos godos

1.7 Identidade situacional

CAPÍTULO II

DO BÁLTICO AOS BÁLCÃS

2.1 Guerras Marcomanas e migrações godas

2.2 O Império Romano no século III

2.3 Saque da Histria

2.4 Ostrogoda

2.5 Cniva, Décio e a Batalha de Abrito

2.6 Consequências, trégua e retomada das hostilidades

2.7 Os godos e a pirataria

2.8 Aureliano, Dácia e muralhas

CAPÍTULO III

SOCIEDADE

3.1 Organização política

3.2 Religião

3.3 Economia

3.4 Comitatus e *harjis*

CAPÍTULO IV

GODOS E CONSTANTINOS

4.1 *Interregnum*

- [4.2 Os godos durante a guerra civil de Constantino](#)
- [4.3 Ariarico e Aorico](#)
- [4.4 Geberico](#)
- [4.5 Sucessão imperial](#)
- [4.6 Úlfilas e o arianismo godo](#)
- [4.7 Campanha de Juliano contra os persas](#)
- [4.8 Revolta de Procópio](#)

[CAPÍTULO V](#)

[ATANARICO E ERMANARICO](#)

- [5.1 Primeira campanha de Valente](#)
- [5.2 Segunda campanha de Valente](#)
- [5.3 Perseguição aos cristãos godos](#)
- [5.4 Nicenos, arianos e audianos](#)
- [5.5 Guerra civil tervíngia](#)
- [5.6 Ermanarico e os grutungos](#)
- [5.7 Expansão huna](#)
- [5.8 Travessia do Danúbio](#)

[CAPÍTULO VI](#)

[ADRIANÓPOLIS](#)

- [6.1 Antecedentes da rebelião](#)
- [6.2 Batalha de Marcianópolis](#)
- [6.3 Propagação da revolta](#)
- [6.4 Batalha dos Salgueiros](#)
- [6.5 A revolta se arrasta](#)
- [6.6 Batalha de Adrianópolis](#)
- [6.7 Consequências de Adrianópolis](#)
- [6.8 A retaliação romana](#)

[CAPÍTULO VII](#)

[TEODÓSIO I](#)

- [7.1 Novo imperador, mesma guerra](#)
- [7.2 O *foedus* de 382](#)
- [7.3 Período de 382 a 395](#)
- [7.4 Massacre de Tessalônica](#)
- [7.5 Transformações na sociedade goda](#)

CAPÍTULO VIII

ALARICO

8.1 A ascensão de Alarico

8.2 Alarico revolta-se contra Rufino

8.3 Tribigildo e Gainas

8.4 Primeira invasão de Alarico à Itália

8.5 Radagaiso e o início da desintegração territorial do ocidente

8.6 A ofensiva de Saro, a ameaça de Alarico e a queda de Estilício

8.7 Primeiro cerco de Roma

8.8 Honório e Alarico voltam a negociar

8.9 O segundo cerco de Roma e a elevação de Átalo

8.10 Saque de Roma e morte de Alarico

CAPÍTULO IX

FUNDAÇÃO DO REINO VISIGODO

9.1 Ataulfo e a migração goda para a Gália e Hispânia

9.2 Vália e os *foedera* de 416 e 418

FONTES

1. Literatura

2. Documentos jurídicos

3. Epígrafias

4. Prosopografias

5. Numismática

REFERÊNCIAS

SOBRE O AUTOR

CONTRACAPA

A HISTÓRIA DOS GODOS

DAS ORIGENS A ALARICO

Editora Appris Ltda.
1.^a Edição - Copyright© 2023 dos autores
Direitos de Edição Reservados à Editora Appris Ltda.

Nenhuma parte desta obra poderá ser utilizada indevidamente, sem estar de acordo com a Lei nº 9.610/98. Se incorreções forem encontradas, serão de exclusiva responsabilidade de seus organizadores. Foi realizado o Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional, de acordo com as Leis nºs 10.994, de 14/12/2004, e 12.192, de 14/01/2010.

Catálogo na Fonte
Elaborado por: Josefina A. S. Guedes
Bibliotecária CRB 9/870

O482h - 2023
Oliveira, Vitor França Dias
A história dos godos: das origens a Alarico
[recurso eletrônico]
Vitor França Dias Oliveira.
1. ed. – Curitiba : Appris, 2023.
1 arquivo digital : EPUB (Ciências sociais. Seção história).
Inclui referências.
ISBN 978-65-250-5090-4
1. Godos – História. 2. Tribos Germânicas. 3. Itália – História, Até 476.
I. Título. II. Série.
CDD – 937.09

Livro de acordo com a normalização técnica da ABNT



Editora e Livraria Appris Ltda.
Av. Manoel Ribas, 2265 – Mercês
Curitiba/PR – CEP: 80810-002
Tel. (41) 3156 - 4731
www.editoraappris.com.br
Printed in Brazil
Impresso no Brasil

Vitor França Dias Oliveira

A HISTÓRIA DOS GODOS

DAS ORIGENS A ALARICO

Appris
editora

FICHA TÉCNICA

EDITORIAL Augusto Coelho
Sara C. de Andrade Coelho

COMITÊ EDITORIAL Marli Caetano
Andréa Barbosa Gouveia - UFPR
Edmeire C. Pereira - UFPR
Ireneide da Silva - UFC
Jacques de Lima Ferreira - UP

SUPERVISOR DA PRODUÇÃO Renata Cristina Lopes Miccelli

PRODUÇÃO EDITORIAL Jibril Keddeh

REVISÃO Monalisa Morais Gobetti

DIAGRAMAÇÃO Andrezza Libel

CAPA Lívia Costa

OBRA DA CAPA *The Sack of Rome by the Barbarians in 410* by Joseph-Noël Sylvestre, 1890

COMITÊ CIENTÍFICO DA COLEÇÃO CIÊNCIAS SOCIAIS

DIREÇÃO CIENTÍFICA Fabiano Santos (UERJ-IESP)

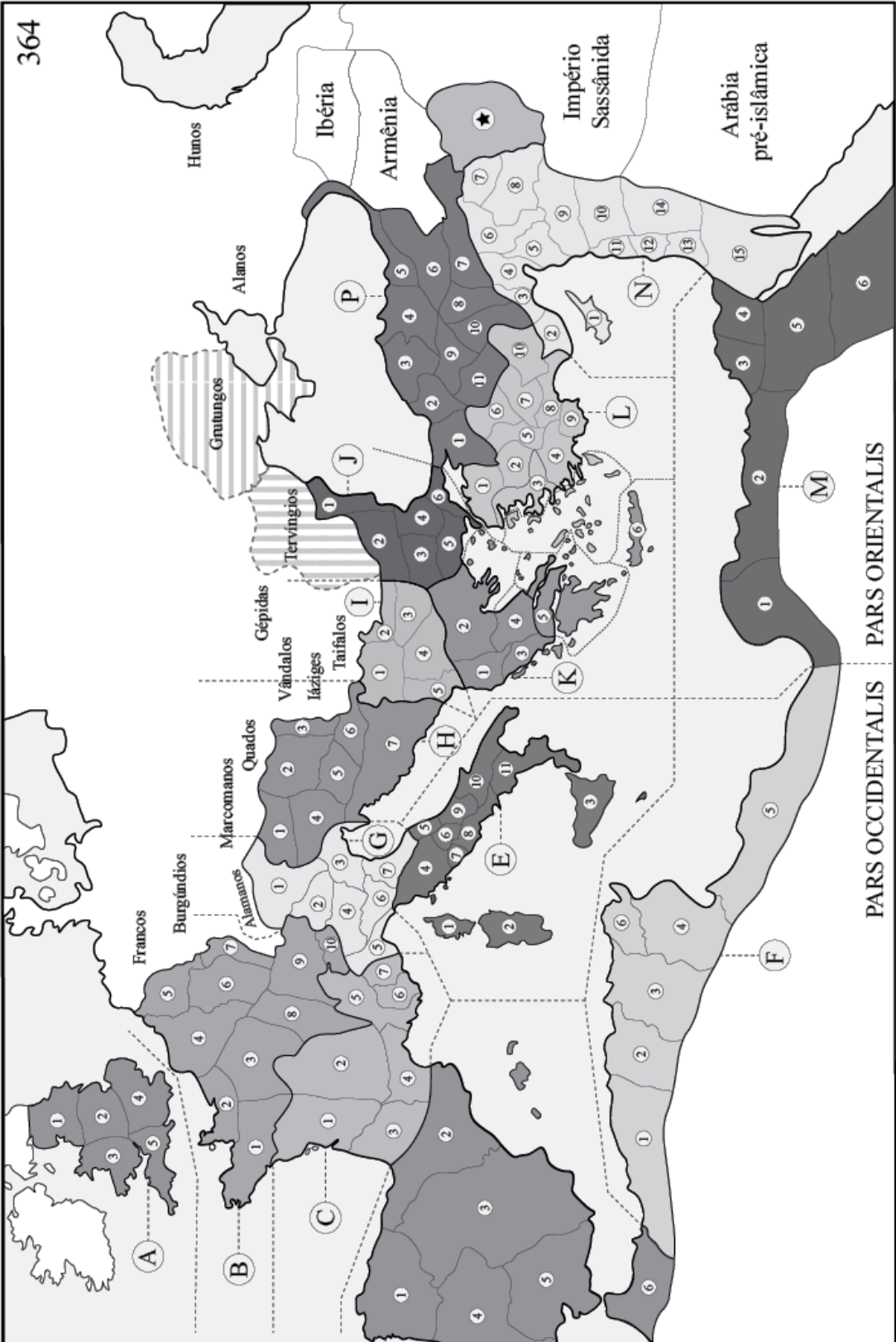
CONSULTORES	Alicia Ferreira Gonçalves (UFPB)	Jordão Horta Nunes (UFG)
	Artur Perrusi (UFPB)	José Henrique Artigas de Godoy (UFPB)
	Carlos Xavier de Azevedo Netto (UFPB)	Josilene Pinheiro Mariz (UFCG)
	Charles Pessanha (UFRJ)	Leticia Andrade (UEMS)
	Flávio Munhoz Sofiati (UFG)	Luiz Gonzaga Teixeira (USP)
	Elisandro Pires Frigo (UFPR-Palotina)	Marcelo Almeida Peloggio (UFC)
	Gabriel Augusto Miranda Setti (UnB)	Maurício Novaes Souza (IF Sudeste-MG)
	Helcimara de Souza Telles (UFMG)	Michelle Sato Frigo (UFPR-Palotina)
	Ireneide Soares da Silva (UFC-UFPI)	Revalino Freitas (UFG)
	João Feres Junior (Uerj)	Simone Wolff (UEL)

Para Ana G., pelos domingos.

*As florestas e pântanos da Germânia estavam repletas de uma raça de bárbaros resistentes, que
desprezavam a vida quando tolhidos da liberdade.*

(Edward Gibbon)

Mapa do Império Romano no ano 364





Prefeitura Pretoriana da Gália

A. Diocese da Britânia

- 1. Britânia II
- 2. Flávia Cesariense
- 3. Valência
- 4. Máxima Cesariense
- 5. Britânia I

B. Diocese da Gália

- 1. Lugdunense III
- 2. Lugdunense II
- 3. Lugdunense IV
- 4. Bélgica II
- 5. Germânia II
- 6. Bélgica I
- 7. Germânia I
- 8. Lugdunense I
- 9. Máxima Sequânia
- 10. Alpes Peninos e Graios

C. Diocese das Sete Províncias (Vienne)

- 1. Aquitânia II
- 2. Aquitânia I
- 3. Aquitânia III (Novempopulânia)
- 4. Narbonense I
- 5. Vienense
- 6. Narbonense II
- 7. Alpes Marítimos

D. Diocese da Hispânia

- 1. Galécia
- 2. Tarraconense
- 3. Cartaginense
- 4. Lusitânia
- 5. Bética
- 6. Mauritânia Tingitana

Prefeitura Pretoriana da Itália

G. Diocese da Itália Anonária

- 1. Récia II
- 2. Récia I
- 3. Veneza e Histria
- 4. Líguria
- 5. Alpes Cócios
- 6. Emilia
- 7. Flaminia e Piceno Anonário

E. Diocese da Itália Suburbicária

- 1. Córsega
- 2. Sardenha
- 3. Sicília
- 4. Túscia e Úmbria
- 5. Piceno
- 6. Valéria Suburbicária
- 7. Cidade de Roma
- 8. Campânia
- 9. Sânnio
- 10. Apúlia e Calábria
- 11. Lucânia e Brúcio

F. Diocese da África

- 1. Mauritânia Cesariense
- 2. Mauritânia Sitifense
- 3. Numídia
- 4. Bizacena
- 5. Tripolitânia
- 6. África Proconsular (Zeugitana)

H. Diocese da Panônia

- 1. Nórica Ripense
- 2. Panônia I
- 3. Panônia Valéria
- 4. Nórica Mediterrânea
- 5. Panônia Sávaia
- 6. Panônia II
- 7. Dalmácia

Prefeitura Pretoriana da Ilíria

I. Diocese da Dácia

- 1. Mésia I
- 2. Dácia Ripense
- 3. Dácia Mediterrânea
- 4. Dardânia
- 5. Prevalitana

K. Diocese da Macedônia

- 1. Novo Epiro
- 2. Macedônia II (Salutar)
- 3. Velho Epiro
- 4. Tessália
- 5. Acaia

Prefeitura Pretoriana do Oriente

J. Diocese da Trácia

- 1. Mésia II
- 2. Cítia Menor
- 3. Trácia
- 4. Ilérimonto
- 5. Europa

L. Diocese da Ásia

- 1. Helesponto
- 2. Lídia
- 3. Ásia
- 4. Cária
- 5. Frigia II (Pacaciana)
- 6. Frigia I (Salutar)
- 7. Pisídia
- 8. Panfília
- 9. Lícia

N. Diocese do Oriente

- 1. Chipre
- 2. Isáuria
- 3. Cilícia I
- 4. Cilícia II
- 5. Síria I
- 6. Eufratense
- 7. Mesopotâmia
- 8. Osroena
- 9. Síria Salutar
- 10. Fenícia Libanense
- 11. Fenícia
- 12. Palestina II
- 13. Palestina I
- 14. Arábia
- 15. Palestina III (Salutar)

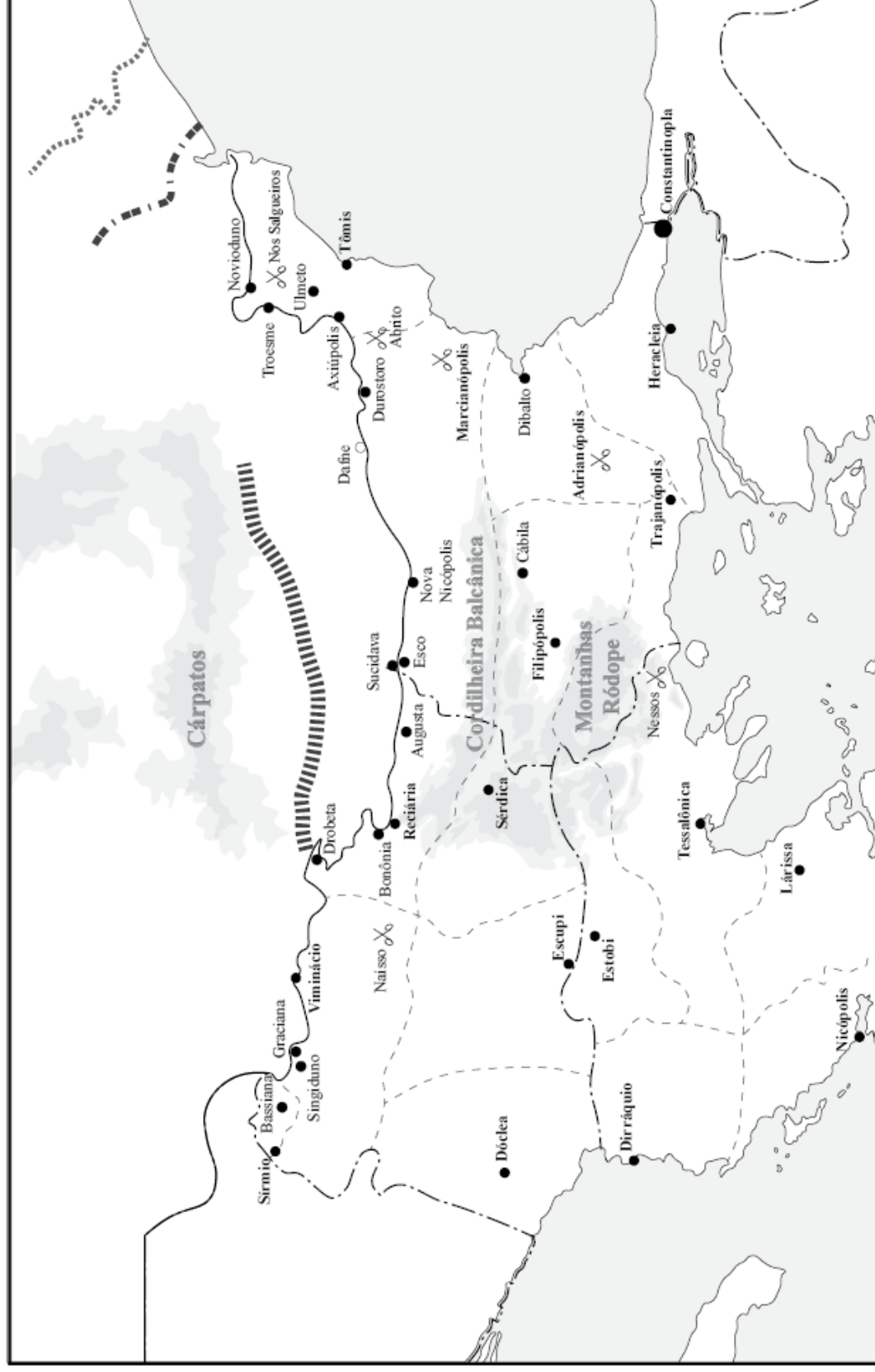
P. Diocese do Ponto

- 1. Bitínia
- 2. Honória
- 3. Paflagônia
- 4. Helenoponto
- 5. Ponto Polemoniaco
- 6. Arménia Maior
- 7. Arménia II
- 8. Capadócia I
- 9. Galácia I
- 10. Capadócia II
- 11. Galácia II (Salutar)

M. Diocese do Egito

- 1. Líbia Superior
- 2. Líbia Inferior
- 3. Egito
- 4. Augustâmica
- 5. Arcádia
- 6. Tebaida

★ Territórios cedidos pelos romanos aos persas pelo Tratado de Nisibis (363).

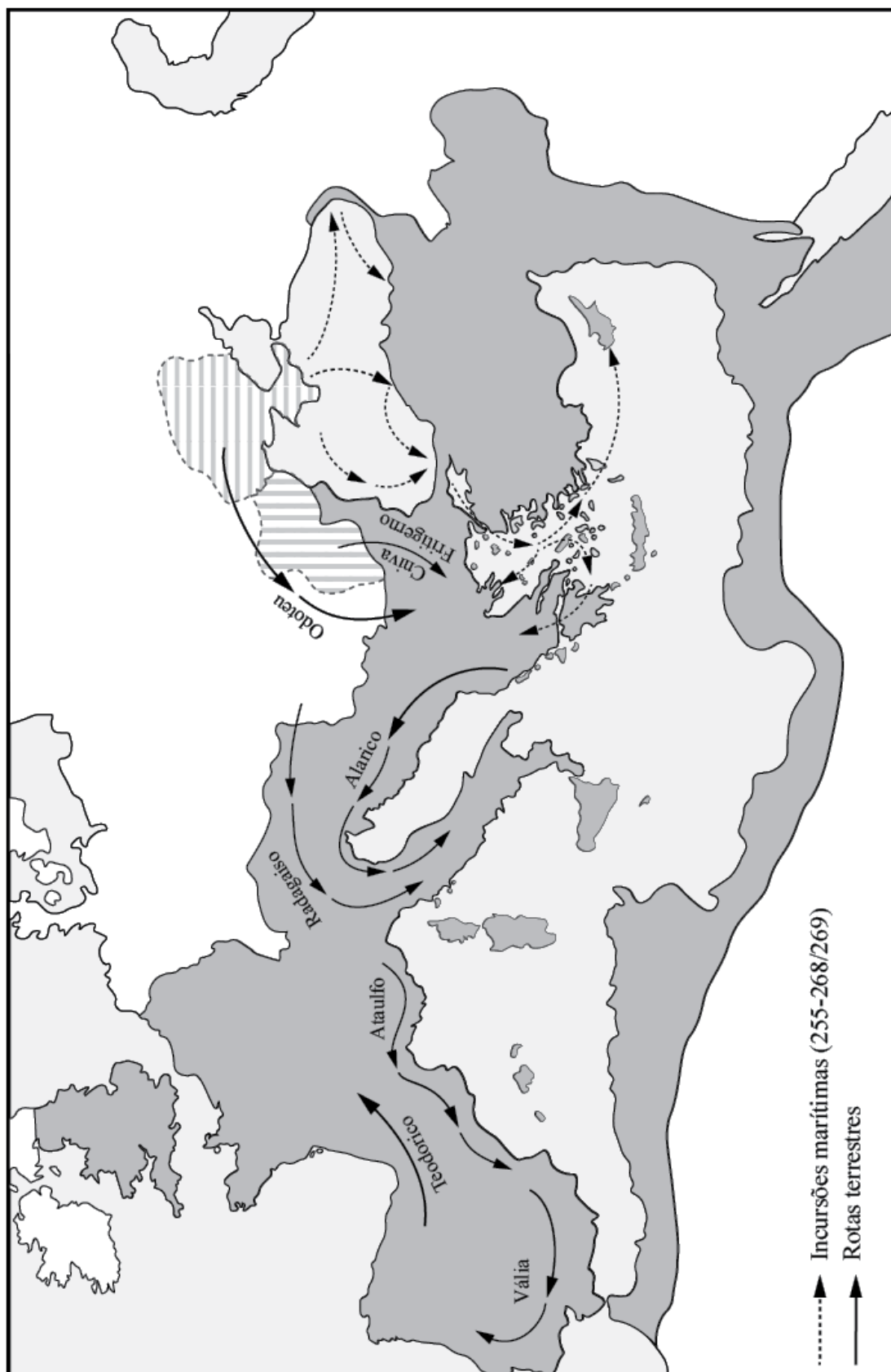


||||| Paredes de Constantino

--- Suposta posição da linha de defesa de Atanarico

..... Suposta posição da linha de defesa de Alateu e Safrax

Mapa dos principais deslocamentos godos (séculos III a V)





PREFÁCIO

Este livro é o resultado de um esforço de reunião da pulverizada história dos godos, um dos principais povos germânicos envolvidos nas invasões bárbaras dos séculos III, IV e V, senão o maior deles. Entre os assuntos que serão abordados está o Saque de Roma de 410, conduzido pelo famoso rei godo Alarico, talvez o evento mais conhecido da história gótica; mas o leitor também irá se inteirar da série de trajetórias dos chefes tervíngios e grutungos que o antecederam, como Berig, Filímero, Ostrogoda, Cniva, Ermanarico, Atanarico e Fritigerno. O objetivo foi estabelecer, dentro do possível, uma narrativa factual e linear desde os primórdios — vale dizer, da formação de uma identidade coletiva capaz de ser realmente etiquetada como “goda” ou “gótica” — ao momento de fundação do primeiro reino gótico sucessor do Império Romano: o Reino Visigodo de Tolosa. Portanto, em linhas gerais, o livro abarca acontecimentos do século I ao ano 418. Diz-se “dentro do possível”, pois não raro as fontes são tão vagas, contraditórias ou simplesmente inexistentes, que não autorizam o preenchimento de lacunas. Não bastasse, quase tudo o que se conhece da história dos godos não passa de um reflexo da história dos romanos.

Grosso modo, o trabalho pode ser dividido em duas partes, cada uma correspondendo a um período diferente. A primeira e menor delas, voltada para o intervalo compreendido entre o século I e meados do III (1-250), dedica-se às origens. Sim, “origens”, no plural, pois investiga as diversas propostas que buscam delimitar no tempo e no espaço o que poderia ser considerado o “nascimento” dos godos, seu surgimento enquanto povo distinto. Como o leitor poderá constatar, essa fase embrionária é contada e recontada como uma verdadeira saga de migrações do Báltico para os Bálcãs. *Gética*, uma importante obra da literatura romana escrita por Jordanes, um historiador de ascendência mista (goda e romana) do século VI, serve como ponto de partida. Porém as principais fontes para o período estão na arqueologia, sobretudo considerando que os godos foram um povo ágrafo — que não desenvolveu uma linguagem escrita mais sofisticada, como as de gregos, romanos e outros tantos povos da Antiguidade. Nas últimas décadas, avanços significativos foram feitos no campo da arqueologia de assentamentos

e até da genética, os quais permitem identificar com maior clareza percursos migratórios e aspectos particulares à cultura goda, elementos que nos trazem novas luzes sobre o tema. Essa primeira parte se encerra quando os sucessivos movimentos migratórios das tribos godas alcançam territórios situados na margem norte do baixo Danúbio, nos Bálcãs, momento em que se instalam nas fronteiras do Império Romano. Portanto, até então, fala-se de uma época pré-romana, de contatos inexistentes — ou, quando muito, extremamente limitados — com os romanos.

Por outro lado, a segunda e maior parte do trabalho compreende o intervalo entre a chegada dessas tribos aos Bálcãs, quando se tornam a maior das ameaças para os romanos na região, e a fundação propriamente dita do Reino de Tolosa, abrangendo eventos da segunda metade do século III ao início do V (250-418). Será examinado o processo de interação entre godos e romanos nas fronteiras e dentro do próprio império, assim como o aparecimento de um novo ator na arena geopolítica da Eurásia que abalou os mundos de godos e romanos: os hunos. Pressionados pela rápida expansão hunica, as tribos godas fogem para o império, onde são admitidas pelo imperador Valente. Isso inicia uma nova fase na história desses povos — uma fase marcada pela conversão em massa dos godos ao cristianismo, pela barbarização do exército imperial e pela presença cada vez mais ativa de personalidades godas na política romana. Dentro do império, os momentos de turbulência com os romanos assumem uma nova roupagem; os godos deixam de lutar apenas por subsídios e butins, querem agora melhorar sua posição de poder na corte e no exército dos romanos. Oscilando entre momentos de guerras e alianças, presenciam a derrocada da porção ocidental do império e fundam seu próprio reino no sul da França, depois na Espanha.

Para a segunda parte, as principais fontes disponíveis para o historiador consistem em registros escritos produzidos no império. Como durante muitas dessas décadas os godos habitaram diferentes áreas das províncias, na margem sul do Danúbio, compartilhando com os romanos os mesmos espaços enquanto viviam a “romanização”, a arqueologia assume uma posição secundária. Isso porque se tornou difícil, para não dizer impossível, identificar os artefatos encontrados como pertencentes a godos ou romanos. No entanto, encontramos uma vasta gama de informações na literatura, sobretudo em autores como Déxipo, Amiano Marcelino, Zósimo, Osório e Filostórgio, mas

também em documentos jurídicos e epigráficos variados. Com o passar das décadas, os dados disponíveis aumentam exponencialmente em número e qualidade; não só os godos aparecem com maior frequência nos textos, como os relatos se tornam mais claros e minuciosos. Se por um lado isso autoriza a reconstrução de acontecimentos históricos com maior nível de detalhamento, por outro implica uma perspectiva estritamente romana — logo, externa — para a história dos godos. Afinal, os escritores do império naturalmente voltaram sua atenção às relações romano-góticas, à série de guerras e alianças que ora distanciaram, ora aproximaram os dois povos. Pouco disseram sobre as dinâmicas internas à sociedade goda — economia e instituições —, menos ainda sobre as interações mantidas pelos godos com outros povos germânicos ou sármatas vizinhos.

Assim, o que *A história dos Godos: das origens a Alarico* se propõe a realizar é reunir as peças sobreviventes de um quebra-cabeça cuja maior parte se perdeu no tempo. Uma tentativa de resgatar o máximo possível da saga de um povo.

Prof.^a Dr.^a Maria Regina Cândido

*Coordenadora do Núcleo de Estudos da Antiguidade da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NEA-Uerj)*

ABREVIATURAS

a.E.C.	antes da Era Comum
AE	<i>L'Année Épigraphique</i>
AM	Amiano Marcelino
BP	<i>Buzandaran Patmut'iwkn'</i>
Brev. Hist. Rom.	<i>Breviarium Historiae Romanae</i>
Brev. Rer. Gest. Pop. Rom.	<i>Breviarium Rerum Gestarum Populi Romani</i>
CIL	<i>Corpus Inscriptionum Latinarum</i>
Cod. Vind.	<i>Codex Vindobonensis</i>
Cons. Const.	<i>Consularia Constantinopolitana</i>
Chron. Pasch.	<i>Chronicon Paschale</i>
CTh	<i>Codex Theodosianus</i>
DIRL	<i>Danube–Iller–Rhine Limes</i>
EFVOW	<i>Epistula de Fide, Vita et Obitu Wulfilae</i>
EH	<i>Epitome Historiarum</i>
Ep	<i>Epistula</i>
Ep. Chron.	<i>Epitoma Chronicon</i>
Ep. de Caes.	<i>Epitome de Caesaribus</i>
Fr	Fragmento
Geo.	<i>Geographia</i>
Get.	<i>Gética</i>
HE	<i>Historia Ecclesiastica</i>
Hist. Ad. Pag.	<i>Historiae Adversus Paganus</i>
Hist. Aug.	<i>Historia Augusta</i>
Hist. de Reg. Got., Vand. et Suev.	<i>Historia de Regibus Gothorum, Vandalorum et Suevorum</i>

ICUR	<i>Inscriptiones Christianae Urbis Romae</i>
IG	<i>Inscriptiones Graecae</i>
ILS	<i>Inscriptiones Latinae Selectae</i>
ILCV	<i>Inscriptiones Latinae Christianae Veteres</i>
NH	<i>Naturalis Historia</i>
Or.	<i>Oratio</i>
Origo Const. Imp.	<i>Origo Constantini Imperatoris</i>
Passio	<i>Passio Sancti Sabbae Gothi</i>
PIR	<i>Prosopographia Imperii Romani</i>
PLRE	<i>Prosography of the Later Roman Empire</i>
RIC	<i>Roman Imperial Coinage</i>
SB	<i>Sammelbuch griechischen urkunden aus Ägypten</i>
Vit. Const.	<i>Vita Constantini</i>

TÁBUA CRONOLÓGICA

10/20-160	Expansão da cultura Wielbark sobre a Pomerânia (Wielbark-Lubowidz).
160-220/230	Expansão da cultura Wielbark até o noroeste da Ucrânia (Wielbark-Cecele).
230-370/400	Expansão da cultura Cherniacove sobre o norte do Mar Negro.
208	Presença de tropas auxiliares godas no <i>limes arabicus</i> (front romano-sassânida).
238	Saque da Histria.
242	Tropas auxiliares godas participam da Batalha de Misiche.
245-249(≅)	Ofensiva de Ostrogoda contra o império; guerra godo-gépida.
250-251	Ofensiva de Cniva contra o império.
251	Batalha de Abrito.
253-254	Ofensiva goda contra Tessalônica; reconstrução das muralhas de Atenas.
255-268/269(≅)	Incursões marítimas godas pelo Mar Negro; godos destroem o templo da deusa Diana (Ártemis) em Éfeso.
271	Campanha de Aureliano contra Canabaldo.
323	Constantino combate Rausimodo na Mésia e Trácia.
324	Alica apoia Licínio na Batalha de Crisópolis.
325	Primeiro Concílio de Niceia.
332	<i>foedus</i> de Constantino com Ariarico; início da paz de 30 anos (332/334-365).
334	Ofensiva de Geberico contra sármatas e vândalos.
340-350(≅)	Campanhas missionárias de Úlfilas; primeira perseguição aos cristãos godos.
365-366	Revolta de Procópio.
367-369	Campanhas de Valente pela Gótia.
370-372(≅)	Segunda perseguição aos cristãos godos (Atanarico).
(?-376)	Reinado de Ermanarico.
372-376(≅)	Guerra civil tervíngia (Atanarico contra Fritigerno).
375-376(≅)	Expansão huna atinge os territórios grutungos e tervíngios.

376	Travessia do Danúbio; revolta dos grupos assentados; Batalha de Marcianópolis.
377	Batalha dos Salgueiros.
378	Batalha de Adrianópolis.
380	Batalha de Tessalônica; <i>foedus</i> de Graciano com Alateu e Safrax.
381	Teodósio I recebe Atanarico em Constantinopla.
382	<i>foedus</i> de Teodósio I com o sucessor de Fritigerno(?).
386	Tentativa de travessia do Danúbio de Odoteu.
387-388	Selenas envolve-se na disputa entre os bispos Marino e Doroteu.
(?-391)	Revolta goda nas províncias da Macedônia e Tessália.
392-403/407(≅)	Teótimo realiza trabalhos missionários junto aos hunos.
395	Alarico revolta-se contra Rufino.
396	Estilício combate Alarico na Grécia.
397	<i>foedus</i> de Arcádio (Eutrópio) com Alarico.
399	Revolta de Tribigildo e Gainas.
401-402	Alarico invade a Itália.
405/406(≅)	Radagaiso invade a Itália.
407-408	Ofensiva de Saro contra Constantino III.
408	Primeiro cerco de Alarico a Roma.
409	Segundo cerco de Alarico a Roma.
410	Saque de Roma; morte de Alarico.
412	Ataulfo avança sobre a Gália; morte de Saro.
415	Sigerico sucede Ataulfo; Vália sucede Sigerico.
416	Primeiro <i>foedus</i> de Vália; guerra contra vândalos e alanos (416-418).
418	Segundo <i>foedus</i> de Vália.

LISTA DE IMAGENS

[Mapa do Império Romano no ano 364](#)

[Mapa dos Bálcãs](#)

[Mapa dos principais deslocamentos godos \(séculos III a V\)](#)

[*Os godos cruzam um rio*, pintura de Évariste Vital Luminais](#)

[Evolução das culturas materiais Wielbark e Cherniacove](#)

[Línguas germânicas](#)

[Códice Argênteo](#)

[*Gizur desafia os hunos*, pintura de Peter Nicolai Arbo](#)

[Evolução da Batalha de Adrianópolis](#)

[*O Curso do Império – Destruição*, pintura de Thomas Cole \(1833-1836\)](#)

[*Ataulfo, rei dos visigodos*, pintura de Raimundo Madrazo \(1858\)](#)

INTRODUÇÃO

Comecemos nossa jornada pelo início: a etnogênese gótica. Mas, afinal, o que é *etnogênese*? Construída a partir da junção de duas palavras gregas, *ethnos* (ἔθνος) e *genesis* (γένεσις), traduzíveis grosso modo como “população” e “origem”, respectivamente, etnogênese designa o processo de surgimento de um novo grupo social cuja coesão é assegurada por uma identidade particular. Em outras palavras, cuida do processo por meio do qual um conjunto maior ou menor de indivíduos passa a se perceber e ser percebido por terceiros como um povo diferente, como um povo novo. Suas questões são campo de estudo da etnografia, área de especialidade da antropologia cultural; mais precisamente da etno-história, quando seu objeto de investigação corresponde a algum grupo étnico que desapareceu no tempo e que, em razão disso, só pode ser estudado por meio de fontes históricas. É o caso dos godos. Examinaremos como a academia tem posicionado no tempo e no espaço o surgimento do que poderíamos chamar de uma “identidade gótica”, respondendo assim às perguntas “quando” e “onde” os godos emergiram como um corpo coletivo próprio entre as tribos germânicas.

Muito antes dos trabalhos de Friedrich Müller, escritos no século XVIII e tidos como precursores do estudo etnográfico, gregos e romanos da Antiguidade já escreviam sobre povos estrangeiros conferindo especial ênfase no registro dos territórios onde habitavam e de informações sobre seus diferentes costumes. Em *Histórias*, Heródoto fala sobre persas, citas e inúmeros outros grupos tendo como base o que presenciou nas suas viagens pelo mundo e os relatos de terceiros com os quais interagiu nessas andanças. Ao escrever *Comentários Sobre a Guerra Gálica* como um panfleto para divulgar suas façanhas militares na Gália, Júlio César tece uma série de observações sobre os gauleses; classifica-os em subgrupos menores e descreve um conjunto de tradições, crenças e práticas próprias das gentes da Gália do século I a.E.C.. Sobretudo a partir da larga expansão territorial da República Romana que se seguiu à Segunda Guerra Púnica (218-201 a.E.C.) com Cartago, eruditos nos mais variados assuntos passaram a acompanhar os generais romanos em campanhas com a tarefa de catalogar dados sobre o terreno e os povos por onde o exército passava. Prisioneiros de guerra de diferentes nacionalidades,

especialmente os cativos gregos, conhecidos como os mais cultos dos povos conquistados, eram levados à Itália, onde escreviam textos semelhantes, a exemplo de Alexandre, o Polímata. Forçado a se mudar para Roma, Alexandre, um grego escravizado durante as Guerras Mitridáticas¹, escreveu na capital dos romanos uma série de livros sobre o Egito, a Bitínia e a Ilíria². Mas, sem sombra de dúvidas, entre os grandes expoentes da etnografia antiga está Tácito, que em dois trabalhos escritos no século I, intitulados *Agrícola* e *Germânia*, faz um minucioso retrato dos povos da Britânia pré-romana e das tribos germânicas. É a segunda dessas obras que nos interessa para o estudo dos godos.

Tácito qualifica as tribos germânicas como *indigenae*, isto é, como autóctones ou nativas da vasta área compreendida entre os rios Reno, Danúbio (*Ister*, em latim) e Elba, região que os romanos conheciam como a “terra dos bárbaros” — em latim, o *barbaricum*. E diz acreditar que seguiram com o “sangue puro” pelo menos até a segunda metade do século I, quando escreveu o texto, por não terem se misturado a outros grupos por meio de guerras ou alianças, “por não terem se infectado em casamentos com outros povos”³. “Quem desejaria se mudar da Ásia, África ou Itália para a Germânia e suas terras inóspitas, seu céu áspero e seu aspecto melancólico?”, questiona-se intrigado⁴. Desse modo, na visão de Tácito, as tribos germânicas teriam surgido e permanecido na Europa Central, onde continuaram isoladas de outros povos. Porém, em uma outra afirmação visivelmente contraditória com essa premissa, o próprio autor faz uma vaga e curiosa menção à possibilidade de terem chegado à Europa Central por migrações, e haveriam chegado, conta-nos, não por terra, mas por barcos. Teriam atravessado o “oceano existente além das costas da Germânia”, águas inacessíveis aos navios romanos⁵. Com esse comentário, Tácito levanta a hipótese de que as tribos germânicas, ou pelo menos parte delas, possam ter aportado no continente europeu cruzando o Mar Báltico, suposição que coincide justamente com a de nossa principal fonte sobre a origem dos godos: Jordanes. Para Jordanes, os godos apareceram pela primeira vez em uma distante ilha da Escandinávia chamada Scandza e, algum tempo depois, transpuseram o Báltico em um primeiro grande movimento de massa, aí sim passando a ocupar os arredores da foz do rio Vístula, atual Polônia.

Os godos não são mencionados na lista das 14 tribos identificadas por Tácito como germânicas, pelo menos não com o nome pelo qual ficariam

conhecidos, os *gothi*. Essa ausência não pode passar despercebida. Voltaremos à lista de Tácito, mas por ora fiquemos com a informação de que a omissão pode ser compreendida como um forte indicativo de que os romanos nada sabiam sobre os godos durante o século I, de que não eram conhecidos no entorno da Bacia Mediterrânea. Apesar de Jordanes e outros historiadores terem se empenhado para reconstruir o remoto passado godo, os romanos só começaram a assimilá-los como um povo distinto em meados do século III, quando os sucessivos movimentos migratórios godos bateram nas portas das fronteiras do império no baixo Danúbio. É nesse momento que duas grandes confederações de tribos godas, os tervíngios (*tervingi*) e os grutungos (*greutunghi*), passaram a habitar territórios situados entre os Cárpatos e os arredores do Mar de Azove, hoje porção significativa da Romênia e do extremo sul da Rússia e da Ucrânia, margeando as províncias romanas da Mésia e da Trácia. É nesse contexto que não só se estabelecem as primeiras interações diplomáticas e comerciais entre godos e romanos, como também se dão os primeiros conflitos militares entre os dois povos. Esses grupos migrantes que se aproximavam do império não possuíam um sistema de escrita sofisticado como o dos seus novos vizinhos romanos; quando muito, utilizavam variações de alfabetos rúnicos bastante rudimentares para a anotação de magias e feitiços. Logo, devemos ter em mente que os primeiros godos não deixaram composições escritas sobre sua própria história. Quase todo o conhecimento que possuímos sobre eles advém da literatura produzida dentro dos limites do império, da “interpretação romana” (*interpretatio romana*), e grande parte desse material foi elaborado por autores não contemporâneos dos acontecimentos que historiaram. Dizendo de outra maneira: o que temos é quase sempre uma narrativa enviesada, contaminada pelos preconceitos e pela limitada compreensão dos romanos.

Como dissemos, nesse estágio inicial de contato, os romanos levaram algum tempo para compreender que as tribos que chegavam eram povos diferentes daqueles que tradicionalmente habitavam a margem norte do rio. Essa percepção foi sendo construída gradativamente nas décadas seguintes, na virada do século III para o IV. Por os godos terem se instalado em localidades que eram até então entendidas por gregos e romanos como a Cítia, morada histórica de grupos seminômádicos citas e sármatas, os primeiros textos romanos se referiam a eles simplesmente como “citas” (*schytiae*) ou por

terminologias genéricas como “bárbaros” (*barbari*). É nesse período que o general⁶ e historiador ateniense Déxipo — cuja obra sobreviveu aos nossos dias apenas por pequenos fragmentos ou indiretamente pelos escritos de Zósimo, que o teve como uma de suas principais fontes — relata as dificuldades que enfrentou para organizar uma milícia de resistência contra os ataques de uma grande horda cita durante as décadas de 250 e 260⁷. Apesar de chamados de citas, essa é uma das primeiras menções aos godos na literatura romana. A associação aos citas, justificável do ponto de vista geográfico por terem ocupado os mesmos territórios, embora em épocas distintas, permaneceu presente no imaginário romano e medieval ainda que de maneira inconsciente. Em *História Contra os Pagãos*, obra da literatura católica do século IV que fazia uma comparação entre o passado pagão e o presente cristão, Osório conclui anacronicamente que os citas eram uma grande gente composta por elementos alanos, hunos e godos⁸. A categorização de alanos e hunos como citas parte do mesmo equívoco interpretativo de adotar apenas o critério geográfico como referência — todos esses grupos étnicos habitaram o entorno do Mar Negro —, desconsiderando que as ocupações se deram em períodos não coincidentes uns com os outros. As famosas amazonas, que na mitologia grega formavam uma nação de valentes mulheres guerreiras que lutavam montadas sobre os lombos de grandes cavalos, identificadas por Heródoto como citas e sármatas, acabaram sendo conectadas por Osório às mulheres godas⁹. Na historiografia judaico-romana, Josefo defende a teoria de que Magog, personagem bíblico mencionado no livro de Gênesis como filho de Jafé e neto de Noé, seria o ancestral dos citas, o que fez com que Isidoro de Sevilha sugerisse no século VII serem os godos também descendentes de Magog¹⁰. Portanto, não estranhe o leitor as conexões entre godos e citas.

Se por um lado nossa principal fonte primária sobre a origem dos godos — Jordanes — embasou seus escritos nos textos perdidos de Cassiodoro e na memória oral transmitida por eles de geração para geração, por outro não podemos desconsiderar que Cassiodoro, como a maioria dos escritores romanos, tampouco foi contemporâneo aos eventos que historiou. Igualmente, não podemos ignorar que uma característica marcante da memória oral, sobretudo se estamos falando de povos antigos, é sua progressiva corrupção com o passar do tempo, seja ela intencional ou não. Como ocorre com outros povos da Antiguidade, o que temos para os godos é uma memória oral

extremamente fragmentária e carregada de componentes mítico-lendários. Por isso não podemos tomar a narrativa de origem de Jordanes em sua literalidade, nem simplesmente descartá-la como algo sem utilidade, mas adotá-la como um ponto de partida. Qual o contexto em que foi redigida? Em que medida a pesquisa arqueológica corrobora ou não as épocas e regiões indicadas pelo autor? É possível extrair algum resquício de realidade dos mitos e lendas? Essas são algumas questões que buscaremos responder. Porém, antes de entrarmos nesses debates, precisamos compreender como o tema — passado remoto dos godos — acabou recebendo um enfoque político, tornando-se peça delicada de discursos nacionalistas empregados por diferentes nações como argumento falacioso de legitimação do poder ou de pretensões territoriais. Sobretudo entre os séculos XVI e XVII, premissas geográficas e filológicas foram reiteradamente deturpadas por Estados europeus para respaldar reivindicações de autoidentificação com determinados povos da Antiguidade e do Medievo, dando origem a narrativas que tentavam resgatar um suposto legado étnico ou pelo menos linguístico. No caso dos godos, queriam para si o prestígio que envolvia o nome daqueles que entraram para a História como os grandes responsáveis pela destruição do Império Romano. Essa busca por conexões a qualquer custo com base em falsas percepções de continuidade histórica acabou sendo responsável por contaminar os primeiros estudos acadêmicos com uma carga ideológica que, evidentemente, não deveriam ter.

¹Três guerras travadas entre Roma e o Reino do Ponto durante o século I a.E.C. Recebeu esse nome em razão de Mitridates IV, rei do Ponto. A vitória de Pompeu sobre Mitridates IV no terceiro e último desses conflitos (73-63 a.E.C.) consolidou a supremacia romana sobre a Anatólia e assegurou que a Armênia se tornasse um reino aliado.

²WOOLF, Greg. *Tales of the Barbarians – Ethnography and Empire in the Roman West*. Sussex: Wiley-Blackwell, 2011. p. 59-60.

³“[...] *Germaniae populos nullis aliarum nationum conubiis infectos propriam*” (Tácio *Germania* 1-4).

⁴“[...] *nec terra olim, sed classibus advehebantur*” (Tácio *Germania* 1-4).

⁵*Ibidem*.

⁶Embora um militar romano, é frequentemente referido pelas fontes como *basileus*, título grego com sentido genérico de general ou comandante.

⁷*Codex Vindobonensis Hist. Gr.* 73.

⁸Osório *Hist. Ad. Pag.* 7.34.5.

⁹WOLFRAM, Herwing. *History of The Goths*. Berkeley: University of California Press, 1990. p. 28-29.

¹⁰Isidoro de Sevilha *Hist. de Reg. Got., Vand. et Suev.* 1 e 66.

CAPÍTULO I

ORIGENS

1.1 Goticismo

As tentativas de apropriação da história goda receberam o nome de *goticismo*. O incidente que pode ser considerado o precursor ocorreu em 1434, durante o Concílio de Basileia (1431-1445), evento convocado pelo papa Martinho V. Do ponto de vista institucional, a Igreja Católica vivia um período conturbado, marcado pela progressiva fragilidade da autoridade papal à medida que o movimento conciliarista ganhava força. Pressionado pela base, o papa designava sucessivos concílios para tomada de decisões sobre os mais variados assuntos, na prática delegando seu poder de deliberação para os bispos. A própria escolha da cidade eleita para sediar o concílio, Basileia, fora dos territórios administrados pelo próprio papa ou pelos monarcas católicos do Sacro Império Romano-Germânico, França e Aragão — que em tese poderiam exercer alguma influência sobre os procedimentos —, havia sido uma primeira derrota política para Martinho V. No início dos trabalhos, instaurou-se uma querela entre os delegados castelhanos e os ingleses pelo assento nas cadeiras de maior prestígio, e no debate que se seguiu os castelhanos reivindicaram precedência ao argumento de que eram um povo mais antigo, herdeiros diretos dos visigodos que dominaram a Península Ibérica até a primeira metade do século VIII. Nicolau de Ragualdo, bispo sueco e representante do monarca Érico da Pomerânia — rei da Suécia, Noruega e Dinamarca —, tomou a palavra para rebatê-los. Explicou que a literatura antiga era clara ao apontar a Escandinávia como a primeira morada dos godos. Logo, se algum povo moderno poderia fazer reivindicação dessa natureza, eram os escandinavos. O discurso de Ragualdo não convenceu os ouvintes, mas pouco a pouco foi absorvido pelo folclore sueco, e é talvez sob sua ingerência que o rei Cristóvão da Baviera fez constar na Lei das Terras de 1442 que a Suécia se dividia em duas grandes regiões, uma delas batizada de Göta em clara referência aos godos¹¹.

Publicada em Roma no ano 1554, *História dos Godos e Suecos*, de Johannes

Magnus, último arcebispo católico da Suécia, consolidou a associação entre godos e suecos.

No Sacro Império Romano-Germânico do século XVI, Wolfgang Lazius, geógrafo, humanista e médico pessoal do imperador Fernando I, da Casa de Habsburgo, consequentemente inserido na folha de pagamentos da família imperial, escreveu um estudo intitulado *Das Gentes e suas Migrações*, no qual analisou os movimentos migratórios de vários povos, com destaque para os godos. Na obra, Lazius aceita a premissa estabelecida por Jordanes de que os godos surgiram na Scandza, mas faz questão de ressaltar que a Escandinávia seria parte integrante do “mundo germânico”, e por dois motivos: primeiro, porque a literatura antiga tratava as duas regiões como pertencentes ao mesmo universo do *barbaricum*; segundo, porque do ponto de vista filológico, os dialetos alemães e escandinavos seriam tão próximos, que qualquer tentativa de distinção resultaria inevitavelmente em fracasso. Sobre as migrações godas propriamente ditas, reconstruiu a sequência de deslocamentos por uma larga área da Europa Central, em especial pelos territórios que compunham o sudeste do Sacro Império. Nomes de cidades compostas com as partículas *göt-* e *gut-* foram utilizados como evidências incontestes da passagem dos godos, a exemplo das cidades de Guttenberg e Gutensteyn, na Boêmia, e Gotha, na Silésia. As conclusões forçam uma coincidência entre as terras supostamente ocupadas pelos godos e as então controladas pelos habsburgos à época do trabalho. Para mais, Lazius também traçou uma genealogia que conecta os antigos chefes godos aos habsburgos, ignorando os monarcas suecos, em uma linha de continuidade que segue dos últimos reis visigodos ao imperador Charles V, antecessor de Fernando I¹².

A Reforma Protestante dividiu a Europa e arrastou praticamente todas as nações europeias para o confronto aberto. Ao longo da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) e por trás dos combates, protestantes suecos e católicos habsburgos deram continuidade à guerra ideológica em que disputavam a herança da cultura gótica. Do lado sueco, a propaganda foi conduzida pessoalmente por Carlos IX e por Gustavo II Adolfo, seu sucessor, que se apresentavam como verdadeiros reis godos. À cerimônia de 1617, em que foi coroado, Gustavo II Adolfo compareceu ao evento vestido como Berig, lendário rei godo de Jordanes responsável por liderar a travessia dos godos pelo Báltico. Em 1630, antes de cruzar ele mesmo o Báltico em campanha,

proferiu um discurso caloroso exortando seus vassalos a emularem as glórias dos antepassados godos. Na Batalha de Praga de 1648, os suecos aproveitaram a oportunidade para tomar como butim de guerra o Códice Argênteo, conjunto de manuscritos bíblicos escritos no século VI na língua gótica, nos moldes da primeira tradução do grego para o gótico realizada pelo bispo Úlfilas ainda no século IV, e que até então compunha o acervo da biblioteca pessoal do imperador habsburgo Rodolfo II. A retórica sueca elevou-se a ponto de o naturalista e historiador Olof Rudbeck defender no tratado que batizou de *Atlântida* que a Suécia era o berço não só da cultura gótica, mas de toda a cultura ocidental, a ilha perdida de Platão. No Sacro Império, Wagner Von Wagenfels, o historiador da corte, resgatou a narrativa medieval de que os godos seriam descendentes de Noé, como contraponto ao discurso sueco pautado na Scandza. Até aceitaria compartilhar parte do passado godo com os vizinhos protestantes, mas não o sensível tema das origens. Von Wagenfels então propôs que Gomer — que aqui aparece como um estranho substituto de Magog — deixou sua tribo na Ásia Menor e partiu para o oeste até encontrar o Danúbio. Seguindo o curso do rio, alcançou o Reno e reorientou sua trajetória para o norte, quando finalmente chegou na Scandza. Posta a história nesses termos, o ancestral dos godos passa primeiro pelo Sacro Império para só depois chegar à Suécia¹³. O imperador Fernando II evocava ainda a conversão do rei visigodo Recaredo I ao catolicismo e o fato de que outro ramo dos habsburgos reinava sobre a Península Ibérica, antiga morada dos visigodos¹⁴.

A propósito, os discursos de suecos e habsburgos se apropriavam de elementos não só do passado godo, mas também do romano, e isso sem que esses dois ângulos fossem vistos como minimamente antagônicos, contraditórios. Isso vale em especial para o Sacro Império Romano-Germânico, cujos imperadores defendiam sua legitimidade para governar com base na *translatio imperii*, a noção de que eram sucessores diretos dos antigos imperadores romanos. Durante a Grande Guerra Turca (1683-1699), série de conflitos militares que se arrastaram por mais de 15 anos, por meio dos quais o Império Otomano tentava forçar uma expansão para o ocidente e que teve como principal palco das batalhas o Reino da Hungria e a Áustria, então sob domínio do Sacro Império e dos habsburgos, o rei da Polônia e grão-duque da Lituânia João III Sobieski foi aclamado como uma versão gótica do deus da guerra, Marte, ao sair em socorro dos aliados católicos e conseguir derrotar os

turcos em 1683, compelindo-os a abandonarem o cerco de Viena. O sucesso pôs fim ao esforço otomano de conquista de novos territórios europeus e conteve a propagação do Islã sobre o ocidente¹⁵. A referência feita ao monarca polonês seguia a mesma linha de raciocínio: os godos haviam ocupado regiões da Polônia em um passado distante. Nesse caso, a vinculação é ainda mais pitoresca, pois, embora sejam habitantes da Europa Central, do ponto de vista étnico os poloneses são um povo eslavo, não germânico. Os eslavos chegaram à Polônia por volta do século VII, muito depois de as tribos godas se retirarem da região. Quando muito, os poloneses costumam conectar seu passado aos sármatas, não aos godos.

No início do século XIX, o romantismo alemão resgatou temas voltados para histórias de povos heróicos e grandes façanhas militares, colocando o paganismo germânico primitivo e a mitologia nórdica mais uma vez na pauta do dia, e, nessa toada, o goticismo ganhou novo vigor. Em meio às Guerras Napoleônicas, a Suécia escolheu violar o bloqueio continental imposto por Napoleão sobre a Inglaterra e continuou comercializando com os ingleses, o que acabou por colocá-la em rota de colisão com o Império Russo, até então alinhado aos franceses. Nas batalhas que se seguiram, perdeu o controle da Finlândia e das ilhas Alanda. A resposta cultural sueca ao desastre foi dada por um grupo de estudantes e escritores de Upsália, que em 1811 fundaram a Sociedade Gótica (*Götiska Förbundet*) para promover valores nacionais e reaquecer o espírito patriótico. Imersas no romantismo, as publicações da organização resgatavam tanto a herança gótica como os mitos nórdicos, tendo como um de seus maiores representantes o poeta Esaias Tegnér¹⁶. Ainda hoje podemos observar no brasão de armas da Suécia o emblema das três coroas (*tre kronor*), cada uma simbolizando um reino diferente: o Reino dos Suecos, o Reino dos Wends¹⁷ e finalmente o Reino dos Godos.

Na Alemanha, até mesmo um tipo específico de letra chamado Fraktur acabou sendo relacionado aos godos, embora nenhuma evidência corrobore essa conclusão, e foi renomeado de “escrita germânica/gótica”. Em um passado mais recente, Hitler descartou o uso dessa escrita considerando que em verdade suas origens estavam relacionadas a cartas judaicas de Schwabacher. Porém o regime nazista também utilizou os godos para conferir alguma espécie de legitimidade às suas pretensões expansionistas sobre o Leste Europeu durante a 2ª Guerra Mundial. As alegações seguiam uma linha de

raciocínio semelhante: como povo germânico da Antiguidade, os godos seriam presumivelmente ancestrais dos alemães. Podemos perceber facilmente esse discurso pelo fato de que, à medida que o exército alemão — *Wehrmacht* — avançava sobre regiões que foram historicamente habitadas pelos godos, o regime substituíu os nomes das cidades ocupadas por outros que invocavam referências góticas. A cidade portuária de Gdynia, na Polônia, foi rebatizada em 1939 como *Gotenhafen*, algo como “Porto Gótico” em uma tradução literal. Uma vez conquistada a Península da Crimeia dos soviéticos, Simferopol tornou-se *Gotenburg* nas mãos do Terceiro Reich, a “Cidade Gótica”. Da mesma maneira, Sevastopol, local de grande importância estratégica por sediar uma base naval que assegura o acesso ao Mar Negro, teve o seu nome alterado para *Theodorichhafen*, o “Porto de Teodorico”, uma alusão ao rei ostrogodo Teodorico, o Grande¹⁸.

Wolfram é enfático ao dizer que “[...] a história dos godos não é parte da história do povo alemão e certamente não é parte da história de alemães em outros países”. E acrescenta: “Hoje ninguém pode se vangloriar seriamente de ser descendente deles (dos godos), [...] porque em nenhum lugar da Europa eles se tornaram uma nação, mas foram dissolvidos na queda dos seus reinos a um mito acessível a qualquer um”¹⁹. Embora tradicionalmente classifiquemos godos, vândalos, hérulos e outros povos como germânicos, até porque os próprios autores da Antiguidade utilizavam essa nomenclatura, não podemos falar em alemães antes do Medievo, mais precisamente antes que a porção oriental do Reino Franco se desmembrasse para formar o Reino da Alemanha, que não muito depois comporia o núcleo do Sacro Império²⁰. A crítica de Wolfram, válida não só para os alemães, mas para todos os povos europeus que tentaram se apropriar da história dos godos, contesta a validade desses discursos de continuísmo histórico; isso porque os godos se dispersaram em meio a outras gentes após a queda dos Reinos Ostrogodo e Visigodo nos séculos VI e VIII, encerrando o sentimento de identidade coletiva comum²¹ e impedindo o estabelecimento de uma sequência linear entre eles e qualquer outro povo que tenha sobrevivido do Medievo para a Modernidade. Em analogia, seria o mesmo que os turcos se declararem herdeiros dos romanos por ocuparem territórios dos Bálcãs e da Ásia Menor, que durante a Antiguidade foram possessões do Império Romano do Oriente. Veremos no decorrer deste livro que os godos habitaram uma série de diferentes regiões que hoje

correspondem a uma multitude de países, nomeadamente a Suécia, Polónia, Rússia, Ucrânia, Romênia, Itália, França e Espanha, o que não nos permite concluir que suecos, poloneses, russos, ucranianos, romenos, italianos, franceses ou espanhóis sejam seus descendentes. Não existem vínculos étnicos, culturais ou mesmo linguísticos para ampararem reivindicações dessa espécie.

1.2 Cassiodoro e Jordanes

Como já sabemos, a maior parte do conhecimento que possuímos sobre os godos diz respeito a períodos posteriores à chegada dos movimentos migratórios godos às regiões do baixo Danúbio e do entorno do Mar de Azove em meados do século III. A invasão de uma hoste bárbara aparentemente desconhecida no ano 238 à Histria, cidade da província da Cítia Menor situada na costa do Mar Negro, acabou sendo creditada a eles. Mais de uma década depois desse primeiro episódio, ressurgiriam em uma série de novas incursões pela Trácia nos anos 250 e 251, mas dessa vez despertaram a atenção das autoridades em Roma. Afinal, não só capturaram Filipópolis, importante centro urbano dos Bálcãs, como venceram o exército imperial conduzido pessoalmente pelo imperador Décio e seu filho, Herênio Etrusco, na Batalha de Abrito. Agravando a situação, o imperador e seu filho morreram em combate. A desastrosa derrota romana em Abrito era o prelúdio da série de conflitos que eclodiriam entre godos e romanos nos séculos seguintes. Da literatura anterior ao século III extraímos apenas vagas menções a tribos que podem ou não estar associadas aos godos, como os *gotones*, e sobre elas também pouco sabemos. Quando muito, essas referências nos permitem especular se os godos podem ter participado de outros eventos que nos são mais bem conhecidos, como as Guerras Marcomanas.

Mas existe uma obra em particular, embora escrita muito tempo depois, que aborda a história goda anterior ao século III. *Das Origens e Feitos dos Godos* (*De Origine Actibusque Getarum*)²², mais conhecida apenas como *Gética*, de Jordanes, retrata a saga gótica desde suas origens até o início da década de 550, quando foi publicada. Ao lado de *A Guerra dos Judeus* e *Antiguidades Judaicas*, ambas do historiador Flávio Josefo, *Gética* é uma das raríssimas obras da literatura romana que tiveram como tema a história de um povo estrangeiro. Muitos autores dos períodos republicano e imperial escreveram sobre outros povos, como mencionamos ser o caso de Tácito, mas em regra esses textos se

limitaram a comentários do que era observado em determinado momento, não tinham a pretensão de reconstituir as histórias dessas gentes. E, é claro, eram quase sempre redigidos a partir de uma perspectiva estritamente romana e, consequentemente, estereotipada. Escrevia-se sobre os romanos e, por tabela, sobre os povos bárbaros. Jordanes e Josefo representam um ponto de inflexão. Certamente inspirados por suas ascendências mistas — o primeiro um godo-romano e o segundo um judeu-romano, dois “bárbaros romanizados” —, procuraram romper o preconceito da sociedade romana e escreveram sobre seus antepassados com olhares mais abertos e empáticos. O foco de suas obras não era os romanos, mas godos e judeus.

Não conhecemos os antepassados de Jordanes, mas o autor apresenta alguns comentários sobre eles em *Gética*. Logo no início do texto, o historiador refere-se aos godos como “nossos ancestrais” (*maiores nostri*)²³, e ao concluí-lo afirma que seguiu fielmente os escritos dos seus “predecessores” (*scito me maiorum secutum scripta*) e que ligou suas próprias origens à raça sobre a qual escreveu²⁴. Em outra passagem, diz que seu avô Paria, pai de seu pai, Amute, serviu como secretário (*notarius*) na corte de um chefe alano (*dux Alanorum*) chamado Candaco. Ele próprio, Jordanes, teria trabalhado como secretário de Guntigo Baza, sobrinho de Candaco e mestre dos soldados (*magister militum*) do Reino Ostrogodo, antes de se converter ao cristianismo²⁵. Originalmente os alanos eram um povo nômádico do Cáucaso que acabou sendo expulso de suas terras na década de 370 durante a expansão hunica. Muitos alanos se tornaram vassalos dos hunos, mas outros grupos migraram em fuga para o ocidente e se misturaram a vândalos, suevos ou godos. O chefe alano indicado por Jordanes provavelmente coincide com o personagem de mesmo nome que Teodorico encarregou de proteger (*tuitio*), um certo Crispiano²⁶. Assim, liderava um bando associado aos ostrogodos. Consideradas em conjunto, essas informações indicam que Jordanes possuía ascendência goda ou pelo menos alana do lado paterno.

Jordanes não oferece pistas sobre o seu local de nascimento, mas sabemos que em algum momento se mudou para Constantinopla e de lá escreveu suas duas obras-primas, *Gética* e *Romana*. Se na primeira delas narrou a história dos godos, na segunda contou a dos romanos. Em que pese terem sido escritos em Constantinopla, os manuscritos foram redigidos no latim tardio, não no grego, o que pode ser visto como um sinal de que o autor teria nascido em alguma

cidade do antigo Império Romano do Ocidente, talvez no próprio Reino Ostrogodo. Diferente do latim clássico de literatos como Cícero e Virgílio, marcado pela rigidez gramatical e por estilos altamente polidos, rebuscados, restritos a uma aristocracia bem educada, o latim tardio representa uma fase mais vulgar da língua latina e compatível com a oralidade. À medida que o império se expandia por todas as direções, conquistando povos de outras línguas, o latim absorvia elementos da fala comum e dos diversos dialetos locais, tornava-se uma língua mais aberta, fluida, mais simples de ser dominada. E também menos preocupada com regras sintáticas. Curiosamente, o próprio Jordanes se define como *agrammatus*²⁷, ou seja, como um não erudito na arte da escrita, e foi alvo de muitas críticas pela sua redação descompromissada. No entanto, em defesa do autor é preciso que compreendamos que o latim era provavelmente sua segunda ou terceira língua. Por residir em Constantinopla, presumivelmente falava o grego, e considerando suas origens e o fato de ter servido como secretário de um chefe alano, possivelmente possuía algum domínio da língua goda²⁸.

A primeira problemática de *Gética* reside em identificar as fontes utilizadas por Jordanes para apurar seu grau de confiabilidade. Logo no prefácio o autor afirma que a produção da obra decorreu de um pedido feito por Castálio para que interrompesse o projeto de *Romana* e “resumissem com suas próprias palavras” um outro trabalho²⁹. Esse outro trabalho era o conjunto de livros de Cassiodoro Senador, seus *Doze Livros Sobre as Coisas e Feitos dos Godos* (*Libri XII De Rebus Gestis Gothorum*), escritos na década de 530, cerca de 20 anos antes. Sobre Castálio e as razões que o motivaram a pedir a síntese de Jordanes nada sabemos, mas a informação nos revela como o próprio autor apresenta sua obra — como uma versão condensada de outra. Isso nos remete naturalmente a outras perguntas: quem foi Cassiodoro e o que escreveu? Diferentemente de Jordanes, cuja biografia nos é largamente desconhecida, Flávio Magno Aurélio Cassiodoro Senador foi um importante personagem na corte do rei ostrogodo Teodorico, e por isso o conhecemos com maior profundidade. Sua família era de Brútio, extremo sul da Península Itálica, hoje região da Calábria, e ele mesmo nasceu na cidade entre 485 e 490. Seu pai serviu como prefeito pretoriano³⁰ do rei ostrogodo, e Cassiodoro iniciou sua vida pública acompanhando-o como *consiliarius*, uma espécie de assessor. Aos poucos escalou a hierarquia da administração civil ocupando os cargos de questor do

palácio sagrado³¹, cônsul e mestre dos ofícios³². Nos anos 530 serviu como prefeito pretoriano de Atalarico, Teodato e Vitiges, sucessores de Teodorico. Como mestre dos ofícios, Cassiodoro sucedeu a Boécio, um dos maiores filósofos de seu tempo, acusado de conspirar contra o regime ostrogodo³³.

Seus *Doze Livros* se perderam no tempo, mas pelo que conhecemos deles por intermédio do resumo de Jordanes, é altamente provável que a obra tenha sido comissionada por Teodorico como um instrumento de propaganda. Em uma rápida leitura de *Gética* percebemos não só uma tentativa de valorização geral da história dos godos, mas também um particular esforço de enaltecimento da dinastia dos Amalos, da qual o monarca era membro³⁴. Desde a década de 470, quando serviu ao imperador Zenão como comandante bárbaro aliado, Teodorico sempre manteve uma relação ambígua com Constantinopla, que variava entre períodos de hostilidades e alianças. Apesar de ter implantado o que era de fato um reino gótico na Itália depois de derrotar Odoacro³⁵, inclusive assumindo para si a titulação de “rei” (*rex*) e estabelecendo um governo visivelmente independente, por muito tempo tentou manter a imagem de que era somente um vice-rei subordinado ao imperador romano. Esse conturbado cenário político culminou na eclosão das Guerras Góticas (535-554), parte das guerras de reconquista de Justiniano I nas quais o imperador buscava retomar os territórios perdidos do ocidente, sua *renovatio imperii*, e que resultaram na completa destruição do Reino Ostrogodo no ano 553. Cassiodoro escreveu *Doze Livros* nesse ambiente de rivalidade entre as cortes de Ravena e Constantinopla e é de supor que o principal objetivo da obra tenha sido colocar os ostrogodos em uma posição de proeminência pelo menos equivalente à dos romanos do oriente. Afinal, seus inimigos eram os herdeiros do que havia restado do glorioso Império Romano.

Não obstante a afirmação feita por Jordanes, a suposta utilização de *Doze Livros* como base para *Gética* está envolta em controvérsias. Se por um lado o autor reconhece que o texto é apenas uma versão condensada de uma obra maior, por outro informa que não possuía uma cópia do trabalho de Cassiodoro ao escrever o que qualificou como apenas um resumo. Diz que somente havia feito uma rápida releitura dela em alguma ocasião anterior (*relego antehac*), quando recebeu os manuscritos originais de um criado (*dispensator*) de Cassiodoro por um curtíssimo empréstimo de três dias³⁶. Escreveu de acordo com o que lembrava. Embora Cassiodoro também

morasse em Constantinopla desde 537 ou 538, depois de encerrar seus trabalhos na corte ostrogoda para se dedicar a estudos religiosos, provavelmente não existiam cópias disponíveis na cidade para consulta durante a década de 550, até porque dificilmente uma narrativa que exortava os derrotados ostrogodos seria bem recebida na capital de Justiniano I³⁷. Mas Jordanes vai além, ressalta que naturalmente não se recordava das palavras empregadas por Cassiodoro (*verba non recolo*), mas que havia gravado na memória o sentido geral dos textos e procurou se manter fiel a ele, acrescentando uma introdução, uma conclusão e “*muitas coisas de sua autoria*”³⁸.

Conquanto pese a favor de Jordanes o fato de reconhecer que apenas resumiu outro trabalho, o autor é frequentemente acusado de plágio, inclusive por Theodor Mommsen³⁹. Um estudo publicado em 2010 pelo professor do departamento de linguística da Universidade de Gante, Bélgica, Giovanbattista Galdi, concluiu que 80% do texto de *Romana* corresponde a cópias literais de *Compêndio da História Romana*, obra do historiador e poeta do século II Lúcio Aneu Floro⁴⁰. *Romana* certamente não é *Gética*, e não possuímos os originais de Cassiodoro para realizar essa mesma análise comparativa, mas o estudo reforça o estilo de escrita de Jordanes. No entanto, se o que o autor nos diz sobre o curto período em que teve os livros de Cassiodoro à disposição para consulta for verdade, dificilmente *Gética* deve ser considerada só uma síntese e menos ainda uma cópia. Em apenas três dias, Jordanes poderia no máximo ter realizado um registro superficial dos acontecimentos que julgou mais relevantes nos 12 volumes de Cassiodoro, descartando a grande maioria das informações classificadas como secundárias, muitas talvez descartadas por falta de tempo⁴¹. Como se não bastasse, *Gética* apresenta um tom apaziguador provavelmente particular a Jordanes. Podemos percebê-lo, por exemplo, quando o autor comenta incidentes que aconteceram durante a década de 550, posteriores aos *Doze Livros* de Cassiodoro. Por exemplo, um de seus últimos comentários trata do casamento entre Matesunta, viúva do rei ostrogodo Vitiges, levada pelo general romano Belissário a Constantinopla, com Germano, primo do imperador Justiniano I, união essa que resultou no nascimento de um filho também chamado Germano⁴². Jordanes confere muita ênfase ao episódio, utilizando-o inclusive como fechamento de *Gética*, em um nítido esforço para um encerramento que unisse godos e romanos. Juntavam-se assim duas famílias aristocráticas importantes, uma ostrogoda e outra

romana, os Amalos e os Anícia — uma clara tentativa de selar uma espécie de trégua final, uma pacificação dos seus próprios conflitos internos como um romano de origens godas. Desse modo, Jordanes herda de Cassiodoro a tentativa de classicização da história dos godos e de enaltecimento da linhagem real ostrogoda, mas imprime no texto uma nuance conciliatória que provavelmente não existia no trabalho que lhe serviu de base.

Em três comentários isolados de *Gética*, Jordanes informa que também utilizou como referência os escritos de Ablávio, um segundo historiador que avalia como um “*reconhecido descritor da gente goda*” (*descriptor gothorum gentis egregius*). Conhecemos Ablávio somente por intermédio desses comentários esparsos, nenhuma obra de sua autoria sobreviveu à modernidade, e considerando que todas essas três citações são feitas em meio a anotações relacionadas à indicação de regiões e tribos da Cítia, é possível que fosse um historiador ou geógrafo romano do século V ou VI com especial interesse nos povos das estepes euroasiáticas, incluindo os citas e sármatas para além dos godos⁴³. Apesar dessas menções a Ablávio, a principal fonte de Jordanes parece ter sido realmente Cassiodoro. Disso nos deparamos com outra problemática: quais as fontes utilizadas pelo próprio Cassiodoro para escrever sobre os godos?

Imerso na corte ostrogoda, presume-se que o mestre dos ofícios de Teodorico tenha aproveitado o acesso direto aos membros da nobreza gótica para registrar as histórias passadas de geração para geração, a memória oral. Uma passagem de *Gética* corrobora essa suspeita. Ao comentar a saga de Filímero, rei que teria conduzido os godos da Polônia para o entorno do Mar Negro em uma segunda grande migração, Jordanes diz que a história era tema de várias músicas populares (*carmina prisca*). “[...] É geralmente lembrada em antigas canções, que são cantadas quase como uma narrativa histórica”, observa⁴⁴. Se a oralidade nos permite um certo nível de contato com os próprios protagonistas da história, por outro lado nos exige uma dose extra de cuidado. Pesquisas realizadas em grupos não letrados africanos podem ser tomadas como parâmetro. Esses estudos concluíram que as tradições transmitidas pela fala, quando não acompanhadas por alguma espécie de registro escrito, e sobretudo quando remontam a períodos que superam a existência de uma pessoa, chegam como um produto fragmentário e deturpado. Constatou-se, por exemplo, que a memória de uma tribo se mantém relativamente

preservada sobre a região ocupada antes da última migração, não mais que isso. Para passados mais remotos, quando muito podemos extrair generalizações e histórias individuais particulares que nos oferecem um retrato parcial e simplificado de um cenário mais amplo e complexo. Quanto mais distante o passado, maior a tendência de que a narrativa seja contaminada com elementos de fantasia, em um esforço para que as lacunas sejam preenchidas. Considerando essas premissas, Goffart afirma que a memória dos visigodos no início do século V poderia no máximo alcançar seus lares nos Bálcãs por volta de 395; a dos ostrogodos no século VI, aos seus assentamentos na Panônia e nos Bálcãs entre 454 e 488⁴⁵. Quando novas elites ganham proeminência dentro de uma sociedade, a história do grupo pode sofrer uma drástica remodelação para justificar a alteração da ordem, a inversão do status quo. Laços familiares são levantados para vincular a atual liderança aos ancestrais comuns e eventos mais recentes são reinterpretados para conferir uma imagem mais favorável à ascensão ao poder⁴⁶. Cassiodoro pode ter sido o grande responsável por materializar uma virada dessa dimensão para os godos. Ao conciliar a mitologia germânica com a tradição literária e histórica romana, o autor tentava construir não só uma ponte com Constantinopla, mas outra entre a minoria ostrogoda governante e seus súditos, uma população esmagadoramente romana que habitava a Península Itálica antes da chegada dos godos.

Um curto comentário feito por Cassiodoro em outra obra, *Várias Cartas*, tem sido compreendido como um sinal de que o autor também se valeu de fontes escritas como subsídio para seus *Doze Livros*. Cassiodoro transcreve uma suposta mensagem dirigida pelo rei ostrogodo Atalarico ao Senado, na qual comunicava sua indicação para o cargo de prefeito pretoriano. Jamais saberemos se a transcrição respeitou fielmente a mensagem original expedida pelo rei ou mesmo se ela realmente existiu; não podemos descartar a possibilidade de que o próprio Cassiodoro possa ter fabricado seu conteúdo como uma maneira de enaltecer sua biografia pessoal. Entretanto qualquer que seja o caso, a informação apresentada permanece útil como indício de que tenha utilizado fontes escritas para embasar sua saga gótica. Na mensagem, Atalarico diz que seu novo prefeito pretoriano se dedicou ao estudo da “*nossa antiga linhagem*” (*antiqua prosapies nostra*) e que “*aprendeu pela leitura o conhecimento que as antigas canções de nossos ancestrais retinham*”⁴⁷. Um trecho

nos chama a atenção: aprendeu pela leitura. A referência é vaga, imprecisa, mas sugestiva de que algum material escrito tenha sido consultado. Como nenhum outro trabalho sobre os godos anterior ao século VI chegou à atualidade, ficamos no campo da especulação.

Feitas essas considerações, tenhamos em conta as seguintes premissas antes de seguirmos com a exposição do mito de origem apresentado em *Gética*: (a) a principal fonte de Jordanes foi Cassiodoro, mas o autor teve acesso ao material que utilizou como base somente por um curtíssimo período de três dias, e por isso dificilmente *Gética* pode ser considerada uma reprodução autêntica de *Doze Livros*, tampouco um resumo; (b) não conhecemos as fontes que o próprio Cassiodoro utilizou para embasar seus trabalhos, porém é possível que, para além de algum material escrito pontual, ele tenha resgatado a memória oral a partir de um contato direto com membros da elite ostrogoda de seu tempo; (c) considerando a reduzida confiabilidade da memória oral, pulverizada e corrompida com o tempo, em última análise as fontes de nossa principal fonte podem ser classificadas como frágeis, para dizer o mínimo; (d) e por fim e não menos importante, tanto Cassiodoro como Jordanes provavelmente incorporaram às suas narrativas discursos ideológicos que serviram como fator de corrupção da já corrompida história dos godos.

1.3 *Gética* e o mito de origem

Gética tem claramente a história dos godos como tema central, mas Jordanes inicia o texto com uma exposição relativamente extensa da geografia de sua época. Fala sobre como os cartógrafos dividiam o mundo em Europa, Ásia e África e menciona uma série de ilhas, incluindo a Scandza, “*de onde meu conto deve começar*”, pontua. Em seguida, quando se pensa que o autor enfim introduzirá os godos, dedica um segundo capítulo para tratar da Britânia. Tece observações sobre a invasão de Júlio César e as tribos britânicas, como os caledônios e os meatas⁴⁸. Nenhuma conexão direta pode ser estabelecida entre os godos e a Britânia ou seus povos, a não ser por um breve comentário feito em *Guerras Góticas* por Procópio de Cesareia, historiador romano da corte de Justiniano I (527-565). Segundo Procópio, durante as negociações entabuladas entre romanos e ostrogodos em 538, os últimos dispuseram-se a entregar a Sicília para encerrar o conflito. Como contraproposta, Belissário disse aos emissários do inimigo que aceitaria que os ostrogodos vivessem na Britânia,

uma histórica possessão romana, apesar de à época Constantinopla não mais exercer qualquer espécie de autoridade sobre a ilha⁴⁹. Era uma proposta absurda. É possível que o episódio tenha repercutido na capital do império ou mesmo que ao escrever sobre a Britânia — ou até a Scandza — Jordanes tenha buscado elaborar alguma espécie de legitimação para uma possível relocação territorial dos ostrogodos, caso fossem obrigados a abandonar a Itália pelos romanos⁵⁰. Isso explicaria o fato de dedicar um capítulo inteiro à ilha, que aparentemente não guarda relação com o assunto principal da obra. Seja como for, depois de concluir essas digressões iniciais finalmente começa a discorrer sobre os godos. Assim inicia:

Os godos se recordam de partir outrora dessa ilha Scandza, uma fábrica de povos ou certamente um nascedouro de nações, sob a liderança do rei de nome Berig. Assim que desembarcaram de seus barcos e colocaram os pés em terra, imediatamente deram à região o seu próprio nome. E até hoje o local é conhecido como Gothiscandza. Não tardou para de lá se moverem para a morada dos ulmerúgios, que habitavam as margens do Oceano, onde montaram acampamento e os combateram, expulsando-os de suas terras. Em seguida subjugaram seus vizinhos, os vândalos, acrescentando novas vitórias. No entanto, quando sua população começou a crescer vertiginosamente e Filímero, filho de Gadarico, se tornou rei – cerca do quinto rei desde Berig –, ele se sentou no conselho e decidiu que deveriam se deslocar para outra localidade com suas famílias. Em busca de locais próximos para moradas apropriadas chegaram às terras da Cítia, à qual chamavam Oium em sua língua, onde se deslumbraram com as grandes riquezas do país. Conta-se que quando metade do exército havia alcançado a região cruzando uma ponte, esta colapsou de modo irreparável, impedindo que os que a haviam cruzado retornassem. Isso porque o local, segundo dizem, é circundado por um abismo aquoso e por um pântano, obstáculos da natureza que transformaram a travessia uma tarefa impossível. De fato, alguns conferem credibilidade às histórias de viajantes segundo os quais ainda é possível escutar mugidos de gado a uma longa distância e sinais de homens. Esta parte dos godos que cruzou o rio com Filímero no país de Oium tomou posse da terra desejada, e sem demora se depararam com a raça dos espalos, os quais combateram e obtiveram vitória. Depois os vitoriosos se apressaram para locais mais distantes da Cítia que são próximos ao mar de Ponto. Esta história é geralmente contada em seus antigos cantos quase em forma de narrativa histórica.⁵¹

Como podemos perceber, não há uma preocupação em explicar como exatamente os godos surgiram, isto é, em examinar o fenômeno por meio do qual vários indivíduos isolados teriam iniciado uma vivência coletiva e construído uma identidade própria. Mas essas não eram questões dos tempos de *Gética*. Dissemos que a etnografia grego-romana, se é que assim podemos chamá-la pela falta de rigor científico, limitava-se quase sempre à catalogação de povos estrangeiros e à indicação dos territórios onde habitavam e dos seus

costumes. Em outras palavras, tratava-se de uma análise meramente descritiva, não existia uma preocupação voltada para a compreensão dos processos em si. O desenvolvimento de metodologias etnográficas e teorias antropológicas só ocorre com maior ênfase a partir do século XX, muitos séculos depois de Cassiodoro e Jordanes, sobretudo depois de *Argonautas do Pacífico Ocidental*, trabalho do antropólogo polonês Bronislaw Malinowski publicado em 1922.

O mito de origem de Jordanes é uma saga de migrações. Sendo mais preciso, de duas grandes migrações. Seguindo a sequência cronológica apresentada pelo autor, primeiro os godos surgiram em uma ilha chamada Scandza — por vezes, Scandia —, descrita em outro comentário de *Gética* como uma larga porção de terra situada no “oceano ártico” (*oceani arctoi*), que conta com uma configuração que se assemelha ao de uma folha de cedro, com lados opostos que se estreitam até formarem uma ponta comum⁵². Sobre sua localização, acrescenta ainda que estaria posicionada logo diante da foz do Vístula (*haec a fronte posita est Vistulae fluminis*)⁵³, rio que atravessa a Polônia de sul ao norte, nascendo na Silésia e desaguando no Báltico próximo a Gdynia, a mesma cidade que dissemos ter sido rebatizada pelo regime nazista em 1939 com o nome de Gotenhafen, “Porto Gótico”. A ilha já era conhecida pelos romanos pelo menos desde o século I e aparece em trabalhos como *Geografia*, de Cláudio Ptolemeu, e *Cartografia*, de Pompônio Mela. Na primeira dessas obras, Ptolemeu descreve-a como um conjunto de quatro ilhas, três ilhotas menores e uma muito maior que as demais, todas localizadas ao leste da Península Cimbrica⁵⁴. O geógrafo também apresenta a informação veiculada por Jordanes de que estariam posicionadas em frente ao Vístula⁵⁵. Hoje existe um relativo consenso de que a Scandza não seria propriamente uma ilha, mas parte da Península Escandinava. Por ignorarem a conexão territorial existente entre a Finlândia e a Rússia, que une a Escandinávia ao continente europeu, os romanos não a entendiam como uma *península*, e sim como uma *ilha* cercada por todos os lados pelo Báltico⁵⁶.

Jordanes prossegue atribuindo à Scandza os epítetos de “fábrica de gentes” (*officina gentium*) e “nascidouro de nações” (*vagina nationum*), local em que vários povos diferentes se originaram e caminharam seus primeiros passos. Diz que apesar de Ptolemeu indicar apenas sete tribos como moradoras da ilha no século I⁵⁷, esse número seria muito superior, e passa a listá-las: adogitas, escrefenos, suehanos, teustes, vagotes, bergios, halinos, liótidas, ahemiles,

finaitas, fervires, gautigodos, raumáricos, aeragnáricos, vinovilodas, ostrogodos e os “*gentilíssimos*” finos⁵⁸. Dificilmente a enumeração feita por Jordanes pode ser levada a sério. Os romanos possuíam um conhecimento bastante limitado sobre a Escandinávia e seus povos, não se tem notícias de intelectuais da época que tenham se aventurado até as longínquas regiões do oceano ártico. As escassas informações que chegavam ao império provinham em sua maioria dos relatos de mercadores que utilizavam a rota comercial do âmbar⁵⁹. Muitos desses nomes podem ser maneiras diferentes para designar o mesmo grupo, isso se conferirmos crédito a Cassiodoro e Jordanes e partirmos da premissa de que não foram simplesmente inventados. Outro ponto que coloca a lista em descrédito é a menção aos ostrogodos. Como mencionamos, os primeiros godos com os quais os romanos tiveram contato no século III eram chamados por nomenclaturas genéricas como “*citas*” e “*bárbaros*”; aos poucos passaram a ser chamados pelos nomes das suas respectivas tribos, os *tervingi* e *greuthungi*. A terminologia *gothi* só se populariza no império durante o século IV; *ostrogothi* e sua variação *austrogothi*, apenas nos séculos V e VI, quando os godos se subdividiram dentro do Império Romano em duas grandes ramificações, os ostrogodos e visigodos (*visigothi* ou *vesi*), cada uma dando origem a um reino diferente. Portanto, a menção aos ostrogodos ainda na Escandinávia é um claro anacronismo, possivelmente resultado de uma tentativa de Cassiodoro de associar os ostrogodos da Itália aos seus primeiros ancestrais.

O local da etnogênese gótica é a Scandza, mas Jordanes não nos oferece qualquer informação sobre a época de surgimento do povo godo; sobre esse ponto é absolutamente omissivo. Em um comentário avulso feito em capítulos mais avançados de *Gética*, afirma que os godos cruzaram o Helesponto para saquear a lendária cidade de Troia pouco depois que os troianos haviam “*acabado de se recuperar*” (*aliquantulum se reparantes*) da destruição sofrida nas mãos de Agamenão e Aquiles⁶⁰. Sabemos que a Guerra de Troia não passa de uma fábula da mitologia grega, porém, mesmo que consideremos o episódio como fato histórico, isso nos levaria pelo menos ao final da Idade do Bronze, algo por volta dos séculos XII e XIII a.E.C. Não há uma só evidência literária ou arqueológica capaz de corroborar uma existência tão remota para os godos. A conexão com a icônica guerra dos gregos pode ser entendida como mais uma tentativa de Cassiodoro de conferir ares clássicas à história dos godos. Os

próprios romanos fizeram o mesmo quando associaram o mito da fundação de Roma à fuga de Eneias. Em *Eneida*, Virgílio narra como Eneias, o grande herói dos troianos, fugiu de sua terra natal com alguns poucos companheiros durante o ataque dos gregos e viajou até chegar ao Lácio, onde se casou com Lavínia, a bela filha do rei Latino. O filho do casal, Ascânio, fundará uma primeira cidade, Alba Longa, e não muito depois Roma, retratada como uma segunda Troia.

Em outro comentário, ao falar sobre as Guerras Góticas e citar a tomada de Ravena pelos bizantinos em 540, Jordanes conclui: “[...] e assim um famoso reino e uma gente valente foram finalmente destruídos depois de mais de dois mil e trinta anos pelo conquistador de muitas nações: o imperador Justiniano”⁶¹. A primeira fase da guerra realmente se encerrava com a queda de Ravena, momento que *Gética* adota como referência para o fim do Reino Ostrogodo, não obstante o curto período de renascimento que se desenvolveu entre 541 e 552 com a resistência conduzida pelos reis ostrogodos Tótila e Teia. Porém o que nos interessa por ora na sentença é a informação de que a história goda completava 2.030 anos. Partindo do marco considerado por Jordanes, 540, isso levaria ao aparecimento dos godos no ano 1.490 a.E.C. Mais uma vez, nem a literatura, nem a pesquisa arqueológica corroboram uma existência tão antiga. Se partirmos dessa premissa, Cassiodoro teria reconstituído mais de dois milênios de história embasado quase que exclusivamente na memória oral, o que nos parece extremamente difícil, para não dizer impossível. Para que tenhamos uma dimensão do exagero, se considerarmos toda a história do Império Romano do Ocidente, da fundação de Roma em 753 a.E.C. à deposição de Rômulo Augusto em 476⁶², chegaremos a um total de 1.229 anos. Considerando apenas as informações apresentadas em *Gética*, Goffart sugere a sequência de reis da dinastia dos Amalos indicada no texto como um critério mais seguro, ou pelo menos não tão absurdo. Cassiodoro e Jordanes informam 14 gerações de reis godos até Teodorico, o que nos colocaria por aproximação em algum momento do século I⁶³. Voltaremos à delimitação temporal da etnogênese gótica ao analisar as respostas oferecidas pela arqueologia.

A história de *Gética* prossegue com a primeira das duas grandes migrações godas. Liderados por um rei chamado Berig, o primeiro mencionado pelo nome, os godos atravessaram o Báltico e chegaram ao continente europeu,

batizando a região que seria sua nova morada de Gothiscandza, a “Scandza Gótica”. A viagem é assim descrita:

[...] Você certamente deve se recordar que no começo eu disse que os godos saíram do golfo da Scandza com Berig, seu rei, navegando em três embarcações até este lado do litoral do *Oceanus*, a Gothiscandza. Uma dessas três embarcações, como é comum acontecer, chegou atrasada, e isso fez com que esse povo recebesse o nome de *gepanta*, que em sua língua significa ‘lento’. Então ocorreu que com o passar do tempo o nome que lhes foi atribuído por censura gradualmente se transformou em ‘gépidas’. Desse modo, sem dúvida sua origem e linhagem é comum aos godos, mas em razão de, como eu disse, *gepanta* se referir a algo lento ou atrasado, a palavra ‘gépidas’ surgiu naturalmente. Eu particularmente não acredito que esse nome esteja muito distante da verdade, pois de fato são mais lentos ao pensar e muito pesados para movimentar seus próprios corpos com velocidade⁶⁴.

Segundo o texto, os godos realizaram a travessia em três embarcações, sendo que uma delas navegou mais devagar que as outras e levou maior tempo para chegar ao destino. Os últimos a chegarem receberam o apelido de *gepanta*, termo que significava algo como “lentos” ou “retardatários”. Jordanes explica que com o passar dos anos a palavra *gepanta* foi gradativamente modificada até se transformar em *gepidae*⁶⁵. Assim, com o episódio da travessia do Báltico, o autor não só apresenta uma explicação para a chegada dos godos à Europa Central como também cria um mito de origem paralelo para os gépidas, fundamentando a relação de parentesco entre eles e os godos. Tal como os godos, os gépidas aparecem na literatura romana com maior clareza apenas no final do século III, quando passam a habitar territórios na margem norte do Danúbio. Segundo *História Augusta*, fizeram parte da coalizão de povos bárbaros — que incluía os godos — que atacou o império nos últimos anos da década de 260⁶⁶. Em *Gética*, os gépidas começam sua história junto com os godos na Scandza e na travessia do Báltico, mas logo se separam deles em uma migração independente comandada pelo rei Fastida. No percurso até chegarem à região compreendida entre o Tisza e os Cárpatos obtêm uma vitória militar sobre os burgúndios, mas não muito depois travam uma guerra contra seus parentes godos e são derrotados⁶⁷. Procópio corrobora esse vínculo entre godos e gépidas ao afirmar que “[...] existiam muitas nações góticas nos tempos remotos, assim como nos atuais, mas as maiores e mais importantes foram os godos, vândalos, visigodos e gépidas”⁶⁸. O Reino Gépida, a *Gepidia*, será absorvido pela expansão hunna na virada do século III para o IV. Com a morte de Átila, o Huno, em 453, o rei gépida Ardarico lidera uma rebelião dos povos

vassallos contra a autoridade hunna, e na Batalha de Nedao (455) os hunos são finalmente derrotados⁶⁹.

Jordanes conta que pouco depois de ocupar a foz do Vístula, o grupo de Berig entrou em conflito com os ulmerúgios e algum tempo depois com os vândalos, vencendo as duas tribos adversárias⁷⁰. Não só *Gética*, mas a literatura antiga como um todo, não apresenta outras informações sobre os ulmerúgios. Levando em consideração a semelhança dos nomes *(h)ulmerugi* e *rugii*, filólogos⁷¹ têm conectado os ulmerúgios aos rúgios. Tácito não faz qualquer referência aos ulmerúgios, não com esse nome, mas cita os rúgios na costa do Báltico durante o século I, respaldando uma possível associação⁷². De maneira muito semelhante aos godos, gépidas e tantos outros povos classificados como germânicos, acredita-se que os rúgios tenham se originado na Escandinávia, mais precisamente em uma região conhecida como Rogalândia, extremo sudoeste da Noruega, e cruzado o Báltico. Após sucessivos movimentos, chegaram por volta do século V a uma área do médio Danúbio e também foram conquistados pelos hunos. Com a morte de Átila, o rei rúgio Flaccitheus criou a Rugilândia, o Reino Rúgio, abarcando o que atualmente corresponde a parte da Áustria. Já os vândalos (*vandali* ou *vandili*) são catalogados tanto por Tácito como por Plínio como uma das principais tribos germânicas do século I, mas nenhum dos dois autores identifica os territórios que habitavam⁷³. Conheceremos os vândalos com maior profundidade a partir de 406, quando cruzaram a fronteira romana do Reno em 406 com os suevos e migraram para dentro das antigas províncias do império passando pela Gália e Hispânia até alcançarem o norte da África, onde implantam o Reino Vândalo. Nesse trajeto foram liderados pelos reis Godegisílio, Gunderico e Genserico. Procópio tenta reconstruir as sucessivas migrações vândalas e delimita como o ponto inicial o Mar de Azove, supostamente a primeira morada deles. Incidindo na mesma problemática que Jordanes, Procópio escreve muitos séculos depois e não conhecemos suas fontes, mas se o autor estiver correto, a informação que apresenta não confirma o comentário de Jordanes sobre um possível conflito com os godos na Pomerânia⁷⁴.

Os godos cruzam um rio, pintura de Évariste Vital Luminais.



Retornando à linha de *Gética*, os godos permaneceram por cinco gerações na costa do Báltico e em seguida realizaram uma segunda migração, agora comandados pelo rei Filímero, filho de Gadarico. Filímero conduziu os godos da Gothiscandza para uma terra que chamavam de Oium, provavelmente uma designação diferente para a Cítia dos gregos e romanos. Seguindo o mesmo padrão narrativo de deslocamentos e glórias militares, lá chegando os godos não demoraram para entrar em conflito com os nativos. Jordanes menciona uma disputa territorial que evoluiu para o confronto aberto com a tribo dos espalos (*spali*), outro povo sobre o qual o que sabemos não vai muito além da especulação. O que temos de mais próximo é uma citação feita por Plínio aos *spalaei* ou *spaleos*, um dos vários grupos listados pelo naturalista romano como habitantes das margens do rio Tânaís, nome dado na Antiguidade ao rio Don, que nasce perto de Tula, Rússia, e deságua no Mar de Azove⁷⁵. Considerando que Jordanes diz que logo após vencerem os espalos os godos se instalaram nas

redondezas do Lago Meótis (*Palus Maeotis*), como os antigos chamavam o Azove, a associação dos espalos aos *spalaei* de Plínio parece fazer algum sentido do ponto de vista geográfico. Também podemos estabelecer um paralelo entre eles e os *pali* de Diodoro Sículo. Diodoro foi um historiador grego do século I a.E.C. que escreveu *Biblioteca Histórica*, compêndio em que registra o passado de gregos, romanos e outros povos. Ao comentar o mito de origem dos citas, conta que Zeus teria gerado um filho com uma virgem que era metade mulher, metade serpente, batizado Foices, que por sua vez gerou Paulo e Napes. Como Paulo e Napes implantaram reinos diferentes na Cítia, um povo foi chamado *pauli* e o outro *napes*⁷⁶. A história é claramente uma ficção, mas é possível que a fábula tenha sido criada para justificar a existência de povos reais com esses nomes.

Ainda durante o reinado de Filímero, os godos passaram a ocupar terras da Dácia, Trácia e Mésia⁷⁷. O que Jordanes quis dizer foi que chegaram à margem norte do baixo Danúbio, região de fronteira com as mencionadas províncias romanas, não que entraram em território do império propriamente dito. O autor apresenta-nos uma última informação importante sobre Filímero; conta-nos que o rei identificou em meio à sua gente algumas feiticeiras (*magas mulieres*), que na língua gótica (*patrio sermone*) eram chamadas de *haliurunnae*, e que por alimentar sobre elas alguma suspeita que desconhecemos ordenou que fossem exiladas do restante do bando. Expulsas, essas mulheres vagaram por caminhos escuros e se uniram a “*espíritos imundos*” (*spiritus immundi*), e dessas relações sexuais impuras surgiram a selvagem raça dos hunos, um povo que pouco tinha de humano em sua natureza (*quasi hominum genus*)⁷⁸. Outra vez Jordanes aproveita a saga gótica para estabelecer um mito de origem paralelo, agora para os hunos, e não faz questão de esconder seu desgosto pessoal com aqueles que durante a segunda metade do século IV seriam a grande ameaça para a sobrevivência dos seus antepassados godos. Contudo, apesar de envolta em misticismo e preconceito, a passagem é de interesse por nos fornecer um raríssimo vislumbre sobre a religiosidade gótica anterior à chegada do cristianismo.

Como antecipamos, as primeiras tribos ou confederações de tribos godas com as quais os romanos mantiveram alguma espécie de contato foram os tervíngios e grutungos. Principalmente com base nos escritos de Amiano

Marcelino, sabemos que os tervíngios — “godos do oeste” ou “godos da floresta” — habitavam o baixo Danúbio e que os grutungos — “godos do leste” ou “godos das estepes” — moravam no entorno do Mar de Azove. Tentando encaixar o que conhecemos sobre eles no relato de *Gética*, é possível que Jordanes tenha se referido aos tervíngios quando mencionou uma nova migração para a Dácia, Trácia e Mésia e que os grutungos formassem um grupo que optou por permanecer na região do Azove, primeiro ponto de parada de Filímero — um momento de ruptura da horda goda que havia migrado do Báltico para os Bálcãs. Porém, com a mentalidade dos tempos de Teodorico e Justiniano I, o texto nada menciona sobre tervíngios e grutungos, mas estabelece desde logo uma distinção — anacrônica para a época — entre ostrogodos e visigodos. Nas linhas de Cassiodoro e Jordanes, não muito depois de Filímero, quando ainda residiam do outro lado das fronteiras do império, os godos dividiram-se em visigodos e ostrogodos. Enquanto os visigodos partiram para regiões mais ocidentais (*pars occiduuum*) e criaram a dinastia dos Baltos, os ostrogodos permaneceram no oriente (*pars orientales*) e deram origem à casa dos Amalos. E nesse ponto é citado o nome do primeiro rei ostrogodo: Ostrogoda⁷⁹. O comentário presente em *Gética* representa um dos motivos pelos quais historiadores modernos costumam associar os tervíngios aos visigodos e os grutungos aos ostrogodos, como se os primeiros tivessem se transformado nos últimos, mas veremos no decorrer dos nossos estudos que os visigodos e os ostrogodos do século V foram constituídos a partir de elementos muito mais heterogêneos. Apenas para que se tenha uma noção, não obstante grande parte dos tervíngios da tribo de um chefe chamado Fritigerno ter efetivamente composto o grupo que mais tarde seria rotulado como visigodo, grande parte dos grutungos descendentes do rei Ermanarico talvez tenha aderido ao mesmo grupo. Ademais, desconhecemos a origem de alguns bandos, se tervíngios ou grutungos, como os godos de Radagaiso. Neste momento inicial, importante é saber que essas conexões são lugar-comum na historiografia, mas não são tão simples e matemáticas como geralmente apresentadas.

1.4 Culturas Wielbark e Cherniacove

Em que medida a pesquisa arqueológica valida ou não as migrações registradas por Jordanes em *Gética*? Nas palavras do arqueólogo dinamarquês

Kristianse, arqueologia é “a disciplina histórico-cultural dotada de metodologia própria que envolve o estudo e a preservação dos restos materiais de sociedades passadas”⁸⁰. Como grande parte das ciências sociais, passou por períodos nos quais seus fundamentos metodológicos receberam diferentes abordagens teóricas. No século XIX, o movimento conhecido como arqueologia histórico-cultural (*culture-historical archaeology* ou *culture history*)⁸¹ foi um marco para a construção de arquétipos normativos ou positivistas voltados para o estudo das sociedades históricas, aquelas que se perderam no tempo, e entre seus principais conceitos está o de *cultura material*. Em linhas gerais, cultura material é o conjunto de artefatos humanos similares (armas, utensílios, ornamentos etc.) que sugerem um padrão cultural e, conseqüentemente, a presença de determinado povo no tempo e no espaço⁸². Em outros termos, os arqueólogos historicistas adotam a cultura como critério para diferenciação de grupos étnicos e identificam cada cultura a partir de blocos de objetos que apontam para práticas e costumes comuns. Um dos debates em torno desse conceito é a propagação de uma cultura material para outras regiões, geralmente explicada com base em teorias migracionistas ou difusionistas. Grosso modo, enquanto os migracionistas defendem que o alastramento para outros territórios decorre principalmente da migração de um dado grupo para outra localidade, isto é, de um movimento em massa, os difusionistas, sem descartarem a possibilidade de migração, sustentam que isso pode ocorrer também pela interação com outros povos, seja ela pacífica ou não, em uma espécie de transferência cultural⁸³.

É nesse ambiente de predominância da arqueologia histórico-cultural na academia que artefatos encontrados em regiões da Europa Central e Setentrional passaram a ser etiquetados como “germânicos”. Cedia-se a uma tentadora associação com as tribos do *barbaricum* mencionadas por escritores romanos como Tácito e Plínio. O arqueólogo e filólogo alemão Gustaf Kossinna surge como um dos principais protagonistas desse resgate dos primeiros germânicos. No campo teórico, seus estudos adotaram como referência não só o conceito de cultura material, mas também o de *círculos de cultura* (*kulturkreis*), isto é, a noção de que as sociedades se desenvolvem a partir de grandes blocos de cultura que se irradiam a partir de um centro de origem. Desse modo, o conceito de círculo de cultura abrange o de cultura material e acrescenta a ele a ideia de expansão apoiada em um núcleo comum. Seguindo

o fluxo do goticismo, Kossinna conectou os alemães de sua época não só às tribos germânicas da Antiguidade, mas a grupos da Pré-História, considerando-os igualmente germânicos. Seus trabalhos construíram as bases para a identidade nacional alemã e os fundamentos que algumas décadas depois serviriam como legitimação histórica para as reivindicações territoriais da Alemanha nazista. Kossinna era consciente do uso político que fazia da arqueologia, tanto que em 1921 dedicou o seminário Pré-História Germânica “ao povo alemão, como um bloco de construção para a restauração da desintegrada pátria”⁸⁴. Alguns anos antes, em 1919, publicou o artigo *O Ostmark alemão, terra natal dos alemães*, por meio do qual utilizava evidências arqueológicas para defender que territórios da Áustria, chamada pelos alemães de Ostmark, pertenciam ao universo alemão. O trabalho chegou a ser enviado a Versailes como um reforço argumentativo nas negociações que se seguiram à conclusão da 1ª Guerra Mundial⁸⁵.

Estabelecendo linhas de continuidade para conectar diferentes grupos ao mesmo tempo que ignorava momentos de ruptura e grandes períodos de lacuna, Kossinna reconstruiu a trajetória do povo alemão em mais de 2 mil anos de história⁸⁶. Se por um lado seus trabalhos são hoje objeto de duras críticas pela maneira como estabeleceu conexões a qualquer custo, por outro representaram um marco divisor para os estudos dos povos germânicos, trazendo com a arqueologia uma nova perspectiva para um assunto que até então era tratado quase que exclusivamente com base nas informações apresentadas pela literatura romana, vale dizer, na contaminada *interpretatio romana*. Uma de suas principais contribuições foi o refinamento do conceito de cultura material ao propor que “*áreas de culturas arqueológicas bem definidas correspondem inquestionavelmente a áreas ocupadas por povos ou tribos específicas*”, máxima batizada como “Lei de Kossinna” (*Kossinna’s Law*) e que se tornou o alicerce para o ramo da arqueologia conhecido como arqueologia dos assentamentos (*settlement-archeology*)⁸⁷. Na prática, encontrado-se um conjunto de artefatos que caracterizam uma cultura material particular, o grupo a que se refere pode ser identificado por subsídios complementares, principalmente por registros escritos. Essas informações complementares podem ser extraídas não só dos conteúdos propriamente ditos dos escritos, a exemplo das informações apresentadas pela literatura grega ou romana, como também da filologia e da onomástica⁸⁸. Essas proposições orientaram os rumos das

primeiras pesquisas arqueológicas sobre os godos, resultando em uma inevitável associação com culturas materiais identificadas em áreas abrangidas pelo percurso migratório descrito por Jordanes, e o próprio Kossinna foi o primeiro a falar em uma cultura Godo-Gépida (*Gotho-Gepidan culture*).

A saga de migrações narrada em *Gética* era mais ou menos aceita pelos arqueólogos dos séculos XIX e XX, período em que os debates se voltavam à identificação das regiões geográficas chamadas por Jordanes de Scandza, Gothiscandza e Oium. Kossinna relacionou as culturas materiais da Europa Central e Setentrional às tribos e aos territórios listados por Ptolemeu, defendendo que os burgúndios tiveram origem na ilha dinamarquesa de Boríngia e migraram para a Pomerânia, passando a habitar uma extensa área situada entre os rios Vístula e Oder na Idade do Ferro pré-romana (séculos V/IV a.E.C.-I a.E.C.), sendo seguidos pelos godos e gépidas em algum momento do século I a.E.C. A chegada dos burgúndios e da coalizão godo-gépida no continente europeu, cada grupo liderando um emaranhado de elementos escandinavos em diferentes épocas, forçou os vândalos a recuarem da costa do Báltico para territórios mais ao sul e ao leste. Seguindo a mesma linha de raciocínio de Kossinna, o arqueólogo polonês Józef Kostrewski continuou sustentando até meados da década de 1960 que godos e gépidas migraram da Escandinávia e se apoderaram da mesma área da Pomerânia que os burgúndios haviam ocupado nos séculos anteriores. Para Kostrewski, em um processo recíproco de transferência cultural, os godos conquistaram as tribos que compunham a cultura material Oksywie⁸⁹, sendo por ela absorvidos por cerca de 200 anos, intervalo em que se consolidaram como elite guerreira dominante na Pomerânia⁹⁰.

Mesmo que aceitemos a correlação entre cultura material e etnicidade sem maiores questionamentos, a identificação das tribos germânicas, sobretudo as anteriores a Cristo⁹¹, não tem se revelado uma tarefa fácil para a arqueologia. Primeiro, diferentemente dos povos da Antiguidade que desenvolveram alfabetos avançados e deixaram textos que nos permitem extrair importantes informações sobre a dinâmica de funcionamento de suas sociedades, inclusive sobre as regiões que habitaram, quando muito as tribos germânicas nos deixaram as runas. Possivelmente criadas sob influência de escritas do norte da Itália — alfabeto etrusco ou venético —, as runas podem ser consideradas a típica forma de escrita germânica, mas seu uso não estava voltado à

comunicação do dia a dia, e sim a práticas de magia e adivinhação. As inscrições rúnicas não contêm largas sentenças, mas palavras que não só são concisas, lacônicas, como são postas de maneira solta, isolada, representando muitas vezes sons (fonema) ou conceitos (ideograma) ainda não decifrados⁹², e por isso não constituem uma fonte substancial de dados sobre a história desses povos. Somente no período tardo-romano, com interações cada vez mais intensas com o império e o cristianismo em especial, os godos importarão o latim. Mas os godos representam um caso particular entre as tribos germânicas, pois durante o século IV receberam do bispo Úlfilas um alfabeto próprio, o alfabeto gótico, uma versão do alfabeto grego adaptada para a fala goda. Contudo, como seu uso permaneceu restrito às liturgias da Igreja, os textos escritos em gótico não apresentam registros de fatos históricos. Não bastasse, ao contrário de gregos, romanos, persas, egípcios e tantos outros povos antigos que mantiveram uma base geográfica estável, não obstante tenham passado por períodos de expansão e retração territorial, as tribos germânicas se deslocavam com frequência de um ponto para outro impelidas por uma série de fatores, como a procura de solos mais férteis e a fuga de grupos adversários. Embora não a ponto de serem consideradas nômades, o deslocamento era uma constância entre os germânicos. Portanto, vestígios encontrados em determinada área (braceletes, broches, cerâmica, estilos funerários etc.), ainda que representem um padrão característico, são de difícil atribuição a um grupo específico.

Mesmo que limitado, os romanos possuíam algum conhecimento sobre o largo território que chamavam de *barbaricum*. Falamos brevemente sobre expedições militares em terras estrangeiras acompanhadas por intelectuais que documentavam o que observavam e citamos escritores clássicos como Tácito, Plínio e Ptolemeu indicando nomes para regiões, montanhas, rios e tribos do outro lado do *limes*⁹³. Generais como Druso, Varo, Germânico e Tibério — o último antes de se tornar imperador — realizaram campanhas pela Germânia entre os anos 12 a.E.C. e 16. Em um intervalo menor, entre 7 a.E.C. e 9, os romanos inclusive avançaram sobre a margem direita do Reno e ocuparam territórios até o rio Meno, período em que mantiveram relações muito próximas com tribos como os catos (*chatti*), brúcteros (*bructeri*) e queruscos (*cherusci*). Não demorou para que esses grupos se revoltassem contra os ocupantes, e as autoridades do império chegaram à conclusão que não valia o

esforço humano, financeiro e logístico para manter qualquer território além da linha original do Reno. Informações também chegavam pelo trânsito cotidiano de pessoas nas zonas de fronteira, grande parte movido pelo comércio, mas também pela espionagem e por vínculos de toda sorte entre famílias e indivíduos de cada lado⁹⁴. Porém, a despeito desse nível de interação, de modo geral os elementos fornecidos pela literatura da época são escassos demais para que possamos estabelecer correlações entre tribos e culturas materiais específicas. Normalmente os textos não apresentam informações detalhadas o suficiente sobre práticas e costumes a ponto de autorizarem associações com artefatos arqueológicos encontrados em escavações. Não se diz que em determinado grupo as mulheres costumavam usar um estilo de brinco próprio ou que os homens eram enterrados junto com suas espadas, por exemplo. Na prática, a interpretação étnica do material arqueológico representa uma tarefa senão impossível, pelo menos extremamente custosa⁹⁵.

Nossa principal fonte literária sobre o assunto, *Gética*, também não entra em pormenores sobre usos e comportamentos que poderiam ser classificados como típicos dos godos, o que pelo menos em tese possibilitaria ligá-los a estilos específicos de objetos ou vestígios. Por outro lado, ao definir com relativa clareza os pontos de origem e destino das migrações realizadas pelos grupos de Berig e Filímero, proporcionou condições mínimas para que arqueólogos buscassem conectá-los a culturas materiais encontradas nas regiões abrangidas por esses trajetos. Em outros termos, a lógica é identificar os padrões de artefatos existentes nas áreas contidas entre os pontos de origem e destino de cada migração e apurar se eles progridem seguindo os caminhos descritos pelo autor, ainda que de maneira aproximada, vale dizer, se a evolução no tempo e no espaço das culturas encontradas é ou não compatível com os deslocamentos descritos pela obra. Esse é um trabalho no mínimo polêmico e questionável. Primeiro, por partir da premissa de que o relato de migrações apresentado no texto é verdadeiro mesmo diante da série de problemas que mencionamos quanto às fontes e aos objetivos de Cassiodoro e Jordanes. Segundo, porque, embora o material escrito forneça elementos para descobrir os territórios pelos quais os godos teriam passado, ele nada diz sobre a época desses movimentos, criando mais uma dificuldade para conectá-los com uma ou mais culturas arqueológicas.

Nessa linha, à medida que novas descobertas arqueológicas eram realizadas em campo, arqueólogos pouco a pouco refinavam a catalogação das culturas da Europa Central e Setentrional, e delimitavam suas respectivas áreas de abrangência. Um grande cemitério foi encontrado em 1873 na vila polonesa de Wielbark, cerca de 100-150 quilômetros ao norte da capital Varsóvia e a mesma distância ao leste do Vístula, localidade até então abrangida pela cultura Godo-Gépida de Kossinna, e entre 1927 e 1936 grupos de pesquisadores conduziram várias escavações no local. Quase toda a documentação reunida nesses primeiros trabalhos se perdeu com a eclosão da 2ª Guerra Mundial, mas durante os anos 1970 o arqueólogo polonês Ryszard Wołagiewicz retomou a pesquisa em Wielbark. Embora desde o início o cemitério tenha sido associado aos godos em razão da obra de Jordanes, Wołagiewicz foi cauteloso e batizou a nova cultura que se revelava pelos diferentes estilos funerários com o próprio nome da cidade, cultura Wielbark (*Wielbark culture* ou *East Pomeranian-Mazovian culture*), evitando assim terminologias conectadas aos godos. A necrópole é um dos grandes achados arqueológicos dos séculos XIX e XX. Com mais de 2.0000 sepulturas em camadas de túmulos praticados desde a Idade do Ferro pré-romana tardia (século II a.E.C.) até o período das migrações bárbaras (300-800)⁹⁶, trata-se de um dos raríssimos sítios que permitem a reconstituição de uma sequência tão longa de enterros⁹⁷.

A cultura Wielbark (1-300⁹⁸) pode ser entendida como um estágio de transição da dominância celta para a germânica e como um momento de progressivo aumento da influência romana sobre regiões mais setentrionais da Europa. Mas entendamos a influência romana em suas devidas proporções. A distância do império não impediu o influxo de conceitos tipicamente greco-romanos e a chegada de mercadorias produzidas nas províncias, como vasos de bronze, vidros, roupas e moedas. Muitos desses sofisticados produtos que chegavam à Pomerânia passavam antes por duas grandes confederações de tribos bárbaras, os marcomanos e os quados, que habitavam zonas de fronteira com a Récia, Nórica e Panônia e funcionavam como grandes centros de redistribuição para o interior do *barbaricum*. Em uma primeira fase, intitulada Wielbark-Lubowidz (10/20-160), a área de abrangência da cultura Wielbark acompanhou o leito do Vístula, principalmente sua margem oriental, da foz do rio no Báltico ao sul da Polônia. Floresceu tendo como base a cultura Oksywie

(200 a.E.C.-100), que ainda mantinha algum resquício de referências celtas⁹⁹ e que é usualmente associada a grupos como os os rúgios¹⁰⁰ e os scírios¹⁰¹. Passou por um período de grande explosão demográfica nas últimas décadas do século I, o qual resultou em uma rápida expansão por territórios vizinhos¹⁰². Depois, em uma segunda fase que recebeu o nome de Wielbark-Cecele (160-220/230), posterior às Guerras Marcomanas (166-180)¹⁰³, a cultura Wielbark avançou orientada para o sudeste até alcançar o noroeste da Ucrânia, onde estabeleceu conexões mais próximas com a cultura Przeworsk¹⁰⁴, ligada a vândalos, suevos e lúgios. Kokowski defende que túmulos de guerreiros vândalos encontrados nas cidades de Lublin e Volínia, fronteira entre Polônia e Ucrânia, incluindo o de um membro da nobreza vândala descoberto em Podlódów, são indicativos de conflitos entre os vândalos nativos e os grupos migrantes da cultura Wielbark que se aproximavam¹⁰⁵.

Mas o que caracteriza a cultura Wielbark como autônoma, distinta das demais culturas europeias de seu tempo? Heather sintetiza o modelo Wielbark a partir de sete padrões arqueológicos: (a) inumação¹⁰⁶ como prática predominante sobre a cremação; (b) ausência de armas nos túmulos de indivíduos do sexo masculino; (c) círculos de pedras e estelas¹⁰⁷ contornando sepulturas; (d) pendentes de metal em formato de pera; (e) braceletes adornados com cabeças de serpentes; (f) fechos em forma de “S”; e (g) variedade específica de cerâmica decorativa moldada sem roda¹⁰⁸ e com superfície que mescla rugosidade e polimento¹⁰⁹. Reforçando o que temos dito, não podemos deixar de observar que nenhuma dessas características pode ser extraída dos comentários feitos por Jordanes em *Gética*. Como podemos notar, o que define a cultura Wielbark é principalmente um estilo particular de práticas funerárias. Enquanto nela constatamos uma predominância da inumação¹¹⁰, isto é, do enterros de corpos inteiros em covas, na sua vizinha Przeworsk os mortos eram cremados e suas cinzas depositadas em urnas especialmente criadas para essa finalidade, pois não possuíam alças. Curiosamente, via de regra as sepulturas são orientadas para o norte (cabeça para o norte). Na Wielbark-Lubowidz parece haver uma relutância para o armazenamento de artefatos dentro dos túmulos. Em algumas sepulturas foram encontradas esporas, o que tem sido interpretado como um sinal de que seus proprietários fossem guerreiros que lutavam montados. Trajes masculinos

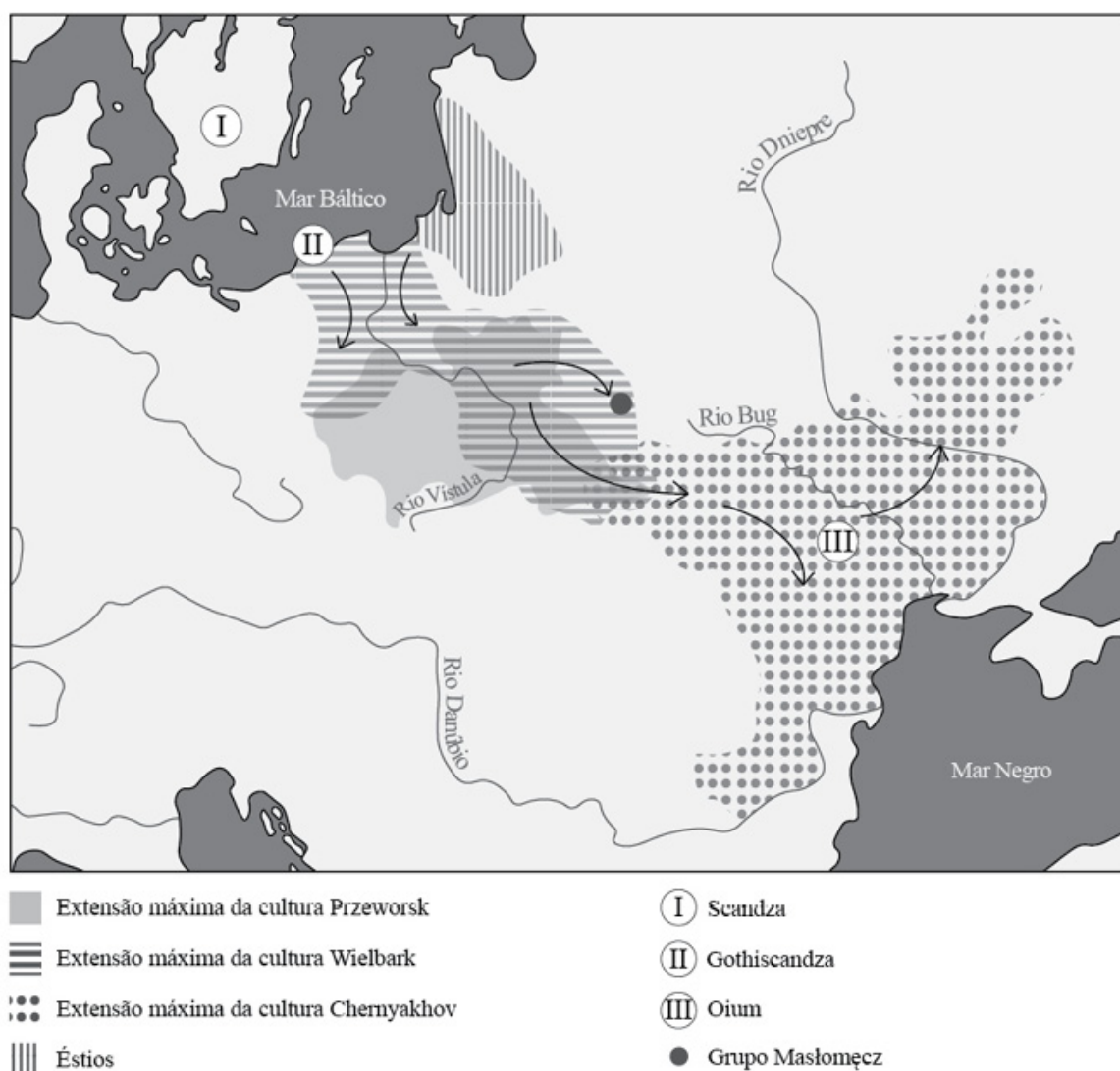
são simples e quando muito adornados com um broche ou cinto de metal, mas os das mulheres são mais requintados, apresentando uma vasta gama de acessórios. Em Wielbark-Cecele é possível constatar um birritualismo com o gradual crescimento do número de cremações, mas a inumação segue como prática dominante. Entre as mudanças percebidas nessa segunda fase estão o aumento do número de elementos de ferro nas roupas mortuárias e a construção de túmulos maiores como montes de pedras, alguns contendo ricos produtos romanos, incluindo ornamentos em ouro. Essas alterações sinalizam uma transferência cultural com a Przeworsk e com o próprio império à medida que as migrações caminhavam para o sul¹¹¹.

Apesar de termos dito que alguns túmulos são sugestivos de confrontos entre migrantes e nativos, Ciesliński defende que os movimentos de alargamento da Wielbark e retração da Przeworsk durante os séculos II e III não devem ser vistos como um conjunto de conquistas militares, não obstante alguns conflitos pontuais serem naturalmente esperados, mas como um processo predominantemente pacífico de expansão. Para o arqueólogo polonês, o principal fator catalisador da disseminação da Wielbark foi o crescimento do comércio pela rota do âmbar, que teria funcionado como um importante estímulo para que as tribos bálticas cooperassem entre si e impulsionassem os deslocamentos para áreas mais centrais da Europa. O recuo da Przeworsk também abriu novos espaços e incentivou o progresso dos migrantes, mas a explicação apresentada deixa em aberto as razões pelas quais vândalos e outros grupos abandonaram os territórios que ocupavam. Há quem entenda que a evacuação dessas áreas se deve justamente à pressão — militar, principalmente — exercida pelas tribos da Wielbark. Não bastasse, o intenso crescimento demográfico vivido pela Pomerânia pode ter se demonstrado incompatível com a capacidade de os recursos naturais continuarem abastecendo as comunidades locais, especialmente considerando a rudimentaridade das técnicas de cultivo germânicas¹¹². Não que isso seja uma evidência robusta, mas a própria nomenclatura dada por Jordanes ao destino da segunda migração, *Oium*, revela essa busca por solos mais férteis. No dativo plural, *Oium* aproxima-se da palavra protogermânica **aujo-*, cujo significado corresponde a algo como “prado bem regado”¹¹³. Seja como for, o avanço dessas populações para o sul foi acompanhado de uma progressiva retirada nas regiões de ocupação original na costa do Báltico, e por volta do ano 250 os

resquícios da Wielbark no extremo norte da Pomerânia se tornaram escassos, o que aponta não só para uma expansão, mas para um conjunto de deslocamentos em massa¹¹⁴.

À proporção que os grupos migrantes da Wielbark penetravam pelos territórios da Ucrânia, um novo fenômeno cultural se configurava. Os primeiros sinais da cultura Cherniacove (*Chernyakhov culture* ou *Sântana de Mures*) aparecem por volta dos anos 230, época em que a Wielbark alcançava sobre o noroeste ucraniano, e os novos padrões arqueológicos se repetem pelo menos até o início do século V. Isso significa que a cultura conseguiu resistir ao impacto inicial da expansão hunas, que atingiu o entorno do Mar Negro durante a década de 370¹¹⁵, e a informação é compatível com o que conhecemos pela literatura romana. Amiano Marcelino e Zósimo contam que depois de uma curta resistência os godos cederam à pressão dos hunos e solicitaram ao imperador Valente autorização para serem assentados nas províncias da Mésia e Trácia. O imperador consentiu, e as tribos dos chefes tervíngios Alavivo e Fritigerno cruzaram o Danúbio em 376. Pouco tempo depois, os grutungos de Alateu e Safrax realizaram a travessia do rio mesmo não autorizados pelos romanos. No entanto, possuímos elementos literários suficientes para concluir que os territórios godos da margem norte do Danúbio, chamados pelos romanos de *Gothia* e pelos próprios godos de *Gutthiuda*, permaneceram ocupados por populações godas na condição de vassalos dos hunos, os novos senhores dessas terras, ou mesmo como grupos independentes que seguiam resistindo — entre os últimos, vale a menção aos bandos de Atanarico e Radagaiso. Falaremos sobre todos eles. Não só do ponto de vista geográfico, mas também pelas características dos padrões arqueológicos, Cherniacove apresenta-se como uma evolução da Wielbark. Sua área de incidência se estendeu entre os rios Danúbio e Dniepre, abrangendo regiões do centro-oeste da Ucrânia e a porção oriental da Romênia.

Evolução das culturas materiais Wielbark e Cherniacove.



Cherniacove apresenta duas características principais. Primeiro, representa uma fusão dos costumes dos povos bálticos com os de populações seminômálicas da Eurásia, como os sármatas e tardo-citas, mas também com os de grupos étnicos dos Bálcãs, a exemplo dos dácios e carpos. Uma mistura de elementos autóctones e alóctones. Nesse sentido, nos ritos funerários o enterro predomina sobre a cremação, muitas sepulturas são orientadas para o norte e geralmente os corpos são enterrados sem armas¹¹⁶, como na Wielbark, mas grande parte dos túmulos apresenta conformações típicas daquelas identificadas em sociedades seminômálicas, como catacumbas espaçosas e cobertas com suportes de madeira ou pedra. Embora a presença de armas não

seja comum, os corpos são enterrados com uma maior variedade de objetos (fíbulas, joias, fivelas de cinto, recipientes de vidro etc.). Amuletos e outros itens de adoração

também passam a ser encontrados. A segunda característica marcante de Cherniacove é um maior nível de interação com grandes centros urbanos, notadamente com as cidades da Península da Crimeia, herdeiras das antigas colônias gregas, fator que contribuiu para que as populações absorvessem novas tecnologias. Na agricultura, implementos até então não vistos na Wielbark foram introduzidos, como novos modelos de arados, foices e gadanhas, e o uso de técnicas de rotação de culturas se tornou a ordem do dia. A criação de bovinos era a principal atividade pecuária, mas cavalos parecem ter sido criados soltos nas estepes. Cerâmicas agora são produzidas com rodas de oleiro e com uma argila mais fina, com maior variedade de formatos e, às vezes, gravadas com linhas decorativas, um sinal da influência sármata e romana. Chifres de animais se transformam em matéria-prima na elaboração de artesanatos, e a presença de ânforas produzidas no império evidencia o comércio de fronteira¹¹⁷. Como temos dito, para além de *Gética* a literatura não nos oferece muitos elementos que possam corroborar a ocupação goda na zona de influência da cultura Wielbark, pelo menos não a partir de citações diretas. Porém o mesmo não se verifica com a Cherniacove. Em razão da maior proximidade com as províncias, a partir da segunda metade do século III, escritores começam a fazer referências cada vez mais frequentes a tribos godas na margem norte do Danúbio, isto é, na área de influência da cultura Cherniacove.

A gradual disseminação dos artefatos da cultura Wielbark até alcançar os territórios da Cherniacove, onde o núcleo das suas tradições parece ter sobrevivido e se adaptado aos costumes dos nativos, revela uma espécie de continuidade e de acomodação. No entanto, essa continuidade não significa uma imediata substituição da primeira pela segunda; as duas culturas coexistiram por um período relativamente extenso na virada do século II para o III, sobretudo na região de fronteira entre a Polônia e a Ucrânia. Inclusive, com base em descobertas de assentamentos e cemitérios na pequena vila polonesa de Masłomęcz, arqueólogos defendem a presença de uma cultura intermediária entre Wielbark e Cherniacove que serviu como ponto de intercâmbio entre as duas, batizada de Grupo Masłomęcz (*Masłomęcz Group*;

180-220). Um dos traços característicos identificados nessa vila é o formato peculiar das suas casas. Diferentemente do que se poderia esperar de um assentamento tipicamente germânico, geralmente composto por uma estrutura maior que funcionava como ponto de assembleia ou reunião e uma série de abrigos menores — as habitações propriamente ditas —, as casas encontradas em Masłomęcz são largas construções, umas contando com até 21 metros de comprimento e 11 de largura, divididas em dois cômodos. No centro de algumas delas, abaixo do piso, restos de animais foram achados. A maior concentração dessas edificações está localizada na porção ocidental da Cherniacove. Túmulos com práticas birriualistas e um conjunto de objetos associáveis aos povos das estepes, como cerâmicas de roda e amuletos sármatas, também foram descobertos. Masłomęcz foi um dos grandes centros comerciais da Europa Central, um importante eixo do que hoje chamamos de Rota do Mar Negro (*Black Sea Route*), que conectava os povos bálticos aos do entorno do Mar Negro, como romanos, sármatas e bosforianos. E, é claro, os godos. Em troca do âmbar vindo do norte, itens de luxo variados como vidros e cosméticos, além de sal e metais diferentes do ferro, partiam do sul¹¹⁸.

A maior proximidade com o Império Romano foi certamente um dos grandes atrativos para os grupos migrantes. Se por um lado isso significava um acesso mais facilitado às sofisticadas mercadorias produzidas nas províncias, por outro permitia que interferissem diretamente na política imperial e abria novas oportunidades para ganhos de toda ordem. Como vizinhos, esses grupos podiam negociar com as autoridades do império, firmar alianças militares pelas quais se comprometiam a servir como federados ou apenas a funcionar como zonas-tampão de modo a impedir o acesso de outros povos estrangeiros ao *limes*. Como compensação recebiam gordos subsídios das cortes de Roma ou Constantinopla. Não poucos imperadores se submeteram à realização de pagamentos anuais para manter os godos e outras tribos do seu lado, desembolsando quantias expressivas em ouro para que não se transformassem de aliadas em inimigas. Embora fossem chamados por nomes que quase sempre sugeriam um presente aos chefes bárbaros locais, um ato de benevolência do império para as nações amigas, muitos desses estipêndios funcionavam na prática como verdadeiros tributos pagos pelas autoridades romanas aos bárbaros. E se não fossem exitosos em suas barganhas, esses grupos possuíam sempre a alternativa de partir para uma postura agressiva, de

incursionar pelo interior das províncias e pilhar o que encontrassem pelo caminho. Em última análise, o império representava uma fonte de riquezas.

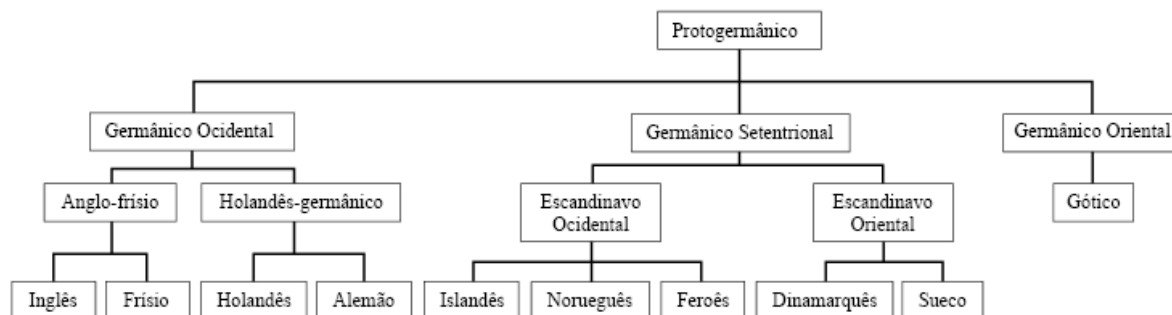
A arqueologia não demonstra a ocorrência de uma migração nos moldes descritos por Jordanes, como um só movimento de uma população inteira de um local para outro, como uma espécie de grande diáspora. Em contrapartida, as culturas Wielbark e Cherniacove autorizam a reconstrução de um cenário de quase três séculos de sucessivos deslocamentos de pontos que correspondem

aproximadamente à Gothiscandza e à Oium de Jordanes. Possuímos elementos para associar os godos ou seus antepassados a essas populações migrantes, mas não devemos compreender Wielbark e Cherniacove como culturas compostas exclusivamente por tribos godas. Em que pese o compartilhamento de um núcleo cultural comum, estamos diante de um ambiente bastante heterogêneo; melhor dizendo, multiétnico. Sabemos pela literatura romana que outros povos além dos godos habitavam as zonas de influência dessas culturas, principalmente a Cherniacove, sobre a qual possuímos uma maior quantidade de informações disponíveis. Escritores atestam que o entorno do Mar Negro era habitado não só por tervíngios e grutungos, mas também por hérulos (*heruli*), taifalos (*taifali*), asdingos (*hasdingi*) e peuquinos (*peucini*), apenas para listar alguns. Essas tribos participavam de um mesmo contexto cultural, possuíam práticas e crenças comuns, e dificilmente podemos diferenciá-las umas das outras pelos vestígios encontrados.

É preciso que tenhamos em mente que nem sempre o que separava uma tribo das outras era um contraste de natureza cultural, particularidades nos costumes, mas decisões estritamente políticas. A sensação de pertencimento a um grupo específico muitas vezes derivava da escolha de acompanhar determinado chefe ou família da nobreza. Devemos pensar o *barbaricum* como uma imensa região composta por vários bandos guerreiros conduzidos por lideranças independentes que ocasionalmente se uniam em confederações maiores para enfrentar inimigos comuns. Em inglês, dá-se a isso o nome de *warlodism*. No mesmo sentido, a língua dificilmente pode ser utilizada como critério distintivo eficaz. Primeiro, porque os povos do *barbaricum* falavam línguas muito próximas umas das outras, derivadas da mesma raiz indo-europeia, e não possuímos informações suficientes para reconstruir cada dialeto. Em verdade, quando falamos de línguas protogermânicas não

conhecemos o significado exato de cada palavra, podemos apenas construir hipóteses com base em análises comparativas. Em qualquer caso, por conta dessa matriz linguística comum, godos, vândalos, burgúndios, lúgios, rúgios e scírios, entre outras tribos, foram classificados como pertencentes ao mesmo grupo das “línguas germânicas do leste” (*east germanic languages* ou *Oder-Vistula languages*). Referindo-se a godos, vândalos e gépidas, Procópio chega a falar que “*todos são da mesma fé ariana e falam uma só língua chamada ‘gótico’*”¹¹⁹. É possível que em muitas localidades mais de um dialeto fosse falado simultaneamente¹²⁰. Para os bárbaros da Era Romana, a ideia de povo está umbilicalmente ligada à de exército. Godos e taifalos são grupos frequentemente citados pelos autores antigos como aliados que habitavam áreas muito próximas, mas cada um possuía sua própria liderança. Podemos dizer o mesmo em relação a vândalos e asdingos e a tantas outras tribos. Por volta de 250, Cniva aparece como o maior líder entre os godos, mas as fontes logo indicam outros chefes menores, entre eles Argedo e Gunderico. Na década seguinte, aparecem Respa, Veducos e Taruaro. Tribos e confederações de tribos.

Línguas germânicas



Trabalhando os conceitos de *gens* (comunidade formada por vínculos biológicos) e *gentes* (comunidade formada por diferentes grupos que se associam em decisões políticas), Wolfram defende a tese dos “núcleos de tradição” (*traditionskerne*) para os povos bárbaros, uma espécie de posição intermediária entre os dois conceitos. Para o historiador, as elites de cada clã funcionavam como grandes repositórios de heranças culturais específicas e imersas no contexto de uma cultura arqueológica maior. Em outras palavras, as famílias nobres, naturalmente unidas por laços de sangue, formavam o

núcleo duro de cada povo e geralmente sustentavam sua legitimidade para governar associando seus primeiros ancestrais a uma origem divina. Em torno delas gravitavam grupos e indivíduos que as acompanhavam em caráter permanente ou esporádico¹²¹. Se partirmos dessa compreensão, devemos pensar os godos não como um grupo étnico unido por características culturais comuns — isso também, mas principalmente a partir de uma nobreza particular que era seguida por uma multidão relativamente estável. Tervíngios e grutungos eram tribos comandadas por famílias determinadas que governavam grupos de pessoas ambientadas na cultura Cherniacove. A literatura reforça essa tese principalmente a partir de 376, quando indica de maneira muito clara como o grupo de Fritigerno, o chefe tervíngio autorizado por Valente a cruzar o Danúbio, recebeu uma série de novos membros de origens variadas, incluindo ex-escravos e elementos romanos marginalizados. O mesmo podemos dizer em relação aos chefes que o sucederam, como o próprio Alarico. Se nos territórios godos na margem norte do Danúbio podemos vincular a ideia de povo à de exército, os godos no interior do império se transformam em verdadeiros bandos de guerra ambulantes. Kaliff defende uma hipótese semelhante, a de que os movimentos não eram necessariamente realizados em massa de um lugar para outro, mas por grupos considerados mais influentes. Assim que chegavam a uma nova região, esses grupos conseguiam atrair os nativos para sua esfera de influência e com o tempo criar um ambiente cultural homogêneo. Com base nos estudos do filólogo sueco Elias Wessén, Kaliff conclui que a preservação da língua gótica sem muitos traços de influência estrangeira até o século IV revela o ambiente de uma elite gótica forte o suficiente para assimilar outros grupos e manter sua identidade¹²².

1.5 Escandinávia?

Vimos que as culturas Wielbark e Cherniacove têm sido utilizadas para demonstrar a migração do povo de Filímero da Gothiscandza para Oium, mas Jordanes apresenta uma migração goda anterior a essa, quando o primeiro rei godo que conhecemos pelo nome, Berig, liderou seu povo em uma travessia do Báltico — da Scandza para a Gothiscandza. A questão que se coloca sobre esse primeiro movimento é apurar se existem evidências suficientes se não para provar, pelo menos para sugerir uma presença goda anterior na Escandinávia, tema por vezes referido pelos estudiosos como o *problema gótico* (*gothic*

problem). Se pudéssemos voltar ao século XVIII, não teríamos muitas dúvidas para responder a esse questionamento com um sonoro “sim”. Afinal, nossa única fonte literária sobre o assunto, *Gética*, é clara o bastante em atestar uma origem escandinava para os godos. Porém o avanço das ciências sociais durante o século XIX trouxe uma atmosfera de ceticismo para o assunto, colocando em xeque as conexões entre a península e o continente europeu, sobretudo porque a trilha arqueológica da Escandinávia para o baixo Vístula é muito mais frágil que aquela do Vístula para o Mar Negro.

A história dos godos não é a única que possui como ponto de partida a Scandza, que, como vimos, era compreendida pelos antigos não como uma península, e sim como uma grande ilha ou mesmo como um arquipélago. O próprio Jordanes classifica-a como uma “*fábrica de povos*” ou “*nascedouro de nações*”. No período de transição da Antiguidade Tardia para o Medieval, a região passou a ser vista como um lugar quase mítico, fantástico, e o retorno às narrativas de origem foi inevitável. Fora os godos, encontramos nos lombardos¹²³, o melhor exemplo dessas lendas. Com uma vivência semelhante à de Cassiodoro, o monge beneditino Paulo, o Diácono, serviu na corte do último rei lombardo Desidério, tendo inclusive sido o tutor de sua filha, Adelperga. O Reino Lombardo foi destruído pelos francos em 774, quando Carlos Magno atendeu a um pedido de socorro feito pelo papa Adriano I para libertar a Itália, e depois disso, entre os anos 787 e 796, Paulo escreveu *A Origem dos Povos Lombardos* (*Origo Gentis Langobardorum*). Como Jordanes para os godos, Paulo reconstruiu a história dos lombardos por uma série de migrações que tiveram início na Scandza¹²⁴. Conta-nos que “*em uma ilha chamada Scandza, situada nas regiões mais setentrionais onde a neve e o gelo se fazem dominantes à medida que desaparece o calor do sol*”, morava o povo dos vinilos (*winnili*), possivelmente o mesmo grupo mencionado por Jordanes com o nome de vinovilodas (*vinoviloth*), e que essa tribo foi assediada pelos vândalos, que exigiam o pagamento de tributos¹²⁵. Por não terem cedido à exigência, os dois povos entraram em confronto aberto e os dois lados buscaram a intervenção dos deuses. Enquanto os vândalos se refugiaram junto a Godan, o equivalente lombardo de Odin, os vinilos pediram a proteção de Frigga, esposa de Godan. Godan prometeu a vitória à primeira tribo com a qual viesse a se deparar após o amanhecer, mas a engenhosa Frigga virou sua cama durante a noite para que

assim que acordasse estivesse diante dos vinilos, e por isso eles foram vitoriosos¹²⁶. Para Paulo, os vinilos eram os ancestrais dos lombardos.

Mencionamos o mito de origem lombardo de Paulo apenas para que se tenha em mente que a saga de Jordanes não constitui uma narrativa isolada, mas voltemos aos godos. Encontramos estudiosos favoráveis e contrários a uma origem escandinava. Há inclusive aqueles que sustentam posições que podem ser vistas como intermediárias para solucionar o problema gótico. Se por um lado o arqueólogo polonês Marek Olędzki afirma que “a maioria concorda que [...] a chegada de godos e gépidas da Escandinávia para a Pomerânia está inteiramente refletida nas fontes arqueológicas”¹²⁷, por outro o historiador irlandês Peter Heather conclui ser “altamente improvável” que a história dos godos tenha começado na Escandinávia. Essas avaliações manifestamente contraditórias via de regra resultam não de uma discordância em relação à existência das evidências propriamente ditas, mas dos critérios adotados por cada estudo para considerá-las suficientes ou não para atestar a presença dos godos na Escandinávia.

Começemos pelas opiniões contrárias. Kmieciński foi um dos primeiros arqueólogos a realizar uma análise comparativa entre a cultura Wielbark — que chamava de Godo-Gépida, como Kossinna — e os achados escandinavos. Para ele, de modo geral não podemos identificar similaridades que autorizem uma conexão entre península e continente. Alguns padrões são típicos da Wielbark e não aparecem com frequência na Escandinávia; outros, embora comuns, são distribuídos de maneira muito mais dispersa pelos territórios escandinavos que no continente. O único elemento comum significativo é a presença de círculos de estelas em cemitérios¹²⁸. Seguindo a mesma linha de pensamento, Heather concluiu que a única característica da primeira fase da cultura Wielbark — Wielbark-Lubowidz — identificada na Escandinávia seria os círculos de estelas. Um total de 27 sítios haviam sido localizados na península até o ano de 1983. Contudo esses círculos não aparecem na Pomerânia durante o século I, apenas a partir do início do século II, isto é, não constituem uma prática das primeiras décadas da Wielbark-Lubowidz (1-100). Portanto, o único padrão arqueológico comum à península e ao continente não é capaz de demonstrar o envolvimento de grupos étnicos escandinavos no estágio inicial de formação da Wielbark na área que circunda a foz do Vístula. Para mais, esses círculos também representam elementos comuns à última fase

da cultura Oksywie (200 a.E.C.-100), a antecessora da Wielbark na Europa Central¹²⁹. Assim, em que pese a existência de um padrão arqueológico comum, não é possível estabelecer uma linha de continuidade entre os vestígios da Escandinávia e os da Pomerânia.

Dessa maneira, não possuímos dados suficientes para inferir se a Wielbark importou essa prática de levantar anéis de pedras nos arredores de túmulos dos povos escandinavos ou daqueles que faziam parte da Oksywie, como os rúgios. Se a segunda possibilidade estiver correta, o surgimento da Wielbark pode estar relacionado à adoção de novos hábitos pelas populações nativas da Pomerânia, não a uma grande migração. Do ponto de vista da arqueologia, a hipótese de migração em massa somente pode ser confirmada se costumes das tribos escandinavas forem verificados no momento de constituição da Wielbark no continente, ou seja, na primeira metade do século I, cronologia que em tese corroboraria um deslocamento de grandes proporções¹³⁰. Heather não descarta a possibilidade de uma ou mais migrações de menor escala, restritas a algumas famílias específicas da aristocracia escandinava, mas observa que esses movimentos, se realmente ocorreram, não representam o principal fator responsável pelo estabelecimento de novos costumes no entorno do Vístula:

[...] o suficiente é conhecido sobre o desenvolvimento geral das culturas arqueológicas ao redor do Báltico nos séculos de cada lado do nascimento de Cristo para concluir ser altamente improvável que uma emigração substancial da Escandinávia tenha ocorrido em qualquer ponto desse período. Pelas evidências arqueológicas, o máximo que se pode deduzir é que alguns clãs 'godos' aristocráticos migraram da Escandinávia para o norte da Polônia. Mas mesmo assim a maior parte da população nativa do sul do Báltico já havia adotado os novos costumes que os haviam tornado arqueologicamente distintos, e já eram godos. O núcleo do argumento a favor de uma ligação entre os godos e a Escandinávia continua, portanto, no relato de *Gética* sobre a migração de Berig.¹³¹

Nesse caso, a história dos godos seria a história de um povo ou de uma família? Se consideramos os estudos mais antigos sobre o tema, vemos que o problema gótico tem sido trabalhado muitas vezes como uma questão de extremos, de tudo ou nada, vale dizer: ou o relato de Jordanes está correto e os godos migraram da Escandinávia para a Polônia em um grande deslocamento, ou ele não está e nenhum movimento ocorreu entre península e continente. Entretanto, assim como vimos quando falamos sobre a progressiva transição da cultura Wielbark para a Cherniacove, que espelha a migração de

Filímero da Gothiscandza para Oium, teorias baseadas em migrações de populações inteiras de um local para outro em uma só trajetória têm sido pouco a pouco abandonadas pelos estudiosos em favor de processos mais lentos de interação entre comunidades de diferentes regiões. A ideia literal de “deslocamento” cede à de “dispersão gradual”. Precisamos compreender essa nova perspectiva antes que possamos avançar para os trabalhos que defendem uma comprovação científica, ainda que parcial, para a migração de Berig.

Com o término da 2ª Guerra Mundial, uma escola de arqueólogos poloneses, liderada por Józef Kostrewski, conduziu uma série de trabalhos para reconstruir a história da Polônia e um grande esforço foi feito para tentar demonstrar uma cadeia de continuidade entre os povos eslavos, defendendo-se inclusive características eslavas para a cultura da Lusácia (1.700-500 a.E.C.), período de transição entre a Idade do Bronze e a do Ferro. Na década de 1960, seguindo os princípios levantados por Kossinna, Kostrewski permanecia compreendendo a migração de godos e gépidas da Escandinávia como um fato, uma certeza. Para ele, os migrantes formavam uma elite guerreira escandinava que desembarcou na foz do Vístula, região que até então era área de ocupação dos burgúndios, e conquistou as tribos nativas da cultura Oksywie, permanecendo na Pomerânia por cerca de 200 anos¹³². Para o arqueólogo sueco Birger Nerman, a discrepância entre a grande quantidade de túmulos identificados nas províncias suecas de Gotalândia Ocidental e Gotalândia Oriental¹³³ referentes ao período da Idade do Ferro pré-romana tardia (300-150 a.E.C.) e o pequeno número relativo ao período inicial da Idade do Ferro romana (1-200) sugere um esvaziamento populacional do sul da península e consequentemente uma migração em massa¹³⁴. Entre as regiões suecas que passaram a ser cotadas pelos arqueólogos como a Scandza de Jordanes estão não só a Gotalândia Ocidental e a Gotalândia Oriental, mas também as ilhas de Olândia e Gotlândia.

Mencionamos os círculos de estelas, mas existem outros achados que nos permitem conectar a cultura Wielbark à Escandinávia? Na virada da década de 1980 para 1990, arqueólogos identificaram um cemitério na aldeia de Skälv, Gotalândia Oriental, com túmulos que se estendem desde os últimos séculos da Idade do Bronze até a Idade do Ferro romana tardia. A sepultura de uma mulher das primeiras décadas do século III, em particular, despertou a atenção dos pesquisadores. Dentro de uma caixa de madeira com uma fechadura de

ferro estavam reunidos os ossos queimados da mulher e alguns bens de sepultura, entre eles vários produtos de metal datados de meados do século II ao início do III. Joias e acessórios de roupas, como uma fivela de cinto de bronze, uma corrente também de bronze, um berloque de prata dourada e um par de braceletes de bronze adornados com uma cabeça de cobra. Na Wielbark, diferentemente dos túmulos de homens, via de regra mais simples, os das mulheres eram geralmente acompanhados por ricos objetos de uso pessoal. O túmulo encontrado em Skälvi se aproxima muito mais do que é tradicionalmente considerado típico para a Pomerânia do que para a Escandinávia¹³⁵.

Outros sítios descobertos em Gotalândia Oriental apresentam características parecidas. Na aldeia de Lönneberga, de um total de 48 sepulturas, 34 eram de cremação e 14 de inumação, e muitas continham artefatos semelhantes como broches, pingentes e fíbulas, parte datada dos anos 200-250. Sobre o solo, um largo círculo de estelas. Denários romanos foram achados na zona costeira. Em Östervärv, dois itens identificados em um túmulo com vários bens, incluindo armas, são de especial interesse. O primeiro é uma fíbula de bronze em formato de rosa, objeto muito comum nas áreas de influência da cultura Cherniacove. O segundo consiste em um chifre de vidro ricamente trabalhado e utilizado como recipiente para bebidas, provavelmente importado de alguma província romana. Uma quantidade expressiva de produtos fabricados no império também foi encontrada em Olândia. A localização da ilha, um ponto mais próximo à costa da Pomerânia, certamente serviu como condição facilitadora¹³⁶. A presença dessas mercadorias não só sugere o elevado status social dos seus proprietários como sinaliza um intercâmbio entre a península e o Mediterrâneo. Esses itens chegavam pelas relações mantidas entre as elites escandinavas e os diversos grupos que funcionavam como agentes intermediários nas rotas comerciais que ligavam o império ao Báltico. Aqui vale lembrar Masłomęcz, importante ponto de conexão e transição entre Wielbark e Cherniacove. Em um assentamento nos arredores da cidade de Bredsättra, Olândia, descobriu-se um tesouro contendo um conjunto de colares de âmbar, quase todos elaborados em formato de círculo ou disco, mas 11 produzidos como berloques, pingentes. Colares de âmbar como berloques são elementos muito comuns nos túmulos de mulheres e crianças da cultura Cherniacove¹³⁷.

Os barcos funerários (*boat graves*) são outro ponto de conexão. Um costume comum a alguns povos da Europa setentrional consistia em depositar o corpo do morto dentro de um barco e em seguida enterrar toda a estrutura. Desse modo, a embarcação funcionava como uma espécie de sepultura. Muitos vestígios dessa natureza têm sido encontrados nas últimas décadas na zona de influência da cultura Wielbark, geralmente em número de um ou dois por cemitério. Descobertas foram feitas em vilas polonesas localizadas nas duas margens do Vístula¹³⁸, mas uma chama a atenção pela quantidade de artefatos encontrados. Fugindo ao padrão de um ou dois por cemitério, um total de 13 barcos foram identificados em Weklice, uma pequena aldeia da margem leste do Vístula, a cerca de 20 quilômetros da costa do Báltico. Barcos funerários foram igualmente encontrados na Escandinávia, também em número de um ou dois por sítio. Se considerarmos apenas o período da Idade do Ferro romana (1-400), em especial o intervalo entre os séculos II e III, os achados concentram-se por toda a Península da Jutlândia, atual Dinamarca, e pelo extremo sul da Suécia¹³⁹, sobretudo pela ilha de Boríngia, ponto intermediário entre as duas Penínsulas Escandinavas e a Pomerânia. Alguns desses barcos possuíam ricos bens de sepultura, incluindo armas e mercadorias romanas; outros eram mais modestos e não continham objetos de uso pessoal. A maioria das descobertas escandinavas foi realizada em locais onde não foram detectados círculos de estelas, exceto na Boríngia, onde as duas práticas funerárias foram observadas. Para alguns pesquisadores, essas evidências podem ser interpretadas como um sinal de que a ilha representava um ambiente de contato entre os povos da Escandinávia e os da Europa Central, possivelmente de onde a cultura Wielbark importou os costumes dos círculos de estelas e dos barcos funerários¹⁴⁰. Um estudo conduzido por pesquisadores poloneses em 2019 trouxe um novo olhar sobre o assunto ao abordá-lo não apenas sob a perspectiva da arqueologia, mas também da genética. Analisando o DNA mitocondrial dos restos mortais de 27 indivíduos encontrados no cemitério de Masłomęcz, e datados dos séculos II a IV, constatou-se que essas pessoas possuíam vínculos genéticos muito próximos com duas populações em especial. Primeiro, com grupos que habitavam a região que atualmente compreende a vila de Kowalewko, margem oeste do Vístula; segundo, com povos da Jutlândia. Nenhuma conexão foi identificada com comunidades da Suécia¹⁴¹.

O que se pode concluir com segurança é que os povos da Escandinávia, notadamente os que habitavam territórios que hoje fazem parte da Dinamarca e do sul da Suécia, mantinham certo nível de interação com aqueles que compunham o universo da cultura Wielbark. Entretanto as informações que possuímos não nos permitem concluir que a Wielbark se formou em razão de uma ou mais migrações escandinavas para a Pomerânia. O avanço sequenciado dos artefatos do Báltico para os Bálcãs e a progressiva incorporação de elementos particulares aos nativos das estepes euroasiáticas evidenciam o processo de transição da Wielbark para a Cherniacove, mas o mesmo não ocorre entre a Escandinávia e a Wielbark. Nesse caso, as características comuns encontradas na península e no continente datam do mesmo período; não há antecedência dos vestígios escandinavos, e por isso o cenário é sugestivo não de deslocamentos unidirecionais, mas de um fluxo de movimentos recíprocos entre as duas regiões. Para Kaliff, podemos conceber um ambiente de migrações de menor escala na forma de trocas comerciais, casamentos dinásticos, pequenas colônias ou contratações de mercenários. O desenvolvimento dessa espécie de comunidade báltica na Idade do Ferro romana pode ter se intensificado pela necessidade de o império importar produtos típicos do norte, como peles e couro. O arqueólogo compara essas interações à Liga Hanseática (séculos XII-XVII), uma confederação medieval formada por guildas de mercadores das principais cidades da costa do Báltico que se uniram para defender interesses comerciais comuns, como o estabelecimento de monopólios e o combate à pirataria¹⁴².

1.6 Nomes da literatura romana associados aos godos

Falamos sobre a saga de migrações de Jordanes e até que ponto a pesquisa arqueológica é capaz de validá-la. Neste curto tópico examinaremos nomes de povos e lugares indicados pela literatura antiga que podem estar relacionados aos godos e servir como informação adicional sobre suas origens. Temos dito que a literatura greco-romana dos séculos I e II não menciona diretamente os godos por terminologias que nos são mais familiares, como *gothi*, *tervingi* ou *greuthungi*, mas estudos recentes têm sugerido possíveis conexões com povos germânicos ou mesmo com regiões e rios presentes em textos dos primeiros séculos da Era Comum quando seus nomes revelam alguma proximidade do ponto de vista linguístico, em especial quando contêm as partículas *göt-* ou

gut-. Afinal, na língua gótica **gutans* era a designação para “godos” — talvez possuísse um significado mais amplo de “povo” ou “gente” — e **Gut-þiuda* (*Gutthiuda*) para “terra ou país dos godos”. Várias teorias são propostas sobre a etimologia desses termos, e entre as mais convincentes está aquela que defende que são derivações das palavras protogermânicas **gutoz*, **gutaz* ou **gutanz*, que por sua vez podem ter origem no verbo **geutaną*, com significado de “derramar” ou “molhar”¹⁴³.

Começamos então por Plínio. Em *História Natural*, publicada entre os anos 77 e 79, o autor catalogou o que chamou de “*raças ou linhagens germânicas*” (*germanorum genera*) com base em um critério puramente geográfico, dos territórios que cada uma habitava. Em uma primeira divisão classificou os povos germânicos em cinco grandes grupos: vândalos, istevões, ingevões, hermiões e peuquinos, equiparando os últimos aos bastarnos. Em seguida decompôs cada um desses grupos em subgrupos, e para os vândalos indicou quatro ramos menores, os burgúndios, varnos, carnos e gutões (*gutones*, *gotones* ou *gothones*)¹⁴⁴. Seguindo a lógica da partícula *gut-*, pesquisadores têm estabelecido pontes entre os godos e os gutões de Plínio. Em outro tomo da mesma obra, ao realizar comentários sobre o *sucinum*, o âmbar, o autor cita um geógrafo grego do século IV a.E.C., Píteas, segundo o qual os *guiones* ocupavam uma área no estuário do “*oceano Meótis*”. Vejamos:

Píteas diz que os *guiones*, um povo da Germânia, habita as praias do estuário do Oceano chamado Meótis, e seu território se estende a uma distância de seis mil *stadia*; com um dia de viagem desse território está a Ilha de Báltia, onde durante a primavera as ondas do mar jogam âmbar sobre as praias¹⁴⁵.

Há quem sustente que os *guiones* de Píteas coincidem com os *gutones* de Plínio, ou mesmo que os dois termos representem formas diferentes pelas quais Plínio escreveu a mesma palavra. Se essa equiparação estiver correta, por si só excluirá qualquer possibilidade de associação entre godos e gutões. Isso porque, enquanto Píteas posiciona os gutões no entorno do Mar Negro ainda no século IV a.E.C., a pesquisa arqueológica sugere que os godos só alcançaram a região a partir da segunda metade do século III pela gradativa transição da cultura Wielbark para a Cherniacove, uma lacuna de aproximadamente sete séculos de diferença entre os dois períodos. Para mais, Christensen chama a atenção para um anacronismo que coloca a credibilidade de toda a passagem em xeque: os povos germânicos só se tornaram conhecidos por gregos e

romanos no final do século II a.E.C., quando cimbros e teutões migraram para o sul até alcançarem as fronteiras da república e lançaram uma ofensiva contra os romanos, dando origem à Guerra Cimbra (113-101 a.E.C.). Portanto, Píteas não poderia ter se referido à Germânia no século IV a.E.C., como consta no excerto transcrito¹⁴⁶.

Se decotarmos a referência aos *guiones*, poderemos extrair de Ptolemeu um vago indício que corrobora a ligação entre godos e gutões. Em *Geografia*, obra escrita cerca do ano 150, o geógrafo aponta o Vístula como uma linha de fronteira entre os universos da Germânia (margem oeste) e da Sarmácia (margem leste), e ao listar as tribos que habitavam a margem leste do rio cita os gutões, aqui indicados com a grafia de *gythones*, posicionando-os em territórios situados ao sul dos finos e ao norte dos vênedos¹⁴⁷. A localização corresponde grosso modo às áreas de ocupação da cultura Wielbark-Lubowidz. Nada sabemos sobre os gutões além do que podemos extrair de pequenos comentários avulsos feitos por Tácito em *Germânia*. Sem apresentar maiores detalhes, o autor afirma que os gutões eram “*governados por reis de maneira um pouco mais autocrática que as outras tribos germânicas, mas não a tal ponto que a liberdade seja destruída*”¹⁴⁸. A informação não esclarece muito. Dificilmente uma análise mais aprofundada sobre o governo e a estrutura de comando dos gutões chegou ao conhecimento do público romano em geral ou mesmo de Tácito. Talvez notícias ou boatos sobre a postura autoritária de algum chefe específico, mas aqui ingressamos novamente no campo da mera especulação. Tácito acrescenta que os gutões possuíam como vizinhos os rúgios e lemóvios, que também habitavam a zona costeira do *oceanus*, e que todos esses povos da região se diferenciavam pelo uso de escudos com formatos circulares e de um modelo próprio de espada curta¹⁴⁹. Os lemóvios não aparecem em outros textos da época — não com esse nome —, mas os rúgios são usualmente associados ao Báltico e à cultura Oksywie. Assim, a disposição dos gutões junto aos rúgios parece ir ao encontro do estágio inicial de expansão da Wielbark sobre a Oksywie.

Também no século I, entre os anos 17 e 18, Estrabo menciona uma tribo pelo nome de butões (*butones*). Fazendo um retrato da Germânia e seus povos, conta que o príncipe marcomano Marobóduo passou a juventude na Itália sob a tutela do imperador Augusto e que, ao retornar à sua terra natal, tornou-se rei dos marcomanos com o suporte dos romanos. Nessa posição conquistou

uma série de tribos vizinhas, entre elas os lúgios, os sêmnones e os butões¹⁵⁰. Essa é a única referência aos butões na literatura antiga. Estrabo era grego, mas os textos mais antigos que possuímos de *Geografia* são versões escritas em latim, por isso uma das possibilidades que se levanta é que a palavra *butões* seja uma tradução para o latim do equivalente grego de gutões. Como os butões não aparecem em qualquer outro documento, outra hipótese é que o “B” no lugar do “G” seja simplesmente um erro do autor ou de algum copista posterior. Entretanto o próprio Estrabo afirma em outra parte do livro que “*aquelas partes além do Albis (Elba) que estão próximas ao oceano são totalmente desconhecidas por nós (os romanos)*”. E adiciona: “*não conheço homem algum, inclusive de tempos mais antigos, que tenha feito essa viagem pela costa até regiões mais ao leste que se estendem até a boca do Mar Cáspio*”¹⁵¹. A informação é relevante; Estrabo registra claramente a falta de conhecimento dos romanos de sua época sobre os territórios compreendidos entre o Elba e o Cáspio, área que abrange toda a Pomerânia e a cultura Wielbark. Em suma, nenhuma evidência permite uma conexão segura entre butões e gutões.

Para possíveis ligações com a Escandinávia, encontramos em Ptolemeu um povo indicado como os *gutae*. Ao descrever a Scandza de Jordanes, que aqui aparece como Scandia, Ptolemeu comenta que a região era composta por quatro ilhas, três menores e uma muito maior, e lista um total de sete povos que as habitavam, entre eles os *gutae*, que aponta como ocupantes de territórios localizados mais ao sul¹⁵². A conexão entre os *gutae* e os *gythones* é tentadora, praticamente inevitável. Primeiro Ptolemeu situa a Scandia diante da foz do Vístula, depois coloca os *gythones* na costa do Báltico, margem oriental do rio, e por fim situa os *gutae* no extremo sul das ilhas escandinavas. Na visão de alguns historiadores, como Wolfram, está claro que estamos falando de dois povos góticos. Talvez essas duas tribos personifiquem a migração de Berig da Scandza para a Gothiscandza, os descendentes daqueles que partiram em busca de novas terras e dos remanescentes que escolheram permanecer em seus lares na ilha escandinava. Wolfram chega a conjecturar que os *gutae* possam ser descendentes diretos dos gautas (**gautoz*, em proto-germânico; *götar*, em nórdico antigo), outro povo citado por Procópio muito tempo depois, no século VI. Procópio conta que os gautas formavam a maior das antigas tribos de Thule, região que associa a alguma região da

Escandinávia, e estranhamente pontua que cultuavam o deus da guerra, Ares. No entanto, comenta sobre eles como se falasse de povos balcânicos como os citas, getas, trácios e os próprios godos, posicionando-os inclusive próximos aos hérulos, que moravam no entorno do Mar Negro¹⁵³. Um conjunto de anacronismos de tempo e espaço que nos impede de estabelecer conexões seguras.

Sobre regiões e rios possivelmente relacionados aos godos, logo após classificar os povos germânicos em grupos e subgrupos, Plínio indica os sete “*principais rios que desembocam no oceano*”, e entre eles um que cita pelo nome de *Guttalus*, também chamado *Guthalus* pelos autores antigos¹⁵⁴. Os outros que aparecem na listagem são o *Vistillus* (Vístula), *Albis* (Elba), *Visurgis* (Weser), *Amisius* (Ems), *Rhenus* (Reno) e *Mosa* (Mosa). Se a ordem de indicação coincidir com a sequência em que estão dispostos geograficamente, como se suspeita, o *Guttalus* estaria posicionado em alguma localidade ao leste do Vístula, correspondendo talvez ao Prególia, rio que desemboca no Báltico na altura do enclave russo de Kaliningrado. Porém o Prególia foge aos limites da área tradicionalmente atribuída à cultura Wielbark na Pomerânia. Tornando uma possível associação ainda mais difícil, Júlio Solino, um autor do século III, posiciona o *Guthalus* ao oeste do Vístula¹⁵⁵.

Na Suécia há um grande número de lugares modernos e antigos cujos nomes são construídos com a partícula *göt-*, a começar pelas províncias de Gotalândia Ocidental (*Västergötland*) e Gotalândia Oriental (*Östergötland*), essa última por vezes traduzida como Ostrogócia. Nessas mesmas províncias do sul da Escandinávia, assim como em outra chamada Nerícia, identificamos os distritos de *Götala*, *Götlunda*, *Götavi*, *Götevid*, *Götvi* e *Göteve*. Uma ilha posicionada aproximadamente 100 quilômetros ao leste da península, imediatamente acima da Polônia e ao oeste da Lituânia e Letônia, foi batizada como Gotlândia (*Gutland*, em gútnico antigo). Nela existe um mosteiro do século XII, a Abadia Roma, que em seus primeiros dias era conhecido como *Gutnalia*. O pequeno rio *Göta älv* deságua nas imediações de Gotemburgo (*Göteborg*, em sueco), costa oeste. Entre as explicações comumente apresentadas para a origem desses nomes está o fato de muitos estarem conectados a lagos e cursos de água em geral, o que nos remete novamente ao significado de “derramar” ou “deixar fluir”. Outra possibilidade é que derivem

de *Gautr* ou *Gauti*, algumas das diversas formas pelas quais o deus Odin era chamado pelos escandinavos. O que todos esses lugares possuem em comum é a circunstância de estarem situados dentro da área de ocupação creditada aos gautas (Gotalândia Ocidental e Oriental, península) e gutas (Gotlândia, ilha), e o toponimista¹⁵⁶ Jan Paul Strid conclui que a hipótese mais realista é que simplesmente estejam conectados a *götar*, palavra em nórdico antigo utilizada para se referir a gautas e gutas¹⁵⁷. Vimos que do ponto de vista científico, acadêmico, conexões entre os godos e a Escandinávia são no mínimo controversas, mas a existência desses nomes até os nossos dias acaba servindo como um elemento de reforço de um passado gótico para o imaginário sueco.

Voltemos aos autores antigos. Depois da menção feita por Ptolemeu aos *gutae*, um largo período de mais de 100 anos transcorreu sem que qualquer referência a algum povo passível de ser associado aos godos fosse feita — isso, claro, da literatura que sobreviveu aos nossos dias. Em meados do século III, o historiador e general Déxipo registrou uma série de ataques de bárbaros contra a Grécia, em especial contra a cidade de Tessalônica, durante as décadas de 250 e 260. Em seus escritos, o autor, que inclusive foi um dos principais responsáveis por liderar a resistência local, classificou os bandos invasores apenas como “citas”, termo nem sempre empregado para designar os citas propriamente ditos, e sim uma palavra genérica para os vários grupos seminômádicos que habitavam as estepes da Eurásia. Desse modo, os fragmentos deixados por Déxipo não nos permitem chegar aos godos se considerados isoladamente. No entanto, textos posteriores — e consequentemente não contemporâneos — que abordaram essas mesmas invasões são mais precisos ao atribuí-las aos godos. Em *Crônica*, obra escrita em Constantinopla por volta do ano 380, Jerônimo afirmou categoricamente que territórios da “*Grécia, Macedônia, Ponto e Ásia foram devastados pelos godos*” em 262¹⁵⁸.

Em Naqsh-e Rostam, Irã, uma inscrição gravada em três diferentes línguas (pálavi, parto e grego) para comemorar as diversas vitórias do *shahanshah*¹⁵⁹ Sapor I sobre os romanos durante os governos dos imperadores Gordiano III, Filipe, o Árabe, e Valeriano contém uma informação importante. Ao referir-se à Batalha de Misiche, um confronto aberto de grandes proporções que ocorreu em 244 na cidade de Misiche, atual Faluja, Iraque, em que tanto os romanos como os sassânidas se declaram vitoriosos, a inscrição observa que “o César

*Gordiano reuniu uma força expedicionária de todas as partes de Roma e dos reinos de godos e germânicos e marchou sobre o Assuristão (província da Babilônia)”¹⁶⁰. A palavra empregada na redação foi o grego Γότθος (Góththos), traduzido às vezes como “povo godo”, mas mais frequentemente como “país, terra ou reino godo”, expressando o mesmo significado que *Gothia* e *Gutthiuda*. O registro surpreende por se tratar de uma menção explícita aos godos nas profundezas do Médio Oriente, distante das regiões ocupadas por tervíngios e grutungos entre o Danúbio e o Mar Negro. A clara referência revela que durante o século III os godos já eram percebidos como um povo distinto a ponto de serem separados até mesmo das outras tribos germânicas pelos sassânidas, algo muito diferente da vaga alusão aos citas que encontramos em Déxipo.*

1.7 Identidade situacional

A ideia de etnicidade¹⁶¹ começou a ser trabalhada com maior rigor científico a partir do século XIX. Aos poucos a associação entre os conceitos de “grupo étnico” e “raça” foi abandonada em favor de critérios mais técnicos, como o de ascendência genética ou matriz linguística comum. Mais recentemente, pesquisadores têm apontado novos fatores para identificação de etnias, como a teoria do compartilhamento de valores fundamentais. Nesse caso, parte-se da concepção de que cada comunidade atribui um grau de importância diferente a determinado padrão moral. Contudo, mesmo que o assunto tenha recebido novos enfoques nas últimas décadas, de modo geral predomina na antropologia a lógica de compreender o pertencimento a um grupo específico como algo posto e natural, não modificável com o tempo, ou seja, como categoria normativa e estanque¹⁶². Na década de 1960, um trabalho publicado pelo antropólogo norueguês Fredrik Barth veio na contramão dessa tendência. Tendo como objeto de estudo o povo dos pastós — ou pachtuns —, habitantes de regiões sul e leste do Afeganistão, assim como do extremo noroeste do Paquistão, Barth constatou que muitos dos jovens pastós que não conseguem se destacar em atividades consideradas socialmente relevantes acabam se mudando para comunidades balúchis ou kohistanis vizinhas com o propósito de recomeçarem suas vidas. Em outras palavras, um pastós “transforma-se” em balúchis ou kohistanis, torna-se membro de outro grupo étnico. Com base no que observou, Barth defendeu que a etnicidade está muito mais relacionada à maneira como o indivíduo se percebe e é percebido por

terceiros como pertencente a determinado grupo (percepção interna e externa). Em última análise, etnia é uma questão de crença. Assim, embora o nascimento e a criação de uma pessoa em determinado ambiente sejam certamente responsáveis pela construção dos seus primeiros vínculos identitários, isso não obsta em absoluto a possibilidade de mudanças posteriores¹⁶³.

O trabalho de Barth repercutiu entre os pesquisadores que estudam os povos bárbaros, sobretudo nos debates relacionados às origens e aos fins de cada grupo. Até então a historiografia tradicional costumava interpretar o desaparecimento de povos antigos das fontes a partir de explicações voltadas para teses de dispersões geográficas ou mesmo de extermínios¹⁶⁴. Exemplificando, a súbita interrupção das menções feitas aos visigodos após a Batalha de Guadelete, 711, quando o rei visigodo Rodrigo foi derrotado pelas forças do general berbere¹⁶⁵ Tárique, vinha sendo justificada como consequência do grande número de baixas sofridas pelos visigodos durante o confronto. Uma resistência visigoda se seguiu por algum tempo no norte da Península Ibérica, na região das Astúrias, mas em 720 o Califado Omíada finalmente concluiu a conquista da península, e os visigodos não mais apareceram nos registros literários. Considerando os estudos de Barth, hoje a queda dos visigodos é entendida muito mais como um processo gradual de assimilação e adaptação dos sobreviventes à nova realidade com a qual se deparavam, do que como um extermínio em massa. O mesmo se diga em relação aos ostrogodos na Itália, aos gauleses na Gália, aos vândalos na África e a tantos outros.

Se aceitarmos que a identidade étnica se sujeita às circunstâncias do momento, essa compreensão mais dinâmica e fluida, poderemos falar não só em mudança de uma identidade para outra, mas também em identidades simultâneas. A depender do ambiente em que está inserido, o indivíduo pode se perceber e ser percebido com base em múltiplas camadas. Pensemos por um instante na nobreza ostrogoda da primeira metade do século VI. Perante sua própria gente — os godos que conquistaram a Itália —, essa elite se declarava abertamente como goda e reforçava esse vínculo identitário mantendo-se firme em suas próprias tradições cristãs, ao arianismo. Por outro lado, em um esforço para se aproximar não só da maioria esmagadora da população da península — os romanos conquistados, seus novos súditos —, como também

do próprio imperador bizantino radicado em Constantinopla, os nobres godos se romanizavam. Absorviam hábitos da aristocracia imperial (estilo de vestimenta, etiqueta, refeições etc.) e governavam de acordo com as instituições e o direito dos romanos que os antecederam. O mesmo podemos falar das primeiras gerações dos povos absorvidos pelo império durante a grande expansão territorial do período tardo-republicano; se por um lado mantinham práticas e crenças dos seus antepassados, por outro pouco a pouco se adaptavam ao universo dos conquistadores romanos. O dualismo sempre presente na figura do “bárbaro-romanizado” que se percebia e era percebido ao mesmo tempo como bárbaro e romano. Assim, a teoria da identidade situacional, nome pelo qual essa concepção se tornou conhecida, propõe que a etnicidade seja entendida como uma questão de *performance*. Critérios usualmente utilizados para identificação de grupos étnicos, como costumes, religiosidade ou língua, decorrem de escolhas conscientes ou inconscientes do indivíduo que, encontrando-se diante de determinado contexto fático, performa um ou mais papéis. É possível ainda que um grupo dominante imponha uma performance sobre outros grupos e indivíduos, que se submetem à identidade dominante para evitar violência ou melhorar sua posição entre os dominadores¹⁶⁶.

Mas qual a relação entre essa teoria e a origem dos godos? Primeiro precisamos entender que, segundo historiadores como Pohl, Hallsall e Kulikowski, devemos conceber o *barbaricum* a partir de uma característica preponderante: a *mobilidade*. Apesar de se tratar de uma vasta área entremeada por grandes descampados e densas florestas, verdadeiros vazios demográficos, a região compreendida entre os rios Reno, Danúbio e Elba era habitada por uma série de indivíduos e grupos menores que se deslocavam com grande liberdade e frequência, e não necessariamente por deslocamentos em massa. Embora algumas possam ser consideradas mais estáveis que outras, alianças entre tribos eram feitas e desfeitas de acordo com as conjunturas do momento, conforme necessidades comuns a tribos vizinhas surgiam e desapareciam. Nos primeiros séculos da Era Comum, a formação de confederações maiores e mais duradouras, a exemplo dos marcomanos, representava fenômenos atípicos, episódicos¹⁶⁷. Esse fluxo contínuo de pessoas é corroborado pelo fato de que as línguas e dialetos germânicos falados na Europa central possuíam propriedades semelhantes a ponto de serem inteligíveis entre si¹⁶⁸. Se a

premissa levantada por esses historiadores estiver correta, dificilmente poderemos estabelecer conexões seguras entre as tribos mencionadas por autores clássicos como Tácito, Plínio e Ptolemeu durante os séculos I e II e os povos que se aproximaram das fronteiras do Império Romano na primeira fase do período das migrações (250-400), como os tervíngios e os grutungos. Isso sem contar as dificuldades inerentes à interpretação dos próprios textos, quase sempre carregados de relatos vagos e embasados em fontes que não nos são conhecidas. Portanto, não devemos estudar aos povos bárbaros da Antiguidade com base na noção moderna que possuímos dos Estados nacionais e suas fronteiras bem definidas, com rígidos sistemas de controle de entradas e saídas. O fluxo de pessoas era mais espontâneo, líquido. Cada tribo, isolada ou associada a outras, manifestava uma identidade particular. Indivíduos certamente se identificavam e eram identificados como pertencentes a um ou outro grupo, mas a constante movimentação de pessoas por todas as direções dificulta a tarefa de se traçar longas linhas de continuidade para cada povo. Trazendo esse pensamento para o debate sobre a origem dos godos, as tentativas de estabelecer pontes entre eles e povos dos séculos I e II não passariam de um conjunto de abstrações não demonstráveis. As evidências, quando existem, são frágeis e inconclusivas.

No entanto, os adeptos do conceito de identidade situacional não deixam o problema gótico sem resposta, apenas oferecem uma hipótese diferente da tradicionalmente apresentada. Para eles, a identidade goda, como a de tantos outros povos bárbaros, surgiu como consequência das interações mantidas por uma multiplicidade de grupos germânicos com os romanos durante os séculos III e IV. Inicialmente independentes uns dos outros, bandos que migravam para regiões mais ao sul e vizinhas às fronteiras do império no baixo Danúbio começaram a construir relações mais sólidas e agir de maneira coordenada para fazer frente ao Império Romano, a grande potência dos Bálcãs. Como aliados ou inimigos dos romanos, esses grupos constataram que, unidos, conseguiriam obter maiores ganhos. Dispersos, seriam alvos fáceis para a velha estratégia imperial de jogar as tribos vizinhas umas contra as outras, mas juntos estariam em melhor posição de força para barganhar com as autoridades das províncias e com as cortes de Roma e Constantinopla. A formação dessa espécie de confederação repercutiu sobre os romanos, que passaram a compreendê-los e tratá-los como partes integrantes de um mesmo

povo, o que contribuiu para intensificar ainda mais o próprio processo de unificação. Em outros termos, a constituição de coalizões bárbaras como a dos tervíngios e grutungos deve ser vista como o desfecho de vários movimentos feitos para compor uma posição de força perante o império. Assim, seria incorreto falar-se em tervíngios, grutungos ou godos antes de meados do século III¹⁶⁹. Kulikowski enfatiza a importância do discurso romano nesse processo:

É possível que o próprio discurso da elite romana que nos é acessível hoje tenha ajudado a cultivar uma identidade bárbara coletiva em diferentes regiões da fronteira. Assim como o contato com o Império Romano moldava e algumas vezes criava novas hierarquias políticas e sociais além das fronteiras, também a percepção e a ideologia romanas podem ter ajudado a determinar elementos na cultura dos bárbaros que viriam definir o seu próprio senso de comunidade. Em outras palavras, os discursos da elite romana sobre os godos ajudaram a identificá-los como godos, a codificar os signos de goticidade. A possibilidade não é estranha como pode parecer em princípio, como estudos pós-colonialistas sobre períodos mais recentes demonstraram. O imperialismo moderno teve efeitos profundos em moldar a identidade de povos nativos e sujeitos a ele – por exemplo, a codificação de uma identidade cultural sikh em oposição à religiosa foi em grande parte um resultado da necessidade britânica em ter um grupo prontamente identificável que pudesse ser utilizado pelo exército colonial. É plausível que um processo semelhante tenha ocorrido nas fronteiras do império romano: os diversos grupos a quem os romanos chamavam de francos ou godos por viverem em um lugar em particular e que eram recrutados por unidades do exército romano eventualmente se tornavam francos e godos, pois assim eram descritos em suas relações políticas com o império, quando eram recrutados pelo exército romano ou derrotados por um imperador e descritos em um título de vitória imperial. À medida que os líderes a quem os romanos identificavam como godos cresciam em força e seus seguidores em número, eles se tornavam mais parecidos uns com os outros, impulsionados pela relação militar com o Império vizinho. É possível chamar essa transformação ‘etnogênese’: novas comunidades góticas passaram a existir no final do século III e início do IV. Mas não é necessário apelar aos aristocratas góticos ou às linhagens reais, tampouco às tradições ou aos processos étnicos para explicar o que aconteceu¹⁷⁰.

Nesse ambiente de interações entre godos e romanos, o cristianismo funcionou como um importante elemento da identidade gótica a partir dos anos 340, momento que o imperador Valente concedeu seu aval para que o bispo Úlfilas realizasse uma campanha missionária pelos territórios controlados pelos tervíngios na margem norte. Em 376, quando uma grande horda tervíngia foi admitida no império como refugiados que escapavam em desespero da expansão hunna, a maioria dos godos já havia se convertido ao cristianismo. No entanto, o cristianismo de Valente e Úlfilas era o arianismo, vertente que desde o Concílio de Niceia (325) havia sido declarada uma heresia

pela Igreja e que com o passar das décadas foi paulatinamente perdendo público entre os romanos. Desse modo, se por um lado não temos dúvidas de que a conversão dos godos ao cristianismo deve ser entendida como um movimento de aproximação com o império, de “romanização”, a circunstância de terem se tornado arianos em vez de nicenos acabou servindo como um fator de distanciamento entre eles e seus vizinhos romanos. Como outros povos bárbaros também se tornaram arianos, a exemplo dos vândalos, na ótica romana o arianismo aos poucos se transformou em um marco identitário dos bárbaros, um curioso paradoxo.

Mas não se trata de um consenso. A aplicação do conceito de identidade situacional ao debate sobre a origem dos povos bárbaros tem recebido críticas pela academia, e a principal delas é que na prática a teoria subordina a formação de identidades germânicas à existência do império. Colocando em outras palavras, sem os romanos, povos como os godos não existiriam, pelo menos não na mesma formatação que os conhecemos. Em que pese a acusação que paira sobre esses autores de “romanistas”, parece-nos que a crítica não é capaz de invalidar as premissas levantadas por eles. Não se sustenta que os povos bárbaros só formaram confederações maiores por causa dos romanos, e sim que os romanos funcionaram como importante agente de estímulo para o processo de unificação de uma pluralidade de tribos menores que já compartilhavam uma mesma matriz cultural e linguística. A nova realidade com a qual se deparavam — proximidade com o império e os romanos — foi importante principalmente do ponto de vista político, de unir um sem-número de chefes locais a lideranças maiores.

¹¹ WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 2-3; NEVILLE, Kristoffer. Gothicism and Early Modern Historical Ethnography. *Journal of the History of Ideas*, Philadelphia, v. 70, n. 2, p. 213-234, 2009.

¹² NEVILLE, Kristoffer. *Ibidem*.

¹³ *Ibidem*; BURKHARDT, Johann. Ein Gotenkönig als Friedenskaiser. *Damals*, Leinfelden-Echterdingen, v. 44, n. 8, p. 32-39, 2010.

¹⁴ WHALEY, Joachin. *Germany and the Holy Roman Empire – The Peace of Westphalia to the dissolution of the Reich 1648-1806*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 597.

¹⁵ WIMMER, Jan. *Odsiecz Wiedeńska 1683 roku*. Warszawa: Wydawnictwo Interpress, 1983. p. 270-275.

¹⁶ SONDRUP, Steven. Distorted Echoes: The Mythologies of Nordic Nationalism. In: SONDRUP, S.; NEMOIANU, V. *Nonfictional Romantic Prose: Expanding Borders*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Co, 2004. p. 143-144.

¹⁷ Wends — ou Vendos, na forma aportuguesada — é o nome utilizado para se referir ao conjunto de povos eslavos que habitou regiões mais ao ocidente, próximas à Europa Central. Não se refere a um povo específico.

¹⁸ WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*.

¹⁹ *Ibidem*, p. 1-2.

²⁰“Não há povo germânico até a materialização da Alemanha durante a Idade Média. As fronteiras romanas estavam voltadas para uma variedade de povos, muitos mutuamente antagônicos. A existência de uma civilização germânica antiga e ancestral remontando períodos anteriores a Cristo é invenção de alemães do século VI baseada em fontes clássicas que nos são conhecidas. A invenção foi e continua sendo empregada por escritores dentro e fora da Alemanha; não é menos mítica por isso. A ideia de vândalos, godos, gópidas e hérulos como povos que migraram para o espaço romano de um remoto ‘útero de nações’ é uma tendência ficcional da Bizâncio de Justiniano” (GOFFART, Walter. *Barbarian Tides: The Migration Age and the Later Roman Empire* (The Middle Ages Series). Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2010. p. 296).

²¹ Não se desconsidera que um povo pode existir independente de um Estado ou de um território. Curdos e judeus são talvez os melhores exemplos. Porém, diferentemente deles, os godos simplesmente desapareceram da literatura após a queda dos seus reinos da Península Itálica e Ibérica. Não há evidências de que tenham permanecido unidos, o que nos sugere, ao contrário, que foram absorvidos, adaptaram-se aos povos que vieram depois deles.

²² Curiosamente, uma tradução literal do título seria *Das Origens e Feitos dos Getas*, não *dos Godos*. *Getarum* corresponde ao caso genitivo plural da palavra latina *getae*, isto é, “dos getas”. Mais apropriado teria sido o emprego de *gothorum*, genitivo plural de *gothi*, quando chegaríamos a “dos godos”. Veremos que Jordanes apresenta getas e godos com uma origem comum, como povos aparentados, mas a obra tem como assunto principal os godos, não os getas.

²³ Jordanes *Getica* 1.1.

²⁴ “[...] *gentis praedictae, quasi ex ipsa trahentem originem*” (Jordanes *Get.* 60.316).

²⁵ Jordanes *Get.* 50.266.

²⁶ Cassiodoro *Variae* 1.37; *PLRE* II, p. 256-257.

²⁷ Jordanes *Get.* 50.266.

²⁸ SARTIN, Gustavo Henrique S. de Souza. *A história dos godos escrita por Jordanes: Estudo e Tradução*. 2019. 234 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019. p. 9-12.

²⁹ “[...] *suades, ut nostris verbis duodecim Senatoris volumina coartem*” (Jordanes *Get.* Pref.).

³⁰ Como a grande maioria dos cargos públicos romanos, as funções do prefeito pretoriano (*praefectus praetorio*) variaram com o tempo. Linhas gerais, no período tardo-imperial o império foi dividido em quatro grandes regiões administrativas, as prefeituras pretorianas da Gália, Itália, Ilíria e do Oriente, que abarcavam dioceses e províncias subordinadas, cada uma administrada por um prefeito com responsabilidades civis e militares. Na Itália, o Reino Ostrogodo herdou e manteve a sofisticada estrutura administrativa elaborada pelos romanos.

³¹ Questor do palácio sagrado (*quaestor sacri palatii*) foi um cargo criado por Constantino e posteriormente incorporado à estrutura administrativa ostrogoda com atribuições legislativas. Era o funcionário responsável pela redação das leis. Entre suas atribuições também estava responder a petições dirigidas ao imperador (ou rei, no caso ostrogodo). Talvez uma das personalidades mais conhecidas a ocupar o posto tenha sido Triboniano, oficial responsável pela compilação do direito romano por determinação de Justiniano I.

³² O mestre dos ofícios (*magister officiorum*) compunha a cúpula da administração civil no Império Romano, estando abaixo apenas do prefeito pretoriano. Membro do Sacro Consistório, conselho de altas autoridades civis e militares que assessorava diretamente o imperador, coordenava uma grande equipe encarregada do fluxo de despachos do palácio. Era o responsável pelo cerimonial e pelo controle do acesso de delegações das províncias, cidades e povos estrangeiros. Contava com uma rede de agentes, os *agentes in rebus*, “agentes nos assuntos”, que eram enviados às províncias para monitorarem o regular funcionamento das instituições. Na prática, uma rede de espiões. Compartilhava com o prefeito pretoriano a coordenação de alguns setores estratégicos, como o *cursus publicus*, sistema de transporte e comunicação.

³³ *PLRE* II, p. 265-269. O fato de Cassiodoro ter trabalhado com os sucessores de Teodorico evidencia que continuou do lado dos godos mesmo quando Belissário, general de Justiniano I, já havia retomado porção significativa da Itália para o Império Romano do Oriente.

³⁴ Cassiodoro *Ordo Generis Cassiodororum* 35-37.

³⁵ Militar de ascendência bárbara responsável por depor o último imperador romano da Itália, Rômulo Augusto, em 476. Embora sujeito a debates, o momento é considerado o marco da queda do Império Romano do Ocidente.

³⁶ Jordanes *Get.* Pref.

³⁷ Em sua “Sanção Pragmática” (*Sanctio Pragmatica*), conjunto de diretrizes expedidas por Justiniano I em 554 para regular a situação da Itália após a vitória romana sobre os ostrogodos, o imperador decretou a pena de banimento da memória (*damnatio memoriae*) para o rei Tótila (*Sanctio Pragmatica* 1-2). Em que pese o ato seja da década de 550, sugere a postura da corte de Constantinopla sobre materiais publicitários que exaltassem o inimigo, sobretudo vindos de um alto oficial ostrogodo, como era o caso de Cassiodoro.

³⁸ “[...] *initium finemque et plura in medio mea dictione permiscens*” (Jordanes *Get.* Pref.).

³⁹ MOMMSEN, Theodor. *The History of Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. 5 v. p. XLIV.

⁴⁰ GAUDI, Giovanbattista. Late sparsa collegimus: the influence of sources on the language of Jordanes. In: DICKEY, E.; CHAHOUD, A. *Colloquial and Literary Latin*. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 2010. p. 357-375.

⁴¹ MERRILLS, Andrew. *History and Geography in Late Antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 107-108.

⁴² Jordanes *Get*. 60.314.

⁴³ Jordanes *Get*. 4.28, 14.82 e 23.117; HOOFF, Lieve Van; NUFFELEN, Peter Van. *The Fragmentary Latin Histories of Late Antiquity (AD 300-620): Edition, Translation and Commentary*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020. p. 137-139.

⁴⁴ Jordanes *Get*. 4.28.

⁴⁵ GOFFART, Walter. *Barbarians and Romans, A.D. 418-584 – The Techniques of Accommodation*. New Jersey: Princeton University Press, 1992. p. 20-21. “A imagem comum de relatos históricos sendo transmitidos de geração em geração por especialistas cujo dever é recitá-los e transmiti-los com precisão acaba por não ser tão amplamente aplicável como se poderia esperar; na verdade, parece que o conceito de narrativa histórica como uma forma literária definida distinta de outros gêneros é relativamente raro, exceto em sociedades muito influenciadas pela cultura árabe. [...] Neste caso, os relatos históricos não raramente tomavam também a forma escrita e existia um intercâmbio entre as versões orais e escritas. Há outras exceções, como nos reinos de Daomé, Cuba e Ruanda, onde o rei mantinha uma supervisão centralizada e autoritária da história. [...] Além disso, é preciso ter cuidado para não interpretar esses relatos de forma literal. Uma narrativa sobre a primeira chegada a uma área - um tema comum - não precisa necessariamente ser interpretada como a migração de um povo inteiro. Mesmo que a chegada seja real, pode se referir apenas a uma família influente chegando a uma área já povoada. [...] Viagens, conquistas e chegadas são temas comuns em histórias, mesmo entre povos de longa data, e devemos sempre ser cautelosos em aceitá-los literalmente como registro de qualquer migração em massa ou engajamento militar específico. No entanto, essas narrativas históricas professadas podem ser úteis para os períodos relativamente recentes em que a descrição é geralmente menos impregnada de elementos sobrenaturais do que as primeiras partes desses registros” (FINNEGAN, Ruth. A Note on Oral Tradition and Historical Evidence. *History and Theory*, Middletown, v. 9, n. 2, p. 195-201, 1970).

⁴⁶ MERRILLS, Andrew. H. *Ibidem*, p. 108-109.

⁴⁷ O trecho transcrito no latim: “[...] lectione discens quod vix maiorum notitia cana retinebat” (Cassiodoro *Variae* 9.25.4-5). A passagem traduzida em sua integralidade: “[...] Ele (Cassiodoro) até se aplicou ao estudo de nossa antiga linhagem, aprendendo pela leitura o conhecimento que as antigas canções de nossos ancestrais retinham. Este homem resgatou os vários Reis dos Godos, escondidos no abismo de eras antigas. Este homem restaurou os Amalos e a distinção de nossa família, revelando claramente que possuímos uma linhagem real por dezessete gerações. Ele transformou as origens dos godos em história romana, reunindo em uma só grinalda as flores que anteriormente foram dispersas pelos campos da literatura” (Cassiodoro *Variae* 9.25.4-5).

⁴⁸ Jordanes *Get*. 1-2.

⁴⁹ Procópio *De Bello Gothico* 6.6.27-28.

⁵⁰ Própio comenta que durante a rendição ostrogoda de 552, os derrotados propuseram ao general romano Narses que fossem autorizados a deixarem a Itália. Na versão apresentada, Narses concordou com o pedido e apenas um grupo de 1.000 godos liderados por homens diferentes permaneceu em Pavia, extremo norte da Itália, o restante partiu conforme acordado para terras desconhecidas (Procópio *De Bello Gothico* 8.35.33-38).

⁵¹ Jordanes *Get*. 4.25-28.

⁵² Jordanes *Get*. 3.16.

⁵³ Jordanes *Get*. 3.17.

⁵⁴ A Península Cimbrica corresponde à península dinamarquesa, chamada pelos próprios dinamarqueses de Jutlândia.

⁵⁵ Ptolemeu *Geo*. 2.10.

⁵⁶ MERRILLS, Andrew. *Ibidem*, p. 115-116.

⁵⁷ Ptolemeu menciona os *chaedini, favonae, firaesi, finni, gutae, dauciones e levoni* (Ptolemeu *Geo*. 2.10).

⁵⁸ Jordanes *Get*. 3.19-24. Consideramos a forma aportuguesada dos nomes de várias das tribos indicadas por Jordanes como proposto na tradução de Gustavo Sartin (SARTIN, Gustavo. Sobre a Origem e Feitos dos Godos. Tradução e Comentários Filológico-Tradutórios da Introdução Geográfica. *Scientia Traditionis*, Florianópolis, v. 11, p. 330-355, 2012).

⁵⁹ Na antiguidade, a rota comercial do âmbar abrangia uma larga linha que seguia da Itália ao extremo noroeste da Rússia, área próxima a São Petersburgo, passando por regiões que hoje correspondem a países como a Áustria, Hungria, República Tcheca, Polónia, Lituânia,

Letônia e Estônia.

⁶⁰Jordanes *Get.* 20.108.

⁶¹Jordanes *Get.* 60.313.

⁶²Embora a historiografia tradicional adote a queda de Rômulo Augusto como o momento do fim do Império Romano do Ocidente, há quem aponte a morte do imperador Júlio Nepos em 480 como marco. Discursos políticos e religiosos construídos durante o Medievo se esforçaram para retratar novas estruturas como sucessoras diretas da porção ocidental do império, como o Reino Franco e o Sacro Império Romano-Germânico. Contudo o êxodo massivo das cidades para o campo e o completo desmantelamento da rede imperial de estradas e comunicações que se desenvolveu a partir da segunda metade do século V transformaram as antigas províncias do império em algo substancialmente diferente do que eram nos tempos dos romanos. Fora a total ausência de uma vinculação étnica entre grupos que moravam no império e francos ou germânicos. Seguindo linhas de raciocínio semelhantes, há quem sustente que a parte oriental do império, os bizantinos, sobreviveu com a Rússia de nossos dias por meio do legado ortodoxo. Os fatos estão postos, é uma questão de interpretá-los.

⁶³GOFFART, Walter. *Narrators of Barbarian History (A.D. 550–800)*, The: Jordanes, Gregory of Tours, Bede, and Paul the Deacon. New Jersey: Princeton University Press, 1988. p. 105.

⁶⁴Jordanes *Get.* 17.94-95.

⁶⁵*Gepidae* parece guardar alguma semelhança com a palavra latina *pedes*, que significa aquele que anda a pé. Pedestre ou soldado de infantaria. Nesse sentido, Isidoro oferece uma versão diferente daquela apresentada em *Gética* ao afirmar que “*os gépidas vão para a batalha a pé, não montados, e por isso são assim chamados*” (*gipedes pedestri proelio magis quam equestre sunt usi, ex hac causa vocati*) (Isidoro *Etymologiae* 9.2.92).

⁶⁶*Hist. Aug.* Cláudio II 6.1-2.

⁶⁷Jord. *Get.* 17.94; GEPIDS. In: NICHOLSON, Oliver. *The Oxford Dictionary of Late Antiquity*. Oxford: Oxford University Press, 2018. p. 659.

⁶⁸Procópio *De Bello Vandalico* 1.2.2.

⁶⁹Jordanes *Get.* 50.260.

⁷⁰Jordanes *Get.* 4.26.

⁷¹Estudo da linguagem a partir de fontes escritas.

⁷²Tácito. *Germania* 44.

⁷³Tácito *Germania* 2; Plínio *NH* 4.14.

⁷⁴Procópio *De Bello Vandalico* 3.1-2.

⁷⁵Plínio *NH* 6.7.

⁷⁶Diodoro Sículo *Bibliotheca Historica* 2.43.3-4.

⁷⁷Jordanes *Get.* 5.39.

⁷⁸Jordanes *Get.* 24.121-122.

⁷⁹Jordanes *Get.* 5.42 e 14.82.

⁸⁰KRISTIANSEN, Kristian. The Discipline of Archaeology. In: CUNLIFF, B.; GOSDEN, C.; JOYCE, R. *The Oxford Handbook of Archaeology*. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 25-28.

⁸¹Na década de 1960 uma nova corrente arqueológica surge a partir dos estudos dos arqueólogos americanos Gordon Willey, Philip Phillips e Lewis Binford, a “arqueologia processual” ou “nova arqueologia” (processual ou *new archeology*). Críticos dos historicistas, os processualistas problematizaram a identificação de culturas diferentes somente com base na catalogação de artefatos similares. Na visão desses novos pesquisadores, os arqueólogos não podem se limitar ao achado, descrição e à datação de objetos, precisam se unir a outras ciências humanas, em especial a antropologia, para interpretar o verdadeiro papel desses itens nas sociedades históricas. O processualismo transformou a arqueologia em uma disciplina mais hermenêutica e multidisciplinar; o artefato deixou de ser visto apenas por suas funções típicas para ser compreendido considerando a dinâmica das relações sociais e o ambiente em que está inserido. Uma francisca, por exemplo, espécie de machado utilizado pelos francos, é certamente uma arma de arremesso, mas o material e o requinte com que é produzida revelam informações importantes sobre o domínio de tecnologias e o status social do seu dono.

⁸²FUNARI, Pedro Paulo A. Teorias e métodos da arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica. *Revista Mneme*, Natal, v. 6, n. 13, p. 1-5, dez. 2004/jan. 2005. p. 1-2. Kazanski conceitua cultura material como “um grupo de sítios que, em determinada

época e região, caracteriza-se por um conjunto de 'traços' ou 'elementos' que, associado a um modo de vida determinado (notadamente uma organização econômica ou social que lhe é própria), permite distingui-lo de outros povos vizinhos. Por 'traços' ou 'elementos' entendemos os artefatos (ferramentas, armas, adornos, moradas...) ou os costumes (usos funerários, por exemplo)" (KAZANSKI, Michel. *Les Goths: Ier-VII après J.C.* Paris: Editions Errance, 1991. p. 18).

⁸³ Tanto o migracionismo como o difusionismo possuem em comum o fato de descartarem a possibilidade de evoluções semelhantes se desenvolverem de modo independente em áreas distantes umas das outras. Porém, pensemos nas pirâmides. A tese de que egípcios e sumérios importaram uns dos outros a ideia de construção de grandes estruturas pontiagudas parece bastante razoável, mas como explicar as pirâmides construídas pelos astecas, que não mantiveram contato de qualquer natureza com egípcios ou sumérios?

⁸⁴ ARNOLD, Bettina. The past as propaganda: totalitarian archaeology in Nazi Germany. *Antiquity*, Cambridge, v. 64, p. 464-478, 1990.

⁸⁵ *Ibidem*.

⁸⁶ GOFFART, Walter. *Barbarian Tides: The Migration Age and the Later Roman Empire* (The Middle Ages Series). *Ibidem*, p. 41-42. Antes de Kossinna, acreditava-se que os "primeiros alemães" (*urgermanen*) correspondiam às tribos germânicas do século II a.E.C. Seus trabalhos estenderam regressivamente essa noção até a Idade do Bronze, segundo milênio antes de Cristo, ou mesmo até o Paleolítico, há mais de dois milhões de anos, e conceberam a possibilidade de uma "primeira grande migração" (*völkerwanderung*) para a Europa.

⁸⁷ HEATHER, Peter. *The Goths*. Oxford: Blackwell Publishing, 2008. p. 13-14.

⁸⁸ Estudo dos nomes próprios.

⁸⁹ A cultura material Oksywie se desenvolveu sobre territórios da Pomerânia oriental entre os séculos II a.E.C. e I. Uma de suas principais características é a cremação de indivíduos do sexo masculino, cujas cinzas eram depositadas em urnas negras ricamente adornadas e acompanhadas por objetos diversos, principalmente armas.

⁹⁰ KALIFF, Anders. The Goths and Scandinavia. Contacts Between Scandinavia, the Southern Baltic Coast and the Black Sea Area During the Early Iron Age and Roman Period. In: BIEHL, P.; RASSAMAKIN, Y. *Import and Imitation in Archeology*. Langenweißbach: Beier & Beran, 2008. p. 223-243. p. 226.

⁹¹ Exemplificando, entre as tribos etiquetadas como germânicas anteriores à Era Comum estão os brúcteros (*bructeri*), marsos (*marsi*), catos (*chatti*), frisios (*frisii*), toxandros (*texandri*) e batavos (*batavi*). Não conhecemos muito além dos próprios nomes sobre a maior parte delas.

⁹² GREEN, Denis. *Language and History in Early Germanic World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 254-255.

⁹³ A palavra latina *limes* (*limites*, no plural) pode ser traduzida de modo aproximado como "fronteira". Porém os romanos não a empregavam com o significado moderno de linha ou divisa que marca o limite entre dois territórios. A terminologia era utilizada para designar as complexas redes de defesa que separavam o império dos outros povos, compostas por conjuntos de fortificações, campos militares e barreiras de toda natureza. A partir dos séculos III e IV passou a indicar os distritos de fronteira cuja administração militar estava sob o comando de um duque (*dux*), incluindo a larga região do deserto sírio que marcava a fronteira entre as dioceses e províncias do Oriente e o Império Sassânida.

⁹⁴ Na virada da república para o império, período em que Roma consolidava sua autoridade sobre os territórios e povos conquistados, algumas tribos foram inclusive assentadas nas duas margens do Reno, como os úbios (*ubii*).

⁹⁵ JAMES, Simon; KRMNICEK, Stefan. *The Oxford Handbook of The Archeology of Roman Germany*. Oxford: Oxford University Press, 2020. p. 445-450.

⁹⁶ As datações realizadas pela arqueologia são quase sempre genéricas, imprecisas. Poucas situações de campo admitem o emprego de metodologias mais acuradas, como a dendrocronologia, técnica de datação com base nos anéis do tronco de uma árvore. Em vista das condições climáticas dos territórios da Europa Central atribuídos aos godos, poucos foram os artefatos de madeira que sobreviveram à atualidade.

⁹⁷ LUCZKIEWICZ, Piotr *et al.* The Goths, the Wielbark Culture and over 100 years of research on the eponymous site. *Antiquity*, Cambridge, v. 95, p. 1-9, 2021.

⁹⁸ Traços da influência da cultura Wielbark podem ser constatados até o século V, mas seu apogeu se deu até meados do século III.

⁹⁹ Os celtas estão conectados à cultura La Tène (450-1 a.E.C.), que sucedeu a cultura Hallstatt (1200-450 a.E.C.), ligada a populações proto-célticas, um desmembramento linguístico dos primeiros indo-europeus.

¹⁰⁰ Tácito *Germania* 43; Ptolemeu *Geo.* 2.11.7; Jordanes *Get.* 4.26.

¹⁰¹ Plínio *NH* 4.97.

¹⁰² Seus vizinhos ao leste eram tribos que compunham a cultura do Báltico Ocidental, como os prussianos, galindianos, sudovianos e scalovianos. Ao sul, a cultura Przeworsk. Do lado oeste era cercada por vários grupos germânicos, entre os quais os sêmnonos,

hermúnduros, catos e batavos.

¹⁰³ Conflito entre romanos e marcomanos, quados e outras tribos germânicas sobre o qual falaremos.

¹⁰⁴ A cultura material Przeworsk se desenvolveu sobre regiões do centro e sul da Polónia entre os séculos III a.E.C. e V. Foi uma cultura marcada pela baixa densidade demográfica, pela presença de várias pequenas vilas distantes umas das outras, cada uma com não mais que algumas dezenas de moradores. A base das casas era geralmente construída abaixo do nível do solo e sabiam como construir poços, e por isso as vilas não eram posicionadas necessariamente próximas a rios e lagos.

¹⁰⁵ CIEŚLIŃSKI, Adam. The Society of Wielbark Culture, A.D. 1-300. In: URBANCZYK, Przemysław (org.). *The Past Societies: 500 B.C. – 500 A.D.* Warsaw: Institute of Archaeology and Ethnology, 2016. p. 219-228; KOKOWSKI, Andrzej. The Goths in ca. 311 AD. In: WULFILA 311-2011 INTERNACIONAL SYMPOSIUM, 2011, Uppsala. Acta Universitatis Upsaliensis. Uppsala: Uppsala University, 2011. p. 71-96.

¹⁰⁶ Corpo é depositado em uma cova.

¹⁰⁷ Monolíticos, pedras erguidas.

¹⁰⁸ Roda ou torno de oleiro é o instrumento utilizado pelo artesão para moldar com as mãos o formato da cerâmica enquanto uma peça giratória é acionada com seus pés para virar o material. Essa técnica de produção não era comum na cultura Wielbark, mas era no contexto da Cherniakov, o que em tese pode indicar que as tribos da Europa Central importaram esse conhecimento de povos euroasiáticos.

¹⁰⁹ HEATHER, Peter. *Ibidem*, p. 13-14.

¹¹⁰ A tradicional interpretação de que a Cultura Wielbark se diferencia pela predominância da inumação precisa ser aceita com ressalvas. Trabalhos de campo mais recentes indicam que uma grande quantidade de sepulturas pode ter sido ignorada por arqueólogos em razão da qualidade arenosa do solo das regiões do nordeste polonês. Escavações incompletas e expansão de cidades sobre sítios arqueológicos também dificultam respostas seguras do ponto de vista quantitativo.

¹¹¹ CIEŚLIŃSKI, Adam. *Ibidem*.

¹¹² CIEŚLIŃSKI, Adam. *Ibidem*.

¹¹³ GREEN, Denis. *Ibidem*, p. 167; AUJO. In: KROONEN, Guus. *Etymological Dictionary of Proto-Germanic*. Leiden: E. J. Brill, 2013.

¹¹⁴ CIEŚLIŃSKI, Adam. *Ibidem*.

¹¹⁵ KOKOWSKI, Andrzej. *Ibidem*.

¹¹⁶ Nas primeiras fases da cultura Cherniakov podemos observar que os corpos são enterrados com armas, indicando a presença de remanescentes da Przeworsk (HEATHER, Peter. *Ibidem*, p. 46-47).

¹¹⁷ *Ibidem*; HEATHER, Peter. *Ibidem*, p. 22-24.

¹¹⁸ KOKOWSKI, Andrzej. *Ibidem*.

¹¹⁹ Procópio *De Bello Vandalico* 3.2.5. Ao mencionar a “fé ariana”, Procópio refere-se naturalmente à conversão dos godos ao cristianismo a partir de meados do século IV.

¹²⁰ WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 6.

¹²¹ WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 5-6.

¹²² E arremata: “Mesmo que o núcleo dos ‘reais godos’ fosse relativamente pequeno, eles possuíam capacidade para manter uma certa identidade étnica por longo tempo e em ambientes inteiramente novos” (KALIFF, Anders. *Ibidem*, p. 229-230).

¹²³ Em português, lombardo ou longobardo, os “barba-longas”. Quando o último rei ostrogodo, Teia, foi derrotado pelo general bizantino Narses, a reconquista da Itália de Justiniano foi finalmente concluída. Porém não demoraria para que os lombardos chegassem pelo norte e conquistassem muitas dessas novas possessões bizantinas. Durante a existência do Reino Lombardo (568-774), a Itália foi dividida entre lombardos e bizantinos, mas os primeiros formaram uma presença dominante.

¹²⁴ NEIL, Christie. *The Lombards - The Ancient Longobards* (The Peoples of Europe Series). Oxford: Blackwell Publishing, 1998. p. 1-13.

¹²⁵ Paulo Diácono *Origis Gentis Langobardorum* 1.1; Jordanes *Get.* 3.23.

¹²⁶ *Ibidem*.

¹²⁷ OLEDKI, Marek. The Wielbark and Przeworsk Cultures at the Turn of the Early and Late Roman Periods. The dynamics of settlement and cultural changes in the light of chronology. *Zentrum und Peripherie* (Archäologisches Institut, Viena) Viena, v. 57, p. 279-

290, 2004.

¹²⁸ KMIECIŃSKI, Jerzy. *Zagadnienie tzw - Kultury gocko-gepidzkiej na Pomorzu Wschodnim w okresie wczesnorzymskim*. Łódź: Łódzkie Towarzystwo Naukowe, 1962. p. 150-165.

¹²⁹ HEATHER, Peter. *Ibidem*, p. 25-26.

¹³⁰ *Ibidem*.

¹³¹ HEATHER, Peter. *Ibidem*, p. 26.

¹³² KALIFF, Anders. *Ibidem*, p. 226.

¹³³ Províncias do sul da Península Escandinava.

¹³⁴ NERMAN, Bigger. *Goternas äldsta hem. Fornvännen*, Stockholm, v. 18, p. 165-182, 1923.

¹³⁵ KALIFF, Andreas. *Ibidem*, p. 230-232.

¹³⁶ *Ibidem*; HEDEAGER, Lotte. *Iron Age Mith and Materiality: An Archaeology of Scandinavia AD 400–1000*. London: Routledge, 2011. p. 188-189.

¹³⁷ *Ibidem*.

¹³⁸ Walkowice, Ulkowy, Zakrzewska Osada, Moroczyn, Masłomęcz e Linowo.

¹³⁹ Grødbygård, Vellensbygård, Egholm, Bakkegård Øst, Hedegård, Lundegårde, Præstestien e Slusegård.

¹⁴⁰ NATUNIEWICZ-SEKULA, M.; SEEHUSEN, C. Baltic connections: Some remarks about studies of boat-graves from the Roman Iron Age. In: HANSEN, U. *Worlds Apart? Contacts across the Baltic Sea in the Iron Age*. Denmark-Poland, 2010. p. 288-296.

¹⁴¹ Assim conclui o estudo: “Os resultados colhidos são consistentes com as narrativas históricas que assumem que os godos tiveram origem no sul da Escandinávia; depois, ao menos parte da população goda moveu para o sul pelo território da atual Polônia em direção à região do Mar Negro, onde se misturaram com as populações locais e formaram a cultura Cherniacove. Finalmente, uma fração da população da Cherniacove retornou para a região sudeste da atual Polônia e estabeleceu a formação arqueológica chamada de ‘grupo Masłomęcz’” (STOLAREK, I.; HANDSCHUH, L. et al. Goth migration induced changes in the matrilineal genetic structure of the central-east European population. *Scientific Reports*, London, v. 9, 2019).

¹⁴² KALIFF, Andreas. *Ibidem*, p. 236.

¹⁴³ GEUTANA; GUTAZ. In: OREL, Vladimir. *A Handbook of German Etymology*. Leiden: Brill, 2003. p. 133 e 147.

¹⁴⁴ Plínio *Hist. Nat.* 4.28. Os outros nomes em latim: *vandili, istaeones, ingaevones, hermiones, pequini, bastarnae, burgundiones varini e carini*.

¹⁴⁵ Plínio *Hist. Nat.* 37.11.

¹⁴⁶ CHRISTENSEN, Arne Soby. *Cassiodorus, Jordanes and the History of the Goths: Studies in a Migration Myth*. Copenhagen: Museum Tusculanum Press, 2002. p. 27.

¹⁴⁷ “A Sarmácia é extremada ao oeste pelo rio Vístula e pela Germânia. [...] Raças menores habitam a Sarmácia próximas ao rio Vístula. Abaixo dos *venedae* estão os *gythones*, depois os *finni*, depois os *sulones*” (Ptolemeu *Geo.* 3.5).

¹⁴⁸ “[...] *gotones regnantur, paulo iam adductius quam ceterae germanorum*” (Tácio *Germania* 44). E assim prossegue o texto: “[...] Além dos lúgios estão os *gotones*, que são governados por reis de maneira um pouco mais autocrática que as outras tribos germânicas, mas não a tal ponto que a liberdade seja destruída. Imediatamente depois deles, contornando a costa do oceano, estão os rúgios e os lemóvios. Todos esses povos são diferenciados pelo uso de escudos redondos e espadas curtas, e pela submissão à autoridade real” (Tácio *Germania* 44).

¹⁴⁹ *Ibidem*.

¹⁵⁰ Estrabo *Geo.* 7.1.3. Estrabo fala sobre os lúgios como uma “grande tribo” e menciona outros povos conquistados por Marobóduo sobre os quais nada conhecemos, os *zumi, mugilones e sibini*.

¹⁵¹ Estrabo *Geo.* 7.2.4.

¹⁵² Ptolemeu *Geo.* 2.10.

¹⁵³ Procópio *De Bello Gothico* 6.15.23-26; WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 21 e 39.

¹⁵⁴ Plínio *NH* 4.28.

¹⁵⁵ Solino *De Mirabilibus Mundi* 20.

¹⁵⁶ Onomástica é o estudo dos nomes próprios. Toponímia é uma área específica da onomástica que estuda os nomes próprios dos lugares (topônimos).

¹⁵⁷ STRID, Jan Paul. Retracing the Goths. In: WULFILA 311-2011 INTERNACIONAL SYMPOSIUM, 2011, Uppsala. Acta Universitatis Upsaliensis. Uppsala: Uppsala University, 2011. p. 41-54.

¹⁵⁸ “*Graecia Macedonia Pontus Asia depopulata per Gothos*” (Jerônimo *Chronicon* 262).

¹⁵⁹ Titulatura do monarca persa. Em uma tradução literal, algo como “Rei dos Reis”.

¹⁶⁰ *Res Gestae Divi Saporis* 6. Trecho integral em grego antigo: “ἀπὸ πάσης τῆς Ρωμαίων ἀρχῆς Γούθων τε καὶ Γερμανῶν ἔθνων δύναμιν συνέλεξεν”.

¹⁶¹ A palavra *éthnos* aparece na Grécia Antiga, período arcaico, muito antes do surgimento das primeiras cidades-Estado, para designar um certo sentimento de pertencimento comum presente em grupos que viviam em aldeias não muradas muito próximas umas às outras, as *kómai*. Embora desprovidas de unidade política, de pactos formais de aliança, os membros dessas aldeias se entendiam como partes integrantes de um mesmo universo e cooperavam entre si em temas de interesse comum (ÉTHNOS. In: VIAL, Claude. *Vocabulário da Grécia Antiga*. Tradução de Karina Jannini. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2013. p. 174-175).

¹⁶² HALSALL, Guy. *Barbarian Migrations and the Roman West*, 376–568. New York: Cambridge University Press, 2007. p. 35.

¹⁶³ BARTH, Frederik. Parthan Identity and its Maintenance. In: BARTH, Frederik (org.). *Ethnic Groups and Boundaries – The Social Organization of Culture Difference*. Boston: Little, Brown and Company, 1969. p. 117-135.

¹⁶⁴ HALSALL, Guy. *Ibidem*, p. 36.

¹⁶⁵ Berberes são povos de regiões do norte do continente africano que se comunicam por meio de dialetos tamazigues, da família linguística afro-asiática. Com a expansão do islã sobre o ocidente, gradativamente se converteram à religião dos conquistadores.

¹⁶⁶ HALSALL, Guy. *Ibidem*, p. 40.

¹⁶⁷ KULIKOWSKI, Michael. *Guerras Góticas de Roma*. São Paulo: Madras, 2008. p. 87-89.

¹⁶⁸ *Ibidem*.

¹⁶⁹ Embora Wolfram não seja partidário dessa corrente por defender a possibilidade de se conectar os godos aos gutões, o autor pondera que “[...] nós devemos falar sobre os godos apenas depois dos imigrantes gutões se tornarem ‘citas’ no Mar Negro” (WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 44). Afinal, os godos só passaram a ser assim chamados depois que começaram a habitar a margem norte do Danúbio. Antes disso, ainda que entendamos pela possibilidade de conexões com povos mais antigos, eram conhecidos por outras nomenclaturas.

¹⁷⁰ KULIKOWSKI, Michael. *Ibidem*, p. 88.

CAPÍTULO II

DO BÁLTICO AOS BÁLCÃS

2.1 Guerras Marcomanas e migrações godas

O ano era 27 a.E.C.. Otaviano recebia do Senado os títulos de *Imperator Caesar Divi Filius Augustus*¹⁷¹ depois de derrotar Marco Antônio e Cleópatra na Batalha de Alexandria (30 a.E.C.). Era o início do que chamamos de era imperial, Roma havia conquistado todo o entorno do Mediterrâneo, agora conhecido simplesmente como o *mare nostrum* pelos romanos. Sua área de domínio direto e indireto — por relações de clientela — cobria a larga zona situada entre a Hispânia, Síria, África e Gália. Na Europa Central, as fronteiras romanas foram delimitadas por duas grandes barreiras naturais, os rios Reno e Danúbio, mas Augusto ainda planejava estender as divisas do Reno até o Elba, avançando sobre a região que conheciam como Germânia Maior (*Germania Magna*, *Germania Antiqua* ou apenas *Germania*). Dião Cássio descreve como as legiões gradualmente conquistaram esses territórios, pacificando as tribos locais e fundando pequenas cidades¹⁷². Queruscos (*cherusci*), marsos (*marsi*), catos (*chatti*) e sicambros (*sicambri*) pouco a pouco começaram a se acostumar com a presença dos novos senhores, e uma intensa atividade comercial se desenvolveu entre conquistadores e conquistados. Nessas regiões, romanos e bárbaros inclusive se reuniam em assembleia para discutir assuntos de interesse comum¹⁷³. Vestígios de um povoamento fortificado encontrado a cerca de 100 quilômetros ao leste do Reno, nas vizinhanças da atual vila de Waldgirmes, Alemanha, revelam até onde chegou a presença romana¹⁷⁴.

Desde as Guerras Púnicas travadas com Cartago, a máquina de guerra do império havia se transformado em uma necessidade não só para a aristocracia romana, que se apoderava de uma larga quantidade de terras, escravos e mercados, como também para o próprio exército regular. Generais faziam seus nomes em batalha enquanto a soldadesca de baixa patente acumulava butins. A rápida expansão por todas as direções trouxe uma atmosfera de invencibilidade, parecia que nada poderia deter Roma e suas legiões. Contudo a nova campanha de Augusto sobre a Germânia representaria uma súbita

interrupção desse processo expansionista. Se em um primeiro momento romanos e bárbaros pareciam construir uma convivência relativamente pacífica — malgrado indesejada pelos últimos — nos territórios recém-conquistados da Germânia, a nomeação de um novo governador para a região, Públio Quinílio Varo, reverteria rapidamente esse cenário de integração. Ao impor sobre as tribos locais uma carga tributária cada vez mais pesada, ele gerou um descontentamento que culminou em uma revolta inevitável, e as diversas tribos se uniram para enfrentar os conquistadores¹⁷⁵. Armínio, filho do chefe querusco Segimero, que cresceu e foi educado entre os romanos¹⁷⁶, alcançando o posto de tribuno, desertou para o lado dos seus parentes e atraiu a coluna de soldados de Varo para uma emboscada. Três legiões romanas inteiras foram aniquiladas no episódio que ficaria conhecido como a Batalha de Teutoburgo (9 a.E.C.).

Para além da simbólica perda dos estandartes, Suetônio estima as baixas romanas na casa dos 20.000 homens¹⁷⁷. Na capital do império, a notícia da derrota foi recebida com assombro, e não sem razão. Afinal, a perda de tão expressiva força deixou as fronteiras do Reno vulneráveis a possíveis ataques, e o acesso à Gália estava praticamente aberto aos inimigos. Imediatamente, Augusto ordenou que outros regimentos fossem enviados às pressas para socorrer a região e prolongou os mandatos dos governadores, evitando que a programada troca de comando colocasse as tropas sob a liderança de generais inexperientes. Para que se tenha noção da gravidade da situação e do clima de pânico gerado com a notícia, o imperador determinou que a guarda da capital fosse posta em prontidão e colocada nas ruas para evitar possíveis revoltas¹⁷⁸. Uma resposta romana só seria possível quase uma década depois, com Tibério. Em uma campanha punitiva liderada pelo general Germânico Júlio César, filho adotivo do novo imperador, oito legiões foram enviadas à Germânia e os romanos conseguiram derrotar a confederação bárbara de Armínio na Batalha de Idistaviso (16), forçando a retirada das várias tribos germânicas para a margem direita do Elba. As três águias perdidas por Varo foram recuperadas.

Apesar da vitória, Teutoburgo trouxe à tona a possibilidade de uma invasão bárbara de larga escala, inclusive de uma derrota maior do império, algo até então fora de cogitação na mentalidade romana. Era um alerta: até que ponto seriam capazes de continuar se expandindo sem comprometer a integridade dos territórios já incorporados? Antes mesmo da retaliação de Tibério e

Germânico, Augusto havia concluído que era preciso revisar a estratégia geopolítica e a doutrina militar que vinham sendo aplicadas, substituir a postura ofensiva por uma mais defensiva, cimentar as conquistas. O debate sobre consolidação e expansão perdurou até o fim do século II; conquistas territoriais pontuais ainda foram realizadas por imperadores como Cláudio (Britânia, 43) e Trajano (Dácia, 106; Mesopotâmia, 116), porém as fronteiras romanas se mantiveram mais ou menos nos moldes em que estavam consolidadas nos tempos de Augusto. Nenhuma tentativa séria de expansão de larga escala sobre o *barbaricum* foi repetida¹⁷⁹. Essa mudança estratégica foi acompanhada de uma ampla reforma militar. Entre as várias medidas tomadas, o exército sofreu uma drástica redução de 60 para 28 legiões com o objetivo de enxugar despesas, diminuindo o efetivo total estimado em cerca de 500.000 homens para menos da metade, 200.000¹⁸⁰. Para compensar essa contração, investimentos massivos foram feitos para aprimorar as estruturas de defesa das fronteiras — fortes, redes paliçadas, valas etc. Relações diplomáticas com os reinos clientes e tribos vizinhas foram priorizadas, aliados deveriam funcionar como zonas-tampão (*buffer zones*) contra possíveis ameaças externas.

Os marcomanos (*marcomani*) estavam entre os povos que mantinham boas relações com o império; formavam um conjunto de tribos que habitavam regiões contíguas às províncias da Récia e Nórica. Um episódio narrado pelo historiador Veleio Patérculo demonstra o nível do vínculo firmado por romanos e marcomanos. Segundo Patérculo, os queruscos mutilaram o corpo de Varo e enviaram sua cabeça ao chefe marcomano Marobóduo com um convite para que se juntasse à coalizão contra Roma. No entanto, Marobóduo não só recusou a oferta de Armínio como devolveu os restos mortais de Varo a Augusto para que o governador fosse enterrado de acordo com os ritos romanos¹⁸¹. Na primeira metade do século I, Armínio e Marobóuo eram seguramente as maiores lideranças do *barbaricum* e projetavam suas influências sobre as tribos germânicas em geral. A relação dos romanos com os marcomanos se deteriorou gravemente na segunda metade do século II, durante o governo dos imperadores Marco Aurélio (161-180) e Lúcio Vero (161-169). O império havia acabado de vencer uma guerra de larga escala com os partas (161-166) pelo controle da Armênia e da Mesopotâmia Superior, mas, apesar da vitória, consequências negativas do conflito se alastraram pelo oeste. No esforço de guerra, vários destacamentos do ocidente haviam sido

mobilizados para o oriente, debilitando as defesas do complexo Reno-Danúbio, e, à medida que as tropas retornavam para suas posições de origem, espalhavam pelo caminho a peste antonina¹⁸². Estudos recentes sugerem que a doença tenha causado cerca de 5 milhões de vítimas¹⁸³.

A crise não passou despercebida pelas tribos germânicas e sármatas vizinhas, que sentiram a falta de três das 13 legiões que compunham as linhas de defesa do oeste e compreenderam a oportunidade. Antes mesmo que as hostilidades entre Roma e Ctesifonte chegassem ao fim, autoridades romanas já percebiam uma agitação nas fronteiras da Europa Central; o clima era de tensão com o risco de abertura de um novo front simultâneo. O empenho dos negociadores não foi suficiente para retardar o conflito. “*Enquanto a guerra parta estava em progresso, a guerra marcomana teve início*”, revela-nos um comentário feito em *História Augusta*. E o texto prossegue: “*apesar de ter sido (a guerra) postergada por longo tempo pela diplomacia dos homens que estavam no comando da região para que os dois conflitos não ocorressem ao mesmo tempo*”¹⁸⁴. No início da década de 160, entre 162 e 165, um exército composto por catos e caúcos (*chauci*) avançou sobre as províncias da Germânia Superior e da Récia, mas foi repellido sem grandes dificuldades pelo governador Aufídio Vitorino¹⁸⁵. Em 166 uma força composta por lombardos e lacríngios (*lacringi*) estimada em 6.000 guerreiros invadiu a Panônia, mas os invasores foram novamente contidos, dessa vez por apenas uma ala da Primeira Legião Auxiliadora (*Legio I Adiutrix*) sob o comando de Cândido e Vindex¹⁸⁶. No mesmo ano, onze tribos enviaram representantes ao governador da Panônia, Marco Basso, e, em uma negociação intermediada pelo rei marcomano Balomar, romanos e bárbaros firmaram uma trégua¹⁸⁷. A quantidade de tribos presentes é representativa da dimensão do conflito, mas essas primeiras incursões foram apenas o prelúdio de um conflito muito maior que estava prestes a irromper. As hostilidades seriam retomadas ainda em 166 com uma nova onda de ataques, que agora gerariam sequelas mais graves. Astíngios (*astingi*), lacríngios e iáziges (*iazzyges*) lançaram uma ofensiva contra a Dácia, derrotando as guarnições da província, e assassinaram o governador Calpúrnio Próculo. Úbios (*ubii*) também participaram da ofensiva. Era o início das Guerras Marcomanas, que se arrastariam pelos próximos 14 anos.

Falamos até agora sobre romanos e marcomanos, mas nenhuma palavra dissemos sobre os godos. Podemos estabelecer alguma conexão entre eles e as Guerras Marcomanas? Tendo como referência a literatura romana, a historiografia tradicional tem considerado a grave crise populacional e militar que atingiu a porção ocidental do império nos últimos anos da guerra romano-partas como a principal causa do conflito que seguiria com os marcomanos. Contudo é possível que um fenômeno que se desenvolveu nas profundezas do *barbaricum* — e que conseqüentemente passou despercebido aos escritores do império — tenha igualmente contribuído para a eclosão do confronto: as migrações de povos da Europa Setentrional para o sul. Vimos no capítulo anterior que associar os godos a alguma tribo específica dos séculos I e II é uma tarefa no mínimo controversa; para muitos, impraticável. Porém, mesmo entre os mais conservadores — entre aqueles que negam a existência dos godos enquanto grupo étnico autônomo antes do século III —, não se questiona o fato de vários povos do entorno do Báltico terem realizado sucessivos deslocamentos orientados para o sul. E que pelo menos parte desses grupos comporia em um futuro não muito distante as confederações de tribos que ficariam conhecidas como tervíngios e grutungos no baixo Danúbio e Azove.

Estudamos um pequeno recorte desse processo quando tratamos da transição da cultura Wielbark para a Cherniacove. Na avaliação de Heather, esse conjunto de migrações do norte para o sul representou um sério fator de desestabilização na maneira como as tribos estavam dispostas geograficamente no *barbaricum* até o século I e, em certas localidades, meados do II. À medida que os grupos migrantes avançavam sobre novos territórios, povos que à época ocupavam áreas da Europa Central se sentiam pressionados a também migrarem para o sul — em fuga. Algum nível de confronto entre os que chegavam e partiam é esperado, e a dinâmica de alianças e hostilidades era alterada conforme as circunstâncias do momento. Nesse efeito dominó, tribos que já habitavam áreas de fronteira com o império acompanhando a margem do Danúbio, como os próprios marcomanos, viram-se sem saída, pois enquanto eram atacadas pelos migrantes pelo norte, tinham seu avanço para o sul contido pelas barreiras romanas¹⁸⁸. Seguindo essa linha de pensamento, as migrações forçaram muitos grupos a se deslocarem por longas distâncias. Vejamos, por exemplo, o caso de lombardos e úbios. Em *Germânia*, Tácito situa-os no entorno do baixo Elba na segunda metade do século I, ou seja, mais

próximos do Báltico que do Império Romano. Entretanto, durante as Guerras Marcomanas, mais ou menos um século depois, essas duas tribos estavam entre as que participaram dos primeiros ataques dirigidos contra a província da Panônia. Isso representa uma mudança de suas regiões originais em aproximadamente 800 quilômetros¹⁸⁹.

É justamente na segunda metade do século II, período das Guerras Marcomanas, que a cultura Wielbark avança para sua segunda fase, a Wielbark-Cecele, com grande difusão dos padrões de artefatos típicos da Pomerânia para territórios mais ao sul entre os rios poloneses Noteć e Varta. Depois, seguindo o Vístula em sentido sudeste, os padrões alcançam a Mazóvia, região de Varsóvia, e esses movimentos são acompanhados por um progressivo recuo da cultura Przeworsk também para o sul. Não sabemos exatamente como se deu esse processo de avanço-retração entre as duas culturas; uma das hipóteses defendidas pela arqueologia é que em um primeiro momento existia uma espécie de zona vazia entre elas, uma larga região desabitada que com o gradativo avanço da Wielbark para o sul deixou de existir. E nesse momento os contatos se tornaram mais intensos entre as tribos pertencentes a cada uma. O recuo dos grupos que compunham a Przeworsk pode ter sido motivado por uma busca por novos recursos, com o consequente aproveitamento pela Wielbark do vácuo territorial deixado, mas é igualmente possível que as duas culturas tenham entrado em confronto aberto e que a Wielbark tenha forçado uma retirada da Przeworsk¹⁹⁰.

Para Wolfram, que está entre os historiadores que entendem plausível uma conexão entre godos e gutões, os escassos registros da literatura romana indicam que a relação entre as culturas Wielbark e Przeworsk — esta última, lembremos, relacionada a lúgios e vândalos — era aparentemente pacífica em um estágio inicial, mas se tornou conflituosa nas primeiras décadas do século II¹⁹¹. Vejamos o que dizem as poucas e vagas referências dos autores da época. Primeiro, Plínio classificou os gutões como um dos quatro subgrupos que compunham a confederação maior dos vândalos durante o século I, tratando-os, portanto, como povos que mantinham algum nível de proximidade, aliados, podemos dizer¹⁹². Por sua vez, uma pequena observação de Estrabo sugere que os gutões fossem um povo menor que gravitava sob a esfera de influência da “*grande tribo*” dos lúgios¹⁹³. Contudo, em sentido contrário, refletindo talvez o cenário geopolítico existente por volta de 150, Jordanes diz que os godos, após

derrotarem os rúgios na costa do Báltico, continuaram avançando até se depararem com os vândalos, com os quais também iniciaram uma guerra — e venceram¹⁹⁴. No mesmo sentido, Isidoro de Sevilha afirma que “os vândalos se punham a correr com o mero rumor de que os godos se aproximavam de suas terras”¹⁹⁵. Esses comentários não apresentam muitas informações, são vagos, inconsistentes, e devem ser compreendidos apenas como impressões desses autores. O que podemos concluir com relativa segurança é que os godos — ou seus antepassados —, independentemente de uma possível correspondência com os gutões, formavam um aglomerado de tribos menores ao longo dos séculos I e II que não exercia um papel dominante como o dos marcomanos. E que fizeram parte de um conjunto maior de movimentos migratórios orientados para o sul que pode ter repercutido negativamente nas relações de grupos que já habitavam as fronteiras do império com as autoridades romanas.

Em *Anais*, Tácito registra um conflito entre marcomanos e gutões que talvez esteja relacionado a esse contexto maior de migrações e disputas territoriais. Para os defensores de uma possível associação entre godos e gutões, o episódio nos traz um curto vislumbre sobre a história dos godos no século II. Conta-nos Tácito que no contexto das retaliações promovidas pelos romanos que se seguiram à derrota em Teutoburgo, Druso, filho do imperador Tibério, conduzia uma diplomacia agressiva para dividir as tribos germânicas no *barbaricum*, oferecia proteção imperial e benefícios de toda ordem a determinadas tribos para que entrassem em confronto com povos vizinhos, além de fomentar divisões políticas internas. E essas guerras por procuração (*proxy war*) também foram levadas aos marcomanos, que, como destacamos, exerciam uma posição de proeminência entre os povos da Europa Central. Em meio a esse cenário caótico, por alguma razão que nos é desconhecida, um jovem nobre marcomano chamado Catualda foi exilado pelo rei Marobóduo e passou a viver entre os gutões. Enquanto isso, uma facção rival do rei aparentemente começou a ganhar força, talvez por discordar da maneira como ele conduzia os assuntos da guerra. Seja como for, aproveitando-se da perda de apoio político de Marobóduo, Catualda reuniu um exército com apoio dos gutões e atraiu parte da nobreza marcomana para juntos enfrentarem o rei. Catualda conseguiu derrotá-lo e assumiu a liderança da tribo, mas não muito depois foi derrotado pelos hermúnduros (*hermunduri*)¹⁹⁶.

2.2 O Império Romano no século III

As migrações alcançaram o entorno do baixo Danúbio e do Mar Negro no início do século III, finalmente colocando os povos que vinham do Báltico nas fronteiras do império. A larga área compreendida entre os rios Danúbio e Dniestre¹⁹⁷, agora zona de influência da cultura Cherniacove, não demoraria para ser chamada na língua goda de *Gut-þiuda* (*Gutthiuda*), o “país dos godos”¹⁹⁸. Como temos pontuado, o que possuímos de fontes sobre os godos, sobretudo no que toca à literatura romana, melhora substancialmente em quantidade e qualidade. Fora a épica saga de Jordanes elaborada no distante século VI, o que temos de material escrito sobre os séculos I e II não vai muito além da mera indicação de nomes de tribos e de referências geográficas pouco precisas. Uma vez vizinhas do império, essas tribos começam a aparecer com frequência cada vez maior nos textos. Em um primeiro momento, são confundidas com povos que já habitavam as regiões para as quais migraram, mas à medida que se tornam mais familiares aos romanos passam a ser reconhecidas como grupos diferentes. Comumente utilizada pelos autores da época para designar povos das estepes sem muita distinção, a palavra “cita” logo cede lugar a terminologias mais específicas, como “tervíngios” e “grutungos”. Daqui para a frente, o conteúdo dos escritos recebe uma carga maior de informações ao reproduzir eventos conectados às interações entre os romanos e seus novos vizinhos, geralmente abordando temas afetos à guerra e à diplomacia.

Nesse período, por vezes os godos aparecem associados a outros grupos. Em *História Nova*, por exemplo, Zósimo menciona os godos junto a boranos (*borani*) e urugundos (*urugundi*), povos sobre os quais quase nada sabemos¹⁹⁹. Talvez compusessem a onda de migrações germânicas para o sul ou pertencessem às populações sármatas nativas das estepes da Eurásia. Conquanto Zósimo tenha citado essas tribos ao falar sobre acontecimentos do século III, é preciso ter em conta que a obra foi escrita somente na virada do século V para o VI. Assim, é possível que a distinção realizada pelo autor entre godos, boranos e urugundos seja apenas um anacronismo de um autor não contemporâneo dos fatos sobre os quais escreveu. Lembremos que a cultura Cherniacove foi o produto de um amálgama de elementos alóctones (germânicos) e autóctones (citas e sármatas) em meio a um processo de interações tão fluídas que talvez inviabilize qualquer tentativa séria de

desmembramento desse aglomerado populacional em grupos independentes. Seja como for, a literatura do império nos traz uma cadeia de episódios que nos permite reconstruir a história dos godos a partir da chegada aos Bálcãs. Porém o resultado desse trabalho é sem sombra de dúvidas um retrato fragmentado e contaminado; conhecemos apenas fatos que envolveram godos e romanos conforme a perspectiva de autores que escreviam de dentro do império. Logo, uma narrativa consequentemente centrada na dinâmica das relações mantidas entre os dois povos, que ora atuaram como aliados, ora como inimigos. O que ocorreu nas profundezas da margem norte sem repercussão direta para o império não aparece nos textos. Iniciaremos esse relato sequencial abordando a série de ataques realizados por bandos tidos como godos contra províncias dos Bálcãs e da Anatólia, mas antes precisamos contextualizá-lo, leitor, sobre a realidade vivida pelo próprio império na época. Somente assim poderemos compreender adequadamente a dimensão do impacto para Roma da chegada dos godos, que cruzaram suas fronteiras em meio a um dos maiores cenários de instabilidade vividos pelos romanos, a Crise do Século III, também chamada por alguns historiadores de Período da Anarquia Militar (235-284).

Falemos, pois, sobre o império no século III. A morte de Marco Aurélio²⁰⁰, considerado um dos “cinco bons imperadores”²⁰¹, representou o fim de um longo período de estabilidade conhecido como *Pax Romana*. Apesar de relativamente calmo do ponto de vista militar, o governo de Cómodo (161-192), seu filho e sucessor, foi marcado por turbulências políticas e conspirações. Porém, seguindo a historiografia tradicional, é o governo de Alexandre Severo (222-235), último imperador da dinastia severa, que marca o início da crise. Alexandre venceu uma guerra contra os sassânidas e celebrou seu triunfo em 233, porém, embora tenha recuperado territórios no extremo oriente que haviam sido tomados algum tempo antes pelo xá Artaxes I, o conflito expôs o grave estado de indisciplina que permeava o exército regular. A campanha contra os persas havia sido estruturada na abertura de três frentes simultâneos: um primeiro grupo de batalha atacaria o Império Sassânida pelo norte, um segundo pelo sul e um terceiro pelo centro. O imperador, que liderava pessoalmente o terceiro desses grupos, recusava-se sem motivo claro a avançar pelo território inimigo, enquanto os dois primeiros já haviam cruzado as fronteiras. Essa demora foi compreendida pelas tropas como sinal de

fraqueza e covardia de Alexandre. Acontecimentos anteriores já haviam desgastado sua imagem perante o público romano, como revoltas que eclodiram na Ilíria, Mauritânia, Armênia e Mesopotâmia, além do humilhante episódio em que sua própria guarda pretoriana, contra sua vontade, assassinou o jurista Ulpiano, seu amigo pessoal. A relutância do imperador em iniciar sua parte na ofensiva terminou de destruir o que restava da sua reputação²⁰². O estopim ocorreu em 235. Enquanto Alexandre e o exército imperial estavam no oriente monitorando a ameaça persa, tribos germânicas e sármatas lançaram uma ofensiva contra as províncias do ocidente. Quando a guerra com os sassânidas enfim terminou, com vitória romana, e as tropas destacadas do ocidente para o oriente retornaram às suas posições de origem, os legionários depararam-se com um cenário de caos e destruição. Suas famílias e propriedades haviam sido atacadas enquanto combatiam no outro extremo do império. Os soldados exigiam vingança. Porém, apesar de contar com uma larga força militar pronta para o combate, Severo acatou o conselho de sua mãe, Júlia Mesa, e decidiu negociar com as tribos vizinhas em vez de acolher a vontade das tropas e lançar uma campanha punitiva. A opção em favor da via diplomática foi um duro golpe para os soldados, que estavam ansiosos por uma retaliação. Capitalizando o sentimento geral de insatisfação, o tribuno Maximínio Trácio, oficial encarregado do treinamento dos recrutas, liderou um motim que se alastrou por todo o exército que acompanhava Alexandre nas fronteiras do Reno. O imperador e sua mãe foram assassinados na tenda imperial e Maximínio foi proclamado seu sucessor²⁰³.

Maximínio (235-238) era apenas um oficial menor, não um general de cúpula ou um membro das grandes famílias da aristocracia romana. Não bastasse, era descendente de bárbaros, seu pai era godo e sua mãe, alana. Sua ascensão para o trono trouxe à tona os problemas relacionados à falta de um regramento jurídico claro para definição da linha sucessória. Em meados do século III, os imperadores haviam atingido um nível de centralização do poder em que o modelo imperial pouco ou nada se distinguia em essência do monárquico. No entanto, por uma questão de apreço às antigas tradições, principalmente a uma mentalidade contrária à ideia de Monarquia que vinha sendo construída historicamente desde a queda dos últimos reis romanos, os tarquínios, os imperadores esforçavam-se para manter a imagem de que seus súditos ainda viviam em uma república. E para conservar essas aparências,

jamais se editou uma norma que regulamentasse como deveria ocorrer a sucessão imperial. Se por um lado existia o costume de sucessão dos pais pelos filhos, fossem eles biológicos ou adotivos, por outro a positividade dessa diretriz poderia revelar o óbvio: Roma não era mais uma república, e sim uma monarquia hereditária. Na prática, o *princeps* apontava um de seus descendentes para substituí-lo, mas do ponto de vista estritamente jurídico nada impedia, pelo menos em tese, que qualquer cidadão fosse elevado ao maior posto do império. O precedente aberto por Maximínio seria um estímulo para que vários outros militares tentassem a mesma sorte, e, embora muitos tenham sido malsucedidos em seus empreendimentos, não poucos foram exitosos. Esses ficariam conhecidos como os “imperadores soldados” (*barracks emperors*). Com base em toda espécie de argumentos e pretextos, as legiões passaram a proclamar seus carismáticos generais como imperadores, retirando do fragilizado Senado uma das poucas atribuições que lhe restavam — a chancela do candidato ao trono. Não que Maximínio tenha sido o primeiro militar a usurpar o púrpura, e para confirmar isso basta lembrarmos que em um passado não muito distante, Cómodo havia sido sucedido por Pertinax, seu prefeito urbano e assassino²⁰⁴. Contudo o caso de Maximínio é emblemático por instaurar um largo ciclo de golpes e de ingerências políticas do exército na corte. Para que percebamos o real tamanho da crise, nas cinco décadas seguintes o número de pessoas que se assumiram como imperadores atingiu a astronômica cifra de 51. Foram tantas as tentativas somente em 238, que o ano ficou conhecido como o “ano dos seis imperadores”²⁰⁵. A base de sustentação do governo migrou do Senado e da população em geral para as tropas, era o exército que agora apontava e removia imperadores.

Guerras civis e invasões bárbaras se tornaram a ordem do dia. A crise chegou ao ápice durante as décadas de 260 e 270, quando duas tentativas de usurpação do trono, uma no extremo oriente e outra no ocidente, resultaram na divisão do império em três grandes blocos, cada um administrado por uma corte independente. No leste, as hostilidades com os sassânidas foram retomadas e Valeriano (253-260) sofreu uma grave derrota na Batalha de Edessa (260), tornando-se o primeiro imperador romano a ser capturado por uma nação estrangeira²⁰⁶. Sobre os últimos dias do imperador, boatos da época dão conta de que teria servido como apoio para os pés de Shapur I e até sido forçado a engolir ouro derretido. Mas o governador da Síria, Sétimo Odenato,

conseguiu reorganizar o que restava dos regimentos na região e conter o avanço dos persas. Não só, lançou ofensivas em território inimigo, como em duas dessas ocasiões alcançou a capital sassânida, Ctesifonte²⁰⁷. Considerado herói, Odenato assumiu os títulos de “*Rei dos Reis*” (*Rex Regum*) e “*Corretor de Todo o Oriente*” (*Corrector Totius Orientis*), preparando o caminho para se autoproclamar imperador; mas, antes de conseguir concluir o plano, foi assassinado em circunstâncias obscuras na cidade de Emessa (Homs, Síria) no ano 267²⁰⁸. Não muito depois, sua esposa, Zenóbia, organizou uma rebelião e instalou no poder o filho do casal, Valabato, assumindo-se não só como regente do filho, ainda uma criança, mas como Augusta, a imperatriz. Assim surgiu o Império de Palmira, com extensão da Capadócia ao Egito, como decorrência da secessão das províncias do oriente²⁰⁹.

Na outra extremidade do império, enquanto Valeriano combatia os persas, Galiano e Salonino, seu filho e neto, ficaram encarregados de supervisionar a segurança das províncias do ocidente. Percebendo a ausência do imperador e do exército imperial, tribos francas e alamanas aproveitaram para atacar pelo Reno. As guarnições estacionadas nas fronteiras foram incapazes de oferecer uma resistência duradoura, e os bárbaros romperam as linhas de defesa. Já se esperava uma possível investida contra a própria capital do império. A situação foi enfim revertida com uma vitória romana na Batalha de Mediolano (260), restaurando-se algum nível de estabilidade para o oeste, mas a maneira como o conflito havia sido mal administrado pelas autoridades despertou um clima de insatisfação e desconfiança entre as elites do ocidente, principalmente na Gália, que viam seus interesses preteridos pelos da aristocracia italiana. A derrota de Valeriano em Edessa foi o gatilho que faltava para eclosão de uma rebelião, e o governador da Germânia Inferior, Marco Póstumo, declarou a independência das províncias da Gália, Britânia e Hispânia, formando o Império das Gálias²¹⁰. Assim, o império fragmentava-se em três: no extremo oriente, o Império de Palmira; no ocidente, o Império das Gálias; e no centro, o que remanesceu da autoridade romana propriamente dita.

A Crise do Século III só começaria a ser minimamente contornada com a ascensão de mais um imperador-soldado, Aureliano. Aureliano havia construído carreira militar durante os governos de Galiano (253-268) e Claudio II (268-270), ascendendo rapidamente na hierarquia do exército imperial devido ao sucesso que obteve em reprimir um conjunto de ataques

dos jutungos (*juthungi*), tribo aparentada aos alamanos²¹¹. Quando Cláudio II morreu, as legiões de Sírmio se recusaram a reconhecer Quintílio, irmão do falecido imperador indicado pelo Senado, e proclamaram Aureliano no seu lugar. O maior desafio do novo *princeps* era restaurar o controle imperial sobre os territórios perdidos para Palmira e Tréveris, e o recém-proclamado imperador decidiu começar pelo oriente. Em uma campanha organizada em dois frentes, um que liderou pessoalmente pela Anatólia e outro pelo Egito sob comando do general Probo, Aureliano partiu para o leste. Adotando uma política de clemência com as cidades que se renderam espontaneamente, conseguiu avançar sobre o Império de Palmira sem enfrentar muita oposição, até que em 273 finalmente retomou a capital dos rebeldes. Zenóbia foi presa enquanto tentava cruzar a fronteira para o Império Sassânida, onde pretendia pedir socorro a Shapur I²¹². Uma segunda rebelião eclodiu em Palmira no mesmo ano, quando um certo Aquileu, aparentado da rainha, destituiu o comandante local deixado pelo imperador e promoveu a matança dos 600 arqueiros que compunham a nova guarnição da cidade. Aureliano, que realizava o percurso de volta para Roma, retornou para Palmira e acabou novamente com a revolta. Porém dessa vez permitiu que seus soldados praticassem uma verdadeira chacina contra a população local e pilhassem suas riquezas²¹³. Palmira jamais se recuperaria dessa destruição. Com o oriente reconquistado, o esforço imperial foi reorientado para o Império das Gálias, então sob a liderança do usurpador Tétrico. Receoso das consequências de uma provável derrota, Tétrico fugiu durante a Batalha de Châlons (274), abandonando suas próprias tropas para se apresentar no campo de Aureliano, onde ofereceu sua rendição²¹⁴.

Aureliano reunificou o império e conteve investidas de vários povos bárbaros. Derrotou vândalos, jutungos e sármatas. Nesse meio-tempo, Décio, Claudio II e o próprio Aureliano também combateram os godos em diferentes momentos; estudaremos essas campanhas em breve. Por ter contornado a crise, pelo menos no âmbito militar, o imperador recebeu o título de “*Restaurador do Mundo*” (*Restitutor Orbis*). As fronteiras do império retornaram em linhas gerais ao formato que possuíam nos tempos de Augusto, com exceção da província da Dácia. A Dácia, que não estava entre as províncias mais rentáveis, formava uma protuberância territorial que se estendia pela margem norte do rio Danúbio e exigia um custo financeiro e humano muito

elevado para ser mantida, e por isso o imperador Aureliano decidiu simplesmente abandoná-la ordenando uma retirada geral de toda a estrutura administrativa e militar do império presente na região. Era um recuo estratégico. Para comemorar suas conquistas, o imperador celebrou um grande triunfo na capital, onde Zenóbia e Tétrico foram expostos trajados em vestes reais e acorrentados²¹⁵.

A crise não havia repercutido apenas na esfera militar, a economia do império também foi fortemente atingida. A crescente necessidade de novas receitas para fazer frente às despesas do exército, para custear não só as campanhas propriamente ditas e a contratação de novos recrutas, como também os cada vez mais frequentes pagamentos de bônus anuais e outras vantagens para assegurar a lealdade das tropas, forçou o governo imperial a aumentar exponencialmente a cunhagem de moedas, provocando um quadro generalizado de hiperinflação. Sétimo Severo majorou o soldo anual dos soldados para 400 denários (*denarii*), Caracalla para 600, e nos últimos anos da dinastia severa o valor alcançou a cifra de 750. Ainda com os Severos, o número de legiões foi ampliado para 33. Estudos modernos estimam que somente durante o governo de Caracalla a corte tenha destinado cerca de 70.000.000 denários anuais apenas para o pagamento de soldos²¹⁶. Com o passar do tempo essa conta se tornou insustentável. Marco Aurélio e Cómodo já haviam reduzido o valor real do denário para 78% e 67% do equivalente em prata, mas com Sétimo Severo a artificialização da moeda chegou a 43%. O denário estava tão desvalorizado que Caracalla se viu obrigado a colocar uma nova moeda em circulação, o antoniniano (*antoninianus*). Inicialmente, cada antoniniano correspondia a dois denários. A variação do preço médio para compra de um escravo é ilustrativa. Nos tempos de Cómodo, um escravo custava em média 500 denários; durante a dinastia severa, o valor saltou para 2.500²¹⁷.

Um dos pilares da economia romana era o comércio interno, estruturado em um avançado sistema de transportes que conectava distantes regiões por estradas e portos. Navios chegavam de uma extremidade a outra do império em poucas semanas trazendo mercadorias de toda natureza. As províncias da Britânia, Hispânia e do entorno do Mar Negro forneciam metais, peles, lãs e animais de pecuária para as outras regiões. O vinho chegava da Aquitânia e de Provência. Da Síria, as frutas secas. Da Anatólia, a madeira e o piche. De tudo, o

mais importante: o Egito e a África funcionavam como grandes celeiros que produziam grãos para as províncias do oriente e do ocidente, respectivamente. A Sicília era outro grande fornecedor de grãos para o ocidente, mas não na mesma proporção que a África²¹⁸. Entretanto a sequência de guerras civis e a progressiva desvalorização da moeda geraram um clima de insegurança no mercado. Os altos investimentos necessários para o tráfego de mercadorias a longas distâncias reduziram-se sensivelmente e o comércio gradativamente se restringia aos âmbitos regional e local. A dinâmica de interações entre cidade e campo também foi afetada. Ao invés de adquirir artigos manufaturados dos grandes centros urbanos, os moradores do campo passaram a produzir suas próprias versões desses produtos, quase sempre sem o mesmo padrão de qualidade e sofisticação²¹⁹. Em outras palavras, a crise principiava um processo de feudalização.

Agravando o cenário, uma nova epidemia se alastrou pelo império nas décadas de 250 e 270, a peste de Cipriano, provavelmente um grande surto de varíola, provocando mais uma redução expressiva da população romana. A doença não se limitou às fronteiras, atingiu tribos vizinhas que interagiam das mais variadas formas com os romanos. Um comentário presente em *História Augusta* sugere que os godos estivessem entre elas. Conta-se que durante o governo de Cláudio II — uma das vítimas da epidemia —, um grupo de “citas” atacou as ilhas de Creta e Chipre, mas que o bando agressor acabou contraindo a peste durante a campanha. Fragilizados e desmoralizados, foram derrotados sem muita dificuldade pelas guarnições locais²²⁰. A depopulação provocou falta de mão de obra em diversos setores não só da economia, mas também da burocracia imperial, atingindo com maior severidade a agricultura. Especialmente nas regiões de fronteira do Reno e do Danúbio, a atividade agrícola já vinha sofrendo diferentes níveis de estagnação em razão das incursões bárbaras e da eclosão do banditismo. Nas províncias da Gália e da Hispânia apareceram os *bagaudas* (*bagaudae*) nos anos 280, grupos formados por camponeses e marginalizados de toda sorte que passaram a pilhar o interior do país. Foram derrotados por Maximiano em 286, mas retornariam em um futuro não muito distante²²¹. O estado de calamidade pública obrigou a corte a reorientar importantes recursos para suprir necessidades básicas da plebe. À antiga prática da *cura annonae*, distribuição subsidiada de grãos em

Roma e outros grandes centros urbanos, Aureliano adicionou a entrega de pães e incentivos para reduzir o preço da carne de porco, do sal e do vinho²²².

Aureliano foi o responsável por conter a crise militar, mas é com Diocleciano (284-305) que o império recebe um pacote de reformas que o adaptaram às novas realidades e criaram as condições necessárias para que sobrevivesse por outros dois séculos. A reestruturação compreendeu uma ampla remodelação da economia, do exército e das instituições políticas romanas, a começar pelas funções exercidas pelo próprio imperador. As últimas décadas mostraram que os tempos em que Roma enfrentava um inimigo por vez haviam se encerrado, agora as ameaças eram múltiplas e simultâneas. Aureliano realizou um gigantesco esforço para conter os palmirenses em um extremo, a aristocracia gaulesa em outro e uma série de ataques bárbaros entre os dois pontos. Mas, embora seu mérito fosse inquestionável, o imperador também contou com a sorte de não ter sofrido um ataque de Tétrico na retaguarda enquanto combatia Zenóbia do outro lado do Helesponto. O costume ditava que o imperador deveria liderar pessoalmente o exército imperial nas grandes campanhas militares, mas a existência de riscos concomitantes em diferentes regiões impossibilitava a presença do *princeps* em todas as frentes de batalha. Ademais, a larga extensão dos territórios controlados por Roma criava um natural distanciamento entre a corte e a população. Poucos imperadores haviam colocado os pés na Britânia. Para os que nasciam e morriam na ilha sem jamais cruzar o *Mare Britannicum*²²³, o imperador não passava de uma abstração distante. Esse era um cenário ideal para que generais carismáticos se aventurassem em empreendimentos pelo trono. A conclusão não era muito difícil: o império não poderia mais ser governado por uma só pessoa.

A solução encontrada foi repartir a administração civil e militar com outro imperador, ficando um responsável pelo ocidente, outro pelo oriente. O esquema não era novidade, divisões semelhantes já haviam sido adotadas em governos anteriores. Marco Aurélio, por exemplo, havia governado junto com Lúcio Vero. Diocleciano então apontou o general Maximiano (286-305/306-308) para ser seu coimperador, mas não em uma posição equivalente à sua. Existiria, pelo menos em tese, uma espécie de hierarquia entre os dois membros do colégio imperial. Diocleciano seria o Augusto, o imperador-sênior, e para reforçar sua preeminência associou sua imagem à do próprio

deus Júpiter. Por outro lado, Maximiano seria o seu César, o imperador-júnior. No simbolismo por trás das relações de poder, Maximiano tornou-se o Hércules, herói, porém o filho de Júpiter. Embora não tenha atribuído a si expressamente o título de *rex*, Diocleciano encerrou a velha política da corte de cultivar uma falsa aparência de republicanismo. A partir de agora o imperador não seria apenas o primeiro entre iguais, o senador mais ilustre, o *princeps*, e sim o *dominus*, o senhor de todo o império. Uma ritualística particular foi elaborada para intensificar a sensação de distanciamento da figura imperial e seus súditos. As aparições públicas do imperador se tornaram menos frequentes, restritas a ocasiões muito específicas, e uma nova etiqueta palaciana tornou ainda mais difícil o acesso à sala do trono. Para a historiografia, as reformas dioclecianas foram o momento de ruptura entre duas fases do período imperial — o principado e o dominato. Desse modo, não estranhe o leitor se este autor utilizar palavras como “rei” e “monarca” para se referir a imperadores dessa última fase, apesar de os próprios romanos continuarem resistindo ao uso de terminologias associadas à monarquia²²⁴.

Em 293 o colégio imperial foi ampliado para quatro imperadores, dois Augustos e dois Césares. Era o início da tetrarquia (*tetrarchia*). Maximiano foi promovido a Augusto enquanto Galério (305-311) e Constâncio I (305-306) foram indicados como os novos Césares. Cada um dos quatro coimperadores recebeu uma corte, uma prefeitura pretoriana e um corpo de funcionários administrativos chefiado por um mestre dos ofícios (*magister officiorum*); no campo militar, o comando de um exército imperial de escolta, os *praesentalis* — “aqueles que estão na presença do imperador”, em uma tradução literal²²⁵. As províncias foram praticamente duplicadas, passando de 50 para quase 100, com a consequente redução de suas abrangências territoriais e demográficas. Em compensação, uma unidade administrativa maior foi criada, em total de 12, a diocese (*dioecesis*), cada uma contemplando um número específico de províncias. Em uma comparação grosseira, as dioceses estavam para as províncias como os estados se relacionam hoje com os municípios²²⁶. Para evitar que ofícios do império concentrassem muito poder, autoridades deixaram de acumular competências civis e militares. Vicários (*vicarii*) e governadores (*praesides*) foram encarregados da administração civil das dioceses e províncias, nessa ordem, com atribuições domésticas voltadas para a justiça e para a arrecadação fiscal, ficando os condes (*comites*) e duques (*duces*)

responsáveis pelas unidades militares não compreendidas pelos exércitos imperiais de escolta nos âmbitos regional e local²²⁷. A estrutura da burocracia imperial foi significativamente aumentada com uma enorme quantidade de novos cargos. Em contrapartida, o poder político foi fracionado, uma forte medida contra possíveis usurpadores²²⁸.

Na economia, éditos contendo medidas consideradas nada ortodoxas para a época foram publicados em um empenho para conter o quadro de hiperinflação, como o congelamento de preços e a faculdade de realizar o pagamento de impostos com entrega de mercadorias ou prestação de serviços. Duas unidades fiscais foram criadas, o jugo (*iugum*) e a cabeça (*caput*), a primeira destinada à medição de terras de acordo com a modalidade do plantio empregado, e a segunda utilizada para estimar a população de cada região, com mulheres possuindo um valor nominal inferior ao dos homens. Essas unidades não representavam tributos propriamente ditos, mas referências aplicadas para o cálculo dos montantes devidos ao tesouro por cada cidade. Sem entrarmos em pormenores, um censo era realizado em cada região e, adotando como referência a quantidade apurada de jugos e cabeças, calculava-se o valor devido pelos seus habitantes, que poderiam realizar a opção de arcar com sua parcela mediante pagamento em dinheiro, mercadorias ou força de trabalho²²⁹. Para conter a escassez de mão de obra, Diocleciano tomou a drástica medida de tornar algumas profissões hereditárias. Desse modo, os filhos de agricultores, mineiros e soldados deveriam necessariamente seguir os mesmos ofícios dos pais, o que gerou uma espécie de atrelamento pré-feudal dos camponeses ao campo e eliminou para muitos a já bastante limitada possibilidade de mobilidade social²³⁰.

O exército regular receberia um formato completamente diferente, pois o modelo de legiões concebido pelas reformas marianas ainda em 107 a.E.C. precisava ser adaptado às novas ameaças. Várias modificações pontuais já haviam sido realizadas por imperadores anteriores e iniciaram o processo de transição para o que conhecemos como exército tardo-romano. Galiano criou um grande grupo tático estacionado em Medionalo, composto apenas por unidades de cavalaria e dotado, portanto, de maior mobilidade, com o objetivo de proporcionar rápidos contra-ataques. O mesmo imperador criou obstáculos para que senadores assumissem comandos de regimentos e esquadrões, providência que buscava não só evitar que as tropas estivessem

sob a liderança de comandantes inexperientes como também excluir a presença do Senado no exército. Aureliano trouxe uma espécie de unidade de cavalaria pesada que havia tempos era utilizada pelos partas e sassânidas, os catafractos (*catafractarii*)²³¹. Diocleciano modificou substancialmente a doutrina militar romana para priorizar não apenas uma posição defensiva, mas uma postura defensiva-reativa. As grandes linhas de fortificações que acompanhavam as fronteiras do Reno, Danúbio e do deserto sírio receberam um pacote de melhorias adicionais com a construção e reforma de novos baluartes, mas deixaram de ser utilizadas como barreiras que deveriam ser mantidas a todo custo. O novo sistema de proteção dos *limites* foi estruturado em camadas. Se possível, o inimigo deveria ser contido ainda na primeira delas, porém sua função precípua era apenas retardar ou atrasar o avanço das forças adversárias, enquanto exércitos regionais maiores, estacionados atrás do front, eram mobilizados para contra-ataques. Como consequência, a figura do legionário foi substituída por dois tipos de soldados: (a) os limítanes (*limitanei*), guardas de fronteira subordinados aos duques locais que monitoravam os movimentos do inimigo e diminuía o ritmo do seu avanço; e (b) os comitatenses (*comitatenses*), a infantaria pesada que compunha os exércitos de campo na retaguarda. As antigas legiões não foram simplesmente desmanteladas, mas pulverizadas em um número maior de grupos de batalha, cada um contando com aproximadamente 1.000 homens no lugar dos tradicionais 5.200. Com essa estratégia, o império admitia a possibilidade de exércitos inimigos avançarem por distâncias consideráveis em território romano antes de serem contidos pelos comitatenses, e para isso um investimento massivo foi realizado a fim de equipar as cidades com muralhas²³².

Feito esse apanhado sobre o cenário de quase colapso e recuperação do império durante o século III, podemos agora prosseguir para as primeiras interações entre godos e romanos. Nessa atmosfera de anarquia militar e desarranjo econômico, os godos conduziram vários ataques contra o império, tornando-se, para os romanos, parte de um ciclo vicioso de invasões estrangeiras e tentativas de usurpação do trono que se repetia com frequência no período. Alguns imperadores foram bem-sucedidos em combatê-los, como Cláudio II e Aureliano, outros não. Décio e Herênio Etrusco, seu filho, seriam os primeiros imperadores a morrer em batalha travada contra um povo

considerado bárbaro, os godos. Os romanos sofreriam grandes derrotas militares para tervíngios e grutungos, o que demonstra que os povos migrantes que alcançavam as fronteiras do império não eram mais tribos menores e desorganizadas que podiam ser ignoradas. Foi também nessa época que os godos contribuíram para a queda do Reino de Bósforo, reino cliente do império que propiciava aos romanos as condições para que fossem soberanos no entorno do Mar Negro. Pouco a pouco os godos deixam de ser meros vassalos de outros povos germânicos e passam a exercer posição dominante no *barbaricum*.

2.3 Saque da Histria

Uma inscrição funerária encontrada em Hauran, província da Arábia, e datada do ano 208, governo de Sétimo Severo, faz referência a um certo Erminarius, comandante (*praepositus*) de tropas auxiliares estrangeiras (*gentiles*) estacionadas em Motha (Imtan, Síria). O epitáfio não contém muitas informações sobre o falecido, mas entre os poucos dados que fornece está a notícia de que seu filho, Guththa, teria morrido aos 14 anos de idade. O que nos chama a atenção na inscrição são os nomes do comandante e seu filho, em especial do último. Erminarius por si só sugere uma origem germânica, mas em Guththa encontramos a partícula *gut-*, que, como sabemos, é um elemento muito presente na língua goda. Com base nesses nomes, historiadores têm especulado que Erminarius talvez fosse um comandante de unidades godas aliadas (*gothi gentiles*) enviadas pelos romanos para fortalecer o front oriental, zona de conflito com os persas. Um indício de que tervíngios ou grutungos, quem sabe elementos das duas tribos, já mantinham alguma relação de aliança com o império ainda na primeira metade do século III²³³. Nesse mesmo sentido, a inscrição de Sapor I em Naqsh-e Rostam, Irã, também corrobora uma possível presença goda no extremo oriente quando afirma que o imperador Gordiano contava com um exército formado por homens trazidos “*de todas as partes de Roma e dos reinos de godos e germânicos*” durante a Batalha de Misiche (244)²³⁴.

Um grupo de artefatos da cultura Wielbark encontrado na região de Volínia sugere que as migrações dos povos bálticos possam ter alcançado o noroeste da Ucrânia por volta de 160 a 220/230. A partir da segunda metade do século III, podemos constatar a progressiva transição para a Cherniacove

em áreas do sul da Ucrânia e da Romênia pela fusão de características próprias dos povos migrantes e dos nativos²³⁵. Desse modo, as inscrições que mencionamos coincidem mais ou menos com a época em que, para a arqueologia, os povos migrantes se aproximaram das fronteiras do império. Esse conjunto de informações sinaliza que as primeiras interações entre godos e romanos foram amistosas, com possível conclusão de tratados por meio dos quais os godos se comprometiam a servir como tropas auxiliares em troca de ouro ou outras mercadorias, os pactos de federação — ou, como diriam os romanos, os *foedera* (no singular, *foedus*). Falando sobre os anos 190, Dião Cássio conta que “os citas estavam ansiosos para guerra”, mas que enquanto se reuniam em assembleia para debater o melhor curso de ações, foram surpreendidos com uma súbita tempestade. Um raio caiu no local matando três dos seus chefes, fenômeno que foi entendido como um mau agouro, e decidiram não iniciar uma guerra²³⁶. Se decotarmos o tom mítico do comentário e considerarmos apenas seu conteúdo geral, ele aponta, também, para momentos de hostilidade entre o império e os chegantes. Porém não possuímos fontes complementares, pelo menos não para o período, que nos permitam conectar os citas de Dião Cássio aos godos. Logo, é possível que o autor efetivamente tenha se referido aos citas, não aos godos.

Tradicionalmente, a historiografia tem considerado o saque feito em 238 contra a cidade romana da Histria, situada na costa do Mar Negro, próxima à foz do Danúbio, então província da Mésia Inferior, como o primeiro incidente em que a presença goda pode ser identificada de maneira mais clara. Um bando bárbaro conseguiu derrotar a guarnição local, pilhou a cidade e retornou rapidamente para a margem norte antes que o exército imperial pudesse oferecer alguma resposta. Vale lembrar que 238 foi o “ano dos seis imperadores”, um intervalo especialmente conturbado para o império mesmo se considerarmos o contexto maior da crise do século III. Após uma sucessão de disputas travadas entre Maximínio Trácio e outros candidatos apontados pelo Senado, Gordiano III, neto de Gordiano I, foi finalmente proclamado imperador aos 13 anos de idade, restaurando um frágil nível de estabilidade. Permaneceria no posto até a morte em 244. O ataque contra a Histria seguiu uma lógica bastante recorrente durante a crise: enquanto unidades militares eram retiradas das fronteiras romanas para fortalecer os grandes exércitos mobilizados por cada candidato ao trono, tribos do *barbaricum* — no caso, do

baixo Danúbio — cruzavam as divisas com o império e pilhavam as cidades, vilas e campos mais próximos, retornando em seguida às suas regiões de origem com os vagões carregados de riquezas.

Porém uma das poucas fontes que comentam o episódio apresenta uma versão diferente sobre os possíveis responsáveis pelo assédio da cidade. Pedro, o Patrício, autoridade e diplomata bizantino do século VI, que chegou a ocupar o cargo de mestre dos ofícios na corte de Justiniano, conta que o ataque não foi realizado pelos godos, mas pelos carpos (*carpi*), povo que Jordanes retrata como *“uma raça de homens pronta para a guerra e frequentemente hostil com os romanos”*²³⁷. Antes mesmo da chegada dos povos bálticos migrantes aos Bálcãs, os carpos já habitavam regiões do baixo Danúbio que se estendiam pelos rios Hierasus (Siret) e Porata (Prut), norte da Mésia, leste da Dácia. Pedro diz que os carpos, invejando os pagamentos anuais²³⁸ feitos pelos romanos aos godos, enviaram uma delegação ao duque da Mésia Inferior, Túlio Menófilo²³⁹, para reivindicar o mesmo tratamento. Afinal, não só eram tribos que mantinham relações com o império há mais tempo, como também eram maiores e mais poderosas. Contudo Menófilo, sentindo-se pessoalmente ofendido com o que considerou ser uma exigência arrogante, tentou reduzir a soberba dos embaixadores carpos fazendo com que aguardassem alguns dias antes de serem oficialmente recebidos. Enquanto aguardavam, permitiu que por muitos dias observassem os exercícios militares realizados pelas unidades romanas. Quando finalmente os recebeu, fez questão de tratá-los com desprezo e indiferença, interrompendo seus discursos vez ou outra e estabelecendo conversas paralelas com seus oficiais. Ao ser questionado *“por que os godos recebem tantos pagamentos e nós nenhum?”*, retrucou em deboche: *“o imperador é mestre de muitas riquezas e mostra o seu favor para aqueles que estão em necessidade”*. Ao final, o governador disse que aguardassem quatro meses, tempo necessário para que consultasse o imperador. Passado o prazo combinado, os embaixadores carpos retornaram, mas Menófilo pediu que aguardassem outros três meses. Ao retornarem novamente, receberam outra resposta indelicada. *“O imperador não lhes dará nada. Mas se é um soldo o que desejam, depois de partirem, joguem-se aos pés dele com as cabeças para baixo. Provavelmente serão martelados”*²⁴⁰. Não só a recusa, mas principalmente o diálogo hostil, foram o estopim para que os carpos declarassem guerra.

História Augusta também aborda o assunto de maneira diferente. Segundo o texto, o Senado havia proclamado Pupieno Máximo e Balbino (238) coimperadores e declarado Maximínio Trácio um *hostis publicus*, isto é, um inimigo público, declaração que, pelo menos em tese, autorizava qualquer cidadão do império a capturá-lo. Maximínio então iniciou preparativos para enfrentá-los na Itália, e nesse trabalho de reunir um exército retirou contingentes importantes para a proteção das fronteiras. O movimento não passou despercebido pelos carpos, que perceberam a fragilidade das defesas romanas na região e atacaram a Mésia. Era o início de uma “guerra cita” (*scythicus bellum*), expressão utilizada pela própria obra, contexto em que a cidade da Histria teria sido “destruída” ou “demolida” (*Istriae excidium*)²⁴¹. Assim como na narrativa de Pedro, há uma clara atribuição da autoria do ataque aos carpos, não aos godos. Entretanto, considerando que *História Augusta* afirma explicitamente que sua fonte é Déxipo e que o autor é conhecido por se referir aos godos como citas, é possível que a guerra que se alastrou pelo baixo Danúbio tenha assumido uma dimensão maior, englobando não apenas os carpos, mas também tribos vizinhas, como os tervíngios.

Zósimo também fala sobre uma invasão dos carpos, embora não apresente tantos detalhes sobre as causas da guerra. Conta-nos que os carpos lançaram uma ofensiva contra as províncias que margeavam o Danúbio e que se dispersaram em vários bandos menores para pilhar o interior do país. Quando uma força de socorro foi finalmente enviada pelos romanos para estabilizar a região, os carpos recuaram, mas conseguiram se reorganizar a tempo de evitar uma derrota maior. Antes que uma batalha de campo de maiores proporções ocorresse, embaixadas foram trocadas entre os dois lados e uma trégua foi firmada²⁴². Além de não fazer qualquer referência aos godos ao comentar o conflito, Zósimo cita o imperador Filipe, o Árabe, que só assumiu o trono alguns anos depois, em 244. Portanto, o mais provável é que o texto diga respeito a algum ataque posterior, não àquele em que a Histria foi saqueada. Em síntese, o que possuímos em termos de fontes históricas sobre o saque da Histria é o relato mais completo de Pedro, o Patrício, que é corroborado por um curto excerto de *História Augusta*, e ambos citam os carpos como responsáveis. Zósimo nem sequer se encaixa no período. A associação comumente feita entre o saque da Histria e os godos decorre de uma interpretação muito dilatada da expressão “guerra cita”. Até podemos

conjeturar que o conflito tenha se espalhado pela região e arrastado os godos, mas o que temos não passa de uma hipótese não demonstrada. Hodgkin havia chamado a atenção para essa confusão ainda no século XIX. Mais recentemente, Wolfram trouxe a mesma advertência²⁴³. Portanto, parece-nos que precisamos colocar o episódio em seu devido lugar: os godos não foram os responsáveis pelo ataque dirigido à Histria, mas é possível que as relações romano-góticas da época tenham repercutido como um estímulo para o atrito entre carpos e romanos.

2.4 Ostrogoda

Voltemos ao fragmento de Pedro. Para além do relato do conflito entre romanos e carpos, o texto traz-nos em suas entrelinhas uma informação importante sobre os godos: Roma realizava pagamentos aos seus chefes, presumivelmente em troca do fornecimento de homens para servirem junto ao exército romano como auxiliares. Falamos sobre evidências de unidades godas estacionadas no front oriental. E não só: esses pagamentos eram feitos em detrimento de uma tribo que até então era considerada dominante na região, os carpos. Isso corrobora o que temos dito: a chegada dos godos pouco a pouco modificou a balança de poder na margem norte do baixo Danúbio. Mas lembremos que a palavra “godo” exprime uma ideia de unidade e homogeneidade que talvez não coincida exatamente com a realidade da primeira metade do século III. Gradualmente os grupos migrantes que chegava aos Bálcãs se conectavam uns aos outros e criavam as bases para o surgimento de confederações maiores como a dos tervíngios e grutungos, mas esse processo ainda estava em curso. Era preciso unir para fazer frente aos povos que já habitavam os Bálcãs.

A guerra com os persas foi retomada pouco depois do saque da Histria. Em janeiro de 244, Gordiano III foi derrotado na Batalha de Misiche, aquela que, segundo a inscrição de Sapor I, teria contado com soldados trazidos “*dos reinos de godos e germânicos*” para fortalecer o exército romano²⁴⁴. Em fevereiro, o imperador morreu em circunstâncias obscuras e foi sucedido pelo seu prefeito pretoriano, Filipe, o Árabe²⁴⁵. Filipe, que era assim chamado por ter nascido em Hauran, província da Arábia, embora tenha permanecido formalmente como único imperador, estabeleceu na prática uma administração conjunta com seu irmão, Júlio Prisco. O momento alto do seu governo foi a celebração

dos mil anos de Roma em 248, quando realizou uma edição sem precedentes dos jogos seculares (*ludi saeculares*) para comemorar a ocasião²⁴⁶. O novo imperador combateu os carpos e outras tribos germânicas, mas os regimentos estacionados na Mésia e Panônia, insatisfeitos com os resultados desses conflitos e provavelmente frustrados por terem apenas repellido os invasores sem realizar campanhas punitivas pelos territórios inimigos, onde poderiam fazer riqueza pilhando o que encontrassem nas vilas dos bárbaros, elevaram o oficial Marino Pacaciano ao trono. Não conhecemos a revolta de Pacaciano em seus pormenores, mas sabemos que por alguma razão o usurpador perdeu em poucos meses o apoio das próprias unidades que o haviam elevado e foi assassinado²⁴⁷. As guerras com as tribos germânicas e o estado de indisciplina das legiões nas fronteiras obrigaram Filipe a repensar a política que vinha sendo adotada pelo império com os povos vizinhos, e uma das medidas que tomou foi interromper todos os subsídios pagos aos chefes bárbaros, incluindo os feitos aos godos.

A decisão foi um divisor de águas nas relações romano-góticas; se até aqui haviam cooperado como aliados, agora se tornariam adversários. Em *Gética* encontramos uma clara menção a essa mudança de postura: “os godos, enfurecidos com o fim dos estipêndios, de amigos se tornaram inimigos”²⁴⁸. Era o início de um período turbulento de confrontos militares que são registrados por autores como Jordanes, Cassiodoro, Zósimo, Zonaras e Sincelo, todos utilizando o contemporâneo Déxipo como fonte primária²⁴⁹. Jordanes e Cassiodoro dizem que durante os anos 240 os godos estavam sob o comando de um *rex gothorum* chamado Ostrogoda, homem “paciente” (*enituit enim [...] Ostrogotha patientia*) e “de resolução firme” (*solidi animi*). Era membro da dinastia dos Amalos, antepassado comum de uma linhagem de reis godos como Ermanarico, Valamiro, Teodorico e Atalarico. Um debate no campo da onomástica aborda as origens dos nomes do rei e do povo; se o primeiro gerou o segundo, de *Ostrogotha* para *gothi*, ou vice-versa. Seja como for, Jordanes chega a afirmar que Ostrogoda reinava sobre “*ostrogodos e visigodos*” (*tam ostrogothæ quam wisigothæ subjacebant*), mais um anacronismo do autor em seu esforço para conectar os reinos godos de seu tempo aos primeiros ancestrais²⁵⁰. Como até algumas décadas atrás Ostrogoda não aparecia em outros textos, acreditava-se que pudesse ser uma construção de Cassiodoro replicada por Jordanes com o objetivo de estabelecer os fundamentos para

uma diferenciação entre visigodos e ostrogodos no futuro. No entanto, fragmentos de Déxipo encontrados recentemente na Biblioteca Nacional de Viena também fazem referência ao chefe godo, reforçando a tese de que tenha sido uma figura histórica real²⁵¹. Porém Ostrogoda aparece em Déxipo não como um chefe que governava de maneira hegemônica todas as tribos que compunham o que poderia ser considerado uma confederação goda, mas ao lado de Cniva, diferentemente da versão de Cassiodoro e Jordanes, segundo os quais Cniva teria sido seu sucessor. Em verdade, o fragmento de Déxipo chega a sugerir certa ascendência de Cniva sobre Ostrogoda ao se referir ao primeiro como *vasilís* (βασιλεύς), o rei, e ao segundo apenas como *árkhōn* (τῶν Σκυθῶν ἄρχων), um arconte ou magistrado entre os citas²⁵².

Considerando a expansão da cultura Cherniacove no período, e o relato de Jordanes, os godos apossaram-se de largas porções de terra no entorno do Mar Negro em meados do século III. Se aceitarmos a narrativa de *Gética* sem muitos questionamentos, a essa altura haviam derrotado os vândalos, submetido os marcomanos ao pagamento de tributos e “*reduzido os príncipes quados à escravidão*”²⁵³. Exageros ou não de Jordanes, disputas territoriais e vitórias sobre grupos vizinhos são esperadas. Do lado romano, a rebelião de Pacaciano não havia sido um episódio isolado; Jotapiano, Silbanaco e Esponsiano²⁵⁴ também incitaram motins em diferentes regiões do império, capitalizando o clima de insatisfação com as políticas fiscais adotadas pelo irmão do imperador. Aproveitando esse cenário de instabilidade, os godos decidiram partir para uma postura agressiva. Há algum tempo observavam como os carpos e outras tribos do baixo Danúbio utilizavam a tática de incursionar pelas províncias contíguas como método de pressão. Assim forçavam as autoridades do império a cederem às suas exigências. Havia chegado o momento de realizarem uma demonstração de força semelhante, não poderiam ser desprezados pela corte como atores menores. E assim Ostrogoda reuniu um exército e conduziu uma campanha contra a Mésia e a Trácia²⁵⁵.

Para repelir a ofensiva goda e assegurar que as legiões estacionadas nos Bálcãs se mantivessem leais, por volta de 245 Filipe apontou Quinto Décio, então tido como um dos mais respeitados membros do Senado, como governador da Mésia e da Panônia. A decisão sairia pela culatra. Em meio a uma atmosfera de separatismo que rondava os quartéis romanos na fronteira

do Danúbio, colocar um senador com grande reputação no comando de duas províncias inteiras era um movimento arriscado, sobretudo porque à época — antes das reformas de Diocleciano — os governadores cumulavam funções civis e militares. Décio estava agora no comando de um número significativo de companhias insubordinadas, e um de seus primeiros atos foi dispensar vários soldados do serviço militar. Para Jordanes, esses soldados foram dispensados por terem sido negligentes; graças a eles os godos haviam atravessado o *limes* e estavam agora pilhando o interior do país. A explicação não convence. Como Décio precisava de homens para combater os godos, dispensar soldados experientes durante a guerra seria uma imprudência ainda maior. Era mais provável que os exonerados — não sabemos se unidades inteiras foram desmanteladas — estivessem entre os que participaram de maneira mais ativa da revolta de Pacaciano e que, portanto, fossem considerados um risco ainda maior se permanecessem no exército regular. Qualquer que fosse o motivo para a dispensa, esses militares, incapazes de obter os mesmos ganhos na vida civil, uniram-se e passaram para o lado dos godos²⁵⁶. Além dos godos e desses desertores romanos, as forças de Ostrogoda reuniam elementos taifalos, asdingos, peuquinos e carpos, outro indicativo de que agora eram os godos que davam as cartas na margem norte do baixo Danúbio. Jordanes estima esse exército em 300.000 homens, um absurdo mesmo para os padrões da Antiguidade. Liderados por dois chefes menores, Argedo e Gunderico, os godos atravessaram as fronteiras romanas em duas oportunidades. Na segunda delas, avançaram até Marcianópolis (Devnya, Bulgária), penetrando cerca de 100 quilômetros ao sul, e só se retiraram da cidade depois que os moradores reuniram uma larga soma em ouro e mercadorias para que abandonassem o cerco²⁵⁷.

Nenhum combate maior é reportado para essa fase inicial das invasões godas, o que nos faz concluir que Ostrogoda e Décio não se enfrentaram em uma batalha de campo aberto. Antes que os godos lançassem outro ataque, Ostrogoda teve que enfrentar um perigo que ameaçava sua retaguarda no *barbaricum*, os gépidas. Quando falamos sobre o mito de origem contado em *Gética*, vimos que os gépidas compunham um dos três barcos da migração de Berig. Apesar de aparentados, os gépidas formaram um povo independente em relação às outras tribos godas. Como dissemos, na virada do século IV para o V os gépidas foram absorvidos pela expansão hunica e, uma vez conquistados,

participaram das campanhas de Átila na Gália (451). Com a morte do famigerado rei huno, aproveitaram a disputa pela sucessão para se revoltarem contra a autoridade hunica juntamente com outros povos vassalos, vencendo seus antigos senhores na Batalha de Nedao (454). Vitoriosos, fundaram um novo reino centrado em Sirmio após celebrarem um *foedus* com o imperador Marciano, que chamaram *Gepidia*, tal como a *Gothia* dos godos. No século VI, Justiniano I viu-se obrigado a firmar um pacto com os lombardos, que foram instalados na Nórica e na Panônia como contramedida destinada a conter os raids gépidas nas fronteiras. Entretanto a história dos gépidas até o século IV permanece um ponto de interrogação, uma larga lacuna na literatura romana²⁵⁸. Nenhuma menção a eles é feita nas relações de povos bárbaros de Tácito e Ptolemeu para os séculos I e II, nem nos escritos de Amiano Marcelino e Osório para os séculos III e IV. Nem sequer figuram na Lista de Verona (*Laterculus Veronensis*), documento do ano 314 que apresenta uma listagem das províncias romanas e dos povos bárbaros que circundavam o império entre os governos de Diocleciano e Constantino.

Gética está entre os poucos trabalhos que mencionam os gépidas ainda no século III. Segundo Jordanes, os gépidas habitavam a “*província de Spesis*” nos tempos de Ostrogoda, a qual ele mesmo descreve como uma ilha do Vístula. Nenhum outro texto da Antiguidade cita essa ilha. Prosseguindo com a narrativa, o autor conta que quando os godos retornaram à margem norte do Danúbio com uma grande quantidade de butins feitos nas províncias romanas, o rei gépida Fastida, sentindo-se desprestigiado, enviou emissários a Ostrogoda com um ultimato. Dizia a mensagem que godos e gépidas estavam unidos por antigos laços de sangue e camaradagem; assim, não era justo que os godos ocupassem as ricas planícies do entorno do Mar Negro enquanto os gépidas permaneciam em áreas montanhosas e de densas florestas, e por isso Ostrogoda deveria ceder parte dos seus territórios ou se preparar para o confronto. Ao que tudo indica, Fastida estava confiante nas suas capacidades militares; pouco antes havia derrotado os burgúndios “*e subjugado também um número de outras gentes*”²⁵⁹. Ostrogoda respondeu aos embaixadores que de fato seria uma tragédia lutar com uma nação irmã, mas que não cederia às exigências, e assim teve início a guerra de godos e gépidas. Os dois exércitos se encontraram em *Galtis*, presumivelmente a cidade de Galt nas margens do rio Aluta (Olt). Jordanes conclui que, embora os dois lados tenham lutado em

igualdade de condições, com armamentos e estilos de combate semelhantes, os godos acabaram saindo vencedores²⁶⁰.

2.5 Cniva, Décio e a Batalha de Abrito

Na narrativa oficial que circulou entre os romanos, Décio, sabedor dos riscos por trás de sua nomeação para o comando das legiões da Mésia e Panônia, em um primeiro momento recusou o encargo, mas acabou sendo pessoalmente convencido pelo imperador a aceitá-lo²⁶¹. Essa versão é provavelmente uma maquiagem posterior feita durante o governo do próprio Décio para eximi-lo de qualquer culpa pelo que ocorreria em breve. Como esperado, na virada de 248 para 249, as legiões estacionadas nos Bálcãs proclamaram-no seu novo imperador. Se o renomado senador agiu nos bastidores para assegurar sua elevação, jamais saberemos. Zonaras diz que quando Décio declinou da oferta, os homens desembainharam suas espadas. Era um ultimato: ou aceitaria a proclamação, ou seria visto como um lacaios de Filipe e enfrentaria as consequências. Segundo o mesmo autor, nesse meio-tempo, Décio chegou a escrever uma carta para Filipe informando que havia sido forçado a aceitar a posição, mas que permanecia leal a ele. Se as tropas o obrigassem a marchar para Roma, arranjaría uma maneira de demovê-los da ideia no caminho ou quando chegassem à cidade. Na capital, a carta foi entendida como um engodo, seu objetivo era apenas atrasar os preparativos do imperador. Os exércitos de Décio e Filipe se encontraram nas redondezas de Verona durante o outono de 249, e embora o exército reunido pelo imperador contasse com superioridade numérica, suas forças não foram suficientes para conter as do adversário, cujas legiões eram formadas por veteranos experientes, habituados ao combate nas fronteiras²⁶². Vitorioso, Décio tornou-se oficialmente o novo imperador dos romanos.

Décio recebeu do Senado o título de Trajano, uma clara alusão ao imperador responsável pela conquista da Dácia em 106. Como se não bastasse, uma inscrição encontrada em Apulum (Alba Iulia, Romênia), também província da Dácia, refere-se a ele como o “RESTITUTOR DACIARUM”, e moedas foram cunhadas com os dizeres “DACIA” e “DACIA FELIX” no lado inverso. Consideradas essas circunstâncias em conjunto, é razoável concluirmos que Décio tenha obtido algum sucesso combatendo tribos germânicas ou sármatas enquanto esteve no baixo Danúbio, como os carpos e

godos. Não era o conquistador da Dácia, mas provavelmente exerceu algum papel importante para restaurar a autoridade romana na região²⁶³. Mas esse clima de vitória logo teria fim. Ostrogoda morreu durante o período de transição entre os governos de Filipe e Décio, e por razões que não nos são conhecidas, não foi sucedido por Unwén²⁶⁴, seu filho, mas por um nobre godo chamado Cniva, que não pertencia à dinastia dos Amalos²⁶⁵. Lembremos que Ostrogoda e Cniva aparecem no fragmento de Déxipo como chefes que governaram diferentes grupos godos em caráter simultâneo. Qualquer que seja o caso, o que podemos afirmar com relativa segurança é que, com a morte de Ostrogoda, Cniva tornou-se senão o único, pelo menos o principal chefe godo. E que Cniva seria o primeiro comandante bárbaro a provocar a morte de um imperador romano em batalha.

Quando Décio partiu para Roma com a missão de depor Filipe, os godos perceberam novamente o esvaziamento dos regimentos das fronteiras e se lançaram mais uma vez contra a Mésia entre os anos 250 e 251, agora sob a liderança de Cniva. A ofensiva foi estruturada em duas colunas, uma conduzida pessoalmente por Cniva, que avançou sobre as fortalezas de Esco (Pleven, Bulgária) e Nova (Svishtov, Bulgária)²⁶⁶, ambas situadas na margem romana do Danúbio, e outra sob o comando de outros nobres godos, talvez de Argedo e Gunderico, os únicos que aparecem nas fontes para o período. Jordanes calcula o tamanho do exército godo invasor em 70.000 homens, número que de novo deve ser visto com ceticismo. Afinal, para que se tenha uma noção do que isso representa, Lívio estima que os romanos contavam com 87.200 soldados quando enfrentaram Aníbal em um dos maiores confrontos da Antiguidade, a Batalha de Canas (216 a.E.C.). Estimativas recentes apontam algo na casa dos 25.000 a 30.000, sendo a maior parte formada por guerreiros montados. Syvanne levanta a hipótese de que a invasão goda pode ter sido facilitada pela presença de unidades auxiliares godas e alanas posicionadas pelos romanos nas fronteiras como federados a serviço do império e que dificilmente lutariam contra seus próprios compatriotas²⁶⁷. Por sua vez, Wolfram defende que o exército de Cniva, assim como o do antecessor Ostrogoda, era composto por contingentes taifalos, asdingos, bastarnos e até desertores romanos, sugerindo ainda que os carpos podem ter aberto um terceiro front na Dácia²⁶⁸.

Qualquer que seja o caso, a coluna de Cniva avançou até ser repelida em Nova por Treboniano Galo, o governador da Mésia, e os godos reorientaram sua rota para Nicópolis (Nikyup, Bulgária)²⁶⁹. Sincelo conta que no caminho para Nicópolis a cavalaria goda conseguiu cercar um grupo de mésios (*mysians*) que tentava fugir para a cidade, muitos dos quais foram mortos ou feitos prisioneiros²⁷⁰. A essa altura Décio retornava às pressas com o exército imperial e Cniva evitou um engajamento com a principal força romana seguindo para a Cordilheira Balcânica, chamada pelos antigos de Haemus Mons, onde poderia aproveitar as vantagens oferecidas pelo terreno elevado para estabelecer uma posição defensiva mais sólida. Porém, tendo passado algum tempo refugiado nas montanhas, o chefe godo decidiu partir dali, e no lugar de marchar para o norte, em direção ao Danúbio, avançou para o sul rumo a Filipópolis (Plovdiv, Bulgária), província da Trácia, penetrando 170 quilômetros em território romano²⁷¹. Esse movimento indica que os godos estavam confiantes em suas capacidades, em que pese não contarem com os equipamentos necessários para o assalto de cidades que dispunham de muralhas.

Chegando por Viminácio (Kostolac, Sérvia), o exército imperial montou campo em Beroe (Stara Zagora, Bulgária), também conhecida como Trajana Augusta, mais ou menos 70 quilômetros ao nordeste de Filipópolis, onde uma pausa foi feita para que os legionários e seus cavalos pudessem descansar, afinal, estavam exaustos depois da extenuante marcha de retorno da Itália aos Bálcãs. Ao que parece, Décio havia conquistado algumas vitórias menores sobre os godos e agora estava no encalço da hoste principal de Cniva. A estratégia era cortar a linha de retirada dos godos, impedindo que cruzassem o Danúbio para a margem norte. O famoso manual militar elaborado pelo imperador bizantino Maurício no século VI, seu *Strategikon*, descreve uma tática de emboscada apelidada de “*emboscada cita*”, consistente em simular uma falsa retirada enquanto outras unidades eram postas escondidas na retaguarda. Quando o inimigo quebrava sua formação para perseguir os fugitivos, as unidades escondidas surgiam de maneira inesperada no campo de batalha e lideravam um rápido contra-ataque. Ainda segundo o manual, tanto Cniva como Décio empregaram essa tática um contra o outro em 250, o que “*permitiu que ele (o imperador) matasse muitos deles (dos godos)*”²⁷². O fato de os romanos também terem feito uso da tática de falsa retirada indica que a superioridade

numérica do exército imperial, se é que ela efetivamente existisse, não era tão significativa. De qualquer maneira, o alto comando romano não esperava encontrar o inimigo tão cedo; os últimos relatórios de inteligência davam conta de que os godos haviam partido em retirada de Nicópolis para o Haemus, um movimento sugestivo de que evitavam o confronto. Porém, percebendo que Décio e seus generais não contavam com um ataque direto contra o exército imperial, Cniva apostou todas as suas cartas no elemento surpresa. Desviou sua rota e marchou para Beroe. Passando despercebido pelos batedores e vigias romanos, colocou seus homens de prontidão o mais rapidamente possível e investiu contra o campo adversário. Nas palavras de Jordanes, os godos “*devastaram o exército romano*” (*vastato romano exercitu*). Sincelo afirma que os legionários perderam o combate, mas só depois de matarem 30.000 godos. Se há algum fundo de verdade nessa informação, as baixas provavelmente se referem a escaramuças e refregas anteriores, não ao massacre de Cniva em Beroe. É mais provável que o número não passe de uma peça de propaganda do governo imperial para reduzir o vexame da derrota²⁷³.

Seja como for, a derrota em Beroe foi um desastre para Décio. As fontes não mencionam o número de baixas entre os romanos, mas, considerando que a principal força do império foi “*devastada*”, podemos esperar algo na casa dos milhares, talvez dezenas de milhares. O impacto para o moral romano foi brutal. Durante o cenário de confusão que se instaurou no castro²⁷⁴, o imperador conseguiu fugir acompanhado por alguns poucos sobreviventes pelo desfiladeiro Shipka, não sem dificuldade, e o grupo chegou em Esco, onde Galo ainda mantinha uma reserva significativa de soldados. O fato de Galo ter permanecido na fronteira em vez de partir para se conectar às forças de Décio sinaliza que o governador havia sido encarregado de servir como uma última linha capaz de impedir os godos de atravessarem o Danúbio. Décio permaneceu as próximas semanas em Esco reorganizando o que restava dos exércitos romanos nos Bálcãs enquanto Cniva pilhava livremente o interior da Trácia. Como tentativa de reanimar o espírito das tropas, o imperador elevou seu filho, Herênio Etrusco, ao colégio imperial. A notícia da derrota provocou alarme em Roma. Aproveitando a ocasião, um senador chamado Licínio tentou tomar o poder com o apoio de setores do Senado e da população, mas a revolta foi rapidamente contida por Valeriano, homem de confiança do imperador na capital²⁷⁵.

Mais bem equipados com os armamentos capturados do exército imperial em Beroe, os godos seguiram para Filipópolis e montaram cerco à cidade. Os relatos sobre o que ocorreu a partir desse ponto são confusos. Sem apresentar muitos detalhes, Jordanes diz que Cniva se aliou a Tito Júlio Prisco²⁷⁶, governador da Trácia, que estava presente em Filipópolis com algumas companhias²⁷⁷. Marcelino conta que a cidade foi destruída (*excisa est Philippopolis*) e que os godos chacinaram a população local, matando quase 100.000 pessoas, mas ao final do comentário faz uma curiosa ressalva: “a não ser que a história seja falsa” (*nisi fingunt annales*)²⁷⁸. Zósimo apenas afirma que os invasores fizeram muitos aristocratas romanos prisioneiros²⁷⁹. Reunindo essas peças isoladas, consolidou-se na historiografia a versão de que Prisco pode ter sido proclamado imperador pela guarnição de Filipópolis com o suporte de Cniva. Se Cniva conseguisse derrotar Décio e forçar a transferência de poder para um candidato mais simpático aos godos, impedindo que o Senado fizesse um sucessor imbuído do espírito de vingança, as relações romano-góticas poderiam chegar a um patamar promissor. O império era vasto demais para ser conquistado pelos godos. Ainda que saíssem vencedores em algumas batalhas, era questão de tempo para que as estruturas romanas se reorganizassem e reagissem. Portanto, o objetivo nunca foi infligir uma derrota definitiva ao império, mas pressionar as autoridades romanas até alcançarem o nível de relação que desejavam possuir com o vizinho mais poderoso. Para explicar o saque de Filipópolis, tem-se levantado a hipótese de que a proposta de aliança feita por Cniva a Prisco talvez não tenha passado de uma artimanha do godo para que os romanos abrissem os portões da cidade e, uma vez lá, os godos caíssem sobre os romanos²⁸⁰.

Cniva finalmente seguiu para o Danúbio. Depois de meses de pilhagens, seus vagões estavam suficientemente carregados com espólios, e permanecer por tempo indeterminado em território romano era um risco desnecessário. Então os godos iniciaram uma lenta marcha a caminho da Gócia. No campo romano, Décio foi informado sobre os últimos movimentos do adversário e determinou que o exército que reorganizava fosse colocado em prontidão. Em tempos de usurpadores, não possuía alternativa. Ou derrotaria os godos antes que cruzassem as fronteiras, ou enfrentaria a insatisfação das frustradas legiões. Assim, ao lado de Galo e Herênio, Décio partiu para combater o inimigo. Alguns autores apontam que Galo teria traído o imperador nesse

intervalo. Com base em Déxipo e nos *Oráculos Sibilinos*, Zósimo conta que o governador foi enviado com uma “*competente força*” para o rio Tanais (Dom), decerto para acossar as unidades godas que seguiam pela retaguarda ou para realizar uma espécie de movimento de pinça, isto é, atacá-los por diferentes lados. Porém, Zósimo revela que Galo enviou agentes ao campo godo propondo uma conspiração, que foi aceita por Cniva, e o governador, em vez de atacá-los como planejado, permaneceu estacionado com suas companhias nas margens do rio. A ideia geral da trama era que Décio e Herênio aparecessem sozinhos no campo de batalha, reduzindo drasticamente o efetivo romano disponível. E se o imperador fosse derrotado, Galo seria aclamado pelas tropas²⁸¹. Zonaras ratifica essa versão, inclusive afirmando que Galo indicou a Cniva um local mais conveniente aos godos para que a batalha ocorresse²⁸². O episódio da traição de Galo tem sido visto com reservas pelos historiadores. Primeiro, porque dificilmente as unidades comandadas pelo governador proclamariam aquele que havia acabado de abandonar o imperador e milhares de compatriotas à própria sorte. A insatisfação das tropas restantes ou sobreviventes poderia se voltar contra ele. Segundo, porque o rio Dom estava extremamente distante de Esco, de onde Décio e Galo partiram. Mesmo que a ideia fosse realizar um ataque pela retaguarda, causa estranheza a longa distância percorrida. Assim, alguns têm entendido o incidente apenas como propaganda²⁸³.

Com ou sem a traição de Galo, os exércitos de Décio e Cniva se encontraram nas imediações de Abitro, conhecida pelos romanos também pelo nome de Fórum Terebônio, província da Mésia Inferior, a cerca de 50 quilômetros da fronteira. Enquanto os godos ainda marchavam para o norte, Herênio foi enviado com alguns esquadrões de cavalaria para acossar a retaguarda inimiga em uma investida no mínimo ousada. Durante essa refrega inicial, o filho do imperador foi atingido por uma flecha ou dardo e morreu. A informação sobre o emprego de flechas e dardos pelos godos merece um pequeno parêntesis; os povos germânicos que migraram para o sul da Europa nos séculos II e III possuíam um estilo de combate orientado predominantemente para o uso de infantaria, tropas a pé. Tácito diz que lúgios, rúgios, lemóvios e *gotones* lutavam equipados com escudos redondos e espadas curtas. Uma das principais táticas era provavelmente a “parede de escudo” (*shield wall*), formação sólida em que os guerreiros eram dispostos ombro a

ombro com os escudos voltados para frente. Era um arranjo que oferecia pouca mobilidade, mas que dificilmente era quebrado pelo inimigo. Também se valiam da famigerada “carga bárbara” (*barbarian charge*), tática por meio da qual se lançavam correndo e entoando gritos de guerra sobre os adversários em um movimento sem formação clara. A ideia era destruir o moral do oponente logo no começo com um duro impacto ou choque inicial. Tanto a falta de cavalos grandes e rápidos em regiões mais setentrionais da Europa como o alto custo para se manter esses animais foram fatores que certamente contribuíram para dificultar o emprego de cavalaria em larga escala pelos germânicos. A própria cavalaria romana era tradicionalmente composta por cavalos pequenos que contavam com cerca de 14 palmos de altura, pouco maiores que pôneis. No entanto, à medida que os migrantes se aproximavam das estepes essa realidade era alterada. Um dos traços característicos da cultura Cherniacove, a mescla de elementos germânicos e sármatas, repercutiu também na esfera militar. Em contato com os povos das estepes, os godos de Ostrogoda e Cniva haviam incorporado o uso de cavalos, arcos e vagões. Unidades montadas, compostas em grande parte por membros das elites de cada tribo, utilizavam dardos para escaramuças e lanças para o combate corpo a corpo. Por outro lado, vagões passam a ser utilizados como verdadeiras barreiras defensivas, reunidos e dispostos em grandes círculos, estabelecendo uma espécie de perímetro a ser protegido²⁸⁴.

Quando os esquadrões retornaram à coluna romana trazendo a notícia da morte de Herênio, fato certamente visto por muitos como um mau presságio e que abalou o moral daqueles que aguardavam o momento de entrar no campo de batalha, Décio teria reagido energicamente para manter o espírito das tropas: “*Que ninguém se lamentel, pois a morte de um só soldado não é grande perda para a república!*”²⁸⁵. A exclamação é provavelmente uma construção apócrifa posterior; a tragédia parece ter desestabilizado o imperador, que, possivelmente cego pela emoção, ordenou um ataque total sem reexaminar sua estratégia conforme os combates evoluíam. Mas voltemos à sequência dos acontecimentos. Antes que a batalha tivesse início, Décio, pagão convicto²⁸⁶, realizou sacrifícios aos deuses seguindo os antigos costumes. Os dois exércitos se colocaram então em formação um diante do outro. Cniva organizou suas forças em três grandes fileiras, uma atrás da outra, de modo que as duas últimas não fossem vistas pelos romanos. A terceira, inclusive, foi posicionada

estrategicamente atrás de um pântano. As fontes não informam como as unidades do império foram dispostas em campo, mas podemos especular que a organização seguiu o tradicional esquema de apresentação das legiões como grandes fileiras de coortes²⁸⁷. Considerando-se que os autores antigos não registraram qualquer ataque da cavalaria romana pelos flancos, possivelmente os esquadrões foram mantidos na retaguarda como reserva²⁸⁸.

Para os romanos, o número de inimigos que apareceram em campo parecia significativamente menor do que o calculado pelos batedores. Apesar do revés inicial sofrido por Herênio, o exército imperial avançou sobre a primeira linha goda e conseguiu rompê-la sem grandes dificuldades. Embora surpresos ao constatar a presença de outra linha, seguiram avançando e não demorou para que também colocassem a segunda fileira em debandada. A terceira linha foi então avistada pelos legionários atrás de um lamaçal. Esse era o momento em que Décio e seus oficiais deveriam ter parado para reavaliar a situação, porém, talvez por estarem as unidades fora de controle, em uma espécie de frenesi, as legiões continuaram avançando em direção à terceira e última fileira goda. Ao se colocarem no terreno pantanoso diante dos adversários, perderam mobilidade. Havia caído na armadilha. Cniva então ordenou que os remanescentes dos grupos que haviam partido em retirada da primeira e segunda fileiras e que agora compunham sua reserva retornassem pelas laterais para cercar os romanos pelos flancos. Na versão de Zósimo, que sustenta a traição de Galo, o governador teria enviado ao imperador uma “*mensagem de inteligência*” recomendando que continuassem avançando, já que o inimigo estaria quase derrotado. O comentário é de certa forma incompreensível. Se Galo havia permanecido nas margens do Dom, a dezenas de quilômetros dali, como poderia ter examinado o que ocorria no campo de batalha a tempo de enviar conselhos a Décio? Em qualquer caso, o cenário foi caótico para os romanos. Os legionários estavam imersos em um aguaçal e progressivamente cercados por todos os lados. Não conseguiam sair dali. Enquanto eram pouco a pouco comprimidos, flechas e dardos caíam sobre suas cabeças. O rumo da batalha havia sido revertido em favor dos godos. O resultado foi um massacre. Em meio às camadas de corpos, os restos mortais do imperador jamais foram encontrados²⁸⁹.

2.6 Consequências, trégua e retomada das hostilidades

A vitória goda em Abrito foi um divisor de águas para a mentalidade romana. Apesar de vários imperadores anteriores terem morrido em guerras civis e conspirações políticas, essa era a primeira vez que um morria em batalha contra outra nação²⁹⁰. O impacto no moral do exército, sobretudo das legiões estacionadas nos Bálcãs, foi tremendo. Se ainda havia alguma dúvida de que o império não possuía o mesmo vigor dos tempos de Augusto e Marco Aurélio, a questão havia sido devidamente respondida. Tal como o irmão Herênio, o jovem Hostiliano, filho mais novo de Décio, havia sido apontado César durante o governo do pai. Antes que a notícia das mortes de Décio e Herênio chegasse ao Senado em Roma, o que havia sobrado do exército nos Bálcãs aclamou Treboniano Galo (251-253) como novo imperador. Uma das primeiras providências de Galo foi elevar Hostiliano (251) de César a Augusto, movimento que tem dividido opiniões entre historiadores. Parece-nos que o objetivo tenha sido eliminar qualquer suspeita de um possível envolvimento no fracasso em Abrito e evitar a eclosão de uma nova guerra civil contra os antigos partidários de Décio. E Hostiliano era apenas uma criança, não representava uma ameaça imediata a Galo. O filho sobrevivente de Décio morreria poucos meses depois em circunstâncias misteriosas. Zósimo novamente acusou Galo, mas *Epítome dos Césares* aponta uma praga como causa da morte²⁹¹. Jordanes também registra a presença de uma doença infecciosa que teria assolado o império nessa época, especialmente no Egito²⁹². Era a peste de Cipriano.

O novo imperador se deparou com o último problema do anterior: os godos. Mas a situação agora era ainda mais grave. O exército imperial havia sido aniquilado e as unidades remanescentes, além de estarem com o moral comprometido, não eram suficientes em número para que o império se arriscasse em um novo confronto aberto. Isso fora os inúmeros contratempos domésticos relacionados à crise econômica e à disseminação da peste. Em outras palavras, uma resposta militar imediata estava fora de cogitação. Sem alternativa, Galo negociou uma trégua com Cniva, vendo-se obrigado a aceitar os humilhantes termos apresentados pelo chefe godo. Em resumo, os bárbaros receberam permissão para retornar à *ripa gothica*²⁹³ sem serem molestados — não que os romanos pudessem fazer algo a respeito — e o império voltaria a pagar os subsídios anuais que Filipe havia interrompido anos antes. A única contrapartida recebida pelos romanos foi o compromisso formal de que os

bárbaros não retornariam às províncias em novos raides²⁹⁴. Vencedores, os godos não forneceria homens para lutarem as guerras do império. Não era um *foedus*, o acordo aproximava-se muito mais de uma rendição romana. Se até a década de 230 os estipêndios foram pagos como mera liberalidade pelo governo imperial, como incentivos para que os bárbaros permanecessem próximos, agora, independentemente da nomenclatura atribuída aos pagamentos, Roma pagava tributos aos godos. O tratado desgastou a reputação de Galo logo no início do seu governo, mas o imperador não possuía outras cartas disponíveis na mesa.

As consequências de Abrito foram devastadoras. Para complicar ainda mais o cenário de instabilidade vivido pelo império, é possível que os godos tenham capturado senão todo, ao menos uma parte significativa do *aerarium*, o tesouro imperial. Um estudo do arqueólogo polonês Aleksander Bursche chega a essa conclusão a partir do grande número de moedas correspondentes aos governos de Gordiano III, Filipe e principalmente de Décio encontradas em áreas que se estendem do oeste da Ucrânia ao sul da Polônia, ou seja, coincidindo grosso modo com territórios abrangidos pela cultura Cherniacove. Nenhuma moeda foi identificada na margem leste do Dniepre, região não alcançada pela Cherniacove no período. Além das moedas, os artefatos romanos encontrados incluem vasos e diplomas militares em bronze²⁹⁵, cintos de metal e arreios de cavalo. Moedas de bronze cunhadas em nível provincial e datadas de meados do século III também foram descobertas. Porém o que salta aos olhos é a larga quantidade de áureos do governo de Décio. A moeda possuía um valor expressivo, cada áureo correspondia aproximadamente a 25 denários de prata. Se considerarmos o total de 510 áureos encontrados nessa faixa territorial referentes a imperadores dos tempos de Augusto a Diocleciano, 31% são do governo de Décio. A maioria esmagadora dessas moedas contém um furo no local em que originalmente estava estampado o rosto do imperador. Essa era uma prática comum entre povos germânicos para continuar utilizando moedas romanas sem demonstrar submissão. O extraordinário volume de ouro encontrado no *barbaricum* poderia inclusive ser uma explicação razoável para a súbita deterioração na qualidade dos áureos cunhados no governo de Galo. Para Bursche, Décio levou o tesouro imperial — ou parte dele — para sua campanha nos Bálcãs não só para mantê-lo próximo, afastando de possíveis usurpadores, mas

principalmente para suportar as despesas correntes da expedição e, em caso de vitória, conceder os tradicionais donativos (*donativa*) aos soldados²⁹⁶.

Do ponto de vista militar, a campanha de Décio trouxe mudanças importantes na estratégia adotada pelo império para combater as invasões bárbaras. Estamos em um momento anterior às reformas de Diocleciano, quando as autoridades romanas ainda concentravam todo o esforço logístico e militar do império em manter o inimigo do outro lado das fronteiras. Para as tribos germânicas e sármatas que habitavam a margem norte do baixo Danúbio, como os godos, carpos, roxolanos e bastarnos, o emprego da doutrina comum significava mobilizar os contingentes disponíveis na região para impedir que realizassem a travessia do rio. No entanto, as ofensivas de Ostrogoda e Cniva mostraram que nem sempre seria possível barrá-los nas fronteiras. Portanto, era preciso que estivessem preparados para o pior cenário, para a hipótese de conseguirem romper as fortificações do Danúbio e penetrarem fundo pelo interior das províncias, um plano de reação. A nova tática, batizada por Wolfram de “fronts invertidos” (*inverted fronts*), estabelecia que, se o exército adversário conseguisse transpor a linha de defesa do Danúbio, as unidades romanas deveriam selar novamente a fronteira²⁹⁷. Dessa forma, uma vez que a hoste invasora estivesse dentro do império, o exército romano fecharia novamente a fronteira. O objetivo era cortar a cadeia de suprimentos do inimigo, que, vendo-se sem provisões, seria obrigado a retornar pelo mesmo caminho que havia percorrido e cujos campos havia destruído. Uma estratégia focada em destruir a logística do oponente, não em uma vitória militar propriamente dita.

A trégua de Galo e Cniva durou até 253. O nome de Cniva desaparece das fontes, mas ele ou outro chefe que o sucedeu começou a reclamar que os romanos não estavam cumprindo sua parte do acordo. A alegação dos godos era que os pagamentos vinham sendo realizados em valores inferiores aos combinados²⁹⁸. O discurso pode ter sido apenas um instrumento retórico para testar o limite das autoridades romanas, que, quem sabe, poderiam aumentar as quantias pagas para diminuir as tensões. Porém é possível que o império estivesse reduzindo a quantidade de ouro fornecida para testar o limite dos bárbaros, jamais saberemos. Qualquer que seja o caso, os godos inauguraram uma nova onda de ataques por volta dessa época. Ao que tudo indica, inicialmente por meio de raids menores e pontuais, pois nem Galo, nem

Volusiano, seu filho recém-proclamado imperador, partiram pessoalmente com o exército imperial para socorrer a região. Talvez não o tenham feito por absoluta impossibilidade. No front oriental, utilizando como pretexto uma incursão romana pela Armênia, Sapor I invadiu a Síria e infligiu uma grande derrota aos romanos na Batalha de Barbalisso (252/253?), abrindo caminho para que os persas conquistassem a importante cidade de Antioquia. Para o império, isso significava cortar a comunicação por terra entre a Anatólia e o Levante²⁹⁹.

O acordo feito por Galo havia debilitado o moral nos quartéis do Danúbio; agora as guarnições da fronteira se sentiam ainda mais frustradas por não conseguirem conter os constantes assédios dos bandos godos. Um general local, Marco Emílio Emiliano, decidiu reagir. Zonaras o trata como um “*comandante do exército da Mésia*”, Zósimo diz que “*controlava legiões da Panônia*” e João de Antioquia se refere a ele como um “*arconte da Mésia*”. A referência de Zósimo à província da Panônia, Danúbio central, dezenas de quilômetros ao oeste, soa imprecisa. Sem o aval do imperador, o general prometeu aos soldados os mesmos pagamentos que eram feitos aos bárbaros caso conseguissem derrotá-los e organizou uma campanha punitiva na margem norte do rio. Levariam a guerra para o país dos inimigos, para a Gótia. Recuperando a iniciativa, os romanos atravessaram o rio e atacaram territórios godos, tomando-os de surpresa, e na expedição resgataram vários compatriotas que haviam sido levados como prisioneiros ou escravos por Cniva³⁰⁰. Não conhecemos em detalhes os resultados da campanha, mas as fontes a descrevem como um sucesso. Enquanto Galo sofria derrotas no extremo oriente para os persas, a vitória de Emiliano nos Bálcãs o colocou na rota das usurpações do século III, e o comandante foi aclamado pelas legiões da Mésia como imperador³⁰¹. O usurpador então reuniu suas tropas e seguiu para a capital do império com o objetivo de depor Galo, que começou a mobilizar os regimentos estacionados próximos à Itália para montar uma resistência. Valeriano, o mesmo que havia sido encarregado por Décio de representá-lo em Roma durante sua campanha nos Bálcãs e que derrotou a revolta de Licínio, foi convocado às pressas para trazer reforços da Germânia. Contudo Emiliano chegou primeiro. Inferiores em número e qualidade, as próprias legiões de Galo assassinaram o imperador e seu filho antes que pudessem ser derrotadas em batalha e confraternizaram com as forças de

Emiliano. A vitória do usurpador seria efêmera. Quando Valeriano chegou com as igualmente experientes legiões da Germânia, por volta de setembro de 253, Emiliano foi deposto e Valeriano proclamado imperador. Valeriano pediu então ao Senado que também elevasse seu filho Galiano ao colégio imperial, o que foi feito³⁰². O governo dos dois imperadores seria marcado por um conjunto de conflitos com povos vizinhos. No oriente, a guerra contra os sassânidas foi retomada. No complexo do Reno-Danúbio, alamanos, francos e roxolanos avançaram sobre as fronteiras romanas. E, é claro, os godos.

Qualquer que tenha sido o sucesso de Emiliano em sua expedição pela Gócia, seus reais resultados parecem ter sido mais modestos do que os noticiados em propaganda. Talvez os godos tenham recuado temporariamente para regiões montanhosas enquanto os romanos devastavam suas terras. Combates, se ocorreram, aparentemente não passaram de escaramuças menores, não batalhas de larga escala a ponto de quebrar as forças do inimigo. Isso porque Zósimo e Zonaras registram que pouco tempo depois que o usurpador partiu para a Itália, retirando regimentos necessários à defesa do Danúbio, os godos voltaram a atravessar o rio, como de costume, mas dessa vez penetraram ainda mais fundo pelas províncias, em especial pela Trácia. Mas não só; os marcomanos também aproveitaram a oportunidade para se lançarem contra o império mais ao oeste, pois seus territórios faziam divisa com a Récia, Nórica e Panônia Superior. Os autores não indicam claramente quais foram as rotas utilizadas pelas hordas godas nos Bálcãs, mas contam que os invasores conseguiram sitiar a importante cidade portuária de Tessalônica, na costa do Egeu, e, embora não tenham conseguido tomá-la de assalto, levaram terror à região. O clima de pânico que assolou a Grécia é evidenciado pelo fato de que os atenienses se viram obrigados a reconstruir suas antigas muralhas, derrubadas séculos antes por Sula (87-86 a.E.C.)³⁰³. Por sua vez, aqueles que habitavam o Peloponeso levantaram às pressas uma série de barreiras no Istmo de Corinto para impedir o acesso dos bárbaros à península. Tendo começado ainda em 253, esses ataques se arrastaram por parte de 254³⁰⁴.

2.7 Os godos e a pirataria

Falamos até aqui sobre o estágio inicial de interações entre godos e romanos pelo *limes* do baixo Danúbio. Pouco a pouco esses grupos godos que

habitavam a margem norte do rio, em áreas que atualmente correspondem a regiões centro-orientais da Romênia, começam a aparecer nas fontes pelo rótulo de tervíngios. Porém, voltemos agora nossa atenção aos godos que ocupavam territórios no entorno do Mar Negro e que, em um processo semelhante ao dos seus parentes tervíngios, tornar-se-ão conhecidos como grutunos. Historicamente, a Península da Crimeia, em particular o estreito de Querche, que conecta o Mar Negro ao Azove, foi lugar de morada de povos citas e tauros. Enquanto os citas se concentravam em áreas mais interiores, os tauros estendiam-se pela zona montanhosa da costa, por isso a região se tornou conhecida na Antiguidade como Táurica³⁰⁵. A fundação de uma série de colônias gregas durante o século V a.E.C. modificou esse cenário demográfico; a Crimeia e adjacências na margem oriental do Azove se tornaram territórios do Reino do Bósforo, com capital na cidade de Panticapeu, que foi governado em suas primeiras quatro décadas pela dinastia grega dos arqueanáctidas (480-438 a.E.C.). Nos três séculos seguintes, por certo Espártaco e seus sucessores — os chamados espartocidas, uma família trácia helenizada. Pouco sabemos sobre eles, mas sua raiz helênica é sugerida entre outros elementos pela afirmação de Diodoro Sículo de que se referiam uns aos outros por títulos gregos, como arconte e basileu³⁰⁶. Citas e sármatas foram naturalmente expulsos para os arredores do reino e mantinham com ele um estado de beligerância constante. Durante as Guerras Mitridáticas (90-65 a.E.C.), travadas entre Roma e o Reino do Ponto³⁰⁷, os bosforianos foram conquistados por Mitrídates IV do Ponto³⁰⁸ por curto período, mas com a morte de Mitrídates em 63 a.E.C. o reino caiu sob influência dos romanos, mais precisamente de Pompeu³⁰⁹.

A partir daí os bosforianos se transformam em importantes aliados dos romanos, um reino cliente que por muito tempo assegurou à república e depois ao império o controle sobre o Mar Negro, servindo como zona-tampão que impediu o acesso de grupos seminômádicos das estepes da Eurásia ao mar, de onde poderiam atacar as cidades costeiras dos Bálcãs ou da Anatólia em incursões marítimas. Funcionou também como um dos maiores fornecedores de pescados e grãos para as províncias do Egeu, além de ser ponto de redistribuição das mercadorias manufaturadas pelos romanos para as tribos vizinhas. No entanto, apesar de inclusive ter recebido em épocas distintas a efetiva ocupação de legiões ou pelo menos de algumas vexilações³¹⁰, o Reino do

Bósforo permaneceu com status semi-independente³¹¹ — diferentemente da grande maioria dos territórios absorvidos pela expansão romana, que se transformaram em províncias administradas diretamente por autoridades apontadas por Roma. Desse modo, os bosforianos mantiveram seus próprios reis e possuíram algum nível de autonomia para deliberar sobre assuntos de interesse local e cunhar moedas³¹². A importância estratégica do Reino de Bósforo como zona-tampão é objeto de um comentário feito por Zósimo, segundo o qual “*por muito tempo eles (os bosforianos) mantiveram os citas fora da Ásia, seja pelo apreço que possuíam pelos romanos, seja pelo bem do seu comércio*”³¹³. Moedas cunhadas pelo rei Rescúporis VI e datadas para o ano 341 estão entre os últimos achados arqueológicos, e a partir desse momento a história do reino se torna uma incógnita. Algumas hipóteses têm sido levantadas por historiadores modernos sobre a queda dos bosforianos. Por exemplo: um vago comentário de Zósimo dando conta de que “*quando a linhagem real foi extinta, a autoridade caiu para as mãos de indivíduos mesquinhos e sem valor*” sugere alguma turbulência política interna, disputas políticas que talvez tenham fragilizado o país³¹⁴. A crise vivida durante o século III pelo império, seu maior parceiro militar e comercial, certamente contribuiu para intensificar o declínio. A redução do comércio marítimo no Mediterrâneo respingou inevitavelmente no Mar Negro e reduziu sensivelmente as transações entre Roma e Panticapeu.

É nesse contexto que o avanço da cultura Cherniacove em direção ao leste alcança não só o Danúbio, mas também o Mar Negro, colocando os grupos migrantes tradicionalmente associados aos godos em territórios até então ocupados pelos citas e em rota de colisão com os bosforianos. Harmatta defende que os godos haviam avançado sobre territórios do sul da Ucrânia e Rússia que até então estavam sob controle dos roxolanos, e ao se instalarem nessa região receberam um grande influxo cultural dos persas³¹⁵. Logo se transformam em mais um grave fator de desestabilização para o Reino do Bósforo. É nesse contexto, por volta dos anos 250, que esses povos recém-chegados começam a aparecer nos textos de Déxipo com o rótulo genérico de “citas” e relacionados a outras tribos germânicas e sármatas, a exemplo dos carpos, peuquinos e hérulos. E em particular a dois grupos sobre os quais pouco sabemos, os boranos e urugundos³¹⁶. Para essa época são reportados três levantes de ataques contra as províncias romanas da Bitínia e Capadócia, norte da Anatólia voltado para o Mar Negro. Nossa principal fonte sobre essas

incursões é Zósimo, mas os acontecimentos são descritos pelo autor de maneira confusa, sem uma cronologia bem definida. Em linhas gerais, aparecem como um conjunto de incursões marítimas que podem ser classificadas de pirataria. Grupos invasores chegavam pelo mar, saqueavam o que encontravam e retornavam às suas regiões de origem.

A primeira onda de ataques foi realizada apenas pelos boranos, a segunda por uma coalizão de boranos e godos, e a terceira por uma força conjunta de godos, hérulos e peuquinos. Todos tiveram como ponto de partida o Reino do Bósforo, notadamente a frota mantida pelos bosforianos, que, *“induzidos mais pelo medo que por boa vontade em suportá-los”*, viram-se obrigados a entregar seus navios aos bárbaros³¹⁷. O fato reforça o cenário de instabilidade vivido pelo reino já nos anos 250; desprovido do apoio do império, ele foi incapaz de resistir à pressão dos novos vizinhos. Embora as últimas moedas do reino datem do ano 341, a completa ausência de fontes literárias e arqueológicas para o período relativo à virada do século III para o IV tem despertado a atenção dos historiadores. Para alguns, é possível que a progressiva pressão exercida primeiro pelas migrações germânicas e depois pela expansão hunica tenha provocado o desaparecimento do Reino do Bósforo em algum momento entre as décadas de 250 e 270, apesar de algum tempo depois ele ter vivido um breve renascimento até os anos 340³¹⁸.

Falemos sobre cada uma dessas levadas de ataques. A primeira incursão ocorreu por volta de 255. Os boranos, presumivelmente pela força, persuadiram os bosforianos a entregarem seus navios. Como aparentemente não possuíam grande experiência em navegação, é de se esperar que as embarcações tenham sido conduzidas pelos próprios bosforianos. Contornando a costa leste do Mar Negro, chegaram até a cidade de Pityus (Pitsunda, Geórgia), no sopé da Cordilheira do Cáucaso, mas o comandante das guarnições locais, um certo Successiano, organizou uma vigorosa resistência e repeliu os inimigos da área. Embora Successiano e seus homens fossem romanos, a cidade de Pityus não compunha propriamente uma província do império, mas uma região habitada pelos *colchis*, um conjunto de diferentes grupos que formava uma identidade coletiva particular e mantinha algum nível de institucionalidade. Não tão organizados como os bosforianos a ponto de serem classificados como reino, também estavam alinhados aos romanos. Estranhamente, as fontes dão conta de que os bosforianos

aparentemente fizeram o percurso de ida, deixaram os bárbaros em Pityus e partiram, já que os boranos, temendo que os defensores conduzissem alguma espécie de retaliação, só teriam conseguido escapar depois de se apoderarem de embarcações romanas. Em outras palavras, os bosforianos não estavam mais lá para transportá-los de volta³¹⁹. Qualquer que seja o caso, o sucesso de Successiano — perdão pela cacofonia — chegou aos ouvidos de Valeriano, que supervisionava pessoalmente as fronteiras do oriente enquanto as tensões com os sassânidas aumentavam, e o imperador apontou-o como seu novo prefeito pretoriano. Enquanto isso, Galiano cuidava dos assuntos no ocidente. A promoção de um comandante local com posto distante dos grandes centros do império para uma posição de cúpula demonstra que a vitória sobre os boranos não foi um acontecimento menor³²⁰.

Enquanto o imperador e seu novo prefeito pretoriano se ocupavam com as obras de reconstrução de Antioquia, recentemente retomada dos persas, os boranos retornaram. Novamente contornando a costa leste do Mar Negro, partiram diretamente para Fásis (Poti, Geórgia), cidade mais ao sul de Pityus, e lá tentaram assaltar o templo da deusa Diana. Contudo foram contidos e reorientaram a rota para o norte, onde dessa vez obtiveram algum êxito em Pityus. Em seguida, voltando para o sul, seguiram para Trebizonda, província da Capadócia. Trebizonda era a cidade de maior envergadura do norte da Anatólia e por conta de sua proximidade com a fronteira romano-sassânida servia como quartel para uma quantidade significativa de unidades militares. Segundo Zósimo, era defendida à época não só por duas linhas de muralhas como por 10.000 soldados adicionais, vale dizer, distintos da sua guarnição habitual. Considerando a chegada de Valeriano e do exército imperial para acudir o front, o número apontado pelo autor não soa como exagero. No entanto, apesar de contarem com número robusto para fazer frente aos invasores, Zósimo diz que as tropas presentes na cidade eram indisciplinadas, lenientes. Trebizonda foi submetida pelos boranos a um cerco e em determinada noite os soldados encarregados da vigia de um dos setores da muralha se descuidaram e não perceberam que o inimigo se aproximava. Escalando as muralhas, os boranos conseguiram entrar na cidade. Tomados de surpresa, os desorganizados soldados romanos ou morreram, ou fugiram. O ataque havia sido um sucesso e os boranos retornaram com uma grande

quantidade de butins e escravos, além dos navios do Reino de Bósforo, que agora não seriam devolvidos aos donos³²¹.

Essas investidas iniciais constituíram a primeira das três ondas de ataques pelo Mar Negro e se estenderam de 255 a 256. Observando os resultados obtidos pelos boranos, os godos decidiram se aventurar pela mesma estratégia e passaram a construir seus próprios navios, certamente embarcações rudimentares para a época, pois não eram povos com tradição marítima. É possível que parte desses godos tenha participado das campanhas de Ostrogoda e Cniva pelo Danúbio, mas o mais provável é que estejamos nos referindo apenas a grupos cujas migrações chegaram aos arredores do Reino do Bósforo. Grosso modo, aos grutungos e, quem sabe, a alguns elementos tervíngios. Ao se lançarem no mar, os godos não utilizaram as mesmas rotas dos boranos, pois não valia a pena se desgastarem em cidades que já haviam sido saqueadas nos anos anteriores. E que, em teoria, haviam sido reforçadas pelos romanos. Assim, firmando uma aliança com os boranos, os dois povos partiram em uma ofensiva conjunta pela costa oeste do Mar Negro no ano 257. Era uma campanha mista, por terra e mar. Enquanto um exército seguiu por terra atravessando o baixo Danúbio, a frota recém-construída acompanhou seus movimentos pelo litoral. Dessa maneira avançaram sobre cidades como Tômis (Constança, Romênia) e Anquíale (Pomorie, Bulgária) até chegarem ao Lago Terkos (Durusu, Turquia), nas redondezas de Bizâncio. Lá se apoderaram dos barcos de pescadores locais e embarcaram o restante dos homens que seguiam por terra. Um clima de desespero assolou o entorno do Helesponto, e as companhias estacionadas na Calcedônia (distrito de Kadikoy, Istambul, Ásia Menor) abandonaram seus postos em uma retirada desorganizada ao serem informadas de que os inimigos haviam cruzado o estreito do Bósforo e estavam agora no Propontis, nome dado pelos antigos ao Mar de Mármara. Godos e boranos apoderaram-se das armas e provisões deixadas no arsenal e nos armazéns da cidade. Seguindo com a expedição, atacaram Nicomédia (Ismide), Niceia (Iznik), Cio (Gemlik), Apameia (Dinar) e Cízico (Bandırma). A lista de cidades revela que os ataques não se limitaram à costa, mas avançaram pelo interior da província da Ásia. Inclusive, Zósimo conta que a coalizão só encerrou a campanha após fortes chuvas inundarem o rio Ríndaco, moderno Mustafakemalpaşa, poucos quilômetros ao oeste da cidade turca de Bursa, circunstância que teria dificultado o avanço por terra³²².

Não há registros de novos ataques ao império pelo Mar Negro pelos próximos 10 anos. Nesse intervalo, Valeriano foi derrotado pelos sassânidas na Batalha de Edessa (260), quando foi capturado vivo por Sapor I, deixando Galiano sozinho no trono³²³. No entanto, godos, hérulos e peuquinos se uniram em uma nova expedição contra o império em 267. A larga força reunida levou o caos para o sul dos Bálcãs. Com base nos escritos de Déxipo, Zósimo e *História Augusta* calcularam os inimigos em uma frota composta de 2.000 até 6.000 navios e em 320.000 guerreiros. “Teria Xerxers o mesmo tanto (de homens)?”, questiona-se Trebélíio Polio, possível autor do capítulo de *História Augusta* dedicado ao assunto³²⁴. Os números são exagerados, mas reforçam a amplitude da ofensiva. A expedição seguiu novamente pela costa oeste do Mar Negro e os bárbaros tentaram tomar as cidades de Tômis e Marcianópolis, mas foram repelidos pelas guarnições locais³²⁵. Galiano, que à época combatia o usurpador Póstumo na Gália, enviou Cleodamo e Ataneu para socorrer a região e reparar as fortificações, e os dois generais conseguiram infligir algumas derrotas pontuais aos invasores. Uma vitória romana em batalha naval também é reportada para o período. Comandada pelo almirante Vereniano, a frota do império teria destruído parte das embarcações dos godos e seus aliados, mas Vereniano morreu durante o combate³²⁶. Prosseguindo em sentido sul, a coalizão foi atingida por uma tempestade e perdeu mais uma quantidade significativa de barcos. Porém seguiu adiante e cruzou o estreito de Bósforo. Tentou assaltar Cízico, mas foi novamente repelida. Seguindo pelo Mar de Mármara, pela primeira vez atravessaram o estreito de Dardanelos, o Helesponto propriamente dito, e alcançou o Mar Egeu³²⁷.

As fontes literárias tornam-se desconexas e por vezes contraditórias a partir deste ponto da narrativa. Zósimo, Sincelo, Zonaras e *História Augusta* mencionam datas e rotas diferentes para as próximas etapas da invasão, impossibilitando a definição de uma sequência cronológica minimamente segura para os acontecimentos. Não bastasse, Potter sugere que a versão original de Déxipo, base utilizada pelos demais autores, pode ter sido modificada durante o governo de Aureliano (270-275) para favorecer a reputação de Cláudio II em detrimento de Galiano. O imperador espalhou a versão de que Cláudio II apontou-o sucessor no leito de morte e durante todo o seu governo se empenhou para reforçar a imagem do antecessor, melhorando a sua por consequência³²⁸. Do mesmo modo, os constantinos

também evocaram uma conexão com Cláudio II e podem ter utilizado a propaganda imperial para alterar os textos originais do general ateniense³²⁹. Em um ou outro caso, a ideia geral dessas possíveis alterações era deslocar conquistas de Galiano para Cláudio II. Portanto, não sabemos com segurança se muitos dos fatos que descreveremos a seguir ocorreram durante o governo de Galiano ou de Cláudio II. Como a transição do púrpura se deu em 268, em meio à invasão dos godos e seus aliados, o que podemos afirmar é que provavelmente os dois imperadores participaram da guerra em períodos distintos, não mais que isso. Seguiremos a linha cronológica mais aceita pela historiografia.

Os textos parecem indicar que a frota invasora se dividiu em três grandes grupos depois de cruzar o Helesponto para o Egeu. A teoria proposta por Andreas Alföldi ainda nos anos 1930, de uma invasão realizada por um só bloco de navios utilizando a mesma rota do início ao fim, tem sido abandonada em favor de hipóteses que sustentam o desmembramento das forças invasoras em três diferentes grupos³³⁰. O primeiro deles, supostamente formado por 500 navios hérulos e godos, passou pelas ilhas de Lemnos e Esquiro e seguiu para a Ática e o Peloponeso. Nessas regiões a coalizão atacou as cidades de Atenas, Argos e Esparta. Embora as fontes não mencionem Olímpia, é de se esperar que também tenha sido alvo. É precisamente nesse contexto que Déxipo, que além de historiador era estadista e general, tendo ocupado os cargos de arconte basileu e epônimo³³¹ em Atenas, organizou uma milícia para fazer frente aos agressores. A reação teria sido bem-sucedida a ponto de forçá-los a fugirem da Grécia por terra, seguindo pelo interior dos Bálcãs. O papel exercido por Déxipo foi tamanho, que uma estátua foi levantada em sua homenagem em Atenas. Porém a inscrição que a acompanha, ainda preservada, não registra suas façanhas militares³³².

Depois de alguns embates inconclusivos com Póstumo na Gália, Galiano partiu às pressas para o leste com o objetivo de conter a crise nos Bálcãs. No final de 267, uma batalha foi travada nas imediações do rio Nestos, no golfo de Tessalônica, região situada entre as províncias da Macedônia e Trácia. O que sabemos sobre esse confronto é que a famosa cavalaria dálmata do imperador exerceu um papel decisivo, provocando cerca de 3.000 baixas entre os inimigos³³³. A Batalha de Nessos, como ficou conhecida, obrigou o chefe hérulo Naulobato a capitular³³⁴, mas as circunstâncias da rendição são

obscuras. Talvez tenha sido precedida de uma difícil negociação, pois Naulobato recebeu dos romanos a *ornamenta consular* (*ornamenta consularia*), dignidade que lhe concedia prerrogativas próprias de ex-cônsules e senadores. Grande honra para um romano. A inusitada concessão da titulatura ao chefe bárbaro evidencia a força que as tribos do Mar Negro haviam alcançado no século III. Sugere ainda que os sobreviventes hérulos podem ter se aliado ao império após a derrota, quem sabe por meio de um *foedus*³³⁵. Galiano não teve tempo para comemorar a vitória. Enquanto os outros grupos ainda atacavam o entorno do Egeu, o imperador recebeu notícias de que Auréolo, descrito por Zósimo como “*um comandante de cavalaria designado para Mediolano*” que havia recebido a incumbência de supervisionar os movimentos de Póstumo, deu início a mais uma tentativa de usurpação. O imperador partiu sem demora para o oeste com a missão de conter a revolta, deixando o duque Lúcio Aurélio Marciano, “*pessoa de grande experiência nos assuntos militares*”, no comando do teatro de guerra dos Bálcãs. O general aparentemente obteve algum sucesso combatendo os invasores, mas os textos não oferecem detalhes da campanha³³⁶.

O segundo desses grupos, composto por elementos godos, hérulos e peuquinos³³⁷, avançou sobre a província da Macedônia e sitiou as cidades costeiras de Tessalônica e Cassandreia³³⁸. Uma informação curiosa é apresentada por Zósimo, segundo o qual essa força expedicionária contava com armas de sítio durante o assalto às duas cidades — possivelmente armamentos capturados dos romanos em campanhas anteriores ou equipamentos de qualidade inferior. Estereótipos à parte, conflitos posteriores demonstrarão que os godos, como os povos do *barbaricum* de modo geral, ainda não contavam com armamentos mais sofisticados para cercos durante as guerras do século IV. Os invasores foram informados de que o imperador — Galiano ou Cláudio II? — chegava com o exército imperial e decidiram abandonar a região. Partiram pelo interior do país pilhando as redondezas de Doberos (Bankso, Macedônia do Norte) e Pelagônia, hoje fronteira entre Grécia e Macedônia do Norte³³⁹. Galiano foi morto em 268 enquanto combatia o usurpador em Mediolano. Um duque ou tribuno chamado Cecrópio, também retratado como “*um comandante dos dálmatas*”, gritou que Auréolo se aproximava e despertou o imperador, que se arrumou às pressas como para uma batalha iminente. Porém, ao sair da tenda, foi assassinado por Cecrópio e

outros conspiradores. Algumas versões referem que Cláudio II foi apontado como sucessor pelo próprio Galiano em seu leito de morte, outras que teria participado ativamente da conspiração. Seja como for, Cláudio II foi proclamado imperador³⁴⁰. A Batalha de Naísso, por muito tempo confundida com a Batalha de Nessos pelos historiadores, evento responsável pela destruição do segundo grupo, ocorreu nesse meio-tempo, e por isso não sabemos se o exército imperial foi comandado por um ou outro imperador em campo. No entanto, de modo geral predomina a atribuição do crédito a Cláudio II.

Partamos dessa premissa. Ao assumir o trono, Cláudio II concentrou seus esforços iniciais em derrotar a revolta de Auréolo. Em seguida, o imperador combateu os alamanos que haviam atravessado a fronteira da Récia e penetrado fundo em território romano a ponto de cruzarem os Alpes³⁴¹. Só depois de conter essas duas ameaças pôde redirecionar sua atenção para os Bálcãs³⁴². Os escritos da época não apresentam muitas informações sobre a composição das forças, tampouco sobre os movimentos de cada uma durante a Batalha de Naísso. O que sabemos é que o exército imperial alcançou a hoste inimiga em Naísso (Niš, Sérvia), cerca de 150 quilômetros ao sul do Danúbio, o que por si só sugere que a coalizão bárbara tenha passado algum tempo devastando o interior das províncias da Macedônia, Trácia e Mésia antes de serem finalmente confrontadas pelo exército imperial. E que os dois exércitos se colocaram em formação e se chocaram. Por algum tempo os combates seguiram sem um claro vencedor, porém as legiões conseguiram atrair os inimigos para uma emboscada aplicando a tática da falsa retirada e a partir daí os rumos da batalha foram definidos em favor dos romanos. Zósimo estima as baixas adversárias em 50.000 homens³⁴³. Acredita-se que o futuro imperador Aureliano tenha participado do episódio como comandante dos esquadrões montados, já que à época ocupava o posto de mestre de cavalaria (*magister equitum*)³⁴⁴. Os romanos perseguiram os inimigos que haviam conseguido fugir do campo, e aqueles que sobreviveram se aventuraram pelas regiões montanhosas da Trácia e enfrentaram o rigoroso inverno dos Bálcãs. Pouco a pouco foram derrotados pela fome e pelas sucessivas investidas da cavalaria imperial. Conta-se que durante a perseguição, unidades do exército imperial iniciaram uma discussão entre si, um conflito interno. De um lado os regimentos de infantaria, do outro os esquadrões de cavalaria. Nada sabemos

sobre as causas do desentendimento, mas em virtude da animosidade alguns regimentos avançaram sozinhos contra os bárbaros, sem o suporte dos esquadrões, e essa aparentemente foi a razão para que sofressem muitas baixas que poderiam ter sido evitadas. A questão parece ter sido superada de alguma maneira e os esquadrões foram ao socorro dos regimentos, revertendo o resultado da refrega para uma vitória romana³⁴⁵.

Assim, o primeiro grupo seguiu para a Ática e o Peloponeso, sendo derrotado por Galiano em Nessos. O segundo percorreu a Macedônia e foi contido por Cláudio em Naísso. O terceiro e último, integrado por godos e hérulos, estava sob o comando de três chefes cujos nomes são mencionados pelas fontes: Respa, Veducu e Taruaro. Nada sabemos sobre suas biografias. O terceiro grupo invadiu as cidades de Calcedônia e Éfeso, que foi palco de uma das grandes tragédias para o patrimônio da humanidade. Considerado uma das sete maravilhas da Antiguidade, o famoso templo dedicado à deusa Diana — equivalente romano da deusa grega Ártemis — em Éfeso foi saqueado e destruído pelos invasores, que sem perder tempo partiram para as ilhas de Creta, Rodes e Chipre. Como a rota dos inimigos avançava sobre o Mediterrâneo, Cláudio II incumbiu Tenagino Probo, então prefeito do Egito (*praefectus Aegypti*), de conduzir um contra-ataque pelo mar, e a frota romana liderada por Probo conseguiu derrotá-los³⁴⁶. Malgrado Zósimo faça menção apenas ao nome de Probo, descobertas arqueológicas recentes em Sagalassos e Termesso, cidades da província da Lícia e Panfília (Antália, Turquia), indicam que, paralelamente às operações navais de Probo, Marciano foi encarregado de conduzir uma expedição por terra seguindo a costa da Anatólia³⁴⁷. Se desconsiderarmos pirataria menores de malfeitores de toda sorte, as invasões dos anos 260 representaram a primeira ameaça séria ao Egeu e ao Mediterrâneo Oriental desde a conquista romana. Apesar de estar desabituada há séculos do combate naval, a marinha romana conseguiu contornar a crise e sair vitoriosa, suas embarcações eram superiores em qualidade.

Cláudio II, que já havia sido agraciado pelo Senado com o título de *Germanicus Maximus* pela derrota que infligiu aos alamanos na Batalha do Lago Benaco, recebe agora o de *Gothicus Maximus*. Esse era o primeiro de vários outros títulos semelhantes que seriam concedidos a imperadores como Aureliano, Tácito, Probo, Constantino e Justiniano por vitórias sobre os godos. Continuando com as comemorações, uma série de antonianos recebeu a

legenda “VICTORIAE GOTHIC”³⁴⁸. O imperador acabou se tornando conhecido como *Claudius Gothicus*. Contudo, embora Cláudio II tenha recebido praticamente todos os louros por expulsar os godos do império, sua real contribuição para a campanha tem sido objeto de constantes revisões historiográficas. Como observamos linhas atrás, a propaganda imperial durante o governo de Aureliano e no período dos constantinos foi decisiva para consolidar sua imagem como salvador da pátria. Porém não há como se estabelecer com segurança quais batalhas foram efetivamente vencidas por Galiano ou Cláudio II. Muito do que é atribuído ao segundo pela literatura da época talvez tenha sido realizado pelo primeiro. Forgiarini chega a sustentar que o sucesso de Galiano em Nessos foi um duro golpe nos invasores, uma vitória decisiva, e que os confrontos subsequentes, incluindo o de Naísso, não passaram de refregas menores. Nessa perspectiva, Cláudio II teria apenas perseguido grupos derrotados que perambulavam pelo império em retirada³⁴⁹.

2.8 Aureliano, Dácia e muralhas

Cláudio II morre em 270, vítima da peste de Cipriano, e o Senado proclama Quintílio, seu irmão, como sucessor. Mas o exército já tinha feito sua escolha. A versão de que o falecido imperador apontou Aureliano como herdeiro político no leito de morte, repetindo a mesma história de que Galiano teria indicado Cláudio II pouco antes de morrer, provavelmente não passa de mais uma peça de propaganda. O que sabemos é que as legiões estacionadas em Sirmio elevaram o então mestre de cavalaria por volta de maio³⁵⁰. Quintílio até tentaria oferecer resistência mobilizando o exército da Itália em Aquileia, mas, percebendo que seus partidários aos poucos o abandonavam em favor da causa do adversário — um herói das guerras góticas —, suicidou-se no vigésimo dia do seu curto governo antes que Aureliano chegasse com o exército trazido dos Bálcãs³⁵¹. O novo imperador seria o grande responsável por restabelecer a integridade territorial do império, então fragmentado pelos usurpadores da Gália e Palmira, e reprimiria um conjunto de invasões de povos germânicos, incluindo godos. Os ataques realizados pelos godos durante seu governo não alcançariam a mesma escala daqueles feitos nas décadas de 250 e 260, seriam incursões e raids menores. Porém, de modo geral, foi um período conturbado para os romanos. Nos primeiros nove meses, Aureliano teve que enfrentar duas ofensivas consideráveis contra as províncias da Panônia e da Récia. Primeiro, tribos vândalas lançaram-se sobre a Panônia,

mas foram derrotadas após uma desgastante guerra de atrito em que as autoridades do império se viram obrigadas a adotar uma posição defensiva de encastelamento. Tudo que poderia ser utilizado pelos inimigos, especialmente cereais, víveres e provisões de toda espécie, foi levado para o interior das cidades muradas mais próximas. Depois, uma coalizão de alamanos e jutungos rompeu a rede de fortificações da Récia e penetrou por território romano até a importante cidade de Placência, aproximadamente 60 quilômetros ao sudeste de Mediolano. Os bárbaros chegaram a vencer o exército imperial em uma emboscada nas imediações de Placência, o que trouxe um clima de pânico à capital, mas o imperador conseguiu reorganizar as abaladas unidades a tempo e reverteu os rumos do conflito³⁵².

Superadas essas ameaças iniciais, Aureliano partiu para o oriente em 271 com a missão de pôr fim à insurreição de Palmira. No caminho em direção às províncias do leste, combateu alguns bandos bárbaros que haviam se embrenhado pelo interior da Ilíria e da Trácia, possivelmente os carpos³⁵³. Quando são mencionados pelas fontes durante a segunda metade do século III, os carpos geralmente aparecem de algum modo associados aos seus vizinhos godos, e aqui não seria diferente. Seguindo a narrativa apresentada em *História Augusta*, depois de derrotar os carpos, o imperador conduziu uma campanha na margem norte do Danúbio contra a Gótia e lá derrotou o chefe godo chamado Canabaldo — em latim, Cannabas ou Cannabaudes —, que aparece no texto como um *dux gothorum*. Chama a atenção o emprego da palavra *dux* no lugar de *rex*, como seria de esperar, trazendo o sentido de general ou comandante militar, não de rei ou líder maior. O exército godo derrotado é estimado em 5.000 homens³⁵⁴. Watson defende que uma mina teve que ser instalada nos Bálcãs, provavelmente em Bizâncio, para ajudar a cobrir os custos da expedição³⁵⁵. Pela vitória, Aureliano também recebeu o título de *Gothicus Maximus*, tornando-se o segundo imperador a ostentá-lo, e moedas foram cunhadas com os dizeres “VICTORIAE GOTHIC”³⁵⁶. Não sabemos se a campanha foi realizada com o objetivo de repelir um novo ataque ou apenas como punição pela série de invasões anteriores, talvez as duas hipóteses estejam corretas. No monumental triunfo que celebrou em Roma depois de derrotar Zenóbia e Tétrico, Aureliano não só expôs os dois usurpadores agrilhoados entre tigres, girafas e outros animais exóticos, como exibiu símbolos de suas vitórias contra os bárbaros, incluindo um grupo de 10

mulheres godas vestidas em trajes masculinos que supostamente teriam lutado durante a ofensiva romana na Gótiá. No desfile, essas mulheres personificaram as lendárias guerreiras amazonas³⁵⁷. A carruagem pessoal de Canabaldo também participou do cortejo³⁵⁸. Era uma pequena vingança romana pelas sucessivas derrotas nas décadas anteriores.

Para Marcelino, a vitória de Aureliano assegurou que os godos “*permanecessem adormecidos por séculos*” (*per longa saecula siluerunt immobiles*), mas o próprio autor ressalva que vez ou outra bandos de saqueadores godos conseguiam cruzar o Danúbio em raids menores³⁵⁹. Porém não era nada equiparável em grandeza às invasões dos anos 250 e 260. A palavra *saecula* é sem sombra de dúvidas um exagero; veremos que godos e romanos de fato permaneceram por algum tempo sem se confrontarem, pelo menos não em grandes guerras e sobretudo durante a dinastia dos constantinos, quando mantiveram relações relativamente amistosas com a corte. Porém a paz perdurou por algumas décadas, não séculos.

O conjunto de invasões das décadas anteriores, que reuniu ataques realizados por vândalos, alamanos, jutungos, marcomanos, carpos e godos, mostrou que Roma já não conseguia conter os bárbaros na outra margem do Reno e do Danúbio. Em particular, a derrota sofrida por Décio em Abrito expôs a gravidade do estado das defesas do império nos *limites do barbaricum*. Se havia se tornado extremamente difícil manter a segurança do lado romano desses rios, quanto mais a de algum território que avançava sobre a outra margem. A província da Dácia trazia importantes receitas para o tesouro em atividades de mineração e produção de cereais, em especial o trigo, mas nada comparado às ricas minas da Hispânia e às vastas safras do Egito, África e Sicília³⁶⁰. Por outro lado, mantê-la exigia grandes investimentos para cobrir as despesas com tropas e fortificações em larga escala. Pelo menos duas legiões inteiras foram enviadas à província em caráter permanente, a *Legio XIII Gemina* e a *Legio IV Flavia Felix*, estacionadas em Apulum e Bersobis (Berzovia, Romênia), respectivamente. A *Legio I Adiutrix* — ou algumas vexilações suas — pode ter sido também destacada, mas as fontes não são suficientemente claras sobre quando teria sido enviada e onde foi estacionada. Como a geografia montanhosa impedia uma defesa linear como a que era feita no complexo Reno-Danúbio, a solução encontrada foi organizar uma rede circular de fortalezas tendo como centro o platô da Transilvânia³⁶¹. Evidências

arqueológicas apontam que a Dácia contou com um total de pelo menos 54 unidades militares e 34 fortes na primeira metade do século III, números expressivos³⁶². Contudo o custo operacional era elevado demais para compensar os resultados econômicos. Como se não bastasse, a literatura da época registra que as províncias da Ilíria e Mésia, muito mais importantes para o império, estavam em um “estado lastimável”³⁶³. Assim, Aureliano decidiu abandonar a Dácia Trajana para reorganizar a defesa dos Bálcãs. Embora estivesse em uma posição de força por ter derrotado vários povos germânicos, o imperador sabia que a longo prazo o cenário era insustentável, era questão de tempo para que os romanos perdessem a Dácia. Assim, as unidades militares estacionadas na província foram redistribuídas para outras regiões e a população evacuada e assentada em uma nova província, batizada de Dácia Ripense e constituída como desmembramento de territórios da Mésia Superior na margem sul do Danúbio, com capital em Sérдика (Sófia, Bulgária)³⁶⁴.

O recuo do império foi acompanhado pelo inevitável avanço das tribos que habitavam a Romênia, o oeste da Hungria e o extremo sul da Ucrânia sobre os territórios abandonados. As áreas de ocupação goda se estenderam sobre os dois lados dos Cárpatos, e os godos compartilharam esses novos domínios com os taifalos, seus principais aliados. Alguns textos esparsos mencionam por alto esse processo. Em *Breviário da História Romana*, Eutrópio comenta a retirada da Dácia e afirma que a região “agora é ocupada por taifalos, victúfalos e tervíngios”³⁶⁵. O comentário não só sinaliza a expansão goda sobre a área, mas é claro ao esclarecer que se tratava de tribos godas do ramo tervíngio. O texto menciona ainda a presença dos victúfalos (*victohali*, *victufali* ou *victoali*), povo sobre o qual pouco sabemos. Fora o comentário de Eutrópio, os victúfalos aparecem em *História Augusta* junto aos marcomanos e quados atacando o império durante o governo de Marco Aurélio³⁶⁶. Cláudio Mamertino, apontado cônsul por Juliano em 361 e possível autor de um discurso em homenagem ao imperador que compõe os *Doze Panegíricos Latinos*, apresenta outra informação que pode estar associada ao avanço godo sobre a Dácia. Segundo Mamertino, “os tervíngios, outra parte dos godos, junto com os taifalos, fizeram guerra contra vândalos e gépidas”³⁶⁷. A menção aos vândalos tem sido compreendida ou como uma falha do autor, que possivelmente pretendia se referir aos victúfalos, ou mesmo dizer que os victúfalos compunham a

confederação maior dos vândalos. Qualquer que seja o caso, podemos esperar um cenário de confronto entre as principais tribos bárbaras da região pela conquista dos territórios abandonados. De um lado, godos e asdingos; do outro, vândalos, asdingos³⁶⁸ e victúfalos. Embora não citados, os carpos talvez tenham participado da disputa. Os gépidas são indicados pelo panegírico, mas outras fontes sugerem que se aproximaram das fronteiras do império apenas por volta dos anos 290. Logo, é possível tanto que a referência esteja equivocada como que as disputas territoriais tenham se estendido pelas décadas seguintes³⁶⁹.

A nova província da Dácia Ripense recebeu a *Legio XIII Gemina* e a *Legio V Macedonica* enquanto as bases militares de Esco e Raciária (Archar, Bulgária) foram reabertas para servirem como pontos de controle do acesso às províncias romanas dos Bálcãs³⁷⁰. O *limes* retornava à linha estabelecida pelo curso natural do Danúbio. Aparentemente, a rápida reorganização militar e o fato de que vários povos vizinhos se ocupavam enfrentando uns aos outros na tentativa de capitalizar o vácuo territorial deixado pelo império na outra margem trouxeram um breve período de paz para a Mésia, Trácia e Macedônia. Após derrotar os vândalos na Panônia, Aureliano firmou um *foedus* com os derrotados. Não só concedeu livre passagem aos sobreviventes, que sofriam com a fome presos dentro do império, como proporcionou os suprimentos necessários para que realizassem o caminho de volta até o Danúbio. Em contrapartida, os vândalos forneceram 2.000 cavaleiros para servirem como unidades auxiliares federadas. E o comércio de fronteira foi reaberto, malgrado agora com uma supervisão mais rígida das autoridades locais³⁷¹. Em que pese as fontes serem silentes sobre o assunto, especula-se que o imperador talvez tenha celebrado um pacto semelhante com os godos. Watson levanta a hipótese de que Aureliano pode ter negociado com Canabaldo ou outros chefes vencidos a concessão de terras da Dácia para que servissem como zona-tampão, quem sabe até como um apoio militar para repelirem outras tribos³⁷². O que temos de concreto são apenas registros dando conta de que por volta dessa época mulheres godas foram enviadas às províncias para serem educadas à maneira romana e que algumas delas se casaram com oficiais do exército imperial. Em *História Augusta*, por exemplo, conta-se que o imperador arranjou o casamento do duque Bonoso com a nobre goda Hunilda “para que o general se inteirasse dos planos das lideranças

godas” (*per eum a gothis cuncta cognosceret*). Esse general é o mesmo Bonoso que em 281 tentaria usurpar o trono de Probo, mas seria derrotado³⁷³. Esse é o primeiro casamento entre godos e bárbaros reportado pelas fontes, antes dele temos apenas a união do próprio imperador Galiano, que abandonou sua esposa para se casar com a filha do rei marcomano Átalo³⁷⁴.

Apesar da retirada, o império conservou algum nível de domínio sobre os territórios situados no extremo sul da Dácia Trajana. Em algumas oportunidades, até tentou reconquistar parte das áreas abandonadas. O controle do Danúbio permanecia imprescindível, por isso Aureliano e vários outros imperadores mantiveram cabeças de ponte (*bridgeheads*)³⁷⁵ em diversos pontos da margem norte pelo menos até as primeiras décadas do século IV. Aureliano recuou, mas conservou uma base de operações em Dobruja, região próxima à foz do rio no Mar Negro³⁷⁶. Vexilações da *Legio XIII Gemina* continuaram do outro lado do rio durante o governo de Galério pelo menos até 305³⁷⁷. Unidades estacionadas em Dobreta (Drobeta-Turnu Severin, Romênia) e Sucidava (Corabia, Romênia), embora tenham sido realocadas para a margem sul em um primeiro momento, foram reinstaladas durante a tetrarquia. A *castra* de Dierna (Orșova, Romênia) também foi restabelecida. Diocleciano conduziu um largo projeto de melhorias das fortificações já existentes e ordenou a construção de novas estruturas defensivas, geralmente no formato típico dos *quadriburgia*, fortes retangulares que contavam com torres em seus quatro extremos. Quando Constantino fundou a segunda capital do império em Constantinopla (330), a defesa dos Bálcãs se tornou uma questão prioritária³⁷⁸. Afinal, o exército invasor que eventualmente avançasse sobre a região não demoraria para alcançar a cidade. É de se esperar que os centros urbanos da Dácia Trajana tenham conservado alguma presença romana. Parece-nos improvável que toda a população tenha aderido ao programa de evacuação de Aureliano, sobretudo aquelas pessoas que viviam do comércio com as tribos vizinhas. Quando grupos germânicos e sármatas ocuparam os territórios deixados, os que ficaram foram absorvidos.

As muralhas de Roma estão entre os maiores legados de Aureliano. Temos dito que desde Augusto o império adotou uma postura defensiva, não expansionista, com foco na proteção dos territórios já conquistados, e que de tempos em tempos imperadores realizavam reformas pontuais para adaptar a doutrina militar romana às novas ameaças. Décio concebeu o combate em

fronts invertidos e o emprego da tática da terra arrasada, Galiano criou um grande corpo móvel de cavalaria para proporcionar socorro rápido às fronteiras e Aureliano priorizou a construção de muralhas para proteção das cidades. Admitindo-se a possibilidade de ruptura das primeiras linhas de defesa, a lógica da contenção a qualquer custo cede para o uso de mecanismos responsivos. As invasões bárbaras do século III foram consideravelmente maiores em escala se comparadas às dos séculos I e II, corroborando a hipótese de que os vários grupos do *barbaricum* gradativamente se uniam em confederações maiores. Na literatura romana, torna-se cada vez mais frequente a menção a blocos de alianças no lugar de tribos isoladas. Nesse sentido, os godos aparecem junto a taifalos, hérulos, boranos, peuquinos e gépidas. Em outras palavras, os povos germânicos e sármatas passavam por um processo de centralização, pois unidos poderiam fazer frente aos romanos e a grupos vizinhos. Para o império, isso significava não só ataques de maior proporção como uma maior dificuldade de se valer do tradicional jogo diplomático de “dividir para conquistar”. Pode-se dizer que o *barbaricum*, de modo geral, havia se tornado ainda mais hostil ao império; poucos povos mantinham relações amistosas com os romanos e, quando o faziam, era sempre até a próxima oportunidade.

A invasão de alamanos e jutungos de 271 foi um momento de inflexão. Os grupos invasores conseguiram atravessar a Planície Padana³⁷⁹ e derrotar o exército romano em uma emboscada nas imediações de Placência. Na prática, isso significava que não havia exército algum capaz de barrar um possível avanço pela Itália. O caminho para Roma estava aberto. Com muito custo, Aureliano conseguiu reorganizar suas forças e impedir o pior, mas o episódio expôs o risco de um ataque ao coração do império. Até então a longa distância entre Roma e o *limes* havia sido suficiente para afastá-la de ameaças externas, mas os tempos haviam mudado. O imperador sabia que não podia comprometer muitas unidades para a proteção da capital sem que isso representasse sacrificar a proteção das fronteiras. A cidade havia crescido e muitos dos seus bairros já ultrapassavam os limites da antiga Muralha Serviana, construída pelo rei Sêrvio Túlio ainda no período monárquico (século IV a.E.C). Aureliano ordenou que uma nova muralha fosse levantada. Deveria ser funcional, concluída o mais rapidamente possível e com o menor custo; a estética era uma questão secundária. Uma obra dessa natureza e

magnitude seria geralmente realizada pelos próprios militares, mas como os soldados não poderiam ser retirados de sua função típica — a defesa das fronteiras —, arquitetos do exército foram encarregados do projeto; mas sua execução ficou a cargo de civis. Na pressa de concluir os trabalhos, templos e monumentos foram desmantelados para proporcionar os materiais necessários. A Muralha de Aureliano, como ficou conhecida, um circuito de 19 quilômetros, 16 metros de altura e 381 torres preparadas para receber peças de artilharia, as *ballistae*, foi concluída no ano 275, durante o governo de Probo, e influenciou a condução de projetos similares por todo o império³⁸⁰.

¹⁷¹Imperador César, Filho do Divino, Augusto.

¹⁷²Dião Cássio *Hist. Rom.* 56.18.1.

¹⁷³Dião Cássio *Hist. Rom.* 56.18.2-4.

¹⁷⁴STOBBE, A.; RASBACH, G.; ROPKE, A.; RUHL, L. A Roman well in Waldgirmes (Hesse, Germany): palynological analyses supported by plant macro-remains and micromorphological studies. *Vegetation History and Archeobotany*, Wilhelmshaven, v. 29, p. 133-151, 2020.

¹⁷⁵*Ibidem*.

¹⁷⁶Na dinâmica das relações romano-bárbaras, era comum que povos conquistados entregassem reféns como garantia de que não se revoltariam contra a autoridade imperial, geralmente filhos de membros da nobreza. Com o progressivo declínio do império a partir da crise do século III, romanos também passaram a entregar reféns aos bárbaros. Aécio, entregue a godos e hunos, talvez seja o melhor exemplo. Em regra, esses reféns não eram tratados como meros prisioneiros, mas recebidos como verdadeiros hóspedes.

¹⁷⁷Suetônio *Divus Augustus* 23. As legiões perdidas foram as de números XVII, XVIII e XIX. Embora fosse comum a prática de imperadores batizarem novos corpos militares com os nomes de antigas legiões, resgatando suas histórias, a derrota havia representado tamanha humilhação que as legiões perdidas por Varo jamais foram restauradas, com exceção da XVIII, que foi levantada tempos depois por Nero, mas logo desbandada por Vespasiano.

¹⁷⁸Suetônio *Divus Augustus. Ibidem*. O autor conta que Augusto ficou tão consternado com a notícia que esbravejava reiteradamente a frase “*Quintili Vare, legiones reddet!*” (“Quintílio Varo, devolva minhas legiões!”) enquanto batia a cabeça em uma porta. Foi acometido por uma profunda tristeza nos meses seguintes, fazendo com que sequer cortasse os cabelos e a barba.

¹⁷⁹BEARD, Mary. *SPQR – Uma história da Roma Antiga*. São Paulo: Planeta, 2017. p. 472-475.

¹⁸⁰ERDKAMP, Paul. *A companion to the roman army*. Oxford: Blackwell Publishing, 2007. p. 184-193. No que concerne à forma de remuneração dos soldados, os tradicionais bônus anuais foram substituídos por soldos regulares de acordo com o posto na hierarquia militar. Bônus continuariam sendo pagos, mas agora como prêmios.

¹⁸¹Veleio Patérculo *Historiae Romanae* 2.119.5.

¹⁸²Doença hoje associada à peste bubônica, varíola ou tifo e assim descrita por Osório: “*Uma praga agora se espalhou por muitas províncias, e uma grande pestilência devastou toda Itália. Por todo lugar os campos e as cidades foram deixados sem agricultores e habitantes, e nada sobrou além das ruínas e florestas. É dito que as tropas romanas e todas as legiões estacionadas nos quartéis de inverno estavam tão esgotadas que a guerra contra os marcomanos, que imediatamente eclodiu, não pôde ser conduzida sem uma nova leva de recrutas. Em Carnuto (campo militar na província da Nórica), Marco Antônio recrutou novos soldados por três anos*” (Osório *Hist. Ad. Pag.* 7.15.5-6).

¹⁸³KOVÁKS, Péter. *Marcus Aurelius's rain miracle and the Marcomannic Wars*. Boston: Brill, 2009. p. 212.

¹⁸⁴*Hist. Aug.* Marco Aurélio 12.13.

¹⁸⁵*Hist. Aug.* Marco Aurélio 8.1-14; KOVÁKS, Péter. *Ibidem*, p. 204.

¹⁸⁶Dião Cássio *Hist. Rom.* 71.3. Coorte é o nome atribuído a uma unidade militar de infantaria romana. Uma legião no formato concebido pelas reformas marianas era composta por 10 coortes. Por sua vez, uma ala era um esquadrão de cavalaria com 500 homens.

¹⁸⁷ *Ibidem*.

¹⁸⁸ HEATHER, Peter. *Ibidem*, p. 33.

¹⁸⁹ *Ibidem*; Tácito *Germania* 40.

¹⁹⁰ HEATHER, Peter. *Ibidem*, p. 35.

¹⁹¹ WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 40. Há quem defenda, como o próprio Wolfram, que lúgios e vândalos fossem um mesmo grupo. A terminologia lúgio seria apenas um nome mais antigo atribuído aos vândalos quando ainda inseridos em uma cultura de matriz celta, pré-germânica. É possível também que os vândalos fossem parte de uma confederação lúgia maior.

¹⁹² Plínio *Hist. Nat.* 4.28.

¹⁹³ Estrabo *Geo.* 7.1.3.

¹⁹⁴ Jordanes *Get.* 4.26.

¹⁹⁵ Isidoro de Sevilha *Hist. de Reg. Got., Vand. et Suev.* 68.

¹⁹⁶ Tácito *Annales* 2.62-63.

¹⁹⁷ O Dniestre percorre grosso modo a linha de fronteira entre a Moldávia e a Ucrânia.

¹⁹⁸ GUTTHIUDA. In: LEHMANN, Winfred. *A Gothic Etymological Dictionary*. Leiden: E. J. Brill, 1986. p. 153; Chamaremos indistintamente esta mesma região, que abrange grosso modo a antiga província da Dácia, por *Gothia*.

¹⁹⁹ Zósimo 1.31.1.

²⁰⁰ O período indicado após o nome de cada imperador se refere à duração do seu governo, não da sua vida.

²⁰¹ A expressão “cinco bons imperadores” decorre de um fragmento de Maquiavel em que o autor lista cinco imperadores que ascenderam por adoção, não por vínculos biológicos, como “os bons” de Roma. São eles: Nerva, Trajano, Hadriano, Antonino e Marco Aurélio (Maquiavel *Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio* 1.10).

²⁰² GIBBON, Edward. *The decline and fall of the Roman Empire*. London: Everyman's Library, 1993. v. 1. p. 172-174. A obra de Ulpiano foi um marco para o direito romano. Amigo pessoal de Severo, o jurista foi assassinado pela guarda pretoriana diante do próprio imperador por adotar uma série de medidas destinadas a reduzir os privilégios concedidos por Heliogábalo à guarda.

²⁰³ *Hist. Aug.* Maximínio Trácio 1-4; GIBBON, Edward. *Ibidem*, p. 191.

²⁰⁴ *Hist. Aug.* Pertinax 11.

²⁰⁵ BOWMAN, A. K.; GARNSEY, P.; CAMERON, A. *The Cambridge Ancient History - The Crisis of Empire - a.d. 193-337*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 28.

²⁰⁶ Eutrópio *Brev. Hist. Rom.* 9.7. Valeriano é derrotado mesmo contando com superioridade numérica. Estima-se que seu exército contava com cerca de 70.000 homens.

²⁰⁷ Zósimo 1.39.1-2.

²⁰⁸ *Ibidem*.

²⁰⁹ SOUTHERN, Pat. *Empress Zenobia - Palmyra's Queen Rebel*. London: Continuum, 2008. p. 199. De início as novas moedas confeccionadas em Palmira foram marcadas com os nomes e rostos de Valabato e do imperador de Roma, algo sugestivo de que Zenóbia não pretendia romper os laços com o império, apenas elevar seu filho ao status de coimperador.

²¹⁰ BOWMAN, A. K.; GARNSEY, P.; CAMERON, A. *Ibidem*, p. 43-45; Zósimo 1.38.2.

²¹¹ GIBBON, Edward. *Ibidem*, p. 237-239.

²¹² SOUTHERN, Pat. *Ibidem*, p. 131-133.

²¹³ *Hist. Aug.* Aureliano 31.

²¹⁴ *Hist. Aug.* Aureliano 32-33.

²¹⁵ *Ibidem*.

²¹⁶ TAINTER, Joseph A. *The Collapse of Complex Societies - New Studies in Archeology*. New York: Cambridge University Press, 1988. p. 135-139.

²¹⁷ *Ibidem*.

²¹⁸ MOSS, Henry. *The Birth of the Middle Ages 395–814*. London: Oxford University Press, 1935. p. 1-2.

²¹⁹ *Ibidem*.

²²⁰ *Hist. Aug.* Cláudio II. 12.1-2.

²²¹ TAINTER, Joseph A. *Ibidem*.

²²² *Ibidem*.

²²³ Canal da Mancha.

²²⁴ No principado, sobretudo no início, os imperadores eram tratados com as mesmas deferências atribuídas aos senadores em geral, possuindo apenas a prerrogativa de se trajarem em púrpura. Eram os “*primeiros entre iguais*”, mas a gradativa centralização do poder culminaria no abandono dessas aparências. Diocleciano importa da corte persa o uso do diadema, algo que já havia sido feito séculos antes por Calígula e interpretado como uma ofensa. Mas não só, agora se vestiam com seda, adornos de ouro e sapatos decorados com pedras preciosas. O acesso aos imperadores passava por uma série de novas cerimônias, incluindo a necessidade de se prostrar em joelho. As ruas dos palácios passaram a ser vigiadas por um novo corpo de guardas imperiais, os *scholae*, e seus interiores reservados apenas a eunucos (GIBBON, Edward. *Ibidem*, p. 421-422).

²²⁵ WILLIAMS, Stephen. *Diocletian and the Roman Recovery*. New York: Routledge, 2000. p. 58-71. Lactâncio diz que cada um dos quatro imperadores contava com um exército superior àqueles dos tempos nos quais imperadores governavam sozinhos sobre todo o império. A afirmação é certamente um exagero, mas sugere uma possível ampliação do corpo militar no dominato (Lactâncio *De Mortibus Persecutorum* 7).

²²⁶ BARNES, Timothy. *Constantine and Eusebius*. Cambridge: Harvard University Press, 1981. p. 9-10.

²²⁷ BARNES, Timothy. *Ibidem*.

²²⁸ Irônico, Lactâncio afirma que o número de cobradores de impostos passou a ser maior que o de contribuintes (Lactâncio *De Mortibus Persecutorum* 7).

²²⁹ WILLIAMS, Stephen. *Ibidem*, p. 120.

²³⁰ LIM, Richard. Late Antiquity. In: BISPHAM, E.; HARRISON, T.; SPARKES, B. *The Edinburgh Companion to Ancient Greece and Rome*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2010. p. 115.

²³¹ *Ep. de Caes.* 33-34; STROBEL, Karl. Strategy and Army Structure between Septimus Severus and Constantine the Great. In: ERDKAMP, Paul. *A Companion to Roman Army*. Malden: Blackwell Publishing, 2007. p. 276. O exército romano tradicionalmente tinha como base suas unidades de infantaria pesada, os legionários. Contudo, à medida que os séculos passavam e Roma assumia uma postura cada vez mais reativa, os regimentos de cavalaria passaram a receber maior importância pela capacidade de percorrerem longas distâncias em menor tempo para prestar socorro às guarnições de fronteira.

²³² *Ibidem*. Os limítanes e os comitatenses consistiam nas principais modalidades de soldados, mas para além deles o exército do período tardo-romano também era composto por unidades de elite. Os palatinos (*palatini*), “tropas do palácio”, em sua literalidade, eram grupos especiais que acompanhavam os comitatenses, enquanto os escolares (*scholae*) faziam parte da guarda imperial, uma espécie de guarda pretoriana do dominato.

²³³ SPEIDEL, Michael. The Roman Army in Arabia. In: HAASE, W.; TEMPORINI, H. *Band 8 Politische Geschichte*. Berlin: Walter de Gruyter, 1977. p. 687-730.

²³⁴ *Res Gestae Divi Saporis* 6.

²³⁵ HEATHER, Peter. *Ibidem*, p. 38-39.

²³⁶ Dião Cássio *Hist. Rom.* 75.3.

²³⁷ Pedro, o Patrício *Fr.* 170; Jordanes *Get.* 16.91.

²³⁸ Os romanos não compreendiam esses pagamentos como tributos. Afinal, como poderiam, como povo superior, pagar tributo a outras nações? Os pagamentos eram entendidos como meros subsídios, estímulos para que chefes de clãs permanecessem próximos, e vez ou outra como retribuição por algum serviço prestado ao império.

²³⁹ *PIR* T 281. Não se sabe se Menófilo foi de fato um legado imperial propretor (*legatus pro praetore*), título oficial do governador, ou um duque (*dux*) encarregado das tropas de fronteira.

²⁴⁰ Pedro, o Patrício *Fr.* 170; BANCHICH, Thomas M. *The Lost History of Peter The Patrician – An Account of Rome’s Imperial Past from the Age of Justinian*. London: Routledge, 2015. p. 111.

²⁴¹ *Hist. Aug.* Maximo e Balbino 16.3.3. Transcrevo o excerto em sua versão original: “*Sub his pugnatum est a Carpis contra Moesos. Fuit et Scythici belli principium, fuit et Istriae excidium eo tempore, ut autem Dexippus dicit, Istricae civitatis*”.

²⁴² Zósimo 1.20.1-2.

²⁴³ HODGKIN, Thomas. *Italy and her Invaders - The Visigothic Invasion*. Oxford: Claredon Press, 1842. p. 46-48; WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 44.

²⁴⁴ *Res Gestae Divi Saporis* 6. Curiosamente a batalha não aparece nas fontes romanas. Assim, é possível tanto que seja uma construção persa para servir de peça de propaganda como que os romanos, humilhados pela derrota, tenham optado por omiti-la de seus registros.

²⁴⁵ Gordiano III morre com apenas 19 anos de idade em circunstâncias obscuras. Na versão oficial, o imperador faleceu de alguma doença indeterminada, mas historiadores sugerem que o Gordiano III possa ter sido assassinado por seus próprios homens após a derrota em Misiche, talvez com algum envolvimento de Filipe.

²⁴⁶ *Ep. de Caes.* 28.2; *PIR* I 461.

²⁴⁷ *PIR* C 930; Zósimo 1.19-20; *Hist. Aug.* Os Três Gordianos 16; Zonaras *EH* 12.19.584; GIBBON, Edward. *Ibidem*, p. 314.

²⁴⁸ Jordanes *Get.* 16.89; Cassiodoro *Variae* 11.1.19.

²⁴⁹ *PIR* O 169.

²⁵⁰ *Ibidem*; Jordanes *Get.* 17.99.

²⁵¹ Déxipo Fr. 194.

²⁵² *Ibidem*.

²⁵³ Jordanes *Get.* 16.89.

²⁵⁴ Reivindicando uma conexão com Alexandre Severo, Jotapiano liderou uma rebelião na Síria em 249, sendo derrotado no mesmo ano (Zósimo 1.20-21; *RIC* 4, Pacaciano, Jotapiano e Esponsiano, p. 104-106). Silbanaco e Esponsiano são conhecidos apenas por duas moedas. Um antoniano encontrado em Lorena, França, contém os dizeres “IMP. MAR. SILBANNACVS AVG” (*RIC* 4, p. 105), enquanto um áureo localizado em Viena registra “IMP. SPONSIANI” (*RIC* 4, p. 106). O áureo de Esponsiano tem sido considerado por alguns numismatas uma falsificação moderna.

²⁵⁵ Jord. *Get.* 16.90.

²⁵⁶ *Ibidem*.

²⁵⁷ Jord. *Get.* 16.91-92. Os taifalos ocupavam a Oltênia, região centro-sul da Romênia, parte da Valáquia. Ao norte eram margeados pelos getas, ao oeste pelos iáziges e ao leste pelos godos; os peuquinos, ramificação dos bastarnos (*bastarnae*), habitavam a Ilha de Peuce, na foz do Danúbio com o Mar Negro; pouco sabemos sobre os asdingos nessa época fora o fato de que estavam associados aos vândalos.

²⁵⁸ Tácito e Ptolemeu também não mencionaram os gépidas em suas relações dos povos bárbaros dos séculos I e II.

²⁵⁹ “[...] *aliasque nonnullas gentes perdomuit*” (Jordanes *Get.* 17.96-99).

²⁶⁰ *Ibidem*.

²⁶¹ Zósimo 1.21-22; Zonaras *EH* 12.19.584.

²⁶² *Ibidem*; GIBBON, Edward. *Ibidem*, p. 264-265.

²⁶³ *CIL* 3.1176 (= *ILS* 514); *RIC* 4, Décio, p. 133 e 135; Zonaras *EH* 12.20.589; SOUTHERN, Pat. *The Roman Empire from Severus to Constantine*. London: Routledge, 2004. p. 75.

²⁶⁴ Ou Hunuîl, a depender da tradução.

²⁶⁵ BRADLEY, Henry. *The Story of the Goths, from the Earliest Times to the End of the Gothic Dominion in Spain*. Nova Iorque: G. P. Putnam's Sons, 1888. p. 27.

²⁶⁶ Esco (*Oescus*, posteriormente *Ulpia Oescus*) e Nova (*Novae*) foram importantes bases militares da Mésia que compunham o complexo de defesa do baixo Danúbio. Cidades desenvolveram-se ao redor desses baluartes. Tradicionalmente estacionada em Esco, a *Legio V Macedonica* havia sido transferida para a fortaleza de *Troesmis*, ao leste, poucos quilômetros da costa com o Mar Negro, mas retornaria a Esco em 274, onde permaneceria até o século V.

²⁶⁷ SYVANNE, Ilkka. *The Reign of Decius. Slingshot* (Society of Ancients), London, v. 276, p. 2-8, 2011.

²⁶⁸ WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 45.

²⁶⁹ A Nicópolis mencionada por Jordanes não se confunde com a cidade mais conhecida de mesmo nome que servia de capital para a província grega de Épiro, situada na costa do Golfo Ambraciano. A cidade atacada pelos godos se chamava *Nicopolis ad Istrum*, a “Nicópolis no Danúbio”, localizada cerca de 40 quilômetros ao sul do rio.

²⁷⁰ Sincelo *Chronographia* 5746.

²⁷¹ Jordanes *Get.* 18.101; Lívio *Ab Urbe Condita* 22.36.

²⁷² Maurício *Strategikon* 4.1.2.

²⁷³ Sincelo *Chronographia* 5746; SYVANNE, Ilkka. *Ibidem*.

²⁷⁴ Castro (*castra*) é nome dado ao acampamento montado pelos romanos em campanha. Em regra, um largo conjunto de barracas dispostas como retângulo e cercado por paliçadas e um fosso. O termo também é utilizado para se referir a fortificações romanas em geral.

²⁷⁵ *PIR* I 610; *Ep. de Caes.* 29.5. Valeriano tornar-se-á imperador (253-260). Em 238 é apontado como “príncipe do Senado” (*princeps senatus*). Embora o voto de cada senador possuísse igual peso, os senadores eram dispostos hierarquicamente em uma lista. Quanto maior o posto na magistratura romana (cônsul, pretor, edil, questor) ocupado pelo senador, melhor sua posição. O *princeps senatus* era o que figurava como primeiro da lista e contava com a prerrogativa de ser o primeiro a falar.

²⁷⁶ Gibbon menciona Prisco como o irmão do imperador Filipe, mas o governador da Trácia se chamava *Titus Julius Priscus*, enquanto o irmão de Filipe *Gaius, Iulius Priscus. Titus*, não *Gaius*. A presença de Prisco em Filipópolis com regimentos cujo tamanho desconhecemos indica que Décio já utilizava a estratégia de defesa em profundidade (*defence in depth*) antes mesmo das reformas militares de Diocleciano.

²⁷⁷ Jordanes *Get.* 18.102; GIBBON, Edward. *Ibidem*, p. 274-279.

²⁷⁸ AM 31.5.15-17.

²⁷⁹ Zósimo 1.24.2.

²⁸⁰ WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 46; SOUTHER, Pat. *Ibidem*, p. 222; MATTHEW, Bunson. *Encyclopedia of the Roman Empire*. Nova Iorque: Facts on File Inc., 2002. p. 297.

²⁸¹ Zósimo 1.23.1-2; Zonaras *EH* 12.20.589; Jordanes *Get.* 18-19; *Oracula Sibyllina* 13.100-130; SCARRE, Chris. *Chronicle of the Roman Emperors – The Reign-by-Reign Record of the Rulers of Imperial Rome*. London: Thames and Hudson, 1995. p. 169-170.

²⁸² Zonaras *EH* 12.20.589.

²⁸³ POTTER, David. *The Roman Empire at bay: AD 180-395*. New York: Routledge, 2004. p. 242.

²⁸⁴ Tácito *Germania* 44; TODD, Malcolm. *The Early Germans*. 2. ed. Oxford: Blackwell Publishing, 2004. p. 35; SYVANNE, Ilkka. *Ibidem*; GABRIEL, Richard. *The Great Armies of Antiquity*. Westport: Praeger, 2002. p. 251.

²⁸⁵ Jordanes *Get.* 18.103. No original: “*Nemo tristetur!, perditio unius militis non est rei publicae deminutio!*”.

²⁸⁶ O governo de Décio ficaria conhecido por uma grande perseguição aos cristãos romanos.

²⁸⁷ Em regra, cada legião se estruturava em 10 coortes, fileiras de soldados que se estendiam em profundidade pelo exército, não pelas laterais. Assim, cada coorte possuía unidades que se alongavam da dianteira à retaguarda. Uma coorte era composta por 6 centúrias de 60 homens cada. A 1ª coorte, geralmente situada na ala esquerda, contava com 5 centúrias de 160 homens. Essa composição mais “maciça” ou “bruta” da 1ª coorte objetivava criar maior pressão sobre um dos flancos do adversário.

²⁸⁸ Jordanes *Get.* 18.103; Zósimo 1.23.3; Zonaras *EH* 12.20.589; ADLER, Willian; TUFFIN, Paul. *The Chronography of George Synkellos: A Byzantine Chronicle of Universal History from the Creation*. Oxford: Oxford University Press, 2002. p. 539.

²⁸⁹ *Ibidem*.

²⁹⁰ Isso se desconsiderarmos uma das teorias sobre a morte de Goriano III. Uma das hipóteses levantadas por fontes persas é que o jovem imperador teria morrido durante a Batalha de Misiche, o que não é confirmado pela literatura romana.

²⁹¹ Zósimo 1.25.1-2. *Ep. de Caes.* 30.

²⁹² Jordanes *Get.* 19.104.

²⁹³ Anônimo *Valesiano* é quem traz a expressão *ripa gothica* para se referir à margem norte do Danúbio sob controle godo, mais precisamente dos tervíngios (*Origo Const. Imp.* 6.35).

²⁹⁴Zonaras *EH* 12.21.589; Zósimo 1.25.1.

²⁹⁵O diploma militar romano era um documento geralmente de bronze por meio do qual se atestava que determinado oficial ou praça estava dispensado dos serviços militares e, a depender da época, certificava a concessão de cidadania integral ao dispensado. Era uma cópia de um decreto (*constitutio*) que permanecia nos arquivos em Roma. Para os bárbaros, serviriam como matéria-prima de bronze.

²⁹⁶BURSCHE, Aleksander. The Battle of Abritus, the Imperial Treasury and Aurei in Barbaricum. *The Numismatic Chronicle*, London, v. 173, p. 151-170, 2013.

²⁹⁷WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 47.

²⁹⁸Zonaras *EH* 12.21.590.

²⁹⁹Jordanes *Get.* 19.105; *Res Gestae Divi Saporis* 9. Na inscrição de Sapor I em Naqsh-e Rostam, conta-se que os romanos perderam 60.000 homens na Batalha de Barbalisso. Como ocorre com a grande maioria das fontes antigas, o número pode ser um exagero, mas as batalhas entre romanos e sassânidas geralmente envolviam maior número de soldados. Afinal, os sassânidas possuíam um império com capacidades logísticas e militares equivalentes às dos romanos, em muitos períodos superior.

³⁰⁰Zonaras *EH* 12.21.590; Zósimo 1.28.1-2; João de Antioquia *Fr.* 150; DRINKWATER, John. Maximinius to Diocletian. In: BOWMAN, A. K.; GARNSEY, P.; CAMERON, A. *The Cambridge Ancient History - The Crisis of Empire - a.d. 193-337*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 40-41.

³⁰¹*RIC* 4, Emiliano, p. 194-201.

³⁰²Zonaras *EH* 12.21-22.591-592; Zósimo 1.28 e 1.29.1.

³⁰³Durante as Guerras Mitridáticas, a cidade de Atenas se insurgiu em uma revolta contra a autoridade romana. Sula partiu para a região com suas cinco legiões e conseguiu retomar a cidade entre 87 e 86 a.E.C. As muralhas da cidade foram derrubadas e assim permaneceram até a chegada dos godos em 253/254.

³⁰⁴Zonaras *EH* 12.23-593; Zósimo 1.29.1-2.

³⁰⁵Plin. *Hist. Nat.* 4.26.

³⁰⁶Diodoro Sículo *Bibliotheca Historica* 12.31.1.

³⁰⁷O Reino do Ponto (281 a.E.C.-62), com capital em Amaseia (Amásia, Turquia), tinha sua base, grosso modo, na região da Capadócia. Reunia características culturais helênicas, persas e nativas (anatólicas). Foi finalmente absorvido pela expansão romana na década de 60.

³⁰⁸Cognominado “o Grande”, é também chamado de Mitridates VI por ser filho de Mitridates V.

³⁰⁹ROLLER, Duane W. *Empire of the Black Sea – The Rise and Fall of the Mithridatic World*. New York: Oxford University Press, 2020. p. 211. Conta-se que Mitridates, deparando-se com o risco de ser entregue aos romanos e temendo ser exposto em um triunfo como troféu de guerra, envenenou suas duas filhas e tentou se matar em seguida tomando o mesmo veneno. Porém, como estava habituado a ingerir pequenas doses da substância para criar uma espécie de resistência para tentativas de assassinato, a poção simplesmente não surtiu o efeito pretendido e o rei teve que recorrer a um certo oficial de nome Bituitus para que o matasse.

³¹⁰Uma vexilação (*vexillatio*) consistia em uma unidade temporária menor destacada de uma legião para atender a necessidades específicas. A presença cada vez maior de vexilações no período de transição entre o principado e o domínio demonstra a progressiva inadequação do tradicional formato das legiões, que no futuro teriam seus números reduzidos de 5.000 soldados para 1.000.

³¹¹Uma ressalva a essa posição de autonomia moderada foi o curto período compreendido entre os anos 63 e 68, quando Nero depôs o rei bosforiano Cótis I e anexou o reino à província da Mésia Inferior. Mas a decisão foi logo revertida por Galba, que restaurou o seu status anterior.

³¹²BJERG, Line. The Herulians are coming! In: BJERG, Line; HIND, John; SINDBAEK, Soren. *From Goths to Varagians – Communication and culture exchange between the Baltic and the Black Sea*. Aarhus: Aarhus University Press, 2013. p. 131-134.

³¹³Zósimo 1.31.1-3.

³¹⁴*Ibidem*.

³¹⁵HARMATTA, János. *Ibidem*, p. 48-49.

³¹⁶*Ibidem*. Sobre boranos e urugundos, há várias teorias. Especula-se que poderiam ser povos autóctones das estepes ou ramificações menores de citas, sármatas ou mesmo dos grupos germânicos migrantes que aportavam na região. Na historiografia tradicional, os hérulos são descritos como um povo germânico que, tal como os godos, teriam se originado da Escandinávia e migrado para o entorno do Mar Negro. Jordanes faz expressa menção a eles ao listar os povos que habitavam a Scandza (Jordanes *Get.* 3.23).

³¹⁷Zósimo 1.31.1.

³¹⁸ MINNS, Ellis. Bosphorus Cimmerius. In: CHISHOLM, Hugh (ed.). *Encyclopaedia Britannica*, 4, 11. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1911. p. 286-287, p. 287.

³¹⁹ BJERG, Line. *Ibidem*; WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 48-49.

³²⁰ Zósimo 1.32.2.

³²¹ Zósimo 1.32-33.

³²² Zósimo 1.34-35; WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 51.

³²³ *Ep. de Caes.* 32.5. Os autores antigos divergem sobre a morte de Valeriano. Alguns, como Lactânncio e Aurélio Vitor, afirmam que os persas o fizeram escravo até a velhice, servindo por muitos anos como apoio para que Sapor I subisse em seu cavalo. Outras fontes apontam que depois de velho foi resgatado após o pagamento de uma larga quantia em ouro, mas outras levantam a hipótese de que Sapor I possa ter matado o imperador. Foi forçado a engolir ouro derretido após a batalha e depois escalpelado, sua pele depositada em um templo persa.

³²⁴ Zósimo 1.42; “*Quis tandem Xerxes hoc habuit?*” (*HA* Cláudio 6.5-6).

³²⁵ Zósimo 1.42.1; *Hist. Aug.* Cláudio 8.1-6.

³²⁶ *Hist. Aug.* Os Dois Galianos 13.6-7.

³²⁷ Zósimo 1.42.2; *Hist. Aug.* Os Dois Galianos 13.8.

³²⁸ POTTER, David. *The Roman Empire at bay: AD 180-395*. New York: Routledge, 2004. p. 264-265; Zonaras *EH* 12.26.605.

³²⁹ *Ibidem*, p. 262.

³³⁰ ALFÖLDI, Andreas. In: COOK, S. A.; ADCOCK, F. E.; CHARLESWORTH, M. P.; BAYNES, N. H. *The Cambridge Ancient History*. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1939. v. 12, p. 165-231.

³³¹ Sem entrarmos em pormenores, na Grécia clássica o arconte basileu (ἄρχων βασιλεύς) funcionava como o “magistrado rei”, posto remanescente da antiga monarquia grega com atribuições cerimoniosas, voltadas principalmente para a organização dos ritos religiosos, mas também do julgamento dos crimes de homicídio. Por sua vez, o arconte epônimo (ἐπώνυμος ἄρχων) era o “magistrado chefe” e exercia funções executivas. Havia ainda o arconte polemarcho (πολέμαρχος), o comandante do exército. Evidentemente, esses postos não possuíam a mesma natureza durante o período romano.

³³² *Hist. Aug.* Os Dois Galianos 13.8; IG II² 3669; ADLER, Willian; TUFFIN, Paul. *Ibidem*, p. 546.

³³³ Zósimo 1.43.2; ADLER, Willian; TUFFIN, Paul. *Ibidem*.

³³⁴ *Ibidem*.

³³⁵ WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 54-55.

³³⁶ Zósimo 1.40; *Hist. Aug.* Os Dois Galianos 13.10.

³³⁷ *História Augusta* indica ostrogodos, visigodos, tervíngios, celtas e gépidas como povos integrantes desse segundo grupo (*Hist. Aug.* Cláudio 6.2). É possível que os gépidas tenham efetivamente participado da expedição, mas as terminologias “ostrogodo” e “visigodo” são simplesmente anacrônicas para o período. Talvez até a palavra tervíngio não fosse ainda adequada para a época. No mais, celta é uma palavra utilizada para designar um conjunto de populações com matriz cultural comum e pré-germânica no *barbaricum*, por isso deve ser entendida como mais um anacronismo. Zósimo, que aqui nos parece “menos desconfiável”, cita apenas godos, peuquinos e hérulos (Zósimo 1.42.1).

³³⁸ Zósimo diz que esse grupo teria se reunido no rio Tiras, nome dado ao Dniestre. A informação causa estranheza, pois a região estava muito distante dali. Se verdadeira, esse segundo grupo era provavelmente estranho àqueles sobre os quais falamos até o momento (Zósimo 1.42.1).

³³⁹ Zósimo 1.43.1; *Hist. Aug.* Os Dois Galianos 5.6.

³⁴⁰ *Hist. Aug.* Os Dois Galianos 14.

³⁴¹ Há quem sustente que Cláudio II primeiro socorreu os Bálãs e só depois da vitória em Naísso retornou ao oeste para combater os alamanos, que foram derrotados na Batalha do Lago Benaco.

³⁴² *Ep. de Caes.* 34.2.

³⁴³ Zósimo 1.43.2.

³⁴⁴ *Ep. de Caes.* 34.2.

- ³⁴⁵ Zósimo. 1.40 e 45.1-2; *Hist. Aug.* Cláudio 11.
- ³⁴⁶ Jordanes *Get.* 20.107; Zósimo 1.44.2; *PLRE* 1, p. 740-741; WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 54-55.
- ³⁴⁷ SOLANGE, Biagi. La fidélité d'une cité grecque, φίλη καὶ σύμμαχοι Ῥωμαίων: un miliaire de Sagalassos et les raids barbares sur la Pamphylie sous le règne de Claude II. In: QUET, Marie-Henriette. *La Crise de L'Empire Romain*. Paris: PUPS, 2006. p. 360-363.
- ³⁴⁸ *RIC* 5.1, Cláudio, p. 232; DRINKWATER, John. *Ibidem*, p. 49.
- ³⁴⁹ FORGIARINI, T. A propos de Claude II: Les invasions gothiques de 269-270 et le rôle de l'empereur. In: FREZOULS, E.; JOUFFROY, H. *Les empereurs illyriens, Frezouls et Jouffroy*. Estrasburgo: AECR, 1998. p. 81-86.
- ³⁵⁰ Eusébio *Historia Ecclesiae* 7.28.4.
- ³⁵¹ *Hist. Aug.* Aureliano 37.5. Embora a versão de *História Augusta* apresente a morte de Quintílio como suicídio, há quem defenda que o irmão de Cláudio II tenha sido assassinado por suas próprias tropas.
- ³⁵² Zósimo 1.46-47; *Hist. Aug.* Aureliano 16.1; BIANCHINI, Thomas; LANE, Eugene. *The History of Zonaras: From Alexander Severus to the death of Theodosius the Great*. New York: Routledge Classical Translations, 2009. p. 121.
- ³⁵³ *Hist. Aug.* Aureliano 30.4.
- ³⁵⁴ *Hist. Aug.* Aureliano 22; *PLRE* 1, p. 179; *PIR C* 398.
- ³⁵⁵ WATSON, Alaric. *Aurelian and the Third Century*. London: Routledge, 2003. p. 134.
- ³⁵⁶ *Hist. Aug.* Aureliano 30.5; *RIC* 5.1, Aureliano, p. 303.
- ³⁵⁷ *Hist. Aug.* Aureliano 33-34; WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 56-57.
- ³⁵⁸ *Hist. Aug.* Aureliano 33.3.
- ³⁵⁹ “[...] latrocinale globi vicina cum sui exitio rarius incursabant” (AM 31.5.17).
- ³⁶⁰ GEORGESCU, Vlad. *The Romanians: A History*. Columbus: Ohio State University Press, 1991. p. 7.
- ³⁶¹ ARDEVAN, Radu; ZERBINI, Livio. *La Dacia Romana*. Soveria Mannell: Rubbettino, 2007. p. 36-38. Durante as Guerras Marcomanas, a *Legio V Macedonica* teve que ser transferida de sua base em Troesmis (Turcoaia, Romênia), província da Mésia Inferior, para socorrer a Dácia em Potaissa (Turda, Romênia).
- ³⁶² OLTEAN, Ioana. *Dacia: Landscape, colonisation and romanisation*. London: Routledge, 2007. p. 54-56.
- ³⁶³ “[...] cum vastatum Illyricum ac Moesiam deperditam videret” (HA Aureliano 39.7).
- ³⁶⁴ *Ibidem*.
- ³⁶⁵ Eutrópio *Brev. Hist. Rom.* 8.2.
- ³⁶⁶ *Hist. Aug.* Marco Aurélio 14.2.
- ³⁶⁷ *XII Panegyrici Latini* 11(3).17; *PLRE* 1, p. 540-541.
- ³⁶⁸ Jordanes *Get.* 22.113.
- ³⁶⁹ WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 57.
- ³⁷⁰ MÓCSY, András. *Pannonia and Upper Moesia – A History of the Middle Danube Provinces of the Roman Empire*. New York: Routledge, 2014. p. 211.
- ³⁷¹ Déxipo Fr. 7; Pedro, o Patrício Fr. 191; Zósimo 1.48.2.
- ³⁷² WATSON, Alaric. *Ibidem*, p. 55.
- ³⁷³ *Hist. Aug.* Firmo, Saturnino, Próculo e Bonoso 15.3-7; JONES, A.; MARTINDALE, J.; MORRIS, J. *The Prosopography of the Later Roman Empire*. London: Cambridge University Press, 1971. p. 163; MATHISEN, Ralph. Provinciales, Gentiles, and Marriages between Romans and Barbarians in the Late Roman Empire. *Journal of Roman Studies* (Cambridge University Press), Cambridge, v. 99, p. 140-155, 2009.
- ³⁷⁴ *Hist. Aug.* Os Dois Galianos 24.3:
- ³⁷⁵ Cabeça de ponte é a terminologia militar que designa uma posição em território inimigo.
- ³⁷⁶ Terminologia militar para se referir a uma posição avançada em território inimigo.
- ³⁷⁷ MACKENDRICK, Paul. *The Dacian Stones Speak*. Chapel Hill: University of Carolina Press, 1975. p. 145-163.

³⁷⁸ARDEVAN, Radu; ZERBINI, Livio. *Ibidem*, p. 219-222.

³⁷⁹Também conhecida como Planície ou Vale do Pó, região situada ao sul dos Alpes que se estende pela região compreendida entre as cidades italianas de Turim e Údine.

³⁸⁰Zósimo 1.49.2; *Ep. de Caes.* 35; WATSON, Alaric. *Ibidem*, p. 143-154.

CAPÍTULO III

SOCIEDADE

3.1 Organização política

Abordaremos neste capítulo as estruturas da sociedade goda e sua dinâmica de funcionamento. Porém, deparamo-nos com o mesmo problema relacionado às fontes: o fato de os autores clássicos terem concentrado seus textos em temas afetos à guerra e à diplomacia, relegando para um segundo plano questões relacionadas à vida quotidiana dos povos vizinhos. Feita a devida ressalva aos escritores dos séculos I e II, como Tácito, Plínio e Estrabo, e até mesmo Júlio César e seus escritos sobre a Gália, foram poucos os que escreveram sobre o que acontecia no distante universo do *barbaricum*. Para o período das migrações, que corresponde grosso modo ao império tardio dos romanos, as referências são ainda mais escassas. Raros são os comentários sobre as comunidades tervíngias, quase nenhum sobre as grutungas. Por essa razão partiremos do mais abrangente, do que conhecemos sobre as sociedades germânicas em geral, para em seguida trazermos o que as fontes nos dizem sobre os godos propriamente ditos — isso, claro, quando dizem alguma coisa.

Antes de mais nada, precisamos retomar uma noção que já trabalhamos. Quando falamos sobre povos germânicos, estamos nos referindo a uma multiplicidade de grupos populacionais dispersos pela Europa Centro-Setentrional, quase sempre separados uns dos outros por largas faixas de terra. E devemos compreender que esse distanciamento era uma característica que pautava a relação existente não só entre diferentes povos (vândalos e godos, v.g.), mas também a relação entre diferentes núcleos demográficos associados ao mesmo povo (aldeias alamanas entre si, v.g.). Se considerarmos a vastidão do espaço ocupado pelos tervíngios na margem norte do baixo Danúbio a partir da segunda metade do século III, isto é, a região conhecida como *Gutthiuda* ou *Gothia*, a distância de aldeia para aldeia geralmente estava na casa das centenas de quilômetros. Isso, somado ao ambiente inóspito de montanhas e florestas cerradas, e à inexistência de redes de correios e estradas como as do império, implicava interações de nível limitado. Esses povos variavam em tamanho e

poderio, dos maiores em número e extensão territorial, que consequentemente exerciam dominância regional, como vândalos e godos — esses a partir dos anos 250 —, aos menores que gravitavam ao seu redor, como asdingos e taifalos. O que mantinha esses agrupamentos populacionais unidos é um conjunto de fatores, entre eles um sentimento comum de pertença, de comunidade, de compartilhamento de uma ancestralidade comum. Se partirmos da tese dos “núcleos de tradição”, especialmente para o período das migrações, veremos que essa carga cultural era preservada de geração em geração pelos membros das elites de cada tribo. Porém, entre os principais agentes aglutinadores, estava certamente o prestígio pessoal do líder. Em sociedades altamente personificadas como as germânicas, a autoridade e reputação dos chefes, da cúpula aos locais, era determinante.

Na historiografia, é comum nos depararmos com certas terminologias associadas aos povos bárbaros sendo utilizadas sem muito rigor, a exemplo do conceito de “tribo”. Por sentirmos que nem sempre essa distinção importa em algum prejuízo ao conteúdo transmitido, por vezes temos incidido nessa mesma imprecisão. Usamos a palavra tribo tanto no sentido mais abrangente de “povo” (godos, tervíngios e grutungos) como no mais restrito de “aldeia”. Contudo, para assimilarmos a mecânica dessas sociedades, agora precisamos entendê-los adequadamente. Mais uma vez, Tácito é praticamente nossa única fonte disponível sobre o assunto. O autor utiliza a palavra *civitas* para designar a tribo. Em uma comparação anacrônica, a tribo é o Estado. Assim, os godos e seus territórios – a Gótia – representam uma só tribo. Os sármatas e a *Sarmatia*, outra, e assim sucessivamente. É nesse sentido que Tácito afirma que “*não é usual (entre os germânicos) que alguém use armas senão antes que o Estado (civitas) o autorize a fazê-lo*”³⁸¹. Por sua vez, cada *civitas* se dividia em regiões (administrativas?) menores, os *pagi* (no singular, *pagus*), que podemos traduzir como cantões ou distritos. Falando sobre os sêmnones, o historiador destaca que “*os sêmnones ocupam cem cantões (pagi), e a vastidão de sua comunidade faz que se considerem os chefes da raça sueva*”³⁸². Por fim, cada distrito ou cantão era composto de uma ou mais vilas ou aldeias, as *vici* (no singular, *vicus*). Se considerarmos as estimativas das hordas e exércitos godos para a segunda metade do século IV na casa das dezenas e até centenas de milhares de pessoas, podemos compreender os principais *vici* como verdadeiras protocidades, largos assentamentos que contemplam um misto de características rurais e

urbanas. “Nos conselhos escolhiam seus magistrados chefes, responsáveis por aplicar o direito nos cantões (*pagi*) e aldeias (*vici*)”³⁸³. Desse modo, segundo Tácito, da maior para a menor esfera temos a *civitas*, os *pagi* e os *vici*. Na língua goda, a palavra **gawi* é talvez a que mais se aproxima de *pagus* no sentido de região, província, e **baurgs* expressa o significado de cidade, mas com a conotação de lugar fortificado, murado, cidadela³⁸⁴. Porém sabemos que os godos possuíam um nome que melhor espelhava as dinâmicas em nível local, **kuni* (no plural, **kunja*). Intimamente conectada a **kin*, “comunidade de familiares”, designava a aldeia formada por pessoas que em sua grande maioria estavam unidas por vínculo de sangue, o clã. No grego antigo, a palavra que melhor expressa esse mesmo significado é *phylae*³⁸⁵.

E quais eram suas instituições políticas? Em *Germânia* são apresentados três corpos governamentais: o chefe, o conselho e a assembleia. Como dissemos, em sociedades marcadas por uma forte personificação como as germânicas, o chefe era um dos principais agentes aglutinadores, o responsável por manter os diversos clãs unidos sob a mesma bandeira. Um sistema baseado na lealdade tribal, em que o líder funcionava como elo entre os membros da comunidade e até como repositório da herança cultural. O prestígio pessoal de que gozava na comunidade, especialmente como comandante militar, era o fator determinante. Suas funções eram essencialmente militares, mas em algumas tribos talvez exercesse outras atribuições religiosas e cerimoniais que desconhecemos. Ascendiam ao poder por duas diferentes formas; uns eram eleitos, outros não. Os eleitos recebiam sua autoridade por votação em assembleia; os não eleitos eram os membros de uma linhagem real. Porém, embora os últimos fossem chamados pelos romanos de *reges* (no singular, *rex*), não devemos compreendê-los na mesma acepção aplicada aos reis da Idade Média ou Moderna. Primeiro, os poucos episódios registrados pela literatura de sucessão no seio de uma família real germânica, se é que assim podemos chamá-la, indicam que mesmo entre eles não existia um costume preestabelecido de que o pai fosse sucedido automaticamente pelo filho mais velho. Diante da morte do atual líder, o “clã real” escolhia um dos seus como sucessor, não necessariamente o mais velho. Era também uma espécie de eleição, porém mais restrita. Em qualquer caso, eleito pela assembleia ou escolhido entre os membros da nobreza dominante, a autoridade do chefe era bastante limitada. Não governava por tempo ilimitado, até a morte, mas pelo

período específico necessário para liderar o povo em cenários de crise, quase sempre guerras. Podemos traçar um paralelo com a figura romana do ditador (*dictator*). Diante de situações de extrema calamidade, os romanos da era republicana escolhiam alguém para liderá-los no lugar dos cônsules, atribuindo-lhes uma larga gama de poderes pelo prazo fixo de seis meses, findo o qual se retiravam do cargo. E sobretudo antes do período das migrações, os chefes geralmente não se isolavam, mas mantinham um estilo de vida muito próximo à comunidade que governavam³⁸⁶.

Ao que tudo indica, órgãos coletivos, como os conselhos e assembleias, possuíam maior poder de decisão que os chefes. Quando os tervíngios, fugindo da expansão hunna, decidiram pedir asilo ao imperador Valente no ano 376, a decisão de partir foi tomada coletivamente. Encontramos comentários dando conta inclusive de que líderes bárbaros se reuniam com seus guerreiros quando em campanha para deliberarem juntos sobre o próximo curso de ação a ser tomado, algo muito diferente do que ocorria na rígida e hierarquizada cadeia de comando do exército regular romano. Depois de derrotar o imperador Valente nas imediações de Adrianópolis, em 378, o líder tervíngio Fritigerno tentou tomar a cidade de assalto. Realizaram vários ataques contra seus muros, todos malsucedidos. Incapazes de avançar, reuniram-se em assembleia e decidiram abandonar o cerco e reorientar a rota para Perinto. A decisão final não foi de Fritigerno, mas do bando que comandava. Assim, apesar de o chefe ser o responsável por liderar o povo na crise, existia entre os germânicos uma cultura de priorizar a decisão coletiva sobre a individual³⁸⁷. No entanto, a literatura registra algumas tentativas de concentrar maior poder em alguns chefes, mas esses autocratas acabaram sendo depostos em algum momento. Marobóduo e Armínio são comumente apontados como exemplos dos que assumiram posturas mais autoritárias e foram destronados. Vimos linhas atrás que o primeiro foi derrubado por Canabaldo com possível apoio dos godos. Os casos de Marobóduo e Armínio são emblemáticos, porque os dois haviam sido educados no império, entregues como reféns por suas respectivas famílias para selar alianças com Roma. Essa vivência no universo romano pode ter tido alguma influência em suas atitudes autoritárias. Mas Tácito é ainda mais preciso em um terceiro caso, o do chefe suevo Vânio. Em *Anais*, conta-nos que Vânio foi expulso do seu próprio reino, isso porque “no início do seu reinado, ele gozava de popularidade entre seus compatriotas; mas, com o

*tempo, tornou-se um tirano, e a inimizade dos vizinhos, somada à discórdia interna, foi sua ruína*³⁸⁸.

Os godos e os povos germânicos em geral chamavam seus líderes de **reiks*. A palavra compartilha a mesma raiz linguística do latim *rex*, o indo-europeu **reǵ*. Com um sentido genérico de “governante” ou “senhor”, seu uso aparentemente se aplicava aos chefes locais, os líderes das aldeias. Na literatura romana, termos latinos e gregos como *regalis*, *archon* e *basiliskos* são empregados por autores do império para se referirem a esses chefes. Para a elite ou nobreza goda, os tervíngios tinham outra palavra, **megistanes*, o equivalente gótico do latim *optimates*³⁸⁹. *Reiks* e *megistanes* dominavam os assuntos do quotidiano e mantinham uma espécie de relação de vassalagem com o chefe maior da confederação tribal, o *thiudans* (*þiudans*, no alfabeto gótico) ou *kindins*³⁹⁰. No topo da pirâmide, apesar de tervíngios e grutungos serem considerados ramificações do mesmo povo, os godos, cada uma dessas duas grandes confederações era administrada por diferentes formas de governo. O líder máximo dos tervíngios aparece descrito nas fontes romanas como *iudex*, o “juiz”, nomenclatura que por si só sugere alguma autoridade judicial, embora os autores clássicos não façam menção mais específica a essas possíveis competências judiciárias. Era o *iudex regum*, o rei dos reis, o rei dos *reiks*. Um dos mais consagrados juízes tervíngios, Atanarico, descrito por Marcelino como um “juiz poderosíssimo” (*iudex potentissimus*), não podia colocar os pés no império em razão de uma promessa que havia feito ao pai. Wolfram interpreta esse juramento como um sinal de que os juízes tervíngios como um todo não podiam sair da *Gutthiuda* enquanto estivessem no poder, exceto naturalmente quando em campanha militar. Ou seja, considera que isso era um costume ao assumirem o cargo. No entanto, a tese conflita com o fato de outros juízes terem saído dos territórios tervíngios sem que isso representasse algum problema, a exemplo de Fritigerno e Alavivo³⁹¹. Parece-nos uma situação particular a de Atanarico. Seguindo a tradição germânica, o juiz tervíngio era eleito, provavelmente pelo conselho dos principais cidadãos, o **gafaurds*, e exercia um mandato temporário³⁹². Em contrapartida, os grutungos eram governados por um *rex*, mas, ao contrário das demais tribos germânicas governadas por linhagens reais, ao que parece o rei grutungo reinava até a morte. Pelo menos é isso que inferimos do reinado de

Ermanarico, o que conhecemos com maior profundidade. Quando Ermanarico morreu, foi sucedido por Vitimiro. Quando esse morreu em batalha, Viderico, seu filho, ascendeu ao trono, mas, como era muito jovem para governar, os nobres grutungos Alateu e Safrax conduziram os assuntos de Estado como regentes. A circunstância da transição de poder ter se operado diretamente para Viderico, à época apenas uma criança, reforça a dimensão monárquica e talvez até hereditária do modelo grutungo.

Tácito fala sobre os conselhos e assembleias como se fossem duas instituições políticas diferentes. O *concilium* aparece em curtos comentários como o órgão encarregado de receber acusações e aplicar penas, e também como o local em que os chefes regionais (*pagi*) e locais (*vici*) eram eleitos. Nada mais é dito sobre eles. Ao tratar das competências jurisdicionais do conselho, o historiador oferece-nos uma pequena visão de como seria o direito penal germânico. Conta-nos que as penas eram aplicadas de acordo com a gravidade dos delitos; para traidores e desertores, o enforcamento; para fracos, covardes e pervertidos, o afogamento no pântano; para delitos menores, multas pagas em cabeças de gado ou cavalos. Uma questão digna de nota é que, dessas multas, parte do valor arrecadado era entregue à pessoa lesada, e outra à comunidade³⁹³. Historiadores modernos sugerem que o conselho fosse um órgão de composição mais restrita, reservado aos anciãos ou aos notáveis, e que além das matérias indicadas por Tácito também fosse o responsável pela distribuição de terras às famílias e pela resolução de disputas maiores³⁹⁴. No mesmo sentido, falando especificamente sobre a estrutura da sociedade tervíngia, Wolfram defende que os *gafaurds* eram compostos não só pelos anciãos (*sinistans*), mas também pelos “homens mais ilustres” das elites (*maistans*)³⁹⁵.

A assembleia é assim descrita:

Consultam seus chefes em assuntos menores, os maiores são tratados por todos (*omnes*). Porém, mesmo esses últimos, cuja decisão cabe a todos, são previamente analisados pelos chefes. Salvo se houver alguma emergência, a assembleia se reúne apenas em dias pré-determinados de lua nova ou cheia. Não contam, como nós, o número de dias, mas de noites. Assim conduzem seus negócios, assim conduzem seus apontamentos, como se as noites guiassem os dias. Um inconveniente produzido por essa liberdade é que nem todos se reúnem em um mesmo horário, como se em obediência a um comando de convocação, mas dois ou três dias se perdem em atrasos. Quando finalmente estão preparados, sentam-se armados. Os sacerdotes, que possuem poder coercitivo, impõem um momento de silêncio. Depois, o rei e os

demais chefes (*rex vel principes*), conforme sua idade e nobreza, sua glória militar e eloquência, são ouvidos. E ganham mais atenção de acordo com sua capacidade de persuadir, não com sua autoridade. Se a proposta desagrada, a assembleia a rejeita com grande barulho; se agrada, agitam suas lanças (*frameas*), pois para eles a mais honrosa expressão de consentimento é o som das armas³⁹⁶.

Em outros documentos, as assembleias aparecem por meio de uma nomenclatura própria, a palavra **thing* (no alfabeto protogermânico, **þingq*). Embora seja descrita como um órgão de deliberação composto por “*todos*” (*omnes*), sugerindo certa roupagem popular, dificilmente podemos compreendê-la como um ambiente no qual todas as pessoas estivessem autorizadas a participar do processo de tomada de decisão sobre questões de maior relevância para a tribo. A maneira como Tácito descreve seu funcionamento, em especial a votação propriamente dita, sinaliza que as assembleias estavam reservadas aos guerreiros, aos homens em condição de combate. Talvez abrangesse todos os homens livres, incluindo anciãos e não combatentes, não sabemos. Como era uma assembleia de guerreiros, presume-se que as mulheres estavam excluídas. Ao que parece, os presentes não possuíam o poder de propor medidas durante a reunião; eram convocados somente para manifestar concordância ou discordância sobre propostas formuladas por um ou mais chefes. Apesar de a participação de toda a classe guerreira oferecer maior legitimidade às decisões das assembleias que a dos chefes isoladamente, ao que parece não representavam ameaça à autoridade do *thiudans* e dos *reiks*. Afinal, especialmente se pensarmos em tribos maiores, como é o caso dos tervíngios e grutungos, as assembleias não deviam ser realizadas com frequência. A convocação pressupunha um custoso trabalho de mobilização, grupos inteiros de guerreiros de cada aldeia se deslocavam por longas distâncias até chegarem ao ponto de encontro combinado. Isso talvez ocorresse anualmente ou durante alguma festividade. Era um grande evento. Em outras palavras, até por uma razão de praticidade, as deliberações do dia a dia continuavam sendo tomadas pelos chefes. Declarar ou não guerra, migrar ou não, estavam entre os temas maiores submetidos à assembleia.

3.2 Religião

Para a cristandade, os primeiros séculos da Era Comum foram um momento não só de consolidação institucional, de definição de sua estrutura organizacional e hierárquica, mas também de delimitação das linhas de

pensamento tidas como corretas pela Igreja, de construção de uma hermenêutica ortodoxa. O processo de escolha dos manuscritos sagrados em meio a uma multiplicidade de textos e da maneira como interpretá-los abriu caminho para uma série de discussões teológicas, e entre esses debates o que certamente ocupou maior espaço no período tardo-romano foi a discussão sobre a natureza de Cristo, mais conhecida como a “questão cristológica”. Sem entrarmos em pormenores, uma primeira corrente defendia a compreensão de que o Deus Pai e o Filho seriam divindades compostas pela mesma “essência” ou “substância”, não existindo, assim, qualquer espécie de hierarquia entre um e outro. Em outras palavras, o filho não era subordinado ou inferior ao pai. A tese da consubstancialidade (*homoousios*), como conhecida, sagrou-se vitoriosa em votação no Primeiro Concílio de Niceia (325). Eusébio de Cesareia relata que o concílio contou com a presença de 250 bispos de todas as regiões do império e com outros vindos da Pérsia e da Cítia³⁹⁷. O cristianismo havia se consolidado como uma minoria substancial entre os sassânidas, mas a referência feita a um bispo da Cítia para 325, possivelmente Teófilo da Gótia³⁹⁸, sugere que as primeiras campanhas missionárias na margem norte do Danúbio, em território tervíngio, foram realizadas ainda durante o reinado de Constantino (306-337).

A decisão do concílio não foi suficiente para pôr um fim ao debate. Os adeptos da doutrina pregada por Ário, presbítero de Alexandria, continuaram defendendo sua própria concepção da questão cristológica. Sustentavam que o filho, sendo uma criação do pai, não poderia ocupar o mesmo nível hierárquico que ele, estava abaixo, embora fosse a mais ilustre de todas as criaturas. Uma diferença sutil que pouco ou nada influenciava a moralidade do cristianismo, mas que impactou profundamente as primeiras comunidades cristãs, que foram divididas entre partidários do credo niceno, a visão oficial ou ortodoxa, e arianos. Constantino compreendeu que um possível cisma da Igreja representava um risco para a própria unidade política do império e procurou se manter distante da disputa travada pelas facções da Igreja³⁹⁹. No entanto, com o tempo o arianismo acabou ganhando muitos adeptos na corte dos constantinos. Com a morte do imperador, Constantino II (337-340) manifestou claramente sua simpatia pelo credo niceno. Por outro lado, Constâncio II (337-361) realizou um grande esforço para encontrar uma fórmula teológica intermediária capaz de agradar gregos e troianos, chegando

a designar um total de seis concílios para rediscutir a questão; mas, como um consenso se tornava uma realidade cada vez mais distante, acabou por fim aderindo ao arianismo⁴⁰⁰. Fora o curto reinado de Joviano (363-364), os constantinos foram substituídos pelos valentinianos após a morte de Juliano. Valente (364-378), irmão de Valentiniano I (364-375) que recebeu o comando do oriente, também seria simpático aos arianos. Foi durante os governos de Constâncio II e Valente que os godos acabaram se aproximando do arianismo. Enquanto o império caminhava em direção ao credo niceno, os godos cristianizavam-se, mas seguindo a rota contrária da heresia.

Como é de se esperar, a literatura antiga oferece poucas informações sobre as crenças e cultos das tribos godas antes da propagação do cristianismo pela *Gothia*. Lamentavelmente, encontramos mais referências às culturas dos povos bárbaros nos autores dos séculos I e II do que em escritos posteriores. Apesar de os godos ocuparem as fronteiras romanas do baixo Danúbio desde meados do século III, os estudiosos da época simplesmente não se interessaram em escrever sobre a sociedade goda — e sobre as dos seus vizinhos —, senão de maneira marginal, secundária, enquanto falavam sobre outros assuntos. Cassiodoro e Jordanes só aparecem no século VI para reverter esse cenário. A literatura do período tardo-romano estava mais focada em temas políticos e cristãos do que nos etnográficos; a quantidade de obras escritas por sacerdotes e intituladas *História Eclesiástica* é reveladora. Por alto, podemos afirmar que a religiosidade goda pré-cristã consistia em uma variação do paganismo germânico primitivo, que presumivelmente incorporou características próprias dos cultos praticados pelos povos das estepes, formando um modelo heterogêneo. Wolfram, por exemplo, sustenta que os godos podem ter absorvido dos citas práticas xamânicas e até o curioso ritual de purificação descrito por Heródoto em *Histórias* da “sauna de cânhamo” (*cannabis sauna*)⁴⁰¹. Essa hipótese não encontra evidências na literatura ou na arqueologia, mas é bastante plausível se considerarmos a dinâmica de sincretismo da cultura Cherniacove.

O que sabemos sobre o paganismo germânico primitivo decorre de um conjunto de fontes fragmentárias e em número extremamente limitado. O volume de informações aumenta exponencialmente somente depois da era dos vikings, isto é, após o século VIII. No entanto, características comuns identificadas para povos da Europa Central logo após o período celta nos

permitem desenhar um retrato geral, um esboço, mas precisamos compreender que na larga extensão territorial do *barbaricum* as inúmeras tribos germânicas certamente adotaram crenças e cultos particulares que as distinguiam umas das outras. Afinal, embora o trânsito de pessoas fosse lugar-comum, estamos falando de um universo marcado pelo isolamento e pelo não desenvolvimento de uma escrita sofisticada — uma realidade muito distante daquela vivida pelos romanos dentro das fronteiras do império. Desse modo, mitos e lendas recebiam variações de acordo com o espaço e o tempo; uma mesma divindade poderia até ser adorada em várias localidades, mas de diferentes maneiras. Em outras palavras, diferenças regionais e locais são naturalmente esperadas. As fontes mais antigas datam da Idade do Bronze média e tardia (1.000-750 a.E.C.); pinturas em pedra que retratam cenas mitológicas e do cotidiano podem ser consideradas como os primórdios das crenças germânicas. Entre os temas mais recorrentes está o do guerreiro morto participando de um banquete nos salões de um deus associado à guerra. Outro é a dedicação das armas do inimigo ou mesmo do seu corpo a alguma divindade caso ela assegurasse a vitória ao suplicante⁴⁰².

Na literatura romana, escritores do final da república e do principado frequentemente associavam divindades germânicas a greco-romanas para se fazerem compreendidos pelo público, equiparando categorias que não necessariamente guardavam alguma correspondência. Em *Germânia*, Tácito fala de Tuisto (Týr ou Tîwaz) como um equivalente germânico de Marte (Ares, para os gregos), o deus da guerra. Nas fontes latinas, Tuisto chega a aparecer como *Mars Thingsus*. Falando em Ares, Temístio refere-se aos godos como “*devotos de Ares*”, mas a referência não passa de um recurso poético para rotulá-los como um povo guerreiro. Voltando a Tuisto, é possível que a palavra proto-germânica **tîwaz* derive da indo-europeia **dyéus*, mesma raiz linguística que deu origem às formas latinas *diove* e *iove*, nome dado a Júpiter. Seja como for, Tácito descreve sucintamente um mito de criação dos povos germânicos contando que as antigas canções dessas gentes celebravam Tuisto, um “*deus nascido na terra*” (*deum terra editum*). Mannus, seu filho, seria o antepassado dos istevões, ingevões e hermiões. Tuisto seria o criador de outros povos, como os marsos, gambrívios, suevos e vândalos. Desconhecidos por Tácito, os godos não aparecem na listagem. A referência a Tuisto como um deus nascido na terra pode ser apenas um reforço argumentativo utilizado pelo escritor para

ressaltar que os germânicos eram *indigenae* da Europa Centro-Setentrional, autóctones, pois, fora Tácito, geralmente Tuisto aparece como um deus do céu (*sky-god*). A partir do início do século V, talvez antes, é gradativamente substituído por Wodan — Odin é seu equivalente nórdico⁴⁰³. Quando Odin ganha proeminência e evolui para um deus da guerra, os godos já estavam largamente cristianizados. Ainda para o período romano, Donar surge como uma segunda divindade maior associada às forças da natureza. Assim como Tuisto é vinculado a Marte, Donar é conectado a Mercúrio. Pelo seu envolvimento em jornadas épicas contra monstros e outras entidades malignas, às vezes é ligado a Hércules. Enquanto Hércules tem sua clava, Donar tem o martelo Mjöllnir como arma. Com o tempo, transforma-se em Thor⁴⁰⁴.

Para além do mito de origem, Tácito oferece-nos outras informações importantes. Em uma nova equiparação de divindades germânicas a grego-romanas, o historiador diz que os povos da Germânia cultuavam Marte (Tuisto), Isis, Hércules e, acima de todos os outros deuses, Mercúrio (Donar). Tácito chega a dizer que Hércules e Ulisses visitaram terras dessas gentes e que Ulisses, em especial, teria até fundado a cidade de Asciburgo (Asperg, Alemanha) nas margens do Reno. Talvez o dado mais relevante seja a informação de que ofereciam sacrifícios humanos⁴⁰⁵. Um fragmento de Posidônio preservado por Estrabo corrobora a hipótese de que pelo menos algumas tribos praticavam sacrifícios humanos. Em um relato mais minucioso, Posidônio apresenta detalhes de como o ritual era praticado pelos cimbros (*cimbri*) — povo ao qual também se atribui uma origem escandinava. Segundo o autor, sacerdotisas com cabelos esverdeados e trajadas com mantos brancos escolhiam alguns prisioneiros de guerra e os coroavam com grinaldas. Em seguida, conduziam-nos para um local onde estavam posicionados largos vasos de bronze, e lá eram degolados. Com base no sangue derramado ou nas entranhas das vítimas, essas mulheres realizavam profecias⁴⁰⁶. Todd chama a atenção para o grande número de depósitos contendo restos humanos em regiões mais setentrionais da Europa, sobretudo na Dinamarca, muitos em circunstâncias sugestivas de mortes violentas (estrangulamento, esfaqueamento, decapitação, afogamento etc.). Alguns vestidos, outros nus, e vários acompanhados por cerâmicas, alimentos e outros objetos que apontam para contextos de oferendas. São evidências difíceis de ser interpretadas,

especialmente porque a literatura também indica que esses povos aplicavam penalidades cruéis para o que tinham como crimes, transgressões. Assim, essas mortes podem ou não estar relacionadas a práticas religiosas⁴⁰⁷. Tampouco podemos descartar a possibilidade de que essas histórias de horror fizessem parte de um propósito ideológico maior dos escritores do império de denegrir a imagem dos povos vizinhos, de barbarizá-los.

Adivinhação e feitiçaria eram a ordem do dia. Nas línguas e dialetos protogermânicos, essas práticas estavam associadas à palavra **gan-no*. No nórdico antigo, a **gandr*. Aqueles que possuíam o dom de prever o futuro e dominavam as artes da magia, geralmente mulheres, ocupavam posições de honra na comunidade. “*Eles acreditam que nelas (nas mulheres) reside um elemento do sagrado e o dom da profecia*”, registra Tácito. A observação do voo e canto dos pássaros, principalmente dos corvos, do relinchar dos cavalos e até mesmo de marcas em pedaços de madeira estava entre os meios comumente utilizados por essas mulheres para anunciar o futuro⁴⁰⁸. Conhecemos duas sacerdotisas dos brúcteros (*bructeri*) pelos nomes — Albruna (ou Aurinia) e Veleda —, aparentemente as mais famosas de suas épocas. Eram “*veneradas, mas não com adulação nem como se deusas fossem*” (*venerati sunt, non adulatione nec tamquam facerent deas*). Não possuímos informações sobre a biografia de Albruna e, apesar da ressalva feita por Tácito de que não seriam deusas, uma das hipóteses é que fosse entendida pelos germânicos uma divindade feminina menor, uma espécie de “*matrona*” (*matronae*). Por outro lado, Veleda teria previsto a revolta dos batavos, povo aliado ao império que, no ano 69, constatando a fragilidade das defesas romanas no Reno, voltou-se contra Vespasiano (69-79)⁴⁰⁹. Dião Cássio cita Ganna, uma virgem sacerdotisa dos sêmnones e sucessora de Veleda que participou ativamente de outra rebelião contra a autoridade romana, agora durante o governo de Domiciano (81-96), filho de Vespasiano. Junto com o chefe de sua tribo, Masyus, Ganna compôs uma comitiva enviada pelos sêmnones ao imperador⁴¹⁰. Waluburg, possível substituta de Ganna, aparece apenas em um óstraco⁴¹¹ do século II encontrado em Elefantina, Egito. Como a inscrição contém uma lista de nomes de pessoas que compunham o estafe administrativo do *praefectus Aegypti*, podemos conjecturar que estivesse a serviço dos romanos realizando trabalhos de adivinhação. Curiosamente, Lehmann conecta seu nome à palavra gótica

**walus*, que significa algo como “equipe de funcionários”⁴¹². Embora só conheçamos essas quatro mulheres, a literatura revela que essas videntes e feiticeiras não representavam casos isolados, mas que preenchiam um ofício tradicional às sociedades germânicas. Eram sacerdotisas de uma ou mais tribos; quando uma deixava o posto, outra ocupava seu lugar. Se a cadeia de sucessão entre Veleda, Ganna e Waluburg estiver correta, isso significa inclusive que não estavam limitadas ao círculo de uma só tribo, e sim que atuavam em uma esfera mais ampla, regional. Qualquer que seja o caso, são elas que colocam em evidência o papel e importância social da mulher germânica, até mesmo em períodos de guerra. Um gigantesco contraponto com a sociedade romana.

Mas o que as fontes nos trazem sobre o paganismo godo em particular? As poucas informações que possuímos sobre as crenças e cultos godos estão em comentários soltos presentes em *Gética* e em textos de autores da Igreja que abordam as perseguições realizadas pela elite pagã tervíngia aos primeiros cristãos godos no século IV. Tomando esses escritos como referência, Wolfram conclui:

O culto dos tervíngios estava centrado nas aldeias individuais e era determinado e regulado pelo *kuni* e seu *reiks*. A vila era a especial esfera de paz estabelecida e preservada pelo ritual de refeição sacrificial dos vilageiros. Qualquer um que se excluísse daquela refeição quebrava seus laços religiosos com a comunidade, que respondia com o banimento da pessoa em sacrilégio por ter ele ou ela negado a origem divina da *gens*. Mas um apóstata desta estirpe poderia ser mais facilmente readmitido e reintegrado a uma vila comunalmente organizada, onde todos eram de fato aparentados, que pela estrutura verticalizada do *kuni*. A negação das tradições tribais necessariamente ameaçavam o estrato superior dos *reiks*, que se viam como grandes portadores das tradições étnicas, as quais tentavam monopolizar⁴¹³.

Em *Paixão de São Saba*, título atribuído ao conjunto de cartas enviadas por Ascólio a Basílio, por meio das quais o sacerdote relatava ao bispo de Cesareia o martírio de Saba (Sava) — um dos primeiros clérigos godos assassinados por ordem do nobre tervíngio Atarido, saga sobre a qual falaremos mais adiante —, extraímos várias referências à realização de refeições com alimentos ofertados aos deuses. Ascólio conta que durante esse período de perseguição aos cristãos a nobreza enviava comitivas de homens armados para as vilas com a missão de identificar e punir aqueles que se convertiam à religião dos romanos. Essas delegações obrigavam todos os vilageiros a comerem carnes de sacrifícios, e aqueles que porventura permanecessem firmes na fé e resistissem eram

imediatamente castigados⁴¹⁴. As cartas não apresentam maiores detalhes sobre como o ritual era praticado, mas sugerem que oferecer os alimentos aos deuses, principalmente carnes, era um costume tervíngio, e que as refeições eram realizadas pelos godos coletivamente. Se considerarmos práticas de sacrifícios animais conduzidas por outros povos da Antiguidade, como os próprios gregos e romanos, podemos imaginar que a oferta fosse realizada durante o abatimento do animal. Um novilho, uma cabra, quem sabe. Era uma maneira de estabelecer uma conexão especial com os deuses, de reconhecer a posição de inferioridade da humanidade perante o divino — uma tarefa que pressupunha a aceitação da condição de mortal.

Também tratando das perseguições contra os cristãos godos, Sozomeno apresenta um episódio que nos traz outra amostra da religiosidade goda pré-cristã. Em determinada ocasião, nobres que compunham uma dessas comitivas enviadas para acostrar os convertidos, homens subordinados ao juiz Atanarico, colocaram uma estátua em cima de uma carroça e percorreram as tendas dos que eram suspeitos de terem abraçado a cristandade. Essas pessoas eram então coagidas a adorar a imagem e oferecer sacrifícios aos deuses; e caso se recusassem eram queimadas vivas em julgamentos sumários⁴¹⁵. O texto em grego se refere à estátua como *xoanon* (ξόανον), mesma palavra utilizada pelos gregos para designar ídolos de madeira cultuados na Grécia Arcaica. Para Todd, embora a fonte não esclareça qual era a divindade materializada pela estátua, a circunstância de ter sido colocada sobre uma carroça e de ter circulado pela aldeia nos remete às atividades do campo, ao arado de tração animal, e por isso o historiador propõe que o ícone fosse uma representação da deusa Nerthus, associada à ideia de fertilidade. Tácito cita Nerthus como uma deusa adorada pelos lombardos e outras tribos, chamando-a de “*Mãe Terra*” (*Terra Mater*). A correspondência feita por Todd possui algum fundamento se tomarmos como base o comentário de Tácito que associa Nerthus a procissões cerimoniais em carroças. “*Eles acreditam que ela (Nerthus) intervém nos assuntos dos homens, conduzindo uma carroça em meio a seu povo*”, observa sem apresentar maiores detalhes⁴¹⁶.

Jordanes e Cassiodoro também nos oferecem algumas informações. Se por um lado *Gética* é considerada não muito confiável por seus objetivos políticos, de conferir legitimidade a Teodorico, por outro é o único documento escrito que talvez tenha utilizado como fonte a memória oral dos godos, trabalho

possivelmente realizado por Cassiodoro na corte do famoso rei ostrogodo. O primeiro aspecto a destacar é que os godos aparentemente tratavam seus antigos ancestrais, que chamavam pelo nome de *anses*, como uma espécie de semideuses. No imaginário godo, estavam abaixo dos deuses, mas acima dos homens. “*Nem puros homens, mas semideuses, isto é, ansis*” (*non puros homines, sed semideos, id est Ansis*), diz Jordanes⁴¹⁷. Voltemo-nos por um instante à palavra **anses* (*ansis*, no acusativo plural), que nos remete a outra citada por Suetônio. Ao resumir os principais acontecimentos relacionados ao governo de Augusto, o historiador do século I afirma que a palavra utilizada pelos etruscos para se referir aos seus deuses era *aesar*⁴¹⁸. A afirmação provoca certa estranheza; isso porque poderíamos cogitar de alguma conexão entre os dois termos pela semelhança que apresentam, mas a língua etrusca não possui a mesma raiz indo-europeia compartilhada pelas línguas latinas e germânicas. Os etruscos eram autóctones das áreas que hoje compreendem as regiões italianas da Toscana e Emília, ou lá chegaram antes das migrações indo-europeias. Linguistas divergem sobre a etimologia e o exato significado da palavra. Em linhas gerais, há quem sustente que sua origem esteja no protogermânico **ansuz*, que também possui um sentido genérico de “deus” ou “divindade”. É possível ainda que guarde alguma correlação com *Æsir*, que na mitologia nórdica designava um grupo de deuses da guerra que viviam em Asgard, adversários dos *Vanir*, os deuses da fertilidade⁴¹⁹. Seja como for, esse elemento divino era atribuído apenas aos líderes godos ancestrais, os mais antigos antepassados, não aos chefes do momento. Aqui podemos estabelecer algum paralelo com a tradição romana de se conferir o título de “divino” (*divus*) a certos imperadores depois da morte.

Um segundo aspecto que podemos extrair de *Gética* é justamente a menção feita às feiticeiras godas, as *haliurunnas* (*haliurunnae*, em sua forma latinizada), que também são referenciadas por Jordanes como “mulheres magas” (*magae mulieres*). Tem-se sugerido que **haliurunnas* seja uma forma contraída de **haljo-runas*, o que nos leva a um curioso sentido aproximado de “corredoras do inferno ou submundo”⁴²⁰. Falamos sobre elas ao comentar o mito de origem jordaniano. Durante a segunda onda migratória goda da Gothiscandza para Oium, o rei Filímero deparou-se com algumas dessas mulheres, e desconfiando delas, não sabemos por quais motivos, ordenou que fossem

expulsas do povo. Exiladas, essas feiticeiras mantiveram relações sexuais com espíritos imundos e dessas uniões surgiu a hedionda raça dos hunos⁴²¹. Embora a história não passe de uma lenda, é razoável que a narrativa tenha sido construída por Cassiodoro ou Jordanes com base em elementos da realidade, que as *haliurunnas* tenham existido como sacerdotisas godas. Afinal, vimos que nas sociedades germânicas a relação entre as mulheres e a magia é relativamente bem documentada, se considerarmos a escassez de fontes sobre o assunto.

3.3 Economia

A literatura oferece-nos um material limitado sobre a economia dos povos germânicos, mas essa lacuna tem sido compensada nas últimas décadas por uma gama de novos estudos arqueológicos. Como sociedades guerreiras, suas economias estavam diretamente conectadas à guerra, e o espólio representava um súbito aumento de riquezas que eram partilhadas de acordo com o estrato social ocupado por cada membro da comunidade. Porém nem sempre possuíam guerras para combater. Antes da expansão germânica sobre a Europa Central, os celtas já cunhavam suas próprias moedas, presumivelmente influenciados pelas cidades gregas com as quais comercializavam, mas esse não foi o caso dos germânicos, que permaneceram com uma economia não monetizada, pelo menos não em larga escala. Isso significa que o escambo permanecia a regra, mas não quer dizer que não davam valor ao ouro e à prata. Em diferentes épocas o império destinou vultuosos subsídios aos tervíngios para não atacarem as províncias ou como contrapartida pelo fornecimento de federados, e esses pagamentos eram feitos sobretudo em dinheiro. Principalmente as tribos situadas mais próximas ao *limes* fizeram uso de moedas romanas, criando uma espécie de economia semimonetária, um misto de escambo e dinheiro. Tácito nota até mesmo que tinham preferência pelos *serrati* e *bugati*; as primeiras eram moedas que possuíam detalhes em suas bordas, como se serrilhadas, as segundas apresentavam desenhos de bigas em seus versos, carroças de competição⁴²². Moedas contendo furos em seus centros sugerem que em algumas tribos era prática comum perfurá-las antes de colocá-las em circulação, algo como um ritual de purificação, de registrar que usavam moedas romanas, mas não obedeciam à autoridade do imperador.

Fora as pilhagens, o que predominava entre eles era a pecuária e a agricultura. Na pecuária, criavam rebanhos de bois, cabras, ovelhas e porcos. Tácito fala em “*ricas manadas*” (*pecora fecunda*), mas sublinha que o gado era de menor tamanho e não contava com a mesma qualidade encontrada no império, por isso era mais valorizado pela quantidade que pelo porte⁴²³. Análises comparativas feitas com base em ossadas encontradas na Europa Centro-Setentrional e na bacia do Mediterrâneo confirmam a interessante observação do historiador sobre a diferença de envergadura dos animais, que mudavam de tamanho do norte para o sul. Bois e vacas eram substancialmente menores e mais magros que os criados pelos romanos; os porcos possuíam aproximadamente a metade do tamanho dos de raças modernas. Cavalos também eram menores, porém mais robustos, muitos não ultrapassando a marca dos 1,4 metro até a altura do ombro. Essas diferenças, existentes inclusive nas zonas de fronteira com as províncias, descartam a possibilidade de um intercâmbio significativo de animais entre o império e o *barbaricum*⁴²⁴. As raças de porcos e ovelhas comuns à Germânia podem ter se originado a partir da domesticação de animais selvagens como javalis e muflões. Sobre a quantidade de cada rebanho, a criação de bovinos superava em muito todas as outras. Estudos revelam que em regiões mais centrais e setentrionais da Alemanha a criação de bovinos representava algo entre 50 e 70% do total de animais, seguida pela de caprinos e ovinos e, por último, pela de suínos. Vestígios de galináceos são raros, mas foram identificados. A prática de enterrar cães abaixo das casas, como figuras próximas à família, tem sido interpretada como um sinal de que pelo menos em regra eram utilizados apenas para vigia e pastoreio, não como alimento. Porcos eram abatidos com até três anos, ovelhas com até dois, pela maciez da carne. Em contrapartida, bovinos e equinos eram mantidos por maior tempo, presumivelmente pelo leite e por servirem para transporte e tração agrícola. A pequena quantidade de animais selvagens descobertos nos assentamentos e seus arredores indica que a criação de animais domésticos era suficiente para manter a aldeia abastecida. A caça de javalis, auroques⁴²⁵ e veados-vermelhos — além de servirem como alimento, seus chifres eram usados como matéria-prima para artesanato — talvez funcionasse como esporte, suas carnes como iguarias⁴²⁶.

“Embora difira um pouco na aparência de um local para outro, a terra é em regra formada ou por florestas horrendas, ou por pântanos imundos”, essa é a maneira

como Tácito descreve a paisagem do *barbaricum*⁴²⁷. São recorrentes as referências a florestas (*silvis*) e pântanos (*palus*) em autores antigos ao descreverem qualquer território situado na margem oposta do Reno ou Danúbio. Esse retrato não era inteiramente estereotipado, até o século XI encontramos relatos sugerindo que parte considerável da Europa Central fosse composta por um grande emaranhado de matas e bosques. Mas evidências arqueológicas sugerem que pelo menos desde o Neolítico (10.000-3.000 a.E.C.) agrupamentos humanos faziam a limpeza de áreas pela derrubada e queima de árvores. Essa prática de corte e queima era conhecida pelos germânicos como **rodung* e utilizada para a abertura de campos cultiváveis. Além de abrir espaço, o que sobrava de matéria orgânica vegetal após a queima proporcionava os minerais necessários para o plantio. Quando se esgotavam, partia-se para outra área e recomeçava-se todo o processo⁴²⁸. César observa que as tribos germânicas “*não prestavam muita atenção à agricultura*” e que “*a maior parte da sua alimentação consistia em carne, leite e queijo*”⁴²⁹. Com efeito, aparentemente os germânicos não inovaram em termos de tecnologia, continuaram fazendo uso das mesmas técnicas agrícolas do período Neolítico tardio. Em outras palavras, possuíam uma agricultura que pode ser considerada rudimentar, primitiva. Porém, em que pese a simplicidade das técnicas, manipulavam uma variedade expressiva de culturas. A partir da matéria orgânica de plantas e sementes, pesquisadores identificaram evidências do cultivo de cevada, aveia, trigo, centeio e milho. As principais culturas parecem ter sido feijões e ervilhas, o linho era utilizado como matéria-prima para roupas. Estranhamente, nenhum vestígio de uma fruticultura organizada foi identificado, embora morangos, amoras e outras frutas tenham sido encontradas nos assentamentos em pequena quantidade. Talvez fossem usadas para a produção de bebidas fermentadas. Maçãs e peras eram desconhecidas. Uma diversidade de vegetais silvestres estava disponível na natureza, como aipo, espinafre, brássicas, rabanete e alface⁴³⁰. César conta ainda que nenhum homem era proprietário de terras, mas que essas eram distribuídas pelos “*príncipes e magistrados*” (*magistratus ac principes*) às famílias em partes iguais. No ano seguinte, seguiam para outra área e realizavam uma nova partilha. Havia uma preocupação com a concentração de terras, “*com o desejo de acumular riquezas, que traz discórdias e divisões*”⁴³¹. Escrevendo um século depois, Tácito ratifica parcialmente o relato de César ao dizer que as

terras eram efetivamente distribuídas pelos chefes de acordo com o número de agricultores (*pro numero cultorum*) e abandonadas no ano seguinte, com uma pequena parte reservada para o pousio⁴³². Porém ressalta que a distribuição não era realizada de maneira equitativa, mas considerando a classe social de cada um (*secundum dignationem*)⁴³³.

A escravidão era uma realidade entre os povos germânicos, mas não possuímos dados suficientes para estimar em que proporção. Pode ter sido empregada em maior ou menor escala em diferentes épocas, mas pelo visto normalmente não exercia grande impacto na economia diária das aldeias. Quando o chefe godo Geberico atacou os sármatas em 334, os limigantes, escravos sármatas, aproveitaram a crise para se rebelar contra seus senhores e os expulsar das aldeias, provocando uma onda de refugiados sobre o império. O episódio mostra que as tribos sármatas vizinhas aos tervíngios também escravizaram. Talvez também os marcomanos durante o século III, no auge do seu poderio. A principal fonte de escravos, senão a única, estava nos prisioneiros de guerra. Romanos foram escravizados, mas não em grande número, o que poderia atrair possíveis reações do império. O modelo de escravidão germânico era bastante diferente do romano. Primeiro, os escravos não eram empregados em serviços domésticos, essas tarefas eram realizadas pelas próprias mulheres e pelos filhos do chefe da família. Cada escravo possuía uma habitação separada da casa do mestre. A maneira como era explorado era contribuindo com o fornecimento regular de carnes, grãos, roupas ou outra mercadoria ou serviço estipulado pelo senhor, algo que Tácito compara às obrigações de um arrendatário romano (*ut colono iniungit*) — com a diferença, claro, de que não era livre. Prender ou açoitar escravos não era comum, mas o autor observa que eram mortos com certa frequência pelos seus mestres não como medida de disciplina, mas porque eram “*gentes impulsivas*” (*non disciplina et severitate, sed impetu et ira*). Dizendo de outra forma, matavam seus escravos como matavam seus desafetos quando tomados pela ira. Em resumo, Tácito conclui que na prática os escravos germânicos não representavam uma categoria muito abaixo da dos libertos, isto é, dos homens livres que não compunham as classes dominantes⁴³⁴.

3.4 Comitatus e harjis

Sabemos que os diversos clãs associados à mesma tribo ou confederação tribal atuavam juntos durante períodos de guerra, mas não possuímos evidências de que mantinham algum nível de cooperação em tempos de paz. Esses clãs funcionavam a partir de um organismo social que os romanos chamavam de *comitatus*, o “séquito”. Em alemão, *gefolgschaft*. Mais uma vez, o que possuímos mais próximo de um conceito nos é fornecido por Tácito:

Não é usual que alguém use armas senão antes que o Estado (*civitas*) autorize a fazê-lo. Então, durante o conselho (*concilium*), o chefe, o pai ou algum parente orna o jovem com um escudo e uma lança. Isso, para eles, é como a toga para nós, a primeira honra da juventude. Até esse momento ele é considerado como parte de uma família, depois como parte da república (*res publica*). Aos adolescentes, sua linhagem nobre ou os méritos do pai lhe trazem o reconhecimento do príncipe (*princeps*). Porém, os demais que não gozam de um ou outro, são agregados aos séquitos (*comites*) de outros mais fortes sem que isso represente sinal de vergonha. No entanto, a agremiação apresenta graus diferentes de hierarquia de acordo com o julgamento daquele que seguem. É grande a disputa dos seguidores pelo primeiro lugar ao lado do chefe, e também grande é a disputa entre os chefes para se firmarem como o séquito mais numeroso e enérgico. Traz dignidade e poderio estar rodeado por um grande grupo de jovens: a glória na paz e a defesa na guerra (*in pace decus, in bello praesidium*). Aquele cujo séquito se destaca não só entre seu gente (*gens*), mas também sobre as tribos (*civitas*) vizinhas, tem renome e glória⁴³⁵.

Em seguida, o autor delimita o núcleo da relação chefe-seguidor: “*defendê-lo é sua missão [...] os chefes lutam pela vitória, o séquito pelo chefe*”⁴³⁶. Dessa maneira, o *comitatus* nada mais era que o bando de guerra (*warband*) sujeito ao comando de um chefe, seu braço armado. Uma das teorias quanto às suas origens sustenta que os séquitos podem ter surgido como grupos oriundos de guerreiros que se juntavam esporadicamente ao redor de uma liderança comum para realizar um objetivo, um trabalho específico, como saquear a aldeia vizinha, e que depois seus membros se dispersavam novamente para usufruírem os frutos da empreitada. Contudo, com o passar do tempo, essas agremiações foram se tornando cada vez mais estáveis e se disseminando pelo *barbaricum*, transformando-se em um organismo social pujante e típico das sociedades germânicas em geral⁴³⁷. O elo entre o chefe e seus seguidores era selado por meio de um juramento de fidelidade. A partir de então, o seguidor sujeitava-se ao compromisso formal de lutar em seu nome e, em contrapartida, dele recebia benefícios que lhe proporcionavam um estilo de vida confortável se comparado ao do restante da população. Era um trabalho em regime de dedicação exclusiva, ele não realizava outras atividades nas aldeias e campos.

Tácito inclusive censura a maneira como os guerreiros se entregavam à ociosidade quando não estavam em guerra, relegando as tarefas domésticas a mulheres, crianças e inválidos. Recebiam pela “*generosidade do líder*” (*principis sui liberalitate*) o cavalo e o armamento que utilizavam em combate, além da comida do dia a dia. Em um universo pouco ou nada monetizado, onde as moedas não eram utilizadas em larga escala como valor de troca, esse era seu salário (*stipendium*). Para remunerar seu bando, o chefe distribuía os resultados dos butins e pilhagens. Porém, sobretudo em períodos de paz, precisava se valer de uma fonte estável de riquezas, e para isso talvez utilizasse os tributos que recebia das diversas famílias sujeitas à sua autoridade. Sem falar expressamente em tributo, conta-se em *Germânia* que era esperado dos aldeões que entregassem parte de suas colheitas ou rebanhos aos chefes para “cobrir suas (do chefe) necessidades” (*etiam necessitatibus subvenit*)⁴³⁸.

Comitatus é uma palavra do latim. Em um estudo dedicado a identificar as terminologias utilizadas pelos próprios povos germânicos em suas respectivas línguas para expressarem o vínculo existente entre o chefe e seus seguidores, Lindow conclui, no caso específico dos godos, que não possuímos evidências suficientes para detectar termo ou expressão equivalente em gótico. Para outros povos foram identificadas as palavras **druhti* (inglês antigo) e **drótt* (escandinavo). Precisamos compreender que Tácito escreveu *Germânia* no século I, antes do período das migrações (300-800). Podemos presumir que os godos — ou os elementos tribais que no futuro dariam origem a eles — possuíam um modelo de *comitatus* que seguia em linhas gerais o retrato desenhado pelo historiador. No entanto, tervíngios e grutungos nos são conhecidos apenas a partir dos anos 250, quando suas sociedades já haviam sido profundamente reorganizadas ao longo das fronteiras do Império Romano, e muitas de suas instituições passado por mudanças estruturais⁴³⁹. Como vimos, estamos falando de um momento em que as tribos germânicas não eram mais tão divididas e fragmentárias como durante os séculos I e II. Haviam se transformado em grandes confederações tribais; os grutungos, em um verdadeiro império que absorveu vários povos menores. Seus exércitos haviam se tornado maiores e mais bem treinados, algo que pode ser considerado um meio-termo entre um simples bando guerreiro e um exército regular ou profissional. E é aqui que surge um outro conceito, o de *harjis*.

O *harjis* era o exército tervíngio. Normalmente, era composto por um número relativamente limitado de guerreiros bem treinados e equipados que compunham suas unidades de elite, *la crème de la crème*. Esse pequeno grupo era chamado pelos autores antigos por nomes que insinuam alguma nobreza. Eunápio refere-se a eles como os *optimatoi* (οπτιμάτοι), o correspondente em grego antigo do latim *optimates*⁴⁴⁰. Desse modo, podemos inferir que representassem uma aristocracia guerreira, talvez não no sentido literal de nobreza, mas pelo menos uma espécie de classe intermediária que possuía um padrão de vida mais elevado que o da população tervíngia em geral. Fontes avaliam os exércitos tervíngios de diferentes épocas na casa dos 3.000 a 5.000 homens, possivelmente o tamanho médio do grupo formado pelos *optimatoi*. Em *História Augusta* encontramos a informação de que o imperador Aureliano derrotou o chefe godo Canabaldo, cujas forças foram estimadas em 5.000⁴⁴¹. Marcelino conta que as lideranças godas despacharam uma força de 3.000 para apoiar a rebelião do usurpador Procópio⁴⁴². Isso somente para citarmos alguns exemplos. Em tempos de guerra, para engrossar as fileiras do seu exército, o *iudex* e os *reiks* subordinados a ele realizavam uma convocação voltada para os homens libertos — agricultores, artesãos, todos que estivessem em condição de pegar em armas contra o inimigo. Veremos mobilizações de grande escala durante a guerra civil travada entre os juízes Atanarico e Fritigerno e na resistência conduzida por Atanarico contra os hunos. Apesar dos vínculos étnicos que aproximavam os diversos grupos que viviam sob o pálio da cultura Cherniacove, é possível que algumas *kunja* não estivessem sujeitas à autoridade das duas grandes confederações godas, os tervíngios e os grutungos. Nesses casos, atuavam como corpos independentes, grupos armados liderados apenas pelos seus *reiks* imediatos. É o que apuramos por diversos relatos soltos na literatura dando conta de ataques godos de menor extensão contra as províncias do baixo Danúbio mesmo em épocas de aparente paz entre tervíngios e romanos. Nesse sentido, Marcelino reporta pilhagens de “*bandos predatórios godos*” (*praedatorii globi gothorum*) pela Trácia e Panônia durante o reinado de Valente⁴⁴³.

O exército godo não era uma enorme massa indivisa de guerreiros que lutava como um só grande bloco; era distribuído em unidades menores, cada uma chamada **hansa*, tal como os romanos dividiam suas legiões em coortes e

centúrias. Grosso modo, *hansa* era o bando ou companhia de guerreiros. Não sabemos por quantos homens era formada; as fontes nada dizem sobre seus números, que provavelmente variavam de povo para povo, isso se realmente contassem com quantitativo fixo⁴⁴⁴. A principal força do exército tervíngio estava em sua infantaria pesada. Seu típico guerreiro era equipado com um escudo (*scutum*), uma espada longa (*spatha*)⁴⁴⁵ e um saxo (*sachsum*). Saxo era o nome dado pelos romanos à adaga longa ou espada curta utilizada pelos povos germânicos como arma auxiliar. Em menor escala, é possível que também fizessem uso de franciscas⁴⁴⁶ e piques. Para proteção, os mais ricos poderiam contar com um elmo de ferro ou aço semelhante ao capacete de cume romano⁴⁴⁷, uma couraça lamelar⁴⁴⁸ e uma cota de malha que chegava aos joelhos. Geralmente lutavam com o apoio de cavaleiros armados com escudos e lanças, e os aliados taifalos compunham parte significativa dessas unidades montadas. Por outro lado, os grutungos passaram por um processo de “citização” (*scythization*) em contato com os povos da estepes da Eurásia, o que trouxe mudanças também para a maneira como combatiam, um modelo misto germânico-cita. Diferentemente dos tervíngios, o exército grutungo era formado principalmente por unidades de cavalaria pesada e de arqueiros montados⁴⁴⁹.

³⁸¹Tácito *Germania* 13.

³⁸²Tácito *Germania* 39.

³⁸³Tácito *Germania* 12.

³⁸⁴GAWI; BAURGS. In: OREL, Vladimir. *A Handbook of German Etymology*. Leiden: Brill, 2003. p. 129, 198.

³⁸⁵KUNI. In: LEHMANN, Winfred. *A Gothic Etymological Dictionary*. Leiden: E. J. Brill, 1986. p. 222.

³⁸⁶TODD, Malcolm. *Everyday Life of the Barbarians - Goths, Franks and Vandals*. London: B.T. Batsford LTD, 1972. p. 25-28.

³⁸⁷AM 31.16.1.

³⁸⁸Tácito *Annales* 12.29.

³⁸⁹REIKS. In: LEHMANN, Winfred. *A Gothic Etymological Dictionary*. Leiden: E. J. Brill, 1986. p. 283.

³⁹⁰THIUDANS. In: LEHMANN, Winfred. *A Gothic Etymological Dictionary*. Leiden: E. J. Brill, 1986. p. 361-362. *Thiudans* (*þiudans*) deriva de *thiuda* (*þiuda*), palavra gótica para “povo”.

³⁹¹AM 27.5; WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 94-95.

³⁹²AM 27.5; WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*.

³⁹³Tácito *Germania* 12.

³⁹⁴TODD, Malcolm. *Ibidem*, p. 24 e 26.

³⁹⁵WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 94-95.

³⁹⁶Tácito *Germania* 11.

³⁹⁷Eusébio *Vit. Const.* 3.6-9.

³⁹⁸Nos textos latinos, aparece como *Theophilus Gothiae*; SCHÄFERDIEK, Knut. Ulfila and the so-called 'Gothic' Arianism. In: BERNT, Guido; STEINACHER, Roland. *Arianism: Roman Heresy and Barbarian Creed*. Farnham: Ashgate, 2014. p. 46.

³⁹⁹A disputa logo arrastaria os filhos de Constantino para uma primeira crise política. O bispo Atanásio de Alexandria, adepto do credo niceno, havia sido exilado em 336 a mando de Constantino depois de se envolver em um conflito com Eusébio de Nicomédia e Metelo de Licópolis. Porém Constantino II revogou sua condenação quando assumiu o ocidente e permitiu o retorno do clérigo ao Egito. Em reação, Constâncio II, que detinha o controle das províncias orientais e consequentemente do Egito, renovou o banimento de Atanásio em 338 e instalou o bispo ariano Gregório da Capadócia na sede episcopal de Alexandria. A situação desgastou a relação dos dois irmãos (SALZMAN, Michele. Religious Koine and Religious Dissent in the Fourth Century. In: RUPKE, Jorg. *A companion to Roman Religion*. Malden: Blackwell Publishing, 2007. p. 118).

⁴⁰⁰KULIKOWSKI, Michael. *Imperial Tragedy*. From Constantine's Empire to the Destruction of Roman Italy. AD 363-568. *Ibidem*, p. 19-23; PELIKAN, Jaroslav. *The Christian Tradition – A History of the Development of Doctrine*. Chicago: Chicago University Press, v. 1, 1971. p. 209-210.

⁴⁰¹WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 106-107; Heródoto 4.73-65. Ao falar sobre as cerimônias e rituais funerários praticados pelos citas, Heródoto explica que o corpo do falecido era colocado em uma carroça, levado à casa de algum familiar ou amigo próximo e que um banquete era oferecido em sua homenagem. O cadáver recebia o mesmo alimento que os convivas. Encerrado o banquete, o corpo era enterrado e os presentes passavam por um processo de purificação. Primeiro, banhavam-se com unguento; em seguida, entravam em uma pequena tenda montada com três varas que se inclinavam umas sobre as outras, cobertas com tecidos de lã, onde pedras incandescentes colocadas sobre um escafé queimavam sementes de cânhamo, incensando o ar. O cânhamo era uma planta comum na região, utilizada para fabricação de tecidos, mas que assim como a maconha apresenta em sua composição o *tetrahidrocanabinol* (THC).

⁴⁰²TODD, Malcolm. *Ibidem*, p. 123-125. Em *Anais*, Tácito conta que no ano 58 uma guerra eclodiu entre catos (*chatti*) e hermúnduros (*hermunduri*). Nela, os dois lados consagraram “*homens, cavalos e tudo o que fosse encontrado* (do inimigo)” aos deuses Marte e Mercúrio. O historiador provavelmente se referia a Tuisto e Odin, respectivamente (Tácito *Annales* 13.57).

⁴⁰³Tácito *Germania* 2; TODD, Malcolm. *Ibidem*, p. 124-127.

⁴⁰⁴*Ibidem*.

⁴⁰⁵Tácito *Germania* 2 e 9.

⁴⁰⁶Estrabo *Geo.* 7.2.3. Ao comentar uma vitória dos cimbros sobre os romanos durante a Guerra Cimbra (113-101 a.E.C.), Osório assim descreve a cena que sucedeu à batalha: “*De todo o exército, conta-se que apenas dez homens sobreviveram. Esses homens relataram a triste notícia e, assim, aumentaram a angústia do povo. Tendo tomado posse de ambos os campos e de uma enorme quantidade de despojos, o inimigo, por alguma maldição estranha e incomum, destruiu completamente tudo o que havia capturado. As roupas foram cortadas e espalhadas, ouro e prata foram jogados no rio, as couraças dos homens foram despedaçadas, os arreios dos cavalos foram arruinados, os próprios cavalos foram afogados em redemoinhos, e os homens, com laços amarrados ao pescoço, pendurados em árvores. Assim, o conquistador não realizou nenhum saque, enquanto o conquistado não obteve misericórdia*” (Osório *Hist. Ad.* Pag. 5.16.4-6).

⁴⁰⁷TODD, Malcolm. *Ibidem*, p. 110; Para penalidades cruéis em casos de crimes, Tácito *Germania* 12.

⁴⁰⁸Tácito *Germania* 10. A adivinhação com base na observação de pássaros (*ornithomanteia*) e outros animais também era comum entre os romanos. Em verdade, a adivinhação era praticamente uma atividade romana institucionalizada e se dividia nas seguintes modalidades: (a) *ex avibus*, interpretação do voo e dos sons dos pássaros propriamente ditos; (b) *ex tripudiis*, interpretação do comportamento dos pássaros domésticos; (c) *ex quadrupedibus*, interpretação do comportamento de animais como cavalos e lobos; (d) *ex caelo*, interpretação de sinais vindos do céu, como trovões e raios; e (e) *ex diris*, interpretação dos demais fenômenos tidos como anormais (GOLDHAHN, Joakim. *Birds in the Bronze Age: A North European Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019. p. 53-70).

⁴⁰⁹Tácito *Germania* 8; *PIR* V 220 e I 264.

⁴¹⁰Dião Cássio *Hist. Rom.* 67.5.3; *PIR* M 359 e G 72.

⁴¹¹Óstraco (*ostrakon*) é um fragmento de cerâmica utilizado para anotações, geralmente na forma de um pedaço cortado de vaso. Foi utilizado pelos gregos como cédula de votação.

⁴¹²SB 3.6221; WALUS. In: LEHMANN, Winfred. *A Gothic Etymological Dictionary*. Leiden: E. J. Brill, 1986. p. 393.

⁴¹³WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 106.

⁴¹⁴Ascólio *Passio* 3.1-2.

- ⁴¹⁵ Sozomeno 6.37.
- ⁴¹⁶ TODD, Malcolm. *Ibidem*, p. 128-129.
- ⁴¹⁷ Jordanes *Get.* 13.78.
- ⁴¹⁸ Suetônio *Divus Augustus* 97.
- ⁴¹⁹ ANSES. In: LEHMANN, Winfred. *A Gothic Etymological Dictionary*. Leiden: E. J. Brill, 1986. p. 38-39.
- ⁴²⁰ HALIURUNNAS. In: LEHMANN, Winfred. *A Gothic Etymological Dictionary*. Leiden: E. J. Brill, 1986. p. 174.
- ⁴²¹ Jordanes *Get.* 24.121-122.
- ⁴²² Tácito *Germania* 5.
- ⁴²³ Tácito *Germania* 15.
- ⁴²⁴ TODD, Malcolm. The Early Germans. *Ibidem*, p. 76-80.
- ⁴²⁵ Espécie extinta de bovino selvagem.
- ⁴²⁶ *Ibidem*.
- ⁴²⁷ Tácito *Germania* 5. Essa visão de uma Europa Central dominada por um cenário de florestas cerradas é contestada por alguns pesquisadores modernos. Steuer, por exemplo, propõe que apenas 30% da Germânia era coberta por florestas, uma proporção semelhante à que temos hoje. (STEUER, Heiko. *Germanen aus Sicht der Archäologie: Neue Thesen zu einem alten Thema*. Berlin: De Gruyter, 2021. p. 1.273).
- ⁴²⁸ TODD, Malcolm. Everyday Life of the Barbarians. *Ibidem*, p. 34-36.
- ⁴²⁹ César *Commentarii de Bello Gallico* 6.22.
- ⁴³⁰ TODD, Malcolm. The Early Germans. *Ibidem*, p. 79-80.
- ⁴³¹ César *Commentarii de Bello Gallico* 6.22.
- ⁴³² Período de interrupção das culturas para que o solo recupere nutrientes.
- ⁴³³ Tácito *Germania* 26.
- ⁴³⁴ Tácito *Germania* 25.
- ⁴³⁵ Tácito *Germania* 13.
- ⁴³⁶ Tácito *Germania* 14.
- ⁴³⁷ TODD, Malcolm. *Ibidem*, p. 24.
- ⁴³⁸ Tácito *Germania* 14-15.
- ⁴³⁹ LINDOW, John. *Comitatus, Individual and Honor – Studies in North Germanic Institutional Vocabulary*. Berkeley: University of California Press, 1975. p. 40.
- ⁴⁴⁰ Olimpíodoro Fr. 9.
- ⁴⁴¹ *Hist. Aug.* Aureliano 22.
- ⁴⁴² AM 26.10.3.
- ⁴⁴³ AM 26.4.5.
- ⁴⁴⁴ HANSA. In: LEHMANN, Winfred. *A Gothic Etymological Dictionary*. Leiden: E. J. Brill, 1986. p. 177.
- ⁴⁴⁵ Vimos que Tácito fala em espadas curtas, mas os godos se adaptaram a modelos mais longos com o tempo.
- ⁴⁴⁶ Tipo de machado.
- ⁴⁴⁷ Capacete de cumee (*ridge helmet*) é o modelo de casco utilizado pelo exército tardo-imperial formado por duas metades unidas por uma primeira banda que corria da testa à nuca e uma segunda que seguia pelas bordas laterais. Para permitir a visão do combatente continha um detalhe em curva sobre cada olho.
- ⁴⁴⁸ Armadura frontal construída com pequenas placas retangulares, as lamelas, que são atadas umas às outras em fileiras horizontais.
- ⁴⁴⁹ RICHARD, Gabriel. *Soldiers' Lives through History - The Ancient World*. Westport: Greenwood Publishing Group, 2007. p. 268-269.

CAPÍTULO IV

GODOS E CONSTANTINOS

4.1 *Interregnum*

A vitória de Aureliano sobre Canabaldo pode não ter dado início a “séculos de paz”, como sugeriu Marcelino, mas ao que tudo indica assegurou pelo menos 50 anos de relativa tranquilidade entre godos e romanos. Apesar de alguns confrontos menores serem reportados para as décadas de 270 a 320, o período, que foi apelidado pelos historiadores como *interregnum*, permaneceu sem maiores conflitos de larga escala como os vividos nas décadas anteriores. Para os godos, foi um momento de expansão territorial sobre povos bárbaros vizinhos, de consolidação de uma posição de dominância na margem norte do baixo Danúbio. E é aqui que a terminologia *tervingi* — ou, por vezes, *tervinghi* — passa a ser amplamente empregada pelos autores romanos para designar o conjunto de tribos godas que fixava sua base territorial na Valáquia, região da Romênia que compreende parcela considerável da antiga província da Dácia Trajana. Por outro lado, embora Trebélí Polio mencione os *greuthungi* durante o governo de Cláudio II, a citação é feita no mesmo comentário em que apresenta os *austrogothi* (ostrogodos) e os *visi* (visigodos), referências claramente anacrônicas para a época⁴⁵⁰. Portanto, um registro nada confiável. O que queremos pontuar é que a presença dos tervíngios como um subgrupo ou ramo específico dos godos se torna cada vez mais clara na virada do século III para o IV, mas esse processo não ocorre exatamente na mesma velocidade com os grutungos, uma consequência natural do menor nível de interação entre os romanos e os povos mais distantes do entorno do Mar Negro.

Em 275, enquanto estava a caminho do oriente para uma campanha punitiva contra os sassânidas, a fim de vingar a humilhante derrota de Valeriano na Batalha de Edessa, Aureliano morreu na Trácia, vítima de uma conspiração promovida pelos seus oficiais⁴⁵¹. A maneira como a sucessão ocorreu é confusa, e ao que parece Senado e exército demoraram alguns meses delegando um ao outro a tarefa de escolher um substituto para o cargo. O Senado, por presumir que as legiões não aceitariam um político de carreira; o

exército, por reacear que a indicação do sucessor pudesse ser interpretada como um reconhecimento tácito de culpa pelo assassinato do carismático imperador. Em algum momento, o senador e ex-cônsul Tácito foi finalmente aclamado, mas morreu pouco depois, em junho de 276⁴⁵². Em seguida, seu prefeito pretoriano e irmão, Floriano, foi aceito no ocidente, mas as províncias do Egito, Síria, Palestina e Fenícia escolheram Probo. Estamos falando de outro comandante do oriente, mais um general produzido na Ilíria⁴⁵³, não de Tenagino Probo, o prefeito do Egito de Cláudio II que derrotou os godos em batalha naval. No embate entre os dois, Probo derrotou Floriano por volta de setembro de 276⁴⁵⁴ e governou por seis anos, mas foi deposto em um motim das tropas estacionadas em Ferrata, cidade próxima a Sirmio, e substituído por Caro, seu prefeito pretoriano e partícipe da conspiração⁴⁵⁵. Caro e seus filhos, Carino e Numeriano, elevados a coimperadores, administraram o império até a ascensão de Diocleciano em 284, o grande reformador.

Dissemos que a vitória de Aureliano sobre Canabaldo proporcionou um período de trégua para os godos, pelo menos com os romanos, mas que isso não significou necessariamente uma completa ausência de conflitos. Apesar de não terem representado grande risco ao império, alguns confrontos foram suficientemente expressivos a ponto de mobilizarem o exército imperial em socorro às unidades das fronteiras. Zósimo conta que durante o governo de Tácito, “*os citas cruzaram o Lago Meótis (Mar de Azove) e incursionaram pelo Ponto e pela Cilícia*”, regiões da Anatólia, mas o imperador enviou Floriano para repeli-los, tarefa que o irmão aparentemente cumpriu sem muita dificuldade⁴⁵⁶. O comentário tem sido interpretado como um possível ataque godo — não dos tervíngios derrotados por Aureliano, mas daqueles que gradativamente se transformavam na ramificação dos grutungos. Pela vitória, Tácito também recebeu o título concedido a Cláudio II e Aureliano; uma inscrição datada de 276 se refere ao imperador como “GHOTYCVS MAXIMUS”⁴⁵⁷. Uma segunda inscrição contendo os dizeres “DOMINO ORBIS ET PACIS”, atribuindo a Tácito algum mérito pela paz, tem sido igualmente associada a essa vitória sobre os godos. A correlação é razoável sobretudo se considerarmos o quão breve foi seu governo⁴⁵⁸. Algo semelhante ocorre com Probo. A literatura alude a diversas vitórias do imperador sobre povos bárbaros sem citar expressamente os godos. Zósimo, por exemplo, afirma que Probo “*obteve várias vitórias sobre os bárbaros em duas guerras*” — uma

que conduziu pessoalmente, outra que delegou a um subordinado —, mas ressalta que “*o imperador terminou várias outras (guerras)*”, entre elas uma com os lúgios⁴⁵⁹. Malgrado o silêncio dos autores da época quanto aos godos, uma inscrição encontrada na Gália Narbonense e datada de 279 se refere a Probo como “GOTHICUS MAXIMUS”; outra lapidada em mármore de 277 utiliza a palavra “GYTHICO”⁴⁶⁰. Duas outras da Hispânia indicam vitórias do imperador sobre tribos germânicas e godas sem apresentar maiores detalhes⁴⁶¹. Esse conjunto de informações nos permite conjecturar que talvez Probo tenha partido para uma campanha nos Bálcãs contra os godos logo após vencer Floriano na Anatólia em 276; pelo menos sua presença é atestada em Sirmio em maio de 277 pelo Código de Justiniano⁴⁶².

Poucas são as fontes sobre os governos de Caro, Carino e Numeriano. Sobre confrontos com povos estrangeiros, *História Augusta* limita-se a afirmar que Caro derrotou bandos sármatas que ameaçavam não só as províncias da Trácia e Ilíria, mas também a Itália. Flávio Vopisco estima as baixas sármatas em 16.000 homens e diz que outros 20.000 foram escravizados, entre homens e mulheres, e Caro obteve o título de *Germanicus Maximus* pela vitória⁴⁶³. Nenhuma guerra contra os godos é registrada para o período. Com a morte de Caro e Numeriano, Diocles, então comandante dos protetores domésticos (*protectores domestici*) — corpo de cavalaria de elite ligado diretamente ao imperador —, é elevado pelo oficialato de Numeriano e muda seu nome para a forma mais latinizada *Diocletianus*. Traído por suas próprias tropas, Carino é finalmente deposto na Batalha de Margus em julho de 285⁴⁶⁴. Dando início ao seu modelo de governança conjunta, Diocleciano nomeou Maximiano como César ainda em 285, encarregando-o da *pars occidentis* enquanto ele mesmo se ocupou do *orientis*.

No final do século III, povos sármatas como os iáziges, agaragantes (*agaraganti*) e roxolanos (*roxolani*) também expandiram seus domínios sobre áreas que hoje compreendem as planícies húngaras, região do Banato, pressionados pelo norte por vândalos e pelo nordeste por godos e gépidas. A aproximação desses grupos acendeu um novo alerta para as autoridades do império e Diocleciano determinou a construção de um conjunto de melhorias nas fortificações do Danúbio⁴⁶⁵. Alguns desses grupos requereram ao imperador que lhes desse apoio militar para retomar territórios da margem norte por eles perdidos para tribos vizinhas ou mesmo que fossem assentados

como colonos pelos romanos em terras das províncias. Diocleciano não acolheu nem um, nem outro pedido, e a recusa levou o império ao confronto aberto com as várias tribos sármatas. O imperador cruzou para a *ripa sarmatica* com o exército imperial⁴⁶⁶ e liderou pessoalmente uma campanha para pacificar a região, porém, embora tenha sido vitorioso, os resultados da expedição não foram suficientes para dar um fim definitivo ao conflito e novas campanhas foram realizadas durante as décadas de 280 e 290, algumas conduzidas por Maximiano. Em razão delas, Diocleciano chegou a receber por quatro vezes o título de *Sarmaticus Maximus*. Os autores antigos não conferem muito destaque às guerras romano-sármatas do período, pelo menos não conforme a dimensão que aparentemente tiveram; com efeito, moedas da época sugerem que somente durante o governo de Diocleciano os romanos realizaram pelo menos sete campanhas em territórios sármatas, número significativamente superior às operações conduzidas na *ripa gothica*. Uma curta referência no oitavo dos 11 panegíricos latinos sugere uma ofensiva também contra os carpos (*próxima illa ruina carporum*)⁴⁶⁷. Como veremos mais à frente, Valente foi o imperador que liderou o maior número de missões pela *Gothia*, e aqui estamos falando um total de três campanhas entre 367 e 369. Seja como for, o que nos interessa nas guerras romano-sármatas é uma de suas consequências, o assentamento de uma imensa população estrangeira derrotada como colonos em terras do império, precedente que influenciará profundamente a política imperial para os bárbaros nas décadas seguintes⁴⁶⁸. Nesse meio-tempo, mais ao leste, ocorre a guerra entre tervíngios e taifalos contra as tribos vândalas, mas não só. Mamertino menciona vagamente uma vitória goda sobre os burgúndios: “os godos derrotaram completamente os burgúndios” (*gothi burgundos penitus excidunt*)⁴⁶⁹. Nada mais sabemos sobre o assunto.

A diarquia transformou-se em tetrarquia durante os anos 290. Diocleciano elevou Maximiano a Augusto e proclamou Galério, renomado general que havia construído sua carreira nos governos de Aureliano e Probo, seu novo César. Em um movimento paralelo, Maximiano, agora Augusto, apontou seu prefeito pretoriano Constâncio Cloro como seu César⁴⁷⁰. Por alto, Diocleciano recebeu as províncias do extremo oriente, Galério, os Bálcãs, Maximiano, a Itália, África e Hispânia e Constâncio, a Gália e Britânia. Para estreitar os laços e construir uma cadeia sucessória estável, os imperadores seniores adotaram

os juniores, que se divorciaram de suas respectivas esposas e se casaram com Valéria e Teodora, filhas de Diocleciano e Maximiano⁴⁷¹. Dois Júpiteres e dois Hércules. Como temos pontuado, o formato era uma tentativa de resolver uma série de problemas simultâneos. Primeiro, a divisão do império em quatro grandes distritos administrativos permitiria que cada imperador conferisse maior atenção aos assuntos regionais e locais. Cada *princeps*, agora *dominus*, poderia conduzir pessoalmente as operações militares de sua área sem precisar delegá-las a subordinados, dificultando os generais de aproveitarem os louros de suas vitórias para lançarem suas próprias aventuras pelo trono. E se, por fim, um usurpador conseguisse derrubar o imperador, teria que enfrentar a reação dos outros três. Em outras palavras, o imperador agora estava mais próximo.

O distrito de Galério compreendia as províncias da Panônia, Ilíria, Mésia e Trácia. Portanto, ele foi quem ficou inicialmente encarregado de administrar a relação do império com os godos e as demais tribos do médio e baixo Danúbio. Em *Gética*, Jordanes afirma que os godos foram convocados pelo imperador para servir como *auxilarii* em mais uma guerra que os romanos travavam com os sassânidas⁴⁷². Sucessor de Artaxes I e filho de Sapor I, Narses I invadiu a Armênia em 295 ou 296 e moveu uma ofensiva para retomar os territórios cedidos para os romanos por um tratado firmado em 287. Um ano depois, em 296 ou 297, o exército imperial sofreu uma grande derrota na Batalha de Carras (Harã, Turquia). Não se sabe se Diocleciano estava presente na ocasião, mas a versão oficial foi clara: Galério assumiria a culpa pelo desastre. Após a derrota, no percurso de retorno para Antioquia, Diocleciano ordenou que seu César seguisse a pé e vestido em trajes púrpuras quilômetros à frente de sua carruagem; era uma maneira de humilhá-lo publicamente e mostrar a todos quem havia sido o responsável pelo fracasso⁴⁷³. Se o comentário de Jordanes sobre a participação goda no conflito estiver correto, corrobora a tese de que os tervíngios podem ter celebrado um *foedus* com os romanos logo após a vitória de Aureliano ou em algum momento do *interregnum*. Partindo dessa premissa, Heather defende inclusive que a corte de Galério pode ter sido uma grande patrocinadora da dinastia tervíngia⁴⁷⁴.

Historiadores divergem sobre uma ou mais possíveis vitórias de Diocleciano sobre os godos. O que possuímos de concreto se resume a um curto comentário de Lactâncio, segundo ele, provinciais teriam sido retirados

de suas casas pelos godos no vigésimo ano do reinado de Diocleciano, isto é, em 304, mas o autor não apresenta qualquer outra informação sobre o episódio⁴⁷⁵. Em sentido contrário, no Édito Máximo, legislação de 301 que trouxe medidas para conter a crise econômica, entre elas o tabelamento de preços de produtos e serviços, o imperador não assumiu expressamente o título *Gothicus*, em que pese tenha adotado os de *Germanicus*, *Sarmaticus*, *Persicus*, *Britannicus*, *Armenicus* e *Carpicus*⁴⁷⁶. Nessa mesma linha, uma inscrição parcialmente preservada apresenta tão só os de (PAR)THICUS, PERSICUS e SARMATI(CIS MAXIMIS)⁴⁷⁷. Apesar de godos e carpos serem frequentemente apresentados juntos pelos autores antigos, não devemos tomar *Carpicus* como um equivalente de *Gothicus*. Em se tratando de titulaturas imperiais, os romanos eram muito específicos ao se referirem a uns e outros. Percebamos, inclusive, como *Germanicus* e *Gothicus* aparecem sempre separados, não como se os godos estivessem incluídos entre os germânicos. Brennam propõe que a ausência do termo *Gothicus* pode estar relacionada ao fato de Galério se valer de auxiliares tervíngios durante a guerra com os sassânidas. Como eram importantes aliados à época, não seria de bom-tom ostentar eventual vitória sobre eles⁴⁷⁸. Porém voltamos aqui ao campo da especulação. Não há nenhuma evidência concreta de grandes confrontos entre godos e romanos durante o governo de Diocleciano.

4.2 Os godos durante a guerra civil de Constantino

Em uma cerimônia realizada no ano 305 na cidade de Nicomédia, Diocleciano anunciou sua abdicação. Essa era a primeira vez que um imperador romano renunciava voluntariamente ao trono. Ato contínuo, é acompanhado por Maximiano, que realizou o mesmo movimento. Galério e Constâncio foram então elevados ao ranque de Augustos enquanto Maximínio Daia e Flávio Severo foram apontados seus novos Césares. Contudo o modelo da tetrarquia não teria longa sobrevida; os membros do colégio imperial logo se envolveriam em uma série de conflitos internos pelo controle hegemônico do império, os quais resultariam em 324 na vitória de Constantino, filho de Constâncio, sobre todos os rivais. O império retornava ao comando de um só imperador⁴⁷⁹. Em 313, quando ainda compartilhava a administração com Licínio (308-324), Constantino publicou o Édito de Milão, legislação por meio da qual estabelecia que a corte adotaria uma postura religiosa neutra,

colocando fim às perseguições contra os cristãos. No entanto, em algum momento o próprio Constantino se converteu ao cristianismo, o primeiro imperador a fazê-lo⁴⁸⁰, e seu reinado foi marcado pela interferência de um governante nos assuntos da Igreja⁴⁸¹. A essa altura as comunidades cristãs já haviam se difundido por todo o império, a despeito do esforço feito por imperadores como Domiciano, Trajano, Sétimo Severo, Décio e o próprio Diocleciano para conter sua disseminação⁴⁸².

Uma inscrição encontrada na província da África Proconsular e datada de 315 atribui a Constantino o título de GOTICO MAX. Outra da Mauritânia cita o imperador como GOTH. MAX.⁴⁸³ para o ano 319. Como a literatura da época não menciona embates entre godos e romanos nesse intervalo, Wolfram apresenta duas possíveis explicações para as epígrafias. Uma primeira possibilidade seria Constantino ter assumido o título como uma espécie de homenagem a Cláudio II, que ficou conhecido pela vitória que obteve sobre os godos, com quem tentava conectar sua própria imagem. Não nos parece plausível; dificilmente um imperador romano assumiria uma titulatura dessa natureza sem um resultado concreto para apresentar ao público. Ainda que conferisse maior importância que a devida à vitória, era preciso uma vitória. A segunda hipótese soa mais razoável. Constantino acusou Licínio de ser o mandante de uma conspiração promovida pelo senador Bassiano e seu irmão, Senécio⁴⁸⁴, e a partir daí o relacionamento entre os dois imperadores se deteriorou rapidamente. Para agravar a situação, Licínio teria iniciado uma nova onda de perseguição contra os cristãos, que se ampararam em Constantino. Em *Anônimo Valesiano*⁴⁸⁵, fala-se inclusive que Licínio teria expulsado todos os funcionários cristãos do seu palácio. Os dois finalmente se enfrentaram na Batalha de Cíbalas (Vinkovci, Croácia), Panônia, em algum momento entre 314 e 316. Depois, na Batalha de Márdia (Harmanli, Bulgária), Trácia. Constantino saiu vitorioso dos dois combates. Nesse contexto, é possível que os godos estivessem alinhados a Licínio, imperador do oriente e com o qual naturalmente possuíam maior proximidade, e que tenham participado da guerra civil como federados. Uma ou mais vitórias de Constantino sobre esses auxiliares godos justificariam a assunção do título⁴⁸⁶.

Os imperadores chegaram a um compromisso. Para encerrar a guerra, Licínio cedeu a Constantino territórios situados na fronteira entre ocidente e oriente, isto é, a porção mais ocidental dos Bálcãs. Em linhas gerais,

permaneceu no controle apenas da diocese da Trácia, que incluía a província da Mésia Secunda⁴⁸⁷, e transferiu as da Panônia e Mésia Prima para o adversário. Constantino então se instalou na antiga residência de Licínio em Sirmio e deixou seu filho, Júlio Crispo, encarregado de monitorar os movimentos de alamanos e francos na margem direita do Reno⁴⁸⁸. Porém não demoraria para que as hostilidades entre os dois imperadores fossem renovadas. Licínio passou o ano de 318 combatendo os sármatas. Em 321 foi a vez de Constantino; grupos sármatas atacaram seus novos territórios nos Bálcãs, provavelmente incursionando por algum ponto da Mésia, e Constantino partiu com o exército de escolta para repeli-los. No entanto, os invasores atravessaram em fuga a divisa com a Trácia antes de cruzarem o Danúbio, e o imperador seguiu em perseguição aos bárbaros por regiões que tecnicamente estavam sob controle de Licínio, que, por sua vez, compreendeu o trespasse como uma violação do tratado celebrado anos antes. Afinal, estando os sármatas em sua área, era ele quem deveria combatê-los. O episódio elevou novamente as tensões entre os dois imperadores e Licínio decidiu retirar os contingentes que possuía na Trácia para a Anatólia, onde conseguiria estabelecer melhor posição defensiva caso Constantino decidisse atacá-lo. A retirada dessas unidades provocou um esperado esvaziamento das guarnições do baixo Danúbio, movimento que foi percebido pelos godos, que aproveitaram a ocasião para se lançar contra o império em uma nova ofensiva⁴⁸⁹.

Os godos passaram o ano de 323, talvez também o final de 322, atacando as províncias dos Bálcãs. Segundo a narrativa apresentada em *Anônimo Valesiano*, Constantino estava em Tessalônica quando os bárbaros “*romperam as negligenciadas fronteiras do império*” (*neglectos limites*) e avançaram sobre a Mésia e a Trácia. Mais uma vez, o imperador reuniu o exército de escolta e partiu para o confronto. O texto não indica locais e datas de possíveis batalhas, mas conclui que os invasores foram apossados pelos romanos até que finalmente decidiram se render “*por temor a Constantino*” (*Constantini terrore*). Os lados envolvidos firmaram uma trégua, e os prisioneiros romanos feitos enquanto os bárbaros devastavam o interior do país foram libertados⁴⁹⁰. A invasão também é mencionada brevemente pelo poeta Publílio Otaciano Porfírio em um de seus poemas, *Carmina*, mas sem apresentar informações adicionais⁴⁹¹. Um comentário de Zósimo tem sido alvo de diferentes interpretações por

historiadores modernos. Segundo o autor, tribos “*que habitavam regiões próximas ao Lago Meótis atravessaram o Ister em barcos e pilharam seus* (de Constantino) *territórios*”⁴⁹². Como vimos, Meótis é o nome dado pelos romanos ao Mar Negro; Ister é como chamavam o Danúbio. Na passagem, Zósimo não faz referência aos godos, ao contrário, em outra passagem atribui aos *sauromatae* a responsabilidade pelo ataque. Considerando a literalidade do trecho, entre os estudiosos há quem defenda que o mencionado conflito esteja relacionado às incursões sármatas dos anos anteriores, porém outros defendem que haja uma possível conexão com os godos e que Zósimo talvez tenha trocado uns pelos outros. Antes de comentarmos essas diferentes posições, vejamos o que diz o próprio autor.

Os invasores, liderados por um chefe chamado Rausimodo, atacaram uma cidade “*que estava suficientemente protegida por uma expressiva guarnição*”. Embora a cidade contasse com um número apropriado de soldados para realizar sua defesa, apenas a parte superior da muralha que a circundava havia sido construída com pedra; sua base era de madeira. Percebendo a fragilidade da parte inferior, que servia de alicerce para toda a estrutura, os bárbaros planejaram atear fogo na parte de madeira para colapsar uma seção da muralha. Contudo enquanto colocavam o plano em execução, Constantino chegou de Sirmio (não de Tessalônica) com um exército de salvação. Os invasores lutavam contra a guarnição romana, que disparava das ameias flechas, dardos e pedras, quando foram surpreendidos com a aproximação dos reforços romanos. Aproveitando o fato de terem chegado por terreno elevado, o exército imperial entrou imediatamente no campo de batalha e os romanos infligiram pesadas baixas nas forças inimigas. Tendo perdido “*a maior parte do seu exército*”, Rausimodo reuniu os sobreviventes e iniciou uma corrida em direção ao Danúbio. Conseguiu realizar a travessia do rio, mas Constantino não interrompeu a perseguição. Avançando pela margem norte, os romanos derrotaram os bárbaros “*em um bosque espesso sobre uma colina onde haviam se refugiado*”. Rausimodo morreu durante a batalha, e o imperador retornou para seu quartel-general com um grande número de prisioneiros⁴⁹³.

Mócsy sugere que o local atacado fosse a *castra* Campona, fortificação próxima a Aquinco (Budapeste, Hungria). A tese ampara-se na menção feita por Otaciano em *Carmina* de que Constantino teria enfrentado ataques de

tribos bárbaras em três cidades, Campona, Margus (Požarevac, Sérvia) e Bononia (Bolonha)⁴⁹⁴. Se a localidade sugerida pelo arqueólogo estiver correta, isso elimina possíveis conexões entre o episódio narrado por Zósimo e os godos. Afinal, estaríamos falando de uma incursão pela Panônia, médio Danúbio, diocese que não guardava fronteira com os territórios tervíngios. Nesse sentido, uma lei de julho de 322 atesta a presença de Constantino em Savaria (Szombathely, Hungria), capital da Panônia Prima, uma das províncias da diocese da Panônia⁴⁹⁵. Por outro lado, conectando Zósimo e *Anônimo Valesiano*, Wolfram classifica Rausimodo e seus seguidores como godos e defende que o grupo aproveitou a retirada das guarnições de Licínio da *ripa gothica* para avançar sobre a Mésia ou Trácia. Diante da inércia de Licínio, que permaneceu na porção asiática dos seus domínios evitando um embate com o coimperador, Constantino encarregou-se de liderar a resistência romana. O historiador apresenta outra peça legislativa para corroborar a hipótese. Uma lei publicada por Constantino em abril de 323, ano em que ocorreram os ataques godos descritos em *Anônimo Valesiano*, porém sem indicação do local em que foi elaborada, estabeleceu que todos os cidadãos romanos que porventura colaborassem com os bárbaros ou participassem a qualquer título das pilhagens deveriam ser condenados à morte. E a ordem era clara — seriam queimados vivos (*vivus comburatur*)⁴⁹⁶. A legislação indica não só que vários romanos auxiliavam os bárbaros como que o exército imperial possivelmente enfrentava deserções em suas fileiras.

Em um artigo intitulado *De onde veio Rausimodo?*, o pesquisador tcheco Stanislav Doležal apresentou uma proposta de narrativa para resolver esse quebra-cabeça. Primeiro, Doležal chama a atenção para o fato de que no intervalo compreendido entre os anos 317 e 324 Constantino fixou residência ora em Sirmio, ora em Sérдика. *Anônimo Valesiano* é o único texto que menciona expressamente um conflito com os godos durante o período e afirma categoricamente que o imperador estava em Tessalônica quando atravessaram o *limes*. A presença de Constantino é documentada na cidade por meio de uma lei datada dos primeiros meses de 323, entre fevereiro e abril, não antes disso⁴⁹⁷. Além do mais, diferentemente da versão sustentada por alguns historiadores, nada indica que as invasões sármatas tenham se limitado a 322. As minas imperiais cunharam moedas comemorativas com os dizeres “SARMATIA DEVICTA” ou somente “SARMATIA” pelo menos até 323. Em

outras palavras, o conjunto de ataques pode ter se estendido pelos dois anos⁴⁹⁸. Seguindo essas premissas, Doležal propõe que Constantino tomou para si a iniciativa, mobilizou o exército de escolta em Tessalônica e partiu para a província da Trácia ou Mésia Secunda com a missão de repelir a invasão goda. Isso na primavera de 323. Enquanto isso, Licínio preparava-se para a guerra com o adversário reunindo suas forças na margem asiática do Helesponto. Algum tempo depois, em uma nova invasão sármatas pela Panônia, estando os sármatas sob a liderança de Rausimodo, Constantino infligiu aos bárbaros uma primeira derrota em território romano, atravessou o Danúbio e perseguiu o grupo em direção ao leste até alcançar as imediações da foz do rio no Mar Negro. Ao cruzar as fronteiras de Licínio para combater os godos e, depois, percorrer territórios inimigos na margem norte até a foz do Danúbio, Constantino mostrava para o público romano e para os bárbaros quem agora ditava as cartas nos Bálcãs em nome do império⁴⁹⁹. Concluindo, para Doležal *Anônimo Valesiano* e Zósimo não se complementam, mas abordam dois conflitos diferentes, um godo e outro sármatas, os dois de 323.

Uma guerra civil havia se tornado inevitável. As incursões de Constantino pelos territórios de Licínio para combater godos e sármatas foram o estopim. Em uma nova rodada de confrontos, Licínio sofreu uma grave derrota naval na Batalha do Helesponto (324) e se viu obrigado a retirar os últimos contingentes que mantinha em uma espécie de cabeça de ponte na margem europeia do Bósforo. Essas unidades foram removidas de Bizâncio para Calcedônia. Não havia alternativa; tendo perdido a maior parte dos seus navios, essas guarnições remanescentes ficaram em uma posição extremamente vulnerável. Constantino poderia atacá-las por terra e cercá-las pelo mar, impedindo tanto o envio de reforços como uma possível retirada⁵⁰⁰. Meses depois, ainda em 324, Constantino obteve outra grande vitória sobre o rival na Batalha de Crisópolis (porção asiática de Istambul, Turquia), mas dessa vez o confronto seria decisivo. Estima-se que o exército do oriente subordinado a Licínio tenha sofrido cerca de 25.000 a 30.000 baixas. Em *Anônimo Valesiano*, conta-se que Licínio combateu em Crisópolis estando “*especialmente assistido*” (*maxime auxiliantibus*) por auxiliares godos comandados por um chefe chamado Alica, sobre o qual o texto não apresenta outras informações⁵⁰¹. Por outro lado, Constantino provavelmente contava com o apoio de auxiliares francos, já que Marcelino afirma que o imperador foi

apoiado durante a guerra civil pelo comandante franco Bonito⁵⁰². O ataque godo contra as províncias da Trácia e Mésia Secunda e o apoio de Alica a Licínio no intervalo entre 323 e 324, duas posturas claramente antagônicas, indicam que as tribos godas talvez não estivessem unificadas à época e que uma parte delas decidiu atacar o império, e outra apoiar Licínio. Ou que os godos se aliaram a Licínio após a derrota que sofreram nas mãos de Constantino.

Derrotado, Licínio rendeu-se. Constância, sua mulher e irmã do próprio Constantino, implorou a ele pela vida do marido. Em um primeiro momento, Constantino aparentemente acolheu a súplica da irmã e ordenou que o rival fosse exilado em Tessalônica, onde deveria seguir como um *privatus*, um cidadão comum. No entanto, algum tempo depois, percebendo que Licínio representaria um perigo em potencial enquanto permanecesse vivo, o imperador decidiu seguir a orientação dos seus conselheiros e o desejo das tropas, que pediam a cabeça do inimigo derrotado, e mandou executar Licínio⁵⁰³. Essa é a narrativa apresentada em *Anônimo Valesiano* e replicada pelos autores que abordam a saga de Constantino. Porém Jordanes apresenta uma versão ligeiramente diferente para os últimos dias de Licínio, acrescentando uma possível participação goda na sua execução. Sem fornecer maiores detalhes sobre o contexto, Jordanes diz apenas que, após enviá-lo para Tessalônica “*privado de todo poder*” (*privatum imperio*), Constantino convocou os godos para “*pegarem em armas contra seu (dos godos) associado Licínio*” (*contra cognatum ejus Licinium arma tulerunt*), e assim os bárbaros “*o assassinaram com a vitoriosa espada de Constantino*” (*Constantini victoris gladio trucidarunt*)⁵⁰⁴. O comentário de *Gética* não convence. Por quais razões Constantino encarregaria os godos da execução? Para que os antigos aliados de Licínio provassem que agora eram leais a ele? Licínio não era apenas um cidadão romano, era um ex-imperador. Podemos evocar a fúria de Júlio César ao tomar conhecimento de que os conselheiros do jovem faraó Ptolemeu XIII haviam assassinado Pompeu, então seu adversário, para compreendermos que dificilmente Constantino encarregaria um povo estrangeiro da execução de um imperador romano⁵⁰⁵. Mais uma vez, a versão de Jordanes provavelmente não passa de uma tentativa de associar os godos à imagem de Constantino, considerado um dos maiores imperadores que os romanos tiveram. Qualquer

que seja o caso, o imperador aparece poucos anos depois como *maximus Guth. victor* em um *rescriptum* imperial⁵⁰⁶.

4.3 Ariarico e Aorico

Sozinho no comando do império, Constantino pôde finalmente executar o plano de construção de uma nova capital para os romanos. O nome inicialmente concebido de Segunda Roma não pegou, e a população preferiu chamá-la de Constantinopla, a cidade do imperador. Consagrada apenas em 330, Constantinopla foi erguida sobre Bizâncio, hoje Istambul, Turquia. A antiga cidade foi praticamente demolida para ceder espaço à nova gigante. Sua posição na margem europeia do estreito de Bósforo assegurava não só o controle do trânsito entre ocidente e oriente, mas também o acesso do Mar Negro ao Mármara. Possuía um formato afunilado semelhante ao de uma península; ao sul, era contornada pelo Mármara; ao norte, pelo “Corno de Ouro” (*Khrysokeras*), um estuário de águas calmas que proporcionava as condições ideais para um porto. Uma larga corrente foi colocada na entrada desse estreito, pouco abaixo do nível do mar, para controlar a passagem de navios. Se o navio era inimigo, a corrente era levantada, impedindo o acesso. Esse mesmo formato afunilado ou triangular facilitava a defesa caso a cidade fosse atacada por terra. Como dois dos seus três lados estavam voltados para o mar, sobrava apenas um para concentrar a maior parte dos soldados da guarnição da cidade. Uma grande muralha com altas torres foi construída nessa pequena seção, enquanto os lados voltados para o mar e para o estuário receberam muros menores. Estamos falando da Muralha de Constantino, não das famosas Muralhas de Teodósio, que seriam construídas no início do século V por Teodósio II. Em síntese, Constantinopla representava uma forte posição militar e estratégica⁵⁰⁷. Jordanes tenta conferir algum crédito aos godos pela construção da nova capital, que nomeia como a “*rival de Roma*” (*aemula Romae*), afirmando que “*foi a ajuda deles (dos godos) que permitiu que (Constantino) a construísse*”. Referia-se tanto à suposta participação goda na execução de Licínio como ao fato de “*terem os godos entrado em federação com o imperador*” (*fædere inito cum Imperatore*). Falaremos em breve sobre esse novo tratado, o *foedus* de 332⁵⁰⁸.

A ascensão de Constantino representou um marco divisor para a religiosidade romana. O cristianismo havia se espalhado pelo império entre os

séculos I e III, mas só se tornará religião oficial em 380 com Teodósio I e o Édito de Tessalônica. Entretanto a conversão de Constantino, genuína ou não, representou um estímulo para novos adeptos e modificou o perfil daqueles que se convertiam. Deixava de ser uma religião restrita à plebe, às camadas mais baixas, à medida que o imperador passava a priorizar a indicação de convertidos para ocupar postos importantes da hierarquia civil e militar. Os que pretendiam construir carreiras públicas se viram obrigados a seguir o fluxo. Por volta do ano 300, a nova religião provavelmente já havia conquistado a maior parte da população falante do grego no oriente e atingido pelo menos uma minoria substancial dos latinos no ocidente⁵⁰⁹. Apesar de algumas poucas reações conduzidas por pagãos na tentativa de conter esse processo, entre elas um pacote de reformas do imperador Juliano, apelidado por isso de o Apóstata (361-363), a cristandade tornou-se uma realidade irreversível com Constantino. Em um futuro não muito distante, o cristianismo avançará para além das fronteiras do império, alcançando as comunidades persas e os povos do *barbaricum*. Trataremos adiante da conversão dos godos, o primeiro povo a aderir à fé de Cristo a partir de uma campanha missionária patrocinada pela própria corte de Constantinopla.

Constantino conduziu seu próprio projeto de fortificação das fronteiras com os sármatas no médio Danúbio, o *limes sarmatiae*. Para conter os iáziges, os romanos levantaram uma linha de valas (*vallum*) e elevações com obstáculos (*agger*) contornando a margem do rio Tisza, de Aquinco a Viminacio (Kostolac, Sérvia). Brigetio (Szőny, Hungria), Aquinco, Singiduno (Belgrado, Sérvia) e Viminacio passaram a contar com grandes fortalezas, e entre elas, seguindo essa mesma linha defensiva, fortes auxiliares menores serviam como quartéis para as tropas. Essa rede ficaria conhecida como o *Dique do Diabo* (*Devil's Dykes*)⁵¹⁰. Em contrapartida, mais ao leste a relação do império com os godos parecia melhorar substancialmente. Para além do relato não muito confiável de Jordanes, Aurélio Vítor conta que em 328 o imperador mandou construir uma grande ponte de pedra conectando a cidade de Esco, na margem sul, à fortaleza de Sucidava, uma cabeça de ponte na margem norte. Ligava-se assim a margem romana à goda (*ripae romana et gothica*). Não era uma ponte qualquer, era uma ponte de pedra, não removível senão com grande dificuldade, o que por si só demonstra certo nível de normalização das relações romano-góticas. Afinal, a mesma ponte utilizada pelos romanos

poderia facilitar uma possível incursão goda pela Mésia Inferior. O simples fato de ter sido mencionada por Aurélio Vítor indica como os romanos perceberam a importância da obra⁵¹¹.

Como temos assinalado, esse movimento de aproximação mostra que os conflitos que ocorreram durante o período do *interregnum*, entre os governos de Aureliano e Constantino, possivelmente não passaram de crises menores com alguns chefes e bandos godos específicos, e não guerras de larga escala como as que haviam ocorrido nos tempos de Décio, Galiano e Cláudio. Porém Constantino sabia como era incerta a dinâmica das relações com os bárbaros, tudo poderia mudar a qualquer momento. Além disso, agora era preciso proteger Constantinopla. Desse modo, o imperador conduziu por precaução um programa para atualização das defesas do baixo Danúbio semelhante ao realizado para conter os sármatas. Inspirado no modelo de Diocleciano⁵¹², quadriburgos foram construídos. Novas estruturas defensivas foram instaladas na região de confluência dos rios Prut e Siret com o Danúbio para impedir que as tribos da região chegassem ao Danúbio navegando pelos dois primeiros rios. Uma extensa linha defensiva paralela ao Danúbio, avançando cerca de 30 a 50 quilômetros na margem norte do rio, foi levantada de Dobreta ao Siret, cobrindo cerca de 125 quilômetros. Batizado *Parede de Constantino* (*Constantine's Wall*), o sistema compreendia um conjunto de valas de dois metros de profundidade seguidas por elevações de três metros de altura com paliçadas de madeira no topo. Em verdade, as primeiras evidências arqueológicas dessa linha datam do século I, mas Constantino e seus filhos resgataram o complexo com investimentos massivos. Essa barreira possuía claramente o objetivo de servir como uma primeira linha defensiva contra os godos. Curiosamente, artefatos típicos da cultura Cherniacove foram encontrados na zona intermediária que se estendia entre essas barreiras e o Danúbio, indicando que possivelmente uma população goda habitasse a área — talvez um ponto de parada no comércio entre as províncias e os territórios mais profundos da *Gothia*⁵¹³. Entre as obras mais importantes do período está a fortaleza de Dafne, outra cabeça de ponte, agora em território tervíngio, na margem oposta à cidade-fortaleza de Transmarisca (Tutrakan, Bulgária), mencionada por Procópio em *As Construções*⁵¹⁴.

Novos confrontos são registrados para os últimos anos da década de 320. Sem entrar em detalhes, o monge bizantino Teófanos, o Confessor, diz que

nesse período Constantino obteve uma grande vitória sobre “*germânicos, sármatas e godos [...], reduzindo-os à servitude*”⁵¹⁵. Por sua vez, Zósimo, depois de falar sobre a fundação de Constantinopla e mencionar uma série de palácios e edifícios levantados pelo imperador na nova capital, entre eles um enorme hipódromo, reporta uma ofensiva dos taifalos. Embora os taifalos fossem importantes aliados dos tervíngios — e vimos como haviam compartilhado os territórios abandonados da Dácia —, nenhuma referência direta é feita aos godos. Nas palavras de Zósimo, Constantino teria sido extremamente negligente ao reagir à crise. “*Enquanto perdia a maior parte das suas tropas e assistia aos inimigos saqueando tudo que encontravam pelo caminho, contentou-se (Constantino) em salvar a própria vida fugindo*”⁵¹⁶. O comentário oferece-nos algumas informações importantes, mas primeiro precisamos lembrar que Zósimo, aberto defensor das antigas tradições pagãs, não fez questão de esconder sua aversão pessoal ao primeiro imperador que se converteu ao cristianismo. Se há alguma verdade no comentário, o que podemos concluir é que a invasão dos taifalos foi grave o suficiente para que o exército encarregado da contraofensiva fosse liderado pessoalmente por Constantino, não por generais subordinados, e que aparentemente os romanos sofreram algum revés inicial antes de conseguirem expulsá-los das províncias. Qualquer que seja o caso, a ofensiva dos taifalos seria o prelúdio de uma guerra muito maior que estava prestes a eclodir.

Em 332 os godos atacaram os sármatas. Os chefes sármatas, não sabemos se iáziges, agaragantes ou roxolanos⁵¹⁷, talvez mais de um desses grupos, enviaram uma embaixada a Constantino pedindo ao imperador que interviesse. Pressionado a tomar partido entre sármatas e godos, Constantino ficou com os primeiros. Os romanos percebiam como os godos se firmavam como potência regional no baixo Danúbio, e a decisão de Constantinopla provavelmente teve como fundamento a necessidade de se manter a mesma distribuição de forças no setor, de impedir que absorvessem tribos vizinhas e formassem uma confederação ainda maior. Constantino então encarregou Constâncio II, seu filho mais velho, de conduzir uma expedição pela margem norte. Seria uma demonstração de força. A seção de *Anônimo Valesiano* dedicada ao assunto menciona o nome do chefe godo e do seu filho: Ariarico e Aorico, nessa ordem⁵¹⁸. Em que pese o texto também fazer expressa referência a Constâncio II, Doležal defende que foi Constantino quem liderou

pessoalmente a campanha, não o filho, que a essa altura contava com apenas 15 anos de idade. É possível que Constantino tenha levado Constâncio II para acompanhá-lo na campanha a fim de que adquirisse alguma experiência nos assuntos militares, mas que o jovem tenha permanecido na retaguarda enquanto o imperador comandava de fato o exército⁵¹⁹.

Ao receberem notícias de que os romanos se aproximavam, os godos ficaram aflitos. Constâncio II poderia limitar sua presença à *Sarmatia* para pôr fim aos ataques godos, mas poderia muito bem avançar sobre a *Gothia*. Assim, os godos decidiram tomar a iniciativa. Em uma ousada ofensiva, atravessaram o Danúbio e atacaram as províncias. As autoridades romanas foram pegas de surpresa. Constantino, a essa altura com cerca de 60 anos de idade, teve que reunir um exército e partir às pressas para socorrer os territórios atacados. O imperador residia em Constantinopla desde a fundação da cidade, mas sua presença é atestada no dia 12 de abril em Marcianópolis, onde provavelmente permaneceu durante toda a campanha monitorando a situação no baixo Danúbio⁵²⁰. Não possuímos informações sobre a composição das forças de cada lado, menos ainda sobre seus movimentos; o que sabemos é que o imperador conseguiu derrotá-los e que os godos atravessaram o rio novamente, dessa vez em fuga⁵²¹. Contudo, para que tenhamos uma breve dimensão do tamanho do exército romano à época, Treadgold estima que a porção oriental do império contava com cerca de 198 mil homens em 235 e que Diocleciano elevou esse número para 250 mil em 305. Constantino adicionou 3.500 *scholae* e possivelmente alguns milhares de soldados às legiões de limítanes estacionadas nas fronteiras. E talvez uma divisão inteira de *praesentales*, o exército imperial de escolta, o equivalente a 21 mil⁵²². Naturalmente o imperador não poderia dedicar todo esse efetivo para combater os godos sem comprometer a segurança das outras fronteiras. Todavia, como Licínio havia derrotado os sassânidas em 313 ou 314, à época não havia ameaça iminente no front oriental. Apenas em 337 romanos e persas voltariam a guerrear.

Em *Crônicas*, Jerônimo afirma que em 332 “os romanos derrotaram os godos no país dos sármatas”, o que nos permite concluir que, além de Constantino, Constâncio II também obteve vitórias sobre os godos durante sua expedição pela margem norte. Isso, claro, se partirmos da premissa de que Constâncio II partiu sem o pai para o confronto. A mesma informação é apresentada pela

Consularia Constantinopolitana, que adiciona: a vitória na margem norte ocorreu em 20 de abril⁵²³. Gibbon associa comentários feitos em *Sobre a Administração Imperial* à campanha de Constâncio II pela margem norte. De acordo com a obra, um manual político escrito pelo imperador bizantino Constantino VII Porfirogênito (913-959) com o objetivo de preparar seu filho, Romano II (959-963), para o trono, Constâncio II enviou legados ao Quersoneso, Península da Crimeia, para pedir que os quersonesos se juntassem aos romanos na guerra contra os godos. Nas palavras de Gibbon, a região “ainda conservava resquícios de uma colônia grega”, e seus habitantes “estavam dispostos a lutar contra eles pela memória das guerras que haviam travado no século anterior com forças desiguais”. O historiador refere-se naturalmente aos conflitos das décadas de 250 e 260 com os bosforianos. O pedido — ou convocação — foi aceito pelos quersonesos, e um magistrado chamado Diógenes mobilizou um exército para atacar o inimigo comum; a força reunida contava com unidades especiais de bigas e quirobalistas⁵²⁴. Vendo-se diante de uma guerra de dois fronts, com sármatas e romanos avançando pelo oeste e quersonesos pelo leste, os godos recuaram para as montanhas. Constantino VII chega a afirmar que os quersonesos cruzaram o Danúbio para atacar os godos, dando a entender que os combates também teriam ocorrido em território romano. Pelo apoio prestado, Constantinopla concedeu aos aliados do Mar Negro um subsídio anual em milho, ferro e outras mercadorias, além de isenção fiscal para seus navios⁵²⁵. Em *Anônimo Valesiano* não encontramos registro de nenhuma batalha em particular, mas o texto informa que Constâncio II provocou cerca de 100.000 baixas entre os godos “pela fome e frio” (*fames et frigor*). Mais ainda, que por ocasião da rendição goda Ariarico entregou aos romanos o filho, Aorico, como refém⁵²⁶.

Considerando esse conjunto de informações, Doležal sintetiza a campanha gótica de 332 da seguinte maneira: em uma ação coordenada com os sármatas, Constantino — e não Constâncio II — reuniu um exército próximo a 50.000 homens, composto majoritariamente por unidades de cavalaria, e cruzou o Danúbio pela ponte de Esco entre março e abril. O imperador não chegava pela *ripa sarmatica*, mas pela *gothica*. Nessa época, a principal força goda, que era liderada pessoalmente por Ariarico, estava em operação pelos territórios sármatas ou acampada em zona inimiga aguardando o período mais duro do inverno passar para retomar a ofensiva. Como Constantino não encontrou

grande resistência pela *Gothia*, o exército imperial avançou rapidamente pelos territórios tervíngios tomando a direção noroeste, pilhando e incendiando as aldeias godas pelo caminho, até que finalmente se conectou aos sármatas. Encurralados, Ariarico e seus homens partiram em uma difícil retirada pela *Sarmatia*. Com sua rede de suprimentos cortada, muitos morreram pela fome ou pelo inverno. Outros tantos caíram acossados pelos romanos. A situação era desesperadora, e em 20 de abril Ariarico apresentou sua rendição ao imperador⁵²⁷.

Ariarico e Constantino celebraram um novo *foedus*. Não pela primeira vez, nem pela última, os godos comprometeram-se a servir como federados nas guerras dos romanos. No Império Romano Tardio, o exército regular tornava-se cada vez mais dependente dos federados bárbaros, em especial dos godos. Falando sobre o período, Jordanes comenta esse processo: “*tornou-se difícil para os romanos lutar contra qualquer nação sem eles (os godos), e isso é evidente pela maneira como eram tão frequentemente convocados*”⁵²⁸. E apresenta números. Segundo o historiador, os tervíngios forneceram 40.000 homens a Constantino para combater “*várias gentes*” (*contra gentes varias*)⁵²⁹. Ainda que condicionada a alguma exigência dos vencidos, o acordo materializava uma rendição goda, não uma simples trégua, e por isso é de se esperar que os romanos não tenham se comprometido com o retorno dos subsídios anuais. Na prática, o maior benefício para os godos talvez tenha sido a retomada do comércio de fronteira com as dioceses da Trácia, Mésia e até da Panônia. Mas os romanos impuseram um rígido controle sobre o trânsito de mercadorias entre os territórios tervíngios e as províncias, agora realizado exclusivamente pelas pontes de Sucidava e Transmarisca e vigiado por grandes fortalezas, entre elas a de Dafne⁵³⁰. Entregue como refém, Aorico passou a residir em Constantinopla. O príncipe godo não foi tratado como um prisioneiro de guerra qualquer, e sim com prerrogativas próprias de um dignitário estrangeiro. Em uma de suas orações, Temístio conta que Aorico recebeu dos romanos uma estátua que foi colocada na antecâmara da cúria da capital, uma honraria sem precedentes para um líder bárbaro⁵³¹. Como a concessão da ornamenta consular ao chefe hérulo Naulobato após ser derrotado por Galiano na Batalha de Nestos (267), a homenagem prestada ao nobre godo é mais uma evidência de como os tervíngios haviam se transformado em potência regional. Mesmo derrotados permaneciam uma força militar e

política a ser reconhecida, e agora aliados indispensáveis. A sociedade romana poderia até vê-los como incultos, menos civilizados, mas de maneira alguma ignorá-los. As décadas anteriores haviam mostrado aos romanos o dano que poderiam causar ao império.

Encontramos evidências da campanha gótica de 332 não só na literatura romana, mas também na numismática. Dois múltiplos equivalentes a 1,5 *solidi* cada apresentam a mesma imagem de Constantino trajado em roupas militares, acompanhado de um soldado e segurando um cativo ajoelhado pelos cabelos. A legenda diz “*O Conquistador das Gentes Bárbaras*” (DEBELLATORI GENTIUM BARBARUM). Na parte inferior, acima da referência da mina, lê-se “GOTHIA”. Outras duas moedas contêm uma imagem de um príncipe também em trajes militares, segurando um globo e descansando os pés sobre mãos suplicantes, presumivelmente Constâncio II, com os dizeres “*Início da juventude*” (PRINCIPIA IVVENTVTIS) e “SARMATIA⁵³²”. Falando em moedas, a expressiva quantidade de moedas romanas relativas ao intervalo entre 330 e 360 encontradas em um raio de 30 quilômetros da margem norte do Danúbio, por territórios tervíngios hoje abrangidos pela Romênia e Moldávia, reforça a retomada da atividade comercial na zona de fronteira pelas décadas seguintes. Na região oposta à província da Cítia Menor, entre os rios Prut e Dniestre, 301 moedas do período tardio foram descobertas, sendo que 35,2% delas foram identificadas em contextos indicativos de tesouros (reunidas em grandes quantidades, juntas a outros artefatos de valor e bem conservadas, por exemplo). Dessas, 88,2% são silíquias (*siliquae*), moedas de prata. No entanto, é o grande número de moedas de bronze e cobre que chama a atenção. Na categoria de descobertas individuais, isto é, como itens avulsos, 9 moedas de ouro, 13 de prata e 174 de cobre foram encontradas na região das estepes, principalmente em Berezan (Ucrânia) e na Ilha das Cobras (Ucrânia). Dessas, 45 datam dos tempos de Diocleciano e Constantino e 118 dos governos dos filhos de Constantino, Juliano e Valentiniano. A maior quantidade e o fato de possuírem menor valor nominal são fatores que têm sido interpretados por alguns pesquisadores como um sinal de que a economia goda havia alcançado algum nível de monetarização no século IV, vale dizer, de que as moedas romanas possam ter sido utilizadas pelos godos como valor de troca. Recordemos que era prática comum aos povos do *barbaricum* perfurar moedas do império. Muitas dessas moedas foram encontradas juntas a fragmentos de

cerâmicas típicos da cultura Cherniacove. Por outro lado, a presença de moedas de prata, ainda que em menor quantidade e presumivelmente reservadas à nobreza goda, pode estar relacionada tanto a pilhagens como a presentes concedidos pela corte imperial aos chefes godos — quem sabe até ao pagamento de subsídios anuais⁵³³.

Uma sentença de Eutrópio resume a controversa relação de Constantino com os godos. Sem apontar episódios específicos, o historiador afirma que os godos foram vencidos pelo imperador em “*várias guerras*” (*bellum varie*), mas que Constantino acabou se tornando “*conhecido na memória dessas gentes por sua grande bondade*”⁵³⁴. Lembrando como imperadores anteriores haviam maculado a autoridade de Roma transformando-a em um império tributário com o pagamento de subsídios anuais aos bárbaros, Eusébio arremata: “(Constantino) *foi o primeiro a subjugar citas (godos) e sármatas*” ora pela força, ora pela diplomacia⁵³⁵. O monumento batizado como Coluna dos Godos, hoje exposto no parque Gülhane, Istambul — uma larga coluna que durante a Antiguidade sustentava uma estátua da deusa Tique, divindade da fortuna e prosperidade, e que em seu pedestal continha a inscrição “FORTUNAE REDUCI OB DEVICTUS GOTHOS” (*Para Fortuna, que devolveu pela razão a vitória sobre os godos*) —, foi levantado em Constantinopla para comemorar as conquistas do imperador sobre os godos. Wolfram defende inclusive que a vitória de 332 tenha sido o acontecimento responsável por iniciar os *Jogos Góticos*, festividade anual celebrada na nova capital durante o mês de fevereiro, entre os dias 4 e 9⁵³⁶.

4.4 Geberico

O *foedus* de 332 iniciou um período de aproximadamente 30 anos de paz para as relações romano-góticas, e os tervíngios aproveitaram esse intervalo de trégua para reorientar seu foco expansionista sobre os vizinhos sármatas e vândalos. Após a morte de Ariarico e Aorico, o comando da confederação tervíngia passou para as mãos de Geberico, que ficaria conhecido pela vitória que obteve sobre os vândalos. Conquanto Jordanes diga que Geberico só assumiu o comando da tribo depois da morte de Ariarico e Aorico, o curto espaço entre o tratado firmado por Ariarico em 332 e as campanhas de Geberico em 334 indica que a transferência de poder pode ter se operado em prejuízo de Aorico, que, estando em Constantinopla por ocasião da morte do

pai, talvez tenha sido preterido. Seja como for, o autor afirma que o novo líder era filho de Hilderido, neto de Ovida e bisneto de Nidada, mas, fora os nomes desses personagens, nenhuma informação complementar é apresentada sobre seus ancestrais⁵³⁷. Com base em considerações linguísticas e paleográficas, historiadores modernos têm sugerido conexões entre Ovida ou Nidada com Cniva. Considerando que pouco mais de 80 anos haviam se passado desde a vitória de Cniva sobre Décio em 251 e uma possível correspondência entre os nomes de Nidada (Cnivida) e Cniva, Wolfram defende a associação com o bisavô⁵³⁸. Desse modo, Geberico seria, segundo o historiador, bisneto de Cniva. Jordanes utilizou Déxipo como fonte para narrar os eventos relacionados ao governo de Geberico, mas o próprio Déxipo nada diz sobre os antepassados do godo, e por isso outros pesquisadores levantam a hipótese de que os nomes indicados em *Gética* tenham sido criados por Jordanes ou Cassiodoro para conferir uma aparência de linhagem real a Geberico. Hilderido, por exemplo, pode ser apenas uma variação elaborada por Jordanes do nome do rei vândalo de sua época, Hilderico (523-530)⁵³⁹.

Em 334⁵⁴⁰ Geberico sentiu que os godos haviam se recuperado o suficiente da derrota sofreram de Constantino e que estavam preparados para mais uma guerra. O juiz tervíngio começou com uma campanha punitiva contra os sármatas, afinal, haviam sido eles que dois anos antes atraíram os romanos para o *barbaricum* e provocaram a destruição de Ariarico. Porém, dessa vez o inimigo não receberia apoio militar do império, Constantino construía uma nova aliança com os godos e não confiava nos sármatas, vistos pelo imperador como um povo de “*lealdade questionável*” (*dubia fides*), e os romanos fizeram vista grossa para as pretensões territoriais de Geberico. Em meio aos preparativos para resistir à agressão tervíngia, uma rebelião eclodiu na sociedade sármatas. Eusébio conta que os agaragantes, ramo sármatas que habitava o Banat, divisa entre Hungria e Romênia, viram-se obrigados a armar seus próprios escravos, os limitanges (*limiganti*), para engrossar as fileiras do seu exército. No entanto, depois de algum sucesso contendo o avanço godo, os limigantes, agora armados, rebelaram-se contra seus próprios senhores (*dominos*). Tendo que enfrentar simultaneamente uma ameaça externa e outra interna, a resistência sármatas colapsou. Na versão de Marcelino, muitos pediram asilo aos victúfalos, “*que moravam longe dali, crendo que se submeterem a protetores era preferível a servirem aos antigos escravos*”⁵⁴¹.

A partir desse ponto não podemos estabelecer a cronologia dos acontecimentos com precisão. Sabemos que como consequência da guerra, sobretudo da revolta dos limigantes, uma crise humanitária se instaurou nos arredores do rio Tisza. Ondas de refugiados sármatas alcançaram as fronteiras do império entre junho e julho, totalizando uma massa estimada em 300.000 pessoas. Mesmo que não tomemos o número indicado em *Anônimo Valesiano* de forma literal, tudo aponta, de fato, para o deslocamento de uma enorme população. Os regimentos de limítanes estacionados nas linhas de defesa da Panônia Secunda e da Mésia Prima com certeza não estavam preparados para essa avalanche, e podemos presumir algum nível de tumulto. Os movimentos de Constantino no período indicam que a confusão foi tamanha que o imperador teve que outra vez partir com o exército de escolta para pacificar a região. No dia 17 de junho Constantino estava em Constantinopla; a 5 de julho, em Singiduno (Mésia Prima); a 4 de agosto, em Viminácio (Mésia Prima); e a 25 de agosto, em Naissus (Mésia Superior). De Singiduno e Viminácio, o imperador coordenou operações para dividir os sármatas em grupos menores e encaminhá-los separadamente para terras da Trácia, Cítia Menor, Macedônia e Itália⁵⁴². Era a maior política de recepção (*receptio*) adotada pelo império até então. Para que possamos realizar uma análise comparativa, entre as maiores *receptiones* indicadas pela literatura romana estão 50.000 getas admitidos por Augusto, 40.000 grupos de variadas tribos germânicas por Tibério e 100.000 bastarnos por Probo⁵⁴³.

Geberico não se contentou em atacar os sármatas. Citando Déxipo como fonte, Jordanes diz que o chefe tervíngio atacou os vândalos do ramo asdingo, que eram então governados por um rei chamado (W)Visimar. O autor prossegue dando conta de que nessa época os asdingos habitavam áreas próximas ao rio Marisia (rio Mureș, Hungria), região abarcada pelo reino gépida quando *Gética* foi escrita. Geberico e Visimar enfrentaram-se em uma batalha nas imediações do rio. O que sabemos sobre o episódio é que os dois exércitos passaram algum tempo combatendo em igualdade de forças, mas que em determinado momento da luta Visimar foi morto, um duro golpe para o moral dos guerreiros vândalos. A partir daí os godos assumiram a dianteira até a derrota do exército adversário. Vencidos, os asdingos então pediram asilo a Constantino. O imperador assentou-os na Panônia, mas não em terras da província, e sim na margem não romana do Danúbio⁵⁴⁴. A história apresenta

alguns problemas. Primeiro, se Jordanes realmente utilizou Déxipo como fonte, provavelmente tomou um conflito do século III como se fosse do IV, uma vez que os escritos do historiador ateniense não vão além dos anos 270. Outro aparente anacronismo de *Gética* reside na sucessão de Geberico. Para Jordanes, Geberico foi substituído por Ermanarico, que, como veremos nos próximos capítulos, foi um rei grutungo, não tervíngio. Vale reforçar que os sármatas eram vizinhos dos tervíngios, não dos grutungos.

Pelas vitórias que obteve sobre godos, sármatas e outros povos germânicos, Constantino assumiu-se como *max. Germ. Sarm. Got. Victor* — pelo menos essa é a titulação que aparece em um *rescriptum* imperial elaborado em algum momento entre 333 e 335⁵⁴⁵. Embora as fontes sejam lacônicas sobre o assunto, é possível que o imperador tenha conquistado uma nova vitória sobre os godos em 336. Em *Breviário*, o historiador e procônsul da África (372-378) Festo conta que Constantino derrotou os godos pouco antes de iniciar os preparativos para sua expedição contra os sassânidas, campanha abortada pelo fato de ele ter morrido em 22 de maio de 337⁵⁴⁶. Moedas cunhadas entre 333 e 337 com as legendas “VICTOR OMNIUM GENTIUM”, “VICTORIA CONSTANTINI AUG.” e “VICTORIA AUG.” sugerem novas vitórias militares para o período⁵⁴⁷. Em *Anônimo Valesiano*, depois de discorrer sobre as guerras gótica (332) e sármatas (334) e de abordar outros assuntos, o desconhecido autor retorna aos godos afirmando que o imperador venceu a mais poderosa das tribos godas (*mox Gothorum fortissimas et copiosissimas gentes*) em território sármatas (*in ipso barbarici soli sinu, hoc est in Sarmatarum regione*). A mesma informação é reproduzida por Osório⁵⁴⁸. O comentário pode ser apenas uma breve retomada da guerra gótica de 332, uma síntese mal posicionada no texto, mas a maneira como é disposto pode também indicar um novo confronto entre godos e romanos. Considerando esse conjunto de informações esparsas, Barnes e Odahl defendem que antes que a crise com os persas se agravasse, entre o final de 335 e o início de 336, Constantino pode ter conduzido uma última grande ofensiva contra os tervíngios pela *Gothia*, agora com o objetivo de reconquistar pelo menos parte dos territórios abandonados da Dácia em uma tentativa de emular Trajano em sua terceira *decennalia*. Nesta última campanha, o imperador teria incorporado o título de *Dacicus Maximus*⁵⁴⁹. Porém nenhuma fonte literária ou epigráfica apresenta expressamente essa titulação para Constantino. E se territórios foram reconquistados pelos

romanos na margem norte do Danúbio, isso não representou uma ocupação estável e duradoura. Geberico logo desaparece das fontes. Assim como o período que historiadores modernos batizaram de “paz de cinquenta anos” que se seguiu à vitória de Aureliano sobre Canabaldo em 271, a “paz de trinta anos” conquistada por Constantino ao derrotar Ariarico em 332 também não foi um momento tão pacífico como o nome sugere.

4.5 Sucessão imperial

Paralelamente aos conflitos com godos e sármatas no médio e baixo Danúbio, os romanos viram-se diante do súbito acirramento das tensões com os sassânidas em meados dos anos 330. Em 335, Sapor II iniciou uma série de pequenos raids pelo *limes arabicus* sem, contudo, realizar qualquer declaração formal de guerra ao império. Eram provocações, sinais de que o *shahanshah* pretendia recuperar os territórios perdidos quase 40 anos antes pelo tratado de Nísibis (299), firmado por Narses I e Diocleciano após a vitória de Galério na Batalha de Satala (298). O prelúdio de duas longas e desgastantes guerras para os dois impérios (337-350 e 358-363) que, como veremos, repercutiram nas relações romano-góticas⁵⁵⁰. Depois de estabilizar a crise nos Bálcãs com as campanhas de 332 e 334, talvez com uma terceira em 336, Constantino pôde finalmente voltar sua atenção para o front oriental e iniciar preparativos para uma contraofensiva. Enquanto concentrava tropas no oriente, concedeu ao sobrinho Hanibaliano o inusitado título de “*Rei dos Reis e do Povo Pôntico*” (*Rex Regum et Ponticarum Gentium*) e o casou com Constantina, sua filha. Embora as fontes não façam referência explícita aos objetivos do imperador, esses gestos demonstram que Constantino intencionava remover Sapor II do trono sassânida e substituí-lo por Hanibaliano. Seria uma intervenção sem precedentes. Enquanto isso, Constantino nomeou César seu outro sobrinho, Dalmácio, irmão de Hanibaliano. Em *Anônimo Valesiano* conta-se apenas que “*Dalmácio ficou com a defesa da margem goda*” (*ripam Gothicam Dalmatius tuebatur*), mas o comentário tem sido interpretado como um indício de que o segundo sobrinho tenha recebido o controle das dioceses e províncias dos Bálcãs. Afinal, havia sido elevado ao grau de coimperador⁵⁵¹.

Constantino não chegaria a colocar em execução a contraofensiva. No início de 337, o imperador adoeceu e foi batizado às pressas no rio Jordão por Eusébio de Nicomédia, um dos maiores bispos do seu tempo, pessoa próxima à

família dos constantinos e autor de *Vida de Constantino*, uma de nossas principais fontes sobre o período. Constantino morreu em maio, aos 64 ou 65 anos de idade, instaurando uma grave crise sucessória⁵⁵². Apesar de ter ostentado sozinho o título de Augusto, o imperador sabia que o império não era mais o mesmo dos séculos I e II e que as novas realidades inviabilizavam o governo de uma só pessoa; por isso preparava um esquema de administração conjunta. Entre as décadas de 310 e 330, nomeou como Césares seus filhos Constantino II, Constante I e Constâncio II. E, como vimos, trouxe Dalmácio e Hanibaliano para o centro do poder⁵⁵³. Esse desenho revela que a ideia geral de Constantino era que cada um dos seus três filhos governasse uma porção diferente do império e que os sobrinhos entrassem na equação como moderadores, principalmente Dalmácio, que compartilhava o ranque de César com os primos. Hanibaliano cuidaria da Pérsia. Se a interpretação usualmente concedida ao comentário presente em *Anônimo Valesiano* estiver correta, Dalmácio ficaria encarregado de Constantinopla, que poderia servir como uma espécie de zona neutra. Era um novo formato para a velha *tetrarchia*, mas, diferentemente do modelo proposto por Diocleciano, o arranjo político de Constantino materializava o projeto de poder de uma família. A dinastia constantina, como ficou conhecida, seria profundamente marcada por casamentos intrafamiliares e disputas internas⁵⁵⁴.

Sem demora, Constâncio II iniciou uma larga perseguição contra membros da família. O pretexto foi um suposto testamento deixado por Constantino, documento por meio do qual o falecido imperador comunicava suas suspeitas de que estava sendo envenenado. No expurgo que ficou conhecido como o “Massacre dos Príncipes”, Constâncio II determinou que dois tios e seis primos, incluindo Dalmácio e Hanibaliano, fossem imediatamente executados. Altas autoridades de fora da família também foram vítimas da repressão, a exemplo do prefeito pretoriano Ablávio. Entre os que sobreviveram à chacina estavam Galo e Juliano, sobrinhos de Constantino, que provavelmente só tiveram as vidas poupadas por serem apenas duas crianças à época⁵⁵⁵. Com os primos removidos da arena política, os três herdeiros de Constantino dividiram o império nos seguintes termos: Constantino II, o filho mais velho, recebeu a Britânia, Gália e Hispânia; Constante I, o mais novo, a Itália, África e Ilíria; e Constâncio II, o do meio, a Trácia e as províncias do oriente⁵⁵⁶. Porém os irmãos logo entrariam em conflito. Guardião de Constante I, Constantino II

não aceitava o fato de que o caçula havia recebido grande parte dos territórios de Dalmácio sem que ele recebesse alguma espécie de compensação, e por isso passou a reivindicar uma revisão da maneira como os territórios haviam sido inicialmente distribuídos. Mais precisamente, reivindicava as províncias da África. Nesse meio-tempo, Constante I atingiu a maioridade e saiu da zona de influência de Constantino II. Sabedor da importância dos grãos africanos para a Itália, o mais novo resistiu por algum tempo, mas acabou cedendo à pressão do irmão para evitar uma guerra civil. No entanto, embora cedesse grande parte dos territórios africanos, não abriu mão de Cartago e seus arredores. Constantino II não se deu por satisfeito e invadiu a Itália no ano 340, mas foi morto em uma emboscada próxima a Aquileia durante a campanha⁵⁵⁷. Com sua morte, o ocidente passou para as mãos de Constante I, que reinou por 10 anos enquanto Constâncio II administrava o oriente. Contudo seu governo foi alvo de diversos escândalos que comprometeram sua imagem perante o público e o exército, entre eles a repercussão negativa por se fazer acompanhar de uma guarda composta por elementos bárbaros, “*a quem deu liberdade para atormentar seus súditos como quisessem*” e que “*mandavam e desmandavam*” por onde passavam. Por fim, o jovem imperador foi vítima de uma conspiração de seus oficiais em 350. Magêncio, comandante das unidades de elite dos jupiterianos (*ioviani seniores*) e hercúleos (*herculiani seniores*), general envolvido na trama, assumiu o trono do ocidente⁵⁵⁸.

O mestre de cavalaria Vetrânio foi aclamado imperador pelos regimentos estacionados na Ilíria sob seu comando em março de 350. Em idade avançada, o general contou com o apoio de Constantina, filha de Constantino e ex-esposa de Hanibaliano, que via nele a salvação dos constantinos para a ameaça de Magêncio. Afinal, nessa época Constâncio II estava ocupado com Sapor II no front oriental e não pôde destacar uma força para destitui-lo⁵⁵⁹. O império parecia se desmanchar novamente com uma nova onda de usurpadores. Porém, em setembro de 351, Constâncio II e Magnêncio enfrentaram-se na Batalha de Mursa Maior (Osijek, Croácia), na Panônia, com vitória do primeiro sobre o segundo. Magnêncio conseguiu fugir e tentou reorganizar suas forças na Hispânia, mas a derrota fez com que perdesse apoiadores na Gália e Itália. Vendo-se cada vez mais isolado e incapaz de reunir um novo exército, suicidou-se em agosto de 353⁵⁶⁰. Nesse intervalo, Vetrânio havia se juntado a Constâncio II para combater o inimigo comum, Magnêncio, e os

exércitos liderados pelos dois aliados se encontraram em Serdica para unir forças. Apesar de Vetrânio contar com superioridade numérica, Constâncio II era o único filho vivo de Constantino e, conseqüentemente, possuía melhor argumento para ocupar o trono. Com os exércitos reunidos, Constâncio II dirigiu um caloroso discurso diante das tropas em que evocou o fato de ser o único herdeiro de Constantino. Convencidos de sua legitimidade, os soldados, incluindo os de Vetrânio, aclamaram-no como imperador do ocidente e oriente. Vetrânio teve a vida poupada e foi enviado a Bursa, Bitínia, onde viveu o resto dos seus dias com uma gorda pensão imperial⁵⁶¹.

Conhecedor da máxima de que o império não poderia ser governado por uma só pessoa, em 15 de março de 351 Constâncio II proclamou César um dos poucos familiares que haviam sobrevivido ao Massacre dos Príncipes, Constâncio Galo. Galo casou-se com Constantina e recebeu a tarefa de administrar o teatro oriental com os persas enquanto o imperador sênior combatia Magnêncio no ocidente. Suspeitando da lealdade do primo, Constâncio II o convocou a Mediolano em 354 com o pretexto de que o elevaria a Augusto, mas aproveitou a oportunidade para executá-lo⁵⁶². Em 6 de novembro de 355, Galo foi substituído no posto de César pelo último primo remanescente, Juliano, que, como dissemos, ficaria conhecido na tradição cristã como “o Apóstata” por sua política de combate ao cristianismo e resgate do culto dos antigos deuses. O novo imperador se casou com Helena, irmã de Constâncio II, e foi enviado para a Gália com a missão de reorganizar as defesas do Reno contra os alamanos, que provocavam novos transtornos na região. Em 357, Juliano conseguiu reunir uma força expedicionária composta por 13.000 homens, cruzou o Reno e derrotou o exército alamanco liderado por Conodomário e Aenarico, estimado em 35.000 guerreiros, na Batalha de Argentorato (Estrasburgo, França)⁵⁶³. Enquanto retornava para a margem romana, no caminho derrotou um bando de 600 francos que pilhavam o interior da Gália aproveitando a ausência do imperador e seu exército de escolta⁵⁶⁴.

A inexistência de registros reportando invasões sármatas e godas pelo Danúbio desde os anos 330, mesmo diante da crise sucessória que se instaurou após a morte de Constantino, reforça como a diplomacia e as campanhas do falecido imperador haviam sido eficazes⁵⁶⁵. Aparentemente, os tervíngios permaneceram fiéis ao *foedus* de 332 — ou a eventual novo acordo celebrado

em 336, se aceitarmos a premissa de que Constantino conduziu uma última campanha pela *ripa gothica* para reconquistar parte dos territórios da antiga Dácia Trajana. As décadas que se seguiram foram marcadas por profundas mudanças internas na sociedade tervíngia, especialmente por uma revolução religiosa, com a conversão em massa dos godos ao cristianismo. No que toca às relações romano-góticas para o período, a literatura da época é extremamente concisa e vaga. Porém encontramos em Amiano Marcelino algumas informações isoladas que nos permitem corroborar a tese de que os godos se mantiveram leais aos constantinos. Marcelino conta que em 359 Sapor II conquistou Singara e Bezabde, duas fortalezas na província da Mesopotâmia situadas próximo a Nísibis e que até então estavam sob o controle dos romanos. Ao ser informado do ocorrido, Constâncio II determinou que as legiões presentes no front oriental fossem reforçadas com mais homens e armamentos. Nesse contexto, o imperador “*pediu aos citas novos auxiliares*” (*auxilia super his scytharum poscebat*). Curiosamente, Marcelino afirma ainda que esses citas, presumivelmente godos da confederação tervíngia, lutavam “*por pagamento ou apenas por favor*” (*mercede vel gratia*)⁵⁶⁶. Anos depois, em março de 363, Juliano reuniu um grande exército calculado entre 65.000 e 80.000 homens e invadiu o Império Sassânida. Embora a primeira fase da campanha tenha sido um sucesso, com o exército imperial avançando rapidamente até Ctesifonte, os romanos não conseguiram ultrapassar as muralhas da capital persa. Enfrentando dificuldades logísticas de toda natureza, Juliano recuou e foi morto durante a retirada em um ataque surpresa de Sapor II. Sem entrar em detalhes sobre a participação goda na campanha, Marcelino informa apenas que as forças romanas mobilizadas para a expedição contaram com “*auxiliares citas*” (*scythia auxilia*)⁵⁶⁷.

Libânio ratifica o apoio godo durante as guerras travadas com os sassânidas: “[...] *um exército cita veio para contribuir com a força dos romanos e para se opor ao poder dos persas*”, afirma sem apresentar maiores explicações⁵⁶⁸. Em Marcelino também encontramos comentários sobre o uso por Constâncio II de taifalos como auxiliares. Segundo o historiador, por volta de 358 ou 359 uma coalizão de quados e sármatas, possivelmente agaragantes, incursionou pelas províncias da Mésia e Panônia Secunda. Observando os resultados positivos dos povos vizinhos, os limigantes decidiram se unir aos antigos senhores e também atacaram o império. O imperador combateu quados e

sármatas, mas convocou os taifalos e grupos chamados por Marcelino de “sármatas livres” (*liberi sarmatae*) para atacarem os limigantes na margem norte. Afinal, conheciam melhor os territórios inimigos de montanhas e florestas. Assim, enquanto os romanos conduziram um contra-ataque nas províncias, os federados lançaram uma campanha pela margem norte⁵⁶⁹.

Em resumo, godos e romanos permaneceram aliados pelas três décadas que sucederam ao *foedus* de Constantino e Ariarico, tanto que Marcelino, ao comentar o retorno das hostilidades durante os anos 360, questiona-se surpreso “*como um povo amigo dos romanos, unido há longo tempo por um tratado de paz, teria quebrado o acordo e prestado apoio a um usurpador*” (*quam ob causam gens amica romanis foederibusque ingenuae pacis obstricta armorum dederat adminicula bellum principibus legitimis inferenti*)⁵⁷⁰. Falaremos sobre o apoio godo a Procópio, o usurpador. Apenas Libânio sugere um possível desentendimento entre os godos e Constâncio II no ano 348 em sua *Oração 59*:

Estamos todos cientes de que esta parte do império (oriente) é cercada pelas duas maiores nações bárbaras: de um lado, além do Danúbio, estão os densos aglomerados dos citas, e do outro, as vergonhosas multidões dos persas. Destes, os primeiros, apesar de confiantes, não tomaram nenhuma ação (contra o império) enquanto os últimos não estão sequer inquietos para começar. Quem então é tão despreocupado ou indolente que não examinaria com o maior prazer a natureza de uma situação tão incrível?! Por que raios os citas, os mais assassinos dos homens e devotos de Ares, que julgam a ociosidade como desgraça, foram persuadidos a ameaçar nosso imperador como se seus líderes fossem iguais a ele? E isso quando nosso imperador está longe do Danúbio e organizando suas forças contra os outros? Qual é a razão para um desenvolvimento tão importante? O imperador, sendo possuidor de coragem e inteligência em igual medida, dominou uma frente pela solidez de seu julgamento enquanto perseguia o outro por necessidade. Você veria isso se comparasse nossa atual falta de medo dos citas aos seus antigos ataques, aos quais não suportamos nem olhar e que somente poderíamos ser salvos por oração. Essa oração era para que o Danúbio não se congelasse o suficiente para que pudessem atravessá-lo. E quem ainda ficaria espantado com a segurança da paz quando ouvisse falar seu entusiasmo por uma aliança?⁵⁷¹

Logo após o trecho transcrito está a afirmação de Libânio de que os godos contribuíram com um exército auxiliar para a guerra contra os sassânidas. Como podemos observar, toda passagem é no mínimo obscura. Pelo que podemos extrair dela, aparentemente as lideranças tervíngias entraram em divergência com a corte de Constantinopla, mas a situação foi contornada antes que evoluísse para o confronto armado. Podemos especular que as razões por trás desse desentendimento estivessem relacionadas aos benefícios

concedidos pelos romanos para que servissem como federados; talvez os tervíngios demandassem um aumento dos subsídios pagos. Afinal, fala-se expressamente em uma “*ameaça ao imperador*”. E que Constâncio II talvez tenha cedido à pressão por se ver incapaz de enfrentar duas guerras em dois fronts diferentes. Não podia cuidar simultaneamente de persas e godos. Tanto que o autor emenda: superada a querela, os godos forneceram homens para lutarem ao lado dos romanos.

4.6 Úlfilas e o arianismo godo

Na prática, a cristandade havia se tornado um poder de fato e paralelo à autoridade imperial. Depois de conquistar as duas metades do império, a Igreja decidiu levar o cristianismo para povos vizinhos. A crença no dever de evangelização, de conversão do próximo como caminho para salvação, certamente contribuiu para a exportação da fé de Cristo. Mas por trás dessa campanha também havia o objetivo político de utilizar a religião como instrumento de projeção da influência romana para fora do *limes*. Como mencionamos de passagem em comentários anteriores, as primeiras comunidades cristãs na Pérsia, em especial na região da Alta Mesopotâmia — mais próxima à Síria —, desenvolveram-se ainda no século I, e gradativamente se transformaram em uma minoria substancial em meio à maioria zoroastriana. Por isso o Concílio de Niceia contou com a presença de bispos vindos da Pérsia. Com a conversão de Constantino, os reis sassânidas passaram a compreender o cristianismo não apenas como uma religião romana, mas como um verdadeiro símbolo da autoridade imperial. A partir daí essas comunidades foram vistas por Ctesifonte como grupos potencialmente subversivos e se tornaram alvo de uma série de perseguições. Eusébio chega a transcrever uma suposta carta de Constantino enviada a Sapor II, por meio da qual o imperador se apresentava como protetor da cristandade e rogava ao xá que tratasse com humanidade os cristãos persas⁵⁷².

Dissemos que um “*bispo da Cítia*” também esteve presente em Niceia. Podemos interpretar a referência de Eusébio a *Scythia* de duas maneiras. Primeiro, como uma referência à província da Cítia Menor, criada durante as reformas de Diocleciano como parte da diocese da Trácia, com costa para o Mar Negro. Segundo, considerando o contexto no qual o termo aparece em *Vida de Constantino*, inserido em meio a comentários que enfatizam a

diversidade dos clérigos que participaram do evento — incluindo o registro aos bispos vindos da Pérsia —, como sinônimo de *Gothia*. Essa segunda perspectiva parece mais razoável sobretudo se considerarmos que o autor não cita outras províncias pelo nome. Uma menção expressa apenas à Cítia Menor seria no mínimo inusitada. Portanto, é provável que estejamos diante de um bispo godo, ou, melhor dizendo, de um bispo romano com atuação nos territórios tervíngios. Embora a documentação original do concílio não tenha sobrevivido, alguns manuscritos siríacos datados do século VI e preservados pelo Museu Britânico trazem uma listagem dos sacerdotes que estiveram em Niceia, e entre eles encontramos a menção a um certo Teófilo da Gótia⁵⁷³. A conexão entre Teófilo e o bispo godo mencionado por Eusébio é inevitável. Mas não só; esses manuscritos trazem também o nome de Cadmo do Bósforo, que, presumivelmente, exercia sua missão sacerdotal nos arredores do antigo Reino do Bósforo⁵⁷⁴. Isso, somado a outra anotação de Sozomeno dando conta de que um terremoto teria devastado a cidade de Nicomédia em 358 e vitimado “*um bispo do Bósforo*”, sinaliza o desenvolvimento de uma comunidade cristã em fase embrionária também nos territórios ocupados pelos grutungos nos arredores do Azove⁵⁷⁵. Para concluir essa relação de sacerdotes que possivelmente foram os primeiros a conduzir trabalhos de evangelização com os godos, uma carta de Basílio menciona um padre chamado Êutiques, que “*ensinava os bárbaros em tempos remotos*” na margem norte do Danúbio. Nenhuma outra informação é apresentada sobre o personagem, mas a referência a bárbaros do Danúbio aponta para os godos ou sármatas⁵⁷⁶.

As fontes não esclarecem se esses sacerdotes eram adeptos do credo niceno ou seguidores da doutrina pregada por Ário. A história do cristianismo godo seria marcada por sua proximidade com a heresia ariana, mas pelo menos nesse momento inicial é possível que tenham permanecido próximos ao *mainstream* niceno. Em verdade, muito provavelmente esse debate teológico não representou impacto significativo para as comunidades cristãs godas enquanto estiveram na margem norte. A disputa claramente repercutiu depois de cruzarem o Danúbio em 376, quando passaram a viver lado a lado com os romanos em diferentes regiões do império. Qualquer que seja o caso, enquanto as fronteiras físicas do império permaneciam delimitadas pelo rio Danúbio durante o século IV, a Igreja começava a estender sua influência para além dessa barreira natural. Se tomamos Teófilo e Cadmo — quem sabe até Êutiques

— não apenas como sacerdotes, mas como bispos, como a literatura sugere, estamos falando de novas sés episcopais situadas em territórios bárbaros e, ao que tudo indica, sujeitas à autoridade do bispo de Constantinopla⁵⁷⁷. Desses missionários sabemos apenas seus nomes; é a saga do bispo ariano Úlfilas que nos é mais bem conhecida. Suas missões entre os tervíngios são relatadas em uma carta de Auxêncio⁵⁷⁸, bispo de Doróstoro (Silistra, Bulgária), Mésia Inferior, e em *História Eclesiástica*, obra do historiador Filostórgio⁵⁷⁹ que sobreviveu em uma compilação realizada no século IV por Fócio I, patriarca⁵⁸⁰ de Constantinopla. Úlfilas também é mencionado vez por outra nos textos de Sozomeno, Sócrates e Teodoreto, mas esses autores, sendo fervorosos defensores do credo niceno, não fizeram questão de esconder a antipatia que nutriam por ele.

Nascido por volta do ano 311 na margem norte do Danúbio, presumivelmente em território tervíngio, Úlfilas descendia de cristãos capadócijs que haviam sido raptados durante o conjunto de invasões marítimas realizadas por godos, hérulos e outras tribos do Mar Negro nas décadas de 250 e 260. Falamos sobre elas. Uma das regiões mais afetadas por esses ataques foi justamente a província da Capadócia, Ásia Menor. Mais precisamente, Filostórgio diz que seus ancestrais foram capturados em Sadagolthina (Karamollauşağı, Turquia), povoado do distrito de Parnaso, quando Valério e Galiano governavam o país. Com base nessas informações, Wolfram e Schäferdiek acreditam que uma incursão atestada pelas fontes para 257 seja a data mais provável do rapto⁵⁸¹. Teriam sido apanhados por “*citas vindos do norte do Ister*”, nas palavras de Filostórgio, o que reforça a hipótese de que tenham sido capturados por tribos tervíngias, não grutungas⁵⁸². Úlfilas pertencia à terceira geração desses romanos. Ao que tudo indica, esses capadócijs formaram as primeiras comunidades cristãs na zona que se estende entre os rios Danúbio e Dniestre ainda no século III, isto é, antes mesmo que a Igreja iniciasse suas campanhas missionárias nas primeiras décadas do século IV. Principalmente em épocas nas quais godos e romanos estiveram em paz, quando o clima de animosidade arrefecia, esses cativos podem ter se misturado à população local e atraído parte dos bárbaros para a fé de Cristo. Vimos que entre os povos germânicos os escravos não eram tratados como no império; estavam pouco abaixo dos próprios libertos, na avaliação de Tácito. O próprio nome de Úlfilas, forma latinizada do gótico *Wulfila*, o “pequeno lobo”, pode ser

visto como um indício desse processo de integração. Não podemos calcular o tamanho dessas primeiras comunidades, anteriores inclusive ao envio de missionários — Teófilo, Cadmo e Êutiques —, mas o fato de terem despertado a atenção da Igreja algumas décadas depois revela que talvez não tenham se limitado a experiências tão pontuais e isoladas como podemos imaginar. A base de apoio dessas congregações pode ter sido o Reino do Bósforo, onde o cristianismo já havia se tornado religião oficial perto do ano 300⁵⁸³. Nenhuma perseguição é reportada para essa fase inicial, pois, ao que parece, ainda não representavam uma ameaça.

Em 336, momentos finais do reinado de Constantino, os tervíngios enviaram uma embaixada ao imperador para tratar de algum assunto não informado pelas fontes, mas sabemos que Úlfilas, à época com 25 anos de idade, compunha a comitiva. No episódio, ele é descrito como um “*lector*” (*lector*), o que nos permite concluir que ainda não ocupava nenhum posto eclesiástico de maior importância⁵⁸⁴. Contudo a simples presença de um cristão godo com ascendência romana na comitiva é uma situação curiosa. Se por um lado o cristianismo e sua ascendência romana criavam uma espécie de conexão com o império, servindo talvez como elemento facilitador em conversas com as autoridades romanas, por outro o fato de compor a delegação pode ser entendido como um sinal de que as lideranças godas mantinham relações amistosas ou pelo menos pacíficas com as comunidades cristãs da *Gothia*. Durante essa viagem, Úlfilas foi consagrado bispo das congregações godas por Eusébio, talvez a autoridade eclesiástica mais influente de seu tempo, figura próxima aos constantinos. E, mais importante, um seguidor da doutrina de Ário. Eusébio e Ário haviam sido discípulos do mesmo preceptor, Luciano de Antioquia. Eusébio atuou na sé episcopal de Nicomédia até 338, ano seguinte à morte de Constantino, quando foi consagrado bispo de Constantinopla. Logo, a consagração de Úlfilas pode ter ocorrido em algum momento depois de 338; se isso estiver correto, significa que Úlfilas não retornou com os demais membros da embaixada para a margem norte, e sim que viveu por alguns anos no império⁵⁸⁵. Apesar de ter chancelado a decisão de Niceia após oferecer alguma resistência, Eusébio continuou defendendo a visão cristológica proposta pelos arianos e, ao que parece, exerceu grande influência sobre Constâncio II, que acabou aderindo à heresia⁵⁸⁶. Precisamos compreender que o concílio representou uma enorme

derrota para os arianos, mas que não foi suficiente para colocar fim à disputa. E é nesse contexto que Úlfilas, também influenciado por Eusébio, aproximou-se do arianismo.

Em verdade, se considerarmos a literalidade da profissão de fé atribuída a Úlfilas, transcrita na carta de Auxêncio, o bispo godo parece se aproximar mais de uma posição intermediária entre nicenos e arianos, com uma visão por vezes tachada de semiarianismo⁵⁸⁷. Enquanto o “arianismo puro” pregava que Cristo era um ser criado e de natureza distinta e inferior à de Javé, contrariando a concepção nicena de equivalência das essências ou substâncias (*homooousios*)⁵⁸⁸, o semiarianismo sustentava que Deus pai e filho possuíam naturezas diferentes, mas “semelhantes” (*homoiousios*). Colocando em outras palavras: eram entidades não idênticas em natureza, mas a mais excelsa de todas as criaturas não poderia ser compreendida em uma relação de simples subordinação, como se estivesse em pé de igualdade com a humanidade. Uma diferença sutil, quase imperceptível. Como se não bastasse, Úlfilas seguiu contrário ao trinitarianismo, visão que igualava Deus Pai, Filho e Espírito Santo e que foi chancelada pelo Primeiro Concílio de Constantinopla (381). Para o bispo godo, o Espírito Santo seria apenas um “servo de Cristo”. Dessa forma, para Úlfilas existia uma clara relação de superioridade do Pai, seguido pelo Filho e, por fim, pelo Espírito Santo⁵⁸⁹. Portanto, fique o leitor ciente de que, se nos referimos a Úlfilas como ariano, conforme geralmente é retratado pela historiografia, a referência é feita sem muito rigor. Do mesmo modo utilizaremos indistintamente palavras como “ortodoxo” e “católico” para falarmos sobre os nicenos.

Úlfilas aparentemente permaneceu em Constantinopla até 341. Depois, retornou para a margem norte e exerceu o sacerdócio nas comunidades cristãs tervíngias pelos próximos sete anos. Sabemos que os cristãos da *Gothia* haviam sugerido que fosse nomeado bispo muito antes de ter participado da comitiva enviada a Constantino, fato que denota sua popularidade entre os godos mesmo quando era apenas um leitor. Assim, suas atividades evangelizadoras podem ter começado ainda durante a juventude. Agora, imbuído da legitimidade de um bispo da Igreja, conduziu uma série de campanhas missionárias para converter o maior número possível de bárbaros⁵⁹⁰. Podemos compreender o enorme prestígio que Úlfilas adquiriu como missionário em alguns comentários de Filostórgio e Jordanes. De um lado, Filostórgio conta

que ele foi apelidado pelo próprio imperador, Constâncio II, como “*o Moisés dos nossos tempos*”. Por sua vez, Jordanes refere-se a ele como “*o pontífice e primeiro dos godos menores*”⁵⁹¹. Porém a referência feita por Jordanes traz um ponto obscuro — a expressão “*godos menores*” (*gothi minores*). Na tentativa de decifrá-la, Wolfram propõe que esteja relacionada ao uso pelos romanos dos adjetivos *minor* e *magnum* para se referirem a territórios situados dentro ou fora do império, vale dizer, dentro ou fora dos *limites* (Reno, Danúbio, deserto sírio). Nesse sentido, *Germania Magna* era o nome dado à região além do Reno sob controle imperial. Em contrapartida, *Asia Minor* era a maneira como chamavam a primeira porção asiática do império, a Anatólia, e vimos que *Scythia Minor* era uma das províncias que compunham a diocese da Trácia. Em outras palavras, “maior” estaria associado ao que é externo ao universo romano, e “menor”, ao que lhe é interno ou inerente. Partindo dessa premissa, Wolfram conclui que os cristãos godos podem ter recebido essa espécie de alcunha após cruzarem o Danúbio e serem assentados na província da Mésia por Constâncio II. Embora cristianizados, lá provavelmente permaneceram como uma grande massa de marginalizados, apátridas. Em breve explicaremos como acabaram sendo assentados pelos romanos⁵⁹².

No império, em que clérigos levavam décadas para construir suas carreiras eclesiásticas, Úfilas foi alçado de mero leitor a bispo na casa dos 30 anos de idade. Mas sua rápida ascensão não foi obra do acaso. Mesmo que as fontes nada digam sobre os bastidores da sua ordenação, podemos levantar algumas suspeitas razoáveis. Os romanos eram conscientes de que o cristianismo havia se tornado um símbolo do império, disso não há dúvidas. Desde Constantino, lábaros⁵⁹³, escudos e outros equipamentos militares eram gravados com emblemas cristãos, principalmente com o cristograma *Chi Rho*⁵⁹⁴. Ao tomar conhecimento da presença de Úfilas em Constantinopla e de sua larga popularidade entre os godos, é possível que a corte imperial tenha identificado nele uma oportunidade. A conversão em massa dos tervíngios ou de qualquer povo bárbaro significaria exportar a romanidade e conseqüentemente torná-los mais simpáticos ao império a médio ou longo prazo. Séculos depois, nações europeias fariam o mesmo na África e nas Américas. Úfilas era uma arma ideológica. O que estamos sugerindo é que sua ordenação pode ter resultado de uma articulação política entre corte e Igreja para conferir maior

legitimidade à sua atuação na *ripa gothica*. E aqui estaríamos diante de um projeto missionário com chancela imperial, o que talvez ainda não tivesse ocorrido com Teófilo, Cadmo e Êutiques.

Não conhecemos os motivos que levaram a uma mudança de postura do *establishment*, que acontecimento representou um momento de inflexão, mas as elites tervíngias, até então aparentemente indiferentes às comunidades cristãs da *Gothia*, decidiram finalmente reagir à expansão da religião romana pelos seus domínios e promover a primeira grande perseguição contra os cristãos godos. A data estimada é o ano 348. A literatura não apresenta os nomes dos chefes envolvidos, mas considerando a dimensão regional que a repressão parece ter assumido é provável que tenha sido capitaneada pelo menos por um conjunto de *reiks*, quem sabe até por um *iudex*. Historiadores modernos têm apontado Aorico e Atanarico, seu filho, entre os possíveis responsáveis, mas Atanarico surge nas fontes como *iudex gentis* apenas a partir da segunda metade dos anos 360. Se participou de alguma maneira, foi como chefe menor em ascensão⁵⁹⁵. Apesar de não possuímos registros de guerras ou mesmo de confrontos militares menores entre godos e romanos para a época, um desgaste diplomático nas relações romano-góticas pode estar entre as causas da ruptura. Como os xás sassânidas, os chefes godos perceberam que a minoria cristã começava a se apresentar como uma ameaça em potencial. Os autores antigos falam sobre a primeira perseguição de maneira superficial. Em *Leituras Catequéticas*, Cirilo de Jerusalém faz menção a cristãos godos assassinados, mas não apresenta maiores detalhes sobre o que ocorria do outro lado da fronteira⁵⁹⁶. Fora o vago comentário de Cirilo, nenhuma outra fonte sobre o assunto afirma categoricamente que as elites tervíngias chegaram a promover alguma espécie de matança, pelo menos não nesse momento. Filostórgio conta que Úfilas e uma grande massa de seguidores foram obrigados a partir dos territórios godos. Pediram asilo a Constantinopla, e Constâncio II autorizou que fossem assentados pelas autoridades locais em diferentes pontos da Mésia; muitos foram enviados para os arredores de Nicópolis, sopé da Cordilheira Balcânica⁵⁹⁷. Esse era o grupo que ficaria conhecido como os *gothi minores*.

Segundo Auxêncio, Úfilas continuou exercendo o sacerdócio junto aos que foram instalados na Mésia por outros 33 anos. O que sabemos sobre seus trabalhos corrobora a afirmação de que permaneceu com a comunidade por vários anos, talvez até sua morte, em 383. Lá treinou novos clérigos e

desenvolveu o projeto que consagraria seu nome na História, a elaboração da primeira bíblia bárbara. Havia percebido em suas atividades missionárias o quão custoso era ensinar uma nova religião a pessoas que não possuíam acesso à principal base desse conhecimento, as escrituras. Para que o cristianismo criasse raízes mais profundas entre os godos, era preciso que estivessem em condição de lê-las e interpretá-las por conta própria. Fazamos um pequeno parêntesis. Lembremos que as tribos germânicas em geral, não somente os godos, ainda não haviam desenvolvido uma escrita sofisticada capaz de reproduzir longos textos mesmo durante o século IV. Até então, contavam apenas com as runas; os godos, com uma variação do *futhark*, alfabeto rúnico composto por um conjunto de símbolos rudimentares inspirados em línguas como o latim ou o etrusco e cujo uso se voltava quase exclusivamente, e quando muito, às práticas mágicas⁵⁹⁸. Em verdade, os artefatos rúnicos atribuídos aos godos não só estão em pequena quantidade como essas correlações seguem objeto de controvérsias entre os estudiosos. Estamos falando somente de nove inscrições que englobam um total de apenas 20 palavras, a maior parte ainda não decifrada, e que cobrem um largo intervalo de 400 anos. A identificação desses artefatos como godos geralmente se ampara tão somente na circunstância de terem sido descobertos em regiões abarcadas pela influência da cultura Cherniacove. A localização é sem sombra de dúvidas um forte indicativo, mas não representa algo conclusivo. Sobretudo no período das migrações, não podemos descartar a hipótese de que esses raros objetos tenham sido deixados por grupos ou indivíduos de passagem pelas áreas. Afinal, não contamos com evidências em quantidade suficiente para reconhecermos um padrão arqueológico. Para que tenhamos dimensão da complexidade da análise desses artefatos, um anel encontrado em Pietroassa, Romênia, contém registros rúnicos em sua parte interna. Na tentativa de decifrá-lo, quinze interpretações diferentes foram propostas por pesquisadores⁵⁹⁹. Portanto, com segurança só podemos concluir que os godos não possuíam uma escrita mais elaborada, nada além disso.

Desse modo, para criar uma bíblia gótica, Úlfilas precisava primeiro criar uma escrita capaz de reproduzir a língua falada pelos godos. Era uma tarefa enorme e sem precedentes, mas o bispo não esmoreceu. Seu alfabeto adotou como base o grego e incorporou uma série de elementos do latim e da própria escrita rúnica para suprir as lacunas dos sons típicos da oralidade goda⁶⁰⁰.

Bradley levanta a hipótese de que a escolha do grego como base, não das runas, poderia ter sido uma decisão intencional de encerrar uma escrita primitiva voltada para práticas pagãs⁶⁰¹. Parece-nos mais provável que a escolha tenha se pautado em razões mais pragmáticas. Embora tenha nascido em território tervíngio, Úlfilas estava mais próximo de Constantinopla que de Roma, e seus ancestrais haviam sido criados na porção oriental do império; assim, seria natural esperarmos que seu domínio do grego fosse superior ao do latim. As runas, como dissemos, eram simplesmente muito rudimentares para serem utilizadas como base. Seria mais fácil partir de um alfabeto mais elaborado e que melhor dominava. Se a intenção era eliminar tudo que estivesse associado à religiosidade germânica, como propõe Bradley, Úlfilas deveria ter excluído por completo as runas do seu alfabeto, mas esse não foi o caso. O resultado do trabalho foi um alfabeto fonêmico, isto é, em que cada símbolo corresponde a um fonema diferente. Por se tratar de uma língua morta, o que se sabe hoje sobre a maneira como era pronunciada decorre de análises comparativas feitas com o som de letras gregas e de nomes bíblicos⁶⁰².

Concluído o novo alfabeto, Úlfilas iniciou a tradução das escrituras, então escritas em grego. Em que pese tenha recebido sozinho os louros pelo trabalho, é possível que tenha se valido de uma equipe de tradutores, funcionando mais como uma espécie de coordenador do projeto⁶⁰³. A missão de tornar compreensível para um povo germânico a linguagem dos textos, imersos em conceitos próprios do universo greco-romano, envolveu uma cuidadosa escolha das palavras. As escrituras precisavam ser adaptadas à realidade vivida pelos godos. Para exemplificar, o verbo “escrever” foi traduzido como “marcar” ou “pintar”⁶⁰⁴. Filostórgio observa que Úlfilas optou por não traduzir o *Livro dos Reis*, que entre outros assuntos aborda a invasão de Jerusalém pelos babilônicos, por entender que o livro possuía um tom excessivamente belicoso e capaz de estimular seu temperamento agressivo. Afinal, nas palavras do autor, “(os godos) *eram um povo naturalmente propenso à guerra*”⁶⁰⁵. O motivo por trás da ressalva feita apenas ao *Livro dos Reis* é duvidoso, sobretudo se considerarmos que outros textos bíblicos tratam de temáticas semelhantes com o mesmo ou maior vigor, como os de Josué e Juízes. Outra possível explicação para o decote diz que talvez Úlfilas tenha estabelecido uma sequência de tradução de acordo com a importância que

atribuiu a cada escritura para o propósito geral do trabalho, a evangelização, mas que tenha morrido durante o projeto, antes que chegasse ao *Livro dos Reis*.

À medida que os godos se convertiam, a bíblia de Úlfilas se tornava o principal instrumento litúrgico utilizado pelos cultos godos. Seria amplamente adotada pelas igrejas dos Reinos Visigodo e Ostrogodo nos séculos seguintes. Uma versão do documento sobreviveu aos nossos dias pelo Códice Argênteo (*Codex Argenteus*), a “Bíblia de Prata”, uma compilação que reúne manuscritos do século VI com grande parte dos evangelhos de Mateus, João, Lucas e Marcos, totalizando 187 páginas de uma versão original que aparentemente contava com 336, todas ricamente decoradas com um fundo púrpura e detalhes em ouro e prata. Hoje, o Códice Argênteo compõe o acervo em exibição permanente da Universidade de Upsália, Suécia. Considerando sua riqueza e datação, acredita-se que tenha sido encomendada por volta dos anos 520 pelo próprio Teodorico, o Grande. Curiosamente, a maior parte do documento foi descoberta apenas no século XVI em uma abadia de Essen (Alemanha), o restante na biblioteca do rei sueco Gustavo II Adolfo após a Batalha de Praga (1648). Os escritos foram finalmente reunidos pelo filólogo holandês Franciscus Junius em uma primeira publicação no ano 1665. Ainda mais extraordinário foi o fato de sua última folha, a página de número 336, ter sido encontrada somente em 1970 na catedral de Espira (Alemanha). Várias teorias foram apresentadas sobre a possível rota percorrida pelo texto, mas em linhas gerais o que podemos afirmar é que pelo menos sua maior parte foi preservada por abades do Sacro Império Romano-Germânico⁶⁰⁶. O alfabeto gótico sobreviveu por outros fragmentos menores da bíblia de Úlfilas, como o Códice Carolino (*Codex Carolinus*), palimpsesto de quatro folhas com parte do Livro dos Romanos, e os Códices Ambrosianos (*Codices Ambrosiani*), que contêm trechos das epístolas, os *skeireins*. A limitada quantidade de documentos escritos em gótico e o fato de todos serem textos bíblicos mostra que muito provavelmente a escrita desenvolvida por Úlfilas teve seu uso voltado apenas para a religião e que permaneceu restrita a um pequeno número de iniciados. Nas cortes dos reis ostrogodos e visigodos, apesar de as elites godas falarem o gótico, o latim continuaria sendo adotado para a escrita de documentos oficiais⁶⁰⁷.



Anos antes de morrer (383), Úlfilas participou ainda do Primeiro Concílio de Constantinopla (381), o segundo concílio convocado com o objetivo de encerrar as controvérsias acerca da questão cristológica⁶⁰⁸. Dessa vez, a convocação foi realizada pelo imperador Teodósio I, forte defensor da ortodoxia nicena. Teodósio I designou o concílio em âmbito regional, apenas para os bispos do oriente, onde os arianos contavam com maior apoio, inclusive na sé episcopal de Constantinopla. Por isso não participaram bispos do ocidente, nem mesmo o de Roma. A intenção do imperador era clara: constranger os bispos das dioceses do oriente a ratificarem a condenação ao arianismo. Teodósio I submetia-se a um risco calculado, naturalmente com muita articulação nos bastidores do evento. Embora tenham chancelado a tese da consubstancialidade, consolidando o “credo niceno-constantinopolitano”, uma nova derrota para os arianos, decidiu-se que os bárbaros recém-convertidos poderiam continuar conduzindo seus assuntos de acordo com as tradições que haviam recebido dos “pais da igreja” (*patres ecclesiae*)⁶⁰⁹. Na prática, a medida permitia que os godos continuassem flertando com as doutrinas arianas. O motivo da estranha exceção não é apresentado

abertamente pelo cânone, mas podemos especular que sua razão de ser fosse evitar tensões com as comunidades cristãs bárbaras. Sem meios para obrigá-las a cumprirem as deliberações do concílio do outro lado do *limes*, o risco de possíveis cismas deveria ser evitado. O Concílio de Constantinopla seria ratificado como ecumênico — com aplicação para todo o império — apenas em 451, por ocasião do Concílio de Calcedônia.

4.7 Campanha de Juliano contra os persas

Dissemos que os godos participaram da ofensiva organizada pelo imperador Juliano contra o Império Sassânida. Nossa principal fonte sobre esse e outros assuntos que trataremos nos próximos tópicos é Amiano Marcelino. Nascido em alguma província do oriente — possivelmente Síria ou Fenícia — por volta de 330, Marcelino era de família aristocrática e construiu uma carreira militar no exército imperial, chegando a compor a prestigiada unidade de elite dos protetores domésticos (*protectores domestici*)⁶¹⁰ durante os anos 350 e a servir nas campanhas de Juliano contra os alamanos nas fronteiras do Reno⁶¹¹. Conheceu pessoalmente o imperador e retratou seu governo com uma imagem muito favorável em *Altos Feitos*, sua obra. Estudemos agora de maneira mais detalhada o governo desse imperador, da ascensão à queda, e o que se sabe sobre os godos no período.

A vitória de Juliano sobre os alamanos na Batalha de Argentorato (357) havia consolidado sua reputação como competente general, e não era para menos. Contando com um exército composto por apenas 13.000 homens, derrotou uma força alamana estimada em 35.000. Teria sofrido apenas 243 baixas, e os inimigos, 6.000⁶¹². Mesmo que consideremos os números apresentados por Marcelino exagerados, a vitória do imperador, ainda César, consagrou seu nome entre os romanos e especialmente entre os militares do ocidente. Não muito depois, no mesmo ano, as tropas estacionadas na Gália o elevaram a Augusto. Certamente não podemos descartar a hipótese de que tenha articulado a própria elevação, mas pelo menos a versão oficial apresentada pela literatura é a de que teria recusado a proclamação e repreendido seus homens pela imprudência⁶¹³. Talvez sentisse que sua posição ainda não era sólida o bastante em 357 para se arriscar em um possível enfrentamento com Constâncio II, que provavelmente não aceitaria sua ascensão. Mas não demoraria para que uma nova oportunidade surgisse para

Juliano. Em 358, Sapor II enviou uma carta a Constâncio II por meio da qual finalmente declarava suas pretensões territoriais e concedia um ultimato aos romanos: reivindicava a devolução das áreas perdidas pelos sassânidas por ocasião do tratado de Nísibis. O imperador não cedeu. Diante da recusa, Sapor II declarou guerra no ano seguinte e passou a conduzir ataques pelo *limes arabicus*. Constantinopla estava tão despreparada para reagir à ofensiva do inimigo que o próprio comandante encarregado do teatro de operações, o mestre de cavalaria Ursino, por pouco não foi capturado em uma emboscada⁶¹⁴. A importante cidade-fortaleza de Amida (Diyarbakır, Turquia) foi submetida a um desgastante cerco, e duas outras importantes fortificações da região — Remam e Busam — renderam-se sem grande resistência⁶¹⁵.

Constâncio II requisitou o envio de duas “*unidades celtas*” a Juliano para reforçar o front oriental enquanto organizava uma contraofensiva para o próximo verão. Juliano cumpriu a determinação sem maiores questionamentos. No início de 360, por volta de fevereiro ou março, uma nova requisição foi feita. Dessa vez, a exigência totalizava quatro companhias inteiras de infantaria e 300 soldados destacados de todos os regimentos então à disposição do exército do ocidente⁶¹⁶. Era uma quantidade gigantesca, a retirada de tantos homens impactaria seriamente a segurança das dioceses e províncias do oeste. A exigência reforçou a desconfiança de Juliano e de seus conselheiros mais próximos, que suspeitavam das reais intenções de Constâncio II. A demanda por tropas poderia ser apenas uma tentativa de enfraquecer Juliano antes de uma guerra civil. Afinal, provavelmente Constantinopla via Juliano como uma ameaça desde que os regimentos da Gália o haviam elevado a Augusto ignorando a autoridade do imperador sênior. Uma conspiração foi então arquitetada nos quartéis do ocidente. Tribunos asseguraram que bilhetes anônimos fossem disseminados entre as baixas patentes reportando que Juliano seria em breve traído por Constâncio II; os boatos evoluíram para uma comoção generalizada, e as tropas seguiram para o palácio imperial em Lutécia (Paris), onde elevaram novamente Juliano a Augusto⁶¹⁷.

Se até então uma guerra civil era apenas uma possibilidade, agora havia se tornado iminente. Juliano decidiu assumir a iniciativa, reuniu um exército e partiu para enfrentar o primo mais velho. Encurralado entre o Sapor II e Juliano, Constâncio II permaneceu em Edessa com a maior parte do exército

do oriente. Mas o imperador não ficou inerte, articulou com aliados para que as legiões da Itália e as tribos germânicas aliadas pegassem em armas contra Juliano. Nas palavras de Libânio, “*a Itália se fortificava, os germânicos eram chamados ao combate e os citas eram mobilizados*”⁶¹⁸. Embora as fontes só tragam expressamente o nome de Vadomário, um chefe dos alamanos⁶¹⁹, a referência feita aos “citas” indica que os godos estivessem entre as tribos convocadas por Constâncio II para repelir o adversário. A essa altura a palavra *scythiae* era empregada pelos autores antigos quase que exclusivamente para se referirem aos godos. Sobretudo considerando que não são reportadas guerras entre godos e romanos para o período, presume-se que os tervíngios permanecessem aliados ao império, mais precisamente a Constantinopla, que projetava sua influência sobre o baixo Danúbio. Não que isso preponderasse sobre os aspectos práticos da decisão tomada pelos godos quanto a quem deveriam apoiar no conflito, mas o fato de Constâncio II possuir em tese maior legitimidade por ser filho de Constantino, e Juliano apenas sobrinho, pode ter sido um dos fatores considerados pelos chefes godos. Quando enfim sentiu que o front com os persas estava relativamente estabilizado e começou a mobilizar suas unidades para combater Juliano, por um acaso do destino Constâncio II adoeceu e morreu em Mopsuéstia (Adana, Turquia) por volta de novembro de 361, colocando Juliano no comando de todo o império antes que os exércitos romanos do ocidente e do oriente se desgastassem em uma batalha de campo⁶²⁰.

O curto reinado de Juliano seria marcado por um tom reformista. Conhecido por sua formação filosófica, realizou uma série de mudanças administrativas com o objetivo de restaurar o modelo do principado augustano, emulando imperadores como Marco Aurélio e Adriano. Adotou um estilo de governança mais austero, muito diferente do luxo dos seus antecessores, e para isso demitiu grande parte dos funcionários do palácio. O “ouro para a coroa” (*aurum coronarium*), prestação paga voluntariamente ao imperador como uma espécie de presente pela ascensão ao trono ou pelo aniversário de reinado (*dies imperii*), que havia se transformado em tributo mandatário nos últimos anos, retornou à condição de mera faculdade. Na relação entre autoridade central, dioceses e províncias, as cúrias (*curiae*) receberam maior autonomia sobre matérias de interesse local. No entanto, foi sua postura manifestamente contrária e hostil ao cristianismo que o tornou

conhecido como “o Apóstata”. Na defesa do culto aos antigos deuses, foi o último imperador romano a tentar reverter o processo de expansão da cristandade. Para isso, revogou isenções fiscais concedidas a sacerdotes, determinou a reabertura de templos pagãos, retirou o banimento aos sacrifícios e proibiu o exercício do magistério por professores cristãos⁶²¹. Astuto, Juliano anistiou vários bispos punidos durante o governo de Constâncio II em meio às disputas teológicas da época; embora o movimento possa indicar uma possível reaproximação com os cristãos, o que pretendia com esses indultos era reacender os velhos conflitos entre diferentes facções da Igreja⁶²².

Em 363, Juliano mobilizou o exército imperial e invadiu o Império Sassânida em uma ofensiva de represália pelos constantes ataques feitos por Sapor II nos últimos anos. O exército reunido contou com o apoio de reforços enviados pelas tribos federadas, entre elas os tervíngios. Desde 362 os chefes da *Gothia* mandavam contingentes para o oriente, principalmente para a Síria, onde o esforço de mobilização era concentrado. Nos acampamentos, o clima entre romanos e bárbaros não era dos melhores. Sem apresentar maiores detalhes, um fragmento de Eunápio narra um incidente envolvendo soldados romanos e tervíngios; os dois grupos teriam se estranhado por algum motivo não indicado, e Juliano teve que intervir pessoalmente para apaziguar as tropas e deixar claro que os persas eram o inimigo, não os godos⁶²³. Em outra observação solta, Eunápio transcreve o que tem sido interpretado como uma advertência feita pelo imperador aos militares romanos para acalmar os ânimos com os aliados bárbaros: *“enquanto vocês devem tratar como território inimigo o que pertence àqueles em guerra conosco, devem tratar como se fosse seu o que pertence àqueles que se submeteram a nós”*⁶²⁴. Em outras palavras, que deixassem de tratar os federados como inimigos. Na mesma linha, dois comentários de Libânio sinalizam que a relação amistosa que os godos mantinham com os constantinos começava a sofrer algum desgaste com Juliano. No primeiro desses comentários, conta-nos que certa ocasião o imperador recebeu *“emissários dos citas”* e que, ao perceber que *“interpretavam sutilmente os juramentos que realizavam”*, exortou-os a pegarem o caminho de volta e a se prepararem para a guerra. O autor conclui ter sido *“a primeira vez em muito tempo que um homem romano ameaçou um bárbaro”*⁶²⁵. Embora o texto não indique claramente quando o fato ocorreu, podemos imaginar que a

embaixada tenha sido enviada pelos tervíngios logo depois da morte de Constâncio II com o objetivo de renovarem o juramento de lealdade ao império, dessa vez perante o novo imperador. Como os tervíngios apoiaram Constâncio II durante a guerra civil, essa pode ter sido a razão para que a conversa de Juliano com a comitiva tenha evoluído mal. Mas como nenhum confronto aberto entre romanos e godos é registrado durante seu governo, o estresse parece ter se resolvido, tanto que os tervíngios logo participariam como auxiliares na campanha persa. O segundo comentário aparece no canto fúnebre escrito em homenagem a Juliano após sua morte. Nele, Libânio dirige-se com ironia aos godos como se o acontecimento (morte de Juliano) fosse algo que devessem comemorar: “*dancem novamente, citas!*”⁶²⁶.

A campanha contra os persas foi bem-sucedida em um estágio inicial; os romanos e seus aliados conseguiram avançar até a capital sassânida de Ctesifonte sem enfrentar muita resistência. Porém as defesas da cidade haviam recebido um massivo investimento em melhorias nos últimos anos, e Juliano foi pego de surpresa ao se deparar com uma muralha muito mais robusta do que a que havia esperado. Sem equipamentos de sítio compatíveis com o novo desafio que se apresentava e enfrentando dificuldades para proteger a cadeia de suprimentos montada no rio Tigre pelas incessantes escaramuças persas, os romanos viram-se incapazes de sustentar um cerco prolongado. Some-se a isso o risco iminente de Sapor II chegar com o principal exército sassânida para libertar a capital. A campanha havia estagnado. Juliano reconheceu o quão vulnerável era sua posição e ordenou uma retirada geral, mas no caminho de volta para o império os romanos foram acossados pela retaguarda; em um desses ataques o imperador foi atingido por uma lança que lhe atravessou a costela enquanto saía às pressas de sua tenda para comandar as tropas. Morreu pouco depois⁶²⁷. Ainda em território inimigo, o exército imperial apontou o prefeito pretoriano Flávio Salústio como sucessor, mas Salústio recusou a indicação alegando idade avançada e problemas de saúde. Joviano, oficial de alta patente da guarda imperial, foi então proclamado imperador e sua primeira tarefa foi firmar um humilhante tratado com Sapor II. Os romanos finalmente devolviam aos sassânidas os territórios recebidos em Nísibis, incluindo a própria cidade de Nísibis, grande parte da Armênia e 15 fortalezas⁶²⁸. As unidades godas que retornaram do front oriental para a *Gothia* certamente levaram aos seus compatriotas a notícia de que o estado atual das

relações romano-góticas não era dos melhores, criando uma atmosfera de hostilidade que pode ter contribuído para que participassem da revolta de Procópio⁶²⁹.

Em seu curto governo, Joviano pôs fim a muitas das medidas tomadas por Juliano contra o cristianismo, mas adotou uma política de tolerância em relação aos pagãos, permitindo que os antigos cultos coexistissem com a cristandade⁶³⁰. O novo imperador foi encontrado morto apenas oito meses depois, em 364⁶³¹. Dessa vez, a nova escolha do exército recaiu sobre Valentiniano, oficial recém-promovido a comandante da primeira divisão dos *scutarii*. O novo imperador restaurou o colégio imperial elevando seu irmão, Valente, a coimperador. Resgatava-se o modelo de repartição concebido por Constâncio II de dividir a administração do império em três prefeituras pretorianas, a primeira formada pela Gália, Britânia e Hispânia, a segunda pela Itália, Ilíria e África, e uma terceira que abarcava as dioceses do oriente⁶³². Valentiniano I assumiu o controle das duas prefeituras do ocidente e encarregou o irmão de governar o oriente. Os dois enfrentariam um grave período de instabilidade logo no início dos seus reinados. As consequências da malsucedida campanha de Juliano haviam sido desastrosas, as derrotas em combate e as largas concessões realizadas por Constantinopla a Sapor II foram um grave golpe no moral do exército imperial, o que não passou despercebido pelas tribos vizinhas na outra margem do Reno e Danúbio. No decorrer dos anos 360 são registradas as primeiras ofensivas alamanas sobre a Gália e Récia. Não muito depois, sármatas e quados se lançaram sobre a Panônia enquanto pictos e saxões invadiram a Britânia. Tribos mouras causaram tumulto no norte da África, onde as cidades romanas não estavam protegidas por linhas defensivas como no Reno e Danúbio. São reportadas incursões godas menores para 364, mas uma ofensiva de maior envergadura ocorreria em 365⁶³³. Nesse meio-tempo, Valentiniano I conduziu obras de reparo nas fortificações da Dácia Ripense e ordenou a construção de uma série de novas torres de vigia. Em contrapartida, Valente executou projetos semelhantes na *ripa gothica*⁶³⁴. Podemos afirmar que o reinado de Valente, em especial, foi marcado por uma série de conflitos com os tervíngios, a começar pelo envolvimento godo na revolta de Procópio, que culminaram na Batalha de Adrianópolis (378), uma verdadeira catástrofe militar para os romanos. Perderiam não só a maior parte do exército do oriente, como o próprio imperador, morto em combate.

4.8 Revolta de Procópio

Nascido em Córico (Kizkalesi, Turquia), Cilícia, Procópio era membro de uma família da aristocracia aparentada aos constantinos pelo lado materno. É descrito pelas fontes como uma figura austera e reclusa⁶³⁵. Serviu como notário e tribuno durante o governo de Constâncio II, mas foi com o primo Juliano que assumiu funções militares mais importantes. Possivelmente na condição de *comes rei militaris*⁶³⁶, foi encarregado de abrir um novo front na campanha persa com Sebastiano, também um conde do império. Contando com um exército de 30.000 homens, os dois generais deveriam atravessar a Armênia e atacar os sassânidas pelo norte. Não só, no caminho precisariam convencer o rei armênio aliado Ársaces II a participar ativamente da ofensiva⁶³⁷. Procópio era alguém do núcleo íntimo de Juliano e suas qualidades foram notadas pelo imperador. Antes do início da invasão, recebeu dele um robe púrpura e a diretriz de que deveria agir rapidamente para assumir o trono caso morresse em batalha⁶³⁸. Porém, quando Procópio e Sebastiano finalmente alcançaram o exército imperial em retirada, as tropas já haviam substituído Juliano por Joviano. Era tarde demais para entrar na disputa. Para salvar a própria vida, Procópio revelou a Joviano a orientação que havia recebido do primo e suplicou por clemência. O novo imperador permitiu que vivesse com sua família em exílio, distante da política imperial, e Procópio partiu para Cesareia, onde possuía uma grande propriedade⁶³⁹.

Procópio foi visto pelos valentinianos como uma ameaça em potencial, e não sem razão. Se considerarmos o intervalo entre a queda de Licínio e a morte de Juliano, a dinastia constantina comandou o império por cerca de quatro décadas, isso sem contar os períodos anteriores em que Constâncio I e Constantino compartilharam a administração com outros tetrarcas. A presença dos constantinos no poder havia se transformado em algo natural, o lugar-comum. Como ponderamos, o dominato de Diocleciano incorporou uma característica familiar marcante com os constantinos, nada muito diferente de uma monarquia hereditária. Podemos imaginar um cenário de aparelhamento das instituições políticas e militares romanas, em que a família continuava contando com muitos apoiadores nos diversos setores da burocracia imperial e do exército. O nome de Constantino carregava um imenso simbolismo, um nome capaz de mobilizar as massas de uma população agora esmagadoramente cristã. Logo, remanescentes da família contavam com

um forte argumento de legitimidade para sustentar uma disputa pelo trono. Preocupados com Procópio, Valentiniano I e Valente decidiram mantê-lo sob custódia. Zósimo descreve como teria escapado da prisão, diz-nos que Procópio recebeu os soldados enviados com aparente resignação, pedindo-lhes apenas um momento para que pudesse se despedir dos filhos. Ardiloso, conseguiu enfim convencê-los a se sentarem e beberem, e enquanto se entretinham, fugiu com a família rumo ao Quersoneso⁶⁴⁰. De lá pode ter mantido algum contato mais próximo com os godos, inclusive com chefes grutungos, o que talvez tenha sido o fator determinante para o apoio que em breve receberia das tribos godas. Porém eventuais embaixadas ou correspondências não são relatadas pelas fontes. Especulações de nossa parte. Pouco depois, temeroso de que os habitantes da região pudessem delatá-lo aos romanos, decidiu partir novamente e se mudou para a casa de um conhecido em Constantinopla⁶⁴¹.

Enquanto isso, Valente governava o oriente sem muito respaldo popular. Além de não possuir uma ascendência aristocrática importante, o imperador havia avançado em sua carreira militar somente até o posto de tribuno dos protetores domésticos quando foi alçado pelo irmão ao colégio imperial. Isto é, era apenas um oficial de patente intermediária, comandante de regimento, algo ainda muito distante de um general de exército. Não possuía *pedigree*. Para piorar a situação, em Constantinopla sua reputação negativa foi agravada pela postura autoritária do sogro Petrônio, que nomeou patrício, personagem descrito por Marcelino como *“um sujeito feio no espírito e na aparência, que, queimando em um desejo desenfreado de prejudicar a todos sem exceção, condenava igualmente culpados e inocentes depois de torturas inusitadas”*. E o autor arremata: *“cobrava dívidas que remontavam aos tempos de Aureliano”*⁶⁴². Não foi difícil para Procópio perceber que a opinião pública se voltava contra o imperador do oriente. A partir daí, junto com Eugênio e Estratégio — o primeiro um eunuco que havia sido exonerado há não muito tempo de suas funções na corte, o segundo um senador e oficial dos palatinos —, começou a conspirar para derrubar o regime. O momento propício surgiu em 365. No fim do verão, o imperador saiu da capital com destino à Síria, mas durante o caminho, ainda em Cesareia, foi surpreendido com a notícia de que os godos haviam lançado um inesperado ataque pelo baixo Danúbio⁶⁴³. Os ataques godos realizados no ano anterior, de menor escala, podem ter sido obra de bandos tervíngios

isolados que agiram de modo independente liderados pelos seus respectivos *reiks*. Um presságio para a invasão de 365. No entanto, essa parece ter assumido maior proporção, uma ação coordenada diretamente por um *iudex*. Os autores antigos não apontam as causas do conflito, seguramente conectadas de alguma forma à crise que sucedeu à derrota de Juliano. Os pleitos eram provavelmente os de sempre: cargos de maior importância no exército imperial, um aumento das compensações financeiras pelos serviços prestados como federados, quem sabe até uma indenização pelos prejuízos sofridos na Pérsia. A maneira hostil como os auxiliares *tervínghios* foram tratados pelos aliados romanos no front oriental sem sombra de dúvidas entrou na equação⁶⁴⁴. Em que pese alguns atritos terem ocorrido nesse interstício, era a primeira vez que os godos se uniam contra o império desde a paz firmada com Constantino em 332. Nas palavras de Marcelino, as tribos godas agora “*conspiravam unidas em selvageria*” (*saeuissimam conspirantem in unum*)⁶⁴⁵.

O império reagiu. Valente ordenou que tropas fossem enviadas às pressas em socorro às guarnições da Trácia; esses reforços incluíam regimentos de infantaria e cavalaria, e entre os enviados estavam as legiões auxiliares palatinas dos *divitenses iuniores* e dos *tungricani*⁶⁴⁶. Essas duas unidades deveriam realizar uma pequena paragem de dois dias em Constantinopla antes de retomarem a marcha em direção ao norte, e é precisamente nesse ponto que a ofensiva goda e a revolta de Procópio se conectam. Procópio conhecia alguns oficiais que estavam em trânsito na capital e encontrou neles a oportunidade para o seu levante. No lugar de discursar abertamente para todos os soldados e arriscar a própria cabeça, aproximou-se dos poucos militares que conhecia e os seduziu com promessas de grandes recompensas. Cooptados, esses oficiais se encarregaram de convencer a soldadesca. Após se assegurar do apoio dos militares, Procópio dirigiu-se ao local em que as tropas permaneciam aquarteladas trajado com uma túnica de ouro improvisada que, segundo Marcelino, aproximava-o “*mais de um criado da corte que de um imperador*” (*tunica auro distincta ut regius minister*), e aí sim proferiu um discurso “*bajulador e servil*” (*ancillari adulatione beneficii adlocutus auctores*)⁶⁴⁷. Foi ovacionado pela caserna. Seus apoiadores na aristocracia reuniram escravos armados para encorpar as fileiras do movimento. Em um primeiro momento, a maior parte da população da capital, pega de surpresa, evitou se manifestar contrária ou favoravelmente ao usurpador, era preciso sentir como as coisas evoluíam.

Porém, alguns dias depois, Procópio proferiu um novo discurso inflamado, dessa vez dirigido aos moradores da cidade, e foi finalmente aclamado pelas massas⁶⁴⁸. Constantinopla havia caído.

Com a capital em seu poder, Procópio não demorou para assumir o controle de toda a Trácia. Outros regimentos que estavam a caminho do front com os godos também se amotinaram. Para evocar sua ligação com os constantinos, o usurpador passou a se fazer acompanhar de Faustina e Constância por onde andava, esposa e filha de Constâncio II⁶⁴⁹. Paralelamente ao que ocorria no oriente, os alamanos iniciaram uma grande ofensiva no ocidente, romperam a linha de defesa do Reno e avançaram sobre o interior da Gália. Valentiniano I, que a essa altura preparava uma força de salvação para socorrer Valente, viu-se de repente pressionado pelas elites da Gália a não partir, a defender seus próprios territórios. Delegações vindas das várias províncias do oeste pediram ao imperador que não abandonasse o país em perigo para se ocupar de uma crise que não era a sua. A prudência ditava claramente o curso de ação correto. Temendo perder sua base de apoio no ocidente, Valentiniano I decidiu abortar a expedição para concentrar seus esforços contra os alamanos, deixando o irmão sozinho com Procópio e os godos⁶⁵⁰. No entanto, para a sorte de Valente, apesar do êxito inicial a rebelião perdeu fôlego e continuou grosso modo restrita à Trácia. Na região de fronteira entre as duas metades do império, o general Equítio, conde para a Ilíria, vinculado portanto ao comando militar do oriente, impediu que a revolta se propagasse para o oeste. Como reconhecimento pelo sucesso, Valente o promoveu de *comes* para *magister per Illyricum*. Mais ao leste, Procópio chegou a cruzar o Bósforo, mas foi contido pelo exército imperial, permanecendo apenas com uma cabeça de ponte na Bitínia, extremo noroeste da Anatólia⁶⁵¹.

Há quem sustente que a invasão goda de 365 tenha sido um movimento coordenado com a revolta de Procópio, vale dizer, que os godos podem ter atacado o império com o objetivo de desestabilizar o regime de Valente e abrir caminho para o retorno dos constantinos ao poder. Sabemos que os godos efetivamente apoiaram Procópio após a eclosão da revolta, e falaremos agora sobre esse auxílio, mas as fontes que tratam dos dois assuntos não citam possíveis tratativas ou negociações prévias entre o usurpador e os chefes godos. Sim, Procópio refugiou-se no Quersoneso por algum tempo antes de retornar

a Constantinopla e lá pode ter construído relações mais estreitas com *reiks* tervíngios e grutungos, mas estamos diante de uma possibilidade não demonstrada. Ao que parece, os dois acontecimentos, pelo menos de início, desenvolveram-se de maneira independente e se uniram em uma segunda etapa⁶⁵². Qualquer que seja o caso, assim que consolidou sua posição em Constantinopla e na Trácia, Procópio enviou uma carta aos godos. Apresentava-se como o herdeiro legítimo do trono romano e convidava as tribos godas a interromperem seus ataques e se unirem a ele na guerra contra os valentinianos⁶⁵³. Os autores antigos nada dizem sobre as vantagens oferecidas aos bárbaros, mas os godos embarcaram na causa do usurpador. Na versão de Zósimo, Constantinopla mandou uma embaixada para a *Gothia* e nas negociações que se seguiram os representantes de Procópio conseguiram que os chefes godos se comprometessem com o envio de uma força federada de 10.000 homens. Outras nações bárbaras não identificadas pelo historiador também foram abordadas e se comprometeram a enviar reforços⁶⁵⁴. Em Marcelino encontramos referência apenas a um pequeno exército de 3.000 guerreiros fornecido por um *rex gothorum* não nomeado⁶⁵⁵. Para o historiador francês do século XVIII Louis-Gabriel Du Buat-Nançay, esse pequeno número corresponderia apenas às primeiras unidades godas, a uma força de vanguarda. Buat-Nançay defende que os reforços godos podem ter somado algo na casa dos 30.000 homens, número que acabou sendo replicado nas obras de seus contemporâneos Bradley e Gibbon⁶⁵⁶. Contudo a estimativa não é respaldada por Zósimo, Marcelino ou qualquer outro autor antigo, que, repiso, apresentam números mais conservadores. Se a avaliação de Buat-Nançay estiver correta, estamos falando de um gigantesco exército auxiliar mesmo para os padrões da Antiguidade. E considerando o curso dos eventos que se seguiram, não nos parece verossímil.

No início da revolta, quando a insurreição se alastrava pelos Bálcãs, Valente cogitou negociar com Procópio para evitar uma derrota total, juntos poderiam estabelecer um novo esquema de divisão do oriente. Mas o imperador logo foi demovido da ideia pelos seus conselheiros mais próximos, que ainda vislumbravam a possibilidade de uma vitória. Não demoraria para que o avanço da rebelião fosse contido por Equítio pelo oeste e por Valente pelo leste. A euforia com o possível retorno dos constantinos foi esmorecendo, e a rede de apoio de Procópio minguando. Aflitos com a perspectiva de serem alvo

das retaliações do imperador caso Procópio fosse derrotado, militares das mais elevadas às baixas patentes aproveitavam a primeira oportunidade para desertar. Percebendo esse movimento, Flávio Arinteu e Arbítio, generais subordinados a Valente, apresentavam-se diante das tropas adversárias e bradavam aos soldados inimigos para que abandonassem a insurreição e honrassem seu imperador, e com esses discursos enérgicos fizeram que muitos mudassem de lado no curso da guerra⁶⁵⁷. Em 366, na Batalha de Tiatira (Akhisar, Turquia), confronto decisivo para a definição do conflito, Gomário, um dos principais comandantes de Procópio, simulou ter sido feito prisioneiro para correr até o campo do imperador e pedir clemência. A rendição de Gomário provocou uma debandada generalizada entre os amotinados⁶⁵⁸. No mesmo ano, Procópio sofreria uma última derrota na Batalha de Nacoleia (Seyitgazi, Turquia). Vencido, partiu em fuga pelas montanhas e florestas da Frígia⁶⁵⁹, mas pouco depois foi capturado pelos seus próprios homens e apresentado a Valente, que entregou sua cabeça ao irmão como troféu⁶⁶⁰.

Nos últimos desdobramentos da guerra civil, Marcelo, um parente de Procópio que havia sido colocado no comando das guarnições de Niceia, assumiu a liderança da revolta quando soube da derrota sofrida em Nacoleia. A esperança de Marcelo recaía na promessa de reforços feita pelos godos. Enquanto conduzia essa resistência improvisada, ordenou que Sereniano, ministro de Valente que estava sob sua custódia, fosse assassinado. Marcelo aparentemente contava com algum apoio substancial, pois conseguiu reunir uma força suficiente para ocupar a Calcedônia. Mas Equítio, que avançava pela *via militaris*⁶⁶¹ retomando as províncias dos Bálcãs e que agora estava ocupado sitiando Filipópolis, destacou algumas de suas companhias para um ataque a Marcelo, que foi enfim derrotado⁶⁶². Assim se encerrava a última tentativa de um constantino de retornar ao poder. Embora Marcelino e Zósimo sejam claros ao dizerem que os godos apoiaram Procópio com o envio de tropas, nenhuma informação mais precisa é oferecida sobre seus movimentos, e não podemos descartar a possibilidade de que nem sequer tenham efetivamente se engajado em algum combate⁶⁶³. Tempos depois, ainda em 366, Valente despachou o mestre de cavalaria Victor para a margem norte com a missão de interpelar os tervíngios sobre o apoio prestado ao usurpador. Na ocasião, os chefes godos entregaram ao general a carta que haviam recebido de Procópio. Ao apresentarem o documento, argumentaram que haviam permanecido leais

ao pacto firmado com Constantino e que não cabia a eles decidir quem possuía maior legitimidade para governar o império, essa era uma disputa interna dos romanos. Procópio estava no controle da Trácia e seguiram suas diretrizes. Em outras palavras, sustentaram que apenas foram convocados por alguém que se apresentava como imperador e cumpriram suas obrigações como federados. Porém aparentemente nenhuma justificativa foi dada para a invasão de 365 que antecedeu a revolta de Procópio⁶⁶⁴.

⁴⁵⁰ *Hist. Aug.* Cláudio 6.2.

⁴⁵¹ *Hist. Aug.* Aureliano 36; Zósimo 1.62. Eros ou Mnesteu, talvez Eros Mnesteu, um funcionário menor que acompanhava Aureliano, temendo ser punido por alguma razão não informada pelas fontes, forjou uma lista contendo nomes de altos oficiais do exército imperial e a apresentou àqueles que figuravam no documento. Supostamente, a lista indicava pessoas que deveriam ser assassinadas a mando do imperador. Ao tomarem conhecimento do documento, esses oficiais se anteciparam ao inventado expurgo e mataram Aureliano.

⁴⁵² *Hist. Aug.* Tácito 2.1-6; Zósimo 1.63. Tácito é considerado o último imperador aliado ao Senado. Durante seu curto governo, restaurou em parte a autoridade dos senadores devolvendo ao Senado algumas de suas atribuições típicas, como a nomeação de cônsules e outras magistraturas. Em *História Augusta*, Tácito foi acometido por uma febre e morreu de causas naturais. Zósimo conta que foi assassinado pelos mesmos assassinos de Maximino, governador da Síria e parente seu, que temiam uma represália do imperador.

⁴⁵³ Muitos generais da Ilíria compuseram a lista de imperadores soldados do século III. Entre eles, Décio, Cláudio II, Aureliano e Diocleciano.

⁴⁵⁴ *Ep. de Caes.* 37; *Hist. Aug.* Tácito 14; Eutrópio *Brev. Hist. Rom.* 9.16.

⁴⁵⁵ Jerônimo *Chronicon* 282; Zonaras *EH* 12.29.610; *PLRE* 1, p. 736.

⁴⁵⁶ Zósimo 1.63.1.

⁴⁵⁷ Zonaras *EH* 12.28.608; *Hist. Aug.* Tácito 13.1-4; *CIL* 12.5563.

⁴⁵⁸ *CIL* 13.8895.

⁴⁵⁹ Zósimo 1.67.1-3.

⁴⁶⁰ *CIL* 11.1178; *CIL* 5511.

⁴⁶¹ *AE* 1923.102; *CIL* 2.3738. A primeira diz “*Vero Gothico Veroque Germanico*” e a segunda “*Principi Vero Gothico Veroque / Germanico ac Victoriarvm*”.

⁴⁶² *Codex Iustinianus* 8.55.2. O Código de Justiniano é uma parte do *Corpus Iuris Civilis* que reúne uma série de atos normativos expedidos pelos imperadores, as *constitutiones*. As *constitutiones* incluem éditos (*edicta*; proclamação do direito), decretos (*decreta*; decisões judiciais) e rescritos (*rescripta*; respostas oficiais a petições).

⁴⁶³ *Hist. Aug.* Caro, Carino e Numeriano 9.4; *AE* 1970.239.

⁴⁶⁴ *Ep. de Caes.* 38-39; Jerônimo *Chronicon* 286. Aurélio Vitor diz que Caro morreu atingido por um raio durante a campanha contra os persas e que Numeriano foi assassinado por seu sogro, que governou por algum período enquanto escondia o corpo do genro fechado em sua liteira.

⁴⁶⁵ WILLIAMS, Stephen. *Ibidem*, p. 51.

⁴⁶⁶ Região de fronteira com os sármatas na Panônia.

⁴⁶⁷ *XII Panegyrici Latini* 8(5).5. SOUTHERN, Pat. *Ibidem*, p. 143-144; HARMATTA, János. *Studies in the History and Language of the Sarmatians*. Szeged: Acta Universitatis de Attila József Nominatae, 1970. p. 56-57. O conhecimento que possuímos sobre essas campanhas decorre principalmente de informações presentes em moedas.

⁴⁶⁸ HARMATTA, János. *Ibidem*.

⁴⁶⁹XII *Panegyrici Latini* 11(3).17.

⁴⁷⁰Constâncio Cloro, conhecido como Constâncio I, pai de Constantino, o Grande.

⁴⁷¹WILLIAMS, Stephen. *Ibidem*, p. 64; HARMATTA, János. *Ibidem*.

⁴⁷²Jordanes *Get.* 21.110.

⁴⁷³Eutrópio *Brev. Hist. Rom.* 9.24.

⁴⁷⁴HEATHER, Peter. *Ibidem*, p. 59.

⁴⁷⁵Lactância *De Mortibus Persecutorum* 38.

⁴⁷⁶AE 1973.526; BARNES, Timothy. *Ibidem*, p. 17-18.

⁴⁷⁷CIL 8.7003.

⁴⁷⁸BRENNAN, Peter. Diocletian and the Goths. *Phoenix*, Vitória, v. 38, p. 142-146, 1984.

⁴⁷⁹PLRE 1, p. 223-224; GIBBON, Edward. *Ibidem*, p. 425-428.

⁴⁸⁰Existe um grande debate historiográfico sobre a conversão de Constantino. Primeiro, quanto ao momento propriamente dito da conversão; se teria ocorrido na véspera da Batalha da Ponte Mílvia (312), quando enfrentou o coimperador pagão Magêncio, ou se por ocasião do seu batismo no leito de morte. Há quem defenda inclusive que Constantino jamais se converteu ao cristianismo, seria apenas simpático a ele.

⁴⁸¹As perseguições aos cristãos foram causadas por um conjunto de fatores. O não reconhecimento da natureza divina dos imperadores certamente contribuiu para desgastar a relação da corte com as primeiras comunidades cristãs. “*Pois daí a Cesar o que he de Cesar; e a Deos o que he de Deos (sic).*” (Mateus 22:21). Contudo as razões vão muito além. A insistente recusa em oferecer sacrifícios aos demais deuses e as frequentes reuniões realizadas em caráter secreto acabaram isolando os cristãos. Em um clima de desconfiança, boatos de que praticavam crimes e imoralidades de toda natureza, como incesto e canibalismo, espalharam-se rapidamente pelo império. De modo geral, os romanos foram um povo aberto para abraçar novas manifestações do divino, mas os cristãos rejeitavam os antigos deuses, algo semelhante à postura dos judeus. Constantino concedeu uma série de privilégios à Igreja e determinou a devolução de propriedades confiscadas. A primeira grande intervenção do imperador em assuntos internos da Igreja foi atuar como uma espécie de árbitro na disputa com os donatistas da África.

⁴⁸²Na história da igreja, o período compreendido entre a Era Apostólica (século I) e o Concílio de Niceia (325) é o momento em que as comunidades cristãs se organizam institucionalmente. Pouco a pouco a autoridade eclesiástica é repartida em diferentes níveis entre bispos (*episkopos*), presbíteros (*presbyters*) e diáconos (*deacons*). Os bispos atuavam como supervisores dos trabalhos e nomeavam os presbíteros, os padres propriamente ditos. Os diáconos funcionavam como ministros menores que prestavam toda espécie de auxílio à comunidade. Embora Ireneu de Lyon tenha defendido o primado do bispado de Roma no século II (Ireneu *Adversus Haereses* 3.4.3), as grandes decisões da igreja eram tomadas à época pelos concílios, eventos ecumênicos que reuniam todos os bispos cristãos do império e de fora. E os bispos dos principais centros da cristandade, como Roma, Jerusalém, Alexandria e Constantinopla, possuíam especial influência nessas deliberações.

⁴⁸³ILS 8942; ILS 696.

⁴⁸⁴Bassiano era senador e marido de Anastásia, irmã de Constantino. Curiosamente, o imperador havia tentado fazê-lo seu César, mas Licínio se opôs e a ideia foi descartada. Senécio era possivelmente um duque na Mésia ou Nórica. Se a acusação estiver correta, Licínio, de quem Senécio era amigo, tramou uma conspiração para depor Constantino e Senécio convenceu o irmão a participar (*Origo Const. Imp.* 5.15; PLRE 1, p. 150 e 820-821).

⁴⁸⁵Anônimo Valesiano é uma compilação de crônicas do período tardo-romano que recebeu esse nome em homenagem a Henrique de Valois, editor responsável por publicá-la no século XII. Enquanto sua primeira parte (*pars prior*), comumente chamada por “A Linhagem do Imperador Constantino” (*Origo Constantini Imperatoris*), trata dos principais acontecimentos relacionados ao governo de Constantino, sua segunda (*pars posterior*) cuida do reinado do rei ostrogodo Teodorico.

⁴⁸⁶Eusébio *Vit. Const.* 1.50 e 2.1; *Origo Const. Imp.* 5.20; WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 59. Licínio é acusado por Eusébio de se voltar contra o cristianismo à medida que sua relação com Constantino se deteriorava. Porém é possível que tudo não passe de uma peça de propaganda de um clérigo muito próximo a Constantino. Licínio participou do Édito de Milão e incorporou emblemas cristãos ao seu exército. Inclusive, sua esposa era devota.

⁴⁸⁷No formato concebido pelas reformas de Diocleciano, a diocese da Trácia englobava as províncias da Trácia (Filipópolis), Mésia Secunda (Marcianópolis), Cítia Menor (Tomi), Hemimonto (Adrianópolis) e Europa (Heracleia). As províncias da Mésia por vezes aparecem grafadas em numerais como Mésia I e Mésia II. Do mesmo modo, Panônia Prima e Secunda aparecem como Panônia I e II.

⁴⁸⁸Zósimo 2.18.4-5; KULIKOWSKI, Michael. *Ibidem*, p. 107.

⁴⁸⁹ BARNES, Timothy. *Ibidem*, p. 73. As vitórias de Constantino sobre os sármatas são atestadas por uma série de moedas com os dizeres “SARMATIA DEVICTA”, “Sarmácia Derrotada” (RIC 7, Arles, p. 262; RIC, Tréveris, p. 202 etc.).

⁴⁹⁰ *Origo Const. Imp.* 5.20-21.

⁴⁹¹ Otaciano Porfírio *Carmina* 6.16.

⁴⁹² Zósimo 2.21.

⁴⁹³ Zósimo 2.21; *PLRE* 1, p. 762.

⁴⁹⁴ MÓCSY, András. *Ibidem*, p. 277-278.

⁴⁹⁵ *CTh* 1.1.1 A diocese da Panônia, também conhecida como diocese da Ilíria (*Illyricum occidentalis*), abrangia as províncias da Panônia Prima (Savaria), Panônia Secunda (Sirmio), Panônia Valéria (Sopiana), Panônia Sávia (Siscia), Nórica Mediterrânea (Viruno), Nórica Ripense (Lauriaco/Juvavo) e Dalmácia (Salona).

⁴⁹⁶ WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 60. “O Imperador Constantino Augusto e o César. Se algum homem, por conspiração infame, der aos bárbaros oportunidade para saquear os romanos, ou se compartilhar por qualquer maneira dos seus espólios, deverá ser queimado vivo. Dado no quarto dia antes das calendas de maio, ano do consulado de Severo e Rufino (28 de abril de 323)” (*CTh* 7.11).

⁴⁹⁷ *CTh* 4.8.6.

⁴⁹⁸ *RIC* 7, Lyon (Lugduno), p. 135.

⁴⁹⁹ DOLEŽAL, Stanislav. Where did Rausimod come from?. *Studia Graeca et Latina*, Prague, v. 54, n. 1-2, p. 155-167, 2018.

⁵⁰⁰ Zósimo 2.25.

⁵⁰¹ *Origo Const. Imp.* 5.27-28; *PLRE* 1, p. 45.

⁵⁰² *AM* 15.5.33; *PLRE* 1, p. 163.

⁵⁰³ *Origo Const. Imp.* 5.28-29.

⁵⁰⁴ *Jordanes Get.* 21.111.

⁵⁰⁵ Dião Cássio *Hist. Rom.* 42.8.1.

⁵⁰⁶ *ILS* 2.6091; *Rescriptum* era a resposta imperial a uma petição. Qualquer pessoa poderia escrever ao imperador; se de menor status social, a petição deveria assumir a forma de prece (*preces*) ou súplica (*supplicatio*). Grandes cidades e cidadãos da aristocracia, por meio de uma simples carta (*epistula*), relatório (*relatio*) ou consulta (*consultatio*). O imperador respondia pessoalmente ou por intermédio de terceiros, hipótese em que autenticava a resposta com um *rescripti*.

⁵⁰⁷ CONSTANTINOPLA. In: KAZHDAN, Alexander (ed.). *The Oxford Dictionary of Byzantium*. Oxford: Oxford University Press, 1991. p. 508-509.

⁵⁰⁸ *Jordanes Get.* 21.112.

⁵⁰⁹ KULIKOWSKI, Michael. *Imperial Tragedy. From Constantine's Empire to the Destruction of Roman Italy*. AD 363-568. London: Profile Books LTD, 2019. p. 15-17.

⁵¹⁰ STOLJARIK, Elena. *Essays on Monetary Circulation in the North-Western Black Sea Region in the Late Roman and Byzantine Periods: Late 3rd Century – Early 13th Century AD*. Odessa: Polis Press, 1993. p. 24-25.

⁵¹¹ *Ep. de Caes.* 41.13; KULIKOWSKI, Michael. Guerras Góticas de Roma. *Ibidem*, p. 103-104.

⁵¹² Diocleciano já havia instalado duas novas legiões na Mésia Inferior, a *Legio I Iovia* e a *Legio II Herculia*. A primeira com base em Novioduno (Isaccea, Romênia), a segunda em Troesmis (Iglîța, Romênia).

⁵¹³ STOLJARIK, Elena. *Ibidem*.

⁵¹⁴ *RIC* 7, Constantinopla, p. 574; KULIKOWSKI, Michael. *Ibidem*. “Exatamente em frente a esta (Transmarisca), na outra margem do rio, Constantino, imperador dos romanos, uma vez construiu com muito cuidado um forte, de nome Dafne, achando conveniente que o rio fosse vigiado de ambos os lados neste ponto. Com o passar do tempo, os bárbaros o destruíram inteiramente, mas o imperador Justiniano o reconstruiu, começando pelas fundações” (Procópio *De Aedificiis* 4.7.7-8).

⁵¹⁵ Teófanos *Chronicle* 5.818.

⁵¹⁶ Zósimo 2.31.3.

⁵¹⁷Iáziges, agaragantes e roxolanos habitavam regiões do alto, médio e baixo Danúbio, respectivamente. Os iáziges na margem oposta à Panônia; os agaragantes no entorno do rio Tisza, no Banat, outro lado da Mésia; e os roxolanos na Valáquia, contornando as províncias da Mésia e da Cítia Menor.

⁵¹⁸*Origo Const. Imp.* 6.30-31.

⁵¹⁹DOLEŽAL, Stanislav. Constantine's military operations against the Goths and the Sarmatians in 332 and 334. *Eirene*, Prague, v. 5, p. 231-257, 2019.

⁵²⁰*CTh* 3.5.4.

⁵²¹GIBBON, Edward. *Ibidem*, v. 2, p. 170-171.

⁵²²TREADGOLD, Warren. *Byzantium and its Army: 284 – 1081*. Standford: Standford University Press, 1995. p. 58-59.

⁵²³Jerônimo *Chronicon* 332; *Cons. Const.* 332.

⁵²⁴Balista de mão. Nessa categoria de armamento, os romanos possuíam o escorpião (*scorpio*).

⁵²⁵Constantino VII Porfirogênito *De Administrando Imperio* 53; GIBBON, Edward. *Ibidem*. Se analisarmos bem o texto de Constantino VII, veremos que o imperador fala sobre o *Chersonesus*, antiga colônia grega situada no extremo sudoeste da Península da Crimeia. Gibbon toma a referência equiparando os quersonesos aos bosforianos, mas o Reino do Bósforo estava mais ao leste, ocupando as duas margens do estreito de Querche.

⁵²⁶*Origo Const. Imp.* 6.30-31. Considerando o enfoque dado às mortes pela fome e frio, é possível que a campanha de Constâncio II tenha se arrastado pelo menos desde fevereiro ou março, já que o clima do final de abril no sul da Romênia, data indicada pela *Consularia*, costuma ser mais ameno.

⁵²⁷DOLEŽAL, Stanislav. *Ibidem*.

⁵²⁸Jordanes *Get.* 21.111.

⁵²⁹Jordanes *Get.* 21.112.

⁵³⁰AM 27.5.7.

⁵³¹Temístio *Oratio* 15.191a; GEARY, Patrick. *The Myth of Nations – The Medieval Origins of Europe*. Princeton: Princeton University Press, 2001. p. 87.

⁵³²RIC 7, Tréveris, 532 e 533; DOLEŽAL, Stanislav. *Ibidem*.

⁵³³KULIKOWSKI, Micael. *Ibidem*, p. 108-109; STOLJARIK, Elena. *Ibidem*, p. 29-32.

⁵³⁴Eutrópio *Brev. Hist. Rom.* 10.7.

⁵³⁵Eusébio *Vit. Const.* 4.5.

⁵³⁶WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 61-62. Há quem defenda que a Coluna dos Godos tenha sido levantada por Cláudio II, não por Constantino. Seja como for, a coluna compunha o caminho cerimonial de Constantinopla, sua *via triumphalis*.

⁵³⁷Jordanes *Get.* 22.113; *PLRE* I, p. 387.

⁵³⁸WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 35.

⁵³⁹WIENER, Leo. *Contributions Toward a History of Arabico-Gothic Culture*. Piscataway: Gorgias Press LLC, 2002. p. 81-84.

⁵⁴⁰Todas as fontes datam esse novo conflito em 334, mas Amiano Marcelino inclui a história ao falar sobre as vitórias de Constâncio II sobre sármatas e quados na Panônia Valéria e Secunda em 358 (AM 17.12.17-20).

⁵⁴¹*Origo Const. Imp.* 6.31-32; Eusébio *Vit. Const.* 4.5-6; *Descriptio Consulium* 332; AM 17.12.19; KULIKOWSKI, Michael. *Ibidem*, p. 104-105; GIBBON, Edward. *Ibidem*, p. 172.

⁵⁴²*Ibidem*; *CTh* 1.22.2, 10.15.2, 12.1.21 e 11.39.3; DOLEŽAL, Stanislav. *Ibidem*. *Origo Const. Imp.* e *Vita Constantini* apresentam narrativas vagas e contraditórias sobre o assunto. Em *Origo Const. Imp.*, Constantino firmou a paz com os godos em 332 e se voltou contra os sármatas. Por outro lado, *Vita Constantini* não menciona qualquer conflito entre romanos e sármatas depois da campanha gótica de 332. Porém os dois textos falam sobre a revolta dos limigantes e a recepção de refugiados sármatas pelo império.

⁵⁴³Estrabo *Geo.* 7.3.10; Suetônio *Tiberius* 9; *Hist. Aug.* Probo 18.1-3.

⁵⁴⁴Jordanes *Get.* 22.113-115; *PLRE* I, p. 387 e 969.

⁵⁴⁵*ILS* 1.705.

⁵⁴⁶Festo *Brev. Rer. Gest. Pop. Rom.* 26.

⁵⁴⁷*RIC* 7, Constantinopla, 107; *RIC* 7, Tréveris, 578; *RIC* 7, Roma, 373.

⁵⁴⁸*Origo Const. Imp.* 6.34; Osório *Hist. Ad. Pag.* 7.28.

⁵⁴⁹BARNES, Timothy. The victories of Constantine. *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*, Köln, v. 20, p. 149-155, 1976; ODAHL, Charles. *Constantine and the Christian Empire*. London: Routledge, 2005. p. 233. *Decennalia* era o festival em que se comemorava 10 anos de reinado do imperador.

⁵⁵⁰*Origo Const. Imp.* 6.35; BARNES, Timothy. *Constantine and Eusebius*. Cambridge: Harvard University Press, 1981. p. 258-259. O tratado de Nísibis havia deslocado a fronteira romano-persa do Eufrates para o Tigre, colocando-a muito próxima à capital persa de Ctesifonte. Não bastasse, os sassânidas tiveram que ceder cinco satrápias da margem leste do Tigre aos romanos e renunciar à pretensão de ter a Ibéria como reino cliente.

⁵⁵¹*Ibidem*; Sozomeno *HE* 2.15; *Origo Const. Imp.* 6.35; *PLRE* I, p. 241 e 407.

⁵⁵²Eusébio *Vit. Const.* 4.62.

⁵⁵³*Cons. Const.* 337; FRAKES, Robert. The Dynasty of Constantine Down to 363. In: LENSKEI, Noel. *The Cambridge Companion to the Age of Constantine*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 95.

⁵⁵⁴Vários membros da família dos constantinos se uniram pelo casamento. Constâncio II e Hanibaliano se casaram com primas, apenas para listar alguns exemplos.

⁵⁵⁵Juliano *Epistula ad Athenienses* 3.5-8; *PLRE* I, p. 4; GIBBON, Edward. *Ibidem*, p. 175-176; LENSKEI, Noel. *Ibidem*, p. 98-99. Eutrópio oferece uma visão mais favorável a Constâncio II ao afirmar que foi o exército que exigiu as mortes e que o novo imperador apenas consentiu por se ver sem saída (Eutrópio *Brev. Hist. Rom.* 10.9).

⁵⁵⁶Com a morte de Constantino, o império foi dividido em quatro prefeituras pretorianas. A Prefeitura da Gália (*Praefectura Praetorio Galliarum*), da Itália (*Praefectura Praetorio Italiae*), da Ilíria (*Praefectura Praetorio Illyrici*) e do Oriente (*Praefectura Praetorio Orientis*), cada uma com suas dioceses e províncias.

⁵⁵⁷Zósimo 2.41-42; *Ep. de Caes.* 41.21-24.

⁵⁵⁸*Ibidem*.

⁵⁵⁹Zósimo 2.42; Eutrópio *Brev. Hist. Rom.* 10.9; *Cons. Const.* 351; GIBBON, Edward. *Ibidem*, p. 187-189; *PLRE* I, p. 954.

⁵⁶⁰Zósimo 2.53.

⁵⁶¹Zósimo 2.44; *Ep. de Caes.* 41.25; GIBBON, Edward. *Ibidem*, p. 191-192.

⁵⁶²Eutrópio *Brev. Hist. Rom.* 10.12.2; Jerônimo *Chronicon* 351 e 354; Teodoreto *HE* 3.3.1; *PLRE* I, p. 224-225; LENSKEI, Noel. *Ibidem*, p. 101.

⁵⁶³AM 16.12. Também chamada Batalha de Estrasburgo.

⁵⁶⁴AM 17.2.

⁵⁶⁵KULIKOWSKI, Michael. *Ibidem*, p. 125.

⁵⁶⁶AM 20.8.1.

⁵⁶⁷AM 23.2.7.

⁵⁶⁸Libânio *Or.* 59.92.

⁵⁶⁹AM 17.13.19-20.

⁵⁷⁰AM 17.5.1.

⁵⁷¹Libânio *Oratio* 59.89-91.

⁵⁷²Eusébio *Vit. Cons.* 3.7 e 4.8-13.

⁵⁷³COWPER, Benjamin. *Syriac Miscellanies: Or, Extracts Relating to the First and Second General Councils, and Various Other Quotations*. London: Williams and Norgate, 1861. p. 33.

⁵⁷⁴*Ibidem*.

⁵⁷⁵Sozomeno *HE* 4.16.

⁵⁷⁶Basílio *Epistula* 164.

⁵⁷⁷MATHISEN, Ralph. Barbarian Bishops and the Churches in Barbaricis Gentibus During Late Antiquity. *Speculum* (Medieval Academy of America), Cambridge, v. 72, p. 664-697, 1997.

⁵⁷⁸O texto de Auxêncio é rico em informações sobre Úlfilas. Contudo é preciso cuidado com a marcação do tempo feita pelo autor. Segundo Auxêncio, Úlfilas teria sido apontado como bispo aos 30 anos e exercido o sacerdócio em território tervíngio por sete anos, e depois por outros 33 anos entre godos assentados nas províncias do império, totalizando 40 anos de trabalho missionário. Morreria aos 70 anos de idade. A historiadora Sara Parvis pondera que a cronologia soa como um esforço de estabelecer uma correspondência com a história bíblica do rei Davi, que teria iniciado sua vida pública aos 30 anos de idade, governado sobre Hebrom por sete anos e sobre Israel por outros 33 (PARVIS, Sara. Was Úlfila Really a Homoian? In: BERNT, Guido; STEINACHER, Roland. *Arianism: Roman Heresy and Barbarian Creed*. Farnham: Ashgate, 2014. p. 58).

⁵⁷⁹Filostórgio era anomeano. O anomeanismo é uma vertente mais radical do arianismo. Além de pregar que Deus pai e filho possuem naturezas distintas e consequentemente ocupam diferentes níveis hierárquicos, refuta lições presentes nos últimos escritos de Ário, redigidos em um tom mais moderado, possivelmente uma tentativa de reconciliação com a Igreja.

⁵⁸⁰Patriarca é o termo empregado para os mais altos bispos na tradição ortodoxa, um arcebispo maior.

⁵⁸¹Filostórgio *HE* 2.5; WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 75; SCHÄFERDIEK, Knut. *Ibidem*.

⁵⁸²Filostórgio *HE* 2.5.

⁵⁸³TODD, Malcolm. *Ibidem*, p. 119-120.

⁵⁸⁴Filostórgio *HE* 2.5; Auxêncio *EFVOW* 35.56. Nada obstante Filostórgio tenha feito expressa referência a Constantino, há quem sustente que a menção ao imperador foi um equívoco do historiador, que queria ter se referido em verdade a Constâncio II.

⁵⁸⁵THOMPSON, Edward. *The Visigoths in the Time of Ulfila*. London: Duckworth, 2008. p. XIV-XVII.

⁵⁸⁶YOUNG, Andrew. *From Nicaea to Chalcedon – A Guide to the Literature and its Background*. London: Baker Academic, 2010. p. 42.

⁵⁸⁷HEATHER, Peter; JOHN, Mattheus. *The Goths in the Fourth Century*. Liverpool: Liverpool University Press, 2004. p. 143. Segue a profissão de fé de Úlfilas como descrita por Auxêncio: “Eu, Úlfilas, bispo e confessor, sempre acreditei na verdadeira fé, e agora faço minha jornada até o senhor nesta mesma fé; Eu acreditei em um Deus pai, o único não gerado e invisível, e em seu único filho, nosso senhor e Deus, o arquiteto de toda criação, não existindo ninguém igual a ele. Assim Deus pai está sozinho acima de todas as criaturas, e ele é o Deus de nosso Deus [...]” (Auxêncio *EFVOW* 40.63).

⁵⁸⁸Optamos por palavras como “essência”, “substância” ou “natureza” para não aprofundarmos em debates conceituais próprios da teologia. Porém, apenas para que o leitor se familiarize com as nomenclaturas, os termos tidos como mais técnicos são *hipóstase* ou *ousia*.

⁵⁸⁹SCHÄFERDIEK, Knut. *Ibidem*, p. 47.

⁵⁹⁰THOMPSON, Edward. *Ibidem*.

⁵⁹¹Filostórgio *HE* 2.5; Jordanes *Get*. 51.267.

⁵⁹²WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 81.

⁵⁹³Lábaro (*labarum*) era um estandarte militar romano. Uma espécie de tecido retangular gravado com alguma imagem e sustentado por um mastro.

⁵⁹⁴*Chi Ro* era uma combinação de duas letras que representava o nome de Cristo. Era formada pela superposição das letras Chi (X) e Ro (P), as duas primeiras que compunham a palavra grega para Cristo, *ΧΡΙΣΤΟΣ*. Este era o resultado: .

⁵⁹⁵WOLFRAM, Herwig. Vulfila, Bishop and Secular Leader of His People but not Their Apostle. In: BERNT, Guido; STEINACHER, Roland. *Arianism: Roman Heresy and Barbarian Creed*. Farnham: Ashgate, 2014. p. 133.

⁵⁹⁶Cirilo de Jerusalém *Catecheses* 10.19; KULIKOWSKI, Michael. *Ibidem*, p. 132.

⁵⁹⁷Filostórgio *HE* 2.5; BRADLEY, Henry. *Ibidem*, p. 58.

⁵⁹⁸TODD, Malcolm. *Ibidem*, p. 138-139.

⁵⁹⁹MILLER, Gary. *The Oxford Gothic Grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2019. p. 6-7.

⁶⁰⁰JOSEPH, Wright. *Grammar of the Gothic Language*. Oxford: Claredon Press, 1966. p. 83.

⁶⁰¹BRADLEY, Henry. *Ibidem*, p. 61-62.

⁶⁰²MARCHAND, James. *The Sounds and Phonemes of Wulfila's Gothic*. Paris: Mouton, 1973. p. 102.

⁶⁰³MILLER, Gary. *Ibidem*, p. 13-15.

⁶⁰⁴BRADLEY, Henry. *Ibidem*.

⁶⁰⁵Filostórgio *HE* 2.5.

⁶⁰⁶O Sacro Império Romano-Germânico (800-1806) era composto por um imenso número de reinos feudais de diferentes tamanhos, alguns maiores, mas a grande maioria formada por pequenos territórios. Todos marcados pelo forte domínio do catolicismo. Nesses reinos, a distinção entre nobreza e clero nem sempre era rígida. O abade, prelado responsável por um monastério ou abadia, ostentava o título nobiliárquico de “príncipe-abade” (*fürstabt*). Em alguns casos, era inclusive um príncipe do império (*reichsfürst*) com direito de representação na Dieta Imperial (*Reichstag*), o conselho de todos os príncipes subordinados apenas ao sacro imperador.

⁶⁰⁷FISCHER, Svante. Literacy and Text Production in the Age of Germanic Kleptocracy – The Elusive Case of Theoderic. In: KALIFF, Anders; MUNKHAMMAR, Lars (ed.). *Wulfila 311-2011*. Uppsala: Uppsala Universitet, 2013. p. 101.

⁶⁰⁸Antes que o Primeiro Concílio de Constantinopla (381) fosse realizado, uma série de sínodos menores já haviam sido realizados por determinação do imperador Constâncio II para tratar das disputas teológicas da época. A tensão religiosa foi sempre motivo de grande preocupação para os imperadores do período tardo-romano. No Concílio de Arimino (359), Valens, bispo de Mursa, propôs uma nova posição intermediária entre o credo niceno e o arianismo ao defender que Jesus seria apenas “semelhante a Javé nos termos das escrituras”. Evitava-se com isso o emprego de terminologias que pudessem atrair controvérsias sobre a natureza de um ou outro, como *hipótase* ou *ousia* (Sócrates *Historia Ecclesiastica* 2.37). O Primeiro Concílio de Constantinopla tratou ainda de um movimento conhecido como macedonianismo (*pneumatomachi*), corrente defendida pelo patriarca de Constantinopla Macedônio I que negava a divindade do Espírito Santo, questão que não havia sido abordada em Niceia e portanto permanecia em aberto.

⁶⁰⁹“Pais apostólicos da igreja” é o título atribuído pela patrística aos líderes cristãos dos séculos II a VI, quase sempre bispos, que se dedicaram à interpretação das escrituras e que foram determinantes para a consolidação da ortodoxia cristã. Eis a deliberação conciliar: “[...] E sendo observado o mencionado cânon sobre as dioceses, é evidente que o sínodo de cada província administrará os negócios dessa província particular como foi decretado em Niceia. Mas as Igrejas de Deus nas nações bárbaras devem ser governadas de acordo com os costumes que prevalecem desde os tempos dos Pais” (Cânone 2 do Primeiro Concílio de Constantinopla).

⁶¹⁰As escolas (*scholae*) eram unidades de elite criadas para substituir os antigos grupos de cavalaria pessoal do imperador, que até então possuíam o mesmo formato dos tempos de Augusto (*equites singulares Augusti*). Segundo o Registro de Dignitários (*Notitia Dignitatum*), no século IV o exército romano contava com 12 escolas, 5 no ocidente e 7 no oriente, cada uma liderada por um tribuno com o status de conde (*comes*). Por sua vez, cada tribuno contava com um corpo de oficiais chamados protetores domésticos (*protectores domestici*). Na prática, as escolas funcionavam como verdadeiras academias de formação. Oficiais de média e alta patente, ou mesmo civis (filhos de oficiais veteranos, por exemplo), entravam nas escolas e saíam como comandantes dos seus próprios regimentos. Constâncio Cloro, Joviano, Magêncio e Maximínio Daia são exemplos de imperadores que antes de serem elevados serviram nessas unidades (STROBEL, Karl. *Ibidem*, p. 273).

⁶¹¹BARNES, Timothy. *Ammianus Marcellinus and the Representation of Historical Reality*. Ithaca: Cornell University Press, 1998. p. 1-3.

⁶¹²AM 16.12.62-63.

⁶¹³AM 16.12.64.

⁶¹⁴AM 18.6.5-7; PLRE I, p. 985-986.

⁶¹⁵AM 18.9-10.

⁶¹⁶Zósimo 3.8.

⁶¹⁷Zósimo 3.9.2. Zósimo conta que os soldados levantaram Juliano em seus escudos e o coroaram com um diadema em uma cerimônia improvisada. Juliano enviou uma carta a Constâncio II reportando o ocorrido e ressaltando que tudo teria ocorrido contra sua vontade, que estava pronto para renunciar ao posto de Augusto se esse fosse o seu desejo. O historiador David Potter chama atenção para a circunstância de uma grande quantidade de unidades militares estarem estacionadas no interior da Gália, tão distantes das fronteiras do Reno, movimento sugestivo de que a “Rebelião de Paris”, como ficou conhecida, foi orquestrado por Juliano (POTTER, David. *Ibidem*, p. 492-493).

⁶¹⁸Libânio *Or.* 12.62.

⁶¹⁹Juliano *Epistula ad Athenienses* 2.287. A versão de que Constâncio II teria incitado o líder alamanco a invadir a Gália deve ser vista com cautela, já que a fonte da informação é uma carta redigida pelo próprio imperador Juliano.

⁶²⁰AM 21.12.16.

⁶²¹HUNT, David. Julian. In: CAMERON, Averil; GARNSEY, Peter (ed.). *The Cambridge Ancient History – The Late Empire*, A.D. 337-425. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 60-67.

⁶²²*Ibidem*.

⁶²³Eunápio Fr. 22.1.

⁶²⁴Eunápio Fr. 18.1.

⁶²⁵Libânio Or. 12.78.

⁶²⁶Libânio Or. 17.30.

⁶²⁷AM 25.2-3; Zósimo 3.29.

⁶²⁸AM 25.5; Zósimo 3.30-33.

⁶²⁹WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 66-67.

⁶³⁰WATTS, Edward. *The Final Pagan Generation*. Oakland: University of California Press, 2015. p. 116.

⁶³¹AM 25.10.3; Zósimo 3.35.3. AM 25.10.3; Zósimo 3.35.3. As circunstâncias da morte do jovem imperador Joviano, então com 33 anos de idade, são obscuras. A versão que se tornou comum é a de que teria morrido por asfixia em razão do monóxido de carbono expelido pelo braseiro que aquecia seus aposentos. Marcelino é a única fonte a sugerir uma causa violenta, estrangulamento, mas não apresenta maiores informações sobre os autores do crime.

⁶³²POTTER, David. *Ibidem*, p. 509.

⁶³³AM 26.4.5.

⁶³⁴CT 15.1.13; WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 65.

⁶³⁵AM 26.6.1; Eunápio Fr. 31; PLRE I, p. 742-743.

⁶³⁶Os condes (*comes*), em uma tradução literal “companheiros”, eram generais que ocupavam uma posição intermediária na hierarquia militar entre os mestres de infantaria e cavalaria (*magistri*), seus superiores, e os tribunos (*tribuni*), que estavam abaixo. Também estavam acima dos duques (*duces*) das províncias (JONES, Arnold. *Ibidem*, p. 383-384).

⁶³⁷AM 23.3.5.

⁶³⁸AM 26.6.2; Zósimo 4.4.

⁶³⁹Zósimo 4.4.3.

⁶⁴⁰Zósimo 4.5.1-2.

⁶⁴¹Zósimo 4.5.3-4.

⁶⁴²AM 26.6.1-13. Marcelino não indica expressamente o cargo ocupado por Petrônio. Porém as atribuições descritas sugerem que, uma vez nomeado patrício, foi indicado para alguma magistratura com atribuições voltadas para a administração da justiça. Sabemos que antes disso havia servido como *praeposito martensium militum*, posto sobre o qual pouco sabemos, aparentemente similar ao de um tribuno (PLRE I, p. 690-691; Vegécio *De re militari* 2.12).

⁶⁴³*Ibidem*; Filostórgio HE 9.8.

⁶⁴⁴Eunápio Fr. 22.1.

⁶⁴⁵AM 26.6.11.

⁶⁴⁶A palavra *divitensis* sugere que a unidade tenha sido criada ou transferida em algum momento para *Divitia*, fortificação que compunha a linha de defesa do Reno, lugar onde hoje está situada a cidade de Colônia, Alemanha. Por outro lado, o nome *tungricani* indica que o regimento talvez fosse composto, pelo menos inicialmente, pelos *tungri*, tribo gálica que habitava regiões da atual Bélgica.

⁶⁴⁷AM 26.6.10-16.

⁶⁴⁸AM 26.7.17-18.

⁶⁴⁹AM 26.7.10 e 26.9.3; PLRE I, p. 326.

⁶⁵⁰AM 26.4.9-14.

⁶⁵¹*Ibidem*; Zósimo 4.5.4-5; AM 26.6.10-19.

⁶⁵²ELTON, Hugh. *The Roman Empire in Late Antiquity: A Political and Military History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. p. 127-129.

⁶⁵³AM 27.5.1.

⁶⁵⁴Zósimo 4.7.2.

⁶⁵⁵AM 26.10.3.

⁶⁵⁶BUAT-NANÇAY, Louis-Gabriel. *Histoire Ancienne Des Peuples De L'europe*. Paris: Suard et Arnaud, 1772. v. 6. p. 332; BRADLEY, Henry. *Ibidem*, p. 54; GIBBON, Edward. *Ibidem*, p. 583.

⁶⁵⁷AM 26.8.4; GIBBON, Edward. *Ibidem*, p. 533-534.

⁶⁵⁸AM 26.9.4.

⁶⁵⁹Região da Anatólia Central.

⁶⁶⁰AM 26.9.7-11.

⁶⁶¹Estrada romana que conectava as cidades de Singiduno, atual Belgrado, e Constantinopla.

⁶⁶²AM 26.10; Zósimo 4.8; Sozomeno *HE* 6.8; HODGKIN, Thomas. *Ibidem*, p. 157; GIBBON, Edward. *Ibidem*.

⁶⁶³Eunápio Fr. 37.

⁶⁶⁴AM 27.5.1.

ATANARICO E ERMANARICO

5.1 Primeira campanha de Valente

Feita a devida ressalva a Berig e Filímero, os lendários personagens de Jordanes, Atanarico é o mais antigo dos Baltos de que se tem notícia, sendo considerado por muitos o verdadeiro fundador da dinastia tervíngia e, conseqüentemente, da linhagem real visigoda. Falamos até agora sobre chefes como Ostrogoda, Cniva, Ariarico e Aorico, mas a história de Atanarico representa um avanço substancial no que diz respeito às fontes. Apesar de não possuímos elementos suficientes para reconstruir toda a sua biografia, seu nome aparece com maior frequência na literatura romana. Autores como Marcelino, Zósimo, Jordanes, Sozomeno e Sócrates comentam episódios relacionados a Atanarico, que geralmente aparece como uma liderança política astuta e engenhosa, alguém capaz de prever os desfechos de suas decisões e de encontrar saídas arrojadas para reverter situações desfavoráveis. Aparece sobretudo associado a três diferentes acontecimentos: primeiro, às campanhas militares conduzidas por Valente na margem norte do Danúbio como punição ao apoio prestado pelos godos a Procópio; segundo, às perseguições das elites tervíngias aos cristãos godos; terceiro, à guerra civil gótica, um embate que travou com outro chefe tervíngio. Se os *iudices* e *reiks* que o antecederam são por vezes entendidos como invenções de autores antigos para suprirem lacunas narrativas ao escreverem sobre o império, isso não ocorre com o nosso próximo protagonista.

Voltemos aos momentos finais da revolta de Procópio. Enquanto resistia, Marcelo enviou emissários aos godos com a missão de alertá-los de que a causa ainda não estava totalmente perdida. Não sabemos se esses representantes conseguiram alcançá-los a tempo ou se apenas foram ignorados. Ao receberem a notícia da derrota em Nacoleia, os godos que estavam em território romano compreenderam que a rebelião havia chegado ao fim e decidiram encerrar a expedição, retornando para a margem norte. Frustrados por voltarem com os bolsos vazios, é possível que no percurso

tenham pilhado as cidades do norte da Trácia. Valente, que ficou conhecido pela crueldade das punições que impôs aos correligionários de Procópio, que ou foram condenados sumariamente à morte ou tiveram suas propriedades confiscadas, não permitiria que retornassem impunes⁶⁶⁵. Não só haviam traído o pacto firmado com o império, terminando um período de três décadas relativamente pacíficas nas relações romano-góticas, como fizeram isso no momento em que o imperador enfrentava uma grave crise interna. Um fragmento do contemporâneo Eunápio afirma que Valente ordenou que algumas unidades fossem rapidamente reunidas e enviadas para o norte com a tarefa de interceptá-los antes que pudessem atravessar o Danúbio e que os romanos conseguiram alcançar a tempo os fugitivos, que se renderam sem oferecer resistência⁶⁶⁶. Zósimo também cita uma “*competente força*” mandada pelo imperador para detê-los e acrescenta que aqueles feitos prisioneiros foram dispersados por várias cidades romanas, onde “*deveriam permanecer presos, porém sem que fossem agrilhoados*”⁶⁶⁷. Parte desses cativos, se não todos, pode ter sido submetida ao trabalho escravo. Os de maior prestígio, como chefes e membros de famílias godas importantes, provavelmente permaneceram sob vigia para servirem como reféns. O episódio desmonta a estimativa de Buat-Nançay de que os godos contavam com uma força de 30.000 homens, afinal, Constantinopla precisaria ter enviado um enorme número de soldados para destruí-los. E um exército maior, avançando naturalmente em ritmo mais lento, dificilmente teria conseguido alcançá-los. Mais difícil ainda é concebermos que 30.000 guerreiros godos tenham preferido a rendição sem antes se apresentarem para o combate e serem derrotados. O mínimo que se poderia esperar seria uma difícil negociação com as autoridades do império durante o processo de retirada, não a espécie de rendição incondicional relatada por Eunápio e Zósimo. Por isso os números apresentados por Zósimo e Marcelino, de 10.000 e 3.000 homens, parecem-nos mais plausíveis.

Romanos e godos trocaram embaixadas no decorrer do ano para definir o estado de suas relações. É nesse intervalo que o mestre de cavalaria Victor foi enviado à margem norte e recebeu dos tervíngios a carta de Procópio como justificativa. Valente recebeu a resposta com perplexidade, tomando-a, nas palavras de Marcelino, como uma “*desculpa absurda*” (*excusatio vanissima*)⁶⁶⁸. Afinal, a ofensiva goda havia tido início antes mesmo que a revolta de

Procópio eclodisse na capital, o que por si só invalidava o argumento de que apenas serviam aquele que se apresentava como imperador romano. Embora tenha derrotado o usurpador, Valente seguia com a popularidade em baixa. Permitir que tamanha afronta de um povo bárbaro à sua autoridade passasse sem punição poderia representar um novo golpe para sua reputação; era preciso castigar a transgressão para evitar que o incidente se repetisse no futuro com os próprios godos ou com outras tribos federadas. Constantinopla então decidiu por uma campanha punitiva pelos territórios godos. Atanarico surge como o juiz responsável por organizar a defesa tervíngia diante da série de ataques romanos que se estenderam de 367 a 369⁶⁶⁹. É de se esperar que já ocupasse alguma posição de destaque entre os *reiks* e que, dada sua influência, tenha sido eleito para liderar a resistência. Não muito confiável, Isidoro diz que Atanarico governou os tervíngios por 13 anos, até a morte, em 381, o que colocaria sua ascensão somente em 369, último ano da guerra⁶⁷⁰. Essa datação não soa verossímil. É preciso levarmos em conta que o autor escreveu sobre o assunto no século VII, muito depois dos acontecimentos que historiou. Isidoro realizou um grande esforço para construir uma narrativa histórica conectada com as escrituras sagradas; foi ele quem defendeu a absurda correlação entre os godos e Magog, neto de Noé⁶⁷¹. Se partimos de Marcelino, um autor contemporâneo e nossa principal fonte sobre as campanhas de Valente, Atanarico parece ter exercido um papel de destaque durante todos os três anos da guerra. Hughes propõe que tenha sido eleito entre 364 e 367; Wolfram, que fosse filho de Ariorico e neto de Ariarico⁶⁷².

Façamos mais um parêntesis. Em verdade, a literatura aponta outros dois chefes tervíngios contemporâneos de Atanarico. Seus nomes são Fritigerno e Alavivo, e surgem com maior frequência a partir dos anos 370. Pelo grau de importância com que são apresentados nos textos, historiadores modernos têm interpretado esses dois personagens não como *reiks* menores, mas também como juízes. Falaremos sobre a história de cada um deles, por ora o que nos interessa é o entendimento de que talvez a sociedade tervíngia não fosse composta por uma grande confederação tribal governada por um único juiz, mas por duas ou mais delas. Ou, pelo menos, o de que na conturbada segunda metade do século IV tenha sofrido um cisma por disputas políticas internas, resultando em até três diferentes grupos de *reiks*, cada um submetido à autoridade de um juiz. Qualquer que seja o caso, durante as campanhas de

Valente (367-369) apenas o nome de Atanarico é mencionado pelas fontes romanas. Essa circunstância nos remete às hipóteses anteriores: ou a ofensiva romana não se estendeu pelos territórios dos outros juízes, atingindo apenas a parte governada por Atanarico, ou a sociedade tervíngia começou a se fragmentar apenas na década seguinte à guerra. Nesse caso, a divisão pode ter ocorrido justamente como consequência do conflito com os romanos, sobretudo pela maneira como facções rivais mantinham posturas mais favoráveis ou contrárias a uma reaproximação com o império. Possuímos evidências literárias que corroboram essa possibilidade.

Na virada de 366 para 367, durante o inverno, Valente iniciou os preparativos para sua ofensiva. Sua primeira providência foi modificar o comando da prefeitura pretoriana, substituindo Salústio, já em idade avançada, pelo mais jovem e dinâmico Ausônio, até então vicário na diocese Asiana⁶⁷³. Antes que o imperador chegasse à região, Ausônio montou um quartel general em Marcianópolis para servir como base de operações. A cidade estava a 20 quilômetros da costa do Mar Negro e a 100 do Danúbio, uma localização ideal para o abastecimento das tropas do outro lado da *ripa gothica* sem que servisse como alvo fácil de ataques pela retaguarda. Ausônio trouxe um grande número de embarcações do Mar Negro para o Danúbio, distribuindo-as com provisões pelas fortificações situadas nas margens do rio. O novo prefeito se encarregou ainda de arrecadar os tributos necessários para o custeio dos elevados gastos com a expedição⁶⁷⁴. Embora não saibamos como exatamente essa arrecadação foi operacionalizada, presume-se pela observação feita por Zósimo que uma exação especial sobre pessoa ou propriedade tenha sido estipulada para os habitantes das dioceses da Trácia e da Mésia, em tese os principais beneficiários da guerra. Afinal, em última análise a expedição pacificaria os Bálcãs, evitando novas incursões godas. O imperador chegou em Marcianópolis com o exército imperial na primavera seguinte; sua presença é atestada na cidade por uma lei datada do dia 10 de maio⁶⁷⁵. Lá ordenou que novas melhorias fossem realizadas na linha de defesa do baixo Danúbio. Nenhuma informação adicional é dada sobre essas melhorias, quais seriam, mas se tomarmos como referência o manual militar da época, *Sobre as Coisas da Guerra*, é possível que uma das medidas adotadas tenha sido equipar as torres de vigia com balistas, peças de artilharia que lançavam dardos ou pedras a longas distâncias. Para a defesa das fronteiras, o texto recomendava a

construção de fortes a cada mil passos conectados uns aos outros por muralhas, e cada forte deveria contar com uma guarnição e uma equipe de exploração⁶⁷⁶. Concluídos os preparativos, o exército imperial aproveitou a sólida posição oferecida por Dafne, a fortaleza construída por Constantino como uma cabeça de ponte na Transmarisca, e cruzou o Danúbio. Curiosamente, Marcelino diz que os romanos atravessaram o rio por uma “*ponte montada com as passarelas dos navios*” (*ponte contabulato supra navium foros*), isto é, por uma ponte improvisada, não pela ponte de pedra citada por Procópio em *As Construções*⁶⁷⁷.

Aproveitando as estradas da antiga Dácia Trajana, o exército romano avançou sobre a *Gothia*. Porém em nenhum lugar encontrou os godos, as aldeias estavam desertas. Claramente, a mobilização do exército imperial nos Bálcãs não havia passado despercebida aos tervíngios, que, cientes da força do exército invasor, decidiram abandonar temporariamente seus territórios e seguiram para o Serri (*Montes Serrorum*), região montanhosa no sudeste dos Cárpatos. Entre os romanos o sentimento era de frustração. Retornar ao império sem um resultado para apresentar ao público seria um desastre político para o imperador, não era uma opção. A população das províncias balcânicas não só aguardava ansiosamente por uma retaliação pelos ataques de 364 e 365 como havia desembolsado dinheiro para a campanha. Valente então encarregou Arinteu, seu mestre de infantaria, da tarefa de espalhar grupos de soldados com a missão de pilhar tudo que tivesse sido deixado pelos fugitivos e capturar aqueles que porventura fossem encontrados. Uma recompensa em ouro foi oferecida por cada cabeça goda⁶⁷⁸. Nada é dito sobre o êxito dessas operações, mas é possível que tenham obtido algum sucesso, sobretudo se a fuga dos tervíngios foi realizada às pressas, largando pelo caminho o que pudesse atrasar a retirada. Explorando ao máximo, os romanos provavelmente destruíram os assentamentos e os campos por onde passaram — a tática que conhecemos como “terra arrasada” (*scorched earth*), então chamada pelos romanos de *vastatio*⁶⁷⁹.

Naturalmente, nenhuma batalha é reportada para o ano de 367. Se combates ocorreram, não passaram de escaramuças menores, confrontos isolados de guerrilha. Preso por meses em território inimigo e incapaz de atrair o exército de Atanarico para o confronto aberto, Valente viu-se obrigado a ordenar uma retirada geral para que as tropas passassem o inverno seguinte

aquarteladas na segurança da margem sul. O retorno pode ter ocorrido por Doróstoro, cidade e centro militar da Mésia posicionada a cerca de 110 quilômetros do Mar Negro, onde outra lei revela a presença do imperador no dia 25 de setembro⁶⁸⁰. O saldo da primeira campanha foi certamente um fracasso do ponto de vista militar; nenhuma vitória havia sido obtida sobre os godos, cujo poderio permanecia inalterado. No entanto, se considerarmos as possíveis repercussões econômicas para a sociedade tervíngia, talvez a expedição não tenha sido um fracasso por inteiro. A devastação das áreas cultiváveis e a súbita interrupção do comércio com o império podem ter provocado um quadro de fome na margem norte. Ao retornarem, os godos encontrariam seus territórios em um estado muito diferente do que haviam deixado, um cenário de destruição. Era preciso recomeçar, mas não havia tempo suficiente para se prepararem para o próximo inverno.

Enquanto isso, a crise agravava-se no oeste. As fontes não nos permitem estabelecer uma cronologia precisa para o que ocorria no ocidente; à época Marcelino estava em Antioquia e provavelmente escreveu com base no emaranhado de informações incompletas que chegavam no extremo oriente. Em linhas gerais, Valentiniano I preparava-se para lançar uma ofensiva contra os alamanos quando recebeu a alarmante notícia de que pictos (*picti*), atacotos (*attacotti*) e escoceses (*scotti*) haviam se unido e agora atacavam as possessões romanas na Britânia. A situação era tão crítica que o conde da região costeira (*comes maritime tractus*) Nectarido já havia morrido em combate e o duque (*dux Britanniarum*) Fulofaude capturado em uma emboscada. Junto com o conde para a Britânia (*comes Britanniarum*), eram os principais comandantes militares da ilha⁶⁸¹. Sem uma liderança uniforme capaz de coordenar uma reação conjunta, as guarnições locais passaram a agir de maneira independente umas das outras, agravando o cenário de instabilidade. O imperador designou o conde dos domésticos (*comes domesticorum*) Severo para reorganizar as defesas romanas o mais rapidamente possível, mas assim que soube da gravidade do que ocorria o convocou de volta e despachou o mestre dos soldados (*magister militum*) Jovino com um maior número de reforços. Como se não fosse o bastante, uma coalizão de francos e saxões investiu por terra e mar contra o norte da Gália⁶⁸². Os autores romanos não descrevem negociações entre os vários povos envolvidos nesses ataques, até porque dificilmente teriam como saber o que acontecia nas profundezas do *barbaricum*, mas a sincronidade

desses movimentos em tão curto intervalo, gerando uma multiplicidade de fronts simultâneos para os generais de Valentiniano I, sugere algum nível de combinação entre as diversas tribos. Marcelino chega a falar em uma *barbarica conspiratio*⁶⁸³, motivo pelo qual esse conjunto de invasões acabou se tornando conhecido como “A Grande Conspiração”. Talvez tudo tenha se dado como um processo mais espontâneo, em que após os primeiros povos se lançarem contra o império outros tenham decidido fazer o mesmo, e não necessariamente como ações coordenadas. Valentiniano I adoeceu seriamente, iniciando uma disputa entre Severo e o mestre das memórias (*magister memoriae*)⁶⁸⁴ Rústico Juliano pelo poder. Esperando que o imperador pudesse morrer a qualquer momento, os dois articulavam nos bastidores com suas respectivas bases para serem elevados. Contudo o imperador acabou se recuperando e, tendo observado o que havia acontecido durante sua ausência, elevou o filho Graciano a Augusto⁶⁸⁵. A crise provocada pelas invasões bárbaras só seria estabilizada no ano seguinte, 368, quando Teodósio, o Velho, foi apontado conde para a Britânia e, contando com uma força composta por regimentos de jovianos e victores, além de auxiliares batavos e hérulos, conseguiu infligir várias derrotas aos grupos invasores⁶⁸⁶.

5.2 Segunda campanha de Valente

No oriente, enquanto Valente estava ocupado com sua campanha contra os godos, a relação entre Constantinopla e Ctesifonte passava por novos atritos. Como dissemos, depois da trágica derrota de Juliano, Joviano celebrou um acordo com os persas por meio do qual os romanos devolviam os territórios incorporados ao império pelo tratado de Nísibis e se comprometiam a não interferir na Armênia⁶⁸⁷. Inicialmente, a retomada dessas regiões pelos persas ocorreu por um processo relativamente pacífico, sem maiores conflitos com as populações locais, mas logo Sapor II começou a perseguir os cristãos nas áreas ocupadas⁶⁸⁸. Na Armênia, os reis da dinastia arsácida, presos entre as duas potências, adotavam uma postura vacilante na tentativa de manter um distanciamento do conflito entre os dois gigantes, mas quando pressionados a tomar partido costumavam apoiar os romanos. Primeiro, o cristianismo havia se disseminado pelo país e, por ato do rei Tirídates III, era a religião oficial desde o início do século IV. Segundo, em uma rivalidade histórica mais antiga, os sassânidas eram o povo responsável por destruir seus antepassados partas.

Nesse ambiente turbulento, o rei Ársaces II se casou com Olímpia, filha do cônsul Flávio Ablávio, um claro sinal de que se inclinava novamente para o lado dos romanos, entrando em rota de colisão com Sapor II⁶⁸⁹. Aproveitando que Valente e a maior parte do exército imperial estavam nos Bálcãs, Sapor II invadiu a Armênia. Fausto de Bizâncio apresenta um relato entusiasmado — e claramente exagerado — das vitórias armênias, incluindo o registro de uma batalha em que o exército invasor teria sido completamente aniquilado pelo *sparapet*⁶⁹⁰ Vasak Mamikonean, com o xá sassânida sendo o único a escapar com vida⁶⁹¹. Porém, embora em uma fase inicial do conflito a resistência armênia possa ter sido bem-sucedida, os sassânidas acabaram revertendo os rumos da guerra. Pouco a pouco os persas conquistaram o apoio dos nobres armênios, incluindo o importante chefe da *nakharar* (satrápia) de Sofena, Meruzan Arkruni. Uma nova ofensiva pelo sudoeste da Armênia tomou de surpresa Ársaces II, que esperava um ataque no outro extremo do reino, e com muita dificuldade o exército persa foi contido antes que alcançasse as regiões mais centrais do país⁶⁹². A defecção em massa da ala pró-sassânida e as derrotas militares forçaram o rei armênio a aceitar um convite feito por Sapor II para que conversassem pessoalmente. Era uma emboscada; Ársaces II foi capturado e enviado à fortaleza de Anyuš, onde teria se suicidado⁶⁹³.

De Marcianópolis, onde Valente preparava uma segunda expedição contra os tervíngios, o início de 368 foi marcado pela quinquenália (*quinquennalia*), festividade em que se comemorava mais um ano de reinado do imperador. Uma comitiva composta por políticos e outras personalidades ilustres, entre eles o senador e filósofo Temístio⁶⁹⁴, cujas orações representam uma importante fonte sobre o período, partiu de Constantinopla para atender às solenidades. Esses legados levavam os valores arrecadados como “ouro para a coroa”, que possivelmente seriam utilizados para custear as despesas da nova campanha⁶⁹⁵. No dia 28 de março, durante as comemorações, Temístio proferiu um discurso em homenagem a Valente diante das autoridades civis e militares presentes, sua *Oração 8*. Escolhendo bem as palavras e utilizando um tom lisonjeiro, quase bajulador, fazia nas entrelinhas uma advertência. Começou exaltando as políticas econômicas e fiscais do imperador, até então pautadas em um maior controle das despesas públicas e na redução da carga tributária imposta aos súditos romanos, chegando a dizer que Valente sempre havia atentado ao comezinho princípio de que não se podia gastar mais que as

receitas⁶⁹⁶. Parte desses comentários era uma referência à decisão de reduzir alguns tributos durante a revolta de Procópio, um esforço para mitigar sua impopularidade. A cobrança de impostos parece ter sido um assunto especialmente delicado à época. Zósimo, por exemplo, ressalta como Ausônio havia sido cuidadoso quando arrecadou fundos para financiar o início da guerra. Nas palavras do historiador, “foi cauteloso para que nenhuma pessoa fosse oprimida com cobranças que superassem o que fosse de direito”⁶⁹⁷. Superada essa introdução laudatória, Temístio entrou onde queria chegar: os custos da campanha. Para o orador, uma nova operação militar pelos territórios godos, repetindo-se a expedição do ano anterior, traria resultados muito módicos ao império se comparados à magnitude do investimento realizado para suportá-la. Mesmo que do ponto de vista militar não se repetisse o fracasso de 367, vastos recursos de todo o oriente eram drenados para beneficiar um número muito restrito de pessoas que habitavam as províncias dos Bálcãs⁶⁹⁸. O discurso de Temístio era uma mensagem do Senado de Constantinopla. Não que discordassem da necessidade de se punir os godos, mas uma possível repetição do que havia ocorrido na primeira campanha preocupava a aristocracia, que, pressentindo o risco de prolongamento do conflito por prazo indefinido, preocupava-se com a possibilidade de novas cobranças sobre suas propriedades e rendas. O relógio corria para Valente.

O acirramento das tensões com os persas e a aristocracia romana não era o único fator que exigia uma solução rápida da campanha gótica, a comitiva vinda da capital trazia outras notícias desalentadoras. A primeira era a eclosão de uma revolta na Isáuria, região situada entre as províncias da Pisídia e Lícia-Panfília, ambas pertencentes à diocese Asiana, sul da Anatólia. Apesar de terem sido conquistados por outras potências antes mesmo dos romanos, os isaurianos formavam um grupo étnico que seguia resistindo à romanização e buscando sua independência. Vez ou outra rebeliões como a que agora desafiava Valente eclodiam na Isáuria, geralmente envolvendo grupos que se refugiavam nas montanhas da região (Monte Tauro, Turquia) e adotavam táticas de guerrilha e banditismo⁶⁹⁹. A segunda notícia era uma atualização do que ocorria na Armênia. O príncipe Papas, filho de Ársaces II, havia conseguido escapar do país e agora estava em solo romano. Pedia a intervenção de Valente para recuperar o trono do pai. A informação que chegava em Marcianópolis era que Sapor II havia conquistado não só a

Armênia, mas também o Reino da Ibéria, à época também alinhado com Constantinopla⁷⁰⁰. Era uma profunda mudança geopolítica no Cáucaso, uma drástica virada da balança de poder em favor dos sassânidas. Para terminar, um grupo de salteadores indicado apenas como os *maratocupreni*, sobre os quais nada sabemos além de que habitavam cavernas próximas à cidade de Apameia (Hama, Síria), também causava tumulto no Levante⁷⁰¹.

A ideia de uma “paz sem vitória” sobre os godos começava a ganhar força em círculos da corte, mas o imperador não se deu por convencido. Interromper a campanha para se voltar às outras adversidades que afligiam o império era um risco grande demais para ser corrido. Mesmo que um acordo fosse firmado com as lideranças godas, Valente sairia fragilizado em todos os sentidos. Nenhuma garantia havia de que os godos, com sua capacidade militar intacta, não voltariam a realizar novos ataques pelo baixo Danúbio assim que o exército imperial cruzasse o Bósforo⁷⁰². E assim os preparativos para a segunda campanha continuaram. Incapaz de oferecer algum auxílio imediato ao jovem príncipe Papas, Valente o enviou para Neocesareia (Niksar, Turquia), cidade da província do Ponto distante apenas 300 quilômetros da fronteira com a Armênia, onde receberia educação e todos os demais cuidados até que Constantinopla estivesse em condições de prestar alguma ajuda⁷⁰³.

Com o fim do inverno, chuvas torrenciais inundaram o Danúbio (*magnitudine fluentorum*), impossibilitando a travessia do rio por toda a primavera, e outros motivos não especificados pelas fontes impediram que a segunda expedição fosse lançada pelos meses restantes de 368. Marcelino conta que Valente permaneceu “inativo” (*imobilis*) pelo menos até o outono em uma “vila dos carpos” (*vicus carporum*), ao que parece uma casa de campo próxima a Tomi e à fortaleza de Carsium, e que depois retornou a Marcianópolis para passar mais um inverno junto às tropas⁷⁰⁴. Ao conferir muita ênfase ao fato de o exército imperial não ter atravessado para a margem norte em 368, Marcelino ignorou outras atividades do imperador durante o ano. Estudos no campo da arqueologia e da epigrafia demonstram com maior clareza o programa de Valentiniano I de fortalecimento das linhas de defesa do ocidente, mas é razoável supormos que Valente tenha aproveitado o período para continuar levantando obras semelhantes na *ripa gothica*⁷⁰⁵. Procópio cita pelo menos três fortes na Trácia batizados com os nomes de *Valentia*, *Valentiniana* e *Gratiana* em clara homenagem aos membros do colégio imperial

da época. Referências feitas pelo Código de Teodósio e pelo Registro de Dignitários (*Notitia Dignitatum*) corroboram a conclusão de que essas fortificações tenham sido construídas ou reformadas no final da década de 360. Esses documentos atestam ainda a construção de pelo menos um novo burgo (*burgus*) em Dobruja⁷⁰⁶. Burgos eram torres de vigia robustas — uma estrutura levantada como um grande quadrado e cercada por uma murada externa menor e um conjunto de valas — geralmente dispostas em série a pequena distância umas das outras.

Cílaces e Arrabanes, nobres armênios que haviam sido colocados no poder da Armênia por Sapor II, mudaram novamente de lado e enviaram uma embaixada a Valente no verão de 369. Insistiam com o imperador que restaurasse o príncipe Papas⁷⁰⁷. Valente e o exército imperial seguiam bloqueados nos Bálcãs; uma campanha romana na Armênia seguia fora da mesa de possibilidades, mas o imperador concordou em prestar algum apoio menor. O relato de Marcelino é confuso. Valente teria incumbido o conde Terêncio de providenciar uma escolta para que o príncipe retornasse ao país com segurança, mas com a condição de que Papas governasse o reino sem ostentar abertamente as titulaturas reais, ou seja, que governasse apenas pelos bastidores, não aos olhos do público. O objetivo da ressalva era que Ctesifonte não acusasse Constantinopla de violar os termos do tratado imposto a Jovino⁷⁰⁸. Fausto de Bizâncio apresenta uma versão substancialmente diferente da história. Conta-nos que Papas atravessou as fronteiras acompanhado por 6.000.000 de soldados romanos e que ao chegar ao país foi apoiado por duas lideranças importantes, o *sparapet* Mushegh e o patriarca da Igreja armênia Nerses; em seguida, que conseguiu retomar as fortalezas que estavam sob controle sassânida e consolidar sua posição no trono⁷⁰⁹. As duas narrativas apresentam sérias inconsistências. Se por um lado parece evidente que Sapor II perceberia o retorno de Papas e acusaria os romanos de interferência, por outro dificilmente Constantinopla teria conseguido mobilizar um grande exército para a tarefa, sobretudo na absurda cifra de Fausto.

Nos Bálcãs, 369 seria um ano mais produtivo para os romanos. As cheias do ano anterior não se repetiram e o exército imperial seguiu para Novioduno (Isaccea, Romênia), um castro situado nas margens do baixo Danúbio onde a presença do imperador é documentada em julho⁷¹⁰. Lá os romanos construíram uma nova ponte provisória com as rampas dos barcos trazidos do

Mar Negro e atravessaram o rio, dando início à segunda expedição pela *Gothia*. A propósito, é ao escrever sobre essa segunda incursão que Marcelino faz sua primeira referência expressa a Atanarico e aos grutungos. Segundo o autor, o exército romano avançou novamente pelos territórios godos, dessa vez tomando uma rota orientada para o nordeste, e depois de enfrentar os tervíngios de Atanarico em algumas escaramuças chegou até a “*gente guerreira*” (*bellicosa gens*) dos grutungos⁷¹¹. Partindo da premissa de que o rio Dniestre representava uma divisa natural entre as terras ocupadas por tervíngios e grutungos, os romanos seguiram pelo menos até a Bessarábia, região de fronteira entre Moldávia e Ucrânia. Nenhuma informação adicional é fornecida sobre o encontro de romanos e grutungos, mas o fato de terem sido descritos como um povo guerreiro ou belicoso pode ser um indício de que tenham engajado em combate. Era a primeira vez que um exército do império chegava ao distante país dos grutungos. Talvez eles tenham surgido em defesa de seus parentes tervíngios em um esforço conjunto para barrar os invasores romanos. Por outro lado, ao se referir a “*combates mais leves*” (*leviora certamina*) com os tervíngios, Marcelino sugere que pelo menos em um primeiro momento Atanarico pode ter adotado a mesma estratégia exitosa de 367, isto é, retirar-se com a maior parte de suas forças para as montanhas do interior. Depois de alcançarem os grutungos, os romanos reorientaram a rota e voltaram a atacar os tervíngios na Transilvânia. Após alguns confrontos menores, depararam-se finalmente com a principal força do “*poderosíssimo juiz*” (*iudex potentissimo*) Atanarico, e os dois exércitos se enfrentaram na primeira batalha de campo da campanha. Não possuímos registros sobre os números de cada exército nem sobre seus movimentos durante o confronto; sabemos apenas que, depois de muito resistirem, as fileiras tervíngias quebraram e partiram em uma debandada caótica para evitar uma destruição total⁷¹². Apesar de não mencionados, os taifalos, tribo tradicionalmente aliada aos tervíngios e conhecida pela força de sua cavalaria, podem ter participado como auxiliares de Atanarico.

Embora os godos de Cniva tenham vencido os romanos na Batalha de Abrito (251), a realidade do século IV era muito diferente daquela vivida pelo império durante a crise do século III. Sim, os efeitos da crise se estenderiam até a queda do ocidente em 476, mas o exército imperial havia conseguido se reorganizar desde as vitórias de Aureliano e vivia um período de relativa

estabilidade. Usurpações e guerras civis continuavam ocorrendo, mas com uma frequência muito menor. Fora os sassânidas, dificilmente alguma tribo bárbara conseguiria sozinha derrotar os romanos em uma batalha de campo aberto. Os sucessos militares de povos como os godos e os alamanos eram quase sempre sobre exércitos menores ou guarnições encarregadas da proteção de cidades e fronteiras, não sobre os grandes exércitos imperiais de escolta que acompanhavam os imperadores. Portanto, a derrota de Atanarico não foi uma surpresa, diferentemente da vitória goda que viria na década seguinte em Adrianópolis (378). Valente permaneceu algum tempo na *Gothia* após a batalha perseguindo os fugitivos e destruindo o que encontrou pelo caminho, como em 367, mas diante da iminência do inverno determinou a retirada das forças romanas para o quartel-general de Marcianópolis para não colocar em risco os ganhos conquistados permanecendo em zona inimiga⁷¹³. Considerando a necessidade de partir para o extremo oriente, os resultados da campanha contra os godos pareciam satisfatórios. A vitória sobre Atanarico havia resgatado o moral do exército romano e reafirmado a posição de Constantinopla como uma potência a ser temida, de modo que um ataque ao império não ficaria sem punição. Mas os romanos não saíam dos Bálcãs sem antes submeter os tervíngios a um novo tratado de paz. Apesar da vitória militar, os godos não haviam oferecido rendição e, tecnicamente, seguiam em guerra. Valente e Atanarico estavam em posições complicadas. Valente havia conseguido sua vitória militar, mas tinha pressa para partir e não poderia estender sua presença na região. Por outro lado, Atanarico havia sido derrotado e não possuía condições de mobilizar uma reação a curto ou médio prazo. Marcelino conta que os tervíngios agora “*careciam do mais necessário*” (*necessariorum inopia*), confirmando a suspeita de que a destruição dos campos provocou um cenário de fome e miséria na margem norte⁷¹⁴. Além de perderem uma porção significativa de seus combatentes, os godos sabiam que a linha de defesa do baixo Danúbio havia sido largamente reforçada pelos romanos nos últimos três anos. A permanência do exército imperial nos Bálcãs era um risco de uma nova expedição para o ano seguinte, e Marcelino observa: “*a longa presença do imperador aumentava os medos do inimigo*” (*ex principis diuturna permansione metus augebatur hostilis*)⁷¹⁵. Uma nova invasão romana poderia terminar de minar a base política de Atanarico, certamente descontente com o insucesso da resistência. Em

outras palavras, a continuidade da guerra representava também uma ameaça interna para o juiz tervíngio, que a qualquer momento poderia ter sua autoridade contestada. Sua única carta na manga era saber que para Valente também era fundamental concluir o conflito com rapidez.

Atanarico enviou representantes ao quartel-general de Marcianópolis em mais de uma embaixada para negociar os termos da paz. Valente incumbiu Victor e Arinteu de apresentarem as exigências romanas. Temístio comenta as negociações que se seguiram em um discurso proferido no Senado de Constantinopla em 370, sua *Oração 10*, curiosamente utilizando a primeira pessoa do singular, circunstância que tem sido entendida como um indício de que talvez tenha participado ativamente dos trabalhos⁷¹⁶. Para Paschoud, acompanhado por Wolfram e Lenski, as conversas seguiram até o verão de 369, mas Errington propõe que podem ter se arrastado pelo menos até janeiro ou fevereiro de 370⁷¹⁷. Seja como for, Temístio retrata Valente não só como aquele que indiscutivelmente ocupava uma posição de superioridade, mas também como um líder benevolente, como se as concessões feitas aos godos fossem atos de mera liberalidade ou indulgência, não uma necessidade de reorientar seu foco para os outros problemas do império. Marcelino até descreve o imperador como uma pessoa justa (*aequissimus*) ao considerar as demandas do adversário, mas também ressalta sua inexperiência ou inabilidade (*rudis*) para explorar seu lugar de vantagem⁷¹⁸. No final, o resultado da diplomacia foi um compromisso formal de Atanarico de que os tervíngios não voltariam a atacar o império, e em troca os romanos autorizaram a reabertura do comércio de fronteira. Porém a circulação de pessoas e mercadorias pela *ripa gothica* não aconteceria livremente, o trânsito deveria ocorrer exclusivamente por duas cidades fortificadas. Essas cidades, cujos nomes não são indicados pelas fontes, funcionariam como entrepostos comerciais e pontos de controle. Não sabemos em que medida as velhas contribuições anuais pagas pelo império durante o século III ainda eram realizadas ou apenas reivindicadas pelos chefes godos, mas o novo tratado encerrava a questão colocando expressamente um fim aos estipêndios. Ao falar sobre o assunto, Temístio ironiza lembrando como esses pagamentos foram chamados pelos romanos por nomes dissimulados que mascaravam o que eram verdadeiramente: tributos pagos aos bárbaros⁷¹⁹. Embora os autores nada digam a respeito, o acordo pode ter envolvido ainda a tradicional entrega

de reféns. Talvez parte dos tervíngios capturados após a revolta de Procópio tenha retornado à *Gothia*. Nenhum comentário é feito sobre um possível retorno dos godos à condição de federados, vale dizer, à obrigação de fornecerem guerreiros para lutarem as guerras dos romanos, de voltarem a ser aliados militares.

O grande triunfo de Atanarico sobre Valente ocorreu no campo simbólico. Embora vencido, o juiz convenceu o imperador a se sujeitar a uma espécie de cerimônia de conclusão do tratado, na qual os dois líderes compareceram como se estivessem em condições de igualdade. Em Marcianópolis, seus embaixadores informaram aos representantes romanos que muitos anos antes Atanarico havia jurado ao pai — Aorico — jamais colocar os pés em solo romano, promessa que naturalmente o impedia de atravessar pessoalmente o rio para se colocar na presença de Valente em seu quartel-general. Afinal, não poderia violar um juramento prestado aos deuses⁷²⁰. Ansioso para sair dos Bálcãs, o imperador aceitou a proposta dos tervíngios para que as duas comitivas se encontrassem no Danúbio, mais por pressa que por ingenuidade. Lá, Atanarico e Valente, cada um partindo em um barco de sua respectiva margem, encontraram-se no ponto médio do rio, onde finalmente deram o tratado por concluído⁷²¹. O simbolismo do ato foi gigantesco. De uma maneira muito diferente da que César determinou que o gaulês Vercingetórix fosse atado e arrastado pelo campo romano depois da Batalha de Alésia (52 a.E.C.), o vitorioso Valente saiu de seu quartel-general para se encontrar com Atanarico em uma zona intermediária entre os dois países. No imaginário godo, Atanarico conseguiu transformar a rendição em trégua.

Valente assumiu o título de *Gothicus Maximus*⁷²², mas o real sucesso de suas campanhas é questionável. O exército de escolta havia permanecido nos Bálcãs por três longos anos drenando os recursos do império, enquanto outras ameaças eclodiam no extremo oriente, até conseguir uma única vitória em batalha. Conquanto as fontes não mencionem números, aparentemente Atanarico conseguiu salvar parte considerável de suas forças fugindo para as montanhas. Sem sombra de dúvidas estava fragilizado, mas não destruído. E ao final o acordo costurado com os godos não previa o compromisso de servirem como federados, resgatando um nível de relacionamento inferior àquele existente durante os constantinos, pelo menos, claro, para os romanos. Mas Valente havia cumprido o objetivo estratégico maior de estabilizar os

Bálcãs e se viu finalmente livre para voltar sua atenção ao front oriental, algo que tentava fazer desde 365, quando partiu de Constantinopla para a Síria, mas teve que retornar ao receber notícias da revolta de Procópio. Na fronteira com os sassânidas, a situação era grave. Assim que concluiu a paz com os tervíngios, o imperador ordenou que o mestre de cavalaria Arinteu seguisse com um exército para socorrer a Armênia, onde uma segunda ofensiva sassânida parecia iminente⁷²³.

5.3 Perseguição aos cristãos godos

A linha de defesa do Danúbio não era apenas um conjunto de fortes e obstáculos físicos, era uma barreira cultural que expunha a divisão de dois universos tão próximos como distantes. Quando o imperador e seu exército partiram, deixaram na *ripa gothica* uma atmosfera de ressentimento. Com o passar do tempo, as relações entre romanos e godos foram sendo pouco a pouco restabelecidas, o que se percebe pela retomada dos subsídios pagos pela corte aos trabalhos de tradutores do grego para o gótico, medida indicativa de que os canais de comunicação com as lideranças tervíngias permaneciam abertos⁷²⁴. Fabricantes de itens de luxo do império estavam ávidos pela desobstrução das rotas comerciais, pois os territórios godos representavam um grande mercado para a exportação. Mercadores de escravos provavelmente também estavam entre os beneficiados pela reabertura comercial. Mas o clima de estranhamento continuou, muito em razão da percepção de que os godos haviam se tornado uma potência regional, não mais um cliente menor de Constantinopla nos Bálcãs. O risco que assumiram ao prestarem apoio a Procópio contra o imperador é um termômetro para compreendermos o nível de confiança que haviam alcançado, e é possível que os anos que antecederam esses conflitos tenham sido marcados por um aumento das exigências dos chefes tervíngios para permanecerem aliados ao império.

Se por um lado os dois povos iniciavam um processo de reaproximação, mesmo que cauteloso, dentro dos territórios godos o movimento foi o inverso; o ressentimento evoluiu rapidamente para o revanchismo. Como os godos não possuíam condições de oferecer uma resposta militar a Constantinopla, direcionaram seu desejo de vingança contra o grupo que era considerado mais próximo aos romanos: os cristãos. Assim que o exército imperial seguiu para a Ásia Menor, Atanarico atacou as comunidades cristãs da *Gothia*, iniciando a

segunda grande perseguição sistemática do *establishment* tervíngio. Dessa vez, a repressão seria muito mais violenta do que aquela conduzida na década de 340 contra Úlfilas e seus seguidores. Apesar de nenhum autor antigo afirmar categoricamente que parte dos tervíngios apoiou as campanhas de Valente, a rápida reação de Atanarico sobre os cristãos godos demonstra que eram vistos pelas elites como uma parcela da sociedade tervíngia mais simpática aos inimigos romanos. Pior, que talvez a confederação começava a se dividir em duas grandes alas, uma liderada pelas elites tradicionais, outra pelos convertidos. Ao falarmos sobre a guerra civil entre Atanarico e Fritigerno, esse cenário ficará ainda mais claro ao leitor. Por ora, deixemos Fritigerno de lado e foquemos a repressão conduzida por Atanarico em seus territórios.

Sozomeno é uma das principais fontes sobre o assunto, mas sua narrativa é por vezes confusa e reproduz alguns equívocos interpretativos de outros historiadores antigos, como Sócrates, que estabeleceu uma descabida associação entre Úlfilas e a segunda perseguição. Quando Atanarico começou a perseguir os cristãos na margem norte, Úlfilas já morava no império desde o final dos anos 340, quando ele e os godos menores foram admitidos por Constâncio II e instalados na Mésia⁷²⁵. No entanto, mesmo com essas inconsistências seu relato permanece uma importante fonte documental, sobretudo para que possamos compreender o nível da violência assumida pelo expurgo. Vejamos um pequeno fragmento:

Atanarico se ressentiu em razão dos seus súditos se tornarem cristãos pela persuasão de Úlfilas; e porque abandonaram o culto dos seus ancestrais, ele sujeitou muitos indivíduos a variados tipos de castigo; alguns ele condenou à morte depois de serem levados a tribunais e terem nobremente confessado sua fé, e outros foram simplesmente massacrados sem terem tido a oportunidade de dizerem uma só palavra em suas defesas. É dito que os oficiais encarregados por Atanarico de conduzirem seus cruéis mandados construíram uma estátua, colocaram-na em uma carroça, e percorreram com ela as tendas daqueles que eram considerados suspeitos de abraçarem a cristandade; esses eram obrigados a adorarem a estátua e a oferecerem sacrifícios; caso se recusassem, eram queimados vivos juntos com suas tendas. Porém, escutei que um ultraje de ainda maior atrocidade foi perpetrado nesse período. Muitos se recusaram a obedecer aqueles que os forçavam a fazer sacrifícios. Entre eles estavam muitos homens e mulheres; entre as mulheres algumas estavam cuidando de seus pequenos filhos, outras alimentando pelos seios seus recém-nascidos; eles fugiram para sua igreja, que era apenas uma tenda. Os pagãos então atearam fogo na tenda e destruíram tudo⁷²⁶.

Execuções sumárias, meios cruéis, indiferença ao sexo e à idade das vítimas. O cenário descrito por Sozomeno é um de horror. Embora mais

conciso, Jerônimo ratifica a atmosfera de violência ao afirmar que muitos cristãos godos foram mortos ou expulsos de suas terras em 369, acrescentando que parte considerável conseguiu refúgio nas províncias mais próximas⁷²⁷. O simples fato de autores romanos comentarem o assunto, algo que ocorria dentro dos territórios tervíngios e aparentemente sem impacto direto sobre as relações romano-góticas, reforça a magnitude da repressão. O excerto transcrito nos apresenta uma pequena amostra da religiosidade goda pré-cristã ao citar a construção de uma estátua que deveria ser adorada pelos suspeitos de abraçar a cristandade, uma prova de que permaneciam fiéis às tradições. Como dissemos quando comentamos o paganismo germânico, a estátua indicada por Sozomeno tem sido conectada a Nerthus, deusa associada à “Mãe Terra”, à fertilidade. Temos ainda uma referência à prática de sacrifícios. A curta menção de Jerônimo à recepção de refugiados pelo império sinaliza algum grau de interação entre as autoridades romanas da Mésia e da Trácia com as comunidades cristãs da margem norte. Não fossem as prioridades do extremo oriente, talvez Constantinopla tivesse saído em defesa dos convertidos com algum apoio militar. Aqui vale a lembrança à carta de Constantino a Sapor II, por meio da qual o imperador rogava ao xá para que tratasse os cristãos persas com humanidade, afirmando-se como uma espécie de patrono da cristandade mesmo além das fronteiras do império.

A perseguição de Atanarico produziu vários mártires godos que até nossos dias são venerados por católicos e, em especial, por ortodoxos. Com o cisma das duas Igrejas (1.054)⁷²⁸, os Bálcãs permaneceram sob a esfera de influência dos patriarcados bizantinos; então naturalmente a memória dos mártires godos acabou recebendo maior ênfase na tradição ortodoxa. Entre esses mártires estão Saba, Sansalas, Gouththikas, Inna, Rhima e Pina. Outras figuras também ganharam notoriedade nesse contexto, a exemplo da nobre goda Gaatha e do bispo Goddas, duas figuras envolvidas no resgate das relíquias desses mártires, ou seja, no transporte de seus restos mortais ou objetos pessoais da margem norte para o império. Começemos por Saba.

Sabemos pouco ou quase nada sobre os mártires godos em geral, mas a história de Saba, o Godo, nos é mais bem conhecida em razão do conjunto de cartas escritas por Ascólio⁷²⁹, um padre, a Basílio, o bispo de Cesareia. Reunidas, essas cartas formam o documento batizado como *Paixão de São Saba*. Escritas no ano seguinte à morte do mártir, em 373, as correspondências

possuem um conteúdo misto — ora factual, ora litúrgico. O texto é recheado de transcrições de passagens bíblicas e falas literais que teriam sido ditas pelo próprio Saba. A coletânea sobreviveu por meio de dois manuscritos — um datado do século X e outro do XI —, hoje parte do acervo das bibliotecas do Vaticano e da basílica de São Marcos (Veneza)⁷³⁰. Ascólio contou com o auxílio de Junio Sorano, um capadócio recém-nomeado duque Cítia (*dux Scythiae*) que mantinha conexões com Basílio, para que suas cartas chegassem ao bispo. Nelas, contava o que ocorria nas distantes comunidades cristãs sob o jugo de Atanarico⁷³¹. Nenhuma informação precisa é oferecida sobre a posição ocupada por Ascólio na Igreja, mas, em suas respostas, Basílio refere-se à circunstância do interlocutor “viver nas vizinhanças de um país bárbaro”⁷³². O dado permite-nos especular que Ascólio fosse um sacerdote com atuação na fronteira, provavelmente na Cítia, onde conheceu Sorano, e que de lá pudesse manter algum contato mais próximo com as comunidades cristãs tervíngias. Em uma dessas correspondências, Basílio curiosamente se dirige a Ascólio como um “treinador de atletas”⁷³³, provavelmente uma referência às suas campanhas missionárias na outra margem do Danúbio.

Citando o versículo do livro de Efésios sobre o homem que atingiu a perfeição pela fé, Ascólio introduz Saba como um sujeito pio, um devoto fervoroso que desde a infância dedicava sua vida inteiramente às obras de Deus⁷³⁴. Sobre suas origens, limita-se a dizer que “era da raça goda e vivia na Gothia”⁷³⁵, o que pode ser interpretado como um indício de que, diferentemente de Úlfilas, não era descendente dos capadócius capturados nas décadas de 250 e 260, mas um godo étnico. Qualquer que seja o caso, mais de 100 anos haviam se passado desde o rapto dos capadócius, seus descendentes provavelmente não eram mais vistos como forasteiros, *outsiders*, haviam se integrado à sociedade tervíngia. Sabemos que Saba morreu em 12 de abril de 372, e que à época contava com 38 anos de idade⁷³⁶, o que nos leva ao seu nascimento em 334. Pertencia a uma comunidade situada próximo a um rio indicado por Ascólio pelo nome de *Mousaios*, possivelmente o Buzău. Se a associação com o Buzău estiver correta, isso significa que sua comunidade estava situada em algum ponto da região sudoeste dos Cárpatos, possivelmente na Valáquia (Romênia)⁷³⁷. Enquanto Úlfilas foi um simples *lector* antes de se tornar bispo, Saba serviu sua igreja com hinos e cânticos, como um *cantor*⁷³⁸. É rotulado como “ortodoxo”, e considerando que o destinatário dos textos era

Basílio, ferrenho defensor do Concílio de Niceia, podemos tomar “ortodoxo” por “niceno”. O comentário reforça as suspeitas de que, embora o arianismo fosse corrente majoritária entre os godos em razão da influência exercida por Úlfilas, outros evangelizadores podem ter atraído parte dos cristãos tervíngios à ortodoxia nicena. Como ponderamos páginas atrás, ainda mais provável é que a disputa entre arianos e nicenos não tenha repercutido de maneira significativa na margem norte do Danúbio.

Em linhas gerais, isso é o que sabemos sobre a biografia de Saba antes que fosse vítima das perseguições de Atanarico. Quanto ao seu martírio propriamente dito, as cartas de Ascólio nos trazem um relato detalhado sobre como teria permanecido fiel às suas convicções religiosas até ser finalmente condenado à morte. Nas entrelinhas do texto, podemos extrair informações importantes sobre a dinâmica das relações sociais e de poder na sociedade tervíngia. Ascólio narra uma série de delegações enviadas por Atanarico às aldeias para assegurar que todos observassem as práticas pagãs e, não sendo esse o caso, identificar e punir os que se recusassem a cumpri-las. Esses mandatários aparecem como os *megistanes*⁷³⁹, palavra grega empregada com um sentido genérico de “nobres”, como o latim *optimates*. Uma primeira hipótese que podemos levantar a partir dessas diversas idas e vindas é que a nobreza tervíngia, principalmente o clã de Atanarico, estivesse concentrada nos grandes assentamentos, nas quase-cidades, longe dos pequenos vilarejos. As cartas passam-nos a impressão de que esses nobres eram vistos pelos moradores das pequenas vilas como estranhos, forasteiros, até mesmo agressores, não como irmãos ou compatriotas⁷⁴⁰. Outra percepção que podemos extrair do texto é que, se as elites estavam descontentes com a propagação do cristianismo pelos seus territórios, isso não refletia necessariamente o sentimento geral da população, mesmo da parcela não cristã. Os cristãos, ainda na condição de minoria, embora expressiva, estavam integrados e conviviam harmoniosamente com os pagãos. A perseguição foi um movimento de cima para baixo, das elites para o povo.

Vejamos então as situações relatadas por Ascólio. Certo dia, uma comitiva de homens armados chegou à aldeia de Saba e ordenou que todos os presentes comessem carnes de sacrifício, alimentos que haviam sido oferecidos aos deuses. A frequência com que esse procedimento é descrito sugere que essa era a principal medida empregada contra os cristãos. Nessa pequena vila, os

pagãos sabiam quem eram os cristãos, conviviam há muitos anos sem que a religião tivesse sido motivo de grandes discórdias. Famílias haviam se misturado umas às outras. Reunidos às escondidas, os pagãos decidiram ajudar seus companheiros perseguidos. Trariam carnes que ainda não haviam sido oferecidas como sacrifício para serem consumidas por todos até a partida dos *megistanes*. Contudo, ao saber do artifício, Saba dirigiu-se imediatamente à assembleia e repreendeu os cristãos. Não deveriam agir como covardes, mas permanecerem firmes em seus propósitos, resistirem abertamente à violência. O discurso não convenceu os ouvintes. Temendo que Saba revelasse o engodo aos homens de Atanarico, a aldeia decidiu expulsá-lo antes que o pior ocorresse⁷⁴¹. É recorrente a menção às assembleias dos vilarejos nas cartas de Ascólio, mais uma evidência de que os assuntos de interesse local eram resolvidos coletivamente. Elas formavam uma espécie de “conselho da aldeia”, algo que os gregos chamavam pela palavra *synedrion*, “sentar em conjunto”.

Algun tempo depois, Saba foi autorizado a retornar, mas não demorou para que se envolvesse em um segundo incidente. Uma nova comitiva de Atanarico chegou à aldeia e montou aos improvisos uma espécie de tribunal. Porém os cristãos haviam sido escondidos pelos seus companheiros pagãos, que agiam como se nada tivesse ocorrido comendo as carnes oferecidas como sacrifício. Enquanto se esforçavam para convencer os *megistanes* de que não existiam cristãos entre eles, Saba levantou-se perante a assembleia e bradou que não estavam autorizados a falar em seu nome, pois ele era sim um cristão e não esconderia sua fé. Surpresos, os presentes reagiram afirmando que desconheciam o fato de Saba ser cristão e que, sendo assim, ele era o único. Saba foi então conduzido à presença do líder do bando. Curiosamente, o comandante questionou os moradores da vila sobre patrimônio dele, se possuía terras ou outros bens dignos de nota, e ao ser informado de que o homem nada possuía além das próprias roupas que vestia, julgou que não representava ameaça e se limitou a ordenar que fosse exilado da aldeia⁷⁴². A importância conferida pelo oficial às propriedades de Saba é um sinal de que a perseguição não possuía um objetivo exclusivamente religioso, como o de evitar o abandono das antigas tradições, mas de que as elites tradicionais estavam mais preocupadas com a consolidação de uma nova aristocracia cristã, de uma facção paralela e rival. Um cristão qualquer não representava grande perigo à sua autoridade.

A saga de Saba atinge seu clímax em um terceiro e último incidente. Ascólio conta que Saba decidiu celebrar a Páscoa junto a Gouththikas, um presbítero e amigo. Quando seguia para a casa de Gouththikas, que morava em outra aldeia, foi subitamente interrompido por um homem de grande estatura que se colocou em seu caminho sem dar maiores explicações. O estranho apenas o aconselhou a dar meia-volta e procurar Sansalas, outro presbítero e conhecido seu. Sansalas havia se refugiado em alguma província romana, mas voltou aos territórios tervíngios para passar a Páscoa. Saba, que desconhecia seu retorno e supunha que continuava exilado entre os romanos, ignorou o aviso e seguiu com a viagem em direção à aldeia de Gouththikas. Sabemos que o império recebeu refugiados cristãos, mas o trânsito de Sansalas pela zona de fronteira sugere que o esquema de controle estabelecido no acordo firmado entre Atanarico e Valente fosse flexibilizado pelos romanos em relação aos cristãos, pelo menos para os sacerdotes. Afinal, havia um evidente interesse do império na propagação do cristianismo, evangelizadores provavelmente transitavam livremente pela *ripa gothica*. Enquanto seguia viagem, embora o clima estivesse agradável, uma repentina nevasca obstruiu a estrada e impediu Saba de prosseguir. Entendendo o fenômeno como um sinal divino, lembrou-se imediatamente da advertência do misterioso homem e voltou às pressas para o encontro de Sansalas, com quem passou a Páscoa⁷⁴³.

Três dias depois, os nobres Rotesteu e Atarido⁷⁴⁴, pai e filho, chegaram à aldeia de Saba e Sansalas. Nas palavras de Ascólio, eram acompanhados por uma “*corja de bandidos*”, uma das raras referências explícitas à instituição do *comitatus* para os godos⁷⁴⁵. Estavam à procura de Sansalas, que, ao ser encontrado, foi aprisionado em um vagão. Por sua vez, Saba foi jogado nu em um matagal cheio de espinhos que havia acabado de ser queimado, onde foi espancado pela escolta dos nobres. Na manhã seguinte, os vestígios da violência, o mar de sangue derramado, desapareceram misteriosamente. Saba foi submetido a uma nova rodada de torturas. Teve suas mãos e pés amarrados aos eixos de dois vagões e foi açoitado repetidas vezes. Mais tarde, uma mulher que cozinava para a comitiva se apiedou do seu estado deplorável e o libertou. Porém, resiliente, Saba decidiu ajudá-la em suas tarefas domésticas no lugar de aproveitar a oportunidade para fugir⁷⁴⁶. Ao ser informado do que ocorria, Atarido saiu tomado pela fúria mandando que seus subordinados o obrigassem a comer carne de sacrifício. Saba resistiu e depois de muito esforço

os homens não conseguiram fazê-lo ingerir o alimento. Furioso com a afronta, Atarido o condenou à morte por afogamento. Saba foi levado ao *Mousaios*, mas chegando às margens do rio os encarregados se compadeceram dele. Enquanto discutiam entre si sobre a possibilidade de abandoná-lo ali mesmo, às escondidas, a própria vítima insistiu para que cumprissem o comando do chefe; não temia a morte, ao contrário, estava contente porque em breve seria recebido pelos santos no reino dos céus. Saba foi então assassinado, e assim terminava seu martírio⁷⁴⁷. Ascólio conclui a história com uma curta explicação de como seus restos mortais foram resgatados pelos romanos. Quando a notícia da morte chegou ao conhecimento de Junio Sorano, o duque da Cítia, o general destacou um punhado de soldados com a missão de encontrar o corpo de Saba. Nenhum detalhe é fornecido sobre a pequena expedição, mas sabemos que os soldados romanos conseguiram encontrá-lo e trazê-lo para a margem sul, e que depois foi enviado como relíquia à Capadócia⁷⁴⁸.

Saba é o principal nome das perseguições de Atanarico, mas conhecemos outros personagens da época. Gaatha é citada por duas fontes; primeiro por um pequeno fragmento de calendário gótico, segundo pelo Menólogo de Basílio II⁷⁴⁹. O calendário consiste em uma tradução para o gótico realizada no início do século IV de uma versão original grega produzida em Constantinopla. O documento contém referências aos tempos de Úlfilas e exalta o imperador Constâncio II, demonstrando tendências arianas. Para que o leitor se familiarize um pouco com a escrita gótica, transcrevemos um pequeno trecho do calendário com sua tradução para o português⁷⁵⁰:

kþ gaminþi marwtre þize bi Werekan papan jah Batwin bilaif. aikklesjons fullaizos ana Gutþiudai gabrannidai.

29 (de outubro) lembrança dos mártires que com o presbítero Wereka e seu companheiro (?) Batwin, em uma igreja lotada no país dos godos (*Gutthiuda*, transliteração do gótico; *Gothia*, em latim), foram queimados.

Presumivelmente, o fragmento trata do mesmo incidente descrito por Sozomeno que vimos quando comentamos a primeira perseguição (340-350) — cristãos godos queimados vivos dentro de uma igreja —, episódio que está relacionado à nossa segunda personagem, cujo grande feito foi transportar suas relíquias para o império⁷⁵¹. Uma das primeiras questões com as quais nos deparamos ao estudar a história de Gaatha diz respeito ao título de “rainha” ou “princesa” (*βασίλισσα*) pelo qual acabou se tornando conhecida. No Menólogo

de Basílio II, Gaatha aparece como “*a consorte do outro chefe dos godos*” (σύμβιος τοῦ ἑτέρου ἄρχοντος τοῦ ἔθνους τῶν Γότθων), descrição que levou Thompson a defender a tese de uma dupla casa real para os tervíngios. Afinal, para que possamos falar em “*outro chefe*” é preciso que tenhamos no mínimo dois⁷⁵². Linhas atrás dissemos que conhecemos três juízes para o período de Atanarico, mas, considerando a maneira como as fontes se referem a Gaatha, sem conectar seu nome a qualquer deles, parece-nos mais provável que fosse apenas uma nobre tervíngia, talvez a esposa de um *reik*, não mais que isso. O que podemos afirmar com a mínima segurança é que Gaatha foi uma nobre cristã, corroborando a suspeita de que o cristianismo se espalhava entre as elites e reforçando a hipótese de que a grande preocupação de Atanarico era o desenvolvimento de uma facção rival cristã e, conseqüentemente, pró-romana. Concluindo, não possuímos evidências de que Gaatha fosse realmente uma rainha ou princesa no sentido literal desses termos.

Reunindo as fragmentadas informações presentes no menológio e no calendário, o hagiógrafo Hippolyte Delehaye sintetizou a saga da princesa goda em *Santos da Trácia e da Mésia*. Segundo Delehaye, Gaatha passou o largo intervalo de 383 a 392 em uma viagem com destino a Cízico (Balıquesir, Turquia) com o objetivo de transportar os restos mortais de 26 mártires godos que haviam sido queimados vivos em uma igreja a mando de um chefe local — Winguric — para o império. Esteve acompanhada no trajeto por sua filha, Dulcilla, e por um terceiro godo, Wella, deixando o filho, Arimir, no comando da aldeia durante sua ausência⁷⁵³. O fato de Gaatha e sua família continuarem residindo na *Gothia* com algum nível de poder demonstra que, mesmo depois de os territórios tervíngios serem conquistados pelos hunos no final dos anos 370, com uma fuga massiva dos grupos de Fritigerno e Alavivo para as províncias romanas, muitos godos permaneceram na margem norte. E que os hunos não removeram as elites godas para estabelecer um domínio direto; mantiveram os chefes tervíngios no comando, porém agora como uma espécie de vassalos do rei huno. Quando as relíquias finalmente alcançaram Cízico, Gaatha e Wella retornaram para a margem norte e Dulcilla decidiu permanecer na cidade. A princesa havia mandado uma mensagem ao filho pedindo que enviasse alguns homens para recebê-los na fronteira do Danúbio. Estranhamente, ao atravessarem o rio e chegarem no local combinado, Wella foi apedrejado até a morte por um grupo de pagãos godos⁷⁵⁴. As fontes não

apresentam maiores detalhes sobre o episódio, mas sugerem que a rivalidade entre godos pagãos e cristãos persistiu pelas décadas seguintes.

5.4 Nicenos, arianos e audianos

Tal como Saba, Gaatha também aparece como uma “*cristã ortodoxa*”. No caso específico de Saba, defendemos “ortodoxo” como sinônimo de “niceno”, já que as cartas de Ascólio foram dirigidas a ninguém menos que Basílio de Cesareia. Embora já tenhamos tocado no assunto de passagem, façamos uma pequena pausa na narrativa linear para nos debruçarmos sobre o seguinte questionamento: sabemos que o trabalho de evangelização de Úlfilas foi determinante para que os godos se aproximassem do arianismo, as fontes nos revelam isso claramente, mas o credo niceno ou outras correntes tidas como heresias pela igreja do império possuíram alguma influência na margem norte? Em outras palavras, existiram comunidades cristãs godas nicenas?

As primeiras comunidades cristãs pelos territórios tervíngios foram constituídas pelos capadócius capturados durante as invasões marítimas das décadas de 250 e 260. A essa altura a Igreja Romana ainda não era dominada pela questão cristológica, um debate que só se intensificaria no final do século III. Ário nasceu em 256 e o Concílio de Niceia foi realizado apenas em 325. Logo, os capadócius, que não conviveram com a disputa no império, certamente não a levaram para o país dos godos. Representavam uma minoria até então pouco expressiva e imersa em um ambiente esmagadoramente germânico e pagão. Antes de qualquer coisa, eram apenas cristãos, não nicenos ou arianos. Úlfilas surge em um contexto diferente, quando o partido niceno travava uma verdadeira guerra política e ideológica para impor as conclusões do concílio aos bispos arianos. Influenciada por Constâncio II e principalmente por Eusébio de Nicomédia, a aproximação de Úlfilas ao arianismo deu-se como um processo natural, e o bispo dos godos transportou a heresia do império para a *Gothia* nos anos 340. Suas campanhas missionárias foram tão marcantes para a construção do cristianismo gótico que, mesmo depois de serem aceitos no império em 376, quando passaram a conviver lado a lado com os romanos, os godos permaneceram firmes em suas convicções arianas. Os reinos góticos que surgiriam no século V tampouco se curvaram às deliberações de Niceia. E assim o arianismo foi se transformando em um importante elemento da identidade gótica.

Em grupos menores, muitos godos podem ter aderido ao credo niceno depois de cruzarem o Danúbio. Se o debate não possuía grande destaque na margem norte, a realidade era outra nas províncias do império. Contudo nenhuma evidência sugere que tenham formado uma comunidade nicena maior e paralela à ariana, antes ou depois da travessia de 376⁷⁵⁵. Veremos como o bispo João Crisóstomo se esforçou para trazê-los ao credo niceno em Constantinopla no período de transição entre os séculos IV e V, mas aparentemente não obteve grandes resultados. Para o período anterior à travessia, um dos primeiros a tratar do tema foi Thompson. O historiador defende que pelo menos um bispo niceno realizou atividades missionárias junto aos tervíngios na margem norte e que seus trabalhos podem ter dado origem a uma pequena comunidade tervíngia nicena⁷⁵⁶. A tese do historiador se ampara em Goddas, sacerdote cuja existência é atestada apenas por um pequeno comentário isolado presente em um menólogo bizantino que sobreviveu por meio de um manuscrito do século XI⁷⁵⁷. O documento retrata os martírios de outros três cristãos godos — Inna, Rhima e Pina —, supostos discípulos do apóstolo André assassinados durante as perseguições tervíngias. Pouco sabemos além dos seus nomes. Segundo o texto, sete anos depois um clérigo chamado Goddas transportou os restos mortais dos três mártires para Haliscus, um porto romano cuja localidade nos é desconhecida⁷⁵⁸. Um trabalho semelhante ao de Gaatha. Thompson relaciona o episódio à primeira perseguição dos anos 340, quando Úlfilas e os godos menores foram expulsos da *Gothia*, e partindo dessa premissa conclui que Goddas era niceno. Afinal, segundo o historiador, dificilmente existiriam dois bispos arianos atuando concomitantemente nos territórios godos⁷⁵⁹. Em outras palavras, a associação de Goddas ao credo niceno decorre exclusivamente da circunstância de ser pouco provável que dois sacerdotes arianos atuassem simultaneamente na margem norte. Não nos parece um forte argumento que a presença de Úlfilas representasse um óbice à de outros missionários arianos, ao contrário. Em resumo, nenhuma fonte fala explicitamente sobre comunidades godas nicenas, mas é razoável esperarmos que alguns godos, em menor número, tenham se aproximado da ortodoxia existente no império depois de cruzarem o Danúbio.

Para além do arianismo, uma segunda corrente considerada herética pela Igreja Romana pode ter alcançado algum nível de difusão entre os tervíngios na margem norte, embora com uma abrangência mais restrita — o

audianismo⁷⁶⁰. Áudio⁷⁶¹ aparece nas obras de Epifânio e Teodoreto. Descrito como “um sírio pela raça e fala”, seu pensamento é explicado a partir de duas de suas principais crenças. A primeira delas é a defesa de uma concepção antropomórfica do divino; interpretando de maneira literal o versículo de Gênesis que afirma que o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus⁷⁶², os audianos concluem que Deus possui uma forma humana, um corpo físico. A visão de Áudio contrapunha-se à da Igreja, que interpretava a passagem como uma metáfora. Deus criou a matéria, mas é anterior a ela⁷⁶³. A segunda crença diz respeito à Páscoa; os audianos eram quartodecimanistas, comemoravam-na de acordo com os antigos costumes judaicos (*pesach*) no dia 14 de nissã⁷⁶⁴, não conforme o Concílio de Niceia, que fixou o domingo subsequente à Sexta-feira Santa como data. Para eles, a decisão do concílio foi tomada apenas para atender a um capricho pessoal do imperador Constantino, e isso não poderia ser aceito⁷⁶⁵.

Como sírio, Áudio manteve um contato próximo com as doutrinas que circulavam pelo extremo oriente, como o gnosticismo e o maniqueísmo persa. Influenciado por elas, sustentou que Deus não era o criador do bem e do mal, mas somente das coisas boas do universo⁷⁶⁶. Por meio das críticas que fizeram ao luxo dos constantinos e à opulência da corte em Constantinopla, os audianos pregaram um estilo de vida mais austero e regrado. É justamente em razão dessas críticas que Áudio e muitos dos seus seguidores foram exilados por Constâncio II⁷⁶⁷. Expulsos da Síria, um dos grandes centros da cristandade romana de onde poderiam projetar suas ideias para o restante do império, seguiram para a distante e isolada província da Cítia Menor, zona de fronteira com os territórios tervíngios. De lá, estabelecendo base em Dobruja, realizaram campanhas missionárias entre os godos. Segundo Epifânio, Áudio converteu muitos deles à sua disciplina ascética e fundou alguns monastérios na margem norte. Entre os que o acompanhavam nessas missões estavam Urano e Silvano, que conhecemos apenas pelos nomes. Depois da morte dos três missionários e do início das perseguições de Atanarico, os audianos que restavam na *Gothia* fugiram. Sobreviveram em pequenos bolsões espalhados por Cálcis, Antioquia, Damasco e pelo entorno do Eufrates⁷⁶⁸. Aos poucos foram perdendo seguidores até desaparecerem.

Depois da travessia do Danúbio, os godos viveram em várias regiões do império antes de fundar seus próprios reinos na Itália e Hispânia. Nesse

intervalo, migraram sucessivas vezes de província para província, ora como aliados, ora como inimigos dos romanos. Largos territórios da Trácia, Mésia, Macedônia, Panônia e Nórica permaneceram sob controle dos chefes godos em diferentes momentos dos séculos IV e V. Movimentavam-se como grandes hordas, exércitos ambulantes seguidos por suas famílias e carroças. Apesar de terem compartilhado com os romanos os mesmos espaços, viveram à margem da sociedade do império. Nesse ambiente paradoxal de proximidade e isolamento, por um lado se “romanizaram” em diversos aspectos, por outro conservaram muitos dos seus costumes e tradições. Foram cristianizados, mas não cederam à pressão para aderirem à ortodoxia nicena; seguiram arianos. Com a progressiva desintegração da porção ocidental do império e o surgimento dos reinos góticos, as novas elites ostrogoda e visigoda se viram diante do desafio de governar as populações das Penínsulas Itálica e Ibérica, esmagadoramente católicas. Um comentário presente em *Anônimo Valesiano* sobre o reino de Teodorico revela que os conquistadores ostrogodos conseguiram administrar a divergência religiosa com os súditos sem enfrentar maiores problemas:

Pois tudo o que ele (Teodorico) fazia era bom. Assim ele governou duas raças ao mesmo tempo, romanos e godos, e embora fosse membro da seita ariana, jamais realizou qualquer ataque aos católicos; ele organizou jogos no circo e no anfiteatro, e assim foi chamado pelos próprios romanos de Trajano ou Valentiniano, cujos governos ele tomou como modelo. E pelos godos, por conta do édito por meio do qual estabeleceu justiça, foi reconhecido como o maior de seus reis⁷⁶⁹.

Durante as campanhas de Justiniano para reconquista do ocidente — suas Guerras Góticas (535-553) —, a rivalidade entre nicenos e arianos compôs os discursos de bizantinos e ostrogodos. Em determinada altura do conflito, o Senado de Constantinopla chegou a ordenar a expulsão de muitos sacerdotes arianos da cidade⁷⁷⁰. Porém, internamente, dentro do Reino Ostrogodo, a divergência religiosa nunca foi motivo para que os católicos da Itália se levantassem contra a elite ostrogoda até a queda do reino no início dos anos 550. O Reino Visigodo foi mais duradouro, superou o período de transição que conhecemos como Antiguidade Tardia e se estendeu pelos primeiros séculos do Medievo. Caiu em 711 vítima da expansão muçulmana. Aparentemente, as relações entre a elite visigoda e a população ibérica foram semelhantes às dos seus parentes ostrogodos, marcadas por uma coexistência pacífica pelo menos até o início do século VI. A partir daí as fontes trazem alguns episódios de

tensão entre arianos e católicos. Falemos sobre alguns deles. Leovigildo foi um rei visigodo (569-586) conhecido pela competência militar. Conduziu campanhas exitosas contra os bizantinos no extremo sudeste da península e contra os suevos no noroeste. Manteve uma diplomacia amistosa com os francos, selada com o casamento de Hermenegildo, seu filho, com a princesa franca Ingunda, filha do rei franco Sigeberto I e da princesa visigoda Brunilda. Como franca, Ingunda era católica. Ao se casar com Hermenegildo, não demorou para que entrasse em conflito com Goiswintha, rainha e esposa de Leovigildo, que insistia em sua conversão ao arianismo. Em meio a essa *domestica rixa*⁷⁷¹, como foi descrita por João de Biclaro, Ingunda e o bispo Leandro de Sevilha conseguiram convencer o príncipe e herdeiro do trono, Hermenegildo, a se converter ao catolicismo. Depois de se opor aos pedidos feitos pela família real para que se mantivesse ariano, Hermenegildo liderou uma rebelião contra o pai, chegando a buscar apoio em Constantinopla. Sem um apoio efetivo dos bizantinos, à época ocupados em uma guerra contra os sassânidas, a revolta logo perdeu fôlego e sucumbiu. Não que a divergência religiosa tenha sido determinante para a eclosão da rebelião, mas certamente ela foi um dos fatores que contribuiu para a divisão da família real visigoda⁷⁷². Com a morte de Leovigildo, o trono passou para Recaredo I, seu outro filho. Em 589, durante o III Concílio de Toledo, o novo rei finalmente se converteu ao catolicismo, encerrando séculos de uma tradição goda ariana.

5.5 Guerra civil tervíngia

Voltemos aos tempos de Atanarico. As duas perseguições das elites godas contra os cristãos, sobretudo a segunda, cujo ápice se deu em algum momento entre 370 e 372, mostraram que o cristianismo se difundia rapidamente entre as camadas mais baixas da sociedade tervíngia, mas, como observamos, que também uma parcela da nobreza começava a flertar com a religião dos romanos. Gaatha, uma nobre tervíngia, é o primeiro indicativo desse processo. De certa maneira, esse movimento de baixo para cima era esperado. Afinal, se a base de sustentação dos *iudices* e *reiks* eram os grupos que estavam sob seus respectivos comandos, era natural que as lideranças godas se voltassem ao cristianismo à medida que as massas se convertiam. Era precisamente esse o movimento que Atanarico buscava interromper com seus pogroms. Dissemos que a literatura do império nos permite concluir pela existência de ao menos

outros dois juízes tervíngios para o período coincidente com o reinado do imperador Valente, e é nesse contexto em que o cristianismo começa a ganhar espaço entre as elites godas que surge o nome de um segundo juiz tervíngio, Fritigerno.

Sem examinar as causas da divisão, Sócrates conta que os tervíngios se separaram em duas facções, uma liderada por Atanarico e outra por Fritigerno, e que a hostilidade entre os grupos evoluiu para o confronto armado. Os godos estavam em guerra civil. O autor não apresenta informações detalhadas sobre o conflito; limita-se a dizer que Atanarico conseguiu uma “*grande vantagem*” sobre Fritigerno e que este, acuado, viu-se obrigado a pedir socorro aos romanos. Valente viu em Fritigerno uma oportunidade para eliminar de uma vez por todas seu antigo rival e destacou algumas tropas que estavam estacionadas na Trácia para apoiá-lo na margem norte. Com o auxílio dos reforços romanos, Fritigerno conseguiu se sagrar vitorioso em batalha. Era um novo revés para Atanarico, mas novamente suas forças não haviam sido completamente derrotadas. Sócrates conclui o curto relato da guerra civil tervíngia dando conta de que Fritigerno e seu povo se converteram ao cristianismo como um gesto de agradecimento ao imperador. Logo, como Valente era ariano, essa seria uma das razões pelas quais se afastaram da ortodoxia de Niceia⁷⁷³. Sozomeno oferece uma versão ainda mais resumida e confusa. Diz que um embate ocorreu entre os dois grupos tervíngios e que Valente contribuiu decisivamente para a vitória de Fritigerno sobre Atanarico. Até aqui nada diferente. Porém o autor situa o episódio depois da travessia de 376, como se a guerra civil tivesse ocorrido quando ocupavam regiões do norte da Trácia, margem sul, não na *Gothia*⁷⁷⁴. Considerando que Valente foi vencido pelos godos na Batalha de Adrianópolis em 378, o confronto entre as duas facções godas precisaria ter ocorrido no intervalo entre 376 e 378. Essa estimativa choca-se frontalmente com outras fontes mais confiáveis sobre o período, como Marcelino, que descreve a história dos godos pós-travessia com maior riqueza de detalhes; em nenhum momento o historiador se refere a um confronto entre Fritigerno e Atanarico após os godos cruzarem o Danúbio. Ao contrário, o historiador é categórico ao afirmar que a tribo de Fritigerno — e a de Alavivo — teve sua entrada autorizada, mas a de Atanarico não. Atanarico permaneceu na margem norte, onde organizou uma resistência contra o

avanço huno⁷⁷⁵. Se uma guerra civil tervíngia realmente ocorreu, o mais provável é que tenha se dado antes de 376.

O fato de Marcelino não fazer qualquer menção à guerra civil é no mínimo estranho. O historiador cobriu as campanhas de Valente (367-369) e a travessia (376), mas nada falou sobre o embate de Atanarico e Fritigerno, que provavelmente ocorreu no intervalo entre os dois episódios⁷⁷⁶. Uma disputa entre dois chefes tervíngios do outro lado das fronteiras do império poderia ter sido facilmente ignorada pelos escritores romanos da época, mas Sócrates é taxativo ao afirmar que o conflito contou com a participação direta do imperador, que enviou tropas para apoiar um dos lados. Essa não era uma providência qualquer. Havia se passado pouco tempo desde que Valente firmou o acordo de paz com Atanarico (369) para reorientar sua atenção à ameaça persa. Uma intervenção armada malsucedida em território tervíngio poderia desestabilizar novamente os Bálcãs, desfazendo as módicas conquistas dos três anos de campanha pela *ripa gothica*. Se por um lado essa era uma oportunidade para enfraquecer ainda mais Atanarico, por outro representava um risco muito grande para ser assumido. A primeira menção de Marcelino a Fritigerno só ocorre no contexto da travessia de 376, quando os godos negociavam com Valente a autorização de ingresso⁷⁷⁷. A omissão em Marcelino nos deixa dúvidas sobre se a guerra civil realmente teria ocorrido.

Se aceitarmos a guerra civil como realidade histórica, outras questões permanecem sem respostas e abertas à especulação. A primeira é uma possível conexão entre o conflito e as perseguições. Apesar de Sócrates e Sozomeno não indicarem as causas do conflito, é razoável que o confronto tenha sido uma consequência da repressão aos cristãos. A luta de Atanarico para impedir o avanço da cristandade pela *Gothia* pode ter sido o principal fator responsável pela divisão da sociedade tervíngia em dois grupos, um composto pela nobreza tradicional pagã, outro pelas elites que se cristianizavam. Dizendo de outra maneira: o último grupo, encabeçado por Fritigerno, talvez tenha surgido como uma resistência cristã. Se isso for verdade, Atanarico acabou fomentando a fragmentação política que tentava inibir. Hughes propõe uma explicação semelhante. Defende que os três anos das campanhas de Valente pela margem norte polarizaram a sociedade tervíngia em pagãos e cristãos, que passaram a ser vistos pelos seus compatriotas godos como um partido favorável aos inimigos romanos. Não que tivessem cooperado com as invasões

romanas, talvez sim, mas pelo menos que fossem mais simpáticos a uma relação de vassalagem com o império. Para o historiador, Atanarico pode ter capitalizado esse clima de hostilidade, incitando a violência contra as comunidades cristãs, em um esforço para se consolidar como o “*rei dos godos*” (*rex gothorum*). Nesse cenário, Fritigerno representaria a ala “antirrealista” — consequentemente, “pró-cristã” — que se levantou contra a autocracia⁷⁷⁸. Hipóteses. O que podemos concluir com segurança é que os dois eventos — perseguição e guerra civil — estão conectados às campanhas de Valente e que em maior ou menor medida são sequelas delas.

Se realmente houve uma intervenção do império na disputa dos dois chefes tervíngios, a estratégia romana pode ter sido apenas a de assegurar sobrevivência à facção de Fritigerno, não a de derrotar Atanarico em definitivo. Primeiro, porque à época o exército imperial de escolta acompanhava o imperador no extremo oriente. Embora as fontes não citem números, o auxílio prestado deve ter sido módico, limitado a não muitas companhias de comitatenses presentes nos Bálcãs. Com a maior parte do exército imperial longe dali, as linhas de defesa do Danúbio não podiam ser comprometidas. Se Valente não havia conseguido vitória total contando com sua principal força de combate, outro não seria o resultado com um efetivo menor. Segundo, porque manter a sociedade goda desunida atenderia melhor aos interesses de Constantinopla, a velha tática romana de dividir para conquistar. Preocupados uns com os outros, os tervíngios dificilmente investiriam contra o império.

Outro ponto nebuloso é a afirmação feita por Sócrates de que Fritigerno e seu povo se converteram ao cristianismo como um gesto de agradecimento ou retribuição pelo apoio prestado por Valente. Certamente essa é uma simplificação exagerada de um processo mais demorado e complexo. Não se questiona que a intervenção romana tenha contribuído para aproximar o grupo de Fritigerno do império e indiretamente do próprio cristianismo, mas considerar que a religiosidade goda se transformou por meio de uma conversão massiva da noite para o dia, como propõe o autor, é absurdo. Poderia se cogitar de que a conversão ocorreu depois, em 376, como condição imposta pelo imperador para que o povo de Fritigerno fosse admitido no império. Contudo os godos que tiveram sua entrada autorizada logo se voltariam contra os romanos, e seria de se esperar, nesse movimento, que retornassem ao paganismo, o que não ocorreu. Mais provável é que o grupo de

Fritigerno já fosse composto por uma base majoritariamente cristã, por tribos que desde os anos 340 vinham sendo trabalhadas por missionários romanos. Um comentário de Sozomeno corrobora essa conclusão; diz-nos que “no mesmo período, existiram muitos seguidores de Fritigerno que testemunharam a Cristo e foram martirizados”⁷⁷⁹. Presumivelmente, Sozomeno refere-se ao período das perseguições de Atanarico, o que responderia parte das nossas perguntas. Uma referência feita no mesmo calendário que cita Gaatha tem sido interpretada como uma segunda evidência nesse sentido. O documento traz o nome gótico *Friþareikeis*, lido por parte dos estudiosos como Fritigerno. Caso essa associação esteja correta, coloca Fritigerno como uma importante liderança dos cristãos godos mesmo antes da travessia do Danúbio⁷⁸⁰.

5.6 Ermanarico e os grutungos

Façamos uma pausa na história dos tervíngios para voltar nossa atenção aos seus parentes do leste, os grutungos. Como temos destacado, se a literatura romana é escassa sobre os tervíngios, é ainda mais sobre os grutungos. Se excluirmos as referências genéricas a “citas” e “godos”, as menções mais remotas aos grutungos são feitas por *História Augusta* para os governos dos imperadores Cláudio (268-270) e Probo (276-282). Na primeira, os *greuthungi* aparecem como uma das tribos envolvidas na ofensiva de 269 contra as províncias dos Bálcãs, acompanhados por peuquinos, ostrogodos (*austrogothi*), tervíngios, visigodos (*visi*), gépidas e hérulos⁷⁸¹. Vimos que a lista de povos que participaram do ataque é visivelmente anacrônica ao posicionar ostrogodos e visigodos ainda no século III. Portanto, pouco confiável. A segunda citação aborda a política de recepção (*receptio*) adotada por Probo. O imperador assentou várias tribos bárbaras, entre elas uma larga multidão de 10.000 bastarnos, que permaneceram fiéis ao *foedus* que firmaram com os romanos, e outros bandos menores de gépidas, vândalos e *greuthungis*, que aproveitaram o momento de crise vivido pelo império no século III para se rebelar contra a autoridade imperial⁷⁸². Falamos sobre esses episódios.

Em que pese não aparecer expressamente a palavra “grutungo”, podemos extrair uma terceira referência para a segunda metade do século III nos *Doze Panegíricos Latinos*. Datado de 291, o texto de autoria desconhecida foi escrito para comemorar a quinquenália do imperador Maximiano⁷⁸³. Nele se afirma

que os godos se dividiram em duas gentes, sendo “*uma parte*” formada pelos tervíngios (*tervingi pars alia Gothorum*), que, contando com o apoio dos taifalos, lutaram contra gépidas e vândalos. A afirmação encontra respaldo em Jordanes, que fala sobre guerras travadas pelos reis Ostrogoda e Geberico contra gépidas e vândalos na virada do século III para o IV⁷⁸⁴. A “outra parte” dos godos não é mencionada pelo nome. Porém o texto acrescenta uma informação sobre o grupo; diz-nos que “*os godos (dessa outra parte) destruíram totalmente os burgúndios, e novamente os alamanos se levantaram em armas pelos conquistados*”⁷⁸⁵. O comentário é de difícil elucidação. Alamanos e burgúndios habitavam regiões no extremo oeste do *barbaricum*, próximo às fronteiras romanas do Reno, e embora existam teorias que defendam migrações burgúndias desde a ilha dinamarquesa de Boríngia, não possuímos evidências significativas de que tenham ocupado territórios vizinhos aos godos no percurso. Mesmo para os tervíngios, posicionados mais ao oeste, alamanos e burgúndios estavam muito distantes para alguma interação substancial. Além disso, alamanos e burgúndios são usualmente descritos como povos rivais, não aliados, como sugere o panegírico⁷⁸⁶. Considerando que parte do texto foi escrito na Gália, há quem sustente que o autor tenha trocado alanos (*alani*) por alamanos (*alammani*). Isso explicaria a referência aos alamanos, já que os alanos habitavam as estepes da Eurásia próximas aos grutungos, mas permaneceria a interrogação quanto aos burgúndios⁷⁸⁷.

Assim, os grutungos surgem de maneira muito tímida na segunda metade do século III e só reaparecem no final do século IV, quando Marcelino conta que a campanha de Valente de 369 avançou até alcançar a “*belicosa gente dos grutungos*”⁷⁸⁸. No contexto da travessia de 376 são mencionados com maior frequência, inclusive com indicação de nomes de reis e nobres. No largo intervalo entre os finais dos séculos III e IV, o que sabemos deles decorre principalmente dos estudos sobre a cultura Cherniacove e de uma associação aos povos germânicos que migravam de Europa Setentrional para o entorno do Mar Negro, sobretudo para os arredores do Reino do Bósforo na Crimeia. Consequentemente, conectamos os grutungos às invasões marítimas dos anos 250 e 260, em que pese os godos aparecerem em Déxipo apenas como “*citas*”. O período que conhecemos com maior riqueza de detalhes da história grutungia é a saga de Ermanarico, um grande rei e comandante militar responsável por uma ampla campanha de expansão territorial; guerras de

conquista movidas contra tribos vizinhas, pouco a pouco absorvidas e incorporadas a um verdadeiro império grutungo⁷⁸⁹. Alguns cogitam que Ermanarico teria reunido sob sua bandeira outras tribos godas, incluindo os tervíngios, criando uma espécie de hegemonia gótica sobre o leste europeu. Outros, que o reino teria avançado até a costa da Pomerânia, formando um domínio tão extenso que se alongava do Mar Negro ao Báltico. Isso colocaria o reino grutungo como um dos maiores impérios ocidentais da Antiguidade Tardia, atrás apenas de romanos e sassânidas. Ermanarico aparece de passagem em Marcelino, ressurgiu séculos depois em Jordanes e se imortaliza em crônicas e poemas medievais. Era possivelmente uma figura histórica real que com o passar dos anos se tornou lenda.

A etimologia do nome de Ermanarico pode estar relacionada à partícula gótica *ermen-*, que possui um significado próximo a “universal” ou “total”. Se assim for, o nome do rei grutungo bem reflete o seu legado histórico. A primeira referência a Ermanarico é a de Marcelino. Ao falar sobre como os hunos se aproximavam do reino grutungo em meados da década de 370, quando avançavam rapidamente pelas estepes em direção à Europa Central, o autor menciona *Erminrichus*, um “rei belicosíssimo” (*rex bellicosissimus*) e temido por todas as nações vizinhas⁷⁹⁰. Em Jordanes, *Hermanaricus* aparece como filho de Oduulfo e pai de Hunimundo. Segundo o autor de *Gética*, Ermanarico assumiu a liderança das tribos grutungas após a morte de Geberico, o rei que havia combatido vândalos e sármatas no início do século IV. É retratado como “o mais nobre dos Amalos” (*nobilissimus Amalorum*), um conquistador tão poderoso que era comparado pelos antigos godos a Alexandre, o Grande⁷⁹¹. Geberico não é conectado pelas fontes a tervíngios ou grutungos, mas, se a afirmação de Jordanes sobre a sucessão estiver correta, Ermanarico deve ter assumido o trono por volta dos anos 350⁷⁹². Marcelino e Jordanes são nossas principais fontes. Para além deles, o que nos resta, como adiantamos, é um conjunto de textos fantásticos escritos séculos depois, já na Idade Média. O rei grutungo foi curiosamente transportado da Antiguidade para o imaginário medieval, estando presente em conhecidas obras da literatura anglo-saxônica, escandinava e germânica, como os clássicos *Beowulf* e *O Lamento de Deor*, escritas em inglês arcaico por volta dos séculos VIII e XI. Tornou-se inclusive um dos principais personagens de uma trama de ciúmes que tem como núcleo

ele e Sunilda, sua suposta esposa, tema replicado em diversas poesias nórdicas, a exemplo de *Edda Poética*, *Saga dos Volsungos* e *Ragnarsdrápa*⁷⁹³.

Não conhecemos os limites territoriais do reino grutungo, mas seu centro gravitacional era provavelmente a margem oriental do Dniestre, rio que nasce no noroeste da Ucrânia, região próxima à fronteira com a Polônia, e deságua no Mar Negro. O Dniestre provavelmente servia como divisa entre eles e sua parentela tervíngia. Grosso modo, o reino talvez se estendesse até a foz do Danúbio para o oeste e até o Don para o leste⁷⁹⁴. Jordanes apresenta uma relação dos povos conquistados por Ermanarico, e a lista tem sido utilizada como ponto de partida em uma tentativa de estimar a extensão do reino durante o que pode ser considerado o seu melhor momento, seu apogeu. No entanto, esses povos são apresentados por meio de nomenclaturas muito diferentes das que usualmente encontramos na literatura romana, como *carpi*, *alani*, *taifali* e *heruli*, apenas para citarmos alguns. Utiliza terminologias que podem ser consideradas no mínimo estranhas inclusive para os romanos da época. Uma possível explicação para isso é que o texto tenha sido modificado por copistas posteriores até que sua versão original se perdesse no tempo. Isso torna difícil, para não dizer quase impossível, identificá-los ou conectá-los a grupos que nos são mais conhecidos. Estamos diante de um debate que beira a especulação acadêmica. Vejamos o fragmento antes de nos debruçarmos sobre as principais interpretações propostas:

Logo Geberico, rei dos godos, partiu dos assuntos mundanos e Ermanarico, o mais nobre dos Amalos, sucedeu ao trono. Ele subjugou muitos – onze – povos guerreiros do norte e os fez obedecer às suas leis, e alguns de nossos ancestrais o compararam a Alexandre, o Grande. Entre as tribos conquistadas estavam os *Gothescytha Theudos in Aunxis*, *Wasinabroncas*, *Merens*, *Mordens*, *Imniscaris*, *Rogas*, *Tadzans*, *Athaul*, *Navego*, *Bubegenas*, *Coldas*⁷⁹⁵.

Em regra, os nomes indicados por Jordanes costumam ser associados a povos que habitavam ou a costa do Báltico, ou os arredores dos Urais, cordilheira russa que divide os continentes europeu e asiático. Durante os séculos III e IV, as culturas materiais dos povos bálticos se estendiam sobre não só os territórios que hoje compreendem os países bálticos propriamente ditos, como Estônia, Letônia e Lituânia, mas também sobre a porção noroeste da Rússia europeia até o rio Volga. Os eslavos só se tornariam majoritários nessas áreas por volta dos séculos VII e VIII⁷⁹⁶. A primeira tribo é apresentada como *gothescytha*. Considerando a estrutura da palavra, cuja primeira parte parece

refletir termos latinos empregados para designar os godos de modo geral, como *golthe*, *gotthi* e *gothos*, existe um relativo consenso em conectá-la aos godos. Em outras palavras, estaríamos diante de outras tribos godas conquistadas por Ermanarico. Por outro lado, a segunda parte pode ter sido adicionada posteriormente pelo próprio Jordanes ou por algum copista como uma nota explicativa, um esclarecimento de que os godos eram os citas (*scythiae*)⁷⁹⁷. Os *thiudos* ou *theudos* são identificados como os chudes⁷⁹⁸ ou outras tribos fínicas, mas essa talvez seja apenas uma forma latinizada da palavra gótica para “povo” ou “gente”, *þiuda*. Nesse caso, não estaríamos diante de uma segunda tribo. Partindo dessa premissa, Wolfram conecta o termo com o antecedente, formando uma só palavra com a junção dos dois, *golthethiudos*, e sugere que Jordanes se referia a povos dos Urais⁷⁹⁹.

A expressão *in aunxis* tem sido entendida como uma locução adverbial de lugar conectada a *thiudos*, formando algo como “os chudes de Aunus”. Pela maneira como é pronunciada, outros a associam à tribo sármata dos *jacuinxes* (ou *jacvingi*), povo que habitava a margem ocidental do Neman, rio que nasce na Belarus e atravessa a Lituânia antes de desaguar no Báltico⁸⁰⁰. *Wasinabroncas* costuma ser dividida em duas partes, *vasina* e *bovoncas*. Acredita-se que a *vasina* seja a tribo finlandesa dos *viltzi* (ou *wes*), moradores da costa do Mar Branco⁸⁰¹, mas não há consenso em relação a *bovoncas*. Snellman conecta-os à tribo fino-úgrica dos permianos (*permians*), região nordeste da atual Moscou, mas não explica como teria chegado a essa conclusão⁸⁰². *Merens*, *mordens* e *imniscaris* seriam as tribos finlandesas dos merja (*merja*), mordovianos (*mordvins*) e mari (*cheremis*), nessa ordem, que ocupavam largas áreas na fronteira entre a Rússia e a Belarus. *Rogas* são identificados como os sármatas do ramo roxolano (*roxolani*)⁸⁰³, e os *tadzans* como o povo da cidade de Tazos, no Quersoneso. Alguns leem as palavras *rogas* e *tadzans* juntas, como *roastadjans* ou *rogastadzans*, associando-as a tribos menores do Volga. Mikkola liga os *tadzans* aos osséticos *dačan*, posicionando-os consequentemente no Cáucaso⁸⁰⁴. Sobre os últimos grupos presentes na lista de Jordanes (*athaul*, *navego*, *bubegenas* e *coldas*), Wolfram sublinha que “até o melhor esforço interpretativo deve capitular”⁸⁰⁵. Porém encontramos na historiografia algumas tentativas de conectar os *athaul* à

região do Volga; os *navegos*, aos *navari* mencionados por Ptolemeu; e os *coldas*, aos celtas e aos *colduli* de Estrabo⁸⁰⁶.

A lista não para por aí. Jordanes prossegue contando que, mesmo tendo conquistado tantas tribos e territórios, Ermanarico só se permitiu descansar depois de massacrar os hérulos, à época liderados por um certo Alarico. Um dos povos que habitavam o entorno do Azove, os hérulos — segundo anota Jordanes — eram conhecidos pela competência de sua infantaria leve e vez ou outra eram contratados como mercenários por outros povos⁸⁰⁷. Em *Gética*, Ermanarico aparece ainda subjugando os esclavenos (*sclaveni*), termo genérico utilizado pelos antigos para designar os eslavos, descritos por Jordanes como “*uma multidão numerosa, mas pacífica*” (*multitudo imbellium*), e os éstios (*aesti*), que tinham base nas margens do “*Oceano Germânico*” (*Oceanus Germanicus*), isto é, do Báltico⁸⁰⁸. Ainda sobre os éstios, Tácito posiciona-os ao leste dos suecos (*suiones*), o que os colocaria em algum lugar entre os rios Vístula e Neman⁸⁰⁹.

Como podemos perceber, as tentativas de decifrar a lista de Jordanes são geralmente feitas a partir de conexões vagas, frágeis. Mas se o esforço acadêmico estiver minimamente correto, isso significa que Ermanarico conquistou povos sármatas, eslavos e germânicos, aqui compreendidas as tribos bálticas. O reino grutungo de sua época teria avançado para todas as direções. Para o norte, até o Báltico; para o leste, até os Urais e o Cáucaso; para o oeste, talvez até as margens do Danúbio. Nesse sentido, há quem proponha que o domínio grutungo tenha se espalhado por um raio de até 1.200 milhas — quase 2.000 quilômetros — a partir da sua base no Dniestre⁸¹⁰. Estaríamos diante de um dos maiores impérios da Antiguidade no ocidente e oriente próximo, porém a escassez de fontes sobre o reino dos godos do leste coloca sob forte suspeita os dados apresentados em *Gética*. Fosse tão extenso e poderoso assim, teria aparecido com maior frequência na literatura romana ou mesmo na sassânida. Possivelmente um exagero de Jordanes. Se houve algum avanço grutungo substancial orientado para o Báltico, pode ter sido uma tentativa de controlar as rotas comerciais do Alto Volga, área conhecida por seus metais preciosos, mel e peles de qualidade superior, ou mesmo a rota do âmbar⁸¹¹. Um mapa produzido apenas no século XII, mas com base em outro da Antiguidade que se perdeu no tempo, ilustra a vasta rede de estradas do império e suas conexões, o *itinerarium pictum*. Conhecido como *Tabula*

Peutingeriana, o documento tem sido interpretado como evidência de que a rota do âmbar tenha existido pelo menos até meados do século IV⁸¹².

Como os tervíngios, formavam uma confederação de diferentes agrupamentos godos. No entanto, diferentemente da sua parentela do oeste, possuíam um governo central mais forte; o clã dominante tratava as tribos godas associadas como espécies de “protetorados”. A conclusão parte principalmente das terminologias utilizadas pelas fontes para se referirem aos chefes tervíngios e grutungos; enquanto os primeiros eram chamados de juízes e escolhidos por eleição, o líder maior grutungo era o *rex*. Não encontramos referências a eleições entre os grutungos; ao contrário, os poucos episódios de transferência de poder que nos são conhecidos demonstram que a sucessão se operava de pai para filho. Quando o rei Vitimiro morreu, o reino passou para as mãos do seu filho, Viderico, então apenas uma criança, que foi colocado sob a guarda de dois nobres. O reino também era composto por tribos não godas, aquelas que haviam sido derrotadas por Ermanarico e incorporadas aos seus domínios, e com elas o rei mantinha relações de clientela variadas a depender das conjunturas de cada processo de conquista. Burns defende que para consolidar o controle sobre grupos étnicos tão heterogêneos Ermanarico pode ter incentivado a união das elites grutungas com esses povos por casamentos intertribais. Se tomarmos como verdadeira a existência de Sunilda, seu próprio casamento talvez seja um exemplo dessa política⁸¹³.

Outra questão que se debate é se Ermanarico teria conseguido unificar todas as tribos godas sob sua bandeira, incluindo os tervíngios. Como vimos, a palavra *gothescytha* é um primeiro sinal nesse sentido, mas está longe de nos permitir uma posição segura sobre a pergunta. Gibbon apresenta uma curiosa teoria, e nela é acompanhado por Hodgkin: a de que os tervíngios passaram a chamar seus líderes de juízes apenas depois de aderir à confederação grutunga. Uma vez sob domínio grutungo, abandonaram o título de rei ou equivalente para reservá-lo apenas ao chefe grutungo. Em outras palavras, como Ermanarico se tornou o novo rei dos tervíngios, Atanarico, Fritigerno e Alavivo transformaram-se em vassalos, seus juízes⁸¹⁴. Na literatura, o único registro de uma possível atuação conjunta de tervíngios e grutungos encontra-se na passagem em que Marcelino comenta o avanço da segunda expedição de Valente (369) pela *Gothia*, quando os romanos cruzaram o Danúbio com a missão de combater o grupo de Atanarico, mas penetraram tão profundamente

em território inimigo que se depararam com os grutungos, com os quais também guerrearam. Contudo o encontro com os grutungos na margem oriental do Dniestre é descrito por Marcelino quase como um acidente, uma obra do acaso, não como se o exército romano tivesse avançado com o propósito específico de combater um povo aliado aos tervíngios. Nenhuma outra evidência corrobora uma possível associação entre as duas confederações godas antes da travessia de 376. Aqui vale destacar a omissão de Marcelino sobre o eventual apoio grutungo na batalha travada entre Valente e Atanarico no último ano da campanha. Se os tervíngios estavam subordinados aos grutungos, seria de esperar algum apoio digno de nota vindo do poderoso Ermanarico. As próprias negociações de paz que se seguiram à derrota apontam em sentido contrário a uma aliança das duas tribos godas. Afinal, nenhum emissário de Ermanarico parece ter participado das conversas no quartel-general romano em Marcianópolis. Se o rei grutungo estivesse no comando dos tervíngios, conduziria ele mesmo as negociações. No mínimo, que Atanarico agisse em seu nome. Do mesmo modo, quando os grutungos foram atacados pelos hunos em meados de 370, os tervíngios aparentemente não saíram em socorro dos parentes. Portanto, parece-nos mais razoável considerar que os tervíngios se mantiveram como uma confederação independente.

O reino grutungo se desintegrou durante os anos 370. Marcelino diz que Ermanarico foi surpreendido com uma “*súbita tormenta*” (*subita procella*), essa tempestade era a aproximação de uma grande coalizão de hunos e alanos que progrediam rapidamente, vindos do leste, e seguiam em direção à Europa Central. Depois de derrotarem e absorverem a tribo alana dos *tanaitae*, os hunos deram continuidade à marcha para o ocidente, e o próximo alvo foi o reino grutungo. Hunos e alanos aparecem frequentemente nas fontes romanas como povos aliados pelo menos até a década seguinte, 380. Ao tomar conhecimento do avanço inimigo, Ermanarico mobilizou seu povo em resistência, mas as notícias que chegavam sobre o enorme poderio dos hunos e sua brutalidade eram assustadoras. Marcelino conta que o chefe grutungo foi dominado pelo medo; previa uma derrota rápida e uma morte violenta. Velho e sem perspectiva de vitória, optou por tirar a própria vida, morrendo em algum momento entre 375 e 376⁸¹⁵. O melancólico fim de Ermanarico é um imenso contraste com sua saga de conquistas. Ele foi sucedido por Vitimiro⁸¹⁶,

que assumiu o comando da resistência; o sucessor reuniu o exército grutungo e contratou grupos mercenários hunos para participarem da luta contra seus parentes. Porém, depois de sofrer uma série de derrotas militares, foi finalmente vencido e morreu em combate. Seu filho, Viderico, foi chamado ao trono, mas era ainda muito novo e foi colocado sob a guarda de dois nobres grutungos, Alateu e Safrax. Embora comandantes experientes e de conhecida coragem (*et firmitate pectorum noti*), os dois sabiam que não possuíam chances de vitória e decidiram conduzir uma retirada para as margens do Dniestre. Na margem oposta estavam os tervíngios⁸¹⁷.

Não sabemos exatamente o que ocorreu a partir desse ponto. Presume-se que muitas comunidades grutungas foram incorporadas ao domínio huno, mas uma grande horda liderada por Alateu e Safrax seguirá para o oeste até as fronteiras do Império Romano. Cruzará o Danúbio alguns meses depois da travessia realizada pelos tervíngios de Fritigerno e Alavivo. Um segundo grupo grutungo sobre o qual pouco sabemos também cruzará o rio; era liderado por um chefe chamado Farnóbio. Todos fugiam dos hunos. Em Marcelino, o avanço huno é descrito como uma potência que não se poderia frear, como se qualquer tentativa de contê-lo fosse simplesmente inútil. Não se questiona a capacidade militar dos hunos e seus aliados, suas conquistas falam por si sós; mas o tom presente na literatura romana da época reflete o clima de pânico que aos poucos alcançava as províncias do império. Seja como for, a rápida desintegração do reino grutungo depõe contra o imenso poder que teriam acumulado durante o reino de Ermanarico. Se tivessem sob seu controle tantos povos assim, haveria necessidade de contratar mercenários como parte do esforço de guerra?

Jordanes traz um final diferente para Ermanarico. Se em Marcelino o rei grutungo tirou a própria vida para evitar cair nas mãos dos hunos, Jordanes descreve sua morte como resultado de intrigas políticas internas. Nessa versão, os getas⁸¹⁸, uma das tribos clientes do reino, enviaram uma embaixada para consultá-lo sobre como resistiriam aos hunos. Enquanto as tribos debatiam sobre a melhor estratégia, aparentemente com grande divergência, outro povo — os rosomanos (*rosomoni*) —, apresentado sucintamente como uma “*gente infiel*” (*gens infida*), aproveitou o momento de turbulência para colocar em execução uma tentativa de golpe⁸¹⁹. O texto não oferece maiores detalhes sobre como o motim teria se desenvolvido, mas destaca que Ermanarico descobriu a

trama a tempo e, como retaliação, determinou que Sunilda, uma rosomana, fosse assassinada. A mulher teve seus membros atados em dois cavalos, que foram instigados a correr em direções opostas. Em Jordanes, Sunilda aparece apenas como uma nobre rosomana, não como esposa do rei grutungo; a personagem só aparecerá como mulher de Ermanarico em crônicas e poemas medievais. Revoltados não só pela morte, mas pela crueldade com que Sunilda havia sido assassinada, Amio e Saro⁸²⁰, irmãos da vítima e presumivelmente nobres rosomanos, decidiram vingá-la. Em circunstâncias que desconhecemos, desferiram um golpe de espada contra o rei, que, embora não tenha sido suficiente para provocar sua morte, fez que vivesse o resto dos seus dias “*adoecido e em condição física miserável*” (*vulnere saucius, ægram vitam corporis imbecillitate contraxit*). O rei huno Balamiro soube do estado de saúde de Ermanarico e decidiu explorar a situação para lançar a ofensiva que planejava há algum tempo. Ermanarico morreu aos 110 anos de idade durante a guerra⁸²¹.

Como os rosomanos não aparecem em outras fontes além de Jordanes, existe um debate historiográfico sobre quem seriam, se é possível ou não os associar a outros povos mais conhecidos. Uma das hipóteses é que correspondam aos sármatas roxolanos, situados pelo próprio Jordanes ao leste dos territórios tervíngios, por Estrabo entre os rios Dniepre e Don e por Marcelino nos arredores do Azove. Assim, rosomanos e roxolanos seriam nomenclaturas distintas para o mesmo povo⁸²². Nesse sentido, Vernadsky advoga a tese de que a palavra *roxolani* tenha passado por um processo de corrupção na tradição oral até chegar à forma empregada por Jordanes, *rosomoni*, algo como “os homens Ros”⁸²³. Por outro lado, Wolfram estabelece uma conexão entre eles e os hérulos ao defender que as palavras *rosomoni* e *heruli* possuíam o mesmo significado genérico de “velozes” ou “impetuosos” para os antigos. E acrescenta: os rosomanos formariam uma parcela da nobreza hérula, e considerando que os hérulos habitavam territórios próximos ao Don, terras mais orientais do reino grutungo, seriam o primeiro alvo dos hunos. Por isso talvez tenham tentado se desvincular dos grutungos antes de sofrerem o primeiro ataque⁸²⁴. A menção feita por Jordanes de que Ermanarico teria “*massacrado*” os hérulos vai ao encontro da proposta de Wolfram, para o qual havia algum nível de desgaste na relação entre o rei grutungo e a tribo

conquistada, mas as evidências são muito frágeis para que se chegue a uma conclusão segura.

As versões de Marcelino e Jordanes apresentam semelhanças e diferenças. Como ponto comum, Ermanarico aparece como um grande rei grutungo responsável por expandir consideravelmente as fronteiras do reino. Outra correspondência é a queda associada à chegada dos hunos. Contudo, em Jordanes constatamos um nítido esforço para exaltar a figura de Ermanarico como um distinto ancestral dos Amalos, o que não notamos em Marcelino. Em *Gética*, Ermanarico é irmão de Vultúlfo (ou Vutuulfo), cuja linhagem segue até Teodorico, o Grande, a quem Cassiodoro serviu como mestre dos ofícios. As duas mortes (suicídio e traição) são difíceis de acreditar. Se Cassiodoro ou Jordanes tiveram acesso à história do suicídio, preferiram retratá-la de outra maneira. Afinal, é preferível a imagem de um bom rei traído à de um líder que abandonou seu povo tirando a própria vida justo quando dele mais precisava. Nessa linha, Brady defende que a traição dos rosomanos tenha sido construída na tradição oral goda — e ostrogoda — como uma alternativa menos indecorosa ao suicídio de Ermanarico, uma transferência da desonra do rei grutungo para um terceiro povo⁸²⁵. A própria idade que contava quando morreu, 110 anos, desacredita o registro de Jordanes.

E o que nos dizem os textos medievais, escritos séculos depois de Marcelino, Cassiodoro e Jordanes? De modo geral, as crônicas e os poemas até preservam alguns elementos encontrados em *Altos Feitos* e *Gética*, mas trazem narrativas substancialmente diferentes e retiradas do contexto do século IV. Com um foco claramente no literário, não nos eventos históricos propriamente ditos, os textos escandinavos conferem maior ênfase ao aspecto psicológico dos personagens, ao romance e aos temas relacionados à amizade e à traição. Como base comum temos a história de um rei goda — não se fala em grutungo — traído que pune severamente a deslealdade. Traz a mesma morte cruel de Sunilda e a vingança dos irmãos, mas outros atores são introduzidos na trama. Ermanarico e Sunilda, que aparecem sob os nomes Jormunrekkr e Swanhild, agora aparecem como um casal. Conta-se a história de uma traição, mas não a dos rosomanos que vimos em Jordanes. Um ardiloso conselheiro do rei o convence a condenar a própria esposa e seu único filho à morte com base em falsas acusações de adultério. A lenda escandinava de Ermanarico se conecta à do famoso herói Siegfried (ou Sigurd), objeto do poema épico *Canção*

dos Nibelungos, escrito no século XIII, a partir de laços de parentesco entre as famílias de Siegfried e Sunilda⁸²⁶.

Diferentemente da literatura escandinava, as versões germânicas trazem Ermanarico como um rei cruel e avarento, sedento por terras e riquezas. Em uma incessante busca para aumentar a própria fortuna, exila Dietrich von Bern e assassina os irmãos Harlung, todos seus sobrinhos. Nada se diz sobre os romanos, nem sobre seu conselheiro. Os escritores germânicos estranhamente retratam Ermanarico não só como rei dos godos, mas ora como rei da Itália, ora inclusive como um imperador romano. Esse anacronismo histórico decorre muito provavelmente de uma confusão feita pelos autores medievais ao associarem os grutungos de Ermanarico aos ostrogodos de Teodorico. Se hoje pouco sabemos sobre os grutungos, mesmo com tanta pesquisa histórica e arqueológica, o que restava no imaginário medieval sobre os godos era principalmente uma memória distante e deturpada do glorioso reinado de Teodorico na Itália, visto como um dos herdeiros da porção ocidental do Império Romano. Em *Crônica Bávara sobre os Imperadores e Papas*, curto texto do século XIII de origem eslava ou bávara que aborda temas como as origens das tribos germânicas, os romanos do ocidente e os francos de Carlos Magno, Ermanarico é citado como o “*rei da Hispânia e da Gócia*” (*rex Hispaniae vel Gothie*). Um anacronismo semelhante que, em vez de associá-lo aos ostrogodos da Itália, conecta-o aos visigodos da Península Ibérica. O documento apresenta a informação adicional de que Ermanarico reinava sobre 12 cidades, que não são indicadas pelos nomes⁸²⁷.

5.7 Expansão huna

Falamos por alto sobre a expansão huna e seu impacto sobre os godos. A travessia do Danúbio (376), consequência direta do avanço dos hunos para o oeste, representou um momento de virada na história de tervíngios e grutungos; a partir desse ponto, construíram sua história dentro do império, não mais na margem norte — pelo menos como grupos independentes ou semi-independentes. Um marco igualmente importante para os romanos, considerado inclusive uma das inúmeras causas levantadas por historiadores antigos e modernos para explicar a queda do império. As tribos que permaneceram em seus territórios na margem norte em vez de fugirem para as fronteiras romanas foram rapidamente absorvidas no final do século IV. Não

foram capazes de resistir aos hunos. Embora uma pequena parte desses grupos tenha conseguido se emancipar do domínio huno décadas depois, em 453, após a morte de Átila, os godos jamais voltariam a ser senhores dos seus próprios territórios no *barbaricum*. Vejamos então como esse processo se desenvolveu. Na literatura romana, a chegada dos hunos é tema abordado por autores como Eunápio, Zósimo, Jordanes e Osório, mas é novamente Marcelino que apresenta um relato mais minucioso, sobretudo no que diz respeito às guerras do rei Balamiro contra os godos. Nele encontramos uma narrativa sequencial que nos permite compreender cada fato como um resultado lógico e imediato do anterior, um efeito dominó. Grosso modo, as campanhas de Valente fragilizam os godos; Atanarico persegue os cristãos como retaliação; os hunos conquistam os alanos; apoiados pelos novos aliados alanos, prosseguem sobre o reino grutungo; com a queda dos grutungos, avançam sobre os tervíngios; as tribos de Fritigerno e Alavivo pedem asilo no império; depois, Alateu e Safrax cruzam o Danúbio mesmo não autorizadas pelo imperador, enquanto Atanarico permanece na margem norte combatendo os invasores; godos rebelam-se contra a autoridade romana no império; por fim, ocorre a Batalha de Adrianópolis.

Nenhuma referência aos hunos é feita pelos autores romanos para o período das expedições de Valente (367-369), o que nos permite concluir que pelo menos até o final dos anos 360 os godos ainda não sentiam os efeitos das migrações hunas para o oeste. O ápice das guerras travadas por Vitimiro e depois por Atanarico contra hunos e alanos ocorreu no intervalo entre 375 e 376, mas todo o processo de atrito com os invasores pode ter durado cinco anos, talvez mais, a começar pela conquista dos alanos. Kulikowski destaca que a cadeia de eventos posta por Marcelino se desenvolveu como um processo muito mais gradual e complexo que o apresentado pelo historiador; inclusive, que os primeiros embates entre hunos, alanos e grutungos podem ter ocorrido ainda na década de 350⁸²⁸. Mais uma vez, hipóteses razoáveis, mas não comprovadas diretamente pela literatura. Começemos pela maneira como os hunos foram retratados por Marcelino:

A origem de toda essa destruição e das várias calamidades infligidas pela cólera de Marte, que atingiu todos os lugares com fúria fora do usual, acredito que seja isso. O povo dos hunos, mas pouco se sabe sobre eles por meio dos antigos registros de escritores que habitavam além do *Palus Maeotis* (Mar de Azove), nas proximidades do oceano gélido, exceto o fato de serem anormalmente selvagens. No momento do

nascimento fazem profundos cortes nas bochechas de suas crianças de modo que com o tempo o crescimento dos cabelos seja controlado pelas cicatrizes; e assim envelhecem desprovidos de barba e qualquer beleza, com a repulsiva aparência dos eunucos. Todos eles possuem corpos compactos, fortes membros e pescoços grossos, e são tão prodigiosamente feios e malformados que alguém pode tomá-los por bestas de duas pernas ou por figuras grosseiramente esculpidas nos parapeitos das pontes. Apesar de possuírem forma humana, ainda que feia, são tão duros em sua maneira de viver que não precisam de fogo ou de comidas saborosas, apenas comem raízes de plantas selvagens e carnes semicruas de toda espécie de animal, as quais carregam entre as coxas ou sobre os lombos de seus cavalos, esquentando-as um pouco. Não se abrigam em edificações e cuidadosamente as evitam como nós evitamos morar nas redondezas dos cemitérios. Pois nem mesmo uma cabana de juncos pode ser encontrada entre eles. Vagam por longas distâncias pelas montanhas e matas, aprendendo desde o berço a resistir ao frio, à fome e à sede. Quando estão distantes de seus lares jamais entram em outras casas senão em situações de extrema necessidade, já que pensam que não estão seguros sob um teto. Vestem-se com tecidos de linho ou com peles de ratos do campo costuradas umas às outras, e usam as mesmas roupas dentro e fora de casa. Somente deixam suas túnicas desbotadas ou as trocam por outras após longo período de uso e estarem reduzidas a trapos. Cobrem suas cabeças com chapéus arredondados feitos de peles e protegem suas pernas cabeludas com peliças de cabras. Seus sapatos não possuem palmilhas, o que os impede de andar livremente. Por essas razões não estão adaptados para o combate de infantaria, estando quase grudados aos seus cavalos, que são fortes, é verdade, mas feios, e às vezes montam sobre eles como as mulheres para desempenhar suas tarefas ordinárias. Montados em seus cavalos noite e dia, todos dessa nação compram e vendem, comem e bebem, e encostados sobre os pescoços dos animais relaxam tão profundamente a ponto de dormirem e sonharem. E quando são necessárias deliberações sobre assuntos importantes, todos se reúnem em consulta. Não estão sujeitos à autoridade de algum rei e vencem os obstáculos que surgem pela frente sob o comando improvisado de seus chefes⁸²⁹.

O estereótipo do bárbaro selvagem levado às últimas consequências. Cortes nos rostos de recém-nascidos, alimentação pautada no consumo de carnes semicruas, roupas esfarrapadas, uma vida no lombo de cavalos percorrendo longas distâncias entre matas e montanhas. E uma aparência extremamente desagradável. A violência é um elemento sempre presente nos relatos. Truculentos, desequilibrados, verdadeiras bestas não domesticadas. Esse retrato exagerado teve suas razões de ser. Os romanos lidavam com o desconhecido; muitos povos haviam atacado o império, alguns com sucesso momentâneo, como os próprios godos, mas de modo geral esses eram grupos conhecidos, tribos que se aproximaram gradualmente das suas fronteiras. Os hunos eram uma realidade à parte; até então não haviam interagido com os romanos e chegavam em uma velocidade nunca antes vista, conquistando tudo que se colocava no caminho e arrastando grandes massas de refugiados. A

maior parte das notícias que chegavam às províncias vinha das próprias tribos derrotadas, que contavam a tragédia por que haviam passado em tom de claro desespero. Essas informações trouxeram um clima de pânico generalizado para os Bálcãs, região mais exposta à desconhecida ameaça. Não bastasse, os hunos praticavam costumes que mesmo aos olhos dos antigos eram considerados exageradamente excêntricos; o mais surpreendente era sem sombra de dúvidas a prática de deformação artificial do crânio. Mas afinal, quem eram os hunos?

Como ocorre com a grande maioria dos povos da Antiguidade, a origem dos hunos permanece um tema controvertido na historiografia. Na literatura antiga europeia, há quem aponte a menção de Ptolmeu aos *khounoi*, tribo que habitava as estepes ucranianas ainda na primeira metade do século II, como uma das primeiras referências feitas aos hunos⁸³⁰. Vimos que Jordanes nos trouxe um mito fundador secundário, subordinado à história dos godos, ao contar como teriam surgido de relações sexuais impuras mantidas pelas feiticeiras godas (*haliurunnae*) exiladas por Filímero com espíritos malignos⁸³¹. De modo geral, historiadores modernos os têm associado aos xiongnu (em chinês, *hsiung-nu*), uma confederação de tribos nômades que ocupou largas áreas das estepes do centro-leste asiático, hoje abrangidas grosso modo pela Mongólia, no período compreendido entre os séculos III a.E.C. e I. Uma das teorias comumente levantadas é que durante a Guerra Han-Xiongnu (133 a.E.C.-89), travada entre os xiongnu e os chineses da dinastia Han, parte dos xiongnu, senão toda a confederação, foi forçada a migrar para o oeste. E que os hunos fossem descendentes desses grupos, os que migraram até alcançar Eurásia⁸³². A palavra “huno”, em especial a expressão “hunos brancos” (em iraniano, *spet xyon*; em sânscrito, *sveta-huna*), era também utilizada para designar povos que compunham o Império Heftalita, outra confederação de tribos nômades que, no auge do seu poderio, controlava territórios que se estendiam do noroeste da Índia às estepes do sul do Cazaquistão. Com base nisso, uma segunda corrente defende que os hunos fossem grupos heftalitas que realizaram sucessivas migrações até chegarem à Europa no final do século IV. Para mais, considerando a quantidade de nomes hunos formados pela partícula *čur*, usada como título aristocrático nos canatos turcos, uma terceira corrente os conecta a tribos túrquicas⁸³³. No trecho que transcrevemos, Marcelino diz que eram habitantes de regiões próximas ao “oceano gélido”

(*glaciale oceanum accolens*), enquanto Filostórgio especula que “*parecem idênticos aos que antigamente eram chamados de neuros*”⁸³⁴. Essas duas citações têm gerado teorias até mesmo sobre uma possível origem fino-úgrica. Historiadores mais recentes como Walter Pohl têm questionado essas tentativas de se estabelecer conexões com outros povos; isso porque as confederações nômades do oriente não eram corpos homogêneos do ponto de vista étnico, mas grupos que ora atuavam juntos, ora separados, a depender das conjunturas do momento. Nessa linha, “huno” seria apenas uma palavra genérica empregada para uma região ou um estilo de vida particular marcado pelo nomadismo. Por isso seria inadequado ligá-los aos xiongnu, heftalitas ou qualquer outro povo⁸³⁵.

Essa caricatura dos hunos como a expressão máxima da selvageria contaminou o debate historiográfico, quase sempre dominado por pautas eurocêntricas voltadas para os romanos ou, quando muito, para os povos germânicos. Conscientemente ou não, muitos historiadores modernos continuam associando o estilo de vida nômade ou seminômade das estepes à ideia de incivilizado. Thompson chega a sugerir que, quando os hunos guerrearam contra alanos e godos nos anos 370, combateram sem armamento de ferro, exceto aqueles tomados dos inimigos. Afinal, conclui: “*difícil conceber o desenvolvimento da metalurgia em um ambiente de constantes deslocamentos*”⁸³⁶. Contudo evidências arqueológicas demonstram que sármatas e masságetas, tribos igualmente nômades que habitavam o entorno dos Mares Negro e Cáspio, produziam armaduras e capacetes de metal⁸³⁷. Em um futuro próximo, as ofensivas de Átila e outros chefes contra o Império Romano no século V mostraram que os hunos haviam desenvolvido táticas e equipamentos para o sítio de grandes cidades, uma evolução tecnológica muito à frente dos germânicos da época⁸³⁸. Comentamos a dificuldade dos godos em atacar grandes cidades. Talvez o melhor exemplo de inovação hunica seja o seu modelo particular de arco. O arco huno era composto, isto é, construído a partir de diferentes materiais, e assimétrico, mais alargado na parte superior, melhorias que não só o tornavam mais adaptado à montaria como permitiam que atingisse alvos mais distantes. A superioridade do arco huno aparece na *Saga de Hervarar*, crônica de um desconhecido autor islandês do século XIII cuja narrativa é ambientada na guerra entre hunos e godos do século IV. Nela, o lendário rei godo Gizur proclama: “*nem os hunos, nem seus arcos nos*

assustam!”⁸³⁹. Se atentarmos para o fato de que os hunos conquistaram a vasta região compreendida entre os rios Volga e Reno no intervalo entre últimas décadas do século IV e a primeira metade do V, incorporando praticamente todo o *barbaricum* aos seus domínios, veremos que esses preconceitos não se sustentam.

Gizur desafia os hunos, pintura de Peter Nicolai Arbo.



Sobre a sociedade huna possuímos poucas informações. Na literatura, o que temos são os poucos e exagerados relatos dos escritores romanos. Por outro lado, a arqueologia enfrenta dificuldades para construir um arquétipo do que poderia ser considerado uma cultura material genuinamente huna. O estilo de vida nômade, com frequentes deslocamentos, muitas vezes inviabiliza a identificação de determinado artefato como huno, sármatas ou pertencente a outras tribos. Enquanto avançavam pela Europa Central, misturavam-se às sociedades germânicas e incorporavam práticas típicas de modelos mais sedentários. Assim, permanece um ponto de interrogação sobre muitos dos objetos datados da primeira metade do século V — se pertenceram a conquistadores ou conquistados. Sabemos que faziam uso de joias ricamente adornadas e produzidas com ouro, prata e bronze, como colares, braceletes, brincos e espelhos do estilo chinês. Um conjunto de seis diademas com

detalhes em ouro e pedras preciosas encontrado em diferentes túmulos marca o ápice desse refinamento⁸⁴⁰. Como mencionamos, o costume huno considerado mais excêntrico inclusive pelos antigos era a deformação artificial dos próprios crânios, técnica provavelmente importada dos kushanos e documentada em vestígios de ossadas⁸⁴¹; comprimiam as cabeças das crianças para que com o passar do tempo chegassem a um formato alongado. Não se tratava de uma prática geral, mas restrita a um pequeno número de pessoas, provavelmente membros de uma elite guerreira que buscava se diferenciar dos súditos⁸⁴². Se decotarmos o exagero, Marcelino traz-nos alguns sinais sobre a dinâmica da sociedade huno. Segundo o autor, os hunos não eram governados por um rei com autoridade sobre todas as tribos; os chefes dos diferentes clãs se organizavam de maneira improvisada diante de cenários de interesse comum. Como os povos germânicos, muitas vezes tratavam essas questões coletivas em assembleia. Com efeito, é possível que os hunos ainda não fossem uma confederação controlada por um só líder ou clã quando atacaram grutungos e alanos, que não possuísem um governo centralizado, e sim um conjunto de tribos semi-independentes aliadas que se uniam episodicamente para enfrentar inimigos comuns e adversidades em geral. Uma unificação pode ter ocorrido apenas algumas décadas depois, por volta dos tempos de Átila⁸⁴³.

Em termos de tamanho, fontes chinesas referem-se a exércitos na casa das centenas de milhares de guerreiros para os povos nômades das estepes, números que variam entre 100.000 e 400.000 homens. Para a década de 430, durante o reinado de Átila, chegou-se à cifra dos 700.000⁸⁴⁴, estimativas muito semelhantes à de Fausto de Bizâncio ao escrever sobre a história da Armênia. Embora Jordanes diga que as forças de Átila somavam 500.000⁸⁴⁵, os autores romanos de um modo geral são mais céticos e trazem números muito menores. Zósimo, por exemplo, trata como uma grande façanha do imperador Honório o fato de ter conseguido estabelecer uma rede logística capaz de fornecer provisões a um grupo de 10.000 auxiliares hunos quando enfrentava Átila em 409. Em outro comentário, afirma que as unidades hunas que derrotaram o chefe godo Ataulfo no mesmo ano contavam com apenas 300 guerreiros⁸⁴⁶. Falaremos mais à frente sobre esses episódios. Prisco estima que, durante a Batalha de Nedao (454), travada entre o sucessor de Átila e os povos vassalos que se rebelaram contra o domínio huno, as forças hunas derrotadas sofreram cerca de 30.000 baixas⁸⁴⁷. Agátias comenta o terror provocado em

Constantinopla quando 7.000 cutrigures⁸⁴⁸ liderados por um chefe chamado Zabergano se aproximaram da capital bizantina em 558⁸⁴⁹. Pensemos em algo na casa dos 5.000 a 20.000 guerreiros para a época em que atacaram grutungos e tervíngios.

Os hunos avançaram sobre os territórios grutungos assim que consolidaram a conquista dos alanos. Seguindo a versão de Marcelino, vimos que Ermanarico até iniciou a mobilização da resistência grutunga, mas, ao se dar conta de que qualquer tentativa de defesa seria inútil, cometeu suicídio. Foi sucedido por Vitimiro, que contratou mercenários hunos como parte do esforço de guerra. No entanto, o novo rei foi incapaz de conter o inimigo e morreu em combate. O poder então passou para as mãos de Viderico, seu filho — ou Vinitário, para Jordanes —, colocado sob a regência de Alateu e Safrax, que conduziram uma retirada para o oeste. A diferença dos nomes em Marcelino e Jordanes — Viderico e Vinitário — pode ser explicada como resultado de um erro de grafia cometido pelos próprios autores ou por copistas. Se esse for o caso, Jordanes parece-nos mais confiável que Marcelino; é que sua principal fonte, Cassiodoro, pode ter chegado ao nome de Vinitário pelos nobres godos com os quais teve contato na corte de Teodorico. Por sua vez, Marcelino presumivelmente ouviu o nome de Viderico em meio às notícias desencontradas que chegavam ao império sobre a confusão que assolava as distantes terras do norte do Mar Negro. Wolfram propõe uma associação diferente; equipara não Viderico a Vinitário, mas Vitimiro a Vinitário. Consequentemente, Viderico a Vandalário, descrito por Jordanes como filho de Vinitário⁸⁵⁰. Sim, a semelhança dos nomes gera confusão.

Qualquer que seja o caso, a partir desse ponto, Viderico, Alateu e Safrax desaparecem da narrativa de Marcelino para retornarem algum tempo depois, já nas margens do Danúbio e junto a outro chefe grutungo, Farnóbio. Pediam autorização ao imperador para serem instalados nas províncias, tal como os grupos tervíngios de Fritigerno e Alavivo haviam sido admitidos poucos meses antes⁸⁵¹. Em contrapartida, Jordanes conta que em meio à guerra com os hunos Vinitário atacou a tribo protoeslava dos antes (*antae*)⁸⁵², à época governada pelo rei Boz. Os grutungos foram malsucedidos no primeiro ataque, mas vitoriosos no segundo. Crucificaram Boz, seus filhos e outros 70 nobres dos antes como demonstração de força⁸⁵³. Vinitário aparentemente reinou com relativa tranquilidade sobre áreas mais próximas à fronteira dos tervíngios por cerca

de um ano. No entanto, passado esse tempo o rei huno Balamiro decidiu que havia chegado o momento de pôr fim ao que restava dos grupos grutungos independentes e encarregou o nobre godo Gesimundo, filho de Hunimundo, agora na condição de vassalo, de liderar um exército misto composto por unidades hunas e grutungas conquistadas. Por duas vezes Vinitário conseguiu barrar as investidas de Gesimundo, mas em uma terceira e decisiva batalha Balamiro atraiu o rei para uma emboscada nas margens do rio Erac⁸⁵⁴ e Vinitário foi morto ao ser atingido por uma flecha na cabeça. Era o fim da resistência grutungo. Para selar uma aliança com os vencidos, Balamiro casou-se com Vadamerca, neta de Vinitário⁸⁵⁵.

Algumas questões surgem das diferentes narrativas de Marcelino e Jordanes. Primeiro, qualquer tentativa de se estabelecer uma correspondência entre os reis indicados pelos dois autores recai em um mesmo problema: Viderico era apenas uma criança. Não possuía idade para reinar e, presumivelmente, para ter filhos. Embora o jovem rei seja mencionado com os seus guardiões nas margens do Danúbio, nenhuma referência é feita a ele depois disso, apesar de Alateu e Safrax continuarem sendo mencionados pelas fontes depois de cruzarem o rio. A suspeita é que tenha morrido por alguma causa desconhecida antes da travessia ou pouco depois. Ao apresentar a árvore genealógica dos Amalos, Jordanes coloca Vinitário como pai de Vandalário, que teria três filhos — Teodomiro, Valamiro e Videmiro. Teodomiro seria o pai de Teodorico⁸⁵⁶. Se equipararmos Viderico a Vinitário ou mesmo a Vandalário, como propõe Wolfram, a linhagem até Teodorico fica comprometida. Em segundo lugar, a conquista huno dividiu os grutungos. Enquanto Viderico e seus guardiões partiram para o oeste, outra parte, encabeçada por Gesimundo, permaneceu na Cítia como vassalos de Balamiro. Gesimundo e os chefes que o sucederam no comando dos grutungos conquistados aparentemente conseguiram manter algum nível de autonomia. Ao falar sobre os tempos de Átila, Jordanes situa o chefe godo Valamiro e o gépida Ardarico entre os principais companheiros do rei huno, como se estivessem muito próximos ao seu núcleo de poder: *“pois Átila, avaliando-o (Ardarico) em sua sagacidade, estimou-o tanto como a Valamiro, rei dos ostrogodos, acima de todos os outros chefes”*⁸⁵⁷. Um comentário de Prisco também sobre o reino de Átila sugere que o gótico tenha se tornado língua franca no multiétnico reino dos hunos: *“Pois os súditos dos hunos, reunidos de várias terras, falam, além das próprias línguas, o*

huno ou o gótico”. E arremata: “*outros tantos quantos têm relações comerciais com os romanos do ocidente e falam latim, mas nenhum deles fala grego com facilidade, exceto os cativos da costa marítima da Trácia ou da Ilíria*”⁸⁵⁸. Mas o grupo de Viderico não foi o único a migrar em fuga dos conquistadores hunos. Como veremos, pelo menos outros dois bandos nos são conhecidos — o de Odoteu, que se aproximou do império pelo Danúbio cerca de 10 anos depois, em 386, e o de Radagaiso, que, em algum momento entre 404 e 406, atravessou os Alpes para conduzir um ataque contra a porção ocidental do império.

Terceiro, os relatos de Marcelino e Jordanes reforçam a hipótese de que os tervíngios não pertenciam à confederação de Ermanarico. Assim como os grutungos não prestaram ajuda a Atanarico durante as campanhas de Valente, os tervíngios tampouco apoiaram o esforço de guerra grutungo contra Balamiro. Seja como for, a queda do reino grutungo colocou os tervíngios em rota de colisão com os hunos. Ao receber notícias do que ocorria com os vizinhos no leste, Atanarico iniciou preparativos para defender seus territórios. Reuniu suas forças e seguiu para a margem ocidental do Dniestre, onde montou campo. De lá, a uma distância segura das paliçadas levantadas por Alateu e Safrax, monitorava a evolução da guerra e treinava seus homens. Sabia que era uma questão de tempo para também enfrentar os hunos⁸⁵⁹. Apesar de situá-los próximos uns dos outros, separados apenas pelo curso do rio, como se do campo de Atanarico fosse possível ver o de Alateu e Safrax, Marcelino narra os fatos como se os tervíngios estivessem apenas protegendo os próprios territórios, e não como se socorressem os parentes. Nesse meio-tempo, Atanarico enviou dois de seus oficiais, Munderico⁸⁶⁰ e Lagarimano, escoltados por um pequeno grupo de guerreiros, em uma missão na margem oriental. Deveriam alcançar o exército inimigo e extrair informações sobre suas forças. Os hunos foram identificados a 20 milhas dali, ou seja, cerca de 30 quilômetros ao leste do Dniestre⁸⁶¹. Os hunos constataram a presença dos tervíngios, mas percebendo que eram apenas batedores, fingiram que os ignoravam e foram dormir como se eles não estivessem nas redondezas. No entanto, durante a madrugada, antecipando-se ao retorno do grupo tervíngio ao acampamento de Atanarico, os hunos puseram-se de pé e marcharam em silêncio em direção ao Dniestre. Temiam que os batedores chegassem primeiro e que os tervíngios, conhecendo o real tamanho de suas forças, fugissem dali. Não perderam tempo; lá chegando, cruzaram o rio e realizaram um ataque

furtivo (*pertivere veloci*) ao campo de Atanarico. Surpresos, os tervíngios não conseguiram montar suas linhas defensivas a tempo. Muitos morreram, outros tantos fugiram. Atanarico e os sobreviventes se refugiaram nas montanhas dos Cárpatos⁸⁶². Em que pese o autor fale em retirada, é mais provável que a fuga tenha ocorrido como uma debandada desorganizada, até porque a próxima linha defensiva que os tervíngios tentarão segurar estará a mais de 200 quilômetros da primeira posição no Dniestre. Em outras palavras, abriram caminho para que os hunos avançassem sobre o interior da *Gothia*⁸⁶³.

Os grutungos desaparecem momentaneamente em Marcelino. Apesar de estarem acampados na margem oriental do Dniestre, mais próximos aos inimigos, a sequência apresentada pelo autor sugere que os hunos escolheram abrir um novo front contra os tervíngios antes de derrotarem o que restava do exército de Alateu e Safrax. Se houve um novo combate entre hunos e grutungos, esse não foi suficiente para pôr fim à resistência grutungua. Em algum momento o grupo de Alateu e Safrax cruzou o Dniestre e seguiu para o Danúbio. Por outro lado, a derrota de Atanarico o colocava em uma posição ainda mais difícil com seu próprio povo. Sua imagem já estava desgastada pelas derrotas sofridas nas mãos de Valente e Fritigerno. Depois da perseguição, a parcela cristã da sociedade goda estava irreversivelmente fora da sua base de apoio. Mas, como nas outras vezes, o juiz tervíngio não havia sido completamente vencido e resistia. Seu próximo passo foi ordenar a construção de uma série de barreiras para proteger as terras dos taifalos, seus aliados, bem como um conjunto de paliçadas, valas e outros obstáculos que se estenderiam do rio Geraso — possivelmente o Prut — ao Danúbio. Contudo, enquanto as obras eram realizadas, suas forças receberam um novo ataque huno. Nas palavras de Marcelino, dessa vez os hunos só não lhe impuseram uma derrota definitiva por estarem carregando tantos espólios que se deram por satisfeitos e decidiram dar meia-volta⁸⁶⁴.

5.8 Travessia do Danúbio

Os hunos atacaram os territórios tervíngios como “*uma avalanche vinda das altas montanhas*” (*invisitatum antehac hominum genus modo nivium ut turbo montibus celsis*)⁸⁶⁵. O país reconstruía-se após uma década marcada por conflitos externos e internos, e ao que tudo indica havia-se perdido quantidade expressiva da população masculina apta para o combate. Marcelino pontua

que “a maior parte do povo estava reduzida a uma situação de extrema penúria” (*populi pars maior [...] attenuata necessariorum penuria*)⁸⁶⁶, e a economia ainda sentia os duros efeitos das guerras passadas com os romanos. É nesse contexto de crise que os godos do oeste foram surpreendidos pela notícia de que os hunos se aproximavam das suas fronteiras. As primeiras derrotas de Atanarico eliminaram qualquer esperança de resistência, e com isso a ideia de uma possível migração rapidamente ganhou força. Permanecer significaria submeter-se a uma inevitável derrota e às rigorosas condições dos conquistadores. Mas para onde ir? Embora em declínio, o Império Romano seguia indiscutivelmente como a maior potência da Europa. Não sem dificuldades, continuava o senhor de todo o Mediterrâneo. E os tervíngios bem conheciam a política de alianças dos romanos; haviam não só prestado auxílio militar em diferentes momentos como federados, pelos *foedera*, mas observado como as autoridades romanas admitiram tribos vizinhas pelo mecanismo da *receptio*. Vimos que imperadores como Probo e Constâncio II assentaram grupos na casa dos milhares como colonos. Se considerarmos os casos documentados pela literatura, a recepção era geralmente precedida por uma vitória militar romana sobre a própria tribo admitida. Para o império, a medida era vantajosa por representar uma fonte de novos recrutas e uma maneira de estimular a agricultura em terras tidas como desinteressantes para os romanos. Além disso, esses grupos eram distribuídos pelas fronteiras para se criar uma espécie de zona-tampão interna, áreas dentro do império ocupadas por povos aliados que sentiriam o primeiro impacto de uma invasão externa. As recepções foram um dos fatores pelos quais as populações da Gália e da Trácia do século IV contavam com um forte componente bárbaro, não apenas greco-romano. Depois de alguma discussão, e com a oposição de Atanarico, os tervíngios chegaram à conclusão de que o melhor caminho seria buscar refúgio junto ao império, com o qual conseguiriam manter um nível de relacionamento mais favorável. Uma escolha pautada no menor risco, conheciam os romanos e sabiam como lidar com eles. Juntos poderiam conter os hunos na outra margem do Danúbio⁸⁶⁷.

Uma enorme multidão de tervíngios foi então avistada pelas guarnições de limítanes na *ripa gothica* em algum momento de 376. Abandonavam Atanarico e o que restava da frágil resistência. Gibbon estima o tamanho da horda em 1.000.000 de pessoas, das quais 200.000 seriam homens em condição de

combate⁸⁶⁸. Um claro exagero. A título de comparação, estudos recentes avaliam as forças godas que participaram da Batalha de Adrianópolis em 378, apenas dois anos depois, em 10.000 a 15.000 homens⁸⁶⁹. Em um cálculo mais conservador, Wolfram fala em uma população total perto de 90.000 pessoas, incluindo homens, mulheres e crianças⁸⁷⁰. Quaisquer que fossem os reais números, uma larga quantidade de refugiados agora ocupava aos improvisos milhas e milhas de extensão diante das guarnições romanas do baixo Danúbio em um cenário de extrema precariedade. Tendo discordado da decisão de partir, Atanarico e parte dos seus seguidores permaneceram nos seus territórios; continuariam resistindo à invasão hunna aos solavancos. Fritigerno e Alavivo surgem junto aos que buscavam asilo, mas não sabemos exatamente se eram representantes de todos os refugiados ou apenas líderes de alguns dos diversos grupos que compunham a multidão. Entre os motivos por trás da decisão de Atanarico de ficar na margem norte talvez esteja o desgaste pessoal com Valente e Fritigerno. Após três anos de guerra com os romanos e do apoio do imperador ao rival, o juiz poderia esperar que seu bando não fosse admitido de qualquer maneira. Aqui também vale a lembrança do suposto juramento que havia prestado a Aorico, seu pai, de que jamais colocaria os pés no império. Não que a promessa tenha sido determinante⁸⁷¹.

Alavivo assumiu pessoalmente a condução das conversações com os romanos. O chefe tervíngio apresentou às autoridades presentes na fronteira, talvez o governador da Trácia, um pedido formal de asilo, oferecendo como contrapartida o compromisso de que serviriam como federados sempre que requisitados pelo imperador. Empenhou sua palavra de que, enquanto estivessem nas províncias, não causariam problemas ao império, de que viveriam de maneira ordeira e pacífica⁸⁷². A menção de Alavivo como principal ator responsável pelas negociações, não de Fritigerno, tem sido interpretada por alguns historiadores como um sinal de que, pelo menos nesse momento, o primeiro possuísse alguma ascendência sobre o segundo. Se tomarmos em consideração os relatos de Sócrates e Sozomeno sobre a guerra civil tervíngia, esse não parece ser o caso; os dois autores só fazem alusão a Atanarico e a Fritigerno como lideranças tervíngias e os colocam claramente em pé de igualdade. Alavivo, que deve ter ocupado a posição de chefe de um bando independente, não é citado. Fritigerno só se consolidará como líder maior entre os godos depois da travessia e, em especial, depois da morte de Alavivo,

quando passa a ser tratado por Marcelino como *dux barbarus*, ou seja, como um comandante de exército bárbaro aliado dentro dos limites do império. Apesar de formalmente subordinado ao imperador, Fritigerno conduzirá seu povo com grande autonomia no curto intervalo entre a admissão e as primeiras revoltas⁸⁷³. Qualquer que fosse o nível de poder de Fritigerno e Alavivo, a autorização de entrada, pela importância, era uma decisão que extrapolava as competências ordinárias dos oficiais da Trácia, e os tervíngios foram informados de que a questão seria levada ao próprio imperador, à época em Antioquia. Deveriam aguardar⁸⁷⁴.

Paralelamente ao que ocorria no baixo Danúbio, Valente enfrentava novos contratempos no extremo oriente. No verão de 375, depois de estabilizar a guerra que travava com os kushanos, Sapor II estava finalmente pronto para retomar sua política expansionista contra os romanos e seus aliados armênios e ibérios. As fontes não são muito claras sobre as reivindicações do xá, mas aparentemente uma primeira embaixada persa foi enviada a Constantinopla para exigir que Valente ou repartisse a Armênia ou se retirasse da Ibéria. Na virada de 375 para 376, uma segunda missão diplomática demandou a rediscussão do tratado de Nísibis, pois, segundo os sassânidas, os romanos aproveitavam-se maliciosamente de lacunas e pontos obscuros do acordo para fortalecer suas posições na fronteira⁸⁷⁵. Nesse meio-tempo, os isaurianos revoltaram-se mais uma vez, forçando o imperador a comprometer alguns regimentos para socorrer o centro da Anatólia. Para agravar a situação, parcela considerável do exército imperial já havia sido destacada para reforçar a Ilíria quando Valentiniano I⁸⁷⁶ combatia Firmo⁸⁷⁷, um usurpador do ocidente, e essas tropas provavelmente ainda não haviam retornado. Enquanto as tensões com os sassânidas aumentavam e Sapor II construía um argumento para legitimar sua declaração de guerra, Valente apostou no blefe. Enviou o mestre de cavalaria Victor, acompanhado pelo duque da Mesopotâmia (*dux Mesopotamiae*) Urbícuo, para levar um ultimato ao adversário: não só os romanos não abririam mão de qualquer território, como exigiam que o *shahanshah* retirasse os soldados que também mantinha estacionados no Reino da Ibéria⁸⁷⁸. Era uma demonstração de força e segurança incompatível com suas reais capacidades. É nesse contexto que o imperador tomará conhecimento do pedido de asilo feito pelos tervíngios.

Escoltados pelos romanos, os representantes tervíngios partiram da Trácia para a Síria, onde apresentariam a Valente o pedido de asilo. Sozomeno, que costuma confundir datas e locais, afirma que Úlfilas compôs a comitiva, mas a participação do bispo não é atestada em outras fontes⁸⁷⁹. Mesmo considerando o melhor dos cenários, que o imperador e seus conselheiros mais próximos, os membros do Sacro Consistório⁸⁸⁰, tenham decidido a questão e acertado sua operacionalização sem maiores demoras, os refugiados permaneceram meses acampados nas margens do rio aguardando uma resposta, prazo necessário para que os embaixadores fizessem os percursos de ida e volta. Não sabemos como conseguiram se manter alimentados durante a espera, talvez tenham recebido algum apoio material dos romanos. Podemos esperar que a atmosfera na *ripa gothica* entre os refugiados tervíngios e os militares romanos que monitoravam seus movimentos da margem sul fosse de tensão. Afinal, se o imperador recusasse o pedido, o que aconteceria a partir dali? Basta pensarmos na situação dos imigrantes sírios e líbios de hoje tentando entrar na Europa a qualquer custo.

Quando a embaixada chegou em Antioquia, entre o final do verão e o início do outono, um gigantesco esforço de guerra era realizado nas dioceses da Anatólia e do Levante; os romanos preparavam-se para o iminente confronto com os sassânidas. A campanha de recrutamento em massa e o aumento de tributos para fazer frente aos gastos militares haviam criado um clima generalizado de insatisfação no oriente⁸⁸¹. E, lembremos, a imagem de Valente perante o público nunca havia sido das melhores. Desse modo, a notícia da chegada dos tervíngios foi recebida pelo imperador e seus conselheiros como uma dádiva. Nas palavras de Marcelino, os godos foram vistos como a solução perfeita para a necessidade de recrutas, eram soldados que chegavam “*inesperadamente dos confins do mundo*” (*ex ultimis terris tot tirocinia trahens*) para fortalecer as legiões. Com os novos auxiliares, Valente teria à sua disposição um “*exército invencível*” (*invictus exercitus*). Some-se a isso que as vantagens não se limitariam à esfera militar propriamente dita. Suprida a necessidade de recrutas, as cidades voltariam a contribuir em ouro, não em homens, abastecendo o tesouro imperial⁸⁸². Além do mais, os godos não eram absolutamente estranhos aos romanos; entre eles estava Fritigerno, um aliado recente, e talvez a maior parte da multidão, senão toda ela, fosse composta por tervíngios convertidos. Assim, embora a corte não ignorasse as dificuldades

logísticas e os possíveis problemas relacionados à admissão de tantos bárbaros, o risco envolvido, dadas as circunstâncias a relação final de custo-benefício parecia extremamente vantajosa.

Aproveitemos o assunto para outra breve interrupção, agora para examinar o status jurídico do bárbaro admitido no império pela *receptio*. A legislação romana de referência era a *Lex Aelia Sentia*, promulgada no ano 4 a.E.C., ainda nos tempos de Augusto. Foi editada para regulamentar especificamente a manumissão de escravos, isto é, o instituto da alforria, não a recepção; mas anotações posteriores presentes nas *Institutas de Gaio* (século II) e *Justiniano* (século VI), além de uma série de comentários avulsos feitos pelo jurista Ulpiano (séculos II-III), revelam como a lei passou a ser utilizada para definir também a situação dos bárbaros admitidos. Em linhas gerais, o homem livre (*liber*) poderia ser de duas classes: ingênuo (*ingenuus*), quando nascido livre, ou liberto (*libertus*), quando dispensado da servidão. Quanto ao regime jurídico aplicável, o conjunto de normas às quais se subordinava, o liberto poderia ser cidadão romano (*civis romanus*), latino juniano (*latinus iunianus*) ou deditício (*dediticius*). Preenchidos determinados requisitos, como possuir mais de 30 anos de idade e ser propriedade quirritária⁸⁸³ do seu mestre, o liberto transformava-se em um cidadão romano com todos os direitos e deveres inerentes à posição. Não preenchidos esses requisitos, tornava-se um latino juniano, uma figura intermediária. Livres, mas não cidadãos romanos, com um conjunto de direitos menores regulamentados pela *Lex Junia Norbana*. Por fim, a categoria que nos importa, a dos deditícios. O estrangeiro poderia ser peregrino originário ou peregrino deditício. O peregrino originário era o estrangeiro aliado, aquele cujo tratado de aliança geralmente possibilitava que conservasse seus costumes e invocasse o próprio direito — princípios e regras do seu povo. Por outro lado, o peregrino deditício era o estrangeiro vencido que se rendeu incondicionalmente aos romanos. Não se tornava cidadão nem latino, mas conservava sua liberdade individual em solo romano desde que sua comunidade abrisse mão de uma existência política autônoma. Em outras palavras, era o estrangeiro admitido sob a condição de que seu povo fosse desmantelado ao entrar no império, geralmente espalhado em diferentes regiões. Consequentemente, não poderia invocar o direito da sua gente, subordinando-se ao direito romano⁸⁸⁴. Mas a partir do final do século III, quando Probo assentou 10.000 bastarnos aparentemente sem dividi-los em

grupos menores pelo império, o direito romano começou a se distanciar da realidade. Depois, em 350, Constâncio II concedeu largas porções de terra aos sármatas limigantes — grupos vencidos, mas não repartidos, e que portanto não mais se encaixavam estritamente no conceito de deditícios.

Voltemos. Talvez subestimando a real quantidade de pessoas que aguardavam sua decisão para cruzar o rio, o que pode ter levado a um cálculo equivocado sobre a capacidade do efetivo militar presente na Trácia para administrar a enorme operação, Valente autorizou a recepção dos tervíngios. A máquina da propaganda imperial explorou o episódio como uma grande vitória do império; a mensagem transmitida ao público era a de um povo inimigo que finalmente se curvava e implorava por socorro. Mas a realidade não era tão animadora como a narrativa construída pela corte. Osório ressalta que os tervíngios foram admitidos sem se submeterem a um tratado formal e, mais preocupante, sem que as autoridades romanas exigissem que abrissem mão de suas armas como condição para o ingresso⁸⁸⁵. Outras fontes apresentam versões ligeiramente diferentes. Zósimo, por exemplo, diz que o imperador até exigiu que os godos entregassem suas armas, mas que os militares encarregados de fiscalizar a execução da medida, preocupados apenas em aproveitar a difícil situação dos bárbaros para satisfazer interesses pessoais, foram corrompidos e fizeram vistas grossas à entrada de guerreiros tervíngios armados⁸⁸⁶.

Sem condições de enviar mais tropas ao baixo Danúbio, o imperador limitou-se a ordenar que uma porção de oficiais partisse às pressas para a região, onde deveriam supervisionar a operação para que fosse realizada da maneira mais ordeira possível. Esses militares foram encarregados de providenciar os transportes para a travessia do rio e de gerir os recursos necessários para que os tervíngios fossem instalados provisoriamente na margem sul. Permaneceriam próximos à fronteira até a definição dos respectivos destinos. A despeito da tentativa de organização, na prática os trabalhos foram executados à base do improviso até culminar no completo caos. As falhas humanas foram desastrosas; um misto de incompetência e corrupção das autoridades romanas colocou em xeque desde os primeiros momentos da travessia a relação promissora que poderia ser construída com os recém-chegados. A imensa quantidade de pessoas a serem transportadas era por si só um enorme desafio logístico. No início, os soldados até se esforçaram

para contar os que embarcavam, mas eram tantos que logo desistiram da tarefa. Marcelino compara a operação ao gigantesco exército de Xerxes I atravessando o Helesponto para atacar os gregos durante a Segunda Guerra Médica (480 a.E.C.) e a ilustra com os seguintes versos de Virgílio: “*Quem deseja saber isso desejará saber / Quantos grãos de areia nas planícies líbias / São varridos por Zéfiro*”⁸⁸⁷. Fortes chuvas contribuíram para o clima de confusão, tornando o controle ainda mais difícil. Temendo ficar para trás, muitos godos decidiram arriscar as próprias vidas atravessando o rio a nado, e não poucos se perderam no percurso⁸⁸⁸.

⁶⁶⁵ Temístio Or. 8; Zósimo 4.8.5 e 4.10.1; GIBBON, Edward. *Ibidem*.

⁶⁶⁶ HODGKIN, Thomas. *Ibidem*, p. 160-161.

⁶⁶⁷ Zósimo 4.10.1; BRADLEY, Henry. *Ibidem*, p. 53.

⁶⁶⁸ AM 27.5.2; CAIRNS, Francis. *The fragmentary classicising historians of the later Roman Empire*: Eunapius, Olympiodorus, Priscus and Malchus. Liverpool: Blockley, 1983. p. 138.

⁶⁶⁹ AM 27.5.6.

⁶⁷⁰ Isidoro de Sevilha *Hist. de Reg. Got., Vand. et Suev.* 6 e 11.

⁶⁷¹ *Ibidem*.

⁶⁷² WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 66.

⁶⁷³ PLRE I, p. 142-143.

⁶⁷⁴ Zósimo 4.10.4-11.1.

⁶⁷⁵ CT 12.18.1.

⁶⁷⁶ *De Rebus Bellicis* 20.1. *Sobre as Coisas da Guerra (De Rebus Bellicis)* é um manual militar de autoria desconhecida escrito entre os séculos IV e V, talvez apenas depois da Batalha de Adrianópolis (378).

⁶⁷⁷ AM 27.5.2-4; Zósimo 4.11; Procópio *De Aedificiis* 4.7.7-8.

⁶⁷⁸ *Ibidem*.

⁶⁷⁹ HUGHES, Ian. *Ibidem*, p. 66.

⁶⁸⁰ CT 10.1.11 e 12.6.14.

⁶⁸¹ AM 27.8.1-3.

⁶⁸² AM 27.8.5.

⁶⁸³ AM 27.8.1.

⁶⁸⁴ O mestre das memórias (*magister memoriae*), por vezes chamado de mestre das petições, era um oficial civil que possuía o título de “homem claríssimo” (*vir clarissimus*) no século IV e de “homem espetável” (*vir spectabilis*) no século V. Conhecemos pelo nome poucas pessoas que ocuparam o cargo. A *Notitia Dignitatum* descreve brevemente suas atribuições, que envolviam a redação de decisões imperiais que não fossem de competência dos questores e de respostas às petições enviadas ao imperador (*Notitia Dignitatum In Partibus Orientis* 19).

⁶⁸⁵ AM 27.6.

⁶⁸⁶ AM 27.8.3-9.

⁶⁸⁷ AM 25.7.12; Fausto de Bizâncio BP 4.21; A autoria de *História Épica da Armênia* é debatida, mas predomina a atribuição do texto a Fausto de Bizâncio.

⁶⁸⁸ *Bibliotheca Hagiographica Orientalis* 174-76.

⁶⁸⁹ *PLRE* I, p. 109 e 642; HOVANNISIAN, Richard. *The Armenian People From Ancient to Modern Times – The Dinastic Periods: From Antiquity to the Fourth Century*. New York: St. Martin's Press, 1997. p. 86-87. Curiosamente, Ársaces II apoiava o cristianismo em sua vertente ariana, o que também o colocava em choque com a facção mais ortodoxa da igreja armênia. Nesse conflito interno entre cristãos ortodoxos e arianos, o rei determinou a morte do patriarca Yúsik, neto de São Gregório.

⁶⁹⁰ Asparapetes (*sparapet*) era um termo empregado para o comandante-em-chefe do exército armênio.

⁶⁹¹ Fausto de Bizâncio *BP* 4.21. A obra é uma exaltação do povo armênio e contém uma narrativa visivelmente tendenciosa. Para conferir um tom heroico à resistência, fornece números claramente exagerados para as batalhas. A título de exemplo, diz que os exércitos sassânidas eram compostos por 400.000, 900.000 e até mesmo 4.000.000 de homens (Fausto de Bizâncio *BP* 4.26-27).

⁶⁹² *AM* 27.12; LENSKI, Noel. *Failure of Empire: Valens and the Roman State in the Fourth Century A.D.* Berkeley: University of California Press, 2002. p. 169.

⁶⁹³ TOURAJ, Daryae. *Sassanian Persia: The Rise and Fall of an Empire*. London: I.B. Tauris, 2009. p. 19.

⁶⁹⁴ Nascido em Constantinopla no ano 317, Temístio dedicou-se tanto à vida política como à acadêmica. Apesar de pagão, exerceu grande influência no reinado de imperadores cristãos como Constâncio II, Joviano, Valente e Teodósio I, e é conhecido por suas famosas “orações políticas” (*logoí politikoi*), uma série de 19 discursos realizados em eventos especiais, como celebrações de reinados e consulados, como a quinquenália de Valente (HEATHER, Peter; MATTHEUS, John. *Ibidem*, p. 11).

⁶⁹⁵ *CTh* 12.13; Parte da aristocracia era expressamente dispensada do pagamento do “ouro para a coroa” (*aurum coronarium*), mas dela curiosamente se esperava uma contribuição facultativa, o “ouro voluntário” (*aurum oblativum*) (DEPEYROT, Georges. *Economy and Society*. In: LENSKI, Noel (ed.). *The Cambridge Companion to the Age of Constantine*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 242).

⁶⁹⁶ Temístio *Or.* 8; SWAIN, Simon. *Themistius, Julian and Greek Political Theory under Rome – Texts, translations and studies of four key works*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. p. 33.

⁶⁹⁷ Zósimo 4.10.4.

⁶⁹⁸ Temístio *Or.* 8; LENSKI, Noel. *Ibidem*, p. 129; HEATHER, Peter; MATTHEUS, John. *Ibidem*, p. 11-14.

⁶⁹⁹ LENSKI, Noel. *Ibidem*, p. 197.

⁷⁰⁰ HUGHES, Ian. *Ibidem*, p. 76.

⁷⁰¹ *AM* 28.2.11-14.

⁷⁰² ERRINGTON, Malcolm. *Roman Imperial Policy from Julian to Theodosius*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2006. p. 59.

⁷⁰³ *AM* 27.12.9.

⁷⁰⁴ *AM* 27.5.5.

⁷⁰⁵ *Ibidem*; LENSKI, Noel. *Ibidem*, p. 130.

⁷⁰⁶ Procópio *De Aedificiis* 4.11.20; *CT* 8.549 e 15.1.13; *Notitia Dignitatum In Partibus Orientis* 39.27.

⁷⁰⁷ *AM* 27.12.9-10.

⁷⁰⁸ *AM* 27.12.9-10; *PLRE* I, p. 881-882.

⁷⁰⁹ Fausto de Bizâncio *BP* 5.1.202-207.

⁷¹⁰ *CT* 10.16.2.

⁷¹¹ *AM* 27.5.6.

⁷¹² *Ibidem*; WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 67.

⁷¹³ *Ibidem*.

⁷¹⁴ *AM* 27.5.7.

⁷¹⁵ *Ibidem*.

⁷¹⁶ *AM* 27.5.7-9; Temístio *Or.* 10.133b; LENSKI, Noel. *Ibidem*, p. 132.

⁷¹⁷BOEFT, J.; DRIJVERS, J.; HENGST, D.; TEITLER, H. *Philological and Historical Commentary on Ammianus Marcellinus XXVII*. Leiden: Brill, 2009. p. 122.

⁷¹⁸AM 27.5.8; Temístio Or. 10.135.

⁷¹⁹Temístio Or. 10.135; Zósimo 4.11.4.

⁷²⁰Como veremos mais adiante, em 376 vários bandos tervíngios solicitaram a Valente que os aceitasse no império. Fugiam dos hunos, que avançavam sobre as estepes e, tendo sua entrada admitida pelo imperador, foram assentados na margem romana do Danúbio. O bando de Atanarico não pediu autorização e optou por permanecer na Góti. Uma das razões comumente apresentadas para essa decisão é o juramento do juiz tervíngio. Assim, o episódio corroboraria a real existência da promessa. Porém outros fatores podem ter sido mais determinantes para que decidissem permanecer, entre eles a desgastada relação de Atanarico e Valente. Por outro lado, Atanarico dirigiu-se a Constantinopla em 381 para negociar os termos de paz com Teodósio I, o que vai de encontro ao juramento.

⁷²¹AM 27.5.7-10.

⁷²²KIENAST, Dietmar. Valens. In: *Römische Kaisertabelle: Grundzüge einer römischen Kaiserchronologie*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2017. p. 317.

⁷²³AM 27.12.13.

⁷²⁴KULIKOWSKI, Michael. *Ibidem*, p. 141.

⁷²⁵HEATHER, Peter; JOHN, Mattheus. *Ibidem*, p. 97.

⁷²⁶Sozomeno 6.37.

⁷²⁷Jerônimo *Chronicon* 369.

⁷²⁸Ruptura da igreja cristã em duas, a Igreja Católica Apostólica Romana e a Igreja Católica Apostólica Ortodoxa. Roma e Constantinopla possuíam uma série de divergências teológicas, a exemplo do debate sobre a procedência do Espírito Santo. Defendia-se no ocidente que o Espírito Santo provinha do Pai e do Filho (filioquismo) enquanto no oriente se argumentava que derivava apenas do Pai (monopatristismo). Mas os pontos de maior conflito entre Roma e Constantinopla eram dois: (i) a alegação da igreja romana de que possuía uma primazia jurídica e pastoral sobre as demais, o que colocava Constantinopla em uma posição de submissão; e (ii) a recusa de Roma em aceitar o cesaropapismo presente no oriente, isto é, a submissão da igreja a um líder secular, o imperador bizantino.

⁷²⁹Alguns historiadores sugerem que o Ascólio que escreveu a Basílio sobre Saba seria o mesmo Ascólio que em um futuro não muito distante batizaria o imperador Teodósio I. No entanto, a associação decorre exclusivamente do fato de possuírem o mesmo nome e serem sacerdotes da Igreja. É mais provável que fossem personagens diferentes. Isso porque o primeiro Ascólio era um clérigo menor por volta de 373. Por sua vez, o segundo era o bispo de Tessalônica em 379. Não que uma rápida ascensão na hierarquia eclesiástica fosse impossível, como vimos em Úlfilas, mas certamente isso era raro, improvável (LENSKI, Noel. *The Gothic Civil War and the date of the Gothic Conversion*. *Greek, Roman and Byzantine Studies*, Durham, v. 36, 1995, p. 78).

⁷³⁰PLRE I, p. 848; HEATHER, Peter; JOHN, Mattheus. *Ibidem*, p. 102-103.

⁷³¹KULIKOWSKI, Michael. *Ibidem*, p. 142-144.

⁷³²Basílio Ep. 165.

⁷³³Basílio Ep. 164.

⁷³⁴Ascólio P. de São Saba 1.3. “Até que todos cheguemos à unidade da fé, e ao conhecimento do Filho de Deus, o estado de varão perfeito, segundo a medida da idade completa de Christo (sic.)” (Efésios 4:13).

⁷³⁵Ascólio *Passio* 1.2.

⁷³⁶Ascólio *Passio* 7.5.

⁷³⁷Ascólio *Passio* 7.1; HEATHER, Peter; JOHN, Mattheus. *Ibidem*, p. 102-103. Apenas para relembrar o leitor, a Valáquia corresponde não exatamente, mas em grande parte, à região da antiga Dácia Trajana.

⁷³⁸Auxêncio EFVOW 35.56; Ascólio P. de São Saba 3.2.

⁷³⁹Na língua gótica, o adjetivo *mahteigs* (capaz) e o substantivo *mahts* (poder) eram provavelmente empregados com sentido semelhante (MAHTEIGS; MAHTS. In: LEHMANN, Winfred. *A Gothic Etymological Dictionary*. Leiden: E. J. Brill, 1986. p. 240; MILLER, Gary. *The Oxford Gothic Grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2019. p. 410).

⁷⁴⁰LEEMAN, Johan. The Martyrdom of Sabas the Goth: History, Hagiography and Identity. In: GEMENHARDT, Peter; LEEMAN, Johan. *Christian Martyrdom in Late Antiquity (300-450 AD)*. Berlin: De Gruyter, 2012. p. 206.

⁷⁴¹ Ascólio *Passio* 3.1-2.

⁷⁴² Ascólio *Passio* 3.3-5.

⁷⁴³ Ascólio *Passio* 4-5.

⁷⁴⁴ Em latim, Rothesteus e Atharidus.

⁷⁴⁵ PLRE I, p. 121; HEATHER, Peter; JOHN, Mattheus. *Ibidem*, p. 107. Em Zósimo 4.34.5 também encontramos referência a um chefe bárbaro, possivelmente godo, e seus seguidores.

⁷⁴⁶ Ascólio *Passio* 4-5.

⁷⁴⁷ Ascólio *Passio* 6-7.

⁷⁴⁸ Ascólio *Passio* 8.1-2.

⁷⁴⁹ Menólogo (μηνολόγιον ou *menológion*, em grego; *menologium*, em latim) é um livro de serviço que segue o rito bizantino. É organizado de modo a estabelecer os procedimentos litúrgicos aplicáveis a cada mês do ano. O Menólogo de Basílio II, supostamente comissionado pelo próprio imperador Basílio II Bulgaróctono (958-1025), não é propriamente um menólogo, mas um sinaxário, vale dizer, um documento que apresenta uma lista de santos e festas diárias.

⁷⁵⁰ NIGRO, Giovanni. Niceta, Inna, e altri martiri goti. In: *Annali di storia dell'esegesi*, v. 29. Bologna: Ed. Dehoniane, 2012. p. 131-147.

⁷⁵¹ Sozomeno *HE* 6.37.

⁷⁵² NIGRO, Giovanni. *Ibidem*; THOMPSON, Edward. *Ibidem*, p. 159.

⁷⁵³ DELEHAYE, Hippolyte. Saints de Thrace et de Mésie. *Analecta Bollandiana*, Paris, v. 31, p. 161-300, 1912; WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 82.

⁷⁵⁴ *Ibidem*.

⁷⁵⁵ PARVIS, Paul. Sabas: Orthodox or Arian? In: BERNT, G. M.; STEINACHER, R. *Arianism – Roman Heresy and Barbarian Creed*. Farnham: Ashgate Publishing Limited, 2014. p. 70-71.

⁷⁵⁶ THOMPSON, Edward. *Ibidem*, p. 131.

⁷⁵⁷ *Menologion Parisinus Graecus*.

⁷⁵⁸ DELEHAYE, Hippolyte. *Ibidem*.

⁷⁵⁹ THOMPSON, Edward. *Ibidem*, p. 131; HEATHER, Peter; JOHN, Mattheus. *Ibidem*, p. 122-123.

⁷⁶⁰ WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 79; VASILIEV, Alexander. *The Goths in Crimea*. Winsconsin: The Mediaeval academy of America, 1936. p. 9-10.

⁷⁶¹ Em latim, Audius ou Audaeus.

⁷⁶² Gênesis 1:27.

⁷⁶³ Teodoreto *HE* 4.9; Epifânio de Salamina *Panarion* 3.70.9.

⁷⁶⁴ Nisã é o primeiro mês do calendário eclesiástico hebraico e geralmente corresponde aos meses de março ou abril no calendário gregoriano.

⁷⁶⁵ Teodoreto *HE* 4.9; Epifânio de Salamina *Panarion* 3.70.9.

⁷⁶⁶ *Ibidem*. A criação do bem e do mal é um dos grandes debates teológicos do Medievo. Se Deus é *bom*, por que criou o *mal*? Essa é a questão central. Agostinho de Hipona apresentou uma solução para o dilema ao defender que o mal seria apenas a ausência do bem, isto é, a ausência do próprio Deus. A resposta de Agostinho retira de Deus a responsabilidade pela criação do mal e descarta a existência de um segundo Deus mau.

⁷⁶⁷ Vasiliev entende que o imperador a que se refere Epifânio não foi Constâncio II, mas Constantino (VASILIEV, Alexander. *Ibidem*).

⁷⁶⁸ Epifânio de Salamina *Panarion* 3.

⁷⁶⁹ *Origo Const. Imp.* 12.60.

⁷⁷⁰ HEATHER, Peter. *Rome Ressurgent: War and Empire in the Age of Justinian*. New York: Oxford University Press, 2018. p. 258.

⁷⁷¹ João de Biclaro *Chronicon* 54.

⁷⁷² COLLINS, Roger. *Visigothic Spain: 409-711*. Oxford: Blackwell Publishing, 2004. p. 56-57.

⁷⁷³Sócrates *HE* 4.33.

⁷⁷⁴Sozomeno *HE* 6.37.

⁷⁷⁵Sozomeno é conhecido por suas narrativas confusas e não lineares. Conta-nos, por exemplo, que Úlfilas teria composto a comitiva enviada pelos tervíngios ao imperador em 376. Em fuga dos hunos, pediam autorização a Valente para serem admitidos no império (Sozomeno *HE* 7.37). A história não encontra respaldo nas outras fontes que abordam o assunto.

⁷⁷⁶Tomando Sócrates como base, por ser considerado mais confiável que Sozomeno, Chrysos tenta costurar os textos de Sócrates e Marcelino, esse último no ponto que trata das campanhas de Valente. O autor propõe que a guerra civil goda poderia ter se desencadeado em 369, durante a última expedição romana pela Gócia, e que nessa oportunidade o exército de Valente presente em território tervíngio conseguiu prestar suporte a Fritigerno (LENSKI, Noel. *Ibidem*, p. 53).

⁷⁷⁷AM 31.4.28.

⁷⁷⁸HUGHES, Ian. *Ibidem*, p. 112.

⁷⁷⁹Sozomeno *HE* 6.37.8.

⁷⁸⁰NIGRO, Giovanni. Niceta. *Ibidem*, p. 145; KULIKOWSKI, Michael. *Ibidem*, p. 122-123.

⁷⁸¹*Hist. Aug.* Claud. 6.2.

⁷⁸²*Hist. Aug.* Probo 18.1-2.

⁷⁸³A quinquenália de Maximiano ocorreu ou em 289 ou em 290, a depender de o imperador ter considerado como termo inicial para contagem sua elevação como César ou como Augusto. Assim, tendo concluído o texto em 291, o orador teria perdido a data da festividade (NIXON, C.; BÁRBARA, S. In: *Praise of Later Roman Emperors: The Panegyrici Latini*. Los Angeles: University of California Press, 1994. p. 77).

⁷⁸⁴Jordanes *Get.* 17.99 e 22.114.

⁷⁸⁵*XII Panegyrici Latini* 11(3).17. Segue o original em latim do excerto transcrito: “*Gothi Burgundos penitus excidunt, rursumque pro uictis armantur Alammani*”.

⁷⁸⁶Marcelino afirma que os burgúndios descendiam dos romanos dos “tempos antigos” e que eram tradicionais inimigos dos alamanos em disputas por salinas (AM 28.5.11).

⁷⁸⁷NIXON, C.; BÁRBARA, S. *Ibidem*, p. 100-101.

⁷⁸⁸AM 27.5.6.

⁷⁸⁹O conceito de império envolve alguns elementos básicos: administração centralizada, vasta extensão geográfica e multiplicidade de grupos étnicos abrangidos.

⁷⁹⁰AM 31.3.

⁷⁹¹Jordanes *Get.* 14.81 e 23.116.

⁷⁹²BRADLEY, Henry. *Ibidem*, p. 43.

⁷⁹³GILLESPIE, George. *Ibidem*. *Ragnarsdrápa* é o poema que retrata a história do famoso herói escandinavo Ragnar Lodbrok.

⁷⁹⁴Uma anotação de Marcelino sugere que a área compreendida entre o Danúbio e o Don fosse também habitada pelos sármatas (AM 31.2.13). Os rios Dniestre, Danúbio e Don eram conhecidos na Antiguidade pelos nomes de Tyras, Ister (ou Hister) e Tanais, respectivamente.

⁷⁹⁵Jordanes *Get.* 23.116.

⁷⁹⁶Adotamos como referência o estudo *Os Povos de Ermanarico* (1975), de Irma Korkkanen, que reúne as diversas opiniões sobre o tema.

⁷⁹⁷KORKKANEN, Irma. *The Peoples of Hermaneric*: Jordanes, Gética 116. Helsinki: Suomalainen Tiedeakatemia, 1975. p. 32-33.

⁷⁹⁸Habitantes da Estônia e da Finlândia Meridional.

⁷⁹⁹KORKKANEN, Irma. *Ibidem*, p. 33-35; WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 87.

⁸⁰⁰KORKKANEN, Irma. *Ibidem*, p. 35-36.

⁸⁰¹Mar Branco, também chamado Mar de Barents, é o mar que circunda a Carélia, uma das repúblicas que compõem a Federação Russa e está situada logo ao leste da Península Escandinava.

⁸⁰²KORKKANEN, Irma. *Ibidem*, p. 36-38; SNELLMAN, Artturi. *Itämeren suomalaiset itsenäisyytensä aikana*. Helsingissa: Suomalaisen Kirjallisuuden Seuran Kirjapainossa, 1984. p. 6.

⁸⁰³KORKKANEN, Irma. *Ibidem*, p. 36-46; ZEUSS, Johann. *Die Deutschen Und Die Nachbarstämme*. München: Bei Ignaz Joseph Lentner, 1837. p. 690.

⁸⁰⁴KORKKANEN, Irma. *Ibidem*; WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*.

⁸⁰⁵WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*.

⁸⁰⁶*Ibidem*.

⁸⁰⁷Jordanes *Get*. 23.117-118.

⁸⁰⁸Jordanes *Get*. 23.117-120. “[...] os eslavos também foram obrigados a se curvar sob seu jugo. Mas os godos logo se mudaram para o sul, encerrando suas relações com os eslavos da Rússia. Não devo deixar de falar neste ponto sobre uma recente descoberta, que, na minha avaliação, deve ter chegado até nós por meio desses imigrantes godos. A descoberta consiste em uma ponta de lança com uma pequena inscrição rúnica encontrada no bairro de uma cidade chamada Kovel, na Volínia. A inscrição se insere em meio às chamadas ‘runas antigas’, e o período ao qual deve pertencer é claramente determinado como o terceiro ou o quarto século. Trata-se do nome de um homem – sem dúvida, seu dono – que pelos caracteres provavelmente deve ser lido como E(?)LARIDS. O período e a forma idiomática do nome tornam quase impossível não ver nele uma lembrança da invasão dessas terras pelos godos” (THOMSEN, Wilhelm. *The relations between Ancient Russia and Scandinavia, and the origin of the Russian State*. Cambridge: Cambridge University Press, 1877. p. 4-5).

⁸⁰⁹Tácito *Germania* 45.

⁸¹⁰WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 87.

⁸¹¹*Ibidem*.

⁸¹²*Tabula Peutingeriana*.

⁸¹³BURNS, Thomas. *The History of the Ostrogoths*. Bloomington: Indiana University Press, 1984. p. 38.

⁸¹⁴GIBBON, Edward. *Ibidem*, v. 2, p. 581-582; HODGKIN, Thomas. *Ibidem*, p. 77-78.

⁸¹⁵AM 31.3.1-3.

⁸¹⁶O rei grutungo indicado por Amiano como Vitimiro talvez corresponda a Vinitário, que aparece em Jordanes como filho de Valaravano e neto de Vultulfo, irmão de Ermanarico.

⁸¹⁷AM 31.3.1-3.

⁸¹⁸Apesar da semelhança dos dois nomes, getas (*getae*) e gépidas (*gepidae*) não se confundem. Os getas foram um povo que habitava a banda oriental da Romênia e são tradicionalmente associados às tribos dácias (Estrabo *Geo*. 7.3.1; Plínio *NH* 4.25). A localização os colocaria próximos aos territórios tervingios, não aos grutungos.

⁸¹⁹Jordanes *Get*. 24.129.

⁸²⁰Aportuguesamos os nomes *Ammius* e *Sarus*.

⁸²¹Jordanes *Get*. 24.130.

⁸²²Jordanes *Get*. 12.74; Estrabo *Geo*. 7.3.17; AM 22.8.31.

⁸²³VERNADSKY, George. *Ancient Russia*. New Haven: Yale University Press, 1946. p. 107-108.

⁸²⁴WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 89.

⁸²⁵BRADY, Caroline. *The Legends of Ermanaric*. Berkeley: University of California Press, 1943. p. 5.

⁸²⁶BRADY, Caroline. *Ibidem*, p. 23-24.

⁸²⁷*Ibidem*, p. 183-184.

⁸²⁸KULIKOWSKI, Michael. *Ibidem*, p. 127-128.

⁸²⁹AM 31.2.1-7.

⁸³⁰Ptolemeu *Geo*. 3.5. Historiadores bizantinos continuarão situando a região original dos hunos como o entorno do *Palus Maeotis*, o Mar de Azove (Agátias *Historiae Byzantinae* 5.11; Procópio *De Bello Gothico* 8.5.1).

⁸³¹Jordanes *Get*. 24.121-122.

⁸³² A tese tem como um de seus alicerces a semelhança das palavras empregadas em algumas línguas para designar os xiongnu e os hunos. Nessa linha, o historiador francês Étienne de la Vaissière defende que o povo identificado na língua sogdiana (sogdianos eram um povo do atual Uzbequistão) como *xwn* e no sânscrito como *hūna* corresponda aos xiongnu, e como os referidos termos são usualmente conectados ao grego *ounnoi* e ao latim *hunni*, seria possível se estabelecer uma correspondência entre os xiongnu e os hunos. Christopher Atwood, do departamento de estudos chineses e mongóis da Universidade da Pensilvânia, contesta as conexões linguísticas propostas Vaissière argumentando que *xiōngnú* consiste em uma palavra composta por duas sílabas enquanto *xwn* por apenas uma; que *xiōngnú* apresenta um som velar nasal ao passo em que *hūna* um retroflexo; e que as terminações de *ounnoi* e *hunni* apenas refletem os seus respectivos casos no grego e latim, como o nominativo plural, e por isso as semelhanças entre os fonemas seriam mera coincidência (ATWOOD, Christopher. Huns and Xiōngnú: New Thoughts on an Old Problem. In: BOECK, Brian; MARTIN, Russell; ROWLAND, Daniel. *Studies in History and Culture in Honor of Donald Ostrowski*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 27-28).

⁸³³ MAENCHEN-HELFEN, Otto. *The World of the Huns – Studies in Their History and Culture*. Berkeley: University of California Press, 1973. p. 392-393.

⁸³⁴ AM 31.2.1-7; Filostórgio HE 9.17. Os neuros (*neuri*), também chamados navaros (*navari*), eram tribos pouco conhecidas dos romanos. Foram citadas por Heródoto como “a última tribo além dos fazendeiros citas seguindo o curso do rio Hypanis (Bug)” (Heródoto 4.17).

⁸³⁵ POHL, Walter. Huns. In: BOWERSOCK, G.; BROWN, P.; GRABAR, O. (ed.). *Late Antiquity: A Guide to the Postclassical World*. Cambridge: Harvard University Press, 1999. p. 501-502.

⁸³⁶ THOMPSON, Edward. *A History of Attila and the Huns*. Oxford: Clarendon Press, 1948. p. 52.

⁸³⁷ KIM, Hyun J. *The Huns, Rome and the birth of Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. p. 170.

⁸³⁸ *Ibidem*, p. 53-54.

⁸³⁹ *Hervarar saga ok Heiðreks konungs* 14.

⁸⁴⁰ MAENCHEN-HELFEN, Otto. *Ibidem*, p. 297-303; Uma grande quantidade de caldeirões encontrados em áreas que se estendem dos campos catalúnicos à Sibéria costuma ser atribuída aos hunos. Embora chamados de “caldeirões de bronze”, quase todos possuem como elemento base o cobre. Diferentemente de alguns pesquisadores que defendem um uso voltado a fins religiosos, Maenchen-Helfen sugere que esses caldeirões fossem apenas recipientes utilizados para cozinhar alimentos (*Idem*, p. 306-326).

⁸⁴¹ O Império Kushana (ou Cuchana) foi uma monarquia asiática dos iuechis, etnia que aparece pela primeira vez nas fontes chinesas na atual província de Gansu, região central da China. Linhas gerais, estava situado entre o Império Sassânida (antes, ao Parta) e os protoestados indianos e durou de 30 a.E.C. ao ano 375, quando seus territórios foram incorporados por sassânidas e guptas.

⁸⁴² KIM, Hyun J. *Ibidem*, p. 33.

⁸⁴³ HUGHS, Ian. *Ibidem*, p. 149. Em que pese a tradicional associação entre hunos e xiongnu venha recebendo críticas de historiadores mais recentes, tomemos os últimos como exemplo apenas para ilustrar como as confederações nômades da Antiguidade eram capazes de se organizar em cadeias de comando mais complexas. Em uma organização muito semelhante à dos mongóis de Gengis Khan no século XIII, no topo da pirâmide xiongnu estava o *shanyu* (ou *chanyu*), que funcionava como líder supremo, um equivalente ao imperador chinês. Era assessorado pelos *gu-du*, que conduziam os assuntos do dia a dia do governo. Logo abaixo a estrutura se dividia em dois braços, ocidental e oriental (ou esquerda e direita), cada um liderado por um príncipe, o “sábio senhor”, o *túqí wáng*. O “sábio senhor do oriente” era o herdeiro presumível. Em seguida, os *tung-hu*, governadores de regiões administrativas maiores, e os *gu-li*, grandes generais. Na sequência, dois exércitos, o do ocidente e oriente, seguiam um sistema decimal com comandantes para 1.000, 100 e 10 soldados. Como os romanos, oficiais realizavam censos periódicos para calcular as reservas de suprimentos e a quantidade de homens aptos para trabalho e combate. Pesquisas arqueológicas revelam que nem os hunos, nem os xiongnu eram completamente nômades, mas mantinham um estilo de vida que alternava entre deslocamentos e bases fixas. Muitos exerciam atividades agrícolas. Por isso soa mais apropriado falar-se em um modelo seminômade (KIM, 2013, p. 22-41).

⁸⁴⁴ THOMPSON, Edward. *Ibidem*, p. 46-50.

⁸⁴⁵ Jordanes *Get*. 35.182.

⁸⁴⁶ Zósimo 5.45.6.

⁸⁴⁷ CAIRNS, Francis. *Ibidem*, vol II, p. 320-321.

⁸⁴⁸ Os cutrigures e utrigures eram considerados remanescentes hunos após a queda do império de Átila e são associados aos búlgaros.

⁸⁴⁹ Agátias *Historiae Byzantinae* 5.12.5.

⁸⁵⁰ WOLFRAM, *Ibidem*, p. 252-253.

⁸⁵¹AM 31.4.12.

⁸⁵²Povo que serviu aos bizantinos como federados no século VI e que sofreu uma derrota para os ávaros no VII. Jordanes diz que habitavam “a curva do Mar Negro” (*Ponticum mare curvatur*) (Jordanes *Get.* 5.35). Ainda não haviam sido “eslavizados”, pertenciam a uma matriz alana-ossética situada entre o rio Don e o Cáucaso (WOLFRAM, *Ibidem*).

⁸⁵³Jordanes *Get.* 48.247.

⁸⁵⁴Wolfram associa o *Erac* ao *Phasis* dos gregos, atual Rioni. Isso situaria o conflito nas estepes do norte do Cáucaso, atual Geórgia. O historiador parte de evidências arqueológicas que sugerem que godos do ramo grutungo tenham sobrevivido à invasão hunica em Taman e Quershe, Península da Crimeia. Maenchen-Helfen identifica-o como o Tylihul ou o Dniepre, o que nos parece mais razoável por estarem mais próximos aos territórios tervíngios, adequando-se melhor à narrativa (WOLFRAM, *Ibidem*; MAENCHEN-HELFEN, Otto. *Ibidem*, p. 25).

⁸⁵⁵Jordanes *Get.* 48.248-249.

⁸⁵⁶Jordanes *Get.* 14.79-80.

⁸⁵⁷Jordanes *Get.* 38.199.

⁸⁵⁸Prisco Fr. 8; WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 254.

⁸⁵⁹AM 31.3.4-5.

⁸⁶⁰No futuro Munderico servirá aos romanos como comandante na fronteira da Arábia (*dux limitis per Arabiam*). Nada mais sabemos sobre sua biografia (PLRE I, p. 610).

⁸⁶¹AM 31.3.6-8.

⁸⁶²“Mas acabou sendo bem diferente do que se supunha. Pois os hunos, como são sábios em conjecturas, suspeitando que o exército tervíngio estava a alguma distância, tendo passado por aqueles que tinham visto e se acomodado em silêncio como se ninguém se importasse, quando a lua rompeu, durante a escuridão da noite, atravessaram o rio. Eles escolheram o que entenderam como o melhor curso de ação, pois pensavam que os batedores poderiam assustar Atanarico. Tendo-o surpreendido no primeiro ataque, Atanarico perdeu alguns de seus homens, e com os sobreviventes escapou por montanhas íngremes” (AM 31.3.6-7).

⁸⁶³KULIKOWSKI, Michael. *Ibidem*, p. 126; Kulikowski sugere que a rota de retirada de Atanarico corresponda por alto ao *limes transalutanus*, uma rede de fortificações da antiga província da Dácia paralela ao rio Olt que margeava as florestas de Teleorman conectando o Danúbio a uma região próxima do Dniestre.

⁸⁶⁴AM 31.3.8.

⁸⁶⁵*Ibidem*.

⁸⁶⁶*Ibidem*.

⁸⁶⁷*Ibidem*.

⁸⁶⁸GIBBON, Edward. *Ibidem*, v. 3, p. 36; Eunápio Fr. 42.

⁸⁶⁹MACDOWALL, Simon. *Adrianople AD 378: The Goths crush Rome's legions*. Oxford: Osprey Military, 2001. p. 29-33.

⁸⁷⁰WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 72.

⁸⁷¹AM 27.5.9.

⁸⁷²AM 31.4.1; Zósimo 4.20.5-6.

⁸⁷³WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*.

⁸⁷⁴*Ibidem*.

⁸⁷⁵HUGHES, Ian. *Ibidem*, p. 138-141; AM 30.2.1-2.

⁸⁷⁶Valentiniano I morreu em novembro de 375 acometido por um mal súbito enquanto em reunião com embaixadores quados. O imperador teria se enfurecido com o discurso dos bárbaros, que atribuíam aos romanos a culpa por estarem em guerra. Segundo eles, os romanos teriam violado a paz ao construir novas fortificações em território quado. Com a morte do imperador, Graciano e Valentiniano II, seus filhos, repartiriam o trono no ocidente (Sócrates *HE* 4.31).

⁸⁷⁷Firmo era um nobre berbere filho do rei Nubel da Mauritânia. Com a morte do pai, o conde da África (*comes Africae*) Romano intercedeu para que seu irmão, Zamaco, assumisse a liderança da tribo, o que levou Firmo, que também possuía pretensões ao trono, a

rebelar-se. A revolta estendeu-se de 372 a 375 e foi contida pelo conde Teodósio (*Ep. de Caes.* 45).

⁸⁷⁸AM 30.2.4.

⁸⁷⁹Sozomeno *HE* 6.37.

⁸⁸⁰O Sacro Consistório (*Sacrum Consistorium*) era um corpo de conselheiros próximos ao imperador criado por Constantino em substituição ao Conselho do Príncipe (*Consilium Principis*). O imperador possuía ampla liberdade para designar os seus membros, chamados condes consistorianos (*comites consistoriani*), mas grosso modo era formado por autoridades civis que incluíam o mestre dos ofícios e o questor do palácio sagrado, além de militares de alta patente (PETROVICH, Kazhdan. *The Oxford Dictionary of Byzantium*. Oxford: Oxford University Press, 1991. p. 495-496).

⁸⁸¹CT 7.13.7.

⁸⁸²AM 31.4.4.

⁸⁸³Propriedade quiritária (*dominium quiritarium*) era a modalidade tradicional de propriedade romana. Apenas cidadãos romanos poderiam ser proprietários quiritários e desde que adquirissem a coisa por instrumento ou título previsto pelo direito. Com o passar do tempo, outras formas de propriedade foram sendo admitidas pelo direito romano. Um exemplo é a propriedade pretoriana ou bonitária, mais flexível, por meio da qual alguém que adquiriu uma coisa pela simples tradição (entrega; *traditio*) recebia proteção jurídica de um pretor.

⁸⁸⁴Gaio *Institutiones* 1.12-13 e 3.74; *Iustiniani Institutiones* 1.5-6; *Domitii Ulpiani Fragmenta* 1.§11.

⁸⁸⁵Osório *Hist. Ad. Pag.* 7.33.10.

⁸⁸⁶Zósimo 4.20.6.

⁸⁸⁷Virgílio *Georgica* 2.106; AM 31.4.6-7.

⁸⁸⁸AM 31.4.4-5.

ADRIANÓPOLIS

6.1 Antecedentes da rebelião

*“Incontáveis enxames foram esparramados pela província, espalhados por grande extensão de planície; ocuparam toda espécie de monte e elevação”*⁸⁸⁹. Esse é o cenário posto por Marcelino após a travessia do rio. A série de dificuldades encontradas pelos romanos no transporte dos godos foi um alerta, um sinal de que o contingente militar e o aparato logístico à disposição na região talvez não fossem suficientes para manter um controle efetivo sobre a multidão que agora estava em solo romano. Não mais contavam com a proteção natural oferecida pelo próprio rio, tampouco com a rede de fortificações que por séculos havia servido para barrar os bárbaros na margem norte. Se os relatos de Osório e Zósimo estiverem corretos, e os eventos que se seguirão sugerem que estejam, estamos falando de parcela considerável de uma nação migrante, composta por guerreiros armados e unida dentro do império. Justamente nesse momento, em que os romanos precisavam de lideranças prudentes que soubessem conduzir os acontecimentos, o exército dos Bálcãs estava sob o comando de *“dois homens sem honra”* (*homines maculosi*): Lupicino, comandante-geral das forças estacionadas na Trácia (*comes rei militaris per Thracias*), e Máximo, duque da Cítia ou Mésia (*dux Scythiae* ou *Moesiae*)⁸⁹⁰. Valente havia deixado ordens claras para que as autoridades locais se encaregassem de suprir as primeiras necessidades dos refugiados, que fossem abastecidos com provisões até serem redirecionados para outras localidades. Porém os militares romanos viram nos tervíngios uma oportunidade de fazer riqueza. Sob o comando — ou conivência — de Lupicino e Máximo, iniciaram um mesquinho comércio de mercadorias com os godos. No lugar de apenas fornecerem os mantimentos e víveres destinados a eles, passaram a condicionar as entregas a compensações abusivas, com relatos na literatura dando conta de que chegaram a negociar carne de cachorro em troca de jovens tervíngios para servirem como escravos. Até filhos de chefes godos teriam sido entregues. Marcelino atribui a responsabilidade diretamente a Lupicino e Máximo;

Jerônimo somente menciona a “*natureza ambiciosa*” do segundo, sem citar o primeiro⁸⁹¹. O clima entre romanos e tervíngios começava a se deteriorar.

Em verdade, os autores antigos não citam medidas para dividir a multidão e enviar os vários grupos para diferentes províncias do império, pelo menos não nesse estágio inicial. Algum tempo depois, quando a situação entre romanos e tervíngios chegou a um nível crítico, com a expectativa de revolta a qualquer momento, Lupicino tentou adotar a estratégia de decompô-los. Portanto, não sabemos se Valente impôs o desmembramento desde o início, como condição de entrada para os representantes tervíngios presentes em Antioquia, ou se aceitou que permanecessem unidos e a decisão de dividi-los foi tomada apenas em razão do agravamento da crise. Em qualquer dos casos, era uma situação delicada; dividi-los poderia ser o estopim para um conflito maior. Enquanto isso, os grutungos de Viderico souberam que os tervíngios haviam sido aceitos no império e decidiram arriscar a mesma sorte. Sob o comando de Alateu e Safrax, seguiram para o Danúbio. Embora os textos não indiquem claramente em que ponto da margem norte chegaram, dão a entender que em uma altura diferente daquela dos grupos de Alavivo e Fritigerno. Entre eles aparece pela primeira vez Farnóbio, chefe que ou compunha a confederação de Viderico, ou liderava um bando independente aliado⁸⁹². A notícia de que Alavivo e Fritigerno haviam conseguido cruzar o rio também alcançou Atanarico, que aparentemente sofria novos reveses na guerra com os hunos. Sem saída, o último dos juízes tervíngios decidiu seguir o movimento dos grutungos⁸⁹³. As fontes nada dizem sobre uma possível aliança entre Atanarico, Alateu e Safrax, mas a circunstância de chegarem juntos nas margens do Danúbio, no mesmo lugar, é um indício de que podem ter se unido para conter o progresso de Balamiro. Os taifalos não são citados nesse momento, mas nos próximos anos aparecerão junto aos godos em território romano; então é possível que também estivessem entre eles⁸⁹⁴.

Tal como os tervíngios, Alateu e Safrax enviaram uma comitiva ao imperador. Contudo, dessa vez a resposta de Valente foi negativa⁸⁹⁵. Não há menção aos motivos da recusa, mas não é difícil imaginá-los. Naquele momento, a corte provavelmente já havia sido atualizada sobre as dificuldades para administrar os tervíngios, que não sem razão se agitavam. Mesmo que os relatórios enviados a Antioquia fossem omissos sobre a irresponsabilidade dos seus oficiais, Valente e seus conselheiros eram conscientes da limitada

capacidade das tropas estacionadas nos Bálcãs para manter o controle sobre um grupo ainda maior de bárbaros. Afinal, havia permanecido por três anos na região não só combatendo os godos, mas conduzindo melhorias nas linhas de defesa. E, diferentemente de Fritigerno, os grutungos eram uma tribo estranha aos romanos. Não consta sobre eles nenhum histórico de alianças com o império, pelo contrário, o que se tinha era apenas o confronto no último ano das campanhas do imperador pelos territórios godos, em 369. Se alguma menção ao nome de Atanarico foi feita, pior ainda. Existia naturalmente um ressentimento recíproco. Ora, Atanarico não havia informado aos romanos que não poderia comparecer ao quartel-general do imperador em Marcianópolis para negociar a paz por ter feito uma promessa ao pai de que jamais colocaria os pés no império? Admiti-los era aumentar exponencialmente o risco de desestabilizar as províncias dos Bálcãs. Em Marcelino, Atanarico aguardou o imperador decidir o pedido dos grutungos para só depois definir o seu curso de ação. Isso significaria uma longa espera na margem norte. Quando soube que o requerimento de Alateu e Safrax fora indeferido, resolveu partir com seus seguidores para “*um lugar inacessível pelas montanhas e densas florestas*” indicado pelo nome de Caucalanda (*Caucalandenses locus*), talvez as montanhas do Buzău (Romênia). Lá expulsou os sármatas e estabeleceu uma nova base para sua tribo⁸⁹⁶.

Os tervíngios foram instalados temporariamente em uma área nas margens do Danúbio, “*contidos por uma dupla barreira*” (*duplici impedimento adstricti*), provavelmente linhas de pequenas paliçadas e tapumes cujo objetivo era tão somente demarcar o espaço onde poderiam permanecer, não servir como defesa para os soldados romanos. À medida que o tempo passava e que as condições do acampamento não apresentavam sinais de melhora, os godos inquietavam-se. Se pensarmos em qualquer campo de refugiados dos nossos dias e adicionarmos o cenário de exploração apontado pelos autores da época, o quadro era de fome, miséria e doença. E, acima de tudo, de indignação. Afinal, haviam sido recebidos com a promessa de um refúgio seguro contra os hunos, não para serem escravizados. Logo os ruídos de uma possível revolta começaram a circular de tenda para tenda. Na visão de muitos, rebelar-se não seria traição; os próprios romanos os empurravam para esse caminho. Quando o burburinho chegou aos ouvidos de Lupicino, o conde compreendeu a gravidade e ordenou que os contingentes estacionados nas cidades mais

próximas fossem reunidos e colocados em prontidão. Era preciso quebrar a união dos tervíngios, seriam dispersados pela Trácia. Estamos falando do final de 376, quem sabe início de 377⁸⁹⁷. O plano era transferi-los para Marcianópolis, cerca de 100 quilômetros ao sul, onde Lupicino mantinha seu quartel-general, para de lá redistribuí-los em grupos menores para outros lugares da diocese. Em Marcianópolis, com uma posição defensiva mais sólida, Lupicino e seus oficiais poderiam supervisionar a operação com maior segurança. A fim de percorrer o trecho entre a área nas margens do rio e a cidade, os romanos precisavam de mais homens para montar uma escolta minimamente capaz de conduzir a multidão. Com um efetivo reduzido, o risco de perderem o controle no trajeto era grande; os godos poderiam pilhar o que encontrassem pelo caminho ou, no pior dos cenários, revoltarem-se. Não conhecemos números, mas sabemos que parte dos limítanes lotados nas fortificações do Danúbio foi retirada de suas funções ordinárias para participar da missão. Com isso, as unidades que realizavam patrulhas periódicas no rio suspenderam momentaneamente suas atividades. A medida revelar-se-ia mais um erro de cálculo das autoridades romanas, que ignoraram ou subestimaram o fato de os grutungos, diferentemente de Atanarico, terem permanecido nas imediações da margem norte⁸⁹⁸.

Percebendo que a vigilância da fronteira havia diminuído, quem sabe até com notícias de informantes enviados à margem sul, Alateu e Safrax determinaram que seus homens construíssem embarcações simples e improvisadas para atravessarem o Danúbio. Sobre os locais onde tervíngios e grutungos cruzaram o rio, há quem sustente que os primeiros tenham tomado a rota mais curta, evitando as áreas mais alagadas durante as cheias, e chegado por Doróstoro, enquanto os últimos podem ter avançado mais ao oeste pela Mutênia. Nos dois casos, pela província da Mésia, parte da diocese da Trácia⁸⁹⁹. Em solo romano, os grutungos montaram campo a longa distância dos tervíngios, que ainda não haviam partido para Marcianópolis. Em que pese estivessem esvaziadas, as guarnições da fronteira detectaram o movimento do grupo e se apressaram para informar o ocorrido aos seus comandantes. Contudo não possuíam condições de oferecer alguma reação imediata, os inimigos eram muitos para os limítanes remanescentes. Lupicino precisava resolver um problema de cada vez e determinou que o plano original fosse executado. A grande multidão de tervíngios então seguiu em marcha lenta para

Marcianópolis⁹⁰⁰. Mesmo cientes ou desconfiados de que seriam espalhados pelo império, Alavivo, Fritigerno e os demais chefes tervíngios permaneceram por ora obedientes aos comandos dos oficiais romanos. Chegando ao destino, foram assentados a uma distância de 9 milhas — 15 quilômetros — da cidade⁹⁰¹.

Segundo Marcelino, “*uma atrocidade ainda maior seria cometida em Marcianópolis e acenderia as tochas responsáveis pela futura destruição do império*”⁹⁰². Mais uma vez, o que ocorre a partir daqui é uma sequência confusa de acontecimentos. Lupicino convidou Alavivo e Fritigerno para um banquete em seus aposentos. O convite não era algo inédito; formalmente, os dois eram comandantes de um exército federado, generais aliados. Entretanto, considerando o desenrolar dos fatos, é possível que o convite tenha sido apenas o pretexto para uma emboscada. Se a suspeita estiver correta, Lupicino e seus oficiais imaginaram que eliminando os dois chefes deixariam os tervíngios desprovidos de uma liderança forte e, portanto, mais suscetíveis de serem controlados. Tendo em vista a quantidade de situações dessa natureza registradas na história do Império Romano, de assassinatos em festas e jantares, a hipótese soa plausível⁹⁰³. Porém Marcelino nada diz sobre uma ação premeditada. Na versão do autor, Lupicino chamou os chefes tervíngios com o objetivo de abrandar os ânimos, diminuir as tensões. No entanto, um incidente inesperado teria feito com que a situação saísse do controle de ambos os lados. É interessante como esse é precisamente o momento em que o autor abandona o uso de terminologias mais específicas como “tervíngio” e “grutungo” e passa a se referir aos vários grupos que entraram no império apenas como *gothi* ou *barbari*. A mudança revela como a distinção perdia sua razão de ser, como as identidades se mesclavam⁹⁰⁴. Desconfiados, Alavivo e Fritigerno atenderam ao convite e se instalaram na cidade, cada um acompanhado por uma pequena guarda pessoal cuja entrada foi autorizada pelos romanos. Nesse meio-tempo, uma multidão de tervíngios se aproximou dos muros de Marcianópolis, suplicando por comida e itens de primeira necessidade. Temendo algum tumulto os romanos fecharam o portão, e a guarnição posicionou soldados na parte externa para conter o grupo a certa distância da muralha. Pelas circunstâncias, os tervíngios estavam revoltados; haviam percorrido uma longa caminhada até chegar ao primeiro centro urbano do império para serem impedidos de acessar seus mercados. Um alvoroço instaurou-se,

aparentemente envolvendo moradores da cidade. Na confusão, os soldados prenderam alguns tervíngios, mas a multidão, vendo parte dos seus sendo carregada à força para o interior, avançou sobre os romanos. Muitos soldados foram mortos⁹⁰⁵.

Lupicino estava “*deitado em sua poltrona, sonolento e parcialmente embriagado*” quando soube do incidente por uma mensagem reservada. O conde da Trácia se desesperou; era um homem vil, mas não um tolo, previa que o episódio fosse o estopim para a rebelião dos tervíngios. Colocou-se rapidamente de pé e ordenou que os membros das guardas de Alavivo e Fritigerno fossem imediatamente eliminados. E assim foi feito. De alguma maneira, uma notícia de que os dois chefes haviam sido violentamente assassinados alcançou os godos que permaneciam do lado de fora da cidade. Quando a história chegou ao acampamento tervíngio, muitos partiram enfurecidos em direção à cidade para engrossar a multidão. Aos gritos, exigiam que os romanos informassem o que exatamente havia ocorrido, se seus líderes estavam vivos ou não. Astuto, Fritigerno aproveitou o momento de tensão para convencer os oficiais romanos de que a única maneira de acalmar as massas seria permitir que ele e os poucos que haviam sobrevivido à matança fossem colocados em liberdade. Convenceria seus compatriotas de que era preciso acalmar os ânimos. Atormentados com a possibilidade de uma rebelião de larga escala, os oficiais romanos foram persuadidos pelo argumento, e Fritigerno foi solto. Ao aparecer diante da multidão, foi ovacionado⁹⁰⁶. O nome de Alavivo desaparece dos textos, o que tem sido compreendido como um forte indício de que tenha morrido durante o massacre de Lupicino. Fritigerno e a multidão retornaram para o acampamento, onde o chefe godo reportou ao seu povo o que havia ocorrido no interior de Marcianópolis. Ao saberem, os tervíngios caíram em um estado de frenesi. Levantaram enraivecidos seus estandartes ao som de trombetas, tudo “*conforme seus costumes*” (*de more*), e partiram pelo interior da Mésia pilhando e queimando propriedades⁹⁰⁷. Era o início da rebelião.

6.2 Batalha de Marcianópolis

Como ocorreu no ocidente, a estrutura do exército imperial do oriente sofreu várias mudanças com o tempo. O Registro de Dignitários revela como era sua organização em 395. Embora posterior à Batalha de Adrianópolis (378) e às reformas que sucederam a trágica derrota romana para os godos, o

documento é a principal fonte que possuímos para compreender o exército da época de Valente. A qualidade do corpo de oficiais romanos havia melhorado substancialmente desde a crise do século III, quando as necessidades militares forçaram os imperadores a abandonarem, pelo menos em parte, a prática de nomear senadores inexperientes para postos de comando como trampolim para suas carreiras. No topo da cadeia de comando estava naturalmente o imperador, que funcionava como um comandante em chefe. Era acompanhado por dois grandes exércitos de campo, os exércitos imperiais de escolta (*comitatus praesentales*)⁹⁰⁸, cada um composto por cerca de 20.000 a 30.000 homens e comandado por um mestre dos soldados na presença do imperador (*magister militum praesentis*). Possuíam base em Constantinopla, mas acompanhavam o imperador quando ele se instalava em outras regiões. Quase todos os seus regimentos eram formados por unidades de elite chamadas palatinos (*palatini*), as “tropas do palácio”⁹⁰⁹. O oriente contava com outros três exércitos de campo em nível regional — um para a Trácia, outro para a Ilíria e um terceiro para as províncias do extremo oriente —, constituídos com unidades de comitatenses e números entre 15.000 e 30.000 homens cada. Esses grandes grupos militares eram comandados por altos comandantes, os mestres dos soldados (*magistri milites*)⁹¹⁰. Na hierarquia, os mestres de infantaria e cavalaria (*magistri peditum et equitum*) estavam logo abaixo⁹¹¹. A partir do século V, encontramos na literatura referências a um novo generalato, o mestre dos dois exércitos (*magister utriusque militiae*), posto que absorveu as funções dos outros mestres. O leste contava com dois condes, generais de média patente, um para o Egito (*comes Aegypti*) e outro para a Isáuria (*comes Isauriae*). Outros são citados pontualmente pelas fontes, como Lupicino, o conde da Trácia. Nas fronteiras, os duques⁹¹² organizavam as defesas das províncias com destacamentos menores de limitanes⁹¹³.

O escritor do século VI Agátias diz que o império contava com um exército de 645.000 soldados⁹¹⁴. Historiadores modernos têm apresentado estimativas mais conservadoras para o período tardio, as quais variam entre 300.000 e 500.000, isso reunindo os efetivos do ocidente e oriente⁹¹⁵. Nem todos estão de acordo com esses números, muitas vezes vistos como exagerados ou quase aleatórios. Porém há um relativo consenso de que o exército aumentou expressivamente depois das reformas de Diocleciano e Constantino. Para o oriente, Williams e Friell falam em um total de 100.000 comitatenses e 120.000

límitanes espalhados pelas dioceses e províncias da Dácia ao Egito⁹¹⁶. Somente para a diocese da Trácia, sob o comando de Lupicino, Treadgold calcula um exército de campo de 24.500 comitatenses e 21 legiões de 1.000 homens cada, além de 7 vexilações de cavalaria, cada uma com 500 cavaleiros. Para as províncias da Mésia e Cítia, uma delas liderada por Máximo, 10.500 e 9.000 límitanes, respectivamente⁹¹⁷. Havendo necessidade, os límitanes eram agregados aos comitatenses como reforço, formando regimentos mistos que passavam a ser chamados de *pseudocomitatenses*. Era o que havia ocorrido em 376 quando parte das guarnições estacionadas na fronteira do Danúbio foi destacada para auxiliar a tarefa de escolta dos tervíngios a Marcianópolis.

Com a eclosão da revolta, Lupicino compreendeu que uma saída diplomática não era mais viável — não no momento — e ordenou que as tropas presentes em Marcianópolis fossem colocadas em prontidão. Os romanos avaliavam que os tervíngios ainda não estivessem preparados para uma batalha de campo; afinal, não passavam de uma grande massa desorganizada de refugiados. Como se isso não bastasse, existia o risco de a rebelião se espalhar sobre os grutungos, que permaneciam uma incógnita dentro do império. Era preciso derrotá-los antes que os dois grupos se ligassem. O relógio corria contra o império. Em uma operação descrita por Marcelino como “*tumultuada*” (*tumultuaria*), Lupicino reuniu um pequeno exército e seguiu para o local onde os tervíngios estavam acampados. Os soldados percorreram 15 quilômetros em marcha forçada carregando seus pesados equipamentos, estavam exaustos quando chegaram ao destino. Porém, lá foram imediatamente dispostos em campo para o combate, provavelmente organizados como uma larga fileira de infantaria⁹¹⁸. Considerando que quatro das sete vexilações indicadas no Registro de Dignitários foram criadas depois de 378 e que a maior parte dos comitatenses permanecia em suas designações de origem, espalhados pelas grandes cidades da diocese, como Nicópolis, Cábila, Dibalto, Bereia e Filipópolis, MacDowall defende que Lupicino contava com uma força de no máximo 5.000 homens e com poucos esquadrões de cavalaria, talvez nenhum⁹¹⁹. Por outro lado, se atentarmos para o fato de que os godos contarão com algo entre 10.000 e 12.000 dois anos depois em Adrianópolis, isso após se unirem a outros grupos migrantes, com algumas estimativas chegando inclusive à casa dos 20.000, MacDowall sugere haver entre 7.000 e 8.000 nos arredores de Marcianópolis⁹²⁰.

Ao se darem conta de que os romanos se aproximavam, os tervíngios agruparam-se rapidamente. No lugar de estabelecerem uma posição defensiva, como seria de esperar, os godos tomaram a iniciativa lançando um feroz assalto sobre os comitatenses e seus auxiliares limítanes. Lupicino não havia conseguido explorar o elemento surpresa. Para diminuir o impacto dessa primeira investida, os romanos levantaram seus escudos contra os corpos dos adversários. No combate corpo a corpo que se seguiu, a pressão foi demais para os fatigados soldados do império. Percebendo que suas fileiras não resistiriam por muito tempo e que a derrota era inevitável, Lupicino abandonou seus homens em campo e correu em direção à segurança fornecida pelas muralhas de Marcianópolis. O conde da Trácia havia se revelado um comandante não só imprudente e corrupto, mas covarde. Nesse dia o exército romano dos Balcãs perdeu uma porção significativa dos seus soldados e do seu corpo de oficiais. Além, claro, da simbólica perda dos estandartes⁹²¹. A Batalha de Marcianópolis terminava como uma esmagadora vitória goda. O sucesso inicial trouxe um clima de confiança, fortaleceu o moral tervíngio. Agora dispondo dos equipamentos deixados pelos soldados romanos, partiram em uma campanha de pilhagens pelo interior da Mésia. Em contrapartida, apesar de possuírem outros regimentos intactos espalhados pela diocese, os romanos perderam capacidade de mobilização, de reunir uma nova força para um segundo enfrentamento a curto prazo. Se as unidades remanescentes fossem comprometidas em uma nova batalha e o resultado fosse o mesmo, as cidades da Trácia ficariam completamente expostas. Não restou outra alternativa aos oficiais romanos senão adotarem uma postura defensiva até a chegada de reforços. Em outras palavras, pelo momento não havia força alguma capaz de se opor aos godos enquanto percorriam os campos⁹²².

6.3 Propagação da revolta

Como em outros períodos da História, os tervíngios percorriam o interior do país com ampla liberdade, porém ainda sem armas de sítio para o cerco de cidades maiores. Lembremos que as reformas de Aureliano e Diocleciano modificaram a doutrina militar do império para priorizar uma estratégia defensiva focada em táticas reativas. Baluartes e muralhas respondiam pela segurança da população dentro dos grandes centros urbanos até que o império possuísse condições operacionais de oferecer um contra-ataque. Marcelino fala sobre o assunto como se diferentes bandos godos tivessem tomado rotas

distintas, um sinal de que Fritigerno talvez ainda não exercesse um controle hegemônico sobre todos os grupos que atravessaram o Danúbio. Não podemos descartar a hipótese de que parte dos tervíngios possa ter recebido com suspeita o fato de Fritigerno, um antigo aliado romano, ter sido solto, e Alavivo não. Por que os romanos teriam libertado um e não o outro? Fritigerno teria sido visto como mais simpático ao império, um elemento pró-romano entre os tervíngios. Seja como for, em algum momento os grutungos se conectaram ao principal bando tervíngio. Hugh defende que a união pode ter ocorrido pouco depois da Batalha de Marcianópolis, Halsall argumenta que os dois povos podem ter se encontrado antes mesmo do confronto com as forças de Lupicino e que a vitória tenha sido consequência da união⁹²³. Levando em conta que Marcelino realiza um relato detalhado da escolta dos tervíngios para Marcianópolis e da batalha subsequente sem fazer qualquer referência à chegada dos grutungos, a versão proposta por Halsall nos parece menos provável. Fosse esse o caso, Alateu e Safrax teriam sido mencionados como convidados do banquete de Lupicino. De todo modo, a união era inevitável; os tervíngios haviam se rebelado contra os romanos, os grutungos cruzado suas fronteiras sem autorização. Eram povos unidos por laços étnicos com um inimigo comum.

As notícias vindas da Trácia foram recebidas pelo imperador com espanto. Havia pessoalmente derrotado os godos e estabilizado a região há não muito tempo e agora se deparava com duas grandes crises simultâneas para contornar. Eram os tervíngios que reforçariam o exército do oriente para a guerra com os sassânidas. Não só perdia os reforços como se deparava com a questão de como distribuir suas forças em dois fronts tão distantes um do outro. Temendo que alguns grupos godos que serviam como federados mesmo antes da travessia dos tervíngios se unissem à revolta, uma de suas primeiras providências foi determinar que esses auxiliares, que estavam aquartelados para o inverno próximos à muralha de Adrianópolis, cruzassem o Helesponto para a Anatólia. Comprometê-los no front oriental eliminaria o risco de se conectarem aos parentes tervíngios e grutungos. Poucas informações são apresentadas sobre esses federados godos além dos nomes dos seus comandantes, Suérido e Colias, descritos como dois *optimates*⁹²⁴. Considerando a aliteração⁹²⁵ em S- presente nos nomes das figuras romanas citadas em

Gética (Ammius, Sarus e Sunilda), Garcia Moreno levanta a hipótese de Suérito ser um rosomano⁹²⁶. Uma conexão frágil.

Suérido e Colias aparentemente receberam com cautela os boatos que circulavam sobre a revolta. Estavam havia algum tempo em território romano servindo como federados, talvez a ponto de não mais possuírem grandes vínculos com sua parentela da margem norte. Ao serem notificados da ordem de deslocamento, enviaram representantes a um dos magistrados de Adrianópolis, possivelmente um duúviro⁹²⁷. Pediam provisões para a jornada e uma prorrogação de prazo de dois dias para se organizarem. Marcelino conta a história como se os godos fossem partir de maneira pacífica, sem resistência. Contudo, ao invés de atender o que pareciam demandas razoáveis de um aliado, o magistrado, ressentido pela pilhagem de sua vila no interior, vítima da revolta goda, irritou-se com os pedidos. Sentiu-se pessoalmente insultado (*ferens indigne*) e reuniu um grupo armado composto pelos *fabricenses* — os trabalhadores da fábrica militar da cidade — e malfeitores de toda espécie, e mandou soar os alarmes. Em meio a esse clima de hostilidade, ordenou que Suérito e Colias partissem imediatamente. Nas palavras de Marcelino, “isso colocou a todos diante de uma situação de extremo perigo” (*pericula omnibus minabatur extrema*)⁹²⁸. O autor faz crer que a imprudência e a vaidade do magistrado foram os motivos para a escalada das tensões, mas o mais provável é que a decisão de pressionar os godos a partirem de imediato tenha sido tomada coletivamente pela cúria local e amparada em alguma justificativa mais racional e pragmática. Enquanto os federados permanecessem ali, era dever da cidade mantê-los abastecidos, um pesado ônus. Assim, havia pelo menos o interesse econômico de que saíssem o mais rápido possível. Talvez o relacionamento entre eles e os moradores de Adrianópolis já sofresse desgastes há algum tempo⁹²⁹. Outro ponto obscuro da história é a convocação de civis para enfrentarem os godos. Onde estava a guarnição de Adrianópolis? Uma possível resposta é compreendê-los como parte do pequeno exército de Lupicino derrotado em Marcianópolis.

Estarrecidos (*perterriti*) com o tratamento que recebiam dos aliados romanos, Suérito, Colias e seus seguidores permaneceram petrificados onde estavam (*steterunt immobiles*). Mas o tom das imprecações e ameaças vindas dos moradores de Adrianópolis só aumentava. Em determinado momento, homens jogaram flechas e dardos na direção dos bárbaros (*missilium iactibus*).

Haviam ultrapassado o limite do suportável. Os godos lançaram-se sobre o grupo armado e mataram muitos romanos, o restante fugiu às pressas para o interior da cidade. Nesse instante aderiam à rebelião⁹³⁰. Marcelino conta que os federados se armaram com os equipamentos deixados pelos adversários, informação que nos remete a outro questionamento: os federados a serviço do império lutavam com suas próprias armas, mantendo seus próprios estilos de combate, ou recebiam equipamentos e se adequavam à doutrina militar do império? Qualquer que seja a resposta, o bando de Suérico e Colias não demorou para se conectar ao de Fritigerno, que ao que parece estava próximo dali. Se partirmos da premissa de que o chefe tervíngio estava perto de Adrianópolis nessa época, interpretação corroborada pelo ataque à vila do magistrado, a forte reação romana ao pedido de prorrogação do prazo se justificaria pelo temor de que pudessem se juntar à rebelião a qualquer momento. Depois de percorrerem cerca de 250 quilômetros para o sul, de Marcianópolis a Adrianópolis, Fritigerno, agora contando com o apoio de Suérico e Colias, montou cerco sobre a cidade. Realizaram várias investidas contra as muralhas, todas repelidas pelas flechas e pedras jogadas pelos defensores das ameias. A falta de armas de cerco continuava um obstáculo intransponível. Concluindo que não conseguiria tomar a cidade de assalto, Fritigerno decidiu retomar sua campanha de pilhagens pelo interior da província, deixando apenas um pequeno contingente na área com a recomendação de que não prosseguisse com o cerco, que também concentrasse seus esforços nos campos desprotegidos. Os que ficaram “*aceitaram o conselho do rei*” (*laudato regis consilio*) e seguiram à procura das grandes vilas da aristocracia. Essa é uma das raras referências a Fritigerno como rei⁹³¹.

À proporção que a revolta se tornava conhecida na Trácia, o movimento ganhava força, grupos variados juntavam-se aos godos nos Bálcãs. Federados rompiam os tratados firmados com o império, como foi o caso de Suérico e Colias. Muitos que haviam sido vendidos como escravos quando os homens de Lupicino exploraram a multidão de tervíngios na margem sul do Danúbio fugiam dos seus novos senhores. Romanos também se uniam a Fritigerno, geralmente grupos marginalizados ou apenas oportunistas que viam na crise a chance de enriquecerem. Curiosamente, Marcelino cita especificamente a categoria dos mineiros, há tempos insatisfeita com os pesados tributos cobrados pelo regime sobre a atividade⁹³². Romanos que se juntavam à revolta

ou os feitos prisioneiros indicavam os locais das vilas, armazéns e esconderijos. Essa fusão de elementos bárbaros e romanos marcará a trajetória dos godos no império, da travessia à fundação dos reinos góticos no século V. Tornavam-se uma massa heterogênea e ambulante em território estrangeiro. Sob uma perspectiva étnica, talvez apenas um pequeno número de pessoas, sobretudo as que compunham a nobreza — os chefes e suas famílias, os clãs tradicionais —, fosse verdadeiramente gótica; o restante apenas assumia o rótulo de “godo” pelas circunstâncias em que se encontravam. No mais, Marcelino retrata os próximos passos da rebelião como um cenário de carnificina, de matança indiscriminada de romanos. O autor fala em morte de bebês, em esposas obrigadas a presenciar a morte dos maridos e em violência contra os mais velhos. Idosos, mulheres, crianças, todos eram feitos prisioneiros⁹³³.

6.4 Batalha dos Salgueiros

Como vimos, antes que a revolta tervíngia eclodisse, Valente havia enviado Victor e Urbícuo com um ultimato a Sapor II. No retorno para o império, ainda em 376, os dois generais cometeriam o que foi classificado pelos autores da época como um erro gravíssimo. Ao passarem pela Armênia, representantes de duas “*pequenas regiões*” do reino (*regiones exiguae*), possivelmente Astianena e Belabitene, ofereceram-se aos generais como vassalos⁹³⁴. Victor e Urbícuo consentiram. Ao saber disso, Sapor II enviou Surena em missão diplomática a Constantinopla. Surena era um alto oficial persa descrito por algumas fontes inclusive como a segunda autoridade na cadeia de comando sassânida, atrás apenas do próprio *shahanshah*. Sapor II propunha a Valente reconhecer a influência romana sobre essas regiões, mas exigia concessões que não são especificadas pelos autores da época. Valente, então confiante com a campanha de recrutamento e talvez a essa altura contando com os reforços tervíngios, recebeu Surena com honra e cortesia, mas recusou a proposta⁹³⁵. Perdia a chance de estabilizar o extremo oriente com termos favoráveis. Quando soube da rebelião dos godos, o imperador mandou Victor novamente a Ctesifonte; agora era preciso chegar a um compromisso. Não sabemos quais os novos termos oferecidos pelos persas, mas entre as condições talvez estivesse a retirada romana da Armênia, pois sabemos que não muito depois regimentos estacionados no reino serão retirados e enviados à Trácia para combater os godos. Para a sorte dos romanos, os sassânidas também não viviam seus

melhores dias. Apesar de terem concluído suas guerras, ainda sofriam os efeitos dos conflitos anteriores com kushanos, armênios e iberos. O exército de Sapor II se reorganizava, ainda não estava preparado para uma ofensiva de larga escala contra o império⁹³⁶. Sem apresentar maiores explicações, Zósimo limita-se a afirmar que Valente resolveu o conflito com a Pérsia “*da melhor maneira possível*”⁹³⁷. Era um alívio para o imperador, agora livre para realizar o movimento inverso do que fez em 369 — deixar o front oriental para acudir os Bálcãs.

Valente iniciou os preparativos para partir com o exército imperial de Antioquia a Constantinopla, onde pretendia montar sua base de operações. Como a mobilização do grande exército levaria tempo, mandou que dois dos seus generais, Trajano e Profuturo, seguissem para a Trácia com os regimentos até então destacados para a Armênia, seriam apenas uma força de vanguarda⁹³⁸. O plano talvez fosse reposicionar definitivamente essas unidades na diocese para suprir as perdas da Batalha de Marcianópolis. Presumivelmente, as companhias de *limitanes* das províncias da Mésia e Cítia Menor não estavam mais operacionais. Amiano retrata os dois comandantes como homens “*de grandes aspirações, mas despreparados para a guerra*” (*altius sed inbellis*)⁹³⁹. Trajano havia servido como duque do Egito, sido promovido para conde em alguma diocese e chegado finalmente ao posto de mestre de infantaria (*magister peditum*). Não conhecemos a carreira militar de Profuturo; especula-se que à época fosse um conde, mas as fontes não são claras nesse sentido⁹⁴⁰. A missão dos dois comandantes era clara: limitar a revolta. Deveriam isolar os godos em alguma área, cortando seu acesso a suprimentos, até a chegada do imperador e seu exército de escolta.

Valente também remeteu um pedido de ajuda ao sobrinho Graciano. Com o interior da Trácia tomado pelos godos, seus mensageiros devem ter realizado o percurso até o ocidente pelo mar⁹⁴¹. Não era comum que imperadores interferissem nos assuntos domésticos uns dos outros, sobretudo em questões militares. Vimos que em diversos momentos da história romana o trespasse de tropas do ocidente para o oriente e vice-versa foi compreendido como um ato de agressão à autoridade do coimperador ou mesmo como sinal da incompetência daquele que clamava por socorro⁹⁴². O simples pedido de Valente é uma evidência de que a corte de Constantinopla compreendia a gravidade da revolta dos godos. Graciano ponderou os prós e os contras de

atender ao pedido do tio. Afinal, se por um lado o envio de uma força expedicionária poderia comprometer a defesa dos seus próprios territórios, por outro existia o risco de os bárbaros seguirem para a Ilíria e cruzarem a fronteira com o ocidente. Lá poderiam atacar a Panônia ou, no pior dos cenários, a Itália. Melhor seria compor o esforço de guerra do oriente e derrotá-los antes que a ameaça se tornasse realidade. Não que isso tenha sido determinante para a decisão de Graciano, mas o fato de Valente ter acudido o irmão, Valentiniano I, poucos anos antes (372) durante a rebelião do usurpador, Firmo trazia ainda um dever moral de retribuição. Graciano então despachou dois dos seus generais para o oriente. Frigérido, ex-duque da Panônia Valéria (*dux Valeriae*), agora conde para a Ilíria (*comes per Illyricum*)⁹⁴³, partiu com uma pequena força de auxiliares da Panônia e Gália Transalpina. O conde dos domésticos (*comes domesticorum*) Ricomero recebeu a tarefa de reunir um exército pouco maior com regimentos dos protetores e protetores domésticos⁹⁴⁴. Sem fornecer maiores detalhes, Marcelino diz que o mestre de infantaria Merobaldo realizou uma manobra para que Ricomero perdesse parte significativa dos regimentos que levaria à Trácia. Merobaldo temia que a mobilização dessas unidades deixasse a Gália exposta a invasores, sobretudo aos alamanos⁹⁴⁵. A interferência de Merobaldo, uma clara insubordinação à autoridade de Graciano, expõe as dificuldades do imperador em consolidar uma base política no ocidente enquanto dividia o trono com o irmão, Valentiniano II, e mostra que o envio de tropas para combater os godos na outra metade do império encontrava uma forte resistência interna.

Valente adiava sua partida para Constantinopla. A demora em deixar o Levante pode estar relacionada ao surgimento de uma segunda revolta no oriente. Sozomeno conta que após a morte de certo rei sarraceno⁹⁴⁶ — aparentemente o chefe dos tanúquidas (*tanuh*), primeira confederação de tribos árabes federada ao império, que controlava territórios situados ao leste da província da Síria, servindo como zona-tampão com os sassânidas —, sua viúva, a rainha Mavia, liderou um motim contra a autoridade romana⁹⁴⁷. Pouco sabemos sobre as origens e o desenvolvimento da revolta; em Sozomeno o conflito parece possuir uma motivação político-religiosa voltada para a indignação dos árabes diante de uma excessiva ingerência de Constantinopla na nomeação dos seus bispos⁹⁴⁸. No entanto, faltam evidências mais robustas de que à época o cristianismo tenha alcançado alguma difusão substancial

entre as tribos árabes; e mesmo sendo esse o caso, é difícil acreditar que as lideranças tanúquidas tenham conduzido uma guerra de larga escala contra os romanos apenas em defesa de uma minoria árabe cristã⁹⁴⁹. É mais factível que as causas estejam de alguma maneira ligadas às pesadas exigências feitas pelos romanos aos seus aliados quando se preparavam para a guerra contra os sassânidas, como a cobrança de tributos ou o fornecimento de soldados. Especulação de nossa parte, pois as fontes nada dizem sobre essas questões. O que sabemos é que a rainha e os tanuques atacaram as províncias da Fenícia e da Palestina, infligindo uma série de derrotas às guarnições romanas, e avançaram sobre o império até chegarem à fronteira com o Egito. A crise só teria sido contida depois que Valente enviou uma embaixada a Mavia aceitando os termos impostos pela rainha⁹⁵⁰.

Enquanto isso, Trajano e Profuturo cruzaram o Helesponto e saíram em perseguição aos godos. Nenhuma grande batalha de campo é registrada, mas depois de uma série de escaramuças os generais conseguiram forçar a retirada do bando de Fritigerno para o Haemus, as Cordilheiras Balcânicas, limitando a presença dos godos na Mésia e Cítia Menor⁹⁵¹. Havia conseguido afastá-los das ricas terras mais centrais da Trácia. Apenas o grupo de Fritigerno é mencionado para o período, nenhuma informação sobre os outros bandos. Entre as possíveis explicações, é possível que todos estivessem reunidos sob a bandeira de Fritigerno ou que os outros chefes não representassem tamanha ameaça e tenham sido, pelo menos por ora, ignorados. Os romanos lidariam primeiro com o bando maior, depois com os menores. A segunda hipótese até explica a situação dos vários grupos tervíngios, mas não a dos grutungos, Alateu e Safrax lideravam uma grande multidão e, conseqüentemente, uma força militar considerável. Assim, parece-nos mais provável que todos estivessem reunidos em um esforço comum para conter os reforços enviados pelo imperador. Trajano e Profuturo montaram sua base de operações na cidade de Nos Salgueiros⁹⁵². Não sabemos sua localização exata; segundo o *Itinerário Antonino*, estava situada em algum ponto próximo a Tômis, Cítia Menor (Constança, Romênia)⁹⁵³. A primeira etapa da operação romana seguia conforme planejado⁹⁵⁴.

Frigérito seguia para o oriente quando sofreu algum problema de saúde no caminho, o que obrigou o general a abandonar momentaneamente a campanha. Nos acampamentos dos soldados, boatos diziam que o conde teria

simulado um ataque de gota para fugir do campo de batalha. Com a saída de Frigério, Ricomero assumiu o controle integral das forças reunidas por Graciano. Quando finalmente conseguiu conectar suas unidades às de Trajano e Profuturo, foi colocado também no comando geral do teatro de operações⁹⁵⁵. O fato de um general do ocidente ser encarregado de coordenar a campanha na Trácia sugere que Ricomero fosse o mais experiente dos generais ou que o exército enviado por Graciano superasse em tamanho as forças de Trajano e Profuturo. Nesse caso, os regimentos vindos da Armênia podem ter sido temporariamente absorvidos pelo exército de Ricomero. Os romanos passaram a maior parte do verão de 377 dando continuidade à estratégia de manter o bando de Fritigerno isolado, evitando o confronto em batalhas de campo. Contavam com a fome e a miséria para quebrar o moral do inimigo e forçar deserções. Quem sabe a revolta perderia fôlego aos poucos. Monitoravam os movimentos godos a uma distância segura, mas suficiente para permitir ataques pela retaguarda caso Fritigerno decidisse mover seu acampamento de um lugar para outro. Compreendendo a estratégia romana, os godos evitaram deslocamentos, embora conseguir comida com forrageamento⁹⁵⁶ tenha se tornado cada vez mais difícil⁹⁵⁷.

O relógio corria agora contra os godos. Fritigerno sabia que era questão de tempo para que as forças sob o comando de Ricomero recebessem novos batalhões ou, pior, para que o imperador e seu exército de escolta chegassem. Decidiu então tomar a iniciativa antes que a situação se agravasse e emitiu uma ordem para que os grupos espalhados pela área retornassem ao *carrago*. Os romanos utilizavam a palavra *carrago* para designar o campo que os bárbaros montavam com seus vagões, dispostos como barricadas, geralmente como um grande círculo. Em seu interior, protegidas, ficavam as tendas. Comum entre povos germânicos, principalmente entre godos⁹⁵⁸. Os grupos retornaram “*como dardos flamejantes*” (*ut incensi malleoli*) e, uma vez reunidos, passaram o entardecer eufóricos. Em discursos e gritos atacavam as injustiças cometidas pelos romanos desde que cruzaram o Danúbio. Depois de muito discutirem, decidiram comer e dormir para estarem dispostos na manhã seguinte. Percebendo a agitação no campo inimigo, os romanos permaneceram alerta; temiam que os godos pudessem lançar um ataque furtivo pela madrugada “*como bestas furiosas*” (*ut rabidas feras*). Apesar de contarem com um exército profissional bem treinado e equipado, e também experiente, pelo menos no

que toca às unidades vindas da Armênia, estavam “*em número consideravelmente inferior*” (*ut numero satis inferiores*)⁹⁵⁹. Uma batalha era iminente.

Na manhã seguinte, os comandantes dos dois exércitos convocaram suas tropas ao som das trombetas. Fritigerno e seus homens fizeram um juramento conforme suas tradições e iniciaram uma marcha em direção ao inimigo. No caminho, tomaram uma colina que estava diante das fileiras romanas, o terreno elevado proporcionava uma posição defensiva mais sólida. As coortes de Ricomero, compostas por um misto de legiões, vexilações e auxiliares, formaram uma larga linha com uma reserva substancial posicionada logo atrás na retaguarda. Os dois exércitos avançaram, os romanos seguindo em marcha lenta para manter a coesão e entoando o *barritus*⁹⁶⁰, uma canção que fazia às vezes de grito de guerra. Os godos lançaram-se em carga enfurecida, aparentemente abandonando a posição defensiva proporcionada pela colina. Os dois lados pararam a distância de disparo e trocaram projéteis, os romanos provavelmente arremessaram suas *plumbatas*⁹⁶¹. Para se protegerem das flechas e dardos jogados pelos godos, os romanos retomaram a marcha em formação de *testudo*⁹⁶². Os bárbaros então se lançaram sobre os escudos inimigos com suas clavas (*clavae*) e a partir daí teve início o violento combate corpo a corpo. Em algum momento da refrega, os godos conseguiram quebrar o flanco esquerdo romano e Ricomero teve que comprometer grande parte das reservas para estabilizar novamente a linha. O combate prosseguiu pela tarde formando uma camada de corpos sob os pés dos que continuavam lutando sem que qualquer dos lados apresentasse sinais de que cederia. Os que tentavam fugir eram prontamente interceptados pela cavalaria mantida na retaguarda por cada exército. Depois de horas de combate, ao anoitecer godos e romanos se afastaram uns dos outros⁹⁶³. Era um impasse, os dois lados haviam sofrido pesadas baixas e nenhum se sentia seguro o bastante para se arriscar em uma nova investida contra o inimigo. No dia seguinte, Ricomero reuniu suas forças e partiu em retirada para Marcianópolis. Fritigerno voltou para o campo, onde permaneceu pelos próximos sete dias; decidira não se aventurar em ataques contra o exército romano em retirada⁹⁶⁴.

Marcelino reproduz a Batalha dos Salgueiros como se os romanos apenas se defendessem do ataque de Fritigerno. Afinal, a estratégia de isolamento surtia os efeitos esperados e a prudência parecia recomendar que continuassem com o plano até o completo esgotamento do inimigo. Porém é

possível que os romanos também tenham tido alguma iniciativa. A cada dia que se passava, a chegada do imperador e do exército imperial se tornava uma incerteza ainda maior. Seria muito mais difícil derrotar os bárbaros se eles conseguissem alcançar a fronteira do Danúbio, onde poderiam receber algum apoio das tribos que permaneciam na margem norte. Era uma ameaça real; veremos que não demorará para que isso aconteça. Além disso, a derrota militar sofrida em Marcianópolis, as riquezas perdidas com as pilhagens pelo interior do país e o completo desmantelamento da linha defensiva do Danúbio eram fortes atrativos para que outros povos bárbaros, quem sabe até os hunos, decidissem lançar suas próprias ofensivas contra o império. Dessa forma, era possível que Ricomero, Trajano e Profuturo também sentissem a necessidade de encerrar a revolta goda o mais rápido possível.

Considerada isoladamente, a Batalha dos Salgueiros terminava como um empate. Nenhum dos lados conseguia uma vitória decisiva sobre o outro. Contudo, embora Marcelino enfatize que os romanos causaram “*grande destruição sobre a horda bárbara*”⁹⁶⁵ mesmo contando com grande desvantagem numérica, o conflito agora se arrastaria indefinidamente. As forças do império presentes na Trácia haviam perdido mais uma vez a capacidade operacional para sair dos seus quartéis e enfrentar os godos em campo; voltavam à segurança fornecida pelas muralhas das cidades. Ricomero desdobrou-se para tentar manter o bloqueio ao Haemus, posicionando guarnições nas vias de acesso à cordilheira, mas registros de ordens para que toda reserva de suprimento fosse imediatamente transferida para os depósitos das cidades mais próximas mostram que os romanos compreendiam o rompimento da área de contenção como uma questão de tempo⁹⁶⁶. Além do mais, do mesmo modo que o desaparecimento de Alavivo após o banquete de Lupicino em Marcianópolis tem sido interpretado como um sinal de que o juiz tervíngio tenha morrido no episódio, a súbita interrupção das referências a Profuturo é um indício de que ele tenha sido uma das vítimas da nova batalha. A situação era tão delicada que Trajano viajou para contar pessoalmente a Valente o que havia ocorrido. Teodoreto assim descreve o encontro dos dois:

Ele (Valente) havia enviado Trajano no comando das tropas contra os bárbaros. Quando o general retornou derrotado, o imperador, entristecido, insultou-o e o acusou de fraqueza e covardice. Ousado, como se tornam os homens de coragem, Trajano respondeu: ‘*Eu não fui derrotado, o que ocorreu se deu porque o senhor abandonou a vitória por lutar contra Deus, que transferiu o Seu suporte aos bárbaros. Atacado pelo*

senhor, Ele tomou o partido dos bárbaros. A vitória está do lado de Deus e pertence aos que Ele lidera. Não sabe [...]’, prosseguiu, ‘quem o senhor expulsou de Suas igrejas e para quem essas igrejas foram entregues pelo senhor?’. Arinteu e Victor, generais como Trajano, confirmaram a verdade do que ele disse, e imploraram ao imperador para que não permanecesse enfurecido.⁹⁶⁷

Niceno convicto, Teodoreto não guardava muita simpatia pelo imperador ariano. O trecho que transcrevemos demonstra como sua narrativa é contaminada pelo embate religioso da época. A conversa entre Valente e Trajano provavelmente se desenvolveu em um tom mais racional e pragmático, focando temas como o atual estado das forças da Trácia e possíveis mudanças na estratégia até então adotada. Difícil acreditar que o general tenha imputado diretamente ao imperador a responsabilidade pela derrota, sobretudo com o argumento de ter se afastado da “verdadeira fé”. Mas o fragmento contém uma informação interessante: diferentemente de Marcelino, Teodoreto afirma claramente que o resultado da Batalha dos Salgueiros foi uma vitória dos godos, não um empate. E não sem razão, os romanos retornavam ao mesmo cenário de incertezas instaurado depois da Batalha de Marcianópolis.

6.5 A revolta se arrasta

No início do outono, Ricomero retornou à Gália com o objetivo de solicitar novos reforços a Graciano⁹⁶⁸. Ainda preso em Antioquia, Valente designou Saturnino para o posto de mestre de cavalaria em caráter temporário (*equestris exercitus ad tempus cura commissa*) e despachou o general para a Trácia com outros regimentos para socorrer Trajano, que havia ficado no comando do teatro de operações⁹⁶⁹. Saturnino e Trajano continuaram empreendendo esforços para restringir a presença goda na Mésia, região nordeste, e na Cítia Menor. Depois de extraírem o máximo de recursos possíveis nessas áreas, os godos foram finalmente atingidos pela fome. Fritigerno conduziu vários ataques contra os bloqueios, mas os romanos conseguiram repelir as sucessivas investidas. Não sem dificuldade, a linha de contenção resistia. O inverno aproximava-se, poderia funcionar como um derradeiro golpe contra os bárbaros. Encurralado, Fritigerno precisava ser criativo. O juiz tervíngio então enviou emissários à margem norte e, com promessas de riquezas, conseguiu convencer alguns grupos hunos e alanos a cruzarem o rio para se unirem em uma ofensiva contra o cerco⁹⁷⁰. Esses grupos são apontados como mercenários, mas as fontes não informam se com o passar do tempo retomaram um

caminho independente ou se na prática foram incorporados ao bando de Fritigerno, tornando-o ainda mais heterogêneo. Saturnino supervisionava a construção de uma nova linha defensiva quando foi informado de que outras tribos haviam se juntado a Fritigerno. O general conhecia a capacidade das suas unidades, pois haviam conseguido manter os godos na área de contenção até o momento, mas com muita dificuldade. A chegada de hunos e alanos alterava a balança de forças na região. Vendo-se sem alternativa, Saturnino ordenou uma retirada para evitar que o pior ocorresse, e os romanos voltavam para a segurança das grandes cidades⁹⁷¹. O recuo liberou o acesso para a Trácia e os godos se espalharam mais uma vez pelo interior dos Bálcãs “*como bestas selvagens soltas das gaiolas*” (*barbari velut diffractis caveis bestiae*). Percorreram livremente territórios situados na larga área entre as Montanhas Ródope e o Helesponto trazendo novamente caos e pânico⁹⁷². A situação era grave. Os godos haviam cruzado os limites da diocese da Trácia e entrado na Macedônia. Não bastasse isso, como o exército imperial de escolta não havia sequer partido para Constantinopla, possuíam o caminho aberto para a capital.

Uma batalha menor é registrada por Marcelino nesse contexto. Enquanto avançava pela Trácia, Fritigerno deparou-se com uma pequena força expedicionária romana nos arredores da cidade de Dibalto (Develtos, Bulgária)⁹⁷³, costa do Mar Negro. Sob o comando do tribuno dos escudeiros (*tribunum scutariorum*)⁹⁷⁴ Barzimeres, a força era composta pelos cornudos (*cornuti*)⁹⁷⁵, um regimento auxiliar palatino, e por outras unidades de infantaria (*et aliis peditum numeris*). Os romanos montavam o campo onde provavelmente passariam o inverno de 377 quando foram surpreendidos pela chegada dos bárbaros. O elemento surpresa era dos godos, mas o tribuno fez o que estava ao seu alcance para reverter a vantagem do inimigo. Colocou seus homens em prontidão o mais rápido possível e ordenou que soassem as trombetas como sinal de que atacariam, tomariam a iniciativa. Barzimeres pôs-se à frente dos soldados e liderou pessoalmente o assalto, conseguindo por algum tempo manter o combate corpo a corpo em paridade de forças. Porém Fritigerno enviou sua cavalaria para o campo, constituída principalmente por elementos grutungos. Os cavaleiros contornaram a multidão de homens que combatiam e arremeteram contra os flancos dos adversários. A linha romana não resistiu, Barzimeres e a maioria dos seus soldados morreram, outros tantos foram capturados. O episódio ficou conhecido como a Batalha de Dibalto⁹⁷⁶.

Do ocidente, Graciano enviou Frigérido com novos reforços. Aparentemente com a saúde restabelecida, o general montou campo em Beroea. Beroea era o nome de duas cidades romanas situadas nos Bálcãs — a primeira não muito distante de Adrianópolis, Trácia, a segunda próxima a Tessalônica e ao Egeu, Macedônia. Como a presença goda se espalhou tanto pela Trácia como pela Macedônia, não podemos afirmar categoricamente a qual das duas Marcelino se referia. No entanto, se consideramos que os combates estavam concentrados nas regiões centro e nordeste da Trácia, parece-nos mais provável que estejamos falando da primeira delas. Qualquer que seja o caso, Fritigerno foi informado sobre a aproximação de Frigérido e reuniu seus homens para confrontá-lo; era preciso destruí-lo antes que se unisse a outras forças do oriente. Além disso, para a estratégia goda, uma vitória sobre Frigérido poderia liberar o caminho para o oeste, aumentando a margem de barganha de Fritigerno em possíveis negociações com Valente e Graciano⁹⁷⁷.

Marcelino retrata Frigérido de maneira contraditória. Se inicialmente aparece como o general que teria inventado um ataque de gota para fugir do campo de batalha, agora é descrito como um “*duque cauteloso*” (*dux cautissimus*), um respeitado comandante que dominava as artes da guerra e se preocupava genuinamente com a vida dos seus homens. Em clara oposição a Barzimeres, pego de surpresa com a chegada dos godos, o experiente Frigérido monitorava os movimentos do inimigo por uma rede de batedores, os *exploratores*⁹⁷⁸, e foi informado a tempo de que se aproximavam. Diante de uma força muito maior que a sua, Frigérido interrompeu a construção do campo em Beroea e conduziu uma retirada para a Ilíria evitando as estradas do país. Em determinado ponto do caminho, os romanos depararam-se com o grupo de Farnóbio. Em território romano, o chefe grutungo e seus aliados taifalos haviam se desligado do bando maior de Alateu e Safrax e seguiam rotas independentes. Frigérido organizou seus soldados em formação de cunha (*flying wedge; in cuneos sensim progrediens*), e os romanos avançaram sobre eles. Dessa vez os godos foram pegos de surpresa, e o que sucedeu foi uma carnificina. Segundo Marcelino, os romanos teriam matado a todos não fosse o fato de suplicarem por suas vidas assim que Farnóbio foi morto em combate. Os que sobreviveram foram feitos prisioneiros e enviados a Graciano, que

decidiu assentá-los como colonos em Mutina (Módena), Régio (norte de Roma) e Parma (Parma)⁹⁷⁹.

A chegada do inverno trouxe uma pausa momentânea nos combates. Depois de escapar de Fritigerno e derrotar Farnóbio, Frigérido seguiu para uma região montanhosa — hoje, a cordilheira búlgara Sredna Gora — na divisa das províncias da Trácia e Macedônia, onde séculos antes o imperador Trajano havia construído a fortaleza *Stipon* e sua famosa porta, o Portão de Trajano. O local, também chamado *Succi* pelos antigos⁹⁸⁰, era a principal rota de acesso do oriente para o ocidente, uma passagem cercada por grandes desfiladeiros que proporcionava aos defensores uma firme posição. Incapazes de lançar sozinhos uma nova contraofensiva, Frigérido e Saturnino aguardavam a chegada de Ricomero e Valente. As economias das dioceses da Trácia, Dácia e Macedônia⁹⁸¹ haviam sido severamente atingidas pela guerra. Leis reunidas pelo Código de Teodósio mostram que o imperador reduziu os tributos para essas regiões, em especial para as províncias da Mésia II e Cítia Menor, aparentemente as mais afetadas⁹⁸². Obrigado a lidar simultaneamente com uma guerra contra os godos, uma nova ameaça de revolta dos isaurianos no centro da Anatólia e um frágil acordo de paz com os sassânidas, Valente não poderia se dar ao luxo de incentivar outros fatores de instabilidade para o império. Assim, na virada de 377 para 378, o imperador finalmente abandonou seu projeto político pessoal de fortalecer o partido ariano dentro da Igreja e encerrou a campanha de perseguição que conduzia nos bastidores contra clérigos nicenos. A relação entre esses eventos é colocada por Jerônimo em suas *Crônicas* ao registrar: “Valente, forçado a deixar Antioquia, convocou nosso povo do exílio, um gesto de penitência tardia”⁹⁸³. Sacerdotes como Pedro I de Alexandria, Eulógio de Edessa e Eusébio de Samosata, até então exilados, foram autorizados a voltar. O clima era de reconciliação e unidade nacional⁹⁸⁴.

Quando Ricomero chegou à corte de Graciano, o general expôs o cenário que havia testemunhado e recomendou o envio urgente de mais reforços. Talvez com alguma resistência dos seus conselheiros, o jovem imperador, à época com apenas 18 anos de idade, concluiu que a situação dos godos era grave a ponto de exigir sua intervenção direta. Por ora, Frigérido protegia o acesso ao ocidente, mas o conflito se arrastava sem definição muito além do esperado, e a cada dia que se passava aumentava o risco de um ataque godo sobre a Panônia. Apesar das vitórias e pilhagens, Fritigerno sabia que seu povo

não possuía condições de conquistar o império. Os romanos sofriam uma série de revezes, mas estavam aquartelados em suas cidades e possuíam uma ampla capacidade para mobilização de novos contingentes. Dificilmente conseguiriam atravessar Constantinopla e o Helesponto. Embora a economia dos Bálcãs estivesse em frangalhos, a região continuava recebendo recursos vindos das demais dioceses do oriente. Ainda que demorasse, seriam acossados pelo exército imperial de escolta. A estratégia goda era provocar instabilidades e forçar os romanos à mesa de negociação. Quanto mais o conflito drenasse os recursos do império, maior seu poder de barganha. E um ataque às províncias do ocidente poderia trazer Graciano para a mesa, quem sabe o próprio Graciano não passasse a pressionar Valente por uma solução negociada.

Graciano então iniciou preparativos para uma campanha; partiria ele mesmo com uma força expedicionária para socorrer o tio. Pouco depois que o exército reunido pelo imperador começou sua marcha para o oriente, um grupo de lentienses (*lentienses*)⁹⁸⁵ federados que serviam na diocese da Gália retornou à sua terra natal na outra margem do Reno. Levavam aos seus parentes a informação de que o imperador deixava o ocidente com uma parte significativa do exército imperial. Não conhecemos exatamente o grau de relacionamento das tribos, mas a literatura descreve os lentienses como um povo associado de alguma maneira aos alamanos. Ao saberem da partida de Graciano, os alamanos decidiram explorar a oportunidade⁹⁸⁶. Era fevereiro de 378, “*bandos predatórios*” (*praedatorii globi*) atravessaram o Reno, possivelmente aproveitando que o rio seguia congelado. Esse primeiro ataque dirigido à província da Germânia Superior ou Récia foi repellido pelos romanos, e o sucesso é atribuído a duas unidades do exército imperial — os petulantes (*petulantes*) e os celtas (*celtae*)⁹⁸⁷. No entanto, a derrota não esmoreceu a determinação dos bárbaros; Priário, seu rei, reuniu um novo exército, ainda maior, estimado por Marcelino entre 40.000 e 70.000 homens, e lançou uma segunda ofensiva. Como sempre, o cálculo deve ser visto com reservas. Porém, qualquer que seja seu real número, o exército de Priário era grande, tanto que ao receber informes do ataque alamano, Graciano decidiu interromper momentaneamente a viagem para o oriente. Ordenou um retorno à Panônia e a mobilização, sob o comando dos generais Nanieno e Malobaldo⁹⁸⁸, de alguns regimentos de comitatenses estacionados no interior da Gália.

O retorno de Graciano foi um golpe para o espírito dos soldados que combatiam os godos na linha de frente. Quanto tempo levaria para que o imperador conseguisse derrotar os alamanos e retomar a marcha para os Bálcãs? Crises dessa natureza poderiam levar meses ou anos para serem contornadas, a revolta dos godos era o melhor exemplo disso. Contudo, para surpresa de todos, Graciano obteve uma vitória militar decisiva sobre os alamanos em maio, na Batalha de Argentovária⁹⁸⁹. Mas o imperador não estava satisfeito, a traição exigia uma resposta ainda mais firme. Precisava resolver seus próprios problemas antes de socorrer o tio. Assim, atravessou o Reno e conduziu uma campanha punitiva pelos territórios alamanos. Segundo Marcelino, os lentienses até tentaram oferecer alguma resistência, mas ao se darem conta de que o objetivo dos romanos era não apenas derrotá-los, mas aniquilá-los em genocídio, renderam-se, sujeitaram-se a um novo *foedus*⁹⁹⁰. Depois de realizar alguns arranjos políticos na Gália, o imperador enfim retomou sua viagem para os Bálcãs. Passou pela Récia e Nórlica. No caminho, estranhamente substituiu Frigérido, general que aparentemente apresentava bons resultados, por um certo Mauro⁹⁹¹, que foi encarregado de manter a vigilância sobre a passagem *Succi*. Marcelino faz duras críticas à troca, descrevendo Mauro como “*venal sob a pretensão de ousado, e de conduta duvidosa e não confiável*” (*venalis ferociae specie et ad cuncta mobilis et incertus*)⁹⁹².

Depois de muita demora, Valente finalmente se sentiu seguro para deixar Antioquia, e chegou em Constantinopla com o exército de escolta no dia 30 de maio. O nada popular imperador não recebeu a calorosa acolhida que seria de esperar dos moradores da capital. A guerra com os godos se arrastava há mais de um ano trazendo caos e destruição não só para o interior dos Bálcãs, mas também para os subúrbios de Constantinopla, e depois de tanto tempo essa era a primeira vez que Valente punha os pés na cidade. O clima era de ressentimento e hostilidade. A capital nunca havia sido um reduto dos apoiadores do imperador e o suporte prestado ao usurpador Procópio foi um importante termômetro. Além disso, a notícia do sucesso de Graciano sobre os alamanos trouxe uma inevitável comparação entre os dois imperadores. Para agravar a situação, Sócrates conta que quando Valente chegou em Constantinopla os godos se tornaram ainda mais ousados, a ponto de realizarem investidas em locais não muito distantes das muralhas da cidade⁹⁹³. Para os constantinopolitanos, o imperador não só fracassava em conter os

bárbaros como sua estadia na capital os atraía para ainda mais perto. A informação de Sócrates é intrigante, sobretudo porque Constantinopla agora contava com a proteção do exército de escolta. Os godos seriam tão audazes? Se o autor estiver correto, isso revela como Fritigerno compreendia os bastidores da cena política do império e explorava a baixa popularidade do imperador. Durante uma apresentação no hipódromo, a plateia vociferou abertamente contra a incompetência da corte. Foi o estopim. Percebendo que sua presença poderia provocar uma nova revolta, deixou a capital depois de apenas 12 dias e montou campo em Melantiana, cerca de 20 quilômetros ao noroeste pela Via Egnácia⁹⁹⁴.

Descontente com a maneira como Trajano conduzia a guerra, Valente substituiu-o por Sebastiano como mestre de infantaria. Era o mesmo general que em 363 havia recebido de Juliano a tarefa de abrir um novo front pela Armênia durante a fatídica campanha persa. Quando o império foi dividido entre os irmãos valentinianos, Sebastiano acompanhou Valentiniano I no ocidente e participou de guerras contra alamanos e quados. Gozava de grande reputação entre as baixas patentes, tanto que Merobaldo, temendo que ele pudesse ser proclamado imperador pelas tropas por ocasião da morte de Valentiniano I, articulou para que fosse designado para um novo posto distante dos grandes centros do poder⁹⁹⁵. Por alguma razão que não nos é conhecida, em 378 se dispôs com eunucos que serviam como conselheiros dos jovens imperadores Graciano e Valentiniano II no oeste; por isso, receoso de que pudesse se tornar vítima de conspirações e expurgos, conseguiu autorização para se mudar para o oriente, onde passou a trabalhar para Valente⁹⁹⁶. Logo que foi promovido a mestre de infantaria, seguiu para Nike⁹⁹⁷, 20 quilômetros ao sudoeste de Adrianópolis⁹⁹⁸.

Para Zósimo, Valente concedeu o comando da campanha contra os godos a Sebastiano em razão da versatilidade do general. Era um líder nato, alguém capaz de enfrentar todo tipo de dificuldade, das questões militares propriamente ditas aos assuntos de governo. Assim que se inteirou da nova função, Sebastiano observou que a maioria dos soldados presentes na Trácia era *“indolente e afeminado”*, que o moral e a disciplina estavam seriamente comprometidos. Por conta disso, decidiu criar alguns destacamentos especiais com os melhores homens disponíveis para conduzir operações menores ao invés de se arriscar em aventuras maiores com um exército despreparado.

Recebeu o aval do imperador para selecionar um grupo de 2.000 soldados escolhidos dos diversos regimentos para compor a força. A ideia era utilizá-la para atacar os godos espalhados pelo país enquanto estivessem afastados dos grandes bandos. Desgastaria o inimigo em escaramuças enquanto preservava a maior parte do exército em treinamento nas cidades. A expectativa era que uma sequência de vitórias pontuais, embora menores, pudesse aumentar a confiança do exército imperial e comprometer a dos adversários. Enquanto isso ganhava tempo para que as tropas fossem treinadas⁹⁹⁹. Dando às coisas seus devidos nomes, os romanos deixavam seu estilo convencional de combate e aderiam a táticas de guerrilha. Se conciliarmos a versão de Zósimo — de que Sebastiano escolheu um total de 2.000 soldados — com a de Marcelino, para quem o general tomou 300 de cada legião, concluimos que essa nova força somava cerca de sete legiões, algo como 7.000 homens¹⁰⁰⁰.

Depois de escolher seus soldados a dedo e submetê-los a um treinamento de poucas semanas, Sebastiano assumiu o controle de algumas cidades e delas passou a lançar os novos destacamentos em missões pelo interior. Conta-se que com essas ações os romanos conseguiram retomar uma pequena parte dos espólios do inimigo e eliminar uma quantidade expressiva de godos “*enquanto se embriagavam ou banhavam nos rios*”¹⁰⁰¹. O general prosseguiu com a estratégia pelo menos até a primavera de 378 enquanto aguardava os exércitos de Graciano e Valente estarem prontos para o combate. Marcelino registra uma dessas missões. Segundo o autor, certa feita batedores do império reportaram que um grupo de godos se deslocava em direção a Adrianópolis, estavam entre Beroea (Stara Zagora, Bulgária) e Nicópolis (Nikopol, Bulgária). Sebastiano reuniu seus homens e partiu para Adrianópolis, mas ao chegar na cidade teve sua entrada negada pela guarnição, o portão havia sido fechado. Por algum motivo a guarnição temia que o general tivesse desertado e que planejasse entrar em Adrianópolis para tomá-la em nome de Fritigerno. Depois de muita negociação, conseguiram convencer os compatriotas de que permaneciam leais e tiveram a entrada liberada¹⁰⁰². Sebastiano saiu à procura dos godos na manhã seguinte. Após uma longa jornada conseguiu localizá-los próximo ao rio Hebrus¹⁰⁰³. O pequeno grupo de romanos, provavelmente composto apenas por cavaleiros, aguardou a madrugada para atacar. Surpreendidos, muitos godos foram mortos. Marcelino diz que quando Fritigerno soube do ocorrido ordenou que todos os grupos que continuavam distantes do bando à procura

de butins fossem convocados; agora permaneceriam unidos. Não era a primeira vez que isso ocorria; havia percebido a mudança da estratégia do império e precisava adaptar a sua. Sem mais baixas desnecessárias por falta de cuidado. Os vários grupos godos se reagruparam em Cábila (Tundja, Bulgária)¹⁰⁰⁴. O plano de Sebastiano surtia resultados, mas seu sucesso despertou a inveja de alguns conselheiros de Valente, entre eles o próprio Trajano, ainda ressentido pela substituição, e os ouvidos do imperador se tornaram um receptáculo de acusações contra o general¹⁰⁰⁵.

6.6 Batalha de Adrianópolis

Segundo as lendas que surgiram após a derrota em Adrianópolis, Valente teria sido surpreendido com um mau presságio no caminho de Antioquia para Constantinopla, ou talvez quando já avançava sobre a Trácia. O evento é assim descrito por Zósimo:

Tendo organizado os assuntos da Pérsia da melhor maneira possível, o imperador partiu de Antioquia para Constantinopla; e de lá marchou para a Trácia em busca dos citas fugitivos. Neste percurso um notável espetáculo se apresentou. O corpo de um homem foi avistado deitado sobre a estrada, perfeitamente imóvel, e parecia ter sido chicoteado da cabeça aos pés. Seus olhos estavam abertos e contemplavam todos que se aproximavam. Inquiriram-no sobre quem ele era, de onde vinha e quem o havia ferido tão severamente, mas não tendo recebido nenhuma resposta tomaram o episódio como um mau presságio e o mostraram ao imperador quando ele passou pelo lugar. Embora ele (o imperador) tenha realizado as mesmas perguntas, o homem permanecia em silêncio e sem movimento, mas apesar de aparentar morto seus olhos pareciam vivos. Em um átimo ele desapareceu. Os espectadores não souberam explicar o prodígio; mas pessoas habilidosas na matéria disseram que isso pressagiava o futuro do império: o Estado pareceria espancado e açoitado até que, pela má conduta dos seus magistrados e ministros, ele expiraria. Se levarmos em consideração todas essas circunstâncias, a interpretação soará como justa¹⁰⁰⁶.

O incidente é claramente uma obra de ficção, mas, para os supersticiosos romanos, a vexatória saída do imperador da capital, praticamente expulso por seus moradores, pode ter sido um presságio do que viria a partir daí. É no mínimo intrigante pensarmos como um império que chegou a contar com um exército regular de 500.000 homens seria derrotado por um povo bárbaro consideravelmente menor. Fossem os godos a única adversidade, talvez o resultado de Adrianópolis teria sido outro. Um primeiro ponto a ser considerado é que Valente não podia confiar cegamente na trégua que havia alcançado com os persas. Sem sombra de dúvidas, a paz era circunstancial, dependente da manutenção da balança de poder entre Constantinopla e

Ctesifonte. Caso conseguissem se reorganizar a tempo de explorar a revolta goda, não seria a palavra de Sapor II que impediria os sassânidas de avançar sobre o *limes arabicus*. O *shahanshah* já havia aproveitado a retirada das unidades destacadas para a Armênia para despachar Surena com uma força de 10.000 cavaleiros em apoio a Manuel Mamikonean, opositor do rei armênio Varazdat, tido como pró-romano, forçando o monarca a fugir para o império¹⁰⁰⁷. O efetivo do exército imperial presente no extremo oriente ou mesmo em outras regiões de conflito, como a Isáuria, não poderia ser inteiramente comprometido nos Bálcãs. Era preciso manter uma reserva substancial nesses territórios.

Uma segunda questão diz respeito ao número de unidades realmente aptas para o combate. A quantidade de soldados bem treinados e equipados era substancialmente inferior ao efetivo total do exército imperial. MacDowall ilustra o problema citando a dificuldade enfrentada pelos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), com milhões de soldados, se tomarmos a somatória de todos os seus exércitos, em reunir uma força de 50.000 homens para missões na Guerra da Bósnia durante a década de 1990. Falamos sobre estimativas de historiadores modernos na casa das dezenas de milhares para os exércitos do oriente na segunda metade do século IV, mas também sobre a avaliação feita por Sebastiano quanto ao estado de disciplina das tropas e sua estratégia de empregar apenas um seleto grupo dos melhores soldados. Não menos importante é o tema das deserções. Quando uma unidade era despachada para certa campanha, era comum que muitos soldados fugissem para evitar o combate. Deserções eram castigadas com severidade pelos oficiais, e aqui vale a menção ao *fustuarium*, pena de espancamento até a morte, mas as punições não eram suficientes para encerrar as fugas em massa. Afinal, não raro os soldados sabiam que deixariam suas casas por longos períodos, meses ou até anos, como foram os três anos das expedições de Valente pela *Gothia*. Uma drástica mudança de vida para qualquer um¹⁰⁰⁸.

Por pior que fosse o cenário, encontramos na literatura um inusitado clima de otimismo pelo menos entre os militares que compunham o grande exército de escolta comandado pelo imperador. Eunápio observa que “*por todo lugar os exércitos estavam ansiosos em realizar algo grande e extraordinário*”¹⁰⁰⁹. E não era para menos; cálculos menos conservadores sugerem que só os *praesentales* levados à Trácia somavam algo entre 30.000 e 40.000 homens. Não era o maior

dos exércitos já reunido pelos romanos — e aqui lembremos a Batalha de Canas, onde Roma empregou quase 90.000 legionários contra Aníbal —, mas era certamente um grande exército mesmo para os padrões da Antiguidade¹⁰¹⁰. Contava com muitos novatos recrutados durante os preparativos para a guerra contra os sassânidas, mas também com uma porção de veteranos da campanha gótica de 367-369, além de muitos veteranos reformados convocados, incluindo oficiais do alto escalão¹⁰¹¹. A tropa recebeu do imperador um bônus graúdo em dinheiro e provisões antes de partir, uma medida que contribuiu para a melhora do moral¹⁰¹². Apesar de ter sido substituído por Sebastiano, Trajano acompanhava Valente, agora como substituto do mestre de infantaria Arinteu, morto em 378, ao que tudo indica de causas naturais¹⁰¹³. Trajano havia combatido os godos e sua experiência não era descartável. Nesse meio-tempo, o imperador recebeu uma carta do sobrinho informando que estava novamente a caminho. Havia passado por Sirmio, na Panônia, onde permaneceu por quatro dias, e seguiu para Campo de Marte (Kula, Bulgária), uma pequena cidade da Dácia Ripense. Lá foi recebido com um ataque dos alanos, mas sofreu poucas baixas. Marcelino enfatiza como era surpreendente o esforço do jovem imperador para socorrer o tio enquanto sofria com febres intermitentes e comprometia a defesa das próprias fronteiras no ocidente¹⁰¹⁴.

Em Zósimo, lê-se que os subúrbios de Constantinopla foram atacados por um bando godo menor. Valente mobilizou sua “*cavalaria sarracena*”, presumivelmente auxiliares tanúquidas enviados por Mavia, e essas unidades mataram muitos desses bárbaros. Segundo o autor, os godos tentavam atrair os cavaleiros tanúquidas para emboscadas “*nas quais lutariam na proporção de três (godos) para cada (sarraceno)*”, mas os velozes sarracenos conseguiam escapar sempre que se deparavam com números maiores de inimigos se aproximando. Zósimo chega a dizer que essas missões de contra-ataque foram tão exitosas que muitos godos decidiram fugir para o norte, onde poderiam se render aos hunos ao invés de continuarem lutando contra os sarracenos¹⁰¹⁵. Um exagero, claro, mas que reforça o importante papel dos tanúquidas no controle dos arredores da capital. É difícil situar essa série de confrontos menores no tempo; talvez tenha ocorrido em algum momento entre a chegada de Valente e a determinação de Fritigerno para que os vários grupos espalhados pelo país se juntassem novamente à horda principal.

A humilhante maneira como teve que deixar Constantinopla foi um gatilho para que Valente se tornasse cada vez mais desconfiado, começava a se preocupar sobretudo com Sebastiano. Mesmo que não desse ouvidos às intrigas de Trajano e de outras figuras proeminentes da corte, era incontestável que o general pouco a pouco construía uma grande reputação no oriente. Seu sucesso no campo de batalha era um enorme contraste à imagem de fraqueza e incompetência do imperador. Pior, Graciano, já popular no leste pela vitória sobre os alamanos, havia chegado e poderia colher todos os louros de uma vitória sobre os godos. Mesmo que o exército de escolta do oriente fosse muito maior que os reforços vindos do ocidente, conseqüentemente com maior peso em qualquer batalha, o imperador previa que a língua afiada do povo colocaria o jovem Graciano como salvador do tio independentemente do que ocorresse em campo. Pressionado, sentindo a necessidade de melhorar urgentemente sua popularidade, Valente guiará seus próximos movimentos mais pela vontade de assumir sozinho os méritos de uma esperada vitória sobre os godos que pela boa estratégia militar¹⁰¹⁶.

Com os godos concentrados nos vales ao sul da Cordilheira Balcânica, entre Cábila, Beroea e Dibalto, Valente finalmente ordenou a mobilização do exército imperial. Partiriam em direção ao inimigo. A grande força seguiu para Adrianópolis, a cerca de 100 quilômetros das posições de Fritigerno. Chegando na cidade, o imperador precisaria tomar uma decisão: ou seguia em sentido noroeste acompanhando o rio Maritsa para unir suas tropas às de Graciano, ou tomava a direção nordeste para atacá-los sozinho. Enquanto isso, Fritigerno acompanhava o avanço de Valente e Graciano; sabia que suas chances de vitória seriam muito menores se os dois exércitos romanos se unissem e decidiu agir enquanto era tempo. Reuniu seu bando e partiu para Adrianópolis seguindo a margem do rio Tundzha. Dificilmente os godos tentariam sitiar novamente a cidade, sobretudo agora que os romanos contavam com um gigantesco exército pronto para defendê-la. Especula-se que a ideia de Fritigerno fosse atravessar seus subúrbios evitando o confronto direto para, depois, reorientar sua rota em sentido sudeste. Fazendo uma espécie de meia-lua e atacando ao final o posto de Nike, tentaria cortar a cadeia de suprimentos utilizada pelo império, barrando as provisões vindas da capital¹⁰¹⁷.

Não sabemos qual exatamente foi a decisão de Valente. O exército imperial saiu de Adrianópolis, aparentemente seguindo a rota do rio Maritsa; estava ainda nas imediações da cidade quando os *exploratores* chegaram trazendo a notícia de que uma “*poderosa força*” (*praesidia fortia*) goda se aproximava. Marcelino conta que o imperador destacou um regimento de arqueiros (*pedites sagittarii*) e um esquadrão de cavalaria (*equitum turma*) para interceptá-los no rio Tundzha¹⁰¹⁸. A informação é estranha. Primeiro, *turma* era a unidade básica de cavalaria, composta por 30 a 32 homens¹⁰¹⁹, número extremamente pequeno para enfrentar o grande exército de Fritigerno. Segundo, uma formação mista de arqueiros e cavaleiros é no mínimo inusitada para o estilo de combate romano. O emprego de arqueiros em campo sem unidades de infantaria leves ou pesadas dispostas à frente como linha defensiva os tornaria extremamente vulneráveis ao combate corpo a corpo com o inimigo. Mas, se o relato de Marcelino estiver correto, a única hipótese plausível é que a curiosa força de cavaleiros e arqueiros tenha sido enviada para retardar o ritmo do avanço dos godos com táticas de guerrilha.

Enquanto o agrupamento destacado seguia em direção ao inimigo, o restante do exército imperial interrompeu a marcha e retornou para Adrianópolis, montando campo do lado de fora da cidade. Não sabemos se a força mista de arqueiros e cavaleiros efetivamente se engajou em algum combate. Nos três dias seguintes, os godos avançaram devagar, tomando rotas menos frequentadas da Trácia para evitar ataques surpresas. Lembremos que não eram apenas guerreiros, mas uma multidão de famílias e vagões, e carregavam uma grande quantidade de espólios e suprimentos. Seguiam como uma vasta coluna. Ao tomar o caminho pelo rio Maritsa, Valente parece ter decidido conectar suas forças às de Graciano, mas a inesperada aproximação dos bárbaros mudava novamente o cenário e o imperador reuniu seus conselheiros para debater o próximo passo. Zósimo e Marcelino apresentam versões contraditórias sobre as recomendações dadas por cada membro do conselho. Zósimo diz que Sebastiano aconselhou o imperador a evitar uma batalha de campo e continuar com a tática de ataques furtivos menores e pontuais, como faziam há meses. Afinal, os *praesentales* representavam a última grande força do oriente; se derrotados inexistiria outro exército para fazer frente ao inimigo. Em outras palavras, tudo estaria acabado¹⁰²⁰. Em sentido contrário, Marcelino conta que foi Sebastiano quem defendeu que o exército

de escolta fosse colocado em campo o mais rápido possível para enfrentar os godos. Por outro lado, Victor, aqui descrito como “*um homem precavido, embora sármata*”, teria sido mais cauteloso e recomendado ao imperador que aguardasse a chegada de Graciano. Enviado ao encontro de Valente por Graciano, Ricomero reiteraria o pedido para que o imperador fosse paciente e esperasse os reforços do ocidente, entregando uma carta escrita de próprio punho por Graciano por meio da qual suplicava ao tio que não se expusesse sozinho ao perigo¹⁰²¹.

Valente decidiu não esperar, atacaria Fritigerno com o que possuía em Adrianópolis. Na historiografia, restou consolidada a versão de que o imprudente imperador partiu para o ataque para salvar a própria imagem, e o próprio Marcelino ratifica essa motivação ao concluir: “*prevaleceu a fatal insistência do imperador, apoiada pela opinião lisonjeira de alguns de seus cortesãos, que o exortaram a se apressar para que Graciano não participasse da vitória*”. E arremata: “*que, como diziam (seus cortesãos), era quase certa (a vitória)*”¹⁰²². Não há dúvidas de que Valente pretendia utilizar a vitória para fortalecer sua imagem perante o público, porém, para além disso, a decisão de atacar sozinho foi tomada também com base em argumentos mais racionais. A vitória era quase certa, diziam, mas por quê? Em outro comentário, Marcelino fornece-nos a resposta ao dizer que os *exploratores* calcularam o exército godo em 10.000 homens¹⁰²³. Ora, se partirmos da premissa de que o exército imperial de escolta possuía entre 30.000 a 40.000 soldados, isso dava aos romanos uma vantagem na proporção de três ou quatro para um¹⁰²⁴. O problema é que o cálculo dos batedores ignorava a existência de uma segunda coluna que chegava pela retaguarda, possivelmente composta pelos grutungos e alanos que apareceram no campo de batalha depois de iniciados os combates. Em outras palavras, quando Valente e seus conselheiros debateram o próximo curso de ação, pensaram que o exército inimigo fosse menor do que realmente era.

Enquanto os dois lados realizavam os últimos preparativos para a batalha, Fritigerno enviou a Valente uma embaixada composta “*por um presbítero cristão acompanhado de alguns companheiros humildes*” (*christianus presbyter cum aliis humilibus*)¹⁰²⁵. Presumivelmente, cristãos godos. A comitiva propunha ao imperador o restabelecimento do acordo firmado em 376, quando os

tervínios foram admitidos no império, mas trazia também uma carta secreta de Fritigerno a Valente cujo conteúdo, ao que parecia, era desconhecido dos godos em geral. Na mensagem privada, Fritigerno sublinhava sua vontade de restaurar os laços de camaradagem com o imperador, de quem havia recebido valioso apoio na guerra contra Atanarico, mas expunha uma estranha ressalva: seu povo havia se tornado hostil aos romanos, não conseguiria convencê-los sozinho, então pedia a Valente que realizasse apenas uma demonstração de força. A proposta era que o imperador apresentasse o exército imperial em formação de batalha, pois a simples visão do grande exército imperial seria suficiente para demover os godos do combate. Veriam com os próprios olhos que não possuíam chances reais de vitória. Os emissários foram recebidos com cortesia, mas os oficiais romanos compreenderam sem muita dificuldade a artimanha do juiz tervínio. A comitiva servia para dois propósitos: primeiro, extrair o máximo de informações possíveis do campo romano; segundo, a carta — supostamente — secreta não passava de um subterfúgio para que Valente retirasse o exército da cidade e o colocasse em campo, evitando um cerco que os godos não possuíam condições de sustentar¹⁰²⁶.

Para a sorte de Fritigerno, Valente estava decidido a enfrentá-lo em campo independentemente do conteúdo da carta. Em 9 de agosto, o imperador partiu de Adrianópolis com os *comitatus praesentales* deixando na cidade o prefeito pretoriano com uma pequena guarnição, o tesouro imperial e o corpo de funcionários civis que o acompanhava¹⁰²⁷. Entre os vários erros que seriam cometidos pelos oficiais do império nesse dia, o primeiro foi a repetição da falha cometida por Lupicino em Marcianópolis. Logo ao amanhecer, os soldados foram colocados em prontidão e partiram como uma grande coluna “*percorrendo longa distância em terreno acidentado enquanto o dia quente avançava para o meio-dia*”. Encontraram a posição inimiga após oito horas de marcha forçada, estavam exaustos. Historiadores modernos identificam o lugar da batalha com a atual vila de Muratçali (distrito de Edierne, Turquia). Portanto, o combate não ocorreria exatamente em Adrianópolis, mas perto da cidade. Lá os romanos se depararam com um enorme *carrago* disposto em uma área elevada¹⁰²⁸. Marcelino diz que o campo godo estava organizado no costumeiro formato de um grande círculo, mas a informação tem sido alvo de questionamentos. MacDowall calcula a horda de Fritigerno em cerca de 30.000 pessoas entre homens, mulheres e crianças acompanhados por 2.000 a 3.000

vagões. Esse amplo conjunto de pessoas e carroças resultaria em um imenso círculo de dois a três quilômetros de diâmetro. Logo, sugere o historiador, é mais provável que estejamos diante de vários círculos menores posicionados conforme a elevação do terreno e a proximidade com o rio Tundzha, importante fonte de água, além de uma série de barricadas improvisadas na dianteira¹⁰²⁹. Williams e Friell atribuem números ainda maiores para o exército de Fritigerno. Partindo de uma avaliação muito semelhante à de Wolfram, consideram que a horda tervíngia que atravessou o Danúbio em 376 contava com cerca de 100.000 pessoas e que pelo menos 25% dessa grande massa fosse composta por homens em idade de combate. Tomando essa estimativa como referência, acrescida da informação de que Teodósio I dispôs de 20.000 federados godos durante a campanha que conduziu contra usurpadores — Eugênio e Arbogasto — no ocidente em 394, concluem que Fritigerno contava com 20.000 a 25.000 guerreiros em Adrianópolis, isso considerando as baixas sofridas entre 376 e 378 em Marcianópolis e Nos Salgueiros, assim como a aglutinação de elementos grutungos, hunos e alanos e até romanos¹⁰³⁰.

Sem demora, o exército imperial foi colocado em formação. Na dianteira, a cavalaria que durante a marcha protegia o flanco direito da coluna romana foi reposicionada para formar uma linha de frente, seguida logo atrás por uma longa fileira de infantaria. Outros esquadrões de cavalaria protegiam a ala esquerda. Mais uma informação inusitada de Marcelino. Os romanos geralmente empregavam sua cavalaria nas laterais, como unidades rápidas prontas para explorar oportunidades de cercar o inimigo pelos flancos, não como linha de frente. Em que pese a literalidade do texto, mais provável é que o centro fosse composto apenas por regimentos de infantaria protegidos nas duas laterais pelos esquadrões de cavalaria. Ao avistar o exército romano, Fritigerno despachou alguns homens às pressas para convocar a cavalaria grutunga de Alateu e Safrax, que não estava no local, provavelmente o mesmo grupo que avançava pela retaguarda e havia sido ignorado pelos batedores do império. Talvez os grutungos tenham saído temporariamente para realizar alguma missão pontual ou forragear, não sabemos. Qualquer que fosse o caso, os godos precisavam ganhar tempo até a chegada deles. Astuto, Fritigerno enviou emissários ao campo romano, levavam outra proposta de paz. No entanto, por não serem personalidades godas importantes, esses representantes nem sequer foram recebidos. Voltaram com a informação que

Valente só aceitaria conversar com altos comandantes, e não sem razão. Algum tempo depois, Fritigerno enviou um novo arauto para dizer que ele mesmo poderia se dirigir à tenda do imperador desde que, como garantia de sua segurança, o lado romano também enviasse alguns oficiais para o campo godo. Enquanto ocorria esse vai e vem de emissários, sabotadores godos queimavam planícies próximas para aumentar o desconforto dos soldados romanos, que continuavam em formação aguardando o momento do combate¹⁰³¹.

Valente e seus generais caíam no jogo do inimigo. Os grutungos aproximavam-se enquanto os fatigados soldados romanos continuavam em pé portando pesadas armaduras e expostos às intempéries do sol, fome e sede por mais um punhado de horas¹⁰³². É difícil compreender os porquês de terem os romanos dedicado tanto tempo a essas conversas. Se quisessem realmente negociar, teriam aproveitado a primeira comitiva de Fritigerno enviada a Adrianópolis. Uma hipótese mais razoável é que o campo de batalha tenha provocado o efeito inverso do indicado na carta de Fritigerno — isto é, que os romanos é que se surpreenderam ao se darem conta do real tamanho do exército inimigo. Não só do tamanho, mas também da sólida posição defensiva que haviam levantado. A vitória não era mais tão segura como haviam imaginado. O alto comando debatia a escolha de quem seria enviado como garantia à vinda de Fritigerno. Sugeriram um certo Equício, tribuno e curopalata¹⁰³³ que mantinha alguma relação de parentesco com o imperador. Como Equício se recusava a aceitar a tarefa alegando que há não muito tempo havia sido feito prisioneiro em Dibalto e temia que os godos se vingassem dele por ter fugido, Ricomero ofereceu-se voluntariamente para a missão. Provava mais uma vez sua lealdade e bravura¹⁰³⁴.

Nesse meio-tempo, enquanto o imperador e seus generais discutiam uma possível solução negociada com Fritigerno, uma grande confusão irrompeu no campo precipitando o início da batalha. Em um movimento afoito, certamente não coordenado, duas unidades de cavalaria que compunham o flanco esquerdo sob o comando de Cássio e Bacúrio da Ibéria¹⁰³⁵ — os *sagittarii* e *scutarii* — partiram para o ataque. Eram esquadrões de elite dos escolares — os primeiros, arqueiros montados; os últimos, como o nome sugere, cavaleiros equipados com escudos. Os autores antigos não esclarecem o que teria provocado esse rompante. Cássio e Bacúrio podem ter identificado algum ponto de fragilidade no inimigo e saído às pressas para explorá-lo antes que

fosse tarde demais. Outra possibilidade é que os homens que compunham a ala esquerda tenham perdido a paciência com tanta espera e, indisciplinados, decidido tomar a iniciativa. Uma terceira explicação é terem constatado a presença de grutungos e alanos se aproximando e tentado interceptá-los antes de se conectarem ao campo de Fritigerno. Talvez um pouco de cada alternativa. Nas palavras de Marcelino, essas unidades foram tão imprudentes ao investir contra o inimigo, como covardes ao recuar. Ao alcançarem os godos, os cavaleiros romanos foram prontamente repelidos, e o ataque se transformou rapidamente em uma debandada caótica; foram perseguidos e massacrados pela cavalaria de Alateu e Safrax, a qual havia acabado de entrar no campo de batalha¹⁰³⁶. Assim tinha início a Batalha de Adrianópolis.

A incompetência dos *exploratores* em não localizar o exército grutungo que seguia pela retaguarda tem sido compreendida como um dos grandes erros táticos cometidos pelos romanos em Adrianópolis, quem sabe a principal causa da derrota. Em verdade, a literatura parece indicar que os batedores do império só identificaram os 10.000 homens que compunham apenas a vanguarda de Fritigerno. Em outras palavras, o número apurado não chega sequer à metade do que se espera do real tamanho das forças godas presentes em Adrianópolis. Pela experiência obtida nos últimos dois anos de guerra, seria de esperar que os generais de Valente, sobretudo Ricomero e Trajano, soubessem que a cavalaria goda costumava ficar afastada do campo pelo menos durante o dia. Para evitar o risco de reforços não contabilizados, os romanos deveriam ter conduzido um ataque o mais rapidamente possível, o que não ocorreu. No mínimo, enviado novos batedores para se assegurarem de que não existiam outros grupos espalhados pelas redondezas¹⁰³⁷. Fácil para nós, séculos depois, apresentarmos soluções hipotéticas.

Voltemos ao campo de batalha. Após a debandada da cavalaria que compunha o flanco esquerdo, os dois exércitos chocaram-se. Embora os autores da época não sejam muito claros sobre os movimentos de cada lado, acredita-se que a infantaria romana tenha avançado em direção aos vagões e às barricadas enquanto os godos permaneciam em suas posições. Não havia necessidade de se arriscarem avançando contra as fileiras romanas quando contavam com uma firme linha defensiva. Por outro lado, se considerarmos a tática utilizada pelos godos em Nos Salgueiros, é possível que o *carrago* servisse apenas como ponto defensivo caso uma retirada fosse necessária. Por esse

ângulo, não podemos descartar totalmente a possibilidade de também terem avançado aproveitando a elevação do terreno para investir sobre o exército imperial à moda da tradicional carga germânica. Não pela primeira vez, nem pela última, hipóteses. Em qualquer dos cenários, os romanos marcharam sem muita coordenação; os oficiais em campo também haviam sido surpreendidos com a inesperada arremetida da cavalaria de Cássio e Bacúrio e sua subsequente debandada. Segundo Marcelino, em determinado momento do combate corpo a corpo algumas coortes da ala esquerda conseguiram forçar o inimigo a recuar até os vagões, corroborando a segunda das hipóteses que apresentamos, vale dizer, que os combates ocorreram a alguma distância do *carrago*¹⁰³⁸.

Os romanos não conseguiram sustentar por muito tempo o progresso. A malsucedida investida de Cássio e Bacúrio provocou grande confusão no flanco esquerdo do exército imperial. Vendo a fuga desordenada dos *sagittarii* e *scutarii*, os cavaleiros dos outros esquadrões dispostos na retaguarda como reserva não pensaram duas vezes e se juntaram à retirada sem terem se engajado no combate. Sem o apoio das unidades montadas, a infantaria que avançava perdeu o fôlego e começou a recuar. Explorando a quebra da formação na ala esquerda dos romanos, os cavaleiros grutungos e alanos caíram sobre o flanco, tornando impossível o esforço dos tribunos de realinhar a cavalaria imperial. O que se seguiu foi uma matança. A infantaria romana foi pouco a pouco cercada e comprimida até se tornar um imenso bolsão. Não havia espaço suficiente para os soldados manusearem suas armas e muito menos para que alguma manobra tática evasiva de grupo fosse tentada para romper o cerco. Escaramuçadores godos lançavam saraivadas de flechas e dardos sobre suas cabeças¹⁰³⁹. Era questão de tempo.

Exaustos, muitos tropeçavam sobre os corpos amontoados no chão e não poucos devem ter morrido assassinados pelos próprios companheiros em meio ao caos. As escolas palatinas, que serviam como uma espécie de guarda imperial¹⁰⁴⁰, em algum momento abandonaram o imperador no campo de batalha, mas alguns regimentos resistiram bravamente — os *lanciararii* e *matiararii*¹⁰⁴¹. A valentia dessas duas unidades foi destacada pelos autores da época; mantiveram-se firmes ao lado de Valente resistindo às investidas de grupos muito superiores em número. Observando como o imperador estava desprotegido, Trajano gritou a Victor para que trouxesse imediatamente os

batavos (*batavi*), auxiliares germânicos posicionados a alguma distância como reserva. Victor partiu às pressas, mas não conseguiu encontrá-los, também haviam fugido. Certo da derrota, o mestre de cavalaria não retornou para o campo. Ricomero e Saturnino também conseguiram escapar¹⁰⁴². Em algum momento o que restava das linhas romanas enfim quebrou. Marcelino, não só historiador, mas militar de carreira com experiência em combate, que inclusive se define como “*um militar reformado e um grego*” (*miles quondam et graecus*)¹⁰⁴³, assim comenta os últimos instantes da batalha:

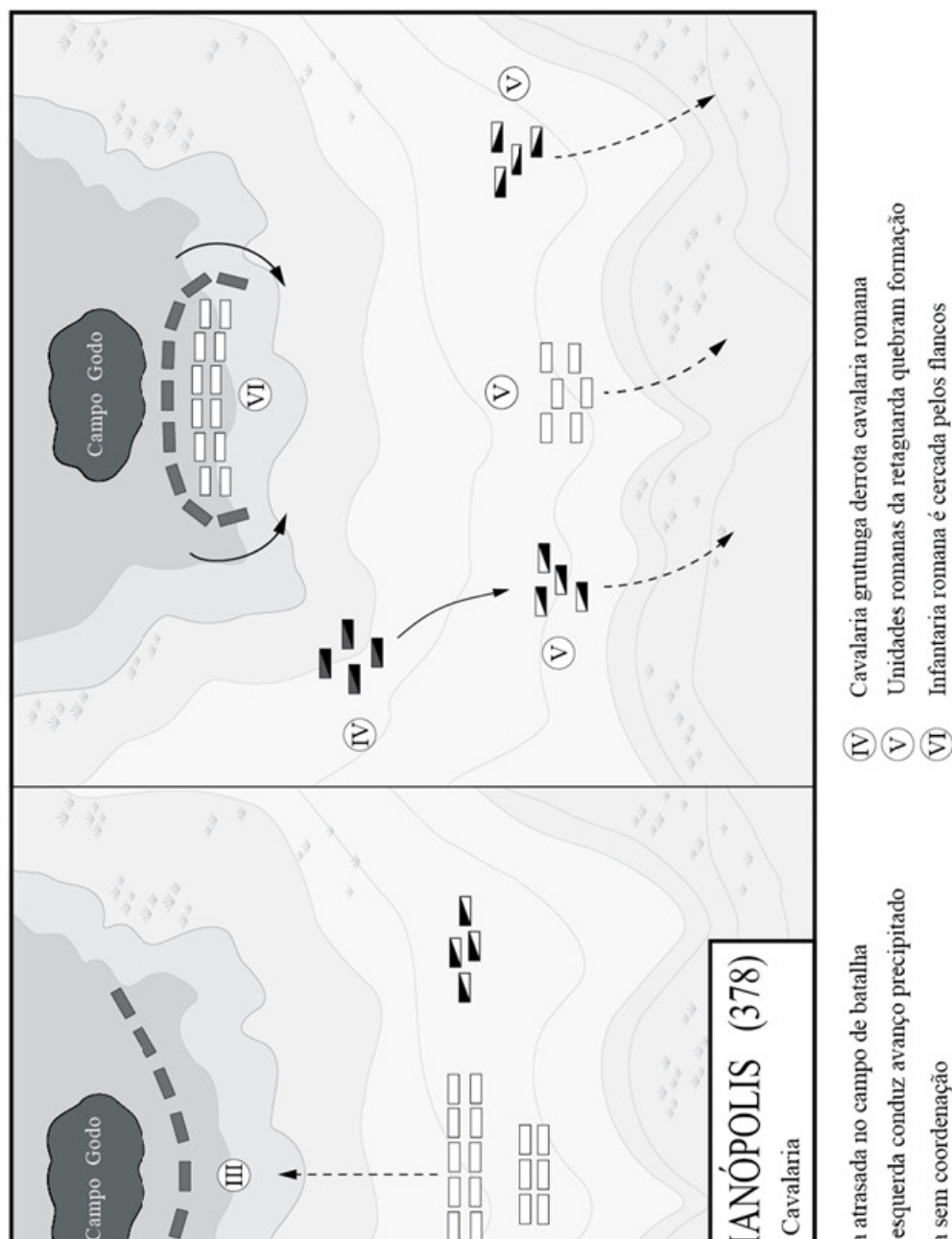
E assim os bárbaros, com os olhos ardendo em frenesi, perseguiram nossos homens, em cujas veias o sangue gelava com horror: parte caiu sem saber quem os derrubou, outros tantos foram enterrados debaixo do peso dos atacantes; alguns foram mortos pelas espadas dos próprios camaradas; pois, embora muitas vezes se reagrupassem, não havia espaço, nem eram poupados aqueles que tentavam recuar. Além de tudo isso, as estradas foram bloqueadas por muitos feridos que ali terminaram de perecer lamentando as tormentas de suas lesões; e com eles montes de corpos de cavalos preencheram as planícies. Para essas perdas jamais reparáveis, tão caras ao Estado Romano (*quae magno rebus stetero Romanis*), a noite sem o brilho da lua pôs um fim¹⁰⁴⁴.

Diferentes narrativas são apresentadas para a morte de Valente. Nossa principal fonte, o próprio Marcelino, conta que o imperador foi atingido por uma flecha, caiu gravemente ferido entre os soldados e jamais teve o corpo encontrado¹⁰⁴⁵. Libânio também menciona o fato de ele ter sido atingido por uma flecha, mas acrescenta que chegou a ser colocado no lombo de um cavalo para fugir dali. Porém o imperador teria decidido permanecer junto aos seus homens até o fim. Uma versão mais romanesca, heróica¹⁰⁴⁶. Zósimo apresenta uma história mais detalhada. Nada diz sobre a flecha, embora fale em ferimentos. Segundo o autor, Valente conseguiu sair do campo de batalha com poucos sobreviventes da guarda imperial (*candidati militares*) e alguns eunucos. Refugiaram-se em uma pequena propriedade rural próxima dali. A estrutura possuía um segundo andar, onde o imperador recebeu cuidados médicos improvisados. Pouco depois, os godos chegaram ao local. O grupo resistiu disparando flechas e dardos do segundo andar enquanto os inimigos tentavam sem sucesso entrar. Por fim, percebendo que perdiam tempo atacando a casa enquanto seus compatriotas pilhavam os corpos dos soldados romanos, os godos, sem saber que o imperador estava ali, cercaram a estrutura com palha e madeira, e em seguida atearam fogo. Todos foram mortos. O episódio só teria chegado ao conhecimento do público porque um dos que compunham o grupo conseguiu evitar a morte pulando uma das janelas. Apanhado pelos godos,

informou-lhes sobre a presença de Valente. Os atacantes ficaram naturalmente decepcionados, perderam a chance de capturar o imperador romano. Semanas ou meses depois, o soldado conseguiu fugir e espalhou a notícia do ocorrido¹⁰⁴⁷. Seguindo Dácio e Hostiliano, Valente era o terceiro imperador a morrer em combate contra os godos.

6.7 Consequências de Adrianópolis

Evolução da Batalha de Adrianópolis.





Com muita dificuldade, aproximadamente um terço do exército imperial conseguiu escapar do campo de batalha. Hoffmann defende que Valentiniano I e Valente dividiram os regimentos comitatenses ao assumirem seus respectivos tronos em 364. As unidades atribuídas ao ocidente receberam o epíteto de *seniores*, uma referência ao fato de Valentiniano I ser o irmão mais velho; as designadas a Valente e ao oriente foram chamadas *iuniores*. Se a tese do historiador estiver correta, é curiosa a omissão no Registro de Dignitários dos *iuniores* para 394, apesar de o texto indicar vários regimentos dos *seniores*. Essa circunstância pode ser interpretada como um sinal de que após o desastre de Adrianópolis as unidades do exército de escolta do oriente foram completamente desmanteladas. Era preciso refundar os *praesentales* do zero¹⁰⁴⁸. Entre os dois terços que morreram estavam não apenas soldados de baixa patente. O império perdeu um conjunto de oficiais do alto escalão, incluindo Trajano e Sebastiano, além de 35 tribunos dos números e regimentos sem designação específica (*tribuni numerorum et vacantes*)¹⁰⁴⁹. Equício e Valeriano, encarregados da administração do palácio e dos estábulos, respectivamente, e um certo Potêncio, tribuno dos promovidos (*tribunus promotorum*)¹⁰⁵⁰ que gozava de grande reputação junto às tropas, também são mencionados entre as vítimas. Assim, Constantinopla perdia não só sua principal força militar como parte significativa do seu corpo de oficiais, justamente os homens que contavam com a instrução necessária para reconstruir o exército. Tamanho foi o estrago, que Marcelino diz que a derrota só poderia ser comparada à da Batalha de Canas (216 a.E.C.), seis séculos antes, quando o gigantesco exército da República Romana foi derrotado por Aníbal, abrindo para os cartaginenses o caminho para Roma¹⁰⁵¹.

Quando a notícia da tragédia chegou aos ouvidos de Graciano, o imperador ordenou que seus homens se retirassem para o oeste. Diferentemente do tio, reconhecia que não possuía condições de enfrentar os godos sozinho. Para os romanos do oriente, a questão que se colocava era clara: com o exército de escolta destruído e o recuo de Graciano, quem protegeria os Bálcãs? Valente já havia retirado um grande número de companhias da Anatólia e do Levante para engrossar as fileiras do exército derrotado em Adrianópolis. Destacar novas unidades do extremo oriente para a crise seria como enviar um convite a Sapor II para que ocupasse pacificamente os territórios situados na margem direita do Helesponto. Sem sombra de dúvidas uma nova campanha de recrutamento era necessária, mas traria apenas recrutas inexperientes. Não era o suficiente para combater bárbaros que há pelo menos dois anos estavam habituados ao combate. A dura verdade é que, a curto prazo, não existia uma única força romana capaz de fazer frente ao bando de Fritigerno. Para piorar, a morte do imperador provocou o colapso do governo central; autoridades civis e militares das diversas dioceses e províncias agora conduziam os assuntos locais aos improvisos, sem coordenação. Não havia quem ditasse um planejamento estratégico maior.

Além das consequências de ordem prática, a catástrofe representou um profundo impacto psicológico para a população do império. Nas dioceses da Trácia, Macedônia e Dácia, os últimos anos foram marcados por longos períodos de confinamento e dificuldades de abastecimento. Mas até então ainda havia alguma esperança; o imperador e seu exército demoravam, mas era questão de tempo para suas vidas retornarem à normalidade. As perspectivas otimistas acabaram em 9 de agosto. A morte do imperador em batalha era por si só um marco, nenhum romano da época havia presenciado algo similar. A última vez em que isso ocorreu foi em 260, mais de um século antes, quando Valeriano foi capturado pelos persas. Se olharmos para a cadeia de eventos que sucedeu a Adrianópolis, conseguiremos compreender a dimensão do episódio como parte do processo de declínio do império, mas é curioso como a literatura dos séculos IV e V demonstra que os próprios romanos da época estavam conscientes do momento que viviam. Amiano Marcelino, Jerônimo, Anônimo Ariano, Nicômaco Flaviano e Eunápio de Sárdis encerraram suas obras, ou pelo menos parte delas, em 378. Para esses autores, a derrota de

Adrianópolis não era apenas uma conclusão dramática conveniente para um livro ou capítulo, um recurso literário. Era também o marco divisor entre o glorioso passado e um futuro com perspectivas desalentadoras. Eunápio, talvez o mais pessimista deles, falou expressamente em “*início do fim*”, embora as raízes da derrocada possam ser encontradas muito antes, talvez antes mesmo da turbulência do século III¹⁰⁵². Jerônimo, que dava continuidade às *Crônicas* de Eusébio, interrompe sua cronologia com a “*lamentável guerra da Trácia*” (*lacrimabile bellum in Thracia*)¹⁰⁵³ e justifica a escolha do evento: “*não pelo medo de escrever aberta e verdadeiramente sobre essas coisas ainda em curso, pois o temor por Deus retira o medo pelos homens, mas porque os bárbaros ainda estão percorrendo desvairados por nossas terras e todas as coisas são incertas*”¹⁰⁵⁴. O comentário apresenta uma palavra capaz de resumir o sentimento e as expectativas dos romanos após a derrota — *incertus*.

Em um império dividido por rivalidades religiosas, cada lado atribuiu ao outro a culpa pela tragédia. Para os nicenos ortodoxos, estava claro que a derrota era uma resposta divina ao imperador e sua escolha pelo arianismo. Referindo-se aos arianos em um sermão dirigido aos moradores de Constantinopla em 379, apenas um ano depois, o novo patriarca da capital, Gregório de Nazianzo, foi enfático ao dizer que o oriente vivia um período de grande degradação moral pela disseminação de heresias e que o afastamento da verdadeira fé acabou por torná-los tão selvagens como os godos que combatiam¹⁰⁵⁵. O pagão Eunápio retrata o desastre como o desfecho implacável pelo fato de Constantino ter guiado o Império Romano rumo ao abandono dos antigos cultos e tradições¹⁰⁵⁶. No mesmo sentido, Marcelino trata Adrianópolis como o “*funesto destino do príncipe*” (*funesta principis destinatio*), uma referência a Juliano e à maneira como seus sucessores desfizeram suas conquistas em tão pouco tempo¹⁰⁵⁷.

As relações romano-bárbaras sofreram mudanças substanciais após a batalha. Uma Constantinopla fragilizada não possuía a mesma capacidade para continuar adotando as velhas estratégias de controle das tribos do *barbaricum*, como intervir em conflitos políticos internos em apoio a facções pró-romanas e manter os chefes federados subordinados a comandantes do exército imperial. Como dissemos em outras ocasiões, os povos do século IV não eram mais os mesmos grupos fragmentados dos séculos I e II, e sim grandes

confederações, potências regionais com um imenso poder de barganha para extrair concessões das autoridades do império. E para além dos velhos vizinhos, os hunos haviam chegado para ficar, e não demoraria para que os romanos se vissem obrigados a pagar tributos a Átila como súplica para que não atacasse. A desastrosa operação de Lupicino com os tervíngios era a prova cabal de como os tempos haviam mudado. Como se não bastasse, a aristocracia romana seguia resistindo à entrega da sua valorosa força de trabalho para o exército imperial, que se tornava cada vez mais dependente dos federados. Mas esse fenômeno de “barbarização do exército” não afetava apenas as baixas patentes, isto é, a proporção de soldados romanos e estrangeiros. O problema começava a repercutir também sobre camadas do oficialato imperial, até sobre o alto comando militar. Aos poucos os chefes bárbaros se recusavam a servir sob a liderança de oficiais romanos. Até serviriam ao império, como federados que eram, mas a partir de agora comandariam eles mesmos suas tropas. Esses chefes passaram a ser nomeados para postos de cúpula antes reservados aos romanos, como os de *magistri*, algo impensável até então. A barbarização será sentida com ainda maior intensidade depois do acordo firmado pelos godos com Teodósio I em 382. Falaremos sobre ele.

Do ponto de vista das táticas militares, uma frase de Charles Oman, historiador do século XX, sintetiza como a historiografia compreendeu Adrianópolis: “a importância militar de Adrianópolis é inequívoca, uma vitória da cavalaria sobre a infantaria”¹⁰⁵⁸. Não é difícil nos depararmos com afirmações como esta, de que Adrianópolis teria demonstrado a superioridade da cavalaria sobre a infantaria, o início de um estereótipo que se estenderia por todo o Medievo. Em outras palavras, o sucesso da cavalaria goda — notadamente dos corpos formados por grutungos, taifalos e alanos — sobre a infantaria romana teria sido a prova do declínio do modelo de exército empregado pelo império no período tardio. Esse entendimento tem sido revisto nos últimos anos. Historiadores mais recentes mencionam dois episódios anteriores que apresentam resultados contraditórios sobre o assunto. No primeiro deles, Barzimeres e seus homens foram efetivamente derrotados em Dibalto quando a cavalaria goda entrou em campo e conseguiu flanquear a fileira romana, que não demorou a quebrar. Por outro lado, não podemos descartar a vitória de Frigérido sobre Farnóbio. Nesse caso, a infantaria romana avançou em formação de cunha e se sagrou vitoriosa sobre os grutungos, que

provavelmente contavam com uma quantidade expressiva de guerreiros montados. Porém, parece-nos que faltam informações mais detalhadas sobre a composição e o movimento das tropas nos dois incidentes para chegarmos a alguma conclusão. Vimos que a literatura romana confere maior ênfase a outros fatores. Em verdade, os autores da época não faziam comparações entre cavalaria e infantaria, como se uma fosse melhor que a outra, até porque existiam diferentes segmentos de cavalaria e de infantaria, cada um adequado a uma modalidade específica de combate e com aspectos positivos e negativos. Um dos pontos tratados de diferentes maneiras pelos textos é a postura vacilante dos romanos, mais precisamente do imperador. Primeiro, a demora em partir de Antioquia. No campo de batalha, e mesmo antes, quando ainda em Adrianópolis, Valente hesitou entre a guerra e a diplomacia. E entre aguardar Graciano ou partir sozinho para o confronto. A falta de decisões firmes e claras resultou em uma falta de sintonia e coesão entre o alto comando e os oficiais de base. Dos *magistri* aos *tribuni*, o confronto era uma incerteza até o último momento. Foi essa oscilação que submeteu os soldados ao calor e à fome e provocou a investida precipitada da cavalaria de Cássio e Bacúrio. Depois de iniciada a batalha, os movimentos do exército imperial foram conduzidos sem uma coordenação tática maior, dominados pela confusão e improviso. Estivessem mais ajustados, as unidades dispostas na reserva poderiam ter sido mobilizadas a tempo para compensar o desastre inicial do flanco esquerdo. Além do mais, a inteligência romana também foi falha. O relatório que tomou a vanguarda de Fritigerno como o total das forças inimigas foi determinante para que o imperador decidisse não aguardar os reforços vindos do ocidente. Assim, mais que de superioridade da cavalaria sobre a infantaria, Adrianópolis foi uma questão sobre coordenação e alinhamento da cadeia de comando.

A visão de Adrianópolis como a conclusão de um processo de declínio do exército romano é outro lugar-comum. Progressiva substituição dos grandes grupos militares por outros menores, perda do espírito marcial, resistência ao recrutamento, incorporação de elementos bárbaros, corrupção do oficialato e tantos outros fatores teriam concorrido para isso. Adrianópolis seria o desfecho de todos os males. É quase inevitável compararmos o exército imperial dos séculos III e IV às grandes legiões de 5.000 soldados do século II; esse paralelo não é inteiramente falso, e nós mesmos o trouxemos vez ou

outra, mas em alguma medida é anacrônico. O império não enfrentava as mesmas ameaças combatidas por Augusto, Trajano e Marco Aurélio. Em verdade, o exército romano demonstrou que não era uma força estática e rígida, mas flexível e versátil, capaz de se adaptar às novas realidades. Embora algumas reformas tenham sido mais revolucionárias que outras, como as de Caio Mário e Diocleciano, os romanos sempre realizaram adaptações, ainda que pontuais. Adriano estabeleceu que os auxiliares bárbaros deveriam lutar à moda dos legionários romanos; Sétimo Severo limitou as indicações políticas para o oficialato para torná-lo mais profissional; Galiano criou um grande corpo de cavalaria móvel no norte da Itália; Aureliano estimulou a fortificação das cidades com baluartes e muralhas, e assim sucessivamente. No período tardo-imperial, o exército incorporou diferentes estilos de combate dos seus inimigos. Importou dos persas os pesados catafractários e dos citas os arqueiros montados. Em menor proporção, chegou-se a empregar unidades montadas em camelos e elefantes. O uso cada vez mais frequente de vexilações — grupos de coortes destacados das legiões em caráter temporário para missões específicas — demonstra a progressiva incompatibilidade do formato original dos grandes exércitos, que não conseguiam estar em todos os lugares ao mesmo tempo.

Voltemos ao cenário imediatamente posterior à batalha. A situação era desalentadora para os romanos, mas isso não significava que os godos estavam prestes a conquistar o oriente. Na manhã seguinte, Fritigerno reuniu seus homens e seguiu para Adrianópolis. Havia sido informado por prisioneiros de que o tesouro imperial estava na cidade. Um cerco foi então montado e os godos fizeram várias tentativas de assalto, mas não conseguiram ultrapassar as muralhas. Um grupo de 300 soldados romanos chegou a conduzir uma saída em formação de cunha para atacá-los na parte externa da muralha, mas foram massacrados pelos bárbaros. Depois disso, nenhuma outra tentativa de contra-ataque foi feita. Fritigerno enviou representantes à cidade exigindo uma rendição incondicional, oferecia apenas poupar suas vidas se abrissem os portões. Desconfiadas, as autoridades romanas recusaram a proposta. A expectativa de que a vitória em campo implicaria uma rápida capitulação de Adrianópolis foi frustrada. Ainda sem os equipamentos de sítio necessários para atravessar os muros do império e enfrentando suas próprias dificuldades logísticas, os godos abandonaram o cerco e partiram para um local não

especificado próximo dali. Enquanto isso, os romanos passaram os próximos dias ocupados com a tarefa de fortalecer as defesas da cidade. Bloquearam os portões com grandes pedras, repararam as seções danificadas da muralha, posicionaram peças de artilharia¹⁰⁵⁹ nas ameias e abasteceram os reservatórios de água¹⁰⁶⁰.

Contudo Fritigerno não havia desistido da cidade, e o engenhoso juiz tervíngio arquitetou um plano para tomá-la sem sacrificar seus homens. Um grupo de romanos que havia desertado e se juntado aos godos seria enviado a Adrianópolis simulando uma fuga desesperada. Uma vez admitidos, encarregariam-se de atear fogo nos celeiros e em outras construções estratégicas; quem sabe até conseguiriam abrir seus portões. Os godos permaneceriam próximos, prontos para explorar uma eventual oportunidade. Ainda que não conseguissem abrir os portões, o incêndio serviria como um derradeiro golpe para destruir o que restava do ânimo de resistência da guarnição e dos moradores. Depois viria a rendição. O plano foi colocado em execução; o grupo de desertores correu em direção à cidade como combinado e até tiveram sua entrada autorizada. Porém, após serem submetidos a duros interrogatórios, acabaram apresentando diferentes narrativas sobre o que havia acontecido antes de chegarem. Suspeitando das suas reais intenções, as autoridades presentes, que provavelmente incluíam o prefeito pretoriano deixado na cidade por Valente, não hesitaram. Todos foram condenados e decapitados¹⁰⁶¹. Fritigerno até tentou realizar um último ataque contra a muralha de Adrianópolis, mas foi novamente repellido. Reunidos em conselho, os godos decidiram partir. Ao serem informados por prisioneiros ou traidores romanos de que existiam grandes riquezas em Perinto, uma cidade portuária situada no extremo sul da Trácia, com a costa voltada para o Mar de Mármara, seguiram para a região. Não sitiaram Perinto, mas pilharam seus campos¹⁰⁶².

Em seguida, Fritigerno seguiu para Constantinopla. Considerando o histórico de cercos malsucedidos desde o início da revolta, em 376, é difícil acreditar que os godos realmente pretendessem tomar a capital de assalto. Mais provável é que quisessem realizar uma nova demonstração de força para os constantinopolitanos. Segundo Marcelino, avançaram em marcha rápida, frequentemente se organizando em formações de quadrado (*formas quadratorum; square formations*) no percurso como forma de se protegerem contra possíveis emboscadas. O receio era legítimo. Ao se aproximarem do

destino, foram atacados por sarracenos convocados às pressas do extremo oriente para reforçar a capital. Linhas atrás, seguindo o relato de Zósimo, falamos sobre como a cavalaria sarracena conteve os godos nas imediações de Constantinopla durante o curto período de 12 dias em que o imperador permaneceu no local. Não podemos descartar a possibilidade de estar falando do mesmo episódio. Marcelino apresenta uma narrativa linear mais clara, então talvez Zósimo tenha antecipado os combates entre godos e sarracenos que ocorreram após Adrianópolis para a época em que Valente esteve na capital. Mas se seguirmos a literalidade dos textos, perceberemos que estamos diante de um segundo incidente entre godos e sarracenos nas redondezas da cidade. Marcelino descreve uma pequena batalha com uma cena no mínimo curiosa, conta-nos que godos e sarracenos iniciaram um difícil combate corpo a corpo, desgastante para ambos os lados, e que em determinado momento da refrega um sarraceno de cabelos longos e trajando apenas uma tanga correu em direção aos inimigos bradando um urro rouco e sombrio. Ao alcançá-los, imediatamente cortou o pescoço de um godo com sua adaga e sugou o sangue que jorrava da ferida diante de todos. O incidente foi um choque para o moral de Fritigerno e seus homens, perplexos com o nível de bizarrice do que haviam presenciado. Mas o bando prosseguiu até Constantinopla. No entanto, ao se deparar com a grandiosa muralha da cidade — ainda a Muralha de Constantino, não a de Teodósio II —, decidiu partir para regiões mais ao norte¹⁰⁶³.

6.8 A retaliação romana

Com o trono vago e o exército destruído, uma resposta militar romana era obviamente algo impensável. Porém, Júlio, um oficial que havia servido como conde da Trácia e agora ocupava a posição de mestre dos soldados, concebeu uma maneira de se vingarem por Adrianópolis. Seria uma pequena e sórdida retaliação¹⁰⁶⁴. A história de Júlio é objeto de diferentes narrativas em Marcelino e Zósimo. Como dissemos há pouco, Marcelino apresenta uma exposição mais linear dos acontecimentos, mais inteligível. Como se não bastasse, é contemporâneo, escreveu conforme as notícias que se espalhavam pelo império à época. Em contrapartida, Zósimo é posterior, do período de transição entre os séculos V e VI, e sua obra é, em grande parte, uma reprodução da de Eunápio. Logo, a preferência recai naturalmente sobre o

primeiro. Falaremos sobre as duas versões, começando pela de Marcelino, que, a propósito, encerra os 31 volumes de *Altos Feitos* com a trama de Júlio.

Quando soube da derrota em Adrianópolis, Júlio, que comandava unidades “*além do Tauro*” (*trans Taurum*)¹⁰⁶⁵ — leia-se, na Anatólia —, preocupou-se com a expressiva quantidade de godos que estavam espalhados pelas províncias do extremo oriente servindo como federados. Como vimos, fontes registram a presença de federados godos na Anatólia e no Levante pelo menos desde meados do século III, quando compuseram o exército de Gordiano III em Misiche (244)¹⁰⁶⁶. Depois, ao participarem da campanha persa de Juliano (363)¹⁰⁶⁷. Suérido e Colias não eram os únicos godos a serviço dos romanos no momento em que a rebelião tervíngia estourou em Marcianópolis (376). O fato de serem os únicos mencionados pelos nomes talvez sugira, no máximo, que fossem o maior dos grupos que se juntaram a Fritigerno. Júlio precisava agir rapidamente para evitar que esses federados presentes na porção asiática do império se tornassem parte do problema, notícias de Adrianópolis já haviam alcançado todas as províncias e poderiam funcionar como agente catalisador de novas revoltas. O general então enviou cartas secretas às principais autoridades das cidades que ainda abrigavam contingentes godos. A ordem era clara: seduzi-los com promessas de que seriam remunerados por terem permanecido leais ao império, atraindo-os para fora das muralhas, onde supostamente receberiam um bônus em ouro; assim que saíssem, emboscá-los. Chama a atenção a maneira como Marcelino se refere às autoridades destinatárias das cartas de Júlio, diz que eram todos cidadãos romanos e acrescenta: “*algo raro nesses tempos*” (*quod his temporibus raro contingit*)¹⁰⁶⁸. O comentário é mais uma evidência da barbarização do exército imperial. Era um plano delicado. Provavelmente poucas cidades abrigavam federados godos, mas, mesmo que estejamos falando de um número reduzido, era preciso que tudo ocorresse de maneira coordenada e simultânea para que a notícia de qualquer desses episódios não chegasse a locais onde a operação ainda não havia sido colocada em prática. Marcelino não oferece maiores detalhes sobre a execução do plano; limita-se a observar que tudo se desenrolou “*sem confusão ou demora*” (*sine strepitu vel mora*), “*salvando as províncias do oriente de grandes perigos*” (*orientales provinciae discriminibus ereptae sunt magnis*)¹⁰⁶⁹. A história de Júlio, como contada pelo autor, pode ser vista como um reducionismo de movimentos maiores realizados pelos romanos após a Batalha de

Adrianópolis. Se uma retaliação efetivamente ocorreu, uma manobra dessa grandeza, por mais bem planejada e executada que tenha sido, certamente não se desenvolveu de modo tão simples e sem intercorrências como parece sugerir o texto.

Os relatos de Marcelino e Zósimo têm em comum a história de um comandante chamado Júlio que organizou uma cilada para os godos no oriente, mas divergem substancialmente sobre o momento da ação e suas vítimas. Em Marcelino, tudo ocorre “*nesses dias*” (*his diebus*), logo após o mestre dos soldados tomar conhecimento da fatídica derrota do imperador em Adrianópolis. Não mais que alguns meses depois, enquanto o trono imperial permanecia vago. Afinal, nenhuma referência é feita a Teodósio I, sucessor de Valente. Os federados godos aparecem como vítimas da matança. Por outro lado, Zósimo diz claramente que o episódio teria se desenvolvido durante o governo do novo imperador e só apresenta o nome de Júlio depois de citar Modares, líder godo aliado a Teodósio I. Dessa maneira, em Zósimo a reação de Júlio parece ter ocorrido algum tempo depois, já em 379¹⁰⁷⁰. Colocando de outra maneira, não teria sido uma resposta imediata a Adrianópolis. Contudo o que mais surpreende é a diferença no que diz respeito às vítimas. Zósimo não fala nos federados godos, e sim nos jovens entregues pelos tervíngios como reféns durante as negociações que antecederam a travessia de 376. Segundo ele, Valente aceitou um grande número de jovens tervíngios como garantia de que o povo de Alavivo e Fritigerno permanecesse subserviente após ser assentado na Trácia. Depois, determinou que esses reféns fossem espalhados por várias cidades na margem oriental do Helesponto, encarregando Júlio da tarefa de educá-los à maneira romana. No entanto, à medida que esses adolescentes e crianças atingiam certa maturidade e se inteiravam da revolta de seus parentes nos Bálcãs, tornavam-se cada vez mais indisciplinados e agitados. Mesmo separados em diferentes cidades, comunicavam-se por cartas e planejavam atentados¹⁰⁷¹. A versão não soa verossímil. É difícil imaginarmos jovens godos espalhados pelas cidades do oriente em número expressivo a ponto de serem considerados pelas autoridades do império como um perigo em potencial. Se adotarmos a estimativa de Wolfram de que a multidão de tervíngios que atravessou o Danúbio possuía cerca de 90.000 pessoas entre homens, mulheres e crianças¹⁰⁷², e que os romanos receberam miúdos dos dois sexos e variadas

idades, pulverizando-os em várias províncias, é pouco provável que representassem uma ameaça digna de nota.

Verdadeira ou não a história, Zósimo prossegue dizendo que, quando ruídos de uma possível revolta desses jovens chegaram aos ouvidos de Júlio, o mestre dos soldados enviou uma mensagem privada ao Senado de Constantinopla por meio da qual repassava os boatos que havia recebido e solicitava aos senadores carta branca para agir. A versão parece ainda mais absurda ao descrever Júlio se reportando ao Senado, não a Teodósio I. E o autor até apresenta uma possível explicação para a escolha do general, mas a justificativa não convence. Júlio teria decidido acionar o Senado porque não possuía intimidade com o novo imperador. Conhecia Valente, que o indicara para o cargo alguns anos antes, mas não Teodósio I¹⁰⁷³. Ora, era um oficial do alto comando subordinado diretamente ao imperador, pouco deveria importar se o conhecia pessoalmente ou não para as comunicações oficiais. A hierarquia era clara. Seja como for, seguindo a narrativa, Júlio recebeu a aprovação do Senado. Reuniu seus oficiais e, antes de comunicar seu plano, exigiu que prometessem segredo. Feitos os juramentos, ordenou que seus homens espalhassem a notícia de que os jovens receberiam presentes do imperador, incluindo terras e pagamentos em moeda, como um gesto de amizade da corte. Para isso, deveriam se fazer presentes nos pontos de reunião indicados em cada cidade. A promessa dos regalos acalmou momentaneamente os tervíngios, e na data aprazada compareceram em peso. À medida que se reuniam, os soldados romanos caíam sobre eles. Em uma das cidades, conta-se que arqueiros foram posicionados sobre edifícios próximos ao local de reunião, e de lá dispararam saraivadas de flechas sobre eles¹⁰⁷⁴. A versão de Zósimo é cheia de furos e interrogações.

⁸⁸⁹AM 31.4.8.

⁸⁹⁰AM 31.4.9-10; *PLRE* I, p. 519.

⁸⁹¹*Ibidem*; Jerônimo *Chronicon* 377.

⁸⁹²JONES, A.; *PLRE* I, p. 324.

⁸⁹³AM 31.4.12-13.

⁸⁹⁴Zósimo 4.25.1; WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 119.

⁸⁹⁵AM 31.4.12-13.

⁸⁹⁶*Ibidem*.

⁸⁹⁷AM 31.5.1-2.

⁸⁹⁸AM 31.5.3.

⁸⁹⁹WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 119-120.

⁹⁰⁰AM 31.5.4.

⁹⁰¹AM 31.5.9.

⁹⁰²AM 31.5.4.

⁹⁰³Apenas para ilustrar, Marcelino conta que, durante a década de 350, no contexto dos confrontos entre romanos e alamanos que resultaria na vitória de Juliano na Batalha de Argentorato, o rei alamano Hortário, já derrotado pelo império, realizou um banquete para os demais chefes alamanos. Era uma armadilha arquitetada com os romanos. Pegando os convidados de surpresa, soldados romanos irromperam no recinto e mataram todos (AM 18.2.13).

⁹⁰⁴AM 31.5.4-5.

⁹⁰⁵*Ibidem*.

⁹⁰⁶AM 31.5.6-8.

⁹⁰⁷*Ibidem*.

⁹⁰⁸Por vezes, a expressão *comitatus praesentalis* é traduzida como exército na presença do imperador.

⁹⁰⁹*Notitia Dignitatum In Partibus Orientis* 5 e 6; JONES, Arnold. *Ibidem*, v. 2, p. 124-125.

⁹¹⁰Às vezes referido como mestre das milícias.

⁹¹¹De acordo com a *Notitia Dignitatum*, por volta de 410 as funções dos três mestres — soldados, infantaria e cavalaria — são reunidas em um só, o mestre dos dois exércitos (*magister utriusque militiae*).

⁹¹²Eram os seguintes os duques do oriente: (a) na Ilíria, (a.1) o duque da Mésia I e (a.2) o duque da Dácia Ripense; (b) na Trácia, (b.1) o duque da Mésia II e (b.2) o duque da Cítia; (c) no extremo oriente, (c.1) o duque da Síria, (c.2) o duque da Mesopotâmia, (c.3) o duque da Fenícia, (c.4) o duque da Palestina, (c.5) o duque da Arábia, (c.6) o duque de Osroena e (c.7) o duque da Armênia; (d) no Egito, o (d.1) duque de Tebas e (d.2) o duque da Líbia.

⁹¹³Lembremos que na esfera civil a estrutura do império era organizada em prefeituras pretorianas, dioceses e províncias. O oriente contava com duas prefeituras pretorianas — uma para Ilíria (*praefectura praetorio Illyrici*) e outra que abarcava todas as demais províncias do leste (*praefectura praetorio Orientis*), cada uma conduzida por um prefeito pretoriano (*praefectus praetorio*). Cabia aos vicários (*vicarius*) e governadores provinciais (*correctores, moderator* ou *praeses provinciae*) a administração civil nas dioceses e províncias.

⁹¹⁴Agátias *Historiae Byzantinae* 5.13.7-8.

⁹¹⁵WILLIAMS, Stephen; FRIELL, Gerald. *Theodosius: The Empire at Bay*. London: Routledge, 2005. p. 58.

⁹¹⁶WILLIAMS, Stephen; FRIELL, Gerald. *Ibidem*, p. 153.

⁹¹⁷TREADGOLD, Warren. *Ibidem*, p. 44-49.

⁹¹⁸AM 31.5.9.

⁹¹⁹MACDOWALL, Simon. *Ibidem*, p. 41-44.

⁹²⁰AM 31.5.9.

⁹²¹*Ibidem*.

⁹²²*Ibidem*.

⁹²³HALSALL, Guy. *Ibidem*, p. 177-178.

⁹²⁴AM 31.6.1-2; *PLRE* I, p. 859.

⁹²⁵Figura de linguagem consistente na repetição de sons de consoantes ou sílabas.

⁹²⁶MORENO, Luiz A. Garcia. Prosopography and Onomastics: the Case of the Goths. In: KEATS-ROHAN, K. (ed.). *Prosopography Approches and Applications*. Oxford: Prosopographica et Genealogica, 2007. p. 347-348.

⁹²⁷Os duúnviros (*duoviri*) eram magistrados que atuavam em número de dois e exerciam funções executivas de âmbito local, como administração da justiça e organização de jogos públicos.

⁹²⁸AM 31.6.1-2.

⁹²⁹KULIKOWSKI, Michael. *Ibidem*, p. 160.

⁹³⁰AM 31.6.3.

⁹³¹AM 31.6.3-5. Os godos não haviam concedido ainda o título de rei ao seu chefe, Fritigerno, mas a menção feita por Marcelino reforça o papel que as lideranças godas assumiriam dentro do império — o de verdadeiros reis bárbaros.

⁹³²AM 31.6.4-7. Os romanos mantinham minas de ouro na Trácia e na Macedônia.

⁹³³*Ibidem*.

⁹³⁴AM 30.2.4-6. Fausto de Bizâncio traz uma versão diferente. Segundo o historiador, o *sparapet* Mushegh reuniu-se com “dois príncipes bizantinos”, seguramente Victor e Urbícuo, e pediu recursos a Valente para a construção de dois fortes na fronteira entre a Armênia e o Império Sassânida. Pedia também a presença de soldados romanos no reino (Fausto de Bizâncio BP 5.34). Ao contrário de Marcelino, Fausto não menciona regiões armênias estabelecendo alguma relação de clientela com Constantinopla.

⁹³⁵*Ibidem*.

⁹³⁶AM 31.7.1; HUGHES, Ian. *Ibidem*, p. 165.

⁹³⁷Zósimo 4.21.1.

⁹³⁸AM 31.7.1-2.

⁹³⁹*Ibidem*.

⁹⁴⁰PLRE I, p. 749 e 921. Lenski atribuiu aos dois generais o posto de mestre dos soldados (*magistri militiae*) (LENSKI, Noel. *Ibidem*, p. 330).

⁹⁴¹HUGHES, Ian. *Ibidem*, p. 160.

⁹⁴²Veremos adiante que, quando Estilício cruzou a fronteira e ingressou no Império Romano do Oriente para combater Alarico na década de 390, o fato foi recebido com apreensão pelo imperador Acádio, que temia que o general pudesse ter entre seus objetivos conquistar Constantinopla.

⁹⁴³PLRE I, p. 373-374.

⁹⁴⁴Protetores (*protectores*) é o nome dado a unidades da guarda imperial. Aquelas que serviam no palácio eram os protetores domésticos (*protectores domestici*). O oficial responsável pelos protetores domésticos era o conde dos domésticos (*comes domesticorum*).

⁹⁴⁵AM 31.7.3-4. Flávio Merobaldo foi nomeado mestre de infantaria (*magister peditum*) em 375. Com a morte de Valentiniano I, atuou nos bastidores para que Valentiniano II, apenas uma criança, logo mais suscetível de ser controlado, também fosse proclamado imperador junto com Graciano. Foi cônsul em 377 e 383, possivelmente uma terceira vez em 388, e foi condenado à morte por suportar a tentativa de golpe do usurpador Magno Máximo. A literatura romana descreve-o como uma personalidade influente, às vezes como um governante de fato do ocidente (PLRE I, p. 598-599).

⁹⁴⁶Quando nos deparamos com a palavra “sarraceno”, pensamos imediatamente nos muçulmanos. Porém inicialmente o termo era utilizado pelos romanos para designar as tribos árabes pré-islâmicas aliadas ao império, em especial os catanitas. Árabe, etnia; islã, religião. Somente durante a Idade Média, em especial no contexto das cruzadas, a palavra terá seu uso modificado para se referir ao universo islâmico, muçulmano.

⁹⁴⁷Sozomeno HE 6.38.

⁹⁴⁸Na versão de Sozomeno, Valente teria aproveitado a morte do rei tanuque para instalar um bispo ariano entre os árabes, ignorando o fato de serem majoritariamente ortodoxos. Contudo não contava que a mulher do falecido rei seria uma grande chefe capaz de liderar seu povo em resistência. Segundo o autor, um dos termos impostos ao imperador para encerrar a guerra foi a aceitação de um bispo indicado por Mavia.

⁹⁴⁹LENSKI, Noel. *Ibidem*, p. 207.

⁹⁵⁰*Ibidem*; SHAHÎD, Irfan. *Rome and the Arabs: A prolegomenon to the study of Byzantium and the arabs*. Washington: Dumbarton Oaks, 1984. p. 55; BALL, Warwick. *Rome in the East: The Transformation of an Empire*. London: Routledge, 2016. p. 106.

⁹⁵¹Nome pelo qual a Cordilheira Balcânica era conhecida na antiguidade.

⁹⁵²Em latim, como era chamada, *Ad Salice*.

⁹⁵³DAHM, Murray. *Late Roman Infantryman versus Gothic Warrior* - Ad 376-82. Oxford: Osprey Publishing, 2021. p. 37-38.

⁹⁵⁴AM 31.7.3-5; *Antonini Itinerarium* Mésia e Trácia 227.1.

⁹⁵⁵ *Idem*; Marcelino afirma que Frigérido havia sido tomado por um ataque de gota, mas que as más línguas diziam que ele teria simulado a doença para fugir do campo de batalha.

⁹⁵⁶ Forrageamento é a atividade de procurar alimentos na natureza. Quando um exército montava campo em determinado local, exploradores eram enviados às matas e aos campos mais próximos à procura de caça, frutas e qualquer coisa que pudesse servir de alimento. Embora contassem com uma complexa rede logística para o envio de provisões, os romanos também forrageavam.

⁹⁵⁷ AM 31.7.6-8.

⁹⁵⁸ *Ibidem*.

⁹⁵⁹ AM 31.7.7-9.

⁹⁶⁰ A palavra *barritus* pode ter suas raízes em *barrus*, termo utilizado pelos sabinos para o bramido dos elefantes, som semelhante ao da trombeta. Na literatura antiga, apenas Marcelino e Vegécio mencionam o canto. Marcelino diz que os romanos entoaram o *barritus* ao marcharem em direção aos godos durante a Batalha dos Salgueiros, mas o manual de Vegécio prescreve que só fosse cantado depois do choque com o exército inimigo (Vegécio *De re militari* 3.18).

⁹⁶¹ As *plumbatas* (*plumbatae*) eram pequenas lanças de aproximadamente 10 centímetros que continham um peso circular no meio, o que lhes conferia maior velocidade e capacidade de penetração. Grosso modo, formavam uma versão em miniatura do pilo (*pilum*), lança utilizada principalmente pelas legiões do período do principado e que eram arremessadas contra o exército inimigo antes do combate corpo a corpo. Os soldados romanos geralmente portavam até cinco *plumbatas* na parte interna de seus escudos.

⁹⁶² Também conhecido como “formação de tartaruga”, o *testudo* era uma formação tática apertada e de baixa mobilidade. Nela, os membros de uma primeira linha se abaixavam com um dos joelhos apoiado no chão e posicionavam seus escudos na dianteira. As linhas subsequentes seguravam seus escudos voltados para o alto, para proteger as cabeças dos que compunham as primeiras linhas (Plutarco Antônio 45.2). Utilizada como proteção contra o lançamento de projéteis inimigos.

⁹⁶³ AM 31.7.10-16; DAHM, Murray. *Ibidem*, p. 37-39.

⁹⁶⁴ AM 31.8.1.

⁹⁶⁵ AM 31.7.10-16.

⁹⁶⁶ AM 31.8.1.

⁹⁶⁷ Teodoreto *HE* 4.30.

⁹⁶⁸ AM 31.8.1-2.

⁹⁶⁹ Em verdade, Marcelino diz que Saturnino foi enviado para socorrer Trajano e Profuturo (AM 31.8.3), sendo essa a última referência expressa a Profuturo. O trecho tem permitido diferentes interpretações sobre o exato momento da morte do general, se durante a Batalha dos Salgueiros ou pouco depois dela.

⁹⁷⁰ AM 31.8.3-5; *PLRE* I, p. 807. É a primeira vez que os hunos são mencionados na fronteira do Império Romano. Não podemos descartar a possibilidade de já terem cruzado o Danúbio diante do desmantelamento das guarnições de limítanes encarregadas das fronteiras. Talvez ocupassem áreas no extremo norte da Cítia Menor. Hughes defende que hunos e alanos só atravessaram o rio depois de serem interpelados pelos emissários godos e se inteirarem do que realmente acontecia no império. Isso porque suas forças eram compostas principalmente por cavalaria, o que dificultava eventual retirada para a margem norte caso fossem derrotados. A prudência recomendava a travessia apenas depois de se assegurarem das reais chances de sucesso (HUGHES, Ian. *Ibidem*, p. 169).

⁹⁷¹ *Ibidem*.

⁹⁷² AM 31.8.5-8.

⁹⁷³ *Colonia Pacis Flavia Deultemsium*, como chamada pelos romanos.

⁹⁷⁴ A palavra *scutarius* possuía duplo significado para os romanos. Era utilizada para designar tanto os soldados armados com escudos como os fabricantes de escudos. Traduzimos *tribunum scutariorum* como tribuno dos escudeiros. No período tardo-imperial, os *scutarii* eram uma unidade da *schola palatina* (*Notitia Dignitatum In Partibus Orientis* 11.4-5).

⁹⁷⁵ Os cornudos (*cornuti*) eram unidades auxiliares palatinas (*auxilia palatina*) sob o comando direto dos mestres dos soldados (*magistri militiae*). Provavelmente descendentes dos teutões, seu curioso nome pode estar relacionado ao uso de elmos adornados com chifres (*Notitia Dignitatum In Partibus Orientis* 6).

⁹⁷⁶ AM 31.8.9-10; *PLRE* I, p. 148.

⁹⁷⁷ HUGHES, Ian. *Ibidem*, p. 170-171.

⁹⁷⁸ Os romanos investiam em atividades de inteligência. Embora seja difícil identificar cada unidade e suas respectivas funções, sobretudo por variarem com o tempo, historiadores modernos costumam classificá-las em três diferentes grupos: os *procursatores*, os *exploratores* e os *speculatores*. Grosso modo, os *procursatores* atuavam como uma patrulha mais próxima do campo (*castra*), formados geralmente a partir de elementos destacados dos regimentos de cavalaria para a tarefa; os *exploratores* funcionavam como batedores encarregados de monitorar distâncias maiores, coletando informações sobre a topografia do terreno e a presença do inimigo, unidades criadas para participarem de campanhas específicas, em caráter temporário; por fim, os *speculatores* eram verdadeiros espões escolhidos pela lealdade e discrição para missões especiais, não raro em território inimigo (AUSTIN, N. J.; RANKOV, N. B. *Exploratio: Military and political intelligence in the Roman World from the Second Punic War to the Battle of Adrianople*. London: Routledge, 2006. p. 42-43). Para além dessas unidades, Adriano criou uma verdadeira polícia secreta, os frumentários (*frumentarii*). Inicialmente, os frumentários eram apenas coletores de trigo imersos nas comunidades locais. O imperador aproveitou essa relação de proximidade que mantinham com a comunidade e atribuiu aos frumentários funções típicas de espionagem, que nos séculos II e III passaram a funcionar na prática como um grande sistema de correio para informações sensíveis. As reformas de Diocleciano eliminaram os frumentários, substituindo-os pelos angeliáforos, os “agentes nos assuntos” (*agentes in rebus*), com atribuições muito semelhantes de servirem como uma rede de mensageiros. Porém, diferentemente dos frumentários, não possuíam relação alguma com a colheita de trigo e estavam subordinados ao mestre dos ofícios.

⁹⁷⁹ AM 31.9.1-5.

⁹⁸⁰ A Passagem *Succi* era um trecho da *via militaris* (ou *via diagonalis*), estrada que atravessava os Balcãs conectando Singidunum a Constantinopla. Situada nos Montes Haemus entre Sárdica e Trimontium, a passagem estava em uma região de grandes desfiladeiros, o que propiciava uma sólida posição militar para aquele que a detinha e permitia o controle do trânsito entre as províncias do oriente e ocidente.

⁹⁸¹ No final do século IV, os Balcãs contavam com três dioceses: (a) diocese da Trácia, com capital em Filipópolis, composta pelas províncias da (a.1) Trácia, (a.2), Mésia II, (a.3) Cítia Menor, (a.4) Ródope, (a.5) Europa e (a.6) Hemimonto; (b) diocese da Dácia, com capital em Serdica, composta pelas províncias da (b.1) Mésia I, (b.2) Dácia Ripense, (b.3) Dácia Mediterânea, (b.4) Dardânia e (b.5) Prevalitana; e (c) diocese da Macedônia, com capital em Tessalônica, composta pelas províncias da (c.1) Macedônia I, (c.2) Macedônia II, (c.3) Acaia, (c.4) Creta, (c.5) Novo Épiro, (c.6) Velho Épiro e (c.7) Tessália.

⁹⁸² “Que as províncias da Trácia contribuam com vestimenta por vinte jugos ou cabeças: enquanto isso, que a Cítia e a Mésia paguem anualmente em trinta jugos ou cabeças” (CTh 7.6.3).

⁹⁸³ Jerônimo *Chronicon* 378.

⁹⁸⁴ HUGHES, Ian. *Ibidem*, p. 171-172.

⁹⁸⁵ Durante o século IV, habitavam territórios no entorno do Lago de Constança, hoje região de fronteira entre Alemanha, Suíça e Áustria.

⁹⁸⁶ AM 31.10.1-5.

⁹⁸⁷ Petulantes (*petulantes*) e celtas (*celtae*) eram unidades auxiliares palatinas que frequentemente atuavam juntas criando uma formação tática maior (MACDOWALL, Simon; EBLETON, Gerry. *Late roman infantryman: 236-565 AD*. London: Osprey Military, 1995. p. 21).

⁹⁸⁸ AM 31.10.5-6. Malobaldo era conde dos domésticos (*comes domesticorum*) e é apontado como “rei dos francos” (*rex francorum*), o que sugere que fosse um chefe franco no comando de unidades francas federadas. Considerando que Marcelino menciona os dois generais como se ocupassem a mesma posição hierárquica, é possível que Nanieno fosse à época conde para assuntos militares (*comes rei militaris*).

⁹⁸⁹ AM 31.10.6-10.

⁹⁹⁰ AM 31.10.11-17.

⁹⁹¹ Pouco se sabe sobre Mauro. Marcelino diz que foi o soldado que durante a coroação de Juliano emprestou ao imperador sua própria corrente para fazer as vezes de uma grinalda. É indicado também como draconário (*draconarius*) dos petulantes na década de 360, isto é, o signífero encarregado de portar o estandarte de dragão da unidade, símbolo bastante comum no exército romano do período tardio (PLRE I, p. 570).

⁹⁹² AM 31.10.20-22.

⁹⁹³ Estamos falando ainda da Muralha de Constantino, não do gigantesco complexo de defesa que será construído por Antêmio, prefeito pretoriano de Teodósio II, e que ficará conhecido como Muralha de Constantinopla.

⁹⁹⁴ AM 31.11.1; Sócrates HE 4.38; Sozomeno HE 6.39. A via egnácia (*via egnatia*) era uma estrada que ligava Constantinopla a Dirráquio, Ilíria. Atravessava a Trácia, Macedônia e a Ilíria.

⁹⁹⁵ PLRE I, p. 812.

⁹⁹⁶ Zósimo 4.22.4.

⁹⁹⁷ Nike ou Nice era uma cidade ou apenas uma *mansio*, isto é, um ponto de paragem em uma estrada.

⁹⁹⁸ WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 124.

⁹⁹⁹ Zósimo 4.23.1-3.

¹⁰⁰⁰ AM 31.11.2; DAHM, Murray. *Ibidem*, p. 52.

¹⁰⁰¹ Zósimo 4.23.4.

¹⁰⁰² AM 31.11.2-5.

¹⁰⁰³ Nome dado pelos romanos ao rio Maritsa.

¹⁰⁰⁴ AM 31.11.2-5.

¹⁰⁰⁵ Zósimo 4.23.5.

¹⁰⁰⁶ Zósimo 4.21.1-3.

¹⁰⁰⁷ LENSKI, Noel. *Ibidem*, p. 184-185.

¹⁰⁰⁸ MACDOWALL, Simon. *Ibidem*, p. 56.

¹⁰⁰⁹ Eunápio Fr. 46.

¹⁰¹⁰ WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 124. O tamanho e a composição do exército reunido por Valente são questões controvertidas. Enquanto Wolfram estima uma força de 30.000 a 40.000 homens, Williams e Friell sugerem algo entre 25.000 e 30.000 (WILLIAMS, Stephen; FRIELL, Gerald. *Ibidem*, p. 153) e MacDowall entre 15.000 a 20.000 (MACDOWALL, Simon. *Ibidem*, p. 59). A título de comparação, considerando que Juliano conseguiu reunir um exército de 65.000 das províncias do oriente e do ocidente para sua campanha contra os persas, as estimativas de que Valente pudesse contar com mais de 40.000 em Adrianópolis não são realísticas. Pouco sabemos também sobre quais unidades comporiam essa força, mas é possível que além dos *praesentalis* estivessem presentes elementos dos *scholae* e remanescentes de combates anteriores nos Bálcãs, como os *cornuti*.

¹⁰¹¹ AM 31.12.1.

¹⁰¹² AM 31.11.1. Apesar de Marcelino usar a expressão “pagamento e suprimentos” (*stipendium et alimenta*), tratava-se em essência da tradicional prática dos donativos (*donativum*), como pondera Mark Hebblewhite (HEBBLEWHITE, Mark. *The Emperor and the Army in the Later Roman Empire: AD 235-395*. London: Routledge, 2017. p. 82).

¹⁰¹³ Basílio *Ep.* 269; HUGHES, Ian. *Ibidem*, p. 180; PLRE I, p. 102-103.

¹⁰¹⁴ AM 31.11.6.

¹⁰¹⁵ Zósimo 4.22.1-3.

¹⁰¹⁶ AM. 31.12.1.

¹⁰¹⁷ AM 31.12.2.

¹⁰¹⁸ *Ibidem*.

¹⁰¹⁹ ERDKAMP, Paul. *Ibidem*, p. 275.

¹⁰²⁰ Zósimo 4.23.6.

¹⁰²¹ AM 31.12.2-7.

¹⁰²² *Ibidem*.

¹⁰²³ *Ibidem*.

¹⁰²⁴ Uma das razões pelas quais não concordamos com a posição de MacDowall no sentido de que o exército imperial contasse com apenas cerca de 15.000 a 20.000 homens é justamente a pequena vantagem numérica que isso proporcionaria aos romanos quando Marcelino é claro ao dizer que o quantitativo das duas forças foi um dos critérios para a decisão de Valente. Uma proporção de um e meio para um, embora positiva, não representava necessariamente uma posição segura, sobretudo considerando o histórico de vitórias godas.

¹⁰²⁵ AM 31.12.8-9.

¹⁰²⁶ *Ibidem*.

¹⁰²⁷ AM 31.12.10-11.

¹⁰²⁸ *Ibidem*.

¹⁰²⁹ MACDOWALL, Simon. *Ibidem*, p. 68.

¹⁰³⁰ WILLIAMS, Stephen; FRIELL, Gerald. *Ibidem*, p. 154. Heather estima um exército conjunto de tervingios e grutungos também na casa dos 20.000 homens (HEATHER, Peter. *Goths and Romans: 332–489*. Oxford: Clarendon Press, 2003. p. 29).

¹⁰³¹ AM 31.12.10-14.

¹⁰³² AM 31.12.10-14.

¹⁰³³ PLRE I, p. 281. Curopalata (*curo palatii*) era o funcionário encarregado da administração do palácio imperial.

¹⁰³⁴ AM 31.12.14-17.

¹⁰³⁵ Bacúrio é mencionado por autores como Marcelino, Rufino, Sócrates, Zósimo e Gelásio como um rei ou príncipe ibero que se refugiou em território romano em meio às guerras com os sassânidas, sendo admitido como oficial no exército imperial. Serviu como tribuno dos sagitários (*tribunus sagittariorum*) durante a Batalha de Adrianópolis em 378 e, tendo sobrevivido, ascendeu na hierarquia militar até o posto de duque da Palestina (*dux Palaestinae*) durante o governo de Teodósio I, ocupando-o até 394, quando foi nomeado mestre dos soldados temporário (*magister militum vacans*) (BURNS, Thomas. *Barbarians within the gates of Rome: a study of roman military policy and the barbarians, CA 375-425 AD*. Bloomington: Indiana University Press, 1994. p. 106).

¹⁰³⁶ AM 31.12.14-17.

¹⁰³⁷ AUSTIN, N. J.; RANKOV, N. B. *Ibidem*, p. 8-9.

¹⁰³⁸ AM 31.13.2.

¹⁰³⁹ AM 31.16.9.

¹⁰⁴⁰ Durante a guerra civil entre Constantino e Magêncio, a famosa guarda pretoriana (*cohortes praetoriae*), existente desde os tempos da República, mas em especial a partir da dinastia júlio-claudiana, apoiou Magêncio. Com a vitória de Constantino na Batalha da Ponte Mílvia (312), o imperador vencedor dissolveu o que restava da unidade em definitivo. A função de guarda imperial foi então absorvida pelas escolas palatinas (*scholae palatinae*).

¹⁰⁴¹ A unidade dos *matiiarii* era provavelmente assim chamada por ser equipada com *mattiobarbuli* (ou *mattium*), tal como os *lanciiarii* eram conhecidos por suas lanças e os *scutarii* por seus escudos. Pouco sabemos sobre o *mattiobarbuli*. Seu nome parece ter sido contruído com as palavras Marte e barba, *Martio-barbuli*, formando algo como “pequena barba de Marte”. Vegécio dedica o mesmo tópico para falar sobre *plumbatae* e *mattiobarbuli*, o que sugere que fosse, como as *plumbatas*, uma modalidade de dardo revestido de chumbo (Vegécio *De re militari* 1.17; BISHOP, M.; COULSTON, J. *Roman Military Equipment: From the Punic Wars to the Fall of Rome*. Oxford: Oxbow Books, 2009. p. 200).

¹⁰⁴² AM 31.13.1-9; AM 31.13.18; MACDOWALL, Simon. *Ibidem*, p. 73-80.

¹⁰⁴³ AM 31.16.9.

¹⁰⁴⁴ AM 31.13.10-11.

¹⁰⁴⁵ AM 31.13.12.

¹⁰⁴⁶ Libânio Or. 24.

¹⁰⁴⁷ Zósimo 4.24.2; AM 31.13.17.

¹⁰⁴⁸ HOFFMANN, Dietrich. *Das spätrömische Bewegungsheer und die Notitia Dignitatum*. Düsseldorf: Rheinland-Verlag, 1969. p. 450-458. A tese de Hoffmann não é um consenso. Referências esporádicas posteriores a 364 a “unidades na parte errada do império” parecem depor contra a premissa do historiador. Alguns regimentos de *seniores* aparecem no oriente após Adrianópolis. Parece-nos que a aparente incoerência não invalida a tese, podendo ser explicada como simples transferências de tropas entre ocidente e oriente. Isso da mesma maneira que grupos militares com epítetos típicos aos comitatenses são atestados em regiões de fronteira sob o comando dos duques locais, como se limitanes fossem. Hoffmann acrescenta que a divisão dos dois irmãos foi realizada de maneira igualitária. Assim, tomando como referência o número de unidades de *seniores* no ocidente em 394, o historiador conclui que o exército de escolta levado a Adrianópolis contava com 16 regimentos de *iuniores*, sendo pelo menos 14 de infantaria.

¹⁰⁴⁹ Os números (*numeri*) eram unidades do exército romano que fugiam ao modelo típico de organização dos legionários e auxiliares, sendo por isso rotuladas com a denominação genérica de “números”, os “irregulares”. Geralmente recrutados nas mesmas regiões que os

auxiliares, como a Britânia, o norte da África e o extremo oriente, incluíam combatentes de diversas modalidades (infantaria, cavalaria e disparo). Seus regimentos variavam em tamanho, podendo contar com 100 até 1.000 homens. Os arqueiros palmirenos, a cavalaria moura e a cavalaria leve da Panônia são exemplos de companhias irregulares que se enquadram no conceito de números (ERDKAMP, Paul. *Ibidem*, p. 195).

¹⁰⁵⁰ Designação genérica de tribuno com autoridade sobre soldados promovidos. Em *Compêndio da Arte Militar*, Vegécio menciona que os promovidos eram soldados que foram elevados na hierarquia pelo mérito ou pelo favor de seus superiores, mas não faz referência a alguma unidade militar que tenha sido batizada com a nomenclatura de *promoti* ou similar (Vegécio *De re militari* 2.3).

¹⁰⁵¹ AM 31.13.18-19. A Batalha de Canas (216 a.E.C.) foi travada entre romanos e cartagineses durante a Segunda Guerra Púnica (218-201 a.E.C.), liderados respectivamente por Caio Terêncio Varrão e Aníbal Barca, e resultou em baixas estimadas na casa de 45.000 a 60.000 homens para os romanos e 6.000 para os cartagineses.

¹⁰⁵² LENSKEI, Noel. Initium mali Romano imperio: Contemporary Reactions to the Battle of Adrianople. In: *Transactions of the American Philological Association*, 127. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1997. p. 129-168. p. 160.

¹⁰⁵³ Jerônimo *Chronicon* 379.

¹⁰⁵⁴ Jerônimo *Chronicon* Prefácio.

¹⁰⁵⁵ “Tendo dissolvido a concórdia espiritual pela heterodoxia, nós praticamente nos tornamos mais inumanos e selvagens uns com os outros que os bárbaros com os quais lutamos, que foram reunidos pela dissolução da Trindade” (Gregório de Nazianzo *Orationes* 33.2).

¹⁰⁵⁶ Eunápio Fr. 39; KULIKOWSKI, Michael. *Ibidem*, p. 160-161.

¹⁰⁵⁷ AM 31.12.7. Contraditoriamente, se por um lado Marcelino diz que o desastre de Adrianópolis só poderia ser comparado à derrota em Canas, por outro critica os “desfamiliarizados com os registros antigos” de afirmarem que o império jamais havia passado por tamanha catástrofe, ressaltando que tanto em períodos distantes como em passados mais recentes os romanos enfrentaram crises semelhantes à de 378 (AM 31.5.11).

¹⁰⁵⁸ OMAN, Charles. *A History of the Art of War in the Middle Ages: AD 378 – 1515*. Oxford: B. H. Blackwell, 1888. p. 6.

¹⁰⁵⁹ Entre as peças de artilharia posicionadas, Marcelino cita os escorpiões (*escorpiones*). O escorpião era uma pequena peça de artilharia, muito menor que balistas (*balistae*) e onagros (*catapultae*), mas semelhante ao políbole (*polybolos*) dos gregos na Antiguidade Clássica. Grosso modo, funcionava como uma espécie de besta fixa que disparava arpões a longas distâncias (Vitrúvio *De Architectura* 10.10.1-6).

¹⁰⁶⁰ AM 31.15.2-6.

¹⁰⁶¹ AM 31.15.7-9.

¹⁰⁶² AM 31.15.10-15.

¹⁰⁶³ AM 31.16.2-7.

¹⁰⁶⁴ AM 26.7.5; AM 31.16.8; *PLRE* I, p. 481.

¹⁰⁶⁵ Tauro era o nome dado pelos romanos a uma cadeia de montanhas da Lícia, extremo sul da Anatólia, hoje região da Turquia com costa para o Mediterrâneo.

¹⁰⁶⁶ *Res Gestae Divi Saporis* 6.

¹⁰⁶⁷ Eunápio Fr. 22.1.

¹⁰⁶⁸ AM 31.16.8.

¹⁰⁶⁹ *Ibidem*.

¹⁰⁷⁰ Zósimo 4.25.2; KULIKOWSKI, Michael. *Ibidem*, p. 171-172.

¹⁰⁷¹ Zósimo 4.26.2-6.

¹⁰⁷² WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 72.

¹⁰⁷³ Zósimo 4.26.2-6.

¹⁰⁷⁴ Zósimo 4.26.7-9.

CAPÍTULO VII

TEODÓSIO I

7.1 Novo imperador, mesma guerra

Após a batalha, Ricomero e Victor juntaram-se a Graciano em Sirmio. Zósimo descreve uma verdadeira saga de Victor para conseguir alcançar o imperador evitando os godos no caminho. Fugindo das regiões ocupadas pelo inimigo ao norte, partiu de Adrianópolis acompanhado de poucos homens no sentido sudoeste até a Tessália, Macedônia, para só depois subir para as províncias da Mésia Primeira e, por fim, Panônia. Era um grande desvio¹⁰⁷⁵. Embora pertencesse ao ocidente, Sirmio era uma das cidades mais próximas do oriente. Lá estava o imperador e seu pequeno exército. Graciano precisava tomar uma decisão rapidamente, a porção oriental do império estava sem seu imperador, e ele não poderia permanecer indefinidamente na divisa monitorando a situação com os godos sem que isso comprometesse sua base política na Gália, que começava a receber novos ataques alamanos. Era necessário indicar alguém para o trono, alguém minimamente preparado para o difícil desafio de estabilizar o império, de recriar um exército para recuperar o controle dos Bálcãs e manter a frágil paz firmada com os sassânidas. O único filho de Valente, Valentiniano Gálata, havia morrido ainda criança em 369. Se Graciano era jovem, seu irmão Valentiniano II, então no comando — formalmente, pelo menos — da Itália, África e parte da Ilíria, possuía apenas 7 anos de idade. A gravidade do cenário exigia um nome com experiência e a escolha acabou recaindo sobre Teodósio¹⁰⁷⁶, que se tornou conhecido como Teodósio I ou Teodósio, o Grande, um aristocrata da Hispânia que ascendeu na hierarquia militar muito em razão da influência do pai, o conde Teodósio, por vezes chamado como Teodósio, o Velho¹⁰⁷⁷. Tinha à época entre 29 e 32 anos de idade. Não é muito o que sabemos sobre sua biografia antes da elevação. Durante o reinado de Valentiniano I, participou da expedição para a Britânia liderada pelo pai com a missão de retomá-la das várias tribos bárbaras que fizeram parte da Grande Conspiração de 367-368. Recebeu seu primeiro comando oficial em 374, quando foi apontado duque para a Mésia Primeira

(*dux Moesiae Primae*), e nesse posto repeliu uma ofensiva sárмата, assegurando um tratado de paz favorável para o império. Após a morte do pai, voltou para a Hispânia, onde se retirou da vida pública¹⁰⁷⁸.

A escolha de Teodósio I foi algo inusitado e continua um assunto controverso entre os historiadores. Primeiro, apesar de grande parte dos oficiais presentes em Adrianópolis ter morrido na batalha, algumas personalidades ilustres do alto comando militar do oriente que participaram da campanha contra os godos sobreviveram, como os mestres de cavalaria Victor e Saturnino. Além deles, Ricomero, figura próxima a Graciano no ocidente, também possuía experiência com o inimigo. Talvez justamente a circunstância de terem se envolvido na desastrosa campanha tenha sido o motivo para que a indicação recaísse sobre outro nome. O oriente precisava de um novo líder, alguém capaz de apresentar soluções criativas e reanimar o espírito de resistência dos romanos falantes do grego. Mas mesmo se considerarmos a necessidade de uma nova liderança, Teodósio I seguia uma opção pouco provável. Não obstante tivesse algum mérito na Britânia e Mésia Primeira, havia avançado na carreira apenas até a posição de duque. Nas duas metades do império existiam oficiais mais graduados na hierarquia militar. Apenas para citarmos alguns nomes, no oriente vimos que Júlio era mestre dos soldados; no ocidente, Merobaldo era mestre de infantaria. Merobaldo pode ter sido descartado por não ser de confiança para Graciano, Júlio pela falta de experiência. Além do mais, o conde Teodósio havia sido executado em um obscuro complô na corte de Valentiniano I, colocando o filho em uma posição bastante delicada junto aos valentinianos, tanto que o futuro imperador vivia os últimos anos em uma espécie de exílio nas propriedades da família em Ceuta.

Em um panegírico escrito em homenagem ao novo imperador, Pacato Drepanio diz que inicialmente Teodósio I agradeceu a indicação, mas recusou o cargo. Só o aceitou algum tempo depois, após insistirem, e não sem relutar¹⁰⁷⁹. A afirmação provavelmente não guarda correspondência com a realidade, sendo uma tentativa de enaltecer sua imagem como um homem simples e despretensioso. Não era um convite que se recusasse. Linhas gerais, Teodósio I ficará conhecido como o último imperador que reinou sozinho sobre as duas metades do império, e seu governo será marcado por uma enérgica defesa da ortodoxia nicena contra as heresias e o que restava do

paganismo. Mas voltemos à indicação. Em uma simplificação exagerada dos acontecimentos, Teodoreto conta que Graciano tomou sua decisão e enviou emissários para comunicá-la a Teodósio I, que partiu às pressas para a Trácia, onde derrotou os bárbaros que assolavam o país e obrigou os sobreviventes a voltarem para a margem norte do Danúbio¹⁰⁸⁰. O bispo Teodoreto era um ferrenho apoiador de Teodósio I por sua postura religiosa inflexível, e seu comentário não passa de outra peça de propaganda. Dadas as circunstâncias, uma vitória rápida sobre os godos era simplesmente impensável.

Um ponto que tem sido reanalisado por historiadores modernos é se Teodósio I realmente estava na Hispânia, outro extremo do império, quando Graciano tomou a decisão de elevá-lo. Algumas hipóteses têm sido levantadas sobre o assunto. Uma delas defende que Teodósio I foi reconvocado algum tempo antes, talvez em 377, e que em 378 participou da campanha contra os sármatas na Ilíria. Pelos seus méritos militares, foi promovido a mestre, talvez a mestre de cavalaria. Quando Graciano foi informado da derrota em Adrianópolis, era o único no ranque de mestre a acompanhá-lo em Sirmio. O imperador então o promoveu novamente, dessa vez a mestre dos soldados para o oriente (*magister militum per oriens*), atribuindo-lhe a custosa missão de estabilizar a crise com os godos. Por fim, à posição que lhe assegurou o trono nos meses seguintes¹⁰⁸¹. Nessa perspectiva, Teodósio I não foi imediatamente proclamado imperador, mas encarregado de contornar a crise nos Bálcãs como general, e só depois de apresentar resultados positivos, foi proclamado. A tese não encontra respaldo expresso nas fontes, mas apresenta um cenário mais plausível explorando a lacuna compreendida entre os anos 375 e 378, entre o exílio na Hispânia e a elevação, intervalo não comentado pelos autores antigos.

Qualquer que tenha sido a designação inicial de Teodósio I, como imperador ou general, Graciano deixou-o encarregado do oriente e retornou para a Gália com seu exército¹⁰⁸². É de esperar que tenha fornecido conselheiros militares e algum apoio logístico ao sucessor, não mais que isso. Teodósio I teria que recrutar novas tropas e treiná-las. Mas Graciano tomou uma última medida para ajudá-lo. Tradicionalmente uma possessão do ocidente, a diocese da Panônia (Ilíria, a partir de 395), ou pelo menos parte substancial das províncias da Dalmácia, Panônia Valéria e Panônia Secunda, foi cedida ao oriente para permitir a criação de um teatro de operações unificado. Graciano não participaria da guerra no extremo leste da sua metade do

império. Concluídos os últimos ajustes, Teodósio I partiu de Sirmio e montou base em Tessalônica, sua primeira visita a Constantinopla só ocorreria em novembro de 380 para celebrar um triunfo sobre os godos¹⁰⁸³. As muralhas de Constantinopla eram suficientes para impedir que os godos cruzassem o Helesponto em direção a Anatólia. Por outro lado, Tessalônica, capital da diocese da Macedônia e da província da Macedônia Prima, proporcionava uma posição estratégica mais adequada, mais central e próxima às cidades da Dácia e Trácia. Além disso, era uma cidade costeira, com acesso direto ao Egeu e às rotas marítimas do Mediterrâneo. Mesmo que as estradas da Macedônia estivessem eventualmente sob controle do inimigo, poderia ser abastecida pelo mar.

A primeira tarefa de Teodósio I foi obviamente reorganizar o que restava do exército imperial. Embora um terço dos *praesentales* tenha sobrevivido a Adrianópolis, vimos que as unidades sofreram tantas baixas que não restou alternativa senão desmantelá-las. Jamais seriam comissionadas novamente. Novos corpos militares foram criados entre 379 e 380 e abastecidos com uma esperada campanha de recrutamento em massa. O catálogo de regimentos presente no Registro de Dignitários retrata o estado do exército imperial em 394, trazendo-nos uma visão geral da reestruturação¹⁰⁸⁴. O recrutamento desagradou diversos setores da sociedade romana, a começar pelos próprios conscritos. A essa altura o serviço militar não era mais atrativo como nos tempos dos grandes bônus de Caracala. O exército estava desmoralizado; o risco de morrer em combate era grande, e os soldos, pequenos. Zósimo destaca um sentimento de insatisfação dos soldados pela larga discrepância dos soldos pagos a praças e oficiais¹⁰⁸⁵. Homens mutilavam-se para evitar o alistamento a ponto de uma lei ser editada para impedir a dispensa dos convocados que amputassem os próprios dedos¹⁰⁸⁶. Outras legislações impunham punições severas para os encarregados do recrutamento que não agissem conforme seus deveres e para as províncias que fornecessem homens tidos como indignos para o combate, como “*escravos, empregados de tavernas, padeiros e cozinheiros*”¹⁰⁸⁷. Libânio comenta que o império se viu obrigado a recrutar trabalhadores do campo em razão do “*desaparecimento dos homens que ganhavam a vida com o exército*”¹⁰⁸⁸, reacendendo as velhas indisposições entre a corte e a aristocracia rural, que perdia sua mão de obra. Segundo o autor, mineiros receberam ordens para priorizar a extração de ferro no lugar do ouro, pois o material era

necessário para a fabricação de novos armamentos¹⁰⁸⁹. Veteranos reformados foram reconvocados. Zósimo menciona o recrutamento de “*bárbaros além do Ister* (Danúbio)”, apesar da desconfiança que pairava sobre eles. Para reduzir o risco de esses federados também se revoltarem, muitos foram enviados para regiões do extremo oriente, em especial para o Egito, e em troca essas províncias despachavam suas unidades romanas aos Bálcãs¹⁰⁹⁰. Por fim, o historiador observa que, embora o império tenha perdido parte considerável dos seus oficiais em Adrianópolis, o novo exército de Teodósio I foi preenchido com um número excessivo de médias e altas patentes. O alto comando, que usualmente contava com um mestre de cavalaria e outro de infantaria, agora possuía “*mais de cinco deles*”, e o número total de oficiais “*mais que duplicou*”¹⁰⁹¹.

Em um interessante trabalho sobre os triunfos romanos, McCormick avalia que os primeiros anos de governo de Teodósio I foram marcados por uma necessidade psicológica coletiva de sucessos militares. Natural. Havia um clima de revanche, sobretudo pela dimensão dada à campanha de recrutamento. E o imperador soube explorar o potencial das grandes festividades públicas para revigorar o espírito marcial dos romanos¹⁰⁹². Em 17 novembro de 379, Teodósio I enviou mensageiros a Constantinopla para noticiar vitórias sobre godos, alanos, hunos e “*outras gentes citas*”¹⁰⁹³. Pouco sabemos sobre elas. Como nenhuma grande batalha de campo é reportada para o período, estamos provavelmente diante de conquistas menores e pontuais que foram aumentadas pela propaganda imperial. Essas mesmas vitórias foram anunciadas por Símaco¹⁰⁹⁴ ao Senado de Roma, cujos senadores despacharam congratulações ao imperador do oriente¹⁰⁹⁵. No ano seguinte, 380, são divulgadas vitórias conjuntas de Graciano e Teodósio I. Para celebrá-las, um majestoso triunfo foi organizado em Constantinopla. Essa seria a primeira vez que o imperador colocaria os pés na capital depois da elevação¹⁰⁹⁶. Para que se tenha uma ideia da quantidade de comemorações, nas sete décadas que antecederam Adrianópolis, dos reinados de Constantino a Valente, as fontes documentam um total de 12 festejos relacionados a vitórias militares, uma média de dois a cada 10 anos. Porém somente nos 10 anos que se seguiram ao desastre de 378 são registrados seis eventos dessa natureza¹⁰⁹⁷. Uma lei de agosto de 379 estabeleceu que toda espécie de contribuição voluntária (*aurum coronarium*) paga como gesto de agradecimento ao imperador por liderá-los

nessas vitórias fosse aceita pelas cúrias locais¹⁰⁹⁸. A norma indica que essas celebrações, para além de revigorarem a moral romana, prestavam-se a abastecer o tesouro do império. Afinal, o costume ditava que os grandes aristocratas e as altas autoridades concedessem gordos donativos ao imperador nessas ocasiões.

Embora essas comemorações sugiram que Teodósio I conseguiu contornar a crise nos Bálcãs sem maiores dificuldades, a realidade em campo foi mais amarga que a divulgada ao público. O conflito estendeu-se até 382, totalizando mais ou menos seis anos de guerra, e uma trégua só foi alcançada depois de uma custosa negociação com os chefes godos, e as condições impostas pela coalizão bárbara foram desastrosas para o império. A curto prazo, o tratado trazia paz para a região, mas cancelava um novo formato para as relações romano-bárbaras, um modelo que conferia enorme autonomia aos chefes tribais dentro do império. Contudo, até que o acordo fosse acertado, a guerra seguiu o impasse de sempre: os godos percorriam o interior praticamente sem oposição, enquanto os romanos se encastelavam atrás das muralhas. Os escritos de Zósimo com base em Eunápio são nossa principal fonte sobre o período compreendido entre 379 e 382, mas apresentam uma série de inconsistências. Em determinado momento do texto, ao autor parece contar a mesma história uma segunda vez. Para Heather, Zósimo primeiro reproduziu a sequência narrativa de Eunápio, em seguida acrescentou a ela informações que extraiu de outras fontes, porém sem perceber que essas informações abordavam eventos sobre os quais já havia escrito com suporte em Eunápio, tratando-os como fatos novos. Em outras palavras, o produto final de Zósimo é possivelmente uma narrativa linear acompanhada de um pequeno resumo¹⁰⁹⁹. Se partirmos dessa premissa, a história como foi contada até segue uma linha lógica compreensível, apesar de repleta de lacunas. Faltam nomes e datas. Um tom de hostilidade em relação a Teodósio I é facilmente identificável, o que se justifica pelo paganismo de Zósimo e Eunápio¹¹⁰⁰. Jordanes até faz um apanhado sobre o período, mas sua exposição é ainda mais enxuta e genérica¹¹⁰¹.

Em 379 os combates se concentraram na Trácia. Confrontos entre romanos e godos devem ter ocorrido durante todo o ano, mas Zósimo faz referência a apenas um episódio, possivelmente a vitória comunicada aos Senados de Constantinopla e Roma. O incidente envolve um novo

personagem, Modares, descrito como um nobre “*da família real dos citas*” que mudou de lado durante o conflito, deixando seus parentes godos para apoiar os romanos. Por sua lealdade, recebeu de Teodósio I um comando oficial no exército imperial. Durante a guerra seria promovido a mestre dos soldados, o maior posto da hierarquia militar do império. Segundo a história, que não apresenta maiores detalhes sobre local, data e composição das forças envolvidas, Modares e um grupo de soldados romanos ocuparam certa colina e permaneceram escondidos à espera dos bárbaros. Ao receber notícias de batedores de que uma larga coluna inimiga se aproximava pelas planícies “*consumindo com luxúria as provisões que haviam pilhado*”, determinou que seus homens deixassem suas pesadas armaduras e tomassem apenas suas espadas e broquéis¹¹⁰². Realizariam uma investida furtiva. E assim foi feito; os godos foram pegos de surpresa “*enquanto imersos em voluptuosidade*”¹¹⁰³. Bem-sucedido, o ataque provocou muitas baixas entre os adversários. Em um possível exagero, o texto registra que os romanos tomaram 4.000 vagões e fizeram muitos prisioneiros, incluindo mulheres e crianças. A coluna emboscada era não somente um exército, mas uma tribo em deslocamento. Zósimo conclui o episódio afirmando que a vitória teria “*assegurado a paz na Trácia*”¹¹⁰⁴.

A dinâmica descrita se aproxima da de um combate de guerrilha, como os ataques conduzidos por Sebastiano antes da Batalha de Adrianópolis, mas seus resultados apontam para uma grande batalha de campo. Qualquer que seja o caso, a vitória não trouxe fim à guerra, mas é possível que tenha proporcionado um curto período de calma para os moradores da Trácia. Desde 376 a diocese sofria com as pilhagens; a atividade agrícola havia se reduzido sensivelmente com a presença dos bárbaros pelos campos. Por outro lado, isso significava que os recursos disponíveis para os godos se tornavam cada vez mais escassos. Temístio afirma que por volta da primavera de 379 os godos avançaram para o oeste até chegar às províncias da Ilíria, onde são atestados pelo menos até 380¹¹⁰⁵. Considerados esses fatores em conjunto — derrota militar, exaustão de recursos e presença em outras áreas —, é razoável concluirmos que em algum momento de 379 os bandos rebeldes se viram obrigados a partir da Trácia para a Ilíria em busca de novos ganhos, provavelmente tomando ou a *via egnatia*, ou a *via militaris*¹¹⁰⁶. Partindo da informação apresentada por Zósimo de que Modares pertencia à “*família real*

dos citas”, há quem sustente possíveis conexões entre ele e Atanarico¹¹⁰⁷. Isso explicaria em certa medida o fato de combater os parentes godos que assolavam a Trácia, compostos majoritariamente pelo bando de Fritigerno. Uma evidência corrobora essa conclusão: é por volta dessa época, na transição dos anos 370 para 380, que Munderico — partidário de Atanarico que anos antes havia sido enviado pelo juiz tervíngio à margem oriental do Dniestre para supervisionar os movimentos hunos — ressurgue inesperadamente nas fontes romanas já como duque da Arábia (*dux limitis per Arabiam*)¹¹⁰⁸. Desse modo, é possível que alguns correligionários de Atanarico tenham migrado para o império e estivessem a serviço dos romanos. Em sentido oposto, o texto de Zósimo parece sugerir que pelo menos nos primeiros anos da guerra Modares fizesse parte dos grupos rebeldes, tendo passado para o lado dos romanos apenas depois de Adrianópolis. Num ou noutro caso, sua meteórica ascensão na hierarquia militar romana mostra claramente que não era um chefe godo menor¹¹⁰⁹.

Após a vitória de Modares, Zósimo traz um incidente entre tropas romanas e federadas na Filadélfia, Lídia (Alaşehir, Turquia). Dissemos que Teodósio I recrutou tribos da margem norte, talvez sármatas ou mesmo godos de outros ramos — lembremos de Modares e Munderico —, e que o imperador mandou que fossem dispostas no extremo oriente para que unidades romanas dessas regiões seguissem para a Trácia. Embora esses deslocamentos tenham sido organizados justamente para evitar que os federados se unissem aos godos em revolta, acabaram de certa maneira provocando algum tumulto. Um desses grupos federados foi enviado ao Egito. Em contrapartida, destacamentos romano-egípcios partiram em uma marcha ordeira para os Bálcãs, mas os federados enviados ao Egito, que estavam em número muito superior aos egípcios, avançaram para o Nilo trazendo desordem pelas cidades por onde passavam. Uns seguindo para o norte, outros para o sul, as duas tropas se encontraram em Filadélfia, e não demoraria para que uma pequena briga de rua evoluísse para um confronto maior. No mercado da cidade, um comerciante exigiu que determinado bárbaro federado pagasse pela mercadoria que havia levado, mas ao cobrá-lo foi recebido com um golpe de espada. Outro comerciante apareceu em sua defesa, mas também foi atingido. Ao tomarem conhecimento da confusão, alguns soldados egípcios que estavam próximos correram para o lugar. Ordenaram que os federados

interrompessem imediatamente essas “ações tão vis e vergonhosas para homens que viviam sob leis romanas”, mas as advertências não surtiram efeito. Em meio ao bate-boca, foram também atacados pelos bárbaros. O autor não apresenta maiores detalhes sobre a dinâmica do ocorrido, mas afirma que a confusão se alastrou a ponto de se transformar em um embate entre as tropas egípcias e federadas. Apesar de estarem em menor número, os egípcios teriam eliminado 200 bárbaros e ferido outros tantos, obrigando vários a se esconderem nos esgotos da cidade. Os que sobreviveram acabaram se rendendo e seguiram para o Egito sem causar novos transtornos. Lá se submeteram ao comando de um oficial chamado Hormisdas, provavelmente um conde¹¹¹⁰.

Teodósio I adoeceu gravemente no início de 380, e sua morte era dada como certa nos corredores do palácio; chegou a ser batizado às pressas pelo bispo Ascólio¹¹¹¹, mas se restabeleceu algumas semanas depois. Porém a iminência da morte impactou profundamente a vida pessoal e política do imperador, que a partir desse momento abraçou a religião. Já em fevereiro, Teodósio I, Graciano e Valentiniano II expediram o Édito de Tessalônica, que impôs o cristianismo niceno — agora sob o rótulo de “católico” — como religião oficial do império e pôs fim à liberdade de culto. O paganismo e as demais correntes cristãs estavam oficialmente proibidas. Segundo Jordanes, nesse período, começo de 380, os godos dividiram-se em dois grandes grupos: o primeiro, liderado por Fritigerno e composto principalmente pelos tervíngios; o segundo, por Alateu e Safrax, que para além dos próprios grutungos provavelmente contava com elementos remanescentes taifalos e alanos. Enquanto Fritigerno concentrou suas operações na Tessália, Épiro e Acaia, províncias situadas no extremo sul da diocese da Macedônia que hoje compreendem a maior parte da Grécia, Alateu e Safrax seguiram para a Panônia. Como Teodósio I ainda estava debilitado, Graciano partiu pessoalmente para conter os grutungos na Panônia. No entanto, o imperador do ocidente conseguiu encontrar uma solução diplomática, e o confronto militar foi evitado. Com “graça e generosidade” (*gratia et munus*), Graciano firmou um tratado com os grutungos, que foram assentados como colonos na Panônia Prima ou Valéria¹¹¹². Era o fim da guerra para a tribo de Alateu e Safrax, mas o imperador do ocidente não avançaria mais ao leste para conter os tervíngios. O bando de Fritigerno, aparentemente o maior e mais poderoso deles, era um problema com que Teodósio I deveria lidar sozinho.

A vitória de Modares e o incidente em Filadélfia são exemplos de como Zósimo e Eunápio selecionam acontecimentos específicos para retratar contextos maiores, e a narrativa segue com um terceiro episódio. Chegando nos Bálcãs, as tropas egípcias foram despachadas para a Macedônia, o que corrobora o relato de Jordanes sobre a posição do bando de Fritigerno. Lá, depararam-se com um cenário de desordem e indisciplina no campo onde as forças a serviço do império estavam reunidas. Romanos e federados amontoavam-se em áreas comuns e compartilhavam as mesmas tendas; nem sequer havia uma relação com os nomes dos soldados presentes. Os federados podiam sair e voltar a qualquer momento, até mesmo para seus países de origem na margem norte. Não havia muito controle. Por meio de alguns desertores federados, Fritigerno soube que os romanos conduziam seus assuntos militares com negligência e decidiu explorar a oportunidade. Os godos cruzaram um rio cujo nome não é revelado¹¹¹³ e marcharam sobre a Macedônia sem encontrar resistência pelo caminho. Aproximando-se do campo romano, atacaram. Nos combates que se seguiram, os federados juntaram-se aos godos, e, embora Zósimo não mencione ajustes prévios, é possível que o movimento tenha sido combinado com alguma antecedência. “*Romanos e egípcios*” resistiram, mas, para além de terem sido pegos de surpresa, estavam em desvantagem numérica. Conseguiram conter os atacantes apenas por tempo suficiente para que Teodósio I conseguisse fugir dali. Conclui Zósimo que, tivessem os godos partido no enlace dos fugitivos, nenhum teria saído vivo, mas após vencerem a resistência romana se deslumbraram com os espólios e não houve perseguição¹¹¹⁴.

Em que pese as fontes não sejam claras sobre o local do confronto, o incidente ficou conhecido como a Batalha de Tessalônica. Apesar da vitória, Fritigerno decidiu não atacar as cidades das províncias mais próximas, Macedônia e Tessália, certamente por continuar sem capacidade operacional para conduzir grandes cercos, e os godos partiram para outras localidades não informadas. Curiosamente, Zósimo diz que Fritigerno esperava receber tributos das cidades do sul da Grécia, embora não esclareça se os romanos efetivamente chegaram a pagá-los¹¹¹⁵. Talvez as autoridades da região tenham desembolsado gordas quantias para que partissem dali, evitando desgastes com cercos e pilhagens. Considerando que Zósimo encerra o relato sobre a batalha da Macedônia dando conta de que Teodósio I partiu de lá para Constantinopla,

e sabemos que o imperador chegou à capital em novembro de 380, é possível que o episódio tenha ocorrido durante a temporada de campanha entre abril e junho, período no qual as fontes não registram a presença do imperador em Tessalônica¹¹¹⁶.

A derrota romana atingiu severamente o novo exército que o imperador tanto se esforçava para reconstruir. Embora a historiografia não confira o mesmo destaque dado a Abrito e Adrianópolis, muito em razão da falta de informações sobre a batalha, estamos provavelmente diante de uma nova destruição do exército imperial, não de um revés menor. Teodósio I enviou emissários a Graciano para noticiar o ocorrido e pedir reforços. Paradoxalmente, Zósimo e Osório registram que a entrada do imperador em Constantinopla foi feita com grande pompa, como se celebrasse um triunfo militar. Ignorava-se completamente o estado de calamidade que assolava as províncias ao oeste da capital¹¹¹⁷. De duas, uma: ou a cronologia proposta por Zósimo não está inteiramente correta, ou Teodósio I conseguiu alguma vitória menor antes de chegar à capital para ser explorada pela máquina de propaganda imperial. É difícil conceber que tenha celebrado um triunfo imediatamente após a catástrofe sofrida nos arredores de Tessalônica sem algum resultado concreto para apresentar ao público. Seja como for, a ida de Teodósio I a Constantinopla logo após a derrota pode estar associada a duas questões. Primeiro, as muralhas da cidade proporcionavam um ponto defensivo seguro. Segundo, talvez o imperador sentisse necessidade de comparecer pessoalmente ao centro do poder para assegurar sua posição. Teodósio I não possuía uma linhagem real, não era um valentiniano, e sim um general derrotado. Um estranho na corte do oriente, um forasteiro trazido da Hispânia com a missão clara de resolver o problema dos godos. E falhava.

Após os godos abandonarem o sul da Grécia, o imperador reforçou as cidades da região com novas guarnições. Sem poupar críticas a Teodósio I, Zósimo destaca como o imperador teria sido insensível ao sofrimento dos que moravam nessas províncias com a cobrança de pesados tributos. Afinal, haviam acabado de sofrer enormes perdas com os ataques bárbaros. *“Tomou não só seus dinheiros, mas também os ornamentos e as roupas das mulheres, reduzindo-as quase à nudez para satisfazer sua sanha por impostos”*, afirma. Em uma curiosa comparação, o autor chega a contrapor a imagem do imperador à *“humanidade dos bárbaros”*, dizendo que muitos agora preferiam estar sob o jugo

de Fritigerno. Algumas cidades da Macedônia e Tessália teriam inclusive enviado representantes ao juiz tervíngio pedindo assistência contra o imperador¹¹¹⁸. Embora o relato soe como exagero, podemos compreendê-lo como um sinal de que a popularidade de Teodósio I foi afetada pela cobrança de tributos nos locais mais afetados pela crise.

Depois de Adrianópolis, Graciano permaneceu nos Bálcãs até o verão de 379, quando retornou para a Gália deixando Teodósio I encarregado do oriente. No percurso, passou algum tempo na Itália. Em 380 montou sua corte temporariamente em Aquileia, importante ponto de controle dos Alpes Julianos, e de lá negociou o tratado de paz com Alateu e Safrax. É possível que os dois imperadores tenham se encontrado em Sirmio novamente por volta de agosto e setembro¹¹¹⁹. Ao saber da derrota de Teodósio I na Macedônia, Graciano enviou dois de seus generais, Bautão e Arbogasto, com uma “*força suficiente*” de socorro para o oriente. De origem franca, os dois comandantes são descritos como homens “*livres de corrupção e avarice*”. Ocupavam os postos de mestre dos soldados e conde, nessa ordem. O envio de reforços demonstra a gravidade da derrota ocorrida na Macedônia. Graciano não havia mandado tropas para o oriente após Adrianópolis — e sabemos o quão catastrófica foi a batalha de 378 para os romanos —, agora enviava socorro. Zósimo e Jordanes apresentam relatos desencontrados sobre os próximos movimentos godos, colocando-os ora na Ilíria, ora na Trácia. Ao que parece, os grutungos teriam seguido para terras mais distantes em sentido noroeste até alcançarem a Panônia, onde foram assentados por Graciano. Por sua vez, os tervíngios saíram da Macedônia na mesma direção da Ilíria, mas não avançaram tanto. Quando Bautão e Arbogasto cruzaram a fronteira com o oriente, avançaram sobre o bando de Fritigerno absorvendo pelo caminho eventuais unidades remanescentes de Teodósio I. Melhor dizendo, os soldados que compunham as guarnições das cidades da Ilíria. Quando Fritigerno percebeu a aproximação da força expedicionária, determinou uma retirada geral para a Trácia, talvez antes mesmo de algum combate¹¹²⁰.

7.2 O *foedus* de 382

No final de 380, por volta da época em que Teodósio I realizou sua triunfal entrada em Constantinopla, Graciano finalmente retornou para Tréveris. A vitória dos godos na Macedônia parecia definir os rumos da guerra em favor

dos godos, mas a intervenção de Graciano fazia o conflito retornar à mesma situação de impasse. Se por um lado o exército imperial perdia novamente sua capacidade operacional, por outro Fritigerno sabia que vitórias militares em campo, por maior que fossem, não seriam suficientes para derrotar o império. Os godos movimentavam-se livremente pelos Bálcãs, mas só. Constantinopla impedia a travessia do Helesponto enquanto as províncias da Anatólia, Levante e Egito continuavam fornecendo os recursos necessários para a resistência. Enquanto isso, nenhum sinal de que os sassânidas atacariam o extremo oriente. Um imenso esforço logístico era conduzido para manter as cidades da Trácia abastecidas e os romanos continuavam encastelados atrás de suas muralhas. Dizendo de outra maneira: Fritigerno havia destruído dois grandes exércitos do império e seu povo seguia vagando pelos campos da Trácia como uma enorme massa de refugiados. Um dos principais motivos para que o Império Romano tenha sobrevivido por tantos séculos foi sua habilidade para levantar novos exércitos após ser derrotado. Aníbal é sem sombra de dúvidas a maior testemunha da resiliência romana. À medida que meses e anos se passavam, ficava cada vez mais claro que o conflito seguiria indefinidamente se os dois lados não chegassem a alguma espécie de compromisso.

A corte começava a mudar seu discurso. Era preciso adequar — melhor, reduzir — as expectativas da população do império, e essa não seria uma tarefa fácil. Desde os primórdios da república, em especial a partir das campanhas expansionistas do século II a.E.C., os romanos construíam uma história voltada para a guerra. Na mentalidade romana, não havia vitória fora do combate. A drástica mudança no tom dos discursos de Temístio é sintomática. Em sua *Oração 14*, primeiro dos sermões que dedicou a Teodósio I, o orador exaltou a capacidade militar do novo imperador como experiente oficial de carreira e filho do ilustre general de Valentiniano I, certamente a melhor decisão de Graciano para reverter os fracassos de Valente. Em contrapartida, sua *Oração 15*, dada no início de 381, confere ênfase às virtudes morais de Teodósio I e sua competência para tratar das mais variadas questões domésticas, como a administração da justiça. A mensagem geral do segundo discurso era clara: se o *dominus* fosse um bom comandante militar, ótimo, melhor para todos; mas sua principal função era o governo civil. A guerra era assunto para seus generais. No terceiro discurso, *Oração 16*, Temístio questiona se não seria melhor encher a Trácia de colonos que de corpos, uma clara

manifestação de apoio a uma solução negociada com os godos¹¹²¹. Um acontecimento no mínimo inusitado mostraria a súbita mudança de postura da corte. No dia 11 de janeiro de 381, Atanarico apresentou-se pessoalmente em Constantinopla para oferecer sua rendição ao imperador¹¹²². O famigerado juiz tervíngio que jurou jamais colocar os pés em solo romano havia perdido grande parte da sua tribo combatendo romanos, facções tervíngias rivais e hunos nas últimas décadas. O motivo para sua ida ao império talvez esteja em um comentário solto de Marcelino: “foi expulso das próprias terras por outra facção da sua gente”¹¹²³. Estava velho e cansado de guerras perdidas. No lugar de desdenhá-lo como um inimigo derrotado, Teodósio I recebeu-o com honras de Estado. Acompanhado por uma pequena comitiva, o imperador saiu ao seu encontro a alguma distância da capital para escoltá-lo até a cidade¹¹²⁴. Se podemos conferir alguma credibilidade a Jordanes, o autor assim descreve sua entrada em Constantinopla:

Atanarico consentiu com muita alegria (ao convite de Teodósio I). Ao entrar na cidade real, exclamou maravilhado: ‘*Eis que agora vejo o que muitas vezes ouvi com ouvidos incrédulos*’, referindo-se à grande e famosa cidade. Voltando os olhos para lá e para cá, ele se maravilhou ao contemplar a localização da cidade, o ir e vir dos navios, as esplêndidas muralhas e as pessoas de diversas nações chegando como enchentes de diferentes regiões que deságuam na mesma bacia. E quando viu o exército em formação, ele disse: ‘*De fato, o imperador é um deus na terra, e quem levantar a mão contra ele é o culpado pelo próprio sangue*’.¹¹²⁵

Nada sabemos sobre as tratativas que antecederam o episódio. Por alto, podemos concluir que o fato de Fritigerno ter se tornado o grande adversário do império acabou criando as condições para uma aproximação de Atanarico. Esse movimento ocorria há algum tempo; vimos que Munderico aparece nas fontes como um duque da Arábia. Se a conexão entre Modares e os Amalos estiver correta, temos uma segunda evidência nesse sentido. Fritigerno pode ter atacado seu antigo rival durante a guerra, forçando-o a oferecer seus serviços ao império. Essa hipótese é corroborada por uma afirmação presente em Zósimo, que cita uma preocupação de Fritigerno com a possibilidade de Atanarico atacá-lo enquanto combatia os romanos: “*eles (os godos que atacavam os Balcãs) decidiram remover Atanarico, o chefe da família real dos citas, para que nenhum inimigo fosse deixado na retaguarda para impedi-los de sua empresa*”¹¹²⁶. Qualquer que fosse o motivo para Atanarico ir a Constantinopla, o acontecimento foi explorado pela propaganda imperial como uma vitória

romana. E não era para menos, Atanarico era um dos grandes inimigos da história recente do império. No entanto, em que pese o fato tenha sido retratado como uma rendição, é mais provável que tenha sido recebido como uma espécie de exilado, até porque o juiz tervíngio não estava em guerra com o império desde o acordo firmado em 369 com Valente. No máximo, desde quando os romanos haviam apoiado Fritigerno na guerra civil tervíngia. O cenário não era o dos membros de uma tribo inteira cruzando o Danúbio para servirem como federados, mas o de Atanarico e um pequeno séquito de seguidores chegando em Constantinopla, não mais que isso. Para deixar a situação ainda mais intrigante, ele morreu de causas naturais em 25 de janeiro, apenas 14 dias depois de entrar na capital. Sua morte também foi explorada pela propaganda. Teodósio I ordenou que o godo fosse enterrado com um funeral de Estado digno de um importante aliado do império, conforme os ritos romanos e as pompas de praxe¹¹²⁷. A honraria era um gesto a Fritigerno. O imperador mostrava aos godos que assolavam o país as vantagens de retornarem à aliança, não precisavam ser inimigos para sempre.

Na religião, a admissão de Atanarico em 381 pode ter sido muito diferente da chegada de Alavivo e Fritigerno em 376. Embora exista quem sustente que Valente possa ter exigido uma conversão em massa ao cristianismo dos tervíngios, talvez até uma exigência mais específica ao arianismo, como condição para conceder a autorização de entrada, os escritos que abordam o assunto não suportam expressamente a tese. Valente contribuiu para a conversão dos godos ao cristianismo ariano, mas chancelando as campanhas de Úlfilas e outros missionários arianos na margem norte e apoiando a facção de Fritigerno contra Atanarico, não muito além disso. Em contrapartida, há sinais que apontam para uma possível imposição de conversão ao até então pagão Atanarico. Precisamos compreender que as circunstâncias de 376 e 381 eram substancialmente diferentes. O juiz tervíngio não estava acompanhado por uma grande multidão como a de Alavivo e Fritigerno, mas de um pequeno grupo de seguidores, não estava em posição de barganhar. E o imperador à época era Teodósio I, que conhecemos por sua dura postura religiosa. A primeira evidência é o próprio funeral. Marcelino diz que *“Atanarico foi enterrado à nossa maneira com ritos esplêndidos”* (*ambitiosis exsequiis ritu sepultus est nostro*), e Jordanes é enfático ao afirmar que o imperador *“não apenas lhe deu um enterro digno, mas ele próprio carregou seu caixão”* (*dignae tradidit sepulturae, ipse*

quoque in exsequiis feretro ejus praeiens)¹¹²⁸. Ora, é difícil acreditar que Teodósio I, um niceno fervoroso, tenha participado de uma cerimônia pública pagã. Nesses tempos, devemos entender “rito romano” apenas como “rito cristão”. Um segundo indício pode ser encontrado numa troca de correspondências entre Gregório de Nazianzo e Modares. Nelas, bispo e general falam sobre a fé que compartilhavam e divagam sobre como palavras das línguas grega e gótica apresentam diferentes significados com relação aos assuntos mundanos, mas não aos espirituais. A documentação mostra claramente que o suposto membro da família de Atanarico havia se convertido ao credo niceno¹¹²⁹. Esses elementos esparsos nos permitem formular a hipótese de que Atanarico e seus seguidores tenham se convertido ao cristianismo niceno no curto intervalo em que permaneceram em Constantinopla¹¹³⁰.

Seja como for, nas palavras de Zósimo, os godos de Fritigerno “*ficaram tão maravilhados com o esplendor do funeral que retornaram ao seu país sem molestar novamente os romanos, tão encantados ficaram com a liberalidade e magnificência do imperador*”¹¹³¹. O simbolismo do funeral para o processo de paz também aparece em Osório, para quem “*após a morte do rei (Atanarico), todas as tribos góticas, ao perceberem a bravura e bondade do imperador, submeteram-se ao domínio romano*”. No excerto, Atanarico é descrito por Osório como *rex universarum gentium gothicarum*, o rei de todas as tribos godas¹¹³². Jordanes apresenta uma versão semelhante. Porém complementando o comentário de Osório sobre Atanarico estar no controle de todas as tribos godas, coloca-o estranhamente no comando do bando de Fritigerno. Conta-nos que Teodósio I, tendo recebido notícias de que Graciano havia conseguido celebrar um *foedus* com os grutungos, decidiu tentar a mesma sorte com os tervíngios. Contudo, ao falar sobre a ida de Atanarico a Constantinopla como se o juiz tervíngio atendesse a um convite do imperador, Jordanes refere-se a ele como “*aquele que sucedeu a Fritigerno*” (*qui tunc Fritigerno successerat*). Nesse sentido, Atanarico teria firmado um acordo com Teodósio I em nome de todos os godos que atacavam os Bálcãs¹¹³³. Os três autores pecam pelo reducionismo. Primeiro, não se ignora que as honrarias concedidas por Teodósio I a Atanarico tenham provocado algum impacto sobre o bando de Fritigerno, mas um tratado só seria celebrado em outubro de 382, quase 18 meses depois do funeral. O gesto pode ter contribuído, mas não foi determinante para a paz. Além disso, muito

diferente do que diz Zósimo em particular, veremos que os godos não retornarão à margem norte mesmo depois de firmarem um novo acordo com Constantinopla; permanecerão em território romano, embora agora como aliados. Quanto a Osório e Jordanes, é difícil acreditar que Atanarico tenha conseguido se consolidar como sucessor de Fritigerno e líder hegemônico das tribos godas. Desde a guerra civil tervíngia, Atanarico havia se tornado indiscutivelmente o chefe menor. Teria atravessado o Danúbio e derrotado Fritigerno? Teria Fritigerno morrido por algum motivo e sua tribo convocado Atanarico para sucedê-lo? Embora esses não sejam cenários impossíveis, são no mínimo improváveis.

Conquanto seja difícil acreditar que Fritigerno tenha sido sucedido pelo velho Atanarico, o fato é que seu nome desaparece completamente da literatura romana. Não é mais citado por Zósimo, Jordanes ou qualquer outro autor antigo. Mesmo se considerarmos a versão de que Atanarico tenha cruzado o Danúbio, vencido Fritigerno e celebrado o acordo com Teodósio I, as fontes não esclarecem quem teria sucedido o próprio Atanarico. Sabemos que Fritigerno desaparece mais ou menos no mesmo período em que godos e romanos firmaram o tratado de 382, não mais que isso. É possível que o imperador tenha exigido a retirada de Fritigerno do poder, com ou sem morte, como condição do novo *foedus*, algo como “negociamos com vocês, mas não com esse chefe”. Uma situação parecida ocorre com os grutungos; o rei Viderico deixa de ser citado pelas fontes. Em verdade, desde a travessia de 376 apenas Alateu e Safrax aparecem como líderes da coalizão grutunga. Farnóbio surge e desaparece nesse intervalo. Ainda que o jovem Viderico estivesse vivo em 380, quando os grutungos foram assentados por Graciano na Panônia, a circunstância de não ser mencionado expressamente demonstra que Alateu e Safrax continuavam no comando de fato do grupo.

A guerra arrastou-se entre 381 e 382, mas não são reportadas novas grandes batalhas para o período. Heather defende que a campanha de Bautão e Arbogasto tenha ocorrido apenas em 381, não imediatamente depois de Graciano assentar os grutungos na Panônia em 380. Em sua *Oração 16*, discurso que proferiu poucos anos depois, em 383, para homenagear o imperador pela paz e o general Saturnino pelo consulado, Temístio traz uma afirmação curiosa sobre os últimos anos da guerra; diz que “os citas foram vencidos por forças intelectuais, não físicas”¹¹³⁴. O comentário reforça a hipótese de que os godos, ao

perceberem a aproximação do exército de Bautão e Arbogasto, tenham partido para a Trácia sem que as duas forças tivessem se enfrentado em campo. E que a partir daí o conflito tenha se transformado em uma guerra de atrito com confrontos menores aqui e ali. Não teria havido nenhuma conquista significativa de godos ou romanos após a Batalha de Tessalônica. Sobre as negociações que antecederam o acordo de 382, Teodósio I encarregou Saturnino de conduzi-las em seu nome. A próxima referência a Ricomero ocorre apenas em 383, quando aparece como mestre dos soldados no oriente, mas é possível que também tenha participado das tratativas¹¹³⁵. Um compromisso foi finalmente alcançado em 3 de outubro de 382¹¹³⁶.

Nenhuma fonte especifica os termos exatos do tratado, mas podemos inferir suas condições gerais pelo que ocorrerá a partir desse momento. Para compreendermos o *foedus* de 382, precisamos primeiro perceber que os godos claramente ocupavam uma posição de vantagem na mesa de negociações muito maior que aquela que possuíam em 376, quando pediram asilo a Valente. Alguns autores romanos retratam o acordo como a capitulação de um povo bárbaro qualquer. Osório, por exemplo, utiliza o verbo *dedo* (submeter-se), raiz da palavra *dediticii* (deditícios). Temístio conta que “(os chefes godos) *largaram suas armas e espadas e se ajoelharam perante o imperador*”¹¹³⁷. Esses comentários lisonjeiros não passam do que são: comentários lisonjeiros. Dessa vez os godos não se submeteriam ao tradicional estatuto dos deditícios; não se renderiam incondicionalmente para serem espalhados pelo império, muito pelo contrário.

Comecemos pela concessão de terras. Em um discurso que proferiu diante da corte de Arcádio, filho de Teodósio I e futuro imperador do oriente (383-408), Sinésio de Cirene fala sobre “*citas*” se dedicando à atividade agrícola nas províncias e sobre a necessidade de alistá-los no exército romano no início dos anos 380¹¹³⁸. Na mesma linha, Pacato menciona godos sendo utilizados não só para engrossar as fileiras do exército, mas também para suprir a falta de mão de obra no campo¹¹³⁹. Vimos que Temístio questiona se teria sido melhor para o império encher a Trácia com os corpos dos bárbaros do que com colonos¹¹⁴⁰. Como dissemos não só uma vez, as pilhagens e o êxodo para as cidades afetaram profundamente a economia do império, em especial sua agricultura. Agora os godos recebiam largas porções das mesmas terras que haviam saqueado nos últimos anos. Para os romanos, assentá-los como colonos era

uma maneira de reaquecer a atividade agrícola nos Bálcãs sem que fosse preciso mobilizar trabalhadores das províncias asiáticas para a tarefa. Terras da Trácia foram concedidas, possivelmente em áreas situadas entre o Danúbio e as Cordilheiras Balcânicas, onde comunidades godas (*kunja*) inteiras foram instaladas, e passaram a funcionar como zona-tampão interna contra outros povos do *barbaricum*, notadamente contra a nova potência da região, os hunos. Essa conclusão encontra suporte em Zósimo. Embora o autor diga que os godos retornaram ao seu país na margem norte, diz também que “*aqueles que haviam seguido o falecido chefe (Atanarico) mantinham contínua guarda na margem do rio, de modo a impedir que nenhuma incursão fosse feita contra os romanos*”¹¹⁴¹. Para o direito romano, formalmente os godos não se tornavam proprietários dessas terras, mas meros possuidores. Em outras palavras, não eram donos, apenas possuíam autorização para explorá-las. Oficialmente, esses territórios seguiam parte do império; na prática, a situação talvez fosse mais nebulosa¹¹⁴². A grande diferença desse para os outros acordos foi que dessa vez a velha política de dispersão sequer seria cogitada. Os godos seguiriam como uma nação dentro de outra. Embora formalidades fossem mantidas, pouco a pouco o poder de fato era transportado das autoridades civis e militares romanas para os chefes godos nas regiões cedidas. Sob certo aspecto, pode-se dizer que o *foedus* de 382 lançava as bases para o surgimento dos reinos góticos do século V. Vejamos um trecho da *Oração 16* de Temístio:

Assim veremos os citas fazerem o mesmo dentro de pouco tempo. Por enquanto, seus confrontos conosco ainda são recentes, mas de fato os receberemos em um futuro não muito distante para compartilhar nossas celebrações religiosas, nossas mesas, servindo ao nosso lado no exército e pagando impostos como fazemos¹¹⁴³.

Ao dizer que “*em um futuro não muito distante*” poderiam contribuir com soldados e impostos, Temístio revela, a contrário, que o acordo não estipulava a obrigação de fornecerem homens para o exército imperial, tampouco de pagarem tributos sobre as terras que recebiam. O discurso era um louvor a Teodósio I por ter conseguido a paz. Tivessem os bárbaros se submetido a essas condições, Temístio teria todos os motivos para exaltá-las como grandes conquistas do imperador¹¹⁴⁴. Por outro lado, Jordanes afirma que “*todo seu (de Atanarico) exército continuou a serviço do imperador Teodósio e se submeteu ao domínio romano, formando com os soldados do império um só corpo*”. E conclui: “*o antigo serviço dos federados sob o imperador Constantino foi renovado e eles foram*

novamente chamados de federados”¹¹⁴⁵. Sobre o dever de fornecerem soldados, a aparente contradição entre os dois textos pode ser superada se compreendermos que o tratado de 382 não estipulou a condição — **não em um primeiro momento** —, mas que algum tempo depois, talvez meses, os godos decidiram voltar à condição de federados. A literatura registra pelo menos duas situações nas quais prestaram apoio militar aos romanos em diferentes conflitos das décadas de 380 e 390, contingentes godos participaram das campanhas de Teodósio I contra os usurpadores Máximo (383-388)¹¹⁴⁶ e Eugênio (392-394)¹¹⁴⁷.

Pacato traz importantes informações sobre o novo formato da cooperação militar entre as duas nações. Ao comentar a participação de aliados bárbaros na campanha de Teodósio I contra Máximo, destaca que o imperador “*garantiu a condição privilegiada de companheiros de armas aos povos bárbaros que se entregaram ao serviço voluntário*”¹¹⁴⁸. A afirmação revela que Teodósio I e seu alto comando militar decidiram autorizar o alistamento voluntário de estrangeiros no exército imperial. Esses voluntários passaram a servir em unidades regulares e foram considerados “*companheiros de armas*” (*commilitia*) pelos soldados romanos. Lutavam lado a lado. O interesse dos que se alistavam era claro: o soldo. Uma vez admitidos nas províncias, viviam sob as leis romanas e precisavam do dinheiro que circulava no império. Sinais de uma integração ainda mais substantiva aparecem em 394 com o Registro de Dignitários; o documento indica pelo menos duas unidades auxiliares palatinas que, ao que parece, foram criadas com composição exclusiva ou majoritariamente goda, os *tervingi* e os *visi*¹¹⁴⁹. A permissão de alistamento voluntário foi um grande salto no processo de barbarização do exército imperial. Para os romanos, se por um lado a medida contribuiu para mitigar as dificuldades de angariar novos recrutas, por outro significou, a médio e longo prazo, contaminar o exército com uma quantidade expressiva de soldados de lealdade questionável. Pacato acrescenta que esses homens “*lutaram sob líderes e estandartes romanos*” (*sub ducibus uexillisque romanis*)¹¹⁵⁰, mas aqui é preciso pontuar que o autor se refere apenas aos voluntários. Para além deles, os romanos contarão com os federados propriamente ditos, que lutariam as guerras do império portando suas próprias bandeiras e mantendo seus estilos de combate. Ainda sobre a campanha contra Máximo, Pacato conta que uma grande força composta por godos, alanos e hunos — presumivelmente os mesmos grupos que

participaram do tratado de 382 — assegurou o controle das cidades da Panônia para o imperador. Foram determinantes para a vitória na Batalha do Sava (388). Diferentemente dos voluntários, esses federados foram convocados e atenderam em massa. Sobre eles, o orador observa: “*todas as nações citas se reuniram em tão grande número que você (o imperador) parecia ter imposto um tributo sobre os bárbaros do qual isentou seus súditos*”¹¹⁵¹. A sentença expõe como o exército do oriente se tornava cada vez mais dependente dos federados; Teodósio I aparentemente contou com mais soldados bárbaros que romanos para derrotar o usurpador. Em síntese, precisamos distinguir duas situações: primeiro, a dos voluntários que se juntavam ao exército regular do império; segundo, a dos federados que lutavam como povo aliado. Esses eram comandados por seus próprios chefes, não pelos oficiais romanos. A relação existente entre os oficiais romanos e os chefes tribais deixava de ser de uma simples subordinação, aproximando-se agora mais de um modelo de parceria, uma parceria duvidosa e lastreada em interesses comuns, não em afinidades culturais.

No que concerne ao pagamento de tributos, não possuímos nada além da vaga informação apresentada por Temístio. Malgrado as fontes sejam vagas, lacônicas, Heather levanta a hipótese de os godos terem sido submetidos a alguma modalidade de contribuição pelo usufruto das terras, mas não às mesmas condições impostas aos agricultores romanos em geral. Mesmo que arcassem com pagamentos menores — em dinheiro, produtos ou serviços —, era importante para o império o simbolismo por trás de se submeterem a alguma espécie de encargo. Independentemente dos termos empregados no tratado, o fato de pagarem tributos mostraria quem era o vencedor e o perdedor¹¹⁵². Porém, reitero, não há fonte que corrobore a tese, pelo menos não em direto. Em sentido contrário, Wolfram defende que as terras tenham sido concedidas livres de ônus. E vai além: sustenta que os velhos pagamentos anuais feitos pelos romanos aos federados godos, como vimos nos tempos de Cniva, tenham sido restaurados. Isso colocaria não os godos, mas os romanos na condição de povo tributário. Para o historiador, esses pagamentos eram feitos em ouro, mas possivelmente também em grãos e outras provisões. Um comentário de Jordanes corrobora vagamente essa conclusão. “*Depois que Teodósio, o amante da paz e da gente gótica, passou dos cuidados humanos, seus filhos (Arcádio e Honório) começaram a arruinar os dois impérios para sustentar suas*

vidas luxuosas e privar seus aliados – isto é, os godos – dos donativos costumeiros”, conta-nos. Não podemos deixar de destacar a curiosa maneira como Teodósio I é apresentado como o “*amante da paz e da gente gótica*” (*amator pacis generisque gothorum*), mas é a parte final do comentário que nos interessa, a menção a “*donativos costumeiros*” (*consueta dona*) pode ser interpretada como meros presentes, mas também como indício do retorno dos pagamentos anuais, tal como proposto por Wolfram¹¹⁵³.

7.3 Período de 382 a 395

No intervalo entre a assinatura do tratado de 382 e a morte de Teodósio I, em 395, os godos aparecem na literatura romana por meio de episódios isolados. Em linhas gerais, pode-se dizer que permaneceram em paz com o império no período, embora algumas revoltas menores sejam registradas. No ocidente, Graciano foi assassinado em 383 após ser derrotado por Máximo, o usurpador que seria vencido pouco depois por Teodósio I e seus novos aliados godos. O jovem Valentiniano II morreu em circunstâncias obscuras no ano 392, foi encontrado pendurado numa árvore. Com as mortes de Graciano, Valentiniano II e Máximo, Eugênio assumiu o trono do ocidente. Eugênio era um alto funcionário civil; havia servido como mestre dos escrínios (*magister scrinii*), uma espécie de chefe de gabinete do imperador, e sua ascensão se deveu à articulação política do general franco Arbogasto, que o utilizou como fantoche¹¹⁵⁴. Arbogasto era extremamente influente no ocidente, mas sua origem bárbara o impedia de se tornar imperador. Em uma segunda guerra civil, Eugênio e Arbogasto foram derrotados por Teodósio I na Batalha do Frígido (394). A vitória colocou Teodósio I no comando das duas metades do império, mas ele governou sozinho e por pouco tempo, morreu no ano seguinte. Seus filhos, Honório e Arcádio, repartiram novamente o império; o primeiro recebeu as dioceses e províncias do ocidente, o segundo as do oriente¹¹⁵⁵. Para assegurar a sucessão dos filhos, Teodósio I elevou Arcádio e Honório ainda crianças — o primeiro em 383, o segundo em 393. A partir de 395, reinariam por intermédio de guardiões e conselheiros. Por alto, esse é o contexto político da época.

Falamos sobre godos ocupando terras próximas ao Danúbio, mas muitos seguiram para as grandes cidades. O motivo era o mesmo dos que se alistaram no exército imperial: a necessidade de uma fonte de renda. Sinésio comenta

como “*toda casa, por mais humilde que fosse, tinha um cita como escravo*”. E lista as tarefas domésticas que costumavam desempenhar: “*o mordomo, o cozinheiro, o carregador de água, todos são citas; quanto aos séquitos, os escravos que carregam o peso dos seus senhores e suas liteiras sob os ombros, esses também são todos citas*”¹¹⁵⁶. Por fim, observa como era estranho para o público romano que “*homens louros que arranjam seus cabelos como os eubeus*” servissem quase como escravos¹¹⁵⁷. Apesar de compartilharem com os provinciais os mesmos espaços, esses comentários mostram como os godos, como tantos outros povos bárbaros que passaram a viver no império, não se integraram à sociedade imperial, mas viveram à margem dela em grandes bolsões¹¹⁵⁸. Dentro de suas comunidades, continuavam conduzindo seus assuntos internos conforme seus costumes, não sob as leis romanas.

Em 381, um ano depois do Édito de Tessalônica (380), Teodósio I, Graciano e Valentiniano II promulgaram novas legislações reafirmando o catolicismo como religião oficial do império. Hereges foram banidos das igrejas e proibidos de se reunir em assembleia dentro das cidades; fora delas, em tese, poderiam¹¹⁵⁹. Com a morte do último imperador ariano, Valente, Gregório de Nazianzo partiu para Constantinopla em 379, onde liderou uma campanha para restabelecer o cristianismo niceno na capital. A disputa entre as facções foi tão hostil que certa feita, durante a vigília da Páscoa (379), um grupo de arianos invadiu a Agia Anastasia, onde Gregório ministrava um culto, ferindo o bispo e matando outro sacerdote. Como o imperador interveio, não demorou para que o partido niceno consolidasse sua dominância. A restrição ao direito de reunião foi decisiva. Porém, a partir de 382, os godos entraram nas cidades do império. Na prática, isso significava uma minoria ariana expressiva e um risco de as leis anti-heréticas caírem no descrédito. Mesmo que se entendesse que o Cânone 2 do Primeiro Concílio de Constantinopla conferia alguma liberdade de culto aos bárbaros, uma espécie de ressalva jurídica¹¹⁶⁰, a existência de comunidades godas arianas criava uma situação política no mínimo complexa a ser trabalhada pela Igreja e pela corte. Embora essas discussões teológicas não tenham repercutido entre tervíngios e grutungos na margem norte, os godos eram agora arrastados para a mesma atmosfera de rivalidade dos cristãos romanos.

Tanto a igreja como a corte foram cautelosas para evitar maiores atritos, mas isso não quer dizer que nada tenham feito. Em Constantinopla, o bispo

João Crisóstomo, que seria patriarca da cidade a partir de 397, empenhou-se em converter o maior número possível de godos para o credo niceno. Com a permissão do imperador, reservou uma igreja para os bárbaros, e não era um lugarejo qualquer, mas uma grande basílica localizada no coração da capital e próxima ao palácio. Tornou-se conhecida como a “igreja dos godos”. Embora um general godo ariano, Gainas, tenha solicitado o local a Arcádio, presumivelmente para cultos conforme o rito ariano, a abadia foi, pelo menos na maior parte do tempo, administrada pelo próprio João segundo os costumes nicenos. Falaremos sobre Gainas logo à frente¹¹⁶¹. A entrega da basílica foi o primeiro passo da estratégia do bispo para converter os godos da capital. João então apontou presbíteros, diáconos e leitores que falavam a língua gótica para ensinarem no local, todos nicenos. Ele mesmo pregou ali diversas vezes fazendo uso de intérpretes. Dissemos que os arianos foram proibidos de manter igrejas e se reunir nas cidades, porém, como reação, criaram o hábito de se concentrar nas praças públicas aos sábados e domingos, pela noite e a madrugada, onde entoavam antífonas¹¹⁶². Não raro esses hinos não passavam de claras provocações aos nicenos. Sócrates e Sozomeno registram uma das frases de efeito presente nessas canções: *“Onde estão aqueles que dizem que as Três Pessoas constituem um só Poder?”*. Depois de permanecerem algum tempo reunidos, seguiam juntos em procissão para suas igrejas fora da cidade. Em um primeiro momento, as autoridades constantinopolitanas fizeram vista grossa, mas gradativamente essas reuniões se transformavam em grandes eventos públicos que atraíam a atenção de toda a capital. Temendo que pudessem atrapalhar o trabalho de conversão dos godos e quem sabe até atrair nicenos romanos para o arianismo, João organizou assembleias noturnas nicenas com cânticos semelhantes nas praças públicas. Os nicenos precisavam reagir. Não demorou para que os dois grupos se chocassem nas ruas em confrontos violentos. Alguns foram mortos, e Briso, um eunuco a serviço da imperatriz Eudóxia, esposa de Arcádio, foi atingido no rosto por uma pedra. Forçado a intervir, o imperador proibiu as assembleias noturnas, mas a proibição recaiu apenas sobre os arianos. Teodoreto conclui que com essa série de medidas João conseguiu *“resgatar muitos daqueles (godos) que haviam sido enganados, apontando-lhes a verdadeira pregação apostólica”*¹¹⁶³. Esses relatos são talvez a maior evidência de uma possível comunidade gótica nicena. Mas devemos considerá-los com reserva, sobretudo porque vindos de historiadores da igreja

nicenos que podem ter conferido algum tom de exagero. Objetivamente, sabemos que os futuros reinos góticos de ostrogodos e visigodos serão marcados por uma forte presença ariana, não nicena. Assim, se uma ou mais comunidades góticas nicenas se desenvolveram após a travessia de 376, não perduraram.

Um embate entre dois bispos arianos de Constantinopla, que acabou envolvendo indiretamente um terceiro, o bispo dos godos, mostra como a corte reagiu com cuidado ao arianismo dos bárbaros. Úlfilas, o grande nome do cristianismo gótico, morreu em 383, dois anos depois de atender ao Primeiro Concílio de Constantinopla (381). Foi sucedido por seu secretário pessoal, Selenas¹¹⁶⁴, descrito como uma figura de origem mista, godo pelo lado paterno, frígio pelo materno. Falava o grego e o gótico. Antes de ser ordenado como o novo bispo dos godos na capital, Selenas havia exercido o sacerdócio na província da Cítia Menor, com base na cidade de Nicópolis, onde se manteve próximo às comunidades godas da margem norte. Na transição dos anos 380 para 390, foi arrastado para um conflito entre dois bispos arianos de Constantinopla. Com a morte do bispo ariano Demófilo em 386, Marino da Trácia foi convocado para liderar a comunidade ariana da capital. Contudo, pouco depois, entre 387 e 388, Marino foi substituído por Doroteu de Antioquia. Doroteu assumiu os locais de culto existentes, mas os partidários de Marino, e entre eles estava Selenas, reagiram construindo novos oratórios. Da disputa pelo controle político da comunidade surgiu uma divergência teológica secundária. Deus poderia ser chamado pai antes mesmo de Cristo? Doroteu defendia que não, Marino que sim. Os seguidores de Marino foram rotulados como “psatirianos” ou apenas “godos”, considerando que ele foi apoiado pela comunidade dos godos arianos¹¹⁶⁵. Para piorar a situação, os psatirianos logo se dividiram quando Marino e Agápio, um dos seus seguidores, disputaram o controle da facção. Bem sabemos que divergências religiosas no império significavam uma ameaça constante senão de guerra civil, pelo menos de grandes confrontos. E no caso existia um agravante: a participação ativa da comunidade goda apoiando um dos lados. Esses conflitos internos aos arianos se arrastaram por mais de 30 anos, até que em 419 o imperador Teodósio II, filho de Arcádio, designou Flávio Plinta, cônsul e mestre dos soldados, ele mesmo um godo e ariano, para intermediar uma solução negociada. A maneira como Sozomeno fala sobre esses episódios

mostra que em Constantinopla estavam presentes pelo menos dois bispos arianos — um para a cidade, outro para os godos¹¹⁶⁶.

A crescente — embora momentânea — influência dos godos na Igreja é posta em evidência por outro bispo, Teótimo, um godo étnico. Em que pese os textos não digam explicitamente sua opção teológica, se niceno ou ariano, o fato de ser amigo pessoal de João Crisóstomo aponta para o catolicismo. Entre 392 e 403, talvez até 407, data de sua morte, Teótimo foi o bispo da cidade de Tômis e de toda a Cítia Menor. Em *Dos Homens Ilustres*, coletânea de 135 pequenas biografias escrita por Jerônimo, é assim descrito: “*Theotimus, bispo de Tômis, na Cítia, publicou curtos e epigramáticos tratados na forma de diálogos, em estilo antigo. Ouvi que está agora escrevendo outros trabalhos*”¹¹⁶⁷. Teótimo ficou conhecido não apenas por seus escritos, mas principalmente pelo trabalho missionário junto aos hunos. Segundo Sozomeno, possuía uma sólida base filosófica e cabelos longos; ganhou a admiração dos hunos a ponto de ser chamado por eles de “*deus dos romanos*”. Afinal, “*experenciaram ações divinas através dele*”. O autor cita dois supostos milagres do bispo godo. No primeiro, Teótimo e alguns atendentes viajavam pelo “*país dos bárbaros*”, em campanhas missionárias na margem norte, quando perceberam que um bando de hunos armados avançava em direção a Tômis. O pequeno grupo de sacerdotes entrou em desespero, mas Teótimo desceu calmamente do cavalo e rezou, e então os bárbaros passaram sem percebê-los. O segundo episódio traz alguns detalhes sobre suas missões pelas tribos hunas. Em um esforço para aplacar o ímpeto dos bárbaros pela violência, passou a presenteá-los com comidas e mercadorias nas suas visitas. Tomando-o por homem rico, um huno decidiu sequestrá-lo. Porém, ao tentar capturá-lo com uma corda, sua mão direita ficou estendida no ar, paralisada, e o bárbaro só foi libertado da agonia depois de implorar para que o sacerdote intercedesse¹¹⁶⁸. Nos bastidores da Igreja Romana, o bispo godo se envolveu numa disputa com Epifânio de Salamina. Epifânio tentava convencer os bispos presentes em Constantinopla a aprovar uma censura contra os ensinamentos do clérigo pré-niceno Orígenes (185-253), tomando-o por herege. Teótimo levantou-se contra a articulação de Epifânio argumentando que não seria correto insultar a memória de alguém que havia morrido há tanto tempo¹¹⁶⁹.

Dissemos que godos e romanos seguiram em paz por mais de uma década após o tratado de 382. No entanto, tal como se deu com os acordos de

Aureliano e Constantino, não devemos compreender a trégua de Teodósio I como um momento de harmonia absoluta. Falaremos sobre confrontos pontuais que ocorreram durante as décadas de 380 e 390, e precisamos compreender que, apesar do acordo, as relações romano-góticas do período foram marcadas por um clima de desconfiança e ressentimento mútuos. Em verdade, seriam sempre ditadas por esses dois sentimentos. Do lado romano, os provinciais viam-se obrigados a compartilhar os mesmos espaços com uma gente estranha que há pouquíssimo tempo havia matado familiares, amigos e compatriotas, deixando um cenário de destruição pelo país. Na literatura da época, os godos continuam sendo retratados com o estereótipo da barbárie. Temístio refere-se a eles como uma multidão de bêbados; Libânio, como uma raça menor de escravos¹¹⁷⁰. Por outro lado, os que cruzaram o Danúbio em 376 ainda guardavam na memória a fatídica recepção que tiveram de Lupicino e a maneira desdenhosa como sempre foram tratados pelos civilizados romanos. Sim, há ironia. No entanto, estavam mais confiantes como povo, como corpo coletivo. Havia chegado no império como refugiados, agora possuíam terras e ocupavam postos de poder. Embora a arrogância romana tenha persistido, os tempos haviam mudado.

A violência ocorria em maior ou menor escala. Libânio menciona o linchamento público de um godo em Constantinopla, uma pequena amostra da atmosfera hostil¹¹⁷¹. Zósimo registra um incidente maior em Tômis entre a guarnição romana local e auxiliares godos enviados para reforçar as defesas da cidade. O texto não apresenta data para o episódio, mas sabemos que ocorreu no intervalo entre 384 e 387, quando um general chamado Gerônimo ocupou o posto de comandante dos regimentos da Cítia Menor, provavelmente como *dux Scythiae*¹¹⁷². Zósimo fala sobre os federados enviados a Tômis como um “seleto corpo de bárbaros que superava seus compatriotas em força e coragem”, ressaltando que o imperador, à época Teodósio I, favorecia esses homens com “maior subsídios de milho e outras mercadorias”. Aparentemente recebiam provisões melhores que as concedidas às próprias unidades romanas estacionadas na cidade¹¹⁷³. Uma possível explicação para essa disparidade é compreendermos a guarnição romana local, sendo a Cítia Menor uma zona de fronteira, como limítanes, e os federados incorporados ao exército imperial como comitatenses, conseqüentemente mais bem equipados e remunerados. Essa discrepância, somada à alegada empáfia desses bárbaros, desgastou a

convivência entre militares godos e romanos. A rivalidade evoluiu para alguma espécie de desentendimento dos federados com o vicário, o governador da região, e logo suspeitas de que os godos planejavam uma revolta chegaram aos ouvidos de Gerônimo. Depois de se consultar com seus oficiais mais próximos, o duque decidiu tomar a iniciativa antes de serem atacados. A partir desse ponto, a história assume um tom quase mítico. Zósimo e Eunápio provavelmente incorporaram à narrativa as lendas populares que surgiram em torno do acontecimento. Conta-se que Gerônimo reuniu um grupo muito pequeno de soldados, abriu os portões da cidade e investiu contra o campo godo. Surpresos com a ação, os federados reagiram com deboche e chacota diante do pequeno grupo, mandando apenas alguns dos seus melhores homens para enfrentá-los. Um deles avançou sobre Gerônimo, mas um soldado romano correu em defesa do comandante, cortou o braço do inimigo e o derrubou do cavalo. Vários soldados que acompanhavam o que ocorria das ameias, inspirados pela cena, saíram da cidade e se juntaram ao grupo. No meio da confusão que se instaurou, poucos godos conseguiram fugir para uma igreja próxima, onde invocaram o direito de santuário¹¹⁷⁴. O restante foi morto.

De toda a história, talvez o ponto mais curioso — e sintomático — tenha sido a reação do próprio imperador. Por terem evitado o pior, esperava-se que a notícia fosse recebida pela corte como um alívio, que Gerônimo e seus homens fossem reconhecidos como heróis e, quem sabe, até que recebessem alguma gorda recompensa. Entretanto, ao ser informado do incidente em Tômis, Teodósio I *“se sentiu pessoalmente ofendido, pois tinha esses bárbaros em alta conta”*, e ordenou que o general fosse imediatamente levado à sua presença sob custódia. Em Constantinopla, Gerônimo denunciou-os, contou como depredavam a cidade como vândalos selvagens e expôs os planos de revolta. *“Apesar de tudo que disse, o imperador continuou a acusá-lo de tê-los removido não para o bem público, mas para adquirir os presentes que havia dado (aos godos)”*. Em sua defesa, o duque assegurou que tudo que foi encontrado em poder dos bárbaros foi encaminhado ao tesouro imperial e que seus homens tomaram não mais que alguns colares de ouro. Segundo Zósimo, o general só foi absolvido depois de subornar alguns eunucos da corte, que empregaram suas influências para salvá-lo¹¹⁷⁵. Críticos de Teodósio I, Zósimo e Eunápio podem ter utilizado o incidente de Tômis para criticar a política do imperador de maior proximidade com os bárbaros. Portanto, algum exagero é esperado, mas

o episódio nos mostra como os godos ganhavam prestígio e importância nos bastidores da corte. Se Teodósio I realmente saiu em defesa deles, sua intervenção certamente não se deu por possuir alguma afeição especial por esses federados, mas pelo temor de que o acontecimento pudesse servir como estopim de uma nova rebelião de larga escala. Gerônimo não poderia ser outro Lupicino. Assim, sua firme reação contra o general pode ter sido apenas um gesto para os chefes godos.

A partir da segunda metade dos anos 370, os hunos avançaram sobre os antigos territórios godos – a *Gothia* ou *Gutthiuda*. Nos anos seguintes, evitaram áreas mais próximas às fronteiras do império no baixo Danúbio, mas o nível de interação entre hunos e romanos foi aumentando gradativamente durante as décadas de 380 e 390. Vimos que nesse intervalo Fritigerno contratou mercenários hunos e alanos para combater as forças de Saturnino (377) e que Teótimo conduziu expedições missionárias junto às tribos hunas (395≡). Por volta do ano 400, um novo rei huno, Uldino, estabeleceu um controle mais firme sobre a Mutênia, região situada entre o rio Olt e o Mar Negro, margem norte do Danúbio, absorvendo os elementos godos remanescentes na área¹¹⁷⁶. A resistência goda havia sido eliminada, mas alguns poucos grupos tervíngios e grutungos conseguiram fugir migrando para o oeste, como os bandos de Odoteu e Radagaiso. Vale lembrar que foi em 383 que a princesa goda Gaatha realizou sua viagem a Cízico para levar ao império as relíquias dos mártires godos, deixando seu filho Arimir no comando da aldeia, para retornar apenas em 392. Nessa altura, a comunidade de Gaatha e Arimir estava sob o jugo huno ou próximo de ser incorporada. Filostórgio menciona uma incursão pelo baixo Danúbio entre 384 e 385, quando um pequeno exército estrangeiro avançou sobre Halmyris (Murighiol, Romênia), na Mésia II. O autor apenas diz que a cidade “foi capturada pelos bárbaros, que cruzaram o rio quando estava congelado”, sem identificar o povo agressor¹¹⁷⁷. Pela localização, estamos diante de um ataque huno ou godo, provavelmente uma incursão de tervíngios que não haviam seguido Alavivo, Fritigerno e Atanarico. Mas sabemos que os hunos atacaram a Mésia II em 395, embora não esteja claro se o assalto foi cometido por grupos vindos da margem norte ou por federados que já estavam a serviço do império.

A história de Odoteu é a primeira evidência de comunidades godas que seguiam independentes na *ripa gothica*. Considerando a semelhança dos nomes,

Garcia Moreno defende que Odoteu fosse um parente de Odulfo, membro da dinastia dos Amalos citado por Jordanes, talvez um neto. Principal fonte sobre o personagem, Zósimo nada diz sobre seus antepassados¹¹⁷⁸. Segundo o autor, Odoteu era um chefe grutungo que conduzia sua “*numerosa gente*” em fuga da expansão hunas. Seu povo chegou às margens do Danúbio em 386 e, como outros chefes godos antes dele, apresentou um pedido de asilo aos romanos. Na corte de Constantinopla, a informação de que uma nova tribo goda pedia autorização para cruzar o rio foi recebida como um mau agouro; o desastre da travessia de 376 poderia se repetir quando tudo parecia finalmente caminhar para a estabilidade. Flávio Promoto, mestre de infantaria designado para a Trácia, era à época a maior autoridade militar da região. O general não perdeu tempo e mobilizou regimentos para estabelecer um perímetro de defesa na margem do rio enquanto a questão era debatida pelo imperador no Sacro Consistório. Engenhoso, o mestre de infantaria concebeu um plano para destruir os grutungos para o caso de uma solução política não ser encontrada. No final das contas, não desejando mais um forte bando godo no império, Teodósio I acabou aprovando a emboscada de Promoto. O general então despachou secretamente alguns de seus homens que falavam a língua gótica para a outra margem; foram enviados com a missão de atrair desertores do grupo de Odoteu com promessas de recompensas. Esses traidores convenceram o restante da tribo a lançar um ataque surpresa contra os romanos durante a madrugada, enquanto a maioria dos soldados do império dormia. Os grutungos conseguiram reunir alguns barcos menores e iniciaram silenciosamente a travessia¹¹⁷⁹, mas os romanos estavam preparados para o ataque. Promoto havia organizado suas embarcações, provavelmente todas naves da classe lusória¹¹⁸⁰, em “*três fortes e extensas linhas*”. Zósimo diz que os barcos foram dispostos próximos uns aos outros, cobrindo uma larga distância de 20 *stadia* do rio, o equivalente a 3.700 metros. Um claro exagero. Os barcos romanos não estavam arrumados como uma linha reta na margem sul, como se estivessem preparados para impedir o desembarque inimigo. Seriam facilmente vistos da outra margem. Estavam escondidos nos flancos, de onde partiriam para interceptar os godos no caminho. Assim foi feito; enquanto os grutungos cruzavam o rio, os oficiais romanos deram o sinal para que seus navios avançassem, e a partir desse momento os combates são descritos como uma grande batalha naval. Nas palavras de Zósimo, “*as águas foram preenchidas*

com um emaranhado de corpos e armas”. Os poucos grutungos que conseguiram alcançar a margem sul foram imediatamente cercados e mortos pelos limítanes — e possivelmente reforços comitatenses mobilizados — que estavam à espera. Os romanos apoderaram-se de um grande espólio e fizeram muitos prisioneiros entre homens, mulheres e crianças. Quando soube da vitória, o imperador determinou que os cativos fossem colocados em liberdade. Foram assentados na Frígia, Anatólia, e serviram na guerra contra Máximo¹¹⁸¹.

As fontes não fornecem muitas informações sobre a participação goda nas campanhas de Teodósio I contra os usurpadores Máximo e Eugênio. Parte considerável das forças empregadas pelo imperador em campo era composta pelos godos que se submeteram ao tratado de 382, mas é possível que tribos godas que haviam permanecido na margem norte, sujeitas ou não aos hunos, também tenham participado como federados ou apenas como mercenários. A guerra era uma oportunidade para riquezas. A propósito do confronto contra Máximo (383-388), Zósimo faz alusão a bárbaros aliados que traíram Teodósio I mudando de lado no conflito por volta de 388. Apesar de os godos não serem mencionados de maneira explícita, certamente representavam a grande maioria dos povos aliados. O imperador recebeu notícias de que *“bárbaros que estavam misturados às unidades romanas”* foram abordados por emissários de Máximo com promessas de presentes e pagamentos, e que esses grupos aceitaram a proposta. Sem demora, Teodósio I partiu com um exército para a Macedônia e perseguiu esses federados até que a maioria fosse eliminada¹¹⁸². Não estamos diante de mais uma revolta de larga escala nos Bálcãs, mas da deserção de algum bando particular. O episódio expõe a fragilidade da aliança firmada em 382; mostra mais uma vez como a lealdade dos federados estava sujeita às circunstâncias de cada momento, às oportunidades.

Apesar da vitória sobre os desertores, a notícia da traição se espalhou pelo país e influenciou outros grupos godos a seguirem o mesmo caminho. Enquanto Teodósio I retornava para a guerra contra Máximo no ocidente, uma nova insurreição goda eclodiu na Mésia. Além disso, os remanescentes dos desertores da Macedônia, que haviam sobrevivido buscando refúgio em *“pântanos, florestas e lagos”*, voltaram a saquear o interior das províncias da Macedônia e Tessália logo que o imperador deixou a região. A essa altura, Teodósio I não podia simplesmente interromper os combates no ocidente para socorrê-la novamente. Quando finalmente conseguiu retornar, apenas em 391,

a revolta ainda não havia sido eliminada, o que significa que o sul da Grécia foi dominado por ao menos três anos de agitação¹¹⁸³. Devemos imaginar um cenário semelhante ao da grande revolta (376-382), embora mais restrito geograficamente: os godos pilhavam os campos da Macedônia enquanto as guarnições locais permaneciam aquarteladas nas cidades. Uma lenda urbana da época dizia que, ao retornar em 391, o imperador saiu do campo romano disfarçado e acompanhado de poucos companheiros para examinar a gravidade da situação. Hospedado na estalagem de uma velha senhora, identificou um espião godo, que foi imediatamente preso. Pressionado, o espião revelou as posições inimigas, e em poder dessas informações o exército imperial atacou e venceu os insurgentes¹¹⁸⁴. Difundida pela propaganda imperial ou pela boca do povo, provavelmente pelos dois, a historiôla confere a Teodósio I um ato de bravura.

Um embate entre dois nobres godos que lideravam facções políticas rivais, uma ala “pró-romana” e outra contrária — essa última por vezes chamada de “partido gótico” por historiadores modernos —, expõe como as comunidades godas assentadas estavam divididas quanto à postura que deveriam adotar em relação ao império. À medida que figuras como Alavivo, Alateu, Safrax e Fritigerno saíam de cena, novas lideranças ascendiam para preencher o vácuo de poder deixado¹¹⁸⁵. O debate sobre permanecerem ou não fiéis ao tratado de 382 já se arrastava por algum tempo, mas por volta de 392 e 393 as discussões atingiram seu ponto alto. Na época, Teodósio I ofereceu um banquete a Fravita e Eriulfo, líderes dos dois grupos. Não eram capitães menores, mas chefes que lutavam pelo controle hegemônico dos bandos godos submetidos ao *foedus*. Após muito beberem, os dois godos, agora embriagados, acabaram travando um bate-boca diante do imperador, e cada um revelou abertamente o que pensava sobre o assunto. Estarrecido com o que ouvia, Teodósio I encerrou o jantar. Mas a história não terminou aí. Na saída do palácio, Fravita, que encabeçava a ala mais simpática aos romanos, sacou sua espada e matou Eriulfo. Os companheiros do chefe assassinado reagiram avançado sobre Fravita e seus homens, mas os guardas do palácio intercederam rapidamente e puseram fim ao tumulto¹¹⁸⁶. A literatura não comenta os desdobramentos imediatos do assassinato na sociedade goda, a morte de Eriulfo certamente provocaria uma reação do seu partido. Um expurgo dos opositores de Fravita é esperado. Enquanto os godos trocassem fogo amigo, melhor para o império.

Sabemos que Fravita se adaptou rapidamente à sociedade imperial. Adotou Flávio como primeiro nome, tornando-se Flávio Fravita, e casou-se com uma mulher romana com a anuência do imperador. Porém, em um estranho movimento, afastou-se do cristianismo gótico e se converteu ao paganismo. Embora as fontes não sejam claras, estamos diante do paganismo romano, não do germânico. Por sua postura pró-romana, acabou sendo recompensado com o posto de mestre dos soldados (*magister militum per orientem*) por volta de 395. Alguns anos depois, em 400, foi elevado a mestre dos soldados do exército imperial de escolta (*magister militum praesentalis*) para pôr fim à revolta de outro chefe godo, Gainas¹¹⁸⁷.

O banquete de Teodósio I aos chefes godos ocorreu pouco depois da chegada em Constantinopla de uma delegação enviada pelo usurpador Eugênio, que encarregou certo Rufino, um ateniense, da missão de questionar a corte do oriente sobre se reconhecia ou não sua autoridade no ocidente. Afinal, Eugênio havia sido elevado em 392 e o imperador seguia sem pronunciar palavra sobre o assunto. Embora não fosse um valentiniano pelo sangue, Teodósio I havia se casado com Gala, filha de Valentiniano I, transformando-se em cunhado de Valentiniano II. A estranha morte de Valentiniano II, seguida da rápida ascensão de Eugênio sem que pudesse participar do processo de escolha, era uma clara afronta à sua autoridade, por isso começou a se preparar para a guerra. Atribuiu a Ricomero a tarefa de organizar os preparativos necessários, mas o general morreu pouco tempo depois, aparentemente de causas naturais¹¹⁸⁸. Com a morte de Ricomero, a mobilização ficou a cargo de Timásio e Estilício. Estilício era um general de origem bárbara, possivelmente vândala, e à época ocupava o posto de mestre dos dois exércitos para a Trácia (*magister utriusque militiae per Thracias*). Nos próximos anos, veio a se tornar uma das personalidades mais influentes do período de transição do século IV para o V. Falaremos muito sobre ele e seus embates com Alarico¹¹⁸⁹. O godo Gainas e um certo Saulo¹¹⁹⁰ receberam o comando das tropas bárbaras aliadas. Bacúrio, o membro da família real da Ibéria que havia participado da Batalha de Adrianópolis, também foi indicado para o alto comando da campanha¹¹⁹¹. O banquete oferecido a Fravita e Eriulfo foi parte de um pacote de medidas adotadas pelo imperador para assegurar que os godos permanecessem fiéis durante a guerra que travaria com Eugênio. As deserções que ocorreram quando enfrentou Máximo não poderiam se

repetir. Era comum que generais romanos se reunissem em banquetes com comandantes federados aliados, mas raras são as referências a jantares oferecidos pelos próprios imperadores romanos. O fato de Teodósio I se sentar na mesma mesa que Fravita e Eriulfo para uma refeição revela como as coisas mudavam¹¹⁹².

Sobre a participação goda na campanha de Teodósio I contra Eugênio (394), sabemos que o exército reunido pelo imperador nas dioceses e províncias do oriente contava com cerca de 10.000 auxiliares godos. E que durante a Batalha do Frígido, confronto decisivo da guerra, Teodósio I ordenou que Gainas abrisse os combates lançando um primeiro ataque com os federados godos contra as forças de Eugênio e Arbogasto. A circunstância de serem incumbidos da primeira carga seria mais um fator de desgaste na relação entre o imperador e os godos submetidos ao tratado de 382. Afinal, os godos receberam a ordem de Teodósio I como se o imperador os sacrificasse primeiro para preservar os regimentos romanos do exército imperial. Em outras palavras, usou os bárbaros para desgastar o inimigo e só depois comprometer as unidades romanas em combate. Osório chega a dizer que o grande número de baixas entre os federados “*foi certamente uma vitória*” para o império¹¹⁹³.

O reinado de Teodósio I pode ser considerado um período de adaptação para godos e romanos. Há tempos o império convivia com tropas federadas nas províncias, mas a presença de tribos bárbaras inteiras era ainda uma novidade, em que pesem os precedentes de Probo e Constâncio II. Apesar do estranhamento recíproco, a existência de interesses comuns permitiu que godos e romanos cooperassem em diversas questões, mas principalmente, claro, nos assuntos militares. Autor de famosos panegíricos e epigramas, Claudiano menciona vitórias do império sobre hunos, alanos e getas no período, e certamente os romanos contaram com o apoio de contingentes godos federados¹¹⁹⁴. Para os bárbaros sujeitos ao *foedus* de 382, era importante que o Estado romano e suas instituições continuassem funcionando, de preferência fragilizadas, quando poderiam extrair concessões cada vez maiores. Afinal, não é do interesse do parasita eliminar o hospedeiro, mas mantê-lo vivo em agonia. Por outro lado, o império não podia mais se dar ao luxo de perdê-los. Falamos sobre como o serviço no exército imperial deixou de ser atrativo para os romanos e sobre a resistência dos grandes latifundiários

em ceder sua mão de obra. O nível de dependência dos federados só aumentava. Veremos, por exemplo, que Estilício teve mais de uma oportunidade para derrotar o bando de Alarico, mas decidiu preservá-lo. Era melhor mantê-lo como aliado que destruí-lo. Culturalmente, o pós-travessia (376) e tratado (382) foi um momento de rápida romanização. Nas palavras de Wolfram, os godos tornavam-se “*os bárbaros mais romanizados da sua época*”¹¹⁹⁵.

7.4 Massacre de Tessalônica

O incidente conhecido como “Massacre de Tessalônica”, como o próprio nome sugere, foi uma hecatombe, uma matança generalizada, e é considerado um marco divisor para as relações entre Estado e Igreja. Considerando que as causas por trás do evento podem estar relacionadas à hostilidade dos moradores da cidade de Tessalônica para com os godos, falaremos sobre ele. Embora a maioria dos imperadores tenham buscado manter uma posição neutra ou no mínimo equidistante sobre as disputas políticas e teológicas internas à Igreja, pelo menos na aparência, as cortes exerciam grande influência sobre os assuntos eclesiásticos. A Igreja ainda vivia um processo de consolidação institucional, sua cadeia de comando já estava melhor definida no século IV, mas ainda não contava com uma autoridade central superior, como o papa em Roma. As grandes deliberações continuavam sendo tomadas coletivamente por meio de concílios, em que pese os bispos da chamada Pentarquia (Roma, Constantinopla, Antioquia, Jerusalém e Alexandria) possuísem maior força política que seus pares. Eram os imperadores que convocavam os concílios, e não raro eram acionados para atuar como juízes ou mediadores de conflitos entre sacerdotes. Isso sem contar quando patrocinavam abertamente determinados grupos, como foram os casos de Constâncio II e Valente com o suporte dado ao partido ariano. Entre os bizantinos, a ingerência seria tamanha que os imperadores acumularão funções pontifícias, isto é, serão ao mesmo tempo chefes de governo e sumos pontífices. A historiografia batizará esse modelo de *cesaropapismo*. O massacre ocorrido em Tessalônica representa o primeiro movimento de reação eclesiástica contra a interferência da corte. E não só isso, mas uma intromissão inversa do clero em temas seculares. Esse embate entre Estado e Igreja se arrastará por todo Medievo e por um largo período entre os modernos.

Sozomeno é nossa principal fonte, mas também contamos com comentários soltos de Teodoreto, Zonaras, Rufino, Paulino e Agostinho, além de cartas de Ambrósio, que nos fornecem elementos adicionais. É estranho o silêncio de Zósimo e Eunápio sobre o assunto, autores que abordam os principais acontecimentos do reinado de Teodósio I. Sozomeno conta que certa feita um famoso auriga¹¹⁹⁶ de Tessalônica ofendeu sexualmente — ou tentou — o funcionário de uma taverna¹¹⁹⁷. Pelo delito, foi preso por Buterico, um alto oficial presente na cidade. A população revoltou-se com a notícia e exigiu que o homem fosse solto para participar de um torneio que aconteceria no hipódromo, mas Buterico resistiu e não cedeu à pressão. O clima de tensão evoluiu rapidamente a ponto de uma multidão avançar sobre o oficial e linchá-lo até a morte¹¹⁹⁸. Ao saber do ocorrido, Teodósio I foi tomado pela cólera. Em última análise, o assassinato do comandante era uma ofensa à sua própria autoridade e uma resposta firme era necessária. Algum tempo depois, quando a população assistia a espetáculos no circo, soldados romanos caíram sobre a plateia e mataram senão todos, a maioria esmagadora dos presentes¹¹⁹⁹. Colocando de outra maneira, o imperador havia ordenado uma chacina como retaliação. Segundo relatos descontraídos, depois de enviar a ordem, Teodósio I arrependeu-se e despachou uma contranotificação às pressas aos militares de Tessalônica para que não executassem o plano, mas seus emissários não chegaram a tempo de impedir o massacre¹²⁰⁰. A contranotificação provavelmente não passa de uma peça de propaganda para amenizar o impacto negativo que a matança provocou na imagem do imperador.

O episódio ocorreu em abril de 389 ou 390¹²⁰¹. Teodoreto estima as mortes em 7.000, Zonaras em 15.000¹²⁰². A matança durou pouco mais de uma hora¹²⁰³. Foi uma punição coletiva decretada sem prévio julgamento e executada como uma enorme emboscada, algo extremamente incompatível com o que se esperava das instituições romanas. A notícia da represália foi recebida pelos habitantes do império como uma vingança egocêntrica do imperador, e Teodósio I tornou-se alvo das duras críticas públicas de Ambrósio¹²⁰⁴, o arcebispo de Mediolano¹²⁰⁵. Ambrósio era um dos sacerdotes de maior prestígio de sua época, conhecido, como o imperador que agora atacava, por sua defesa intransigente do catolicismo contra as heresias e o paganismo. Punições violentas não eram novidade na Roma Antiga¹²⁰⁶, mas um

massacre de civis dessa magnitude era algo sem precedentes, algo que quando muito poderia ser cometido por algum povo inimigo em guerra, jamais pelos romanos contra sua própria gente. A ação não possuía qualquer base jurídica ou moral. Ambrósio enviou uma carta ao imperador na qual expunha o desconforto da Igreja com o incidente e o instava a se redimir perante Deus¹²⁰⁷. Sozomeno conta que o bispo teria se colocado em frente ao imperador para impedi-lo de entrar em uma basílica de Mediolano, chegando a segurá-lo pelo manto e acusá-lo diante de uma multidão de ter as mãos sujas de sangue. Dificilmente a cena teria ocorrido dessa maneira, sobretudo considerando o tom sempre respeitoso das cartas do bispo ao imperador. Mas Teodósio I foi, de fato, proibido de entrar em igrejas e comungar, penitências que só seriam revogadas oito meses depois, por ocasião do Natal¹²⁰⁸. Era a primeira vez na história do império que a igreja censurava abertamente um imperador, e não só, impunha castigo. Foi uma grande derrota política para Teodósio I, cuja popularidade, até então positiva, devia-se muito à imagem de católico fervoroso. Agora, era um tirano insensível¹²⁰⁹.

Mas de que maneira os godos estão relacionados ao massacre? Seguramente não participaram da flexão de músculos entre Teodósio I e Ambrósio, mas possivelmente estão envolvidos com o estopim da violência em Tessalônica. A conexão deve-se mais precisamente ao oficial assassinado na cidade. Como o nome Buterico sugere uma origem germânica, e considerando que os godos eram sem sombra de dúvidas o povo bárbaro aliado mais poderoso no império na virada dos anos 380 para 390, a historiografia tem chancelado a hipótese de que Buterico fosse um comandante godo a serviço do império¹²¹⁰. Uma hipótese razoável, mas não que os autores antigos sejam explícitos sobre as origens do personagem. A única informação concreta que os textos oferecem sobre ele é que ocupava o posto de mestre dos soldados para a Ilíria, compondo, portanto, o alto generalato de Teodósio I. Heather estranha sua presença em Tessalônica com o argumento de que, embora fosse uma grande cidade da Grécia, não era comum que nela oficiais de patentes tão elevadas estivessem estacionados. Uma possível explicação para a presença de Buterico pode ser encontrada na revolta dos federados godos que se uniram a Máximo. Dissemos que Teodósio I eliminou a maior parte desses bárbaros desertores, mas que elementos remanescentes continuaram saqueando a

Macedônia pelo menos até 391. Buterico talvez tenha sido enviado a Tessalônica pelo imperador para comandar a resistência contra os rebeldes¹²¹¹.

Para Williams e Friell, Buterico contava com uma pequena guarnição de godos para a defesa da cidade¹²¹². Embora as fontes nada digam sobre a composição dos regimentos estacionados em Tessalônica, a circunstância de o massacre ter sido cometido pela própria guarnição local pouco depois da morte do general corrobora a tese dos historiadores. É razoável esperar que o cumprimento de uma ordem dessa natureza pudesse provocar alguma resistência dos soldados encarregados de executá-la caso fossem majoritariamente romanos, mas certamente seria cumprida com menor dificuldade por federados a serviço do império, especialmente se imbuídos do espírito de vingança pelo assassinato do chefe. Outra possibilidade, que não exclui a primeira, é que Teodósio I tenha despachado tropas federadas para Tessalônica após a morte de Buterico. Se a guarnição da cidade não havia bastado para impedir a morte do general, provavelmente não seria suficiente para assegurar que a punição pública fosse executada¹²¹³.

Não devemos compreender o que ocorreu em Tessalônica como um evento isolado. Se a identificação de Buterico como godo estiver correta, o incidente traz-nos novos subsídios para compreendermos a dimensão do sentimento antigótico da população do império após o tratado de 382, principalmente a dos Bálcãs. Não seria a primeira vez, nem a última, que um godo se tornaria alvo da fúria de romanos. Lembremos que Libânio falou sobre o linchamento público de um “cita” por alguma razão que desconhecemos. Seu corpo foi jogado num rio¹²¹⁴. Para os tessalonicenses, o fato de estarem sob o comando de um general godo pode ter servido como um ingrediente adicional para acirrar a aversão aos bárbaros, e a prisão do auriga teria funcionado como um gatilho para que a animosidade finalmente se convertesse em violência. O governo de Teodósio I experimentou outras revoltas em grandes cidades como Alexandria e Antioquia por motivos diversos, muitos relacionados ao aumento de impostos, mas sem sombra de dúvidas sua “gestão do problema gótico”, se assim podemos chamá-la, vista pelos romanos como marcada por um favorecimento excessivo dos bárbaros, foi um dos fatores que desgastou sua imagem perante o público. Não são poucas as referências encontradas na literatura a presentes e outras benesses concedidos pela corte aos chefes godos, privilégios que devem ter provocado estranhamento e inveja até entre aqueles

que estavam mais próximos ao imperador, como os conselheiros membros do Sacro Consistório. A maneira como Teodósio I buscou punir Gerônimo pela ação preventiva que conduziu em Tômis e o relato de colares e regalias de toda sorte dadas pelo imperador aos federados enviados à cidade são representativos¹²¹⁵.

7.5 Transformações na sociedade goda

Ao permitir que os godos fossem assentados sem uma política prévia de dispersão — não que tivesse alternativa —, Teodósio I estabeleceu as bases para que as principais estruturas da sociedade goda existentes na margem norte fossem simplesmente transferidas para a margem sul. Geograficamente, passavam a ocupar extensas áreas na província da Mésia próximas ao Danúbio e, como sugerem algumas fontes, também territórios menores na Anatólia. Na Mésia, é possível que os godos submetidos ao tratado de 382 tenham se unido aos *gothi minores* de Úlfilas, que moravam na província pelo menos desde os anos 350. Falamos há pouco sobre novos chefes assumindo o vácuo de poder deixado pela morte das velhas lideranças. A ordem do dia seguia dominada pela disputa entre partidos favoráveis e contrários à aliança com os romanos, o embate apenas ganhava novos contornos. O relacionamento com a corte de Constantinopla agora possuía um formato completamente diferente. A comunicação ocorria não mais pelo envio de embaixadas e emissários que frequentemente contavam com godos cristianizados que serviam como intermediários, e sim diretamente. Líderes godos eram adulados pelo imperador com presentes e se sentavam à sua mesa. A presença de oficiais bárbaros no exército imperial não era novidade, mas poucos haviam conseguido alcançar postos do alto comando militar. A partir dos anos 380, muitos godos serão nomeados para postos de mestres — Modares, Fravita, Buterico, Gainas e Alarico. Gradualmente se afastavam do estilo de vida tribal do *barbaricum*.

Em que pese as estruturas sociais da sociedade goda, suas instituições, tenham se mantido grosso modo as mesmas, algumas mudanças significativas ocorreram. Thompson propõe que, uma vez no império, as comunidades godas tenham se tornado cada vez mais estratificadas, que o padrão de vida das elites góticas tenha se distanciado ainda mais da maneira como vivia a população em geral. Na margem norte pré-376, a principal fonte de riquezas

estava nos espólios de guerra, divididos entre as famílias conforme a maior ou menor proximidade com o líder — o regime do *comitatus*. A agricultura rudimentar não ia muito além do necessário à subsistência, e o comércio com os romanos abastecia a tribo com uma variedade de mercadorias manufaturadas. Porém o tratado de 382 pode ter sido responsável por criar entre os godos uma nova espécie de nobreza, uma aristocracia rural. Sob a coordenação das assembleias comunitárias, a distribuição de terras favoreceu os nobres, até então membros de uma nobreza guerreira, e agora latifundiários. Enquanto as famílias mais ricas se apoderaram de grandes propriedades rurais em áreas de solo fértil, as sobras foram distribuídas ao restante da população. Novas técnicas e implementos agrícolas foram incorporados dos romanos. Afinal, também era de interesse do império que a agricultura goda se desenvolvesse. Nesse processo de transição de modelos econômicos e de romanização, era de esperar também uma maior concentração de poder. Deliberações antes tomadas coletivamente pelas assembleias, passaram a ser adotadas unilateralmente pelos chefes e executadas pelos seus *megistanes*. Se o império realizou contribuições em grãos como parte do pacote de concessões de 382, a partilha desses recursos deve ter sido conduzida por essa nova aristocracia rural. Afinal, o controle da distribuição asseguraria maior domínio sobre o próprio povo¹²¹⁶. Assim, embora Kulikowski defenda uma possível ruptura da hierarquia social com o argumento de que muitos nobres godos se viram repentinamente desprovidos das bases de poder que possuíam antes de 376 e que esse foi o principal motivo para que se voltassem às carreiras militares do exército imperial, não nos parece ser esse o caso¹²¹⁷. A trajetória de Gainas, que veremos melhor a seguir, um godo que teria ascendido de mero soldado a general, é apenas uma situação particular, uma exceção. Isso se for verdadeira¹²¹⁸. Os generais e os oficiais de média patente de origem gótica no exército imperial eram, na maioria esmagadora, membros das velhas famílias aristocráticas godas. Posições de prestígio na corte de Constantinopla ou no exército imperial fortaleciam suas posições, evidentemente, mas suas bases de apoio continuavam suas respectivas *kunja*. Thompson provavelmente acerta quando diz que a sociedade goda se tornava mais hierarquizada, mas talvez não esteja inteiramente correto na maneira como descreve a concentração de poder como uma novidade, como uma consequência imputável à romanização. As

fontes sobre o reino de Ermanarico são mais que suficientes para nos fazerem compreender que há décadas os grutungos viviam sob uma monarquia com enorme concentração de poder. Entre os tervíngios, a figura de Atanarico fala por si. A capacidade do juiz de conduzir uma perseguição de larga escala contra os cristãos godos sem contar com um apoio massivo do próprio povo, inclusive enfrentando ao mesmo tempo uma facção política rival, revela como havia concentrado autoridade.

É nas últimas décadas do século IV que a distinção entre tervíngios e grutungos perde sua razão de ser, pelo menos para as tribos que migraram para o império. Apesar de alguns historiadores defenderem a manutenção dessa diferenciação com base na presença de terminologias como *iudex* e *rex* nos textos da época, essas palavras não eram mais empregadas pelos escritores do período com muito rigor. Se a distinção entre rei e juiz realmente estava conectada a diferentes modelos políticos na margem norte, o fato de algum autor romano se referir a um ou outro chefe godo após 382 como rei ou juiz não deve ser entendido necessariamente como uma prova de que chefiasse uma tribo grutunga ou tervíngia. As últimas classificações de tribos godas como grutungas são as realizadas por Zósimo para o bando de Odoteu, que aparece como *greuthinges*, e por Claudiano para o de Tribigildo, descritos como *gruthungis*. Fora isso, o que sabemos é apenas que o povo de Alateu e Safrax foi assentado por Graciano na Panônia e que os grupos que firmaram com Teodósio I o tratado de 382 eram compostos majoritariamente pelos tervíngios de Alavivo e Fritigerno. No entanto, mesmo essa conclusão não é categórica. Grutungos e tervíngios lutaram lado a lado durante os vários anos da revolta (376-382) e alguma combinação entre os diversos grupos envolvidos deve ter ocorrido. Depois do tratado de 382, os godos voltaram a ser chamados pela literatura romana apenas como *gothi* ou *scythiae*. Nenhuma diferença política ou cultural substancial é reportada pelas fontes. Nas palavras de Heather, precisamos compreender as duas ramificações — grutungos e tervíngios — somente como grandes confederações tribais comandadas por famílias reais distintas, mas pertencentes ao mesmo grupo étnico. Com a queda dos antigos chefes e a ascensão de novos líderes cujas carreiras passavam a ser construídas dentro do Estado romano, a distinção deixou de ter alguma relevância prática¹²¹⁹.

¹⁰⁷⁵ Zósimo 4.24.3.

¹⁰⁷⁶ Marcelino conta que Valente conduziu uma série de julgamentos contra práticas de magia e feitiçaria quando estava em Antioquia. Em uma dessas ocasiões, certo acusado confessou ter adivinhado o nome do próximo imperador, o sucessor de Valente. Utilizando um anel pendurado em um fio de linho que pendia para letras dispostas em uma mesa, o adivinho chegou às letras gregas ΘΕΟ (THEO). Por isso um notário chamado Teodoro foi executado (AM 29.1).

¹⁰⁷⁷ Falamos brevemente sobre Teodósio, o Velho. Foi conde para assuntos militares (368-369) e mestre de cavalaria (369-375) durante o reinado de Valentiniano I, um dos grandes responsáveis por conter a “Grande Conspiração” e derrotar o usurpador Firmo. Sem apresentar maiores detalhes, Osório diz que, após a morte de Valentiniano I, Teodósio foi vítima de um complô na corte do ocidente que culminou na sua execução em Cartago. Uma das possíveis explicações para sua morte é que Maximínio, prefeito da Gália cujo cunhado havia sido assassinado por Teodósio sob suspeita de tentar tomar o trono, teria aproveitado a morte do imperador para se vingar do general (Osório *Hist. Ad. Pag.* 7.33; *PLRE* I, p. 902-904).

¹⁰⁷⁸ Zósimo 4.16.6; AM 29.6.14-16; *Ep. de Caes.* 47; *PLRE* I, p. 904-905; João de Antioquia Fr. 186; *XII Panegyrici Latini* 12(9).1; MCLYNN, Neil. *Genere Hispanus: Theodosius, Spain and Nicene Orthodoxy. In: KULIKOWSKI, Michael; BOWES, Kim. Hispania in Late Antiquity: current perspectives.* Leiden: Brill, 2005. p. 77-120.

¹⁰⁷⁹ *XII Panegyrici Latini* 2(12).11.

¹⁰⁸⁰ Teodoreto *HE* 5.5.

¹⁰⁸¹ MCLYNN, Neil. *Ibidem*, p. 90-91. A única evidência capaz de corroborar a tese está em um comentário de Temístio. Em uma de suas orações, o autor faz referência a certa vitória de Teodósio I, então descrito como mestre de cavalaria, sobre os sármatas. A afirmação é colocada de maneira solta, sem contexto (Temístio *Or.* 15.198.a). Se Teodósio I realmente foi apontado primeiro como mestre de cavalaria para só depois de algum tempo ser proclamado imperador, isso explicaria por que Júlio se dirigiu ao Senado para tratar dos federados (ou jovens) godos. Júlio era mestre dos soldados, Teodósio, mestre de cavalaria.

¹⁰⁸² Zósimo 4.24.4; Sozomeno *HE* 7.4.

¹⁰⁸³ Zósimo 4.27.1; Zósimo 4.33.1.

¹⁰⁸⁴ *Notitia Dignitatum In Partibus Orientis*; KULIKOWSKI, Michael. *Ibidem*, p. 176.

¹⁰⁸⁵ Zósimo 4.27.2-3.

¹⁰⁸⁶ *CTh* 7.13.10.

¹⁰⁸⁷ *CTh* 7.13.8, 9 e 11.

¹⁰⁸⁸ Libânio *Or.* 24.16.

¹⁰⁸⁹ Temístio *Or.* 14.181b.

¹⁰⁹⁰ Zósimo 4.31.1-2.

¹⁰⁹¹ Zósimo 4.27.2-3.

¹⁰⁹² MCCORMICK, Michael. *Eternal Victory: Triumphal Rulership in Late Antiquity, Byzantium and the Early Medieval West.* Cambridge University Press: Cambridge, 1986. p. 41-42.

¹⁰⁹³ Conde Marcelino *Chronicon* 379; *Consularia Constantinopolitana* 379.

¹⁰⁹⁴ Quinto Aurélio Símaco foi um senador que ocupou importantes postos no império, como proconsul da África (373), prefeito urbano de Roma (384) e cônsul (391) (*PLRE* I, p. 865-870).

¹⁰⁹⁵ Símaco *Libri Decem Epistolarum* 1.95.

¹⁰⁹⁶ *Cons. Const.* 380.

¹⁰⁹⁷ MCCORMICK, Michael. *Ibidem*, p. 43-44.

¹⁰⁹⁸ *CTh* 12.13.4.

¹⁰⁹⁹ Zósimo 4.34.1-5.

¹¹⁰⁰ HEATHER, Peter. *Ibidem*, p. 131-134.

¹¹⁰¹ Jordanes *Get.* 27.

¹¹⁰² Broquel é um pequeno escudo, geralmente em formato circular, sustentado pelo antebraço ou mão.

¹¹⁰³ Gregório de Nazianzo *Ep.* 136; Zósimo 4.25.1-2; *PLRE* I, p. 605.

¹¹⁰⁴ Zósimo 4.25.3-4.

¹¹⁰⁵ Temístio *Or.* 14.181a-b.

¹¹⁰⁶ HEATHER, Peter. *Ibidem*. Marcelino cita ataques godos à Ilíria logo após Adrianópolis e até antes da batalha. Lembremos, por exemplo, do episódio no qual Graciano foi atacado pelos alanos, presumivelmente parte do grupo de mercenários hunos e alanos que cruzaram o Danúbio para se aliar a Fritigerno (AM 31.11.6 e 31.16.7). Assim, aparentemente os godos já haviam partido para a Ilíria em 378, mas retornado à Trácia. Após serem derrotados por Modares, voltaram novamente à Ilíria.

¹¹⁰⁷ WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 131.

¹¹⁰⁸ AM 31.3.6-8.

¹¹⁰⁹ WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 131.

¹¹¹⁰ Zósimo 4.30.2-4; *PLRE* I, p. 443-444.

¹¹¹¹ Estamos falando de outro Ascólio, não do sacerdote que escreveu a Basílio sobre o martírio de Saba.

¹¹¹² Jordanes *Get.* 27.140-141.

¹¹¹³ É possível que a menção ao rio decorra de uma confusão de Zósimo ou Eunápio. Talvez um ou outro tenha ignorado o fato de que os godos já haviam atravessado o Danúbio em 376. Não sendo esse o caso, falam de algum rio da Grécia, como o Vardar ou o Haliácmon.

¹¹¹⁴ Zósimo 4.31.1-5.

¹¹¹⁵ *Ibidem*. Enquanto Zósimo descreve o exército de Teodósio I como um ambiente de corrupção e indisciplina generalizadas, Jordanes pontua que o imperador, com firmeza e bondade, conseguiu retirá-lo do estado de desmoralização pós-Adrianópolis e transformá-lo em uma força profissional e competente (Jordanes *Get.* 27.139).

¹¹¹⁶ HEATHER, Peter. *Ibidem*, p. 135.

¹¹¹⁷ Zósimo 4.32.1-3 e 4.33.1; Osório *Hist. Ad. Pag.* 7.34.6.

¹¹¹⁸ *Ibidem*.

¹¹¹⁹ Em 381, o bispo Ambrósio de Milão escreve uma carta dirigida a Graciano em Sirmio. Agradecia ao imperador pela convocação do Concílio de Aquileia (Ambrósio *Epistula* 10). Um trecho da *Oração 15* de Temístio sugere o encontro dos dois imperadores na cidade (Temístio *Or.* 15.195a). HEATHER, Peter; MONCUR, David. *Politics, Philosophy and Empire in the Fourth Century - Themistius Selected Orations*. Cambridge: Liverpool University Press, 2001. p. 234 e 258.

¹¹²⁰ Zósimo 4.33.1-2; *PLRE* I, p. 95-97 e 159-160.

¹¹²¹ Temístio *Or.* 16.211a.

¹¹²² Temístio *Or.* 15.190c-191a; *Cons. Const.* 381.

¹¹²³ AM 27.5.10.

¹¹²⁴ Zósimo 4.34.4.

¹¹²⁵ Jordanes 28.143.

¹¹²⁶ Zósimo 4.34.3.

¹¹²⁷ AM 27.5.10; *Cons. Const.* 381; *Chronica Minora* p. 494.

¹¹²⁸ Jordanes *Get.* 28.144.

¹¹²⁹ Gregório de Nazianzo *Ep.* 136.

¹¹³⁰ JURÍK, Mirón. Gothic Christians in Constantinople in 4th and 5th century: The Nicene Christians and Christianization. *Graeco-Latina Brunensia*, Brun, v. 26, n. 2, p. 99-116, 2021. p. 103.

¹¹³¹ Zósimo 4.34.5.

¹¹³² Osório *Hist. Ad. Pag.* 7.34.7.

¹¹³³ Jordanes *Get.* 27.142; HEATHER, Peter. *Ibidem*, p. 137.

¹¹³⁴ Temístio Or. 16.209b; HEATHER, Peter. *Ibidem*, p. 137.

¹¹³⁵ Temístio Or. 16.208b; PLRE I, p. 705-706 e 807. Lembremos que Saturnino havia sido nomeado mestre de cavalaria em caráter temporário (*ad tempus*) por Valente. Teodósio o oficializou como mestre dos soldados (*magister militum*).

¹¹³⁶ Cons. Const. 382.

¹¹³⁷ Osório Hist. Ad. Pag. 7.34.7; Temístio Or. 16.210c.

¹¹³⁸ “Devemos buscar na agricultura tão cara a eles (os citas) os homens que lutariam para defendê-la, e devemos alistá-los todos em uma força militar [...]” (Sinésio De Regno 14.7).

¹¹³⁹ “Devo falar dos godos admitidos em serviço para fornecer soldados para seus acampamentos e agricultores para nossas terras?” (XII Panegyrici Latini 2(12).22.3).

¹¹⁴⁰ “Se eles (os godos) não foram totalmente eliminados, nenhuma reclamação deve ser levantada. Pois tais são os triunfos da razão e do amor universal, para não destruir, e sim melhorar aqueles que nos causaram sofrimento. Apenas suponha que destruí-los fosse uma tarefa fácil para nós e que nós possuíssemos os meios para cumpri-la sem enfrentarmos consequências. Embora, por experiências passadas, saibamos que isso não fosse uma conclusão provável. No entanto, apenas suponha, como eu disse, que esta solução estivesse em nosso poder. Seria então melhor encher a Trácia com cadáveres ou com os agricultores? Torná-la cheia de túmulos ou homens vivos?” (Temístio Or. 16.211a).

¹¹⁴¹ Zósimo 4.34.5. Um trecho da Oração 34 de Temístio sugere que tenham recebido terras também na Macedônia: “Venham aqui, trácios e macedônios. Deem uma olhada em um espetáculo inacreditável. Os citas compartilham nossos telhados e nossas libações, e também as festas em celebração da vitória sobre si mesmos” (Temístio Or. 34.24; HEATHER, Peter. *Ibidem*, p. 148). No acordo de 376, embora os tervíngios tenham permanecido por algum tempo nas margens do Danúbio, tinham como destino regiões mais centrais da Trácia. O controle das fronteiras continuaria com os romanos. Por outro lado, o tratado de 382 mostrava como as guarnições de limítanes haviam perdido a capacidade de proteger sozinhas a linha defensiva do rio. Precisavam agora de contingentes bárbaros para a tarefa.

¹¹⁴² O direito romano já distinguia propriedade e posse. Grosso modo, propriedade (*proprietas*) é a titularidade (*dominium*) do bem enquanto posse (*possessio*) é apenas a atuação como se dono fosse (*Digesta seu Pandectae* 41).

¹¹⁴³ Temístio Or. 16.211d.

¹¹⁴⁴ ERRINGTON, Malcolm. *Ibidem*, p. 64-65.

¹¹⁴⁵ Jordanes Get. 28.145.

¹¹⁴⁶ Magno Máximo era um conde da Britânia (*comes Britanniarum*). Graciano desgastou a própria imagem ao favorecer um grupo de alanos na corte do ocidente, tomou-os como guarda imperial em um claro gesto de desprestígio às unidades de elite do exército romano. O general aproveitou a perda de apoio do imperador para instaurar uma rebelião na Britânia em 383. Atravessou o Canal da Mancha com o exército britânico, derrotou Graciano e se apoderou da Gália. Não conseguiu derrotar Valentiniano II e foi derrotado por Teodósio na Batalha do Sava (388). Sua rebelião é considerada um dos grandes marcos da perda da autoridade romana na Britânia e no norte da Gália, regiões que pouco a pouco foram tomadas por um clima independentista (PLRE I, p. 588).

¹¹⁴⁷ Com a morte de Valentiniano II em 392, o general franco Arbogasto, principal suspeito de assassiná-lo, incapaz de ascender ao trono por suas origens bárbaras, conseguiu elevar o mestre dos escrínios (*magister scrinii*) Flávio Eugênio como um fantoche para a corte do ocidente. Eugênio restaurou a causa pagã determinando entre outras medidas a reativação de templos, festas religiosas e sacrifícios. Foi derrotado por Teodósio na Batalha do Frígido em 394 (PLRE I, p. 293).

¹¹⁴⁸ XII Panegyrici Latini 2(12).32.3-4.

¹¹⁴⁹ Notitia Dignitatum In Partibus Orientis 5-6.

¹¹⁵⁰ XII Panegyrici Latini 2(12).32.3-4.

¹¹⁵¹ *Ibidem*.

¹¹⁵² HEATHER, Peter. *Ibidem*.

¹¹⁵³ WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 133; Jordanes Get. 29.146.

¹¹⁵⁴ Sócrates HE. 5.25.1; PLRE I, p. 293.

¹¹⁵⁵ Sócrates HE. 5.25.1; PLRE I, p. 293.

¹¹⁵⁶ Sinésio De Regno 15.2.

¹¹⁵⁷ *Ibidem*. Eubeus são os nativos da Eubeia, uma ilha do Mar Egeu.

¹¹⁵⁸ Claudiano *De IV Consulatu Honorii Augusti*.

¹¹⁵⁹ CTh 16.5.6.

¹¹⁶⁰ Não sabemos exatamente como o império e a igreja interpretavam o dispositivo, sua redação não é clara. Por um lado, pode ser entendido como uma regra de liberdade de culto, uma permissão para que os bárbaros interpretassem as escrituras de acordo com seus costumes. Nesse sentido, poderiam permanecer arianos. Mas talvez o cânone apenas dispusesse sobre a organização das igrejas bárbaras, conferindo-lhes apenas alguma autonomia administrativa, não teológica.

¹¹⁶¹ Teodoreto HE 5.30-32; Sinésio *De Providentia* 115B.

¹¹⁶² Antífona é um canto gregoriano curto, geralmente recitado após um salmo.

¹¹⁶³ Teodoreto HE 5.30; Sócrates HE 6.8; Sozomeno HE 8.8; JURÍK, Mirón. *Ibidem*, p. 103-105.

¹¹⁶⁴ Em Sócrates, o nome do bispo aparece como Selenas; em Sozomeno, Selinus.

¹¹⁶⁵ Sozomeno HE 7.17; MATHISEN, Ralph. *Ibidem*, p. 675-676.

¹¹⁶⁶ *Ibidem*.

¹¹⁶⁷ Jerônimo *De Viris Illustribus* 131.

¹¹⁶⁸ Sozomeno HE 8.26.

¹¹⁶⁹ Sozomeno HE 8.14.

¹¹⁷⁰ Temístio Or. 16.209a; Libânio Or. 19.16.

¹¹⁷¹ Libânio Or. 20.14.

¹¹⁷² PLRE I, p. 393-394.

¹¹⁷³ Zósimo 4.40.1-2.

¹¹⁷⁴ Zósimo 4.40.2-5. Curiosamente, Eutrópio passou uma lei no final dos anos 390 extinguindo o direito de asilo em igrejas, pondo fim a uma histórica tradição romana (João de Antioquia Fr. 189).

¹¹⁷⁵ Zósimo 4.40.6-8.

¹¹⁷⁶ Zósimo 5.22.1; MAENCHEN-HELFEN, Otto. *Ibidem*, p. 59.

¹¹⁷⁷ Filostórgio HE 10.6.

¹¹⁷⁸ Jordanes *Get.* 14.79; MORENO, Luiz A. Garcia. *Ibidem*, p. 347.

¹¹⁷⁹ Zósimo 4.38.1-5; *Cons. Const.* 386; PLRE I, p. 750-751.

¹¹⁸⁰ A nave lusória (*navis lusoria*) era o modelo típico de embarcação militar empregado pelos romanos no período tardio para patrulha e transporte de grandes rios como o Danúbio. Possuía capacidade para até 30 soldados remadores e uma vela auxiliar.

¹¹⁸¹ Zósimo 4.39.1-5; Claudiano *De IV Consulatu Honorii Augusti*; WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 135.

¹¹⁸² Zósimo 4.45.3.

¹¹⁸³ Zósimo 4.48.1-2; WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 136.

¹¹⁸⁴ Zósimo 4.48.3-7.

¹¹⁸⁵ HEATHER, Peter. *Ibidem*, p. 172.

¹¹⁸⁶ Zósimo 4.56.1-3.

¹¹⁸⁷ Filostórgio HE 11.8; Eunápio Fr. 59 e 60; PLRE I, p. 372-373. A menção feita por Eunápio à autorização concedida pelo imperador a Fravita para que se casasse com uma mulher romana pode estar associada à proibição imposta para casamentos entre romanos e bárbaros ou para casamentos entre cristãos e pagãos — nesse caso, independentemente da nacionalidade/etnicidade. Os irmãos Valentiniano I e Valente estabeleceram a primeira dessas proibições em 373 ao sancionar: “*Nenhum provincial, qualquer que seja sua classe, poderá se casar com uma mulher bárbara; nem uma mulher provincial poderá se unir a um estrangeiro; quem assim proceder será punido com a pena capital*” (CTh 3.14.1). Uma nova legislação dessa natureza — proibindo o casamento entre romanos e bárbaros — foi editada apenas no século X pelo imperador bizantino Constantino VII Porfirogênito, mas aqui a vedação atingiu especificamente o casamento entre imperadores bizantinos e mulheres estrangeiras, não entre romanos e bárbaros em geral (Constantino VII Porfirogênito *De Administrando Imperio* 13; MATHISEN, Ralph. *Provinciales, Gentiles, and Marriages between Romans and Barbarians in the Late*

Roman Empire. *Ibidem*, p. 142). No Reino Visigodo, o rei Alarico II (484-507) resgatou um conjunto de leis romanas, entre elas a proibição de casamento estabelecida pelos imperadores irmãos (*Breviarium Alaricianum* 3.14). Porém, mais de um século depois, o rei visigodo Leogivildo (569-586) revogou o banimento, autorizando novamente o casamento entre godos e romanos (*Lex Visigothorum* 3.1.1).

¹¹⁸⁸ Zósimo 4.55.1-4.

¹¹⁸⁹ Osório *Hist. Ad. Pag.* 7.38.1; *PLRE* I, p. 853-858.

¹¹⁹⁰ João de Antioquia coloca-o no comando de unidades alanas (João de Antioquia Fr. 187).

¹¹⁹¹ Zósimo 4.57.1-3.

¹¹⁹² HEATHER, Peter. *Ibidem*, p. 168-169.

¹¹⁹³ Osório *Hist. Ad. Pag.* 7.35.19; Zósimo 4.58.2.

¹¹⁹⁴ Claudiano *In Rufinum*; Claudiano *Palladii et Celerinae Epithalamium*.

¹¹⁹⁵ WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 137.

¹¹⁹⁶ Atleta de corridas de bigas e quadrigas.

¹¹⁹⁷ O fato de a violência sexual ter envolvido dois homens talvez tenha sido o fator determinante para a punição. Com o império majoritariamente cristão, uma legislação de 390 proibiu relações entre pessoas do mesmo sexo, até então tidas como normais para os padrões da época, mas que cada vez mais passavam a ser vistas como atentatórias à nova moralidade (*CTh* 9.7.6). Porém essa lei só foi publicada depois do massacre. É possível que Buterico tenha acusado o atleta com base na antiga *Lex Scantinia*, dos primórdios da república, ou simplesmente pelo crime de *iniuria*. Seja como for, uma possível falta de embasamento jurídico, de amparo legal, pode ter servido como fator catalisador da revolta (STANISLAV, Doležal. Rethinking a massacre: What really happened in Thessalonica and Milan in 390? *Eirene: Studia Graeca et Latina* (Czech Academy of Sciences), Prague, v. 50, p. 89-107, 2014).

¹¹⁹⁸ Corridas de bigas e quadrigas eram eventos que mobilizavam grandes massas. Os hipódromos locais, geralmente conhecidos como *Circi Maximi* (*Circus Maximus*, no singular), reuniam milhares de pessoas. O de Constantinopla, por exemplo, possuía capacidade para até 100.000. Sua importância era tamanha que imperadores bizantinos manifestavam apoio a uma ou outra equipe em busca de apoio popular; outros preferiam a neutralidade para evitar tensões. Essas torcidas organizadas eram verdadeiros *hooligans* da Antiguidade, atuando muitas vezes como gangues de ruas. As principais equipes foram os azuis (*venetoi*), verdes (*prasinoi*), vermelhos (*rousioi*) e brancos (*leukoi*).

¹¹⁹⁹ Sozomeno *HE* 7.25; *PLRE* I, p. 166.

¹²⁰⁰ Uma lei estabeleceu que nenhuma pena capital poderia ser executada antes de um interstício de 30 dias (*CTh* 9.40.13). Embora inicialmente datada em 382, revisões mais recentes fixam a inovação legislativa em 390, ou seja, após o massacre.

¹²⁰¹ STANISLAV, Doležal. *Ibidem*, p. 91-93.

¹²⁰² Teodoreto *HE* 5.17; Zonaras *EH* 13.18.86.

¹²⁰³ Paulino de Milão *Vita Ambrosii* 7.

¹²⁰⁴ Ambrósio possui uma trajetória curiosa. Filho do prefeito pretoriano da Gália, inicialmente seguiu a carreira política do pai. Foi advogado, assessor do prefeito pretoriano da Itália, Petrônio Probo, e chegou ao cargo de prefeito consular da Ligúria e Emília, uma espécie de governador. Em 374, após a morte do bispo Auxêncio, Ambrósio interveio para evitar um confronto entre católicos e arianos, que disputavam a vaga. Durante o incidente, em meio à confusão, foi inesperadamente elevado aos gritos de “*Ambrósio, bispo!*”. À época, aparentemente já era uma pessoa conhecida por sua religiosidade, embora um político. Seria canonizado pela Igreja, tornando-se Santo Ambrósio de Milão (*PLRE* I, p. 52).

¹²⁰⁵ Mediolano, atual Milão, tornou-se uma espécie de capital não oficial da porção ocidental do império desde que Diocleciano deixou Roma em 286 até a queda do oeste em 476. Para lá os imperadores do ocidente mudaram suas cortes. Situada próxima aos Alpes, a cidade oferecia uma posição estratégica importante; era mais centralizada e proporcionava uma posição defensiva mais sólida que Roma.

¹²⁰⁶ Podemos citar, como exemplo, a dizimação (*decimatio*), punição coletiva aplicada a militares romanos nos tempos da república (Lívio *Ab Urbe Condita* 2.59; Plutarco *Antonius* 39.7). Algumas referências sugerem sua aplicação também durante o império, mas como medida excepcionalíssima (Maurício *Strategikon* 1.8.17). Um em cada 10 homens era morto pelos membros de sua própria coorte.

¹²⁰⁷ Ambrósio *Ep.* 51.

¹²⁰⁸ Sozomeno *HE* 7.25. No lugar de barrar a entrada de Teodósio I em uma igreja, acredita-se que Ambrósio tenha partido de Milão para evitar um encontro com o imperador e se limitado a enviar uma carta para tratar do assunto, sua epístula 51 (WILLIAMS, Stephen; FRIELL, Gerald. *Ibidem*, p. 47-48).

¹²⁰⁹ Stanislav contesta a versão oficial do massacre. Ressaltando a insanidade de uma punição coletiva dessa magnitude, defende que uma alternativa mais plausível seja a de que a pena capital fosse aplicada a um número restrito de pessoas, mas que durante a execução pública no hipódromo da cidade a plateia presente se agitou e as coisas saíram novamente do controle, forçando os soldados a investirem contra a multidão (STANISLAV, Doležal. *Ibidem*, p. 104).

¹²¹⁰ STANISLAV, Doležal. *Ibidem*.

¹²¹¹ HEATHER, Peter. *Ibidem*, p. 167.

¹²¹² WILLIAMS, Stephen; FRIELL, Gerald. *Ibidem*, p. 47-48.

¹²¹³ STANISLAV, Doležal. *Ibidem*, p. 104.

¹²¹⁴ Libânio *Or.* 19.22.

¹²¹⁵ Zósimo 4.40.

¹²¹⁶ THOMPSON, Edward. The Visigoths from Fritigern to Euric. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, v. 12, p. 105-126, 1963.

¹²¹⁷ KULIKOWSKI, Michael. *Ibidem*, p. 183.

¹²¹⁸ Sozomeno *HE* 7.4; *PLRE* I, p. 379-380.

¹²¹⁹ HEATHER, Peter. *Ibidem*, p. 173.

CAPÍTULO VIII

ALARICO

8.1 A ascensão de Alarico

Teodósio I morreu de causas naturais em Mediolano no dia 17 de janeiro de 395. Há algum tempo preparava a sucessão dos filhos. Arcádio foi elevado em 383 como coimperador do oriente e Honório em 393 para o ocidente. Por serem ainda muito jovens à época da morte do pai, Arcádio foi colocado sob a guarda de Rufino, prefeito pretoriano, e Honório sob a de Estilício, mestre dos dois exércitos¹²²⁰. A despeito da série de atritos que teve com Teodósio I após o Massacre de Tessalônica, Ambrósio reconhecia os avanços do seu governo para a consolidação do cristianismo niceno no império¹²²¹ e o quão importante era para a Igreja manter uma relação próxima com a corte. Como um gesto de simpatia aos teodósios, o bispo de Mediolano proferiu um discurso em homenagem ao falecido imperador diante de Honório e Estilício. Rompendo com os ritos tradicionalmente empregados nos funerais dos imperadores romanos, seu corpo permaneceu exposto no palácio imperial por 40 dias¹²²². O Império Romano jamais retornaria ao comando de um só homem. Apesar de continuarem governadas por membros da mesma família, a morte de Teodósio I representará o início de um longo processo de desgaste entre as cortes do ocidente e oriente, muito em razão das disputas políticas travadas pelos guardiões dos novos imperadores. De 395 à queda do ocidente, em 476, a relação entre Mediolano — e Ravena, a contar da transferência da capital em 402 — e Constantinopla será de estranhamento, de desconfiança. Formalmente, seguirão como partes integrantes do mesmo império. Na prática, cada lado cuidará dos seus próprios interesses sem cooperar com o outro.

Tudo teve início quando Estilício reivindicou que Arcádio também estivesse sob sua guarda. O general embasava sua pretensão em um suposto desejo manifestado por Teodósio I no leito de morte. Muito provavelmente, uma narrativa construída por seu círculo de apoiadores. Naturalmente, a reivindicação colocava-o em rota de colisão com Rufino. Para piorar o cenário,

as circunstâncias da morte de Teodósio I permitiram que Estilício assumisse o controle de fato dos exércitos imperiais de escolta do ocidente e oriente, isso porque o imperador morreu em Mediolano acompanhado do exército do oriente que havia mobilizado para derrotar Eugênio no ocidente. Em meio à disputa pela guarda de Arcádio, Estilício postergava a todo custo a devolução dessas tropas a Constantinopla¹²²³. Rufino morreria pouco depois, ainda em 395. O espaço deixado pelo prefeito pretoriano foi logo ocupado pela imperatriz Eudóxia e pelo eunuco Eutrópio, que não demoraram para também entrar em conflito com Estilício. O império aproximava-se novamente de uma guerra civil, e é nesse ambiente conturbado que surge a figura do godo Alarico. Sua trajetória está intimamente associada à sua habilidade política e militar de explorar a crise vivida pelos romanos no período. Alarico será o responsável por criar as condições para a fundação do Reino Visigodo, o que acontecerá pouco depois da sua morte. O momento alto da sua carreira, pelo menos do ponto de vista da dimensão simbólica do episódio, será o Saque de Roma de 410.

Ao falar sobre o saque da antiga capital do império, Prudêncio conecta-o à travessia do Danúbio, sugerindo que os godos que atacaram Roma em 410 fizessem parte dos mesmos grupos que atravessaram o rio em 376, derrotaram Valente em 378 e firmaram com Teodósio I o tratado de 382¹²²⁴. Prudêncio talvez não conhecesse em minúcias a composição dos vários bandos godos presentes no império ou seus respectivos deslocamentos nas províncias, mas se tomarmos a conexão como verdadeira sem maiores questionamentos, Alarico teria participado — ou pelo menos presenciado na juventude — de toda essa cadeia de acontecimentos. Travessia (376), revolta (376-382) e acordo (382). Nessa linha, o grupo liderado pelo godo seria um dos vários ligados ao império pelo tratado de 382. Sobre suas origens, Jordanes diz que Alarico era membro da casa dos Baltos — *“família que ficava atrás apenas dos Amalos em nobreza”*, acrescenta¹²²⁵. Ao que tudo indica, estamos diante de mais um anacronismo histórico de *Gética*. É de esperar que Alarico realmente pertencesse a alguma família de prestígio de *megistanes*, mas, feita a devida ressalva ao próprio Jordanes, nenhum autor antigo cita os Baltos antes do século V. Como os Baltos serão a primeira dinastia visigoda, com uma série de monarcas que se estenderão até a primeira metade do século VI, a ligação de Alarico à família pode ser explicada como mais uma tentativa de Jordanes de engrandecer a saga

gótica. Em termos de dominância política, os Baltos destacar-se-ão somente depois de Alarico, não antes dele¹²²⁶.

Sabemos que os visigodos são comumente associados aos tervíngios pela historiografia mais tradicional, como se sucessores deles, mas, embora o grupo de Alarico seja claramente um dos vários bandos que participaram da formação do Reino Visigodo, nenhuma fonte o conecta diretamente aos tervíngios. Seu bando nunca é tachado explicitamente como tervíngio ou grutungo, somente como godo. A “conversão” de tervíngios em visigodos é uma construção recente dos historiadores, não necessariamente um fenômeno percebido pelos próprios godos ou pelos romanos. Seja como for, como seu nome aparece pela primeira vez em regiões mais orientais dos Bálcãs — e **não na Panônia, onde os grutungos de Alateu e Safrax foram assentados** —, era possivelmente um tervíngio. Porém, repise-se, a literatura romana não é categórica nesse sentido. Vale lembrar também que as comunidades godas da época, apesar de compostas majoritariamente por godos étnicos, eram formadas por uma miscelânea de diferentes gentes, inclusive por elementos romanos, e Alarico soube agir como um fator de união desses vários grupos. A morte da velha guarda — Alavivo, Fritigerno, Atanarico, Alateu e Safrax — e o embate entre Fravita e Eriulfo, com a eliminação do segundo, contribuíram para sua ascensão. Mas, muito diferente de Fravita e Eriulfo, que possuíam visões claramente pró ou contra o império, Alarico adotará uma postura vacilante até sua morte, em 410. Habilidoso, saberá manter posições ora tendentes à aproximação, ora ao distanciamento, com as cortes do ocidente e oriente, e com isso conseguirá reunir gregos e troianos sob sua bandeira. Thompson resume sua atitude flutuante afirmando que “(Alarico) *não parece ter tomado uma decisão clara de se mudar para qualquer uma das duas direções, de destruir Roma ou tornar-se parte dela*”¹²²⁷. Para o espírito conciliador do godo-romano Jordanes, sua grande missão foi demonstrar que godos e romanos poderiam conviver juntos como um só povo¹²²⁸.

Claudiano é uma importante fonte para o período, mas seus escritos devem ser vistos com cuidado. Patrocinado pela corte de Mediolano, Claudiano escreveu um conjunto de panegíricos que abordam, como temas principais ou secundários, os conflitos com os godos durante o reinado de Honório, entre eles *A Guerra Gótica*, *Sobre o Quarto Consulado de Honório* e *Sobre o Consulado de Estilício*. Contudo esses trabalhos foram produzidos com o claro objetivo de

exaltar as figuras dos seus patrocinadores, Honório e Estilício. Consequentemente, suas vitórias são exageradas, e suas derrotas, diminuídas. É em Claudiano que encontramos a primeira referência a Alarico envolvido em algum conflito com os romanos. Sem apresentar maiores informações sobre os antecedentes ou mesmo sobre os desdobramentos do incidente, afirma apenas que o godo teria desafiado Teodósio I nas margens do rio Hebrus (Maritsa), posicionando o episódio em algum ponto da Trácia entre Tessalônica e Constantinopla¹²²⁹. O comentário é vago e inconclusivo. Em uma tentativa de conectá-lo a eventos que ocorreram durante o reinado do imperador e que nos são mais bem conhecidos, historiadores têm associado o embate às revoltas que ocorreram na diocese da Macedônia no contexto da guerra civil travada pelo imperador com Máximo. Wolfram e Boin chegam a ligá-lo a um acontecimento específico registrado por Zósimo, embora o próprio autor não cite o nome de Alarico. Em algum momento de 391, presumivelmente quando Teodósio I retornava para o oriente depois de vencer o usurpador, o imperador e sua escolta foram atacados de surpresa por bárbaros quando realizavam uma parada para descansar da viagem. Teodósio I só teria conseguido escapar do ataque pela rápida intervenção de Promoto, o mesmo general que conteve os grutungos de Odoteu no Danúbio e que seria sucedido por Estilício. Pela leitura do relato de Zósimo, não podemos concluir com segurança se o que ocorreu foi uma grande batalha ou uma refrega menor. Se a conexão estiver correta, é possível que Alarico e seu bando estivessem pilhando o interior da província e atacando comboios romanos quando souberam que a comitiva do imperador estava na região. Não seria a primeira vez que Teodósio I aparece nas fontes a alguma distância do exército imperial e acompanhado apenas de uma pequena guarda pessoal¹²³⁰.

No início dos anos 390, com apenas 20 e poucos anos de idade, Alarico já se destacava como líder militar. Nenhuma fonte assegura que o jovem godo tenha servido junto ao exército imperial antes da revolta instigada por Máximo, como federado sujeito ao tratado de 382, mas sabemos que logo depois do término da insurreição, ainda em 391, aliou-se a Teodósio I. Segundo Sócrates, na campanha contra Arbogasto e Eugênio, de 394, apesar de o comando geral dos federados bárbaros ter sido atribuído a Gainas, Saulo e Bacúrio, imediatamente abaixo deles estava Alarico liderando os contingentes godos em campo. Participou da Batalha do Frígido e, ao final da guerra, “foi

honrado com dignidades romanas” pela sua importante contribuição¹²³¹. Entretanto, a despeito das honrarias recebidas, que possivelmente incluíam gordos donativos para sua gente, a participação no conflito não foi suficiente para lhe assegurar um comando regular no exército imperial. E é precisamente esse o principal motivo para que nos anos seguintes Alarico liderasse uma das maiores rebeliões bárbaras da história do Império Romano.

8.2 Alarico revolta-se contra Rufino

Zósimo é taxativo sobre os motivos que levaram Alarico a se revoltar novamente em 395: “*ele estava descontente com o fato de não ter recebido o comando de outras forças militares além dos bárbaros que já comandava quando assistiu Teodósio contra o usurpador Eugênio*”¹²³². Após a campanha de Teodósio I contra Eugênio, Gainas foi recompensado com o posto de conde. Ao que parece, Alarico esperava receber alguma posição semelhante, mas a expectativa acabou não se concretizando e o godo permaneceu apenas um chefe federado no comando do próprio bando¹²³³. Isso significava muitas coisas. Primeiro, um posto oficial no exército imperial era a porta de entrada para o Estado romano. Uma vez dentro da estrutura do império, seria uma autoridade não só entre os godos, mas entre os romanos. Inclusive, estaria no comando de efetivos romanos. Segundo, isso o colocaria dentro do seleto círculo de pessoas que possuíam acesso direto ao imperador, e estar próximo ao imperador trazia um enorme capital político e prestígio. Na teoria, poderia influenciar decisões de cúpula, deixaria de ser um mero *outsider*. Para sua gente, isso representaria uma série de vantagens, como ser incluída na rede oficial de distribuição de grãos e outros suprimentos, talvez até o recebimento de soldos. Afinal, suas tropas passariam a ser consideradas unidades regulares do exército imperial. Lembremos que os godos que recebiam soldos eram somente os que se alistavam voluntariamente para serem incorporados aos regimentos romanos, não os grupos que seguiam como federados e combatiam como povo aliado em separado. Para esses, os pagamentos eram feitos aos líderes, que redistribuíam esses valores conforme bem entendiam, isso se convencionado no *foedus*.

Mas por quais razões Alarico não recebeu de Teodósio I ou Arcádio um comando regular, a exemplo dos que foram concedidos a Gainas, Fravita, Bautão, Arbogasto e Estilício? Se uma posição oficial era o que tanto desejava, conceder-lhe poderia acalmar os ânimos do godo e evitar a retomada das

hostilidades. Uma possível explicação para a relutância do imperador é que isso talvez colocasse Alarico, em particular, numa posição muito fortalecida. Fora os bárbaros que se alistavam no exército imperial, os generais romanos talvez tivessem pouco ou nenhum controle sobre as unidades federadas. Por outro lado, Alarico já comandava uma quantidade expressiva de tropas, que, inclusive, haviam causado não poucos tumultos na Macedônia. Claudiano refere-se aos seus seguidores como uma grande horda, às vezes como um povo inteiro (*gens*)¹²³⁴. Permitir que acumulasse sua posição de chefe desse grande bando com um posto oficial de mestre ou mesmo de conde no exército imperial seria validar uma concentração de poder capaz de romper o nivelamento de forças entre bárbaros e romanos trabalhado cuidadosamente desde o tratado de 382¹²³⁵. Por mais que Alarico estivesse a serviço do império, a experiência mostrava que a aliança era circunstancial. Em outras palavras, transformar Alarico em general romano era um risco grande demais para ser aceito por Constantinopla.

Para além da expectativa frustrada do cargo, outro fator pode ter contribuído para que Alarico se voltasse novamente contra os romanos: os hunos. Instigado por Rufino, Arcádio insistia, não sem razão, para que Estilício devolvesse o exército de escolta do oriente. Claudiano conta que quando Estilício finalmente cedeu à pressão do imperador e atribuiu a Gainas a tarefa de conduzir essas tropas de volta a Constantinopla, os militares que partiam para o leste temiam “*se tornar escravos dos sujos hunos e dos incansáveis alanos*”¹²³⁶. A entrega das unidades ainda levaria tempo, o que nos interessa aqui é compreender o suposto medo dos soldados que retornavam. O que isso quer dizer? Claudiano certamente não afirmou que hunos e alanos governavam o oriente, mas o comentário pode ser entendido como um sinal de que alguma movimentação ocorria nos bastidores da corte de Arcádio. Enquanto Estilício consolidava sua aliança com os grupos bárbaros associados ao ocidente, incluindo alguns godos — e aqui estamos nos referindo a figuras como Gainas, incorporadas ao exército regular —, Rufino começava a flertar com as tribos hunas e alanas da margem norte. Era uma maneira de contrabalancear o peso do adversário, sobretudo considerando que Constantinopla, pelo menos até o momento, estava desprovida do seu principal exército. Esse movimento de aproximação é corroborado por Sócrates. Segundo o autor, Rufino adquiriu má reputação por se misturar

àqueles que eram tidos como “*os piores entre os bárbaros*”. Até sua guarda pessoal agora era composta por elementos hunos¹²³⁷. Ao falar sobre as lideranças hunas da época, João de Antioquia refere-se a eles como “*filarcas*” (*phylarchoi*), palavra frequentemente empregada pelos autores do século IV para designar chefes tribais gassânidas¹²³⁸ responsáveis pela defesa de regiões da Arábia romana¹²³⁹. Com base nesse rótulo de filarcas, Maenchen-Helfen defende que Rufino pode até ter assentado grupos hunos na Trácia como forma de contrapô-los aos godos na Mésia, considerados pouco confiáveis. Se a conclusão do historiador estiver correta, seria a primeira vez que o império concederia terras aos hunos. No entanto, nenhum autor antigo faz referência a uma possível política de recepção para os hunos¹²⁴⁰.

Qualquer que tenha sido o caso, os hunos decidiram finalmente realizar uma demonstração de força para o império em 395. Com a chegada do verão, atravessaram o rio Don e lançaram duas ofensivas pelo Cáucaso — uma contra os romanos, outra contra os sassânidas. Embora fossem hunos, eram provavelmente tribos distantes ou pelo menos independentes daquelas que se alinhavam ao prefeito pretoriano. Os invasores foram contidos, mas só depois de avançarem sobre a diocese do Ponto, região de fronteira com o Reino da Armênia. Algumas áreas da província da Síria foram atingidas. Na campanha contra os sassânidas, chegaram até as redondezas de Ctesifonte¹²⁴¹. Filostórgio afirma que no mesmo período atacaram os romanos também pelo baixo Danúbio. Porém é possível que o autor, condensando acontecimentos que ocorreriam nos últimos anos da década de 390 em um curto comentário, tenha atribuído equivocadamente o ataque pelo Danúbio a 395¹²⁴². Incursões hunas pelo Danúbio de fato aconteceriam, mas nos anos seguintes. Mesmo que um ataque aos Bálcãs não tenha ocorrido em 395, o clima nessas localidades mais próximas à fronteira, principalmente na Mésia, onde as tribos godas serviam como zona-tampão, era de tensão. Havia a expectativa de que uma ofensiva hunas semelhante à do Cáucaso pudesse ocorrer a qualquer momento. A perspectiva de um ataque, somada aos estranhos movimentos de Rufino favorecendo certas tribos hunas em detrimento dos velhos federados, contribuiu para que os godos da Mésia se agitassem. Percebiam que as terras que haviam recebido pelo tratado de 382 estavam seriamente ameaçadas. Como se não bastasse, muitos dos guerreiros godos que poderiam realizar a defesa da região ainda estavam no ocidente junto ao exército de escolta. Isso

explica a rápida adesão dos godos assentados na Mésia ao levante de Alarico¹²⁴³.

Sabemos que os godos se ressentiam da maneira como viviam à margem da sociedade romana, mas a decisão tomada por Teodósio I em Frígido de sacrificá-los em um primeiro ataque contra as forças de Eugênio representou um duro golpe para a relação mantida entre a corte e seus federados, apesar de alguns líderes godos terem sido promovidos logo depois do episódio. Uma revolta havia se tornado questão de *quando*, não de *se*. E o momento chegou na primavera de 395. Malgrado tenha sofrido muitas baixas em Frígido, Alarico, que até então continuava no ocidente aguardando a autorização de Estilício e Gainas para voltar ao oriente, decidiu agir por conta própria. Reuniu seus homens e partiu para o leste, não se sabe se com ou sem o consentimento de seus superiores. Iniciou seu motim logo que alcançou a Ilíria, onde devastou o interior da diocese, e de lá seguiu para a Mésia, onde os godos da província se juntaram a ele. Atrevido, Alarico reorientou sua rota para Constantinopla, mas ao se aproximar da capital decidiu retornar para a Grécia. A cidade não chegou a ser sitiada. Ocupou-se em saquear as províncias da Macedônia e Tessália, região que conhecia desde a revolta dos tempos de Máximo. Durante todo esse extenso percurso pelos Bálcãs, não encontrou resistência por parte dos romanos. Os responsáveis pela defesa da Grécia, notadamente Antíoco, o procônsul da Acaia (*proconsul Achaiae*), e Gerôncio, um comandante local de patente desconhecida que provavelmente não se confunde com o duque da Cítia de mesmo nome envolvido no incidente de Tômis, decidiram abandonar suas posições e partir em retirada para Constantinopla antes que os godos chegassem¹²⁴⁴.

Claudiano e Zósimo implicam Rufino em uma conspiração com Alarico, mas a acusação soa apenas como uma campanha difamatória vinda de Estilício. Afinal, dificilmente o prefeito pretoriano de Arcádio ganharia alguma coisa incitando o godo a atacar seus próprios territórios. Segundo esses autores, Rufino teria concedido carta branca a Alarico para que agisse livremente pelo interior das dioceses da Trácia, Macedônia e Dácia, recebendo dele somente o compromisso de que pouparia a capital¹²⁴⁵. Isso explicaria o fato de os rebeldes godos terem se aproximado de Constantinopla e seguido para a Grécia sem atacar a cidade, mas a velha explicação para não a sitiar também se aplica: não possuírem armas de cerco compatíveis. A ordem

emitida a Antíoco e Gerônimo para retirarem suas forças dali antes que os rebeldes alcançassem a região, abandonando os moradores da Grécia à própria sorte, pode ter sido uma decisão política desastrosa, mas razoável do ponto de vista tático-militar. Estilício havia decidido devolver o exército do oriente, mas continuava postergando a efetiva entrega dos regimentos. A corte de Arcádio simplesmente não possuía unidades suficientes para formar um exército capaz de fazer frente à presença goda nos Bálcãs. Dessa maneira, Antíoco e Gerônimo recuavam para evitar uma derrota. Não que Rufino tivesse conspirado com Alarico, nada ganharia com isso. Ao contrário, sua posição se deteriorava. A simples notícia da aproximação de Alarico ou, no máximo, a exibição de suas forças a certa distância das muralhas, era mais que o suficiente para incutir pânico aos constantinopolitanos. E, conseqüentemente, para pressionar Arcádio e Rufino a um novo compromisso com mais concessões.

Estilício decidiu explorar a ocasião. No lugar de simplesmente devolver os destacamentos do oriente, reuniu um exército, em parte composto pelas próprias unidades do oriente, e partiu para a Grécia no verão seguinte. Mesmo sem um pedido formal de socorro de Constantinopla a Mediolano, partiu com o objetivo de salvar os Bálcãs de Alarico. Finalmente havia chegado sua oportunidade de conquistar a custódia de Arcádio. Ignorando a autoridade de Rufino, avançou por terra, atravessando as províncias da Veneza e Histria¹²⁴⁶ e Dalmácia antes de chegar à Grécia. À medida que ganhava terreno, assumia na prática o controle das cidades por onde suas tropas passavam. Seguindo os conselhos do prefeito pretoriano, o jovem imperador emitiu um ultimato ao general para que devolvesse imediatamente seu exército de escolta e retornasse ao ocidente. A presença de Estilício nos Bálcãs fazia Rufino temer pela própria vida, mas para Arcádio também não era interessante que estivesse ali. Estilício receberia todos os louros por derrotar o godo em sua porção do império munido de um exército reunido com unidades suas¹²⁴⁷.

O ultimato de Arcádio eliminava de vez o argumento que possuía para estar no oriente e Estilício decidiu recuar. Encerrou a campanha contra Alarico e retornou para a Itália, determinando que os regimentos do oriente enfim seguissem para Constantinopla. Sem essas unidades, perdia a vantagem numérica para continuar enfrentando o godo. Seus adversários na corte de Constantinopla divulgaram suas atividades na Ilíria como uma tentativa frustrada de golpe, como se o objetivo final de Estilício fosse derrubar Arcádio

e assumir o trono. Porém, mesmo se descartarmos uma genuína lealdade sua aos teodósios, dificilmente Estilício pretendia tomar para si o trono do oriente. Em que pese sua enorme influência, era um vândalo, e por mais que comandantes bárbaros ocupassem cada vez mais os espaços de poder nas cortes de Constantinopla e Mediolano, o posto de cúpula do império era ainda uma posição muito distante para alguém visto como estrangeiro. Basta lembrarmos que no ocidente Estilício não governava em nome próprio, mas no de Honório. Lembremo-nos igualmente de Arbogasto e Eugênio. Como dissemos, é mais provável que seu plano fosse aproveitar o conflito com Alarico para derrubar Rufino e tomar a guarda de Arcádio — ou, considerando que o imperador já havia atingido a maioridade em 395, tornar-se o principal dos seus conselheiros¹²⁴⁸. Mas a campanha não foi um completo desastre para o general, que conseguiu pelo menos um dos dois objetivos — derrubar Rufino. Estilício incumbiu Gainas de levar os destacamentos do oriente à capital e aproveitar o ensejo para assassinar o rival. Era novembro quando Gainas enviou uma mensagem ao imperador para informá-lo de sua chegada nos próximos dias e pedir que fosse recebido há alguma distância da cidade. Era uma honraria concedida a personalidades ilustres, como foi a recepção de Teodósio I a Atanarico. Menos por ingenuidade que por necessidade, Arcádio e Rufino seguiram em comitiva ao encontro de Gainas e do exército que finalmente retornava. Quando a comitiva os alcançou, o imperador foi, de fato, recebido com grande honra pelos soldados, mas tão logo as homenagens foram concluídas, Gainas deu o sinal combinado aos homens. Rufino foi cercado e morto a golpes de espada ali mesmo, diante do imperador, que assistiu perplexo à cena. O corpo do prefeito pretoriano foi esquartejado e circulou aos pedaços pela capital¹²⁴⁹.

Na historiografia, é lugar-comum nos depararmos com a afirmação de que Estilício só não derrotou Alarico em 395 em razão do ultimato de Arcádio, como se uma vitória sobre o godo fosse certa. Ao comentarem as ações de Estilício na Grécia, Claudiano e Zósimo passam a impressão de que o general realmente estava em posição de vantagem, e seu avanço sobre áreas até então sob controle inimigo aponta para vitórias menores ou pelo menos para um recuo estratégico dos godos. Por outro lado, o fato de se ver obrigado a abandonar a campanha ao devolver o exército de escolta do oriente indica que sua vantagem sobre Alarico não fosse tão larga assim. Veremos que Estilício

deixará passar outras oportunidades semelhantes de eliminá-lo no futuro, e por isso historiadores têm levantado a hipótese de que o general jamais tenha pretendido derrotá-lo definitivamente. Na série de embates com o godo, quem sabe seu objetivo fosse apenas o de pressioná-lo a se submeter novamente à autoridade romana, nada mais. Mesmo não dignos de confiança, os godos de Alarico representavam uma força militar expressiva que não podia ser descartada pelo império. Era melhor tê-los como aliados que não os ter de jeito algum.

Com a queda de Rufino, o eunuco Eutrópio, que até então ocupava a função de prepósito do cubículo sagrado (*praepositus sacri cubiculi*)¹²⁵⁰, tornou-se o principal conselheiro de Arcádio, o governante de fato do oriente. Eutrópio era uma figura política importante em Constantinopla, tanto que em abril de 395 havia orquestrado o casamento do imperador com a filha do general franco Bautão, Élia Euxódia, em uma disputa que travou com Rufino, que pretendia casá-lo com a própria filha. Em um primeiro momento, Eutrópio e Estilício aparentemente trabalharam juntos. Essa cooperação resultou, por exemplo, na devolução a Mediolano de antigos territórios — não todos — da Dalmácia e da Panônia que haviam sido cedidos ao oriente por Graciano a Teodósio I¹²⁵¹. Esse clima de reaproximação não duraria por muito tempo. O retorno do exército de escolta não assegurou a Constantinopla uma vitória rápida sobre os godos, em parte porque Eutrópio teve que comprometer uma porção significativa dessas unidades com a defesa das cidades do Cáucaso afetadas pelos ataques hunos. E assim a rebelião de Alarico sobrevivia ao primeiro embate entre ocidente e oriente¹²⁵². A presença dos godos no sul da Grécia se estendeu por todo o ano de 396 e pelos primeiros meses de 397. Zósimo descreve brevemente o itinerário dos ataques após a retirada de Estilício. Alarico e seus seguidores seguiram em direção ao sul acompanhando a costa do Egeu, atravessaram o desfiladeiro das Termópilas e chegaram ao Peloponeso. Nesse período, pilharam a região da Beócia, e Tebas só não foi conquistada pela pressa do godo em alcançar Atenas. As muralhas de Atenas resistiram com muita dificuldade, mas outras cidades históricas importantes, como Corinto, Argos e Esparta, não tiveram a mesma sorte. Foram tomadas e saqueadas¹²⁵³. Legislações passadas nessa época impuseram às cúrias municipais a missão de arrecadar mais impostos para o custeio de

novas muralhas ou de aprimoramento das já existentes. O aumento da carga tributária deveria ser “*repartido de acordo com a capacidade de cada homem*”¹²⁵⁴.

Com o passar do tempo, Constantinopla e Mediolano voltaram a se estranhar. Estilício estava na Gália supervisionando a construção de melhorias na rede de defesa do Reno quando decidiu partir novamente para o confronto com Alarico. Os motivos para essa nova intervenção não são claros; suspeita-se que o mestre dos soldados de Honório temesse a possibilidade de os godos chegarem a alguma espécie de compromisso com Eutrópio, o que significaria um reforço militar expressivo para o oriente em meio à renovação das tensões entre as duas metades do império. Nos cálculos do general, entre destruir Alarico e tê-lo como aliado pouco confiável, era preferível a segunda opção, mas entre destruí-lo e tê-lo como inimigo, era melhor a primeira. No verão, reuniu um exército e seguiu para o leste. Dessa vez, no lugar de avançar por terra, como havia feito em 395, decidiu chegar à Grécia por mar. Suas tropas desembarcaram no Peloponeso e, à medida que ganhavam terreno, forçavam uma retirada dos godos para Foloí, região noroeste da península. Parecia que o bando de Alarico logo ficaria encurralado e sem acesso a provisões, mas o exército de Estilício acabou se demorando em pilhagens, aparentemente tomando não só os espólios deixados pelos bárbaros no caminho, mas também o patrimônio dos romanos que vinha para salvar. O atraso permitiu que Alarico conseguisse escapar pelo nordeste da península, onde cruzou o Istmo de Corinto e seguiu para as montanhas de Épiro¹²⁵⁵. Zósimo e Claudiano falam sobre soldados do ocidente pilhando vinhedos e plantações desde a primeira expedição de 395, e esses comentários mostram como as duas campanhas de Estilício contra Alarico nos Bálcãs sofreram com problemas de indisciplina¹²⁵⁶.

A campanha de 397, como a de 395, desenvolveu-se sem uma batalha decisiva. Os dois exércitos realizaram uma série de manobras pelo interior da Grécia que não levaram ao confronto aberto. Alarico movimentava-se, Estilício seguia-o. Os dois lados emparelhavam-se, não mais que isso. Dificuldades para encontrar um campo de batalha ideal para godos e romanos podem explicar o impasse, mas muitos historiadores insistem na hipótese de que a estratégia de Estilício fosse apenas submeter Alarico a uma espécie de xeque-mate, colocá-lo em uma posição tão difícil que o godo não tivesse outra alternativa senão render-se às forças do ocidente. Assim, manteria os godos como federados de Mediolano, evitando que caíssem em poder de

Constantinopla, e pouparia suas próprias tropas do combate. Era uma jogada inteligente. No entanto, como é de se esperar, a segunda incursão de Estilício nos Bálcãs foi vista por Arcádio e Eutrópio como um novo insulto, e naturalmente Constantinopla não prestou auxílio na luta contra os godos. Não possuindo condições de reunir um exército maior para enfrentar Estilício e Alarico sem comprometer o front com os hunos, Eutrópio precisou ser criativo. O eunuco convenceu o imperador a declarar o general de Honório um *hostis publicus* e a conceder a Alarico o que sempre quis, um posto oficial. A literatura não esclarece qual foi exatamente a patente concedida ao godo, mas referências a Alarico na Ilíria algum tempo depois têm sido interpretadas como um sinal de que ele pode ter sido nomeado *magister militum per Illyricum*, posição vaga à época. Era um imenso salto na sua carreira. Para ser um mestre dos soldados, era preciso estar entre os “homens ilustres” (*virii illustres*)¹²⁵⁷ que compunham o primeiro escalão do Senado e do Consistório¹²⁵⁸. Tal como o ultimato concedido em 395, a declaração de inimigo público de 397 colocou Estilício diante de mais uma situação difícil. Como inimigo público, qualquer pessoa do povo, em tese, poderia assassiná-lo em troca de uma gorda recompensa. Cercado por um exército, dificilmente isso ocorreria, mas a medida servia também como um estímulo a possíveis traições em seu próprio campo. Embora contasse com o argumento moral de que estava ali para derrotar os bárbaros, o imperador expressava clara e publicamente sua oposição. E, mais importante, Alarico agora possuía legitimidade para agir em nome de Arcádio.

Forçado a interromper a expedição, Estilício retornou para o ocidente. Na literatura romana e na historiografia, consolidou-se a visão de que Alarico conseguiu “*escapar da derrota*” pela segunda vez. A pressão feita por Eutrópio foi realmente um importante fator para que o general retornasse, mas outro acontecimento pode ter influenciado sua decisão de abortar a missão. Estamos habituados a pensar as relações de causa e efeito como se cada fato fosse consequência direta e imediata de um antecessor, mas a história é quase sempre mais complexa e multifatorial. Voltemos nossa atenção para a África, mais precisamente para um nome: Gildão. Gildão era um príncipe berbere, filho de Nubel, rei dos mauros (*mauri*)¹²⁵⁹, e irmão de Mascezel e Firmo. Firmo foi o usurpador que liderou uma revolta contra o regime de Valentiniano I entre 372 e 375 e que Valente ajudou a eliminar enviando reforços ao irmão.

Gildão lutou contra Firmo ao lado do conde Teodósio, o que lhe rendeu prestígio nas cortes dos valentinianos e teodósios. Foi nomeado conde e mestre dos dois exércitos para a África (*comes et magister utriusque militiae per Africam*)¹²⁶⁰ em 386, tornando-se a principal autoridade militar da região. Um personagem semelhante ao que era Estilício no continente europeu. Porém Gildão passou a conduzir os assuntos da África com autonomia excessiva, muitas vezes agindo como um ator independente de Mediolano. No outono de 397, decidiu tomar um caminho semelhante ao do irmão e se colocou em revolta contra o regime de Honório. As dioceses do Egito e África funcionavam como grandes celeiros de cada metade do império, fornecendo grãos às províncias do oriente e ocidente. Gildão sabia da importância estratégica dos territórios africanos, e sua primeira providência foi cortar a distribuição de grãos para Mediolano; esperava com isso incitar a sediciosa população de Roma e das principais cidades da Itália, Gália e Hispânia à revolta. O usurpador seria derrotado em julho de 398 por Mascezel. Mascezel havia fugido para a Itália assim que a revolta do irmão teve início, mas Honório o colocou no comando do exército reunido para retomar a África. Poucos meses depois de derrotar o irmão, foi assassinado a mando de Estilício, que temia o surgimento de um novo rival na corte¹²⁶¹.

De que maneira a revolta de Gildão se conecta à retirada de Estilício da Grécia? Diferentemente de muitos usurpadores que o precederam, Gildão não se declarou imperador — pelo menos não nos primeiros meses do motim. Ao contrário, manifestou sua lealdade a Arcádio. Aproveitando as hostilidades entre ocidente e oriente, agiu não como se pretendesse derrubar Honório para se colocar no poder, e sim como se seu objetivo fosse apenas o realinhamento político da diocese da África com Constantinopla. Nas palavras de Zósimo, Gildão “anexou os domínios que pertenciam a Cartago ao império de Arcádio”. Para o propagandista Claudiano, “o conspirador colaborou com as insídias do Oriente”¹²⁶². Embora as fontes nada digam sobre os bastidores da conspiração, é de esperar que o movimento de Gildão tenha sido articulado com Eutrópio. Como Rufino, Eutrópio temia que Estilício pudesse alcançar Constantinopla e derrubá-lo a qualquer momento. Uma revolta de larga escala no ocidente exigiria o retorno do general para defender Honório e sua posição na corte de Mediolano.

Para Cameron, a revolta de Gildão ocorreu por volta de setembro de 397, muito tarde para influenciar a guerra de Estilício contra Alarico¹²⁶³, mas a literatura da época apresenta uma série de indícios de que o clima de insurreição ocorria há mais tempo. Uma lei de junho determinou uma nova campanha de recrutamento em massa, estabelecendo que nem as propriedades do imperador (*patrimonia sacra*) estariam imunes à entrega de homens para o exército¹²⁶⁴. Nesse ponto, Burrell argumenta que dificilmente Estilício utilizaria recrutas recém-contratados para combater o experiente bando de Alarico na Grécia, deduzindo que a necessidade de novos soldados estivesse relacionada aos problemas que começavam a surgir na África. Afinal, as revoltas de Alarico e Gildão foram as únicas grandes crises reportadas para o ano de 397. Duas leis posteriores, uma de setembro e outra de novembro, autorizaram os senadores a substituírem o pagamento do tributo em homens por ouro, um sinal de como o recrutamento havia provocado um novo desgaste entre corte e aristocracia rural. Em que pese o imperador tenha cedido à pressão dos senadores, o fato de ter lançado uma campanha de recrutamento tão rigorosa em junho corrobora a urgência do assunto para o momento¹²⁶⁵. Em uma carta escrita em 397 a Florentino, prefeito de Roma, algum tempo antes do início da revolta de Gildão, Símaco questiona seu interlocutor: “*por que me sussurras que são escassos os transportes de grãos da África?*”. Na mesma correspondência, o senador defende que os magistrados responsáveis pelas importações fossem punidos com severidade por Honório. Afinal, nada justificava os atrasos, o clima era bom, “*o mar continua aberto para navegações regulares*”¹²⁶⁶. Em duas outras cartas, agora destinadas aos próprios filhos, Símaco diz que os romanos foram “*consolados em meio às desgraças*” pela promessa dos senadores, que se comprometeram a contribuir com as colheitas de suas fazendas para suprir as necessidades do povo. Atendiam a um pedido da prefeitura pretoriana da Itália¹²⁶⁷. Tanto os atrasos das remessas da África como o quadro de fome na Itália estavam provavelmente relacionados às interferências de Gildão. Portanto, podemos concluir que, embora a revolta só tenha eclodido em setembro, há meses era esperada. E que Estilício pode ter retornado para cuidar da crise.

8.3 Tribigildo e Gainas

Sinésio refere-se a Alarico como “*o homem coberto de pele*”. Esse curto comentário é a razão para que o godo tenha recebido de pintores modernos uma estética particular — a de um sujeito alto, forte, dono de uma barba imponente e trajado em pele de leão. Para outros, era alguém que se revezava entre a pele e a toga, a depender se compartilhava a mesa com godos ou romanos. No entanto, o retrato feito por Sinésio, claramente voltado para o estereótipo do bárbaro selvagem, pode ser apenas mais um elemento de exagero presente no discurso em que atacou Eutrópio. O bispo era um grande crítico do compromisso firmado pela corte de Arcádio com Alarico em 397 e pregava abertamente que os godos deveriam ser desarmados e expulsos do império. Quanto antes isso ocorresse, melhor. Na pior das hipóteses, que deixassem suas armas, fossem espalhados pelas províncias e se limitassem ao papel de colonos, como nos velhos tratados de recepção do império. Esse era o desejo dos romanos em geral, mas não tão simples de ser colocado em prática. Reforçar a imagem de Alarico como bárbaro era uma maneira de censurar não só os godos, mas principalmente o eunuco que o elevou a mestre¹²⁶⁸. Despachado para a Ilíria, seus primeiros anos como mestre dos soldados foram relativamente calmos, mas marcados por uma relação nada amistosa com as cidades que agora estavam sob sua autoridade. Claudiano, que rotula Alarico como o “*devastador da Arcádia*” (*vastator Achivae*), observa que o godo “*entrava como amigo dentro das muralhas que pouco antes havia sitiado, para administrar a justiça daqueles cujas esposas havia violado e cujos filhos havia assassinado*”. De fato, Alarico havia passado os últimos anos saqueando a região que agora governava em nome do imperador. Claudiano traz-nos um vislumbre dos espólios que tomou dos gregos ao dizer que os godos mantiveram escravos vindos de Argos, Tessália e Esparta pelo menos até 399. Se esses comentários estiverem corretos, se não forem apenas peças de propaganda, reforçam o quanto favoráveis foram os termos que extraiu de Eutrópio em 397. Não precisou nem sequer abrir mão dos butins e escravos conquistados durante a revolta¹²⁶⁹.

Pouco sabemos sobre Alarico e os godos no período entre 398 e 401, senão que estiveram envolvidos em uma nova revolta na Anatólia. Eutrópio conseguiu uma vitória militar sobre os hunos em 398, mas o fato de ter liderado pessoalmente o exército em batalha deteriorou sua imagem em Constantinopla¹²⁷⁰. Seria de esperar o contrário, que a vitória aumentasse sua popularidade entre os romanos, mas os velhos costumes falaram mais alto. Os

romanos estavam acostumados à presença de eunucos exercendo grande influência nos palácios, não liderando tropas em combate. A guerra não era assunto para eunucos. A enxurrada de críticas que sobreveio foi um grande desgaste político para Eutrópio, mas o ambicioso camareiro do imperador decidiu dar um passo ainda maior e articulou para que fosse elevado a patrício e indicado para o consulado de 399¹²⁷¹. Nas palavras de Conde Marcelino, transformou-se no “primeiro e último cônsul eunuco” (*omnium spadonum primus atque ultimus consul fuit*)¹²⁷². Mais uma vez, era uma inovação sem precedentes. O poder dos eunucos sempre esteve na capacidade de agirem pelos bastidores da política romana, não de se torarem eles mesmos autoridades, de ocuparem magistraturas. Oficialmente, eram camareiros. No império tardio, o consulado não contava mais com as importantes competências executivas dos tempos da república, mas a posição seguia um posto de prestígio reservado apenas a grandes personalidades. Não raro, os próprios imperadores ou seus filhos. Assim, as duas metades do império deram continuidade à tradição indicando, cada uma, um cônsul para o ano. Por exemplo, o ano anterior, 398, foi o ano do próprio Honório Augusto (ocidente) e Flávio Euticiano (oriente)¹²⁷³. A escolha de Eutrópio para o consulado provocou uma forte reação não só nas províncias do oriente, mas também na corte de Mediolano, que se recusou a reconhecer a indicação de Arcádio¹²⁷⁴. É nesse contexto de desgaste político para Eutrópio que eclode uma nova revolta goda, dessa vez na Anatólia.

Tribigildo aparece nos poemas de Claudiano como um “duque desonesto” (*dux improbus*), seu bando como “desertores grutungos” (*desertores gruthungos*). Embora Claudiano tenha chamado o general de duque, sua importância sugere uma patente maior, como a de conde. Estava subordinado a Gainas e comandava uma força federada estacionada em Nacoleia, Frígia. Sozomeno chega a se referir aos dois como parentes, mas talvez a referência decorra apenas do fato de serem godos, não necessariamente membros da mesma família. Gainas foi um importante aliado de Tribigildo, o responsável por impulsionar sua carreira no exército imperial. Lembremos o quão custoso foi para Alarico conseguir um posto oficial. Sua participação na Batalha do Frígido não havia sido suficiente, precisou liderar duas grandes revoltas para ser nomeado mestre. Portanto, Gainas e Tribigildo, principalmente o primeiro, não devem ser entendidos como chefes federados menores e desimportantes. No verão de 399, Tribigildo estava em Constantinopla quando partiu para a

Frígia com a aparente missão de supervisionar as tropas sob seu comando. Porém, lá chegando, reuniu seus homens e se colocou em revolta. Atacou não só a Frígia, mas também a Lídia, Pisídia e Panfília, todas províncias do centro-oeste da Anatólia. Esses ataques provocaram uma fuga em massa dos moradores para regiões vizinhas, principalmente para as cidades costeiras da Ásia e Cária, províncias voltadas para o Mediterrâneo, e para as ilhas do Egeu¹²⁷⁵.

Para Zósimo, Sócrates e Sozomeno, Gainas esteve por trás do motim do subordinado desde o início. Sentia-se injustiçado por Arcádio preterir-lo em favor de Eutrópio, que não passava de um eunuco. Havia aprendido com Alarico que a rebelião era o caminho para novas concessões e instigou Tribigildo à revolta¹²⁷⁶. Na corte, Gainas conseguiu conquistar a confiança de Arcádio e Eutrópio simulando que Tribigildo agia de maneira independente. Como era de se esperar, o imperador encarregou seu camareiro real da tarefa de contornar a crise. Eutrópio atribuiu ao próprio Gainas a responsabilidade de proteger o Helesponto contra uma possível tentativa de travessia enquanto outro general, de nome Leão, também um conde estranhamente subordinado a Gainas, embora romano, partiria com um exército para enfrentar os insurgentes na Anatólia. Não demoraria para que Gainas aderisse ao motim do aliado, reforçando a hipótese de que estivesse envolvido desde o início. Comunicando-se secretamente com Tribigildo, instruiu-o a seguir para o Bósforo, onde poderiam conectar suas forças. Porém, temendo que se aproximar de Constantinopla pudesse desencadear reações mais firmes, quem sabe até de Alarico, Tribigildo continuou concentrando suas operações no centro da Anatólia. Leão, descrito pelas fontes como um militar incompetente e eleito para a campanha apenas por ser um correligionário de Eutrópio, seu “*Ajax*” (*Ajax erat Eutropii*), permaneceu com suas unidades próximas ao Helesponto, possivelmente na Bitínia, sem avançar sobre os rebeldes. Sua postura foi registrada pelos autores antigos não como um movimento cauteloso, mas como a covardia que permitiu que os godos seguissem atacando as províncias asiáticas sem oposição. Em particular, havia um grande receio em Constantinopla de que os navios ancorados nos portos da Jônia caíssem nas mãos de Tribigildo, o que lhe possibilitaria percorrer toda a costa do Levante e Egito¹²⁷⁷.

Enquanto Leão hesitava, Gainas tomou a iniciativa para si e cruzou o estreito. Ainda não havia declarado abertamente sua adesão à revolta e por algum tempo conduziu um conjunto de manobras simulando que perseguia Tribigildo. Nos bastidores, destacou algumas das suas unidades godas para enviá-las às escondidas aos revoltosos como reforços. Nesse meio-tempo, um certo Valentino, morador de Selge, Pisídia (Kopruçay, Turquia), que aparentemente possuía alguma experiência militar combatendo bandos locais de saqueadores, improvisou uma resistência armando um grupo de camponeses e escravos. Zósimo conta em detalhes como essa espécie de milícia conseguiu uma vitória sobre os rebeldes. A coluna de Tribigildo avançava sobre as planícies próximas a Selge quando chegaram a um ponto conhecido como Caracol, uma estrada sinuosa que contornava uma montanha ou colina. O caminho era estreito, admitindo apenas dois homens ombro a ombro. A coluna seguiu apertada entre a encosta e um pântano, o local ideal para uma emboscada. Em determinado momento, foram pegos de surpresa pelos milicianos de Valentino, que saíram de pontos mais elevados para jogar pedras sobre os bárbaros. Comprimidos, os godos caíram com seus cavalos e equipamentos nas águas do pântano. Tribigildo e cerca de 300 de seus homens avançaram aos solavancos pelo Caracol até finalmente se depararem com uma barreira. Lá pôde conversar com Florêncio, apontado por Zósimo como uma segunda liderança da resistência, e conseguiu convencê-lo a permitir a passagem dos sobreviventes em troca de ouro. No entanto, os que conseguiram escapar, agora reduzidos em número, foram alvo de constantes escaramuças dos moradores da região, que se organizavam para enfrentá-los sempre que recebiam notícias de que se aproximavam¹²⁷⁸.

Ao ser informado da derrota do aliado, Gainas, que ainda encenava agir como general do império, expediu uma ordem a Leão para que fosse ao encontro da milícia de Valentino. Deveria apoiar a resistência. Porém, sabendo que Tribigildo seria incapaz de resistir às forças de Leão, destacou novos reforços para auxiliar os rebeldes. Seguiu com o jogo duplo. Porém, dessa vez, Gainas enviou suas unidades não diretamente a Tribigildo, mas ao acampamento de Leão. Em verdade, havia tramado uma armadilha. Chegando no campo, as tropas apresentaram-se como aliados enviados por Gainas, mas tão logo tiveram a entrada autorizada e cruzaram o portão, caíram sobre os romanos e provocaram uma chacina. A ingenuidade e a falta de cuidado de

Leão são denunciadas por Claudiano. O poeta comenta como o general era incapaz de manter seus homens em ordem quando em marcha, de escolher locais apropriados para montar campo, e como ignorava a necessidade de postar guardas para vigia noturna. Os homens de Gainas mataram Leão e todos os seus soldados para que nenhum pudesse reportar o que havia realmente ocorrido, e o massacre foi comunicado ao imperador como resultado de um ataque de Tribigildo. Nas correspondências dirigidas à corte e ao Senado, Gainas utilizava um tom alarmante, dizia que a situação era gravíssima, praticamente insustentável, e que não havia opção senão negociar com os rebeldes. Quanto maior o pânico na capital, mais fácil extrair concessões. Entre as exigências apresentadas por Gainas em nome de Tribigildo estava provavelmente o pagamento de um pesado subsídio. As notícias que chegavam em Constantinopla deram origem a um clima de caça às bruxas, era preciso encontrar um bode expiatório em quem despejar a culpa pelo fracasso da campanha. Naturalmente, a responsabilidade não seria de Arcádio. Gainas, que monitorava como as coisas evoluíam na capital por intermédio de informantes, aproveitou a oportunidade para atacar Eutrópio. Enviou uma carta ao imperador na qual tecia duras críticas ao eunuco e atribuía a ele toda a responsabilidade pelo caos em que se encontrava o oriente. Zósimo chega a dizer que uma das exigências dos rebeldes foi a cabeça de Eutrópio. A exigência faz sentido se conjugarmos a fala de Zósimo com um verso de Claudiano. Segundo o poeta, certa vez Tribigildo solicitou ser atendido pelo eunuco para realizar algum pedido, mas foi dispensado de mãos vazias. O comentário, embora vago, é um sinal de que não só Gainas, mas também Tribigildo, nutrisse alguma inimizade ou ressentimento em relação a Eutrópio¹²⁷⁹.

Arcádio cedeu à pressão e demitiu seu chefe de gabinete por volta do outono. Não se pode descartar a hipótese de que a imperatriz Eudóxia, antiga aliada do eunuco que, ao que parece, havia se tornado sua rival nos últimos tempos, tenha contribuído para o convencimento do imperador. Filostórgio é a única fonte sobre um estranhamento entre Eudóxia e Eutrópio; conta-nos que, quando Arcádio era apenas um jovem, o eunuco ameaçou expulsar a imperatriz do palácio. Nada sabemos sobre as causas desse conflito. Seja como for, o decreto imperial foi rigoroso. Além da demissão propriamente dita, o imperador ordenou que todas as suas propriedades fossem confiscadas e o

puniu com a simbólica pena de “banimento da memória” (*damnatio memoriae*). Consequentemente, seu consulado foi anulado e o ano de 399 passou a ser conhecido apenas como o de Málio Teodoro, o cônsul indicado por Honório. Todas as suas estátuas e retratos foram destruídos. Como providência final, impôs ao eunuco o exílio na ilha de Chipre. Eutrópo refugiou-se em uma igreja de Constantinopla — provavelmente a Santa Sofia, situada no coração da capital, construída por Constâncio II e que seria transformada em uma enorme basílica por Justiniano —, o que é irônico, já que anos antes tentara convencer Arcádio a promulgar uma lei pondo fim ao histórico direito de santuário, a proibição de violência dentro dos templos. Foi retirado à força do local e levado à ilha, onde não escapou da morte. Autores da época apresentam narrativas contraditórias sobre seus últimos dias. O elemento comum das versões é que Eutrópio foi retirado de Chipre para a Bitínia e assassinado. Para Zósimo, Gainas matou-o assim que colocou os pés fora da ilha, pois havia jurado ao imperador poupá-lo apenas em Constantinopla ou Chipre. Já Filostórgio diz que magistrados romanos o condenaram à morte por traição, excluindo o envolvimento do godo¹²⁸⁰. Qualquer que seja o caso, João Crisóstomo, que havia sido apontado patriarca de Constantinopla contra a vontade de Eutrópio, proferiu dois sermões citando-o como exemplo de como a sorte não passava de uma grande incerteza: “*aquele que ontem estava nas alturas hoje é jogado ao chão*”¹²⁸¹.

Embora Gainas tenha saído fortalecido do embate com Eutrópio, sua morte não foi suficiente para alçá-lo ao centro do poder. Aureliano, prefeito urbano de Constantinopla, tornou-se o primeiro homem de Arcádio. Apesar de não ter tido protagonismo nos últimos acontecimentos, Aureliano não era uma figura nova na arena política de Constantinopla. Filho de Tauro, cônsul em 361, ocupou importantes cargos civis antes de ser elevado a prefeito urbano da capital — como o de mestre dos ofícios e questor do palácio sagrado¹²⁸². Na versão de Filostórgio, foi inclusive um dos juízes responsáveis por julgar Eutrópio. Em agosto de 399, após a morte do eunuco, foi nomeado prefeito da prefeitura pretoriana do Oriente, a maior das prefeituras do império, que abarcava todas as dioceses da Trácia ao Egito¹²⁸³. Na prática, o posto o colocava como a maior das autoridades do oriente, abaixo apenas do próprio imperador. Em 400, dividiu o consulado com Estilício. Naturalmente, sua ascensão não agradou a Gainas, que finalmente abandonou o jogo duplo e,

junto a Tribigildo, colocou-se novamente em revolta. Do centro da Anatólia, os godos partiram em direção à capital saqueando as cidades pelo caminho. Chegaram a Calcedônia, margem asiática do Bósforo, colocando Constantinopla na iminência de um ataque. Tribigildo morreu em algum momento durante a campanha. Gainas recusava-se a dialogar com qualquer autoridade ou emissário e exigia uma conversa *tête-à-tête* com Arcádio. Depois de alguma relutância, o imperador acabou cedendo e foi ao seu encontro na outra margem do estreito. Estava acompanhado de uma pequena comitiva, não de um grande exército, o que por si só expõe a gravidade da situação. Sozomeno diz que os dois líderes conversaram dentro de uma basílica dedicada a Santa Eufêmia — ou na casa de um devoto onde estava o túmulo da santa. Gainas apresentou suas demandas, entre elas as cabeças de Aureliano, Saturnino e João. Sim, estamos falando do mesmo Saturnino que participou ativamente das campanhas contra Fritigerno, inclusive da Batalha de Adrianópolis, e que pelo visto ainda exercia alguma influência na corte. João é descrito como um dos conselheiros mais próximos a Arcádio e, em algumas fontes, como possível amante da imperatriz e pai biológico do filho do casal imperial¹²⁸⁴.

Acuado, Arcádio concordou. Porém Gainas logo mudou de ideia sobre o destino dos três e manifestou que se daria por satisfeito caso fossem exilados. Assim foi feito, e tiveram suas vidas poupadas. Com a anuência do godo, Cesário, irmão de Aureliano, sucedeu-o no cargo de prefeito pretoriano. Por sua vez, Gainas foi elevado a mestre dos dois exércitos. Para cimentar sua influência, os godos cruzaram o estreito e montaram base em Constantinopla, onde substituíram grande parte da guarnição da cidade. Era um movimento nada comum. A presença de um exército godo na capital, tão próximo à corte, era ao mesmo tempo proteção e ameaça para o imperador. Nada se colocava agora entre Gainas e Arcádio. Mas esse frágil acordo logo desmoronaria. Talvez desde o início Gainas quisesse apenas carta branca para entrar em Constantinopla, evitando um cerco longo e desnecessário. Algum tempo depois, sabendo que agora eram maioria entre os militares presentes na capital, os godos iniciaram mais um motim. Gainas deixou parte das suas tropas na cidade e seguiu com outra para uma vila a 40 *stadia* dali, cerca de 10 quilômetros. Em linhas gerais, o plano era cercá-la por fora enquanto os homens deixados dentro das muralhas ocupavam pontos estratégicos, como o

palácio, os quartéis e os portões. No entanto, na prática a ação se desenvolveu sem muita coordenação. A literatura apresenta diferentes versões para a evolução do episódio. Segundo Zósimo, no dia combinado, no lugar de esperar o grupo deixado dentro da cidade concluir a tarefa, Gainas precipitou-se e apresentou seu exército diante das ameias de Constantinopla. Para os romanos, a visão do exército inimigo provocou pânico, mas também uma enérgica reação, e os constantinopolitanos rapidamente se organizaram para a resistência. Armas foram distribuídas aos homens em condição de combater nos espaços públicos, e os godos dentro da cidade foram “*despachados com espadas, pedras e quaisquer armas que (os moradores) pudessem encontrar*”. O que se seguiu foi uma carnificina. A matança dos godos presentes na cidade impediu a entrada do exército de Gainas, que seguia aguardando do lado de fora. Percebendo que seriam derrotados, os bárbaros correram pelas ruas de Constantinopla em direção a uma igreja, provavelmente a basílica dedicada aos godos por João Crisóstomo, e lá invocaram o direito de santuário. Mas dessa vez o direito não foi respeitado. Talvez as coisas tenham saído do controle das autoridades, talvez o imperador tenha aprovado a medida, os romanos atearam fogo ao local e eles morreram queimados¹²⁸⁵. Em Filostórgio, o grupo liderado por Gainas conseguiu ultrapassar um dos portões da cidade, que foi novamente selado pelos romanos. Constatando que a situação se deteriorava no combate rua a rua, Gainas investiu novamente contra os guardas que protegiam o portão e fugiu¹²⁸⁶. Para Sozomeno, o plano de Gainas foi descoberto pela corte antes mesmo da data estipulada para a revolta, forçando-o a iniciá-la antes do momento combinado, sendo esse o motivo para a falta de coordenação entre as ações dos godos dentro e fora da cidade. Por duas vezes os godos teriam tentado assaltar o palácio, mas foram repelidos, presumivelmente pelas escolas palatinas. Os 40 candidatos (*candidati*) que formavam o núcleo da escolta pessoal do imperador, homens vestidos em túnicas brancas, podem ter desempenhado um papel importante na luta. Frustrados, os godos atearam fogo em uma igreja. Na versão de Sozomeno, portanto, são os godos que incendeiam uma igreja¹²⁸⁷.

Em todas as versões, a revolta de Gainas fracassa. Antes da tentativa frustrada de tomar Constantinopla, o godo tentou interferir até mesmo na Igreja. Segundo Sozomeno, o godo apresentou ao imperador uma petição querendo que pelo menos uma das igrejas da capital fosse concedida aos

godos para que pudessem professar sua fé, vale dizer, uma igreja para os arianos. Afinal, argumentava, não era justo que combatessem ombro a ombro com os romanos, como aliados que eram, mas que tivessem que sair da cidade para orar ao mesmo deus dos romanos. O pedido causou indignação em João Crisóstomo, então patriarca da capital, que reuniu os bispos presentes em Constantinopla e se dirigiu ao palácio. Lá, diante de Arcádio e do próprio Gainas, proferiu um discurso lembrando aos godos que haviam prestado um juramento de fidelidade não só ao imperador, mas também às leis do império, e que a demanda por uma igreja ariana era uma clara violação ao Édito de Tessalônica. Um ato de traição. Ao que parece, o potente discurso de João foi suficiente para convencer Arcádio a recusar o pedido¹²⁸⁸. Teodoreto conta a história com algumas diferenças; diz que o imperador se reuniu com João após receber a petição de Gainas e, lembrando-o da capacidade do godo de causar problemas, pediu ao bispo que cedesse. Porém João pediu ao imperador que convocasse o bárbaro e disse que ele mesmo trataria de demovê-lo da ideia. Assim, diante dos dois, proferiu seu discurso. Mesmo que João e Gainas não tenham dito as palavras reproduzidas por Teodoreto, o registro é valioso¹²⁸⁹:

[...] O imperador ficou encantado com o que Crisóstomo disse e, no dia seguinte, convocou o bispo e o general à sua presença. Gainas começou a pedir o cumprimento da promessa, mas o grande João respondeu que o imperador, que professava a verdadeira religião, não tinha o direito de se aventurar em nenhum ato contra ela. Gainas retrucou que ele também deveria ter um lugar para rezar. Ora, disse o grande João, toda igreja está aberta para você, e ninguém o impede de rezar lá quando estiver disposto. Mas eu, disse Gainas, pertenço a outra seita, e peço para ter uma igreja com eles, e certamente eu, que sofro tantas labutas na guerra pelos romanos, posso fazer tal pedido. Mas, disse o bispo, você tem maiores recompensas por seus trabalhos, você é um general; você está vestido com o manto consular e deve considerar o que você era anteriormente e o que você é agora - sua indigência no passado e sua prosperidade presente; que tipo de vestimenta você usava antes de cruzar o Ister (Danúbio) e o que você está vestindo agora? Considere, eu digo, a pequenez de seus trabalhos e a grandeza de suas recompensas, e não seja ingrato àqueles que demonstraram honra a você. Com essas palavras, o mestre do mundo silenciou Gainas e o obrigou a ficar mudo¹²⁹⁰.

O interessante comentário de João dando conta de que Gainas estaria trajado com o “*manto consular*” na ocasião, a despeito de as listas de cônsules da época não apresentarem o nome do godo, indica que Arcádio e o Senado tenham atribuído a Gainas o status de prestígio reservado aos ex-cônsules. Mas voltemos aos desdobramentos do assalto a Constantinopla. Sobre o tamanho das forças que empregou no ataque, a única evidência está em

Zósimo, que menciona 7.000 godos repelidos pelos constantinopolitanos dentro da cidade, mas nenhum número é fornecido para o exército que aguardava do lado de fora, possivelmente maior. Gainas reuniu os sobreviventes e seguiu para a Trácia. Sitiou algumas cidades da diocese, mas, enfraquecido, não teve êxito combatendo suas guarnições e decidiu cruzar o Helesponto para seguir com a luta na porção asiática do império. Se conseguisse interromper as linhas de comunicação e transporte entre Constantinopla e as províncias do extremo oriente, poderia, em tese, tomar a Anatólia e o Levante, quem sabe até o Egito. Com a chancela do Senado, Arcádio despachou Fravita com um exército. Fravita sempre foi visto pela corte com bons olhos, como um general confiável, apesar de sua origem goda. Diferentemente de Alarico, havia provado sua lealdade. Evitando a capital, Gainas chegou ao Quersoneso Trácio¹²⁹¹ e tentou atravessar o estreito de Dardanelos com barcos que reuniu nas cidades da costa, mas os romanos conseguiram contê-los em uma batalha naval. Fravita contava com uma frota de liburnas (*liburnae*), pequenas galés de apenas um mastro que possuíam rostra¹²⁹², há muito em desuso. Desde que o império assumiu o controle integral do Mediterrâneo, a marinha imperial adaptava-se a modelos menores e mais ágeis como as liburnas, voltados para missões de patrulha e combate a raids. Não havia mais uma grande potência naval a ser combatida, era o fim da era dos grandes trirremes e quadrirremes da Antiguidade. Embora fossem menores, as liburnas eram superiores aos barcos utilizados pelos godos, provavelmente uma miscelânea de embarcações mercadoras não adaptadas ao combate naval¹²⁹³.

A morte de Gainas é outro tema controvertido. Em Sozomeno, os sobreviventes da batalha naval retornaram para a Trácia e foram derrotados novamente pelo exército imperial, agora em terra, e Gainas foi morto nesse segundo combate¹²⁹⁴. Por outro lado, para Zósimo e Filostórgio, Gainas realmente seguiu para o norte, mas em direção à antiga terra natal dos godos, a *Gothia*. Contudo, ao atravessar a Trácia e cruzar o Danúbio, entrou em conflito com os novos senhores da margem norte, os hunos. Uldino, o rei dos hunos, não admitiria a presença de um bando godo independente na região, e Gainas viu-se encurralado: ou confrontava os hunos, ou cruzava mais uma vez o Danúbio para enfrentar os romanos. Acabou escolhendo a primeira opção. Depois de uma série de embates, muitos dos quais tiveram os godos como

vencedores, Gainas foi enfim derrotado e morto. Uldino, que à época dialogava com a corte de Constantinopla, enviou a cabeça do godo a Arcádio como um gesto de amizade. Embora as fontes não esclareçam qual o prêmio concedido pela cabeça do godo, talvez uma grande quantia em ouro, conta-se que o rei huno foi recompensado. Zósimo destaca que Fravita foi alvo de duras críticas por não ter perseguido e derrotado os godos antes de cruzarem o rio, e as más línguas disseram que Fravita permitiu que o compatriota escapasse de propósito. A tentativa de sujar sua imagem não surtiu resultado com o imperador, que o recebeu com honras concedidas a um general vitorioso. Não só; Arcádio indicou-o para o consulado em 401¹²⁹⁵.

8.4 Primeira invasão de Alarico à Itália

Embora Alarico e Gainas se conhecessem pelo menos desde a campanha de Teodósio I contra Eugênio, o primeiro não aderiu à revolta do segundo. Porém os vários meses de guerra deterioraram as relações romano-góticas no oriente, aumentando a tensão existente entre a população e os godos assentados pelo tratado de 382, incluindo o grupo de Alarico. De certa maneira, representou um termômetro para que o godo pudesse medir o nível de reação das instituições romanas. Fravita era um caso à parte. É possível que sua relação mais próxima com Constantinopla se deva ao fato de aparentemente não liderar uma imensa multidão de bárbaros, ao contrário de Alarico e Gainas. Seguramente tinha seguidores, contava com o próprio bando de guerreiros godos, mas, ao que parece, não a ponto de representarem algo como uma grande horda. No posto de mestre dos soldados, comandava um exército composto majoritariamente por soldados romanos, não godos. A morte de Eutrópio, seu principal apoiador, pode ter contribuído para que ficasse isolado na corte, embora contasse com a simpatia pessoal do imperador. Alarico também se percebia cada vez mais excluído do círculo de poder, nenhum comando havia recebido durante a revolta de Gainas. E o clima antigótico nos Bálcãs só aumentava. O godo então voltou seus olhos para o ocidente, talvez conseguisse estabelecer com Honório o mesmo tipo de relação que até então vinha mantendo com Arcádio. Afinal, os godos eram relativamente desconhecidos no ocidente; lá haviam convivido apenas com os grutungos de Alateu e Safrax, que pelo visto não criaram problemas após serem assentados por Graciano. Chamando as coisas pelos seus devidos nomes, calculou que uma rebelião nas províncias do oeste forçaria Mediolano a se submeter a um

novo acordo, talvez até mais favorável ao que extraiu de Constantinopla. Assim, em 18 de novembro reuniu seus seguidores, cruzou a fronteira e seguiu rumo à Itália. Não demorou para que alcançasse os Alpes. Seria a terceira vez que enfrentaria Estilício¹²⁹⁶. No palácio de Arcádio, a notícia de que deixava o oriente deve ter sido recebida com reações ambíguas. A saída do godo significava o fim de uma ameaça interna em potencial, mas também a perda de uma expressiva força auxiliar federada que poderia ser manejada para barrar os hunos no Danúbio ou mesmo Estilício na Ilíria.

Como pontuamos, Claudiano por vezes se refere à multidão que acompanhava Alarico com a palavra *gens*, “gente” ou “nação”. Também mencionamos, ainda que brevemente, que a historiografia tem compreendido a referência como um sinal de que o godo se fazia acompanhar por uma enorme quantidade de pessoas, um grupo bastante heterogêneo, embora predominantemente de etnia goda. Inclusive, acabamos de estabelecer um contraponto entre Alarico e Fravita partindo dessa premissa. Como pudemos constatar, os autores romanos, quando falavam sobre os povos bárbaros, quase sempre se limitavam a fazê-lo por intermédio dos seus líderes. Fritigerno cruzou o Danúbio, Tribigildo revoltou-se na Anatólia, Alarico enfrentou Estilício. Mas, e o povo? Quem era o grupo de Fritigerno, Tribigildo ou Alarico? Façamos um pequeno intervalo na história linear para examinarmos o grupo de Alarico. Há quem defenda que Alarico tenha conseguido reunir sob sua bandeira as diversas comunidades godas assentadas pelo tratado de 382, estabelecendo uma espécie de controle hegemônico. Na prática, seria como um sucessor de Fritigerno. É possível que tenha absorvido até mesmo os grutungos assentados na Panônia quando passou pela província depois da campanha contra Eugênio para se revoltar na Macedônia, ou mesmo agora, ao cruzar novamente a fronteira para enfrentar Honório. Não nos parece ser esse o caso. Os embates entre Fravita e Eriulfo, depois entre Fravita e Gainas, indicam que as comunidades godas assentadas por Teodósio I estavam profundamente divididas no oriente. E Alarico não surge como um personagem importante nesses dois confrontos, ao contrário, parece ter permanecido à margem deles. Se fosse o responsável por derrotar Eriulfo ou Gainas, talvez essas vitórias significassem colocá-lo no controle das diferentes comunidades godas do oriente, mas não foi isso que ocorreu. Nenhuma fonte traz Alarico como a liderança que conseguiu superar essas divergências. O

godo liderava sua tribo, se é que podemos utilizar a palavra “tribo” para designar os godos assentados no império em 382, e uma variedade de elementos que se aglutinaram a ela. As outras comunidades godas seguiram caminhos independentes e pouco a pouco minguaram. Em termos de tamanho, o único grupo que em tese poderia rivalizar com o seu era o de Gainas, que foi eliminado. Por onde a coluna de Alarico passava, federados de outras nacionalidades e romanos movidos pela ambição se uniam a ele, algo muito parecido com o que ocorreu com Fritigerno durante a guerra de 376-382. Esses agregados ora permaneciam juntos, ora se desligavam em movimentos mais ou menos espontâneos e fluidos. A circunstância de continuarem sendo chamados de “godos” demonstra que os godos étnicos permaneceram maioria, o núcleo duro¹²⁹⁷. E não nos esqueçamos dos “godos menores” de Úlfilas; esses podem ter se aliado a Alarico quando sua revolta pela Macedônia acabou se espalhando sobre a Mésia. Em qualquer dos cenários, o fato de serem cristãos arianos imersos em um universo onde eram vistos e tratados como hereges serviu como um importante fator de coesão. Não que tenha preponderado sobre os aspectos políticos por trás das alianças, mas trouxe o elemento da identificação de grupo. Quanto à extensão da multidão, as fontes não trazem números para o período, porém podemos imaginar uma grande massa de homens, mulheres e crianças que se moviam em uma gigantesca coluna de vagões. Em 401, Alarico não partiu para a Itália com um exército, mas com um povo — o que nos autoriza concluir que seu objetivo fosse, de fato, encontrar um novo assentamento.

Estilício viu-se incapaz de oferecer uma resposta imediata à agressão. Em 401, meses antes da ofensiva de Alarico, uma coalizão formada por tribos vândalas e alanas atacou as províncias da Récia e Nórica. Migravam para o oeste pressionados pela expansão hunna. Os regimentos presentes na área não foram suficientes para conter os invasores, e o general teve que mobilizar o exército imperial de escolta estacionado na prefeitura pretoriana da Itália para socorrer as fronteiras do norte. Assim, quando os godos avançaram por terra vindos do leste, o caminho para as cidades italianas estava aberto. O complexo defensivo chamado pelos romanos de “Barreira dos Alpes Julianos” (*Claustra Alpium Iuliarum*) — uma rede de fortes interligados criada para proteger o ocidente contra possíveis ataques vindos do oriente, entre Emona (Liubliana, Eslovênia) e Tarsática (Rijeka, Croácia) — estava abandonado. Suas guarnições

provavelmente foram mobilizadas para o esforço de guerra na Récia e Nórlica e os poucos homens deixados na região, vendo-se insuficientes em número para enfrentar os godos, devem ter partido em retirada antes da chegada dos inimigos. A notícia da invasão espalhou pânico pela Itália. Claudiano fala sobre eventos naturais como eclipses, cometas e até enxames de abelhas que foram interpretados pelos áugures como maus presságios. O prefeito urbano de Roma conduziu às pressas obras de reparo na Muralha de Aureliano, há tempos negligenciada¹²⁹⁸. Alarico seguiu sem oposição e montou cerco a Aquileia, mas, percebendo que não poderia tomá-la ou que a cidade não compensaria o esforço, interrompeu o sítio e continuou avançando sobre a Itália saqueando seus campos¹²⁹⁹. Obteve uma vitória menor sobre os romanos em uma batalha travada nas margens do Timavo, um pequeno riacho próximo a Aquileia, enquanto Estilício seguia ocupado combatendo vândalos e alanos¹³⁰⁰. Na virada de 401 para 402, o alto comando militar romano esperava que Alarico permanecesse aquartelado para o inverno, mas o godo decidiu surpreendê-los com um ataque à capital do ocidente. Seguiu para Mediolano, onde Honório e sua corte estavam estabelecidos, e cercou a cidade. Ao ser informado da aproximação dos bárbaros, o imperador decidiu não fugir e aguardar a chegada do socorro de Estilício. Uma fuga seria certamente interpretada como sinal de fraqueza. Na primavera, o general finalmente conseguiu conter a crise na Récia e Nórlica e partiu às pressas para Mediolano. Claudiano conta que Estilício reuniu suas tropas mais ágeis, provavelmente os esquadrões montados, e avançou à frente do exército. A infantaria que seguia pela retaguarda era composta principalmente por federados aliados. O autor fala em “*estrangeiros auxiliares*” (*externa auxilia*) e cita um “*prefeito dos alanos*” (*praefectus gentium alanorum*), um indício de que Estilício pode ter chegado a um compromisso com a coalizão de vândalos e alanos para encerrar a crise o mais rápido possível a fim de resgatar o imperador, e que nesse novo *foedus* restou convencionado que os bárbaros auxiliariam o império na luta contra Alarico¹³⁰¹.

Ao saber que Estilício se aproximava, Alarico abandonou o cerco a Mediolano. Os dois comandantes reencenaram na Toscana e Ligúria a série de movimentos inconclusivos que haviam realizado na Grécia em 397. Reforços vindos da Britânia e Gália também estavam a caminho, entrariam na Itália pelos Alpes Peninos, e Alarico percebeu o risco de ser encurralado¹³⁰². Em

território inimigo, sobrevivendo do que traziam dos Bálcãs e dos saques do dia, e agora diante da possibilidade de ser cercado, precisava de um desfecho rápido para o conflito, isto é, forçar Honório a ceder. Consequentemente, para os romanos era interessante mantê-los nessa guerra de atrito ao menos pelo tempo necessário para a chegada dos reforços, e Estilício continuou apenas seguindo e monitorando os movimentos godos. O primeiro choque aconteceu em 6 de abril de 402 nas imediações de Pollentia (Pollenzo), cerca de 90 quilômetros ao noroeste de Génova. Era Páscoa, data em que se esperava que os cristãos não pegassem em armas, mas, sentindo sua posição mais segura, Estilício estava decidido a não permitir que Alarico fosse salvo pela casualidade. O general encarregou o conde Saulo¹³⁰³, possivelmente um chefe alano, de conduzir um ataque com seu corpo de federados. Como *barbarus et paganus*, para Saulo e seus homens pouco importava se era Páscoa. Assim, Osório fala sobre a Batalha de Pollentia como um confronto entre godos e alanos, mas Claudiano sugere que Estilício tenha aparecido no campo de batalha em meio aos combates — comentário que pode ser interpretado como uma tentativa do poeta de conferir parte dos créditos ao patrocinador. Cassiodoro e Jordanes reproduzem o evento como uma vitória goda, mas fora eles todas as outras fontes o retratam como uma grande derrota de Alarico. Estilício teria inclusive se apoderado do tesouro acumulado pelos godos desde 395 e feito vários prisioneiros. Até a esposa e os filhos de Alarico teriam caído nas mãos dos romanos¹³⁰⁴.

O sucesso em Pollentia garantiu a Estilício um magnífico triunfo na antiga capital do império com o privilégio do *consensus vehiculi*, o direito de participar do desfile ao lado do imperador no carro imperial¹³⁰⁵. Apesar da derrota, Alarico conseguiu fugir do campo de batalha com sua cavalaria relativamente intacta e seguiu para o noroeste, em direção à Gália. Contudo teve seu avanço contido pelos contramovimentos do exército romano. Os godos então reorientaram sua rota para o leste e atravessaram a Planície Padana, mas foram derrotados em um segundo confronto poucos meses depois na Batalha de Verona. No campo de Alarico, o moral não estava nos seus melhores dias. Para além das derrotas militares propriamente ditas, seus homens “*padeciam com o calor e comida imprópria*”. O comentário de Claudiano pode indicar que sofriam com a disseminação de doenças típicas dos grandes acampamentos de militares e refugiados, como a cólera e a disenteria. Uma

porção significativa dos seus seguidores desertou. No entanto, o que restava da coluna conseguiu escapar pelos Alpes Julianos e seguiu novamente rumo ao oriente¹³⁰⁶.

A nova fuga de Alarico resgata o debate sobre os possíveis motivos para Estilício “deixá-lo escapar”. A resposta apresentada pela historiografia é a mesma — a de que o general de Honório continuava compreendendo o godo como um ator importante em meio às disputas entre ocidente e oriente, uma figura passível de ser manipulada contra Constantinopla, portanto mais útil vivo do que morto. No entanto, não se pode descartar a hipótese de que Estilício, apesar de vencedor, também tenha saído fragilizado das Batalhas de Pollentia e Verona e não se sentisse suficientemente seguro para um novo confronto aberto. Sem sombra de dúvidas, devemos receber com cautela a informação de Cassiodoro e Jordanes de que Pollentia foi uma vitória goda. Porém o fato de afirmarem categoricamente a vitória de Alarico pode indicar que o sucesso romano talvez não tenha sido um resultado tão claro ou positivo como foi divulgado pela máquina de propaganda imperial. Se considerarmos ainda que os godos saíram sem sofrer muitos danos à sua cavalaria — uma das poucas informações mais concretas que possuímos do episódio —, Pollentia pode ter sido uma vitória custosa para Estilício, quem sabe até um embate inconclusivo a ponto de permitir reivindicação de vitória pelos dois lados envolvidos.

Os godos permaneceram na Ilíria por algum tempo sem serem molestados. Alarico e Estilício parecem ter chegado a um compromisso, e Sozomeno oferece-nos uma informação sobre o possível acordo. Diz o autor que Estilício convenceu Honório a oficializar Alarico como um general do ocidente na Ilíria, provavelmente na Panônia Secunda ou Dalmácia¹³⁰⁷. Como Rufino e Eutrópio, agora era Estilício quem usava o godo como zona-tampão. Em 406, Estilício reivindicará de Constantinopla o restante dos territórios cedidos por Graciano a Teodósio I em 378, inclusive concedendo um ultimato a Arcádio. A presença de Alarico na região pode ser entendida como um sinal de que pelo menos desde 402 o general já se movimentava para reconquistar a área. Foi indicado por Honório para o mesmo posto que havia recebido de Arcádio em 397, o de *magister militum per Illyricum*. Nada é dito sobre subsídios, grãos ou outras concessões aos godos. O fato de Honório ter apontado não só um mestre dos soldados, mas também um prefeito pretoriano para a Ilíria, foi

compreendido pela corte de Constantinopla como uma violação à soberania de Arcádio¹³⁰⁸. Mas a existência de um novo acordo em 402 não é consenso entre os historiadores. Heather, por exemplo, ressalta como influentes círculos de Mediolano se opunham à realização de tratados que conferissem muita independência aos bárbaros, e que Honório negou um posto oficial a Alarico em 409. Tanto no oriente como no ocidente, o tratado firmado por Teodósio I era visto como uma política deficiente e anormal, uma aberração jurídica que deveria ser corrigida assim que as condições melhorassem e autorizassem uma ação contundente. Em outras palavras: assim que fosse possível, os godos deveriam ser dispersados pelas províncias, não se poderia admitir tamanha unidade dentro das fronteiras do império. O historiador observa que, embora a relação entre as duas cortes estivesse havia anos abalada, os anos 401 e 402 foram particularmente marcados por um esforço de Estilício de reduzir as tensões com Constantinopla. Mediolano reconheceu a indicação de Fravita como cônsul para o ano 401 após rejeitar as de Eutrópio e Aureliano. Em 402, os dois imperadores exerceram juntos o consulado, algo que não acontecia desde 396, e moedas foram cunhadas para celebrar a concórdia entre os irmãos. A indicação de Alarico para o comando de tropas na fronteira entre ocidente e oriente era um movimento contrário a essa tentativa de reaproximação. Para Heather, os godos seguiram para a Ilíria sem uma chancela oficial de Honório e Estilício, e continuaram sendo compreendidos como uma ameaça tanto por Mediolano como por Constantinopla. Uma ameaça que ficaria adormecida até 404 ou 405, quando Estilício decidiu finalmente colocar em execução seu plano de retomada dos últimos territórios da Ilíria que permaneciam em poder do oriente. Aí sim, Alarico e Estilício celebraram um novo acordo e o godo avançou sobre os Bálcãs portando a bandeira do ocidente¹³⁰⁹.

8.5 Radagaiso e o início da desintegração territorial do ocidente

A invasão de Alarico à Itália, em especial o cerco que montou a Mediolano, expôs o quão frágil era a posição da cidade, e os conselheiros do imperador retomaram a discussão sobre um lugar mais adequado para fixar a residência imperial. No ano seguinte, 402, Honório mudou a corte de Mediolano para Ravena. Cercada por pântanos, sua geografia proporcionava uma posição defensiva mais segura. Como o terreno era de difícil acesso, um exército inimigo teria maior dificuldade para avançar e sitiá-la. O fato de se

encontrar a apenas 10 quilômetros do Adriático permitia que fosse abastecida pelo mar sem grandes dificuldades. Essa segunda mudança do centro administrativo do ocidente foi sintomática, um importante sinal de que as coisas não iam nada bem. A primeira transferência de Roma para Mediolano foi uma resposta a um momento de crise, e uma resposta agressiva, já que a corte avançava para uma localidade mais central, mais próxima das províncias da Gália e Ilíria. Por outro lado, a escolha de Ravena foi um recuo, uma atitude vista como covarde diante dos ataques cada vez mais sérios dos povos bárbaros que margeavam o Reno. E agora de Alarico. O imperador e seu séquito se encastelavam em um lamaçal. Não que tivessem alternativa.

É nesse ambiente conturbado que um novo chefe godo surge na literatura romana para ameaçar o reinado de Honório e as cidades da Itália. Seu nome era Radagaiso, frequentemente apontado como um *rex gothorum*, tal como Alarico¹³¹⁰. Pouco sabemos sobre seu passado; as fontes limitam-se a chamá-lo de bárbaro e pagão, e a afirmar que seu povo vivia na margem norte do Danúbio. Agostinho de Hipona retrata-o como um selvagem que oferecia sacrifícios aos deuses — mas não às divindades tradicionalmente cultuadas pelos germânicos, como Wodan e Donar, e sim aos antigos deuses do panteão greco-romano. Em seu *Sermão 105*, Agostinho diz expressamente que Radagaiso oferecia sacrifícios diários a Júpiter¹³¹¹. No entanto, um vago comentário presente na *Crônica Gálica de 452*, texto de autoria desconhecida construído como se desse continuidade às crônicas de Jerônimo, tem sido interpretado como um indício de que o godo não fosse um pagão, mas um cristão ariano. Segundo o documento, os arianos, cada vez mais escassos em número no império, teriam ganhado força com a chegada de Radagaiso. Curiosamente, o comentário não informa expressamente que ele fosse ariano, e sim que as invasões bárbaras do ano 406, incluindo a dele, criaram as condições para que os arianos voltassem à tona. Quem sabe grupos arianos marginalizados dentro do império, de origem romana ou bárbara, tenham decidido se juntar a Radagaiso. Assim, a fonte pode ser interpretada de duas maneiras: ou como se Radagaiso fosse realmente um ariano; ou como se a confusão gerada pelas ofensivas bárbaras tivesse tirado da Igreja e da própria corte o foco de combate às heresias. Afinal, outras eram as prioridades do dia¹³¹².

Embora os autores antigos não especifiquem se Radagaiso pertencia a uma tribo tervíngia ou grutunga, na historiografia o personagem é por vezes rotulado como grutungo e, por consequência, como ostrogodo. Essa associação parte do pressuposto de que os tervíngios foram cristianizados no decorrer do século IV, ainda na margem norte, enquanto os grutungos, por não terem recebido campanhas missionárias, permaneceram pagãos. Desse modo, se considerarmos que Radagaiso é citado expressamente como pagão e descartarmos o indício de arianismo, o godo seria um grutungo. O silogismo é razoável, mas não deve ser visto como uma evidência conclusiva. Se é certo que muitos tervíngios se converteram à cristandade, é inegável que outros tantos, especialmente nas comunidades que permaneceram na *Gothia* após 376, seguiram com seus antigos cultos e tradições. A presença de sacerdotes romanos nos territórios godos, agora controlados pelos hunos, como vimos ser o caso de Teótimo, revela um esforço da Igreja para continuar evangelizando tribos que permaneciam pagãs na área. Lembremos também como Wella, o acompanhante da princesa Gaatha, foi brutalmente assassinado por compatriotas tervíngios pagãos ao retornar para a tribo. Radagaiso era apenas uma criança quando grande parte do seu povo cruzou o Danúbio em 376¹³¹³. Porém, seja Radagaiso tervíngio ou grutungo, definitivamente não devemos compreendê-lo como um antepassado dos ostrogodos; isso porque seus seguidores, após serem derrotados por Honório, juntaram-se ao grupo de Alarico, e sabemos que no futuro o grupo de Alarico migrou para o sul da Gália e depois para a Hispânia, lá fundando o Reino Visigodo¹³¹⁴.

A ofensiva de Radagaiso, como a de vândalos e alanos em 401, reforça como os hunos continuavam avançando sobre o *barbaricum*, pressionando as tribos germânicas a migrar em cadeia para o oeste. Godos, vândalos, suevos, burgúndios e alamanos, não necessariamente nessa ordem, eram comprimidos em um efeito dominó que, no final das contas, resultava sempre na escolha entre combater hunos ou romanos. As tribos de Odoteu e Radagaiso são exemplos de comunidades godas que permaneceram independentes, que partiram de suas terras para evitar relações de vassalagem, mas cujos deslocamentos as levaram inevitavelmente à colisão com as fronteiras do império. Uma afirmação de Zósimo corrobora essa conjuntura de agitação na margem norte. Segundo o autor, o godo conseguiu reunir um grande número de “tribos celtas e germânicas que habitavam além do Danúbio e do Reno”¹³¹⁵. A

referência aos celtas é claramente anacrônica, mas o comentário indica que Radagaiso pode ter servido como um elemento aglutinador das várias tribos germânicas que tentavam escapar dos hunos. Mas devemos ter cuidado com a afirmação. Zósimo não cita a invasão de uma coalizão de vândalos, suevos e alanos pelo Reno que ocorreu no mesmo ano da incursão de Radagaiso, em 406; essa sim uma ofensiva claramente multiétnica registrada por Olimpiodoro de Tebas. Logo, talvez o historiador tenha associado equivocadamente os ataques godos aos dessa coalizão de povos germânicos.

Mas falemos da ofensiva de Radagaiso. Nas palavras de Osório, o godo “*ofereceu o sangue de toda a raça romana como sacrifício aos deuses*”¹³¹⁶ e, concluído o ritual, reuniu seu exército, cruzou o Danúbio na altura da Panônia Prima ou Nórica, avançou sobre território romano em direção ao sul, atravessou os Alpes e se lançou finalmente contra as cidades da Itália. Uma legislação de 408 nos permite dimensionar o impacto de Radagaiso para o ocidente. Dois anos depois, Ravena ordenou a Teodoro, o prefeito pretoriano da Itália, que cessasse o reconhecimento de novos escravos provenientes da Ilíria, pois a presença do godo na região havia provocado deslocamentos em massa de ilírios para outras localidades do império; fugiram, e muitos, imbuídos de má-fé, tentavam tirar proveito da penúria dessas pessoas para escravizá-las¹³¹⁷. Diferentemente das invasões godas dos séculos III e IV, que tiveram como alvo principal as províncias dos Bálcãs, quando muito a Anatólia, Radagaiso aparecia para os romanos no médio Danúbio, um ponto mais ao oeste. A explicação para isso é a mesma: os hunos. Na margem norte, a região da travessia — algum ponto da Grande Planície Húngara¹³¹⁸, oeste dos Cárpatos — **há algum tempo era lugar comum a vândalos, alanos e godos. Conflitos territoriais entre essas tribos** eram esperados, mas o comentário de Zósimo sugere que, se ocorreram, foram superados em prol de uma união de esforços contra o império. A densidade demográfica da Europa Central não era mais a mesma dos primeiros séculos da Era Comum, tribos que antes controlavam vastos territórios agora se espremiavam em áreas menores. Atanarico é um exemplo dessa nova realidade. Quando desistiu da ideia de pedir asilo a Valente, deixou Alateu e Safrax no Danúbio e só conseguiu assentar seu povo na Caucalanda depois de derrotar uma tribo sárмата que já ocupava o local¹³¹⁹.

Situamos a ofensiva em 406, mas as fontes são conflitantes sobre quando teria acontecido. Cassiodoro trata as invasões de Alarico e Radagaiso como

eventos simultâneos ou pelo menos muito próximos um do outro, colocando ambas no ano 400. A ordem cronológica estabelecida por Claudiano, mais linear e objetiva, permite-nos concluir que a ofensiva de Alarico ocorreu em 401. Por outro lado, todos os demais autores que comentam o ataque de Radagaiso o posicionam ou em 405, ou em 406. Conde Marcelino é mais preciso; fala em agosto de 406, data considerada ora como a do início da incursão, ora como a da morte do godo, prevalecendo entre os historiadores a última interpretação¹³²⁰. Predomina a compreensão de que a ofensiva teve início em 405 e fim em 406. Como de praxe, outro ponto problemático é a extensão do exército invasor. De modo geral, os escritores falam em um grupo gigantesco, alguns estimando os bárbaros na casa das centenas de milhares de homens. Zósimo fala em 400.000, Osório e Jordanes em 200.000, Agostinho em 100.000. São números não só exagerados para os padrões da época, mas visivelmente aleatórios. Agostinho traz uma segunda informação, talvez mais digna de nota: diz que seu exército era “*muito maior que o de Alarico*”. Se considerarmos o estado das forças de Alarico após as baixas sofridas na campanha de 401-402, a comparação parece razoável. É Conde Marcelino quem apresenta o cálculo mais conservador: 2.000 homens¹³²¹. Estimativas de pesquisadores modernos sugerem algo próximo a 20.000 combatentes. Porém devemos compreender a coluna de Radagaiso como uma coluna goda típica, como um conjunto de famílias migrantes¹³²². Lembremo-nos também do fragmento de Olimpíodoro que dividia os guerreiros godos em duas categorias: primeiro, os nobres e homens livres, chamados *optimatoi*, certamente mais bem treinados e equipados; abaixo deles, os libertos recrutados conforme as necessidades do momento¹³²³.

Uma nova onda de terror assolou a Itália. Encontramos na literatura da época as velhas atribuições recíprocas de culpa entre pagãos e cristãos. Para os pagãos, agora uma minoria expressiva, a segunda invasão goda era uma represália dos antigos deuses por terem sido abandonados. Muitos culpavam a religião de Cristo e ofereceram sacrifícios como antigamente. Várias cidades foram assediadas pela coluna, e existia uma apreensão generalizada das autoridades de que Roma se tornasse alvo da ofensiva. Em *Cidade de Deus*, Agostinho dedica longos comentários para refletir o quão terrível teria sido para o império e a cristandade se a primeira capital dos romanos caísse em poder dos ímpios; como suas edificações seriam arrasadas e seus moradores

massacrados e submetidos a provações¹³²⁴. Radagaiso dividiu suas forças em três colunas, seguiu com a principal delas para Florença e montou cerco à cidade. Por algum tempo não enfrentou resistência, Estilício reorganizava o exército imperial. O general conseguiu mobilizar 30 regimentos estacionados em Ticino, na Ligúria, e iniciou sua contraofensiva. Além desse exército, calculado em cerca de 15.000 soldados, o império contava com auxiliares hunos e godos. Uldino, que à época mantinha boas relações com Constantinopla e Ravena, comandava os aliados hunos. Os godos, que lutavam como federados ou mercenários, eram liderados por Saro. Sobre a biografia de Saro até esse ponto, sabemos apenas que era irmão de Sigerico, que em 415 se tornou rei dos visigodos por um brevíssimo período de sete dias, e que os homens que comandava eram desertores que haviam abandonado Alarico depois da derrota em Pollentia (402). Não há menção a aliados alanos ou ao próprio Alarico como parte da contraofensiva. Para o alto comando romano, trazer Alarico era um risco grande demais para ser enfrentado. Era nada confiável e sua última revolta muito recente. As chances de mudar para o lado de Radagaiso eram altas. Estilício então marchou para Florença, que estava prestes a se render. Chegando na cidade, conduziu um ataque bem-sucedido contra as forças de Radagaiso, forçando-o a partir em retirada para as montanhas de Fésulas (Fiesole, Toscana). Os godos foram cercados e, sem acesso a provisões, logo começaram a sentir os efeitos da fome. Osório diz que Radagaiso reuniu um pequeno número de seguidores e tentou fugir do próprio campo, abandonando seu povo, mas logo foi capturado por soldados romanos. Foi executado em uma demonstração pública diante dos portões de Florença. O sucesso sobre Radagaiso foi uma dose de moral para o exército do império. Há décadas os conflitos travados com os godos eram resolvidos com saídas negociadas à custa de duras concessões. Após tanto tempo, finalmente possuíam uma vitória militar decisiva a ser comemorada, e o exército romano incorporou 12.000 godos que compunham os *optimatoi* de Radagaiso para engrossar suas fileiras; outros tantos foram escravizados. Para Osório, “*em todos os lugares eram vendidos como o gado mais barato por um áureo cada*”¹³²⁵.

Mas o império não pôde comemorar a vitória por muito tempo. Se considerarmos que os godos de Radagaiso foram derrotados em agosto de 406, como propõe Conde Marcelino, Honório e Estilício voltaram a enfrentar uma nova invasão bárbara apenas quatro meses depois, agora da confederação de

tribos vândalas, alanas e suevas. A união dos três povos, que até o momento não aparecem na literatura como tribos aliadas, é uma nova evidência do realinhamento político que ocorria no *barbaricum* como resposta à expansão huna. Seguindo Gibbon, Drinkwater defende que esse exército misto que atacou o império pelo Reno corresponda ao restante das forças de Radagaiso. O historiador relembra o comentário de Zósimo sobre a composição heterogênea do exército liderado pelo godo, constituído por elementos “*celtas e germânicos*”. Segundo essa hipótese, o que restou das forças de Radagaiso que cruzaram o Danúbio em 405 ou 406, principalmente as duas outras colunas godas cujos destinos não nos são conhecidos, recuou para a margem norte do alto Danúbio ao receberem notícias da destruição do líder e da principal coluna. Na margem norte se reorganizaram e decidiram atacar mais uma vez, agora pelo Reno¹³²⁶.

Com muito custo, o ocidente conseguiu manter suas fronteiras relativamente intactas até a entrada do século V. Perdas territoriais menores haviam ocorrido, a exemplo da evacuação dos campos decúmanos¹³²⁷, mas Mediolano ainda conservava grosso modo as mesmas linhas definidas por Augusto. Porém, no interior da Gália e da Britânia, uma retração política e militar já era realidade. Há décadas, senão séculos, essas regiões se sentiam preteridas pela corte; percebiam o esvaziamento dos seus recursos para a proteção da Itália. Sem qualquer retorno de Ravena, essa era uma relação unidirecional. Sobretudo no norte da Gália, a aristocracia flertava com ideias independentistas. Do mesmo modo que as transferências da capital do ocidente de Roma para Mediolano e Ravena são mostras da crise, a mudança da capital da prefeitura pretoriana da Gália de Tréveris (Trier, Alemanha) para Arelate (Arles, França) em 395 foi representativa¹³²⁸. O centro administrativo da prefeitura foi deslocado da fronteira do Reno para uma posição recuada na costa do Mediterrâneo e mais próxima à Itália. Como se não bastasse, Estilício havia retirado da Gália um número expressivo de regimentos para socorrer as cidades italianas na campanha contra Alarico, e ao que parece essas unidades não retornaram para suas designações de origem após o término do conflito. A defesa do Reno era sacrificada e se via cada vez mais dependente dos francos, tribo aliada que servia como zona-tampão. Havia pouco tempo — ainda em 406 — que os francos contiveram uma ofensiva dos asdingos contra o

império¹³²⁹. Para os habitantes da Gália e da Britânia, o sentimento era de que haviam sido abandonados pela distante corte de Ravena.

Vândalos, alanos e suevos atacaram em dezembro de 406. A literatura não apresenta os ataques em sequência, em ordem cronológica, mas Jerônimo¹³³⁰ e **Osório nos trazem uma visão** geral. As tribos cruzaram o Reno, devastaram o norte da Gália e avançaram sobre o sul até chegarem aos Pireneus, zona de fronteira entre as dioceses de Vienne¹³³¹ e Hispânia. É possível que uma parte desses grupos tenha atravessado o Reno em algum ponto próximo a Mogonciaco (Mainz, Alemanha), já que Jerônimo fala sobre um massacre cometido contra os moradores da cidade, inclusive sobre a matança de pessoas que teriam se refugiado em uma igreja. Durocortoro (Reims, França), Turnaco (Tournay, França), Ambiano (Amiens, França), Argentorato (Estrasburgo, França) e Vangio (Worms, Alemanha) estão entre as cidades que caíram¹³³². O que sobrava do exército imperial nas dioceses da Gália e Vienne não possuía capacidade para reagir, e nenhuma contraofensiva imediata foi organizada pelo alto comando romano. Era o início da desintegração territorial do ocidente, Ravena jamais conseguirá reestabelecer um controle estável sobre as regiões perdidas. Quando muito, o imperador do ocidente reinará sobre essas áreas por curtos intervalos ou apenas formalmente, por intermédio de reis bárbaros vassalos. Paralelamente, os movimentos separatistas ganharam força na Britânia. A queda do norte da Gália comprometeu gravemente as linhas de transporte e comunicação entre a ilha e o continente, acentuando a sensação de isolamento. Não demorou para que as tropas britânicas se rebelassem contra a autoridade de Honório e elevassem um novo imperador, um certo Marcos, possivelmente o conde da Britânia¹³³³. Mas logo o usurpador foi assassinado por não ceder às reivindicações dos próprios soldados, exigências que nos são desconhecidas. Em seguida, elevaram Graciano, aparentemente um aristocrata sem experiência militar, uma autoridade civil, que foi morto apenas quatro meses depois. Por fim, aclamaram Constantino, retratado por Osório como “*um soldado menor*” (*ex infirma militia*), um militar de baixa patente, porém carismático, que acabou conquistando o apoio da soldadesca muito em razão da memória que seu nome evocava. Batizado Constantino III, seu curto governo (407-411) foi um pouco mais bem-sucedido que os dos seus antecessores¹³³⁴.

8.6 A ofensiva de Saro, a ameaça de Alarico e a queda de Estilício

Constantino III sabia que a perda da Gália era o prelúdio para o que aconteceria com a Britânia caso não se restaurasse a ordem. Não demoraria para que as mesmas ou outras tribos cruzassem o *Mare Britannicum* e avançassem sobre a ilha. Desse modo, decidiu investir todas suas cartas na retomada dos territórios perdidos do continente. Reuniu seu exército, atravessou o mar e iniciou o processo de reconquista das cidades em poder dos bárbaros, deixando a Britânia parcamente protegida. As consequências da retirada desse efetivo serão sentidas em um futuro não muito distante, representarão o fim da Britânia enquanto possessão romana. A posição dos britânicos na Gália não era segura o bastante para dispensar o auxílio de federados e o usurpador se viu obrigado a firmar alianças com algumas das tribos invasoras, jogando-as umas contra as outras. Não sabemos exatamente em que termos essas negociações ocorreram, mas os escritores da época retrataram os acordos como prejudiciais aos interesses do império, certamente por incluírem concessões de grandes terras aos bárbaros. Em alguns meses Constantino III conseguiu restaurar uma frágil estabilidade para a região, e moedas foram cunhadas com os dizeres “RESTITUTOR REI PUBLICAE”¹³³⁵. Em seguida, despachou juízes (*iudices*) para a diocese da Hispânia com a missão de convencer os provinciais a se juntarem ao movimento, mas esses agentes fracassaram; enfrentaram a resistência da aristocracia local nas pessoas de Dídimo e Vereniano, primos do imperador Honório. A Hispânia era um reduto dos teodósios e não seria fácil conquistá-la sem combate¹³³⁶.

Tendo perdido as dioceses da Gália e Vienne, e lutando para manter o controle sobre as províncias da Hispânia, Honório logo voltaria a enfrentar uma velha ameaça: Alarico. Porém, antes que o godo voltasse a ser um problema, Estilício decidiu realizar uma demonstração de força a Constantino III. As maiores autoridades de Honório nos territórios perdidos eram Limênio e Cariobaldo, o prefeito pretoriano e o mestre dos soldados da Gália; os dois já haviam fugido para a Itália. Presumivelmente pela incapacidade de resistirem aos bárbaros e ao usurpador, foram privados do comando da contraofensiva organizada em Ravena. Saro, o godo a serviço de Honório, que aparentemente possuía grandes conexões na corte e ocupava o posto de conde — quem sabe até de mestre dos soldados em caráter temporário como substituto de Cariobaldo —, foi encarregado da missão. Contando com um modesto exército composto principalmente por suas unidades godas, mas acrescido de

alguns poucos regimentos destacados do exército de campo da Itália, Saro partiu na virada de 407 para 408 em direção a Lugduno (Lyon, França). Ao receber notícias de que o inimigo se aproximava, Constantino III enviou um dos seus generais, Justiniano, para interceptá-lo. Saro venceu Justiniano em campo, matou-o e se apossou de “*muitos espólios*”. Malgrado Zósimo cite um grande butim em poder do godo, causa estranheza um general romano avançar contra o inimigo com algum tesouro significativo. Seria mais razoável se o tivesse deixado protegido nas cidades antes de partir para o confronto. Talvez o autor tenha se referido aos espólios dos bárbaros aliados a Justiniano, não sabemos. Seja como for, após a vitória Saro seguiu para Valência, na Hispânia, onde o usurpador estava encastelado, e montou cerco sobre a cidade. Se conseguisse eliminá-lo, provavelmente a rebelião acabaria por ali mesmo. No entanto, Constantino III convocou às pressas outro general, Nebiogastes, que prontamente colocou suas tropas em marcha para libertá-lo. Ao chegar nas imediações de Valência, Nebiogastes mandou emissários a Saro para propor que se reunissem com o objetivo de negociar a paz. Seus representantes foram bem recebidos pelo godo, que logo concordou com a proposta. Contudo era uma armadilha. Quando Nebiogastes e Saro se encontraram pessoalmente, o segundo aproveitou a oportunidade para assassinar o primeiro¹³³⁷.

Constantino III colheu os frutos do acordo que celebrou com os bárbaros. Algum tempo antes do cerco de Valência, havia encarregado Edóbico e Gerôncio, um franco e um bretão, de percorrerem o interior das regiões conquistadas recrutando novos soldados. Quando Saro avançou, os dois comandantes já haviam reunido uma força expressiva e seguido para Valência, chegando na cidade depois de apenas sete dias de iniciado o cerco. A linha cronológica definida por Zósimo não parece inteiramente correta. De duas, uma: ou Nebiogastes foi derrotado antes de Saro sitiar a cidade, ou Edóbico e Gerôncio alcançaram a Valência após um período maior do que apenas sete dias. Afinal, se os três generais subordinados a Constantino III estavam há poucos dias de distância uns dos outros, seria mais prudente unirem suas forças antes de avançarem sobre o cerco de Saro. Qualquer que seja o caso, ao receber notícias de que Edóbico e Gerôncio se aproximavam, Saro levantou o acampamento e partiu em fuga para a Itália. Apesar de não terem sido derrotados em batalha, Zósimo conta que os godos perderam grande parte dos espólios nessa retirada conduzida aos solavancos. Isso indica que Edóbico e

Gerônimo chegavam com um considerável exército de salvação e que as forças comandadas por Saro estavam debilitadas após as pesadas baixas sofridas nos confrontos anteriores, principalmente na batalha que travou com Justiniano. Enfraquecido, o godo evitou um novo engajamento e fugiu de um exército formado em grande medida por recrutas inexperientes. Pelos relatórios dos batedores, Saro soube dos números dos inimigos, não necessariamente da real condição de combate dessas tropas, e os números foram suficientes para afugentá-lo. O estado de precariedade dos godos é corroborado pela informação de que, no caminho de volta para a Itália, foram obrigados a entregar os butins que restavam para grupos bagaudas. Foi o preço que pagaram para não serem atacados pelas milícias camponesas. Neste ponto, vale destacar que uma das consequências da anarquia que se espalhou sobre a Gália, especialmente no norte da diocese, foi o retorno do banditismo¹³³⁸.

Alarico permaneceu na Ilíria desde o término da campanha da Itália de 401-402, funcionando como uma espécie de governador geral das províncias da Dalmácia e Panônia. Gregório de Tours afirma que o godo trocou prisioneiros com a corte em 405 e que entre os romanos colocados em liberdade estava Flávio Aécio¹³³⁹. Em um futuro próximo, Aécio tornar-se-á uma das personalidades mais importantes do ocidente, o general responsável por resgatar algum nível de estabilidade momentânea sobre a Gália e Hispânia em nome de Ravena. Na Batalha dos Campos Cataláunicos (451), contando com uma força mista de romanos e visigodos, além de federados de outras nacionalidades, conteve a expansão hunna sobre a margem oeste do Reno. Portanto, Aécio, à época apenas um tribuno, ficou em poder de Alarico por cerca de três anos¹³⁴⁰. A informação de Gregório reforça a fragilidade do compromisso firmado entre Alarico e Estilício em 402. Mesmo tendo sua autoridade sobre a Ilíria reconhecida por Ravena, Alarico manteve prisioneiros importantes pelo menos até 405. A prisão de Aécio pode ter ocorrido no contexto dos combates travados entre 401 e 402, mas o mais provável é que godos e romanos tenham trocado reféns durante as negociações. Nesse meio-tempo, Ravena e Constantinopla voltaram a se estranhar¹³⁴¹. Em 404, Fravita apresentou a Arcádio uma denúncia contra o conde das sagradas liberalidades (*comes sacrarum largitionum*)¹³⁴² João, um dos principais conselheiros do imperador. Acusou-o de instigar Arcádio contra Honório, de estimular a divisão do império. Não conhecemos a acusação em seus exatos termos, mas

sabemos que uma facção da corte liderada pela imperatriz Eudóxia, apontada como amante do conde, conseguiu reverter a denúncia de Fravita e voltá-la contra o próprio godo, que foi condenado e executado. O embate entre João e Fravita mostra que Constantinopla estava dividida em relação à postura a ser adotada com o ocidente. Enquanto João aparentemente pregava o confronto, Fravita defendia uma reaproximação. Agravando o cenário, Honório recusou-se a reconhecer o cônsul indicado por Arcádio para o ano 405¹³⁴³.

Mesmo enfrentando a presença de Constantino III no oeste, em 407 Estilício decidiu executar seu velho plano de retomar o restante dos territórios da Ilíria cedidos por Graciano a Teodósio I. A insistência nessa reconquista levanta uma série de questionamentos. Antes de tudo, Ravena teria que dividir seus exércitos para combater Constantino III e Arcádio em diferentes extremidades da Itália. Além disso, os Bálcãs foram o palco de tantos combates nas últimas décadas que a região presumivelmente vivia um período de estagnação econômica. Qual então o interesse nesses territórios? Hughes apresenta algumas possíveis explicações. Primeiro, a grande quantidade de ânforas e cerâmicas encontradas na Panônia, Macedônia, Dácia e Trácia para o período, muitas provenientes da África, sugere uma intensa atividade comercial nessas dioceses durante a virada do século IV para o V, contrariando a visão comum de um declínio generalizado. Estradas da Ilíria eram importantes pontos de acesso para Constantinopla — logo, parte de importantes rotas comerciais —, representando uma fonte relevante de receitas tributárias. Como se não bastasse, a política de encastelamento adotada por Teodósio I trouxe para as cidades um conjunto de melhorias entre muralhas, baluartes e peças de artilharia. Comparadas a outras regiões do império, as cidades dos Bálcãs haviam se tornado posições mais sólidas e defensíveis. Vimos como a coalizão de vândalos, alanos e suevos conquistou os municípios da Gália e Vienne sem muita dificuldade, o que não ocorreu durante os vários anos da guerra que Constantinopla travou com Fritigerno (376-382). Em tempos de invasões bárbaras por todas as direções, a defesa urbana era a ordem do dia. Mas talvez o maior atrativo da Ilíria fosse seu potencial para abastecer o exército de campo da Itália com novos soldados. Como temos destacado, Honório enfrentava a resistência da aristocracia rural em suas campanhas de recrutamento; se adotasse uma postura muito firme

com os grandes proprietários de terras, geralmente senadores da Itália, colocaria em risco sua base de apoio¹³⁴⁴.

Orientado por Estilício, o primeiro movimento de Honório foi apontar Jóvio, um patrício cuja trajetória política nos é ignorada, como prefeito pretoriano da Ilíria. Arcádio não cedeu à pressão. Há algum tempo o imperador costurava uma trégua com Isdigerdes I, o novo *shahanshah*, monarca conhecido por sua postura tolerante com os cristãos da Pérsia, e depois de séculos de atritos a relação entre Constantinopla e Ctesifonte parecia finalmente caminhar para um entendimento. A paz no extremo oriente trouxe uma margem de segurança para Arcádio, que se sentiu seguro o suficiente para não ceder às pressões de Ravena¹³⁴⁵. Estilício conhecia os riscos de uma guerra civil, havia participado ativamente da campanha de Teodósio I contra Eugênio. Porém, nos cálculos do general, o confronto com o oriente seria uma operação rápida e pontual, não arrastaria as duas metades do império para um conflito de grandes proporções. O início da invasão ocorreu conforme planejado. Jóvio e Alarico atravessaram a fronteira e marcharam até Épiro sem encontrar resistência. Lá os dois comandantes permaneceram aguardando a chegada de Estilício com parte do exército de campo da Itália, mas nesse meio-tempo a crise com Constantino III se agravou e impediu que o general saísse da península para se unir aos dois. Estilício fazia-se necessário na Itália¹³⁴⁶. Zósimo é claro ao afirmar que o usurpador e a coalizão bárbara, que ainda mantinha forte presença no oeste, foram os fatores responsáveis por impossibilitar que seguisse ao encontro de Jóvio e Alarico, mas não só. O autor acrescenta que o general recebeu um curioso relatório dando conta da morte de Alarico. Embora fosse infundada, a notícia passou a falsa impressão de que a campanha na Grécia já fracassava e que seria inútil seguir para os Bálcãs. Notícias demoravam semanas ou até meses para chegar a Ravena¹³⁴⁷.

Alguns comentários confusos presentes em uma carta escrita por Honório a Arcádio em junho de 404 para tratar do exílio de João Crisóstomo têm sido interpretados de diferentes maneiras. Para além do assunto principal do texto, o exílio de João, a correspondência fala de passagem sobre um estranho silêncio de Constantinopla e um massacre na Ilíria. Uma primeira forma de interpretar o texto é entender que Honório acusa o irmão de não o avisar com antecedência sobre o risco de ataques bárbaros nas províncias ilíricas então administradas por Ravena. Nessa linha, um ou mais bandos bárbaros, quem

sabe até mesmo godos, chegaram à porção da Ilíria sob controle do ocidente passando por territórios do oriente sem que as autoridades de Arcádio notificassem seus homólogos sobre a aproximação dos inimigos. Em outras palavras, deixaram seus compatriotas do ocidente serem surpreendidos. Como à época Alarico era um oficial a serviço de Honório, é pouco provável que tivesse algum envolvimento nesses ataques. Assim, estaríamos diante de incursões bárbaras não registradas por outras fontes. A interpretação se coaduna com o período de acirramento das tensões entre Constantinopla e Ravena. Por outro lado, uma segunda interpretação possível é que Honório tenha escrito ao irmão para se desculpar por transtornos provocados por Alarico na banda oriental da Ilíria, isto é, nos territórios controlados por Arcádio¹³⁴⁸. Se essa segunda interpretação estiver correta, Alarico, talvez não a mando de Ravena, mas pelo menos com sua omissão, provocou transtornos nos Bálcãs antes mesmo que Estilício concedesse a ordem para o início da operação em 407. Agindo por conta própria, mostrava-se mais uma vez como um ator semi-independente em meio às disputas entre Honório e Arcádio.

Enquanto tudo isso ocorria, Maria, esposa de Honório e filha de Estilício, morreu em 407. Considerando que a morte da imperatriz comprometia sua posição na corte, afinal não seria mais o sogro do imperador, o general conseguiu convencê-lo a se casar com Termância, sua segunda filha¹³⁴⁹. No início de 408, Estilício ainda não havia conseguido mobilizar suas forças para a Ilíria, deixando Jóvio e Alarico sozinhos para conter eventual reação vinda de Constantinopla. Alarico, que acompanhava com apreensão o que ocorria na Itália e nos Bálcãs, concluiu que era questão de tempo para que a campanha da Ilíria fracassasse. Frustrado em suas expectativas, pois certamente aguardava alguma recompensa prometida por Estilício, decidiu aproveitar o agravamento da crise no ocidente para voltar-se mais uma vez contra Ravena. Reuniu seus homens, deixou Épiro e seguiu para Panônia Superior e Nórica. No caminho, montou campo em Emona. Zósimo conta que para atravessar a fronteira entre as duas províncias — Panônia Superior e Nórica — era preciso passar por trechos de estreitos desfiladeiros dos Alpes Julianos, áreas que poderiam ser facilmente defendidas por um pequeno número de soldados, mas que estavam totalmente desguarnecidas. O autor provavelmente se referia ao mesmo complexo defensivo sobre o qual falamos por ocasião da primeira incursão de Alarico à Itália (401-402), a “Barreira dos Alpes Julianos”. Ao

chegarem à Nórica, Alarico anunciou seu xeque-mate. Despachou emissários a Estilício apresentando sua exigência, uma imensa quantia em ouro. O godo tentou conferir alguma legitimidade ao pedido justificando-o com os grandes gastos que realizou para custear a estadia do seu exército em Épiro. Afinal, argumentou, havia permanecido estacionado na Grécia por meses em nome de Ravena; nada mais justo, então, que fosse ressarcido, inclusive pelas despesas da viagem que agora fazia para cobrar o que lhe era devido¹³⁵⁰.

Os romanos não cederam. Honório, que estava em Roma, manifestou seu desejo de seguir para Ravena para encorajar as tropas. Esposa de Estilício e conselheira próxima do imperador, Serena apoiou a viagem, pois se Alarico avançasse novamente sobre a Itália estaria mais protegido atrás das muralhas e pântanos da capital. A vida de Honório era a garantia de Estilício e Serena. Porém não sabemos por quais razões, talvez para impedi-lo de assumir algum protagonismo nas negociações ou em eventual batalha, Estilício posicionou-se duramente contra a viagem. Na versão apresentada por Zósimo, o general chegou a incitar o godo Saro, à época comandante de guarnições estacionadas em Ravena, a conduzir uma espécie de motim na cidade para demovê-lo da ideia, e por essa razão Honório acabou permanecendo em Roma¹³⁵¹. O relato é confuso. Na capital, Estilício recebeu a embaixada de Alarico, mas pediu para que aguardassem. Seguiu para Roma com a missão de consultar o imperador e o Senado sobre o assunto. Reunidos no palácio, os senadores estavam inicialmente inclinados à guerra; muitos proferiram discursos enérgicos ressaltando como Alarico era traiçoeiro e que essa era a hora de derrotá-lo definitivamente. Presos a um passado de conquistas, muitos não conheciam as reais capacidades militares do império. A despeito da perda da Gália, o recente sucesso sobre Radagaiso pode ter contribuído para algum falso clima de otimismo em um embate contra os godos. Mas Estilício trouxe os senadores de volta à realidade. Reduzido às unidades da Itália, o exército imperial não possuía condições operacionais de lidar com mais uma ameaça simultânea. Mesmo que vencessem Alarico, seria uma vitória custosa que abriria os caminhos para Constantino III ou Arcádio. Muitos foram convencidos pelos argumentos do general, outros por temerem possíveis represálias, mas um dos presentes, Lampádio, tomado pela emoção esbravejou: *“isto não é paz, e sim um tratado de servidão!”*¹³⁵². Não demorou para que se arrependesse do ato irrefletido. Tão logo o Senado foi dispensado, correu para uma igreja em busca

de refúgio. Qualquer que tenha sido o destino do senador, o Senado concordou com que melhor seria pagar a Alarico a enorme quantia de 4.000 libras de ouro para evitar o confronto. Embora sua posição tenha saído vencedora, o encontro foi um desgaste político irreversível para Estilício. Não era a primeira nem a segunda vez que Alarico escapava ileso, e a nova humilhação do império resgatou as velhas críticas atribuídas ao general, que gravitavam entre alegações de incompetência e de conluio com o godo. Não obstante tenha derrotado os vândalos em mais de uma oportunidade, seus adversários na corte lembravam que o general era antes de qualquer coisa um vândalo, um bárbaro. Mas talvez o principal fator para que perdesse sua base de apoio tenha sido o fato de que essa larga quantia em ouro foi desembolsada pelos próprios senadores, que certamente não ficaram nada satisfeitos com a resolução do conflito¹³⁵³.

Arcádio morreu em março de 408. O imperador já havia preparado a sucessão elevando Teodósio, seu filho, ao ranque de César em 402. Sob o epíteto de Teodósio II, o novo imperador era apenas uma criança quando a morte do pai o deixou sozinho no trono¹³⁵⁴. Como a imperatriz Eudóxia também havia morrido (404), a maior autoridade presente em Constantinopla era Antêmio, o prefeito da prefeitura pretoriana do Oriente. Honório recebeu a notícia da morte do irmão como uma oportunidade de assumir o controle das dioceses do oriente e iniciou os preparativos de uma viagem para Constantinopla. Sendo o imperador sênior e estando o sobrinho no auge da infância, em tese estava no topo da cadeia de comando e poderia nomear pessoas de sua confiança para postos estratégicos — um primeiro passo para a reaproximação entre Ravena e Constantinopla. Essa não era uma viagem qualquer, e sim uma expedição luxuosa que envolvia altos custos e um número expressivo de soldados, a essa altura indispensáveis para a defesa das cidades italianas. A viagem era também uma ameaça direta a Estilício. Honório era um imperador fraco, e, se por um lado isso havia assegurado ao general o exercício de fato do poder no ocidente até então, essa mesma mediocridade poderia agora significar sua queda. Ficaria em Ravena encarregado de gerir a situação da Itália, distante do imperador, que poderia ser manipulado pelos ministros do oriente, os quais não lhe eram nada simpáticos. Estilício argumentou com Honório que sua saída em meio à crise poderia ser interpretada pelas tropas como um sinal de covardia e comprometer o moral dos soldados, criando o

cenário ideal para que Constantino III avançasse sobre a península. E que não havia garantia alguma de que o exército permaneceria leal. O general levantou ainda contratempos de ordem financeira para demovê-lo da ideia de seguir pessoalmente para Constantinopla, o que reforça a hipótese de que Ravena passava por sérias dificuldades econômicas. Havia perdido as receitas da Gália, Vienne, Hispânia e Britânia e desembolsado enormes recursos na tentativa de recuperar essas regiões. Alarico, que naturalmente continuava sendo visto como um perigo em potencial embora tivesse acabado de encher os bolsos de ouro, também poderia aproveitar a ocasião para uma nova revolta. A partir desse ponto a narrativa de Zósimo parece confusa. Por um lado, Estilício advertiu Honório sobre o risco representado por Alarico; por outro, recomendou ao imperador que colocasse o godo no comando de uma campanha contra Constantino III enquanto ele mesmo poderia seguir para Constantinopla como seu legado. Em outras palavras: seu conselho era que Honório permanecesse na Itália e que Alarico fosse lançado contra Constantino III enquanto ele, Estilício, cuidaria dos interesses do imperador no oriente¹³⁵⁵.

De início, Honório concordou. O imperador entregou ao general duas cartas, a primeira para que fosse apresentada por Estilício à corte de Constantinopla e a segunda a Alarico, uma convocação para retornar à Itália. Assumiria uma posição muito semelhante à ocupada até então por Saro¹³⁵⁶. Acompanhado por Olímpio, seu mestre dos escrínios, Honório então seguiu para Ticino. No caminho, Olímpio insinuou que Estilício insistia em ir a Constantinopla no lugar do imperador para depor Teodósio II e implantar Euquério, seu filho, no trono do oriente. A sugestão deixou Honório desconfiado. Em Ticino, Olímpio espalhou a mesma suspeita para a guarnição da cidade. Quatro dias depois da chegada da comitiva imperial, o imperador proferiu um discurso para os soldados, uma exortação para que participassem da campanha contra Constantino III. Porém, logo que Honório concluiu sua fala, Olímpio deu o sinal combinado para que os regimentos presentes se amotassem. O rumor que havia espalhado nos dias anteriores foi apenas o estopim; há algum tempo os soldados romanos se ressentiam da maneira como o vândalo parecia priorizar os federados em detrimento do exército regular romano, cada vez mais colocado como coadjuvante. Na época, até a prestigiada guarda pessoal de Estilício, a primeira unidade batizada com o nome de

bucelários (*bucellarii*)¹³⁵⁷, era composta por mercenários hunos, uma honraria que, para o exército imperial, claramente deveria pertencer aos romanos. Uma confusão instaurou-se na cidade e muitos magistrados e oficiais de variadas patentes foram assassinados, grande parte apoiadores de Estilício. Longiano e Limênio, prefeitos pretorianos da Itália e Gália; Cariobaldo, mestre dos soldados; Sálvio, conde dos domésticos; e Vincêncio, mestre de cavalaria, estão entre as vítimas do episódio. O expurgo de tantas altas autoridades abriu os caminhos da corte para Olímpio¹³⁵⁸.

Ao receber notícias do incidente de Ticino, Estilício reuniu-se com os comandantes federados para deliberar sobre o melhor curso de ação; não sabiam exatamente o que havia ocorrido. Decidiram que se Honório estivesse morto atacariam o exército romano, pois nesse cenário um partido adversário certamente assumiria o poder e seriam perseguidos. Porém, se o imperador estivesse vivo, tentariam conter a crise e punir apenas os responsáveis pelo motim. Contudo algum tempo depois da reunião os líderes federados voltaram a divergir e a discussão evoluiu rapidamente para a violência. Saro, descrito por Zósimo como *“aquele que todos superava em poder e ranque”*, reuniu seus homens e conduziu um ataque sobre os bucelários, eliminando todos os hunos que compunham a guarda pessoal de Estilício. O general conseguiu escapar para Ravena, mas Olímpio, recém-elevado a mestre dos ofícios, despachou uma ordem à guarnição da capital para que o prendessem. Acompanhado por alguns seguidores, servos e familiares, quase todos armados, Estilício buscou refúgio em uma igreja da cidade. Quando a guarnição cercou o local e apresentou ao bispo a ordem de prisão, Estilício decidiu se entregar. No entanto, assim que colocou os pés fora da igreja e foi capturado, o oficial encarregado exibiu uma segunda ordem, essa não de prisão, e sim de morte. Resignado, o general de Honório se submeteu passivamente ao destino e foi ali mesmo executado¹³⁵⁹.

Estilício tornou-se o grande traidor¹³⁶⁰. Honório devolveu Termância a Serena e mandou executar Euquério, mas o jovem conseguiu fugir para uma igreja e foi poupado pelo momento. As propriedades da família foram confiscadas. Olímpio perseguiu seus partidários à procura de provas de traição, mas, mesmo não encontrando evidências, promoveu um novo expurgo para eliminar possíveis adversários na corte. Muitos foram assassinados, presos ou tiveram suas propriedades confiscadas. Entre os mortos, Deutério, o

prepósito do cubículo sagrado, e Pedro, o primicério dos notários¹³⁶¹. Na prática, Olímpio assumiu a posição ocupada por Estilício. O imperador recebeu críticas por permitir que uma autoridade civil sem experiência militar assumisse a condução do império. Afinal, eram tempos de guerra. Zósimo avalia que melhor seria se tivesse escolhido Saro, “*que sozinho era suficiente para incutir terror no inimigo, tanto pela intrepidez como pela perícia nos assuntos da guerra*”, acrescentando que “[...] possuía uma força de bárbaros suficiente para fazer uma boa defesa (da Itália)”¹³⁶². Mais confiável, o godo poderia formar uma espécie de contrapeso para Alarico.

A morte de Estilício trouxe consequências desastrosas para Ravena, e a primeira foi a rápida deterioração da relação que mantinha com seus federados. A dinâmica de hierarquias e alianças funcionava para os bárbaros de maneira muito diferente da que operava para os romanos. No exército imperial, o imperador atuava como uma espécie de elemento ideal aglutinador capaz de conferir unidade a toda a organização. A morte de um ou mais oficiais, por maiores que fossem suas patentes, era automaticamente compensada pela promoção de outros militares para as mesmas posições. Com a saída de Estilício e seus apoiadores, Honório apontou Turpilo como mestre de cavalaria, Varanes como mestre de infantaria e Vigilância como conde dos domésticos¹³⁶³. Vimos como vários generais romanos aproveitaram o grau de popularidade que possuíam com as tropas para se aventurarem pelos caminhos da usurpação, mas essas atitudes, por mais graves que fossem, eram tidas como desvios pontuais, exceções ao normal funcionamento do exército imperial. Por outro lado, a pessoalização era a regra entre os povos bárbaros. Vínculos estabeleciam-se entre instituições sociais, entre pessoas e famílias, não entre instituições políticas abstratas como o império ou o imperador. E Estilício, muito em razão de suas origens, mas principalmente da confiança que transmitia aos chefes bárbaros, havia funcionado como um importante elo entre romanos e federados.

A situação logo saiu do frágil controle de Ravena. Em uma grotesca emulação do massacre cometido em Constantinopla contra os godos de Gainas, quando a notícia da morte de Estilício se espalhou por Ravena, os soldados romanos presentes na capital atacaram as famílias dos federados que moravam na cidade em uma nova carnificina. Autores antigos comentam o acontecimento como se a violência tivesse evoluído de maneira espontânea e

gradual, mas não podemos descartar a hipótese de que Olímpio estivesse por trás. Curiosamente, um dos últimos atos de Estilício foi orientar os chefes bárbaros a não retornarem com seus homens para as cidades; percebia o clima de hostilidade e compreendia os riscos. Melhor seria se os guerreiros permanecessem unidos nos seus acampamentos fora dos grandes centros urbanos. A matança confirmou suas suspeitas. Ao saberem que muitos compatriotas haviam sido brutalmente assassinados, os chefes federados concluíram que esse era um caminho sem volta e partiram para a Nórica com o objetivo de se juntar a Alarico. A facção de Olímpio ascendeu capitalizando o sentimento antibárbaro contra Estilício, a perda dos federados foi o preço pago pelo poder. Zósimo estima que Alarico tenha recebido 30.000 novos homens, mas o cálculo, se merece alguma credibilidade, possivelmente se refere à totalidade das suas forças após a chegada dos federados, não apenas ao acréscimo, até porque o mesmo autor contabilizará seu exército na casa dos 40.000 homens quando 10.000 escravos se uniram ao grupo meses depois. Em uma avaliação mais conservadora, Hughes defende que os que se uniram a Alarico depois do massacre de Ravena correspondam grosso modo aos 12.000 sobreviventes das colunas de Radagaiso que, derrotados, foram incorporados às forças de Estilício¹³⁶⁴.

8.7 Primeiro cerco de Roma

Alarico continuava na Nórica quando soube da morte de Estilício e seus desdobramentos. Sabia que a situação política não era mais a mesma em Ravena e que provavelmente perderia o comando da campanha contra Constantino III e sua posição de mestre. A complacência de Estilício com o godo sempre esteve entre as principais críticas feitas ao general por seus adversários, era uma questão de tempo para que Olímpio se voltasse contra ele. Assim, consciente de que receber os federados seria uma medida interpretada por Ravena como uma afronta, Alarico decidiu admiti-los, mas enviou uma comitiva à capital com uma proposta de paz. Se recebesse “*uma modesta soma em dinheiro*” e duas figuras importantes como reféns — **Aécio e Jasão, filho de Jóvio** —, entregaria dois membros da sua própria nobreza como contrapartida e partiria para a Panônia¹³⁶⁵. A oferta foi recusada, o que na prática significava uma declaração de guerra. Pelo seu histórico de traições e conexões com Estilício, Alarico não estava na lista dos que poderiam ser

perdoados. Para Zósimo, Honório deveria ou ter aceitado a proposta, ou atribuído a Saro a missão de derrotá-lo, porém o imperador incumbiu Turpilo, Varanes e Vigilância da tarefa¹³⁶⁶. Ravena organizava uma campanha contra o godo, mas Alarico tomou a iniciativa antes que os romanos fossem abastecidos com reforços vindos de outras províncias, notadamente as da África, praticamente as últimas possessões de Honório. Despachou emissários à Panônia Superior convocando seu cunhado Ataulfo, que comandava uma pequena força composta por godos e hunos na região — um oficial de média patente, talvez um tribuno da gente ou um prepósito do limite¹³⁶⁷. Porém a urgência era tamanha que Alarico decidiu não o esperar. Em outubro de 408, lançou-se mais uma vez contra a Itália. Seu tortuoso itinerário é descrito em detalhes por Zósimo. Primeiro, seguiu pela costa do Adriático passando por Aquileia, Concordia e Altino, depois atravessou a Planície Padana até Cremona. Em seguida, reorientou a rota para o sul e chegou a Oecubaria, um entreposto militar próximo à Bononia (Bolonha). Desviou poucos quilômetros para o noroeste até Mutina (Módena) pela via Emília e retornou para o sul até Arimínio (Rimini), deixando Ravena para trás. Continuou pela costa do Adriático até chegar à região de Piceno¹³⁶⁸ e, por fim, tomou a via Flamínia em direção a Roma. Tudo isso “*saqueando as fortificações e cidades no caminho*”. O godo não enfrentou resistência; Zósimo chega a afirmar que suas tropas percorreram a Itália “*como se estivessem em um festival*”. O comentário pode ser um indício de que pelo menos até Piceno os godos tenham sido recebidos de portas abertas pelas guarnições das cidades¹³⁶⁹.

Para Burns, no intervalo entre o levante de Ticino e a revolta de Saro, Estilício e seus aliados organizavam com Alarico uma reação conjunta contra Olímpio. Seria uma frente ampla formada pelos federados. O conflito entre Saro e Estilício, e depois a morte do último, colocou fim ao plano, mas Alarico pode ter avançado sobre a Itália pela rota que havia sido definida com os aliados, onde suprimentos possivelmente vinham sendo reunidos para receber os godos. Afinal, apenas seis semanas haviam se passado desde a execução do general na capital¹³⁷⁰. A presença de Honório é atestada em Mediolano e Ravena nos meses de setembro e novembro, respectivamente¹³⁷¹. Quando a inteligência romana reportou que Alarico marchava em direção à Itália, o imperador ordenou que Euquério fosse imediatamente executado. Sua vida vinha sendo poupada, mas o filho de Estilício não poderia cair nas mãos de

Alarico, e o risco de ser utilizado pelo godo como uma espécie de fantoche, como Arbogasto usou Eugênio, era grande demais para ser aceito¹³⁷². O exército imperial não era páreo para o do godo e o alto comando romano decidiu evitar uma batalha de campo. As fontes nada dizem sobre os movimentos romanos, mas é possível que dessa vez o exército imperial sequer tenha espelhado o de Alarico; mais provável que os soldados tenham permanecido encastelados dentro das grandes cidades. O que Zósimo e Olimpiodoro não explicam é a teimosia de Honório em não negociar com os inimigos.

Enquanto Filostórgio acusa Euquério de pedir a Alarico que atacasse a antiga capital dos romanos, Zósimo afirma que as suspeitas do Senado e de Gala Placídia, irmã do imperador, recaíram sobre Serena. O autor isenta a mulher de Estilício de qualquer culpa, registrando que nenhuma prova de traição foi encontrada pelas autoridades. Entretanto observa que os senadores acreditavam que sua morte poderia demover o godo da ideia de submeter Roma a um cerco; afinal, pensavam, ela seria sua única esperança de conseguir conduzir um motim dentro da cidade. Desse modo, vista como uma ameaça adormecida, Serena foi condenada e executada sem demora¹³⁷³. Estivesse ou não envolvida em alguma conspiração com Alarico, o godo prosseguiu com o objetivo. Não era um tolo qualquer, mas um líder habilidoso que por muitos anos soube manipular os romanos em meio à sucessão de crises para extrair concessões para seu povo e para si, compreendia o impacto psicológico para os romanos de um ataque ao coração do império. Ravena era o local de residência da família imperial, mas vimos que sua geografia dificultava sobremaneira um sítio à cidade. Por outro lado, Roma era onde tudo havia começado, a *urbs aeterna*, como diziam. Uma espécie de capital afetiva, mas não só. A maior parte das influentes famílias da aristocracia italiana e um número significativo de autoridades civis e militares do alto escalão viviam lá, não em Ravena. Para além das memórias que evocava, seguia sendo um centro político importante. Por mais segura que fosse sua posição, Alarico reconhecia que não possuía homens em número suficiente para conquistar a península e manter uma ocupação estável, vale dizer, para implantar um reino gótico na Itália. Mesmo que derrubasse o governo de Honório, continuaria rodeado por inimigos — Constantino III no oeste, Teodósio II e Antêmio no oriente, partidários de

Honório na África e sem sombra de dúvidas uma firme resistência da população da Itália. Precisava arrancar do imperador uma nova posição oficial.

Assim começava o primeiro cerco de Alarico a Roma. Os godos obstruíram o acesso aos vários portões da cidade e estabeleceram uma posição sobre o Tibre para interromper o abastecimento pelo mar. Roma não era uma cidade costeira, mas possuía acesso ao Tirreno por dois portos situados a cerca de 20 quilômetros. Primeiro, por Óstia, seu porto natural, depois por Porto de Augusto, um grande ancoradouro construído por Cláudio e aumentado por Trajano. Óstia estava na margem sul do Tibre, Porto de Augusto, no norte, e as mercadorias eram transportadas desses portos para o interior cidade pelo rio. Ao comentar o cerco, Sozomeno diz que as forças de Alarico eram compostas por uma grande quantidade de escravos romanos que se revoltaram contra seus senhores¹³⁷⁴. No início, os soldados que acompanhavam os movimentos inimigos das ameias nem sequer estavam seguros de que era Alarico quem estava no comando do exército bárbaro que se aproximava. Corria um boato de que *“era outra pessoa, um outro companheiro de Estilicão, que havia chegado para cercá-los”*¹³⁷⁵. Em todo caso, a guarnição inicialmente se manteve firme na defesa, os romanos aguardavam ansiosos por uma força de salvação vinda de Ravena. Todavia, os dias passavam-se sem que recebessem notícias do imperador e seu exército. Enquanto isso, reduziam-se as provisões. As autoridades já haviam cortado a ração dos moradores pela metade, depois para apenas um terço. Pouco a pouco Roma era tomada pela fome, mas, como se não bastasse, uma peste atingiu a cidade durante o cerco. Esse é o cenário de desolação descrito por Zósimo:

Todos os lugares estavam repletos de corpos. Como não podiam ser enterrados fora das muralhas, já que o inimigo estava no controle de todas as estradas, a cidade se tornou uma grande sepultura. Assim, (a cidade) corria o risco de ser despovoada por uma causa adicional (a peste) [...], o fedor que saía dos cadáveres pútridos era suficiente para infectar os moradores com doenças. Leta, esposa do antigo imperador Graciano, e sua mãe, Pissamena, forneceram alimentos a um grande número de pessoas por algum tempo. Pois, como lhes foi permitido receber as provisões de uma mesa imperial pela generosidade de Teodósio, que lhes conferiu esse privilégio, muitos receberam dessas duas senhoras o necessário para não serem assolados pela fome. [...] A angústia chegou a tal ponto que corriam o risco de serem comidos uns pelos outros¹³⁷⁶.

Na costumeira atribuição de culpa entre pagãos e cristãos, Zósimo novamente lembra como por séculos os romanos haviam recebido o auxílio

dos deuses em grandes calamidades e agora se viam privados dessa ajuda¹³⁷⁷. Sozomeno fala sobre o cerco como punição divina contra o luxo e a devassidão de Roma, o último reduto do paganismo no império. O historiador chega a se referir a senadores ofertando sacrifícios no templo de Júpiter Capitolino sem que isso fosse suficiente para afugentar Alarico¹³⁷⁸. A cidade foi tomada por uma atmosfera de superstição. Tanto Zósimo como Sozomeno comentam um episódio envolvendo Pompeiano, o prefeito urbano da época. Pompeiano conheceu algumas pessoas vindas da Toscana que contavam uma história sobre como Alarico e os godos haviam sido repelidos de uma cidade italiana indicada apenas pelo nome de Neveia por uma série de fortes raios e relâmpagos. Diziam que o fenômeno natural aconteceu em razão da devoção dos moradores de Neveia. Pompeiano então se consultou com o papa¹³⁷⁹ Inocêncio I sobre a possibilidade de pedirem a intervenção dos antigos deuses, e o desespero a essa altura era tamanho que o bispo lavou as mãos. Disse-lhe que poderiam agir como bem entendessem, desde que em caráter privado. Em outras palavras, que o Estado não patrocinasse uma cerimônia pública pagã. No entanto, Pompeiano foi informado de que para surtir algum efeito era preciso que os sacrifícios fossem conduzidos à moda antiga, ou seja, de maneira pública; que todo o Senado subisse o Monte Capitolino para performar os velhos ritos. Muitos cristãos se insurgiram contra a proposta e a ideia acabou perdendo força¹³⁸⁰.

Para a decepção dos cercados, logo se apurou que os boatos sobre a liderança do exército invasor eram falsos, que de fato era Alarico quem comandava o exército inimigo. Roma não estava preparada para um sítio prolongado e em poucos meses o Senado reconheceu que a situação era insustentável; havia chegado o momento de se sentarem à mesa de negociação. Uma embaixada composta por João, o primicério dos notários, foi enviada ao campo godo. João conhecia Alarico e poderia servir como facilitador. Zósimo descreve o encontro em detalhes, e mesmo que não tenha ocorrido exatamente da maneira como registrada pelo autor, seu relato expõe o tom difícil da conversa. A comitiva informou a Alarico que o Senado estaria disposto a concordar com uma rendição se os termos apresentados pelos godos fossem razoáveis, ressaltando, porém, que os soldados romanos haviam passado os últimos meses treinando e que estavam preparados para o pior dos cenários. “Quanto mais grossa a grama, mais fácil de ser cortada”, teria respondido Alarico

aos risos. O godo então declarou que só abandonaria o cerco se recebesse todo o ouro e a prata da cidade, além de tudo de valor que pudesse ser transportado. Queria também todos os escravos de origem bárbara. Questionado por um dos romanos sobre o que deixaria aos moradores se tudo levasse, retorquiu: “*suas almas*”. Frustrada, a delegação retornou para consultar o Senado. Depois de alguns vai e vens entre propostas e contrapropostas, os dois lados finalmente chegaram a um acordo. Os romanos entregariam 5.000 libras de ouro, 30.000 de prata, 3.000 de pimenta, 4.000 mantos de seda e 3.000 peles tingidas em cor escarlate para que os godos encerrassem o cerco e partissem dali. Como a cidade naturalmente não possuía essa enorme quantidade de riquezas em estoque, as autoridades conduziram uma campanha de arrecadação. Paládio, provavelmente o mesmo Paládio que no futuro viria a ser apontado prefeito pretoriano da Itália (416-421), ficou encarregado de relacionar os cidadãos de acordo com suas propriedades e estimar o quanto cada um deveria contribuir para o bem comum. A população tentou esconder seus patrimônios com artifícios de toda espécie e é de se esperar um ambiente de corrupção generalizada. Para cumprirem a cota estabelecida, as autoridades retiraram muitos dos ornamentos que enfeitavam as estátuas e derreteram grande parte do ouro e da prata que revestia os templos pagãos. O templo da Honra e Virtude é citado expressamente pelas fontes entre os despojados¹³⁸¹. A quantidade de ouro e prata era tanta que só poderia ser entregue em barras, lingotes.

Enquanto arrecadavam a soma, Alarico autorizou que Roma fosse abastecida com provisões, mas apenas por um período de três dias. Era um gesto de boa vontade. Nesse prazo, mercadorias voltaram a ser transportadas pelo Tibre por um dos portões, e conta-se que muito milho entrou na cidade. Uma comitiva do Senado foi despachada a Ravena para informar o imperador sobre os últimos acontecimentos e transmitir uma mensagem do próprio Alarico. Para encerrar o cerco, o godo propunha retornar à condição de federado em troca de mais uma quantia em ouro e da entrega de alguns aristocratas como reféns. Refazia sua antiga proposta ao imperador, mas dessa vez as fontes não apresentam maiores informações sobre o montante em ouro exigido nem citam os nomes dos aristocratas indicados pelo godo. Embora a proposta tenha sido grosso modo a mesma daquela apresentada alguns meses antes, as posições de Alarico e Honório eram agora consideravelmente

diferentes. A maneira como os godos haviam percorrido livremente o interior da Itália, mas em especial o cerco de Roma, foram duros golpes sobre o que restava da popularidade do imperador. Se os romanos possuíam alguma esperança de derrotá-lo, o início da invasão mostrou que as capacidades do inimigo eram muito superiores às esperadas. Encurralado, Honório cedeu. Se tivesse aceitado a primeira oferta, certamente teria saído menos desmoralizado. O pacto de 408 é no mínimo obscuro. Burns chama a atenção para o fato de que as terminologias geralmente utilizadas pelos escritores gregos para os tratados com os bárbaros não aparecem nos textos que comentam a nova aliança, a exemplo de *συμμαχία* (aliança) e *σύμμαχος* (aliado). Nenhum instrumento escrito ou cerimônia pública são mencionados, menos ainda a concessão a Alarico de um posto oficial como os de *magister* ou *comes*. Ao que parece, a celebração do tratado não observou as regras tradicionalmente empregadas pela corte, ao contrário, foi marcada pelo informalismo, aproximando-se mais de um acordo de cavalheiros. Alarico prestou um juramento de fidelidade a Honório no qual se comprometia a combater os inimigos do império, nada mais. Enquanto os godos levantavam o cerco, uma confusão ocorreu nos arredores de Roma. Ao que tudo indica sem o conhecimento de Alarico, alguns bárbaros que compunham suas forças atacaram um grupo de romanos que transportavam mercadorias dos portos para a cidade. O incidente foi rapidamente controlado. A coluna de Alarico recebeu 10.000 novos membros, escravos que ou se revoltaram contra seus senhores, ou foram entregues como parte do acordo, totalizando agora um exército de 40.000 homens¹³⁸². A sequência apresentada por Zósimo sugere que o cerco tenha terminado no final de 408, talvez em dezembro, antes que o novo consulado do imperador tivesse início em 409. Se essa linha cronológica estiver correta, ela reforça que a cidade estava tão despreparada para um cerco que em poucos meses sucumbiu à pressão.

8.8 Honório e Alarico voltam a negociar

No início de 409, Constantino III enviou uma embaixada composta por alguns eunucos de sua corte em Arelate a Ravena. A par do caos vivido pela Itália após a última devastação promovida por Alarico, tentava mais uma vez chegar a um acordo com Honório. Seus representantes apresentaram um pedido formal de desculpas ao imperador, ponderando que o usurpador se viu

obrigado a aceitar a própria elevação pelas tropas da Britânia. Afinal, se não aceitasse provavelmente seria assassinado e substituído por outro general qualquer. Honório tornou-se conhecido na historiografia como um imperador frágil e inábil politicamente, por suas más decisões, mas dessa vez ele e seus conselheiros souberam conduzir a situação conforme a limitada margem de ação com que contavam no momento. Uma resposta inflexível aos embaixadores certamente significaria uma nova guerra entre romanos a ser explorada por Alarico. Apesar do acordo de 408, os godos permaneciam estacionados em algum lugar da Etrúria, região ao norte de Roma e não muito distante da cidade. Sua presença na Itália era uma advertência constante a Ravena. Como se não bastasse, o imperador acreditava que grande parte dos seus familiares, em especial seus primos Dídimio e Vereniano, continuavam vivos na Hispânia, e temia o risco de serem assassinados como retaliação. Não sabia que já estavam mortos. Assim, Honório apresentou aos emissários respostas vagas e evasivas, evitando se comprometer, mas entregou aos eunucos um manto púrpura que deveria ser levado a Constantino III. Para qualquer um, era um gesto de reconhecimento da autoridade do usurpador, porém nenhuma moeda foi cunhada com frases que poderiam expressar a concórdia entre os imperadores, como seria de se esperar em ocasiões dessa natureza, nem Honório abriu espaço para que Constantino III ou algum representante seu fosse indicado para o consulado de 409 ou para os dois anos seguintes. Nos documentos oficiais, apenas Honório e Teodósio II continuaram figurando como imperadores. Em resumo, Honório passava sinais contraditórios e com isso ganhava tempo¹³⁸³.

As condições estabelecidas por Alarico ainda não haviam sido totalmente implementadas. Roma cumpriu com sua parte do acordo fornecendo a larga lista de metais preciosos e mercadorias de luxo apresentada pelo godo, mas Ravena adiava a entrega dos reféns e, aparentemente, também da quantia adicional em ouro com a qual havia se comprometido. Por trás da demora, é possível que Honório sofresse pressão da aristocracia romana, que resistia à entrega do próprio patrimônio aos godos. Alarico começava a se inquietar. Aflitos com o risco de o godo dar por encerrado o pacto, representantes do Senado de Roma foram tratar do assunto com Honório em Ravena. A comitiva senatorial era composta por Ceciliano, Átalo e Maximiano. Ceciliano era uma alta autoridade da África; foi governador de província, prefeito das provisões,

vicário e à época da embaixada servia como procônsul da África¹³⁸⁴. Pouco sabemos sobre o passado de Prisco Átalo, que em um futuro não muito distante será utilizado como fantoche por Alarico, menos ainda sobre o de Maximiano¹³⁸⁵. Os três reportaram a Honório a preocupação do Senado quanto à inobservância das condições estabelecidas pelo godo para a paz. O imperador ouviu atentamente ao reclamo, mas dispensou os três sem esclarecer o que faria sobre o assunto e continuou postergando a entrega dos reféns e do ouro. Contudo, por algum motivo, a comitiva causou uma boa impressão na corte, e Honório decidiu substituir Teodoro por Ceciliano como prefeito pretoriano da Itália e apontou Átalo como seu novo conde das sagradas liberalidades¹³⁸⁶.

A postura vacilante de Honório, a mesma que retardou um novo conflito com Constantino III, não surtiria os mesmos efeitos com Alarico. No lugar de entregar o ouro e os reféns ao godo, depois de ouvir os *legati senatus* Honório determinou que regimentos fossem trazidos de outras localidades do império para reforçar as defesas da antiga capital. Cinco legiões inteiras partiram da Dalmácia com destino a Roma, uma tropa adicional de aproximadamente 6.000 soldados “*que pela força e disciplina eram considerados a flor do exército romano*”¹³⁸⁷. Apesar de Zósimo calcular o exército de Alarico em 40.000, é possível que o número de guerreiros realmente aptos para o combate fosse consideravelmente menor. A quantidade de mantos e peles requisitada por Alarico aos moradores de Roma, perfazendo um total de 7.000, tem sido utilizada como parâmetro para estimar a real capacidade do exército godo, isso partindo da premissa de que cada soldado godo receberia uma dessas peças. Se esse for mesmo o caso, os reforços romanos representavam uma força mais ou menos equivalente à de Alarico. Equipados com roupas e armas do império, do ponto de vista estético os godos não se diferenciavam muito dos soldados romanos no início do século V¹³⁸⁸. O comandante das cinco legiões era Valente, descrito como “*uma pessoa pronta para as maiores e mais perigosas empresas*”, provavelmente o conde da Dalmácia. Valente resolveu seguir por estradas que estavam sob controle de Alarico, um desvio seria visto como um sinal de covardia e afetaria o moral da tropa. A decisão revelaria-se desastrosa. Passaram no caminho por Ravena, onde Átalo e Maximiliano, um vicário de Roma¹³⁸⁹, juntaram-se à coluna. Quando soube da chegada dos regimentos da Dalmácia, a paciência de Alarico chegou ao fim, e o godo decidiu armar uma

emboscada. Atacados, apenas cerca de 100 soldados romanos, incluindo Valente e Átalo, conseguiram escapar para Roma. Maximiliano caiu nas mãos do inimigo. Seu pai era Mariano, ex-vicário da Hispânia, que teve que desembolsar a enorme quantia de 3.000 *solidi* como resgate¹³⁹⁰.

Romanos e godos estavam novamente em pé de guerra. Apreensivos, os senadores enviaram uma segunda embaixada à corte para sensibilizar o imperador a cumprir os termos do acordo firmado em 408. Um de seus integrantes era o próprio papa Inocêncio I. Estranhamente, Zósimo conta que a comitiva foi escoltada de Roma para Ravena “*por alguns bárbaros, os quais foram enviados por Alarico para protegê-los dos inimigos que infestavam as estradas*”. O comentário é confuso, pois se Alarico não atacaria a embaixada, de que inimigo a protegia? Estaria o interior da Itália passando por um processo semelhante ao que ocorria na Gália com os bagaudas? Qualquer que seja o caso, o comentário revela que Alarico pressionava o Senado e quem sabe até a Igreja a tomarem alguma atitude sobre a teimosia de Honório. Nenhum detalhe é fornecido sobre as atividades da embaixada em Ravena; não muito depois, notícias chegaram à corte reportando que Ataulfo havia cruzado os Alpes e avançava sobre a Itália. Como os *exploratores* informavam que sua força mista de hunos e godos não era tão robusta em números, o imperador ordenou que todas as unidades estacionadas nas imediações da capital fossem colocadas em prontidão para o combate; era preciso derrotá-lo antes que conseguisse conectar seu bando ao de Alarico. Apesar da falta de experiência militar, Olímpio recebeu o comando da operação. Com um pequeno exército e 300 hunos que compunham a guarda imperial, Olímpio partiu para Pisa, a cerca de 160 quilômetros da capital, e lá atacou Ataulfo. Na versão apresentada por Zósimo, antes de serem repelidos os romanos conseguiram eliminar 1.100 inimigos, sofrendo apenas 17 baixas. Com esses números, seria de esperar que tivessem infligido a Ataulfo uma derrota definitiva, mas ao que parece tudo não passou de um ataque surpresa com resultados positivos, não de uma batalha de campo decisiva. Mesmo que os números tenham sido manipulados pelo historiador, essa foi uma pequena vitória para o império¹³⁹¹.

A obsessão de Olímpio em continuar perseguindo os partidários de Estilício acabou provocando um efeito rebote. A corte foi tomada por um clima de apreensão, muitos temiam que mais cedo ou mais tarde se tornariam vítimas dos expurgos e começaram a conspirar para derrubar o mestre dos

ofícios. Pouco sabemos sobre a trama; apenas que em 409 um grupo de eunucos apresentou a Honório um conjunto de acusações contra Olímpio, que fugiu para a Dalmácia com alguns poucos apoiadores. Várias autoridades nomeadas por recomendação sua foram imediatamente substituídas. Nas substituições, Átalo foi designado prefeito urbano de Roma e ficou encarregado de conduzir uma sindicância para apurar o estado das contas públicas. Demétrio, o novo conde das sagradas liberalidades, deveria ajudá-lo na tarefa. Generido, um oficial de origem bárbara responsável pelas unidades estacionadas na Panônia Superior, Nórica e Récia — provavelmente o conde da Ilíria —, recebeu o comando do que sobrava do exército imperial na Dalmácia¹³⁹². Para agravar a situação, em meio à disputa entre facções rivais para ocupar o vácuo de poder deixado pelo partido de Olímpio, um motim orquestrado por Jóvio, o prefeito pretoriano, e Alóbico¹³⁹³, o conde dos domésticos equestres, alastrou-se pela capital. Os insurretos exigiam a destituição de Turpilo e Vigilância, e dos eunucos Terêncio e Arsácio. Para evitar maiores transtornos, Honório cedeu. Exilou os dois primeiros, mas no caminho para o exílio foram sorrateiramente assassinados a mando de Jóvio. Terêncio foi enviado ao oriente, Arsácio pôde ficar em Mediolano. No lugar de Turpilo, Alóbico foi indicado mestre de cavalaria; no de Terêncio, Eusébio tornou-se o prepósito do cubículo sagrado¹³⁹⁴. Todo esse fogo amigo ocorreu enquanto Alarico atacava a Itália, dividindo os romanos quando deveriam concentrar esforços contra o inimigo comum.

Jóvio conseguiu se consolidar no lugar de Olímpio. Depois de eliminar os adversários, o prefeito pretoriano pôde finalmente voltar sua atenção a Alarico. Como mencionamos, Jóvio e Alarico eram velhos camaradas, haviam marchado juntos para Épiro durante a fracassada campanha de Estilício na Ilíria e, pelo que sugerem as fontes, mantinham desde então uma relação amistosa. Jóvio conseguiu convencer Alarico a se encontrarem pessoalmente em Arimínio, cerca de 50 quilômetros ao sul de Ravena, para uma nova rodada de negociações. Chegando na cidade, Alarico montou campo na parte externa das muralhas e repassou ao prefeito pretoriano suas reivindicações; agora exigia um subsídio anual em ouro e outro em grãos. Além disso, queria o aval de Ravena para que seu povo fosse assentado nas províncias de Veneza e Histria, Nórica e Dalmácia. Se seu desejo fosse atendido, continuaria suficientemente próximo à Itália e a Ravena para seguir pressionando a corte e

os rumos da política do ocidente. Jóvio despachou suas demandas a Honório, precisava consultar o imperador sobre os termos. Em separado, enviou uma carta privada a Honório recomendando que considerasse a possibilidade de apontar Alarico como mestre dos dois exércitos; a concessão do posto, mesmo sem um pedido expresso do godo, poderia convencê-lo a aliviar as demais exigências. Algum tempo depois, a resposta de Honório chegou em Arimínio. Talvez imbuído da intenção de realizar um gesto de confiança a Alarico, Jóvio, que estava no campo godo quando recebeu a correspondência, cometeu um erro de principiante: decidiu abrir e ler a carta do imperador na presença dele. Na resposta, Honório delegava ao prefeito a tarefa de estipular uma quantidade menor em ouro e grãos como contraproposta, observando-se naturalmente as capacidades do tesouro e da agricultura, e até aqui o godo ouviu pacientemente. Porém a mensagem seguia proibindo Jóvio de oferecer qualquer espécie de dignidade ou comando a Alarico ou a quaisquer membros de sua família. Não só o conteúdo da mensagem, mas principalmente seu tom, surpreenderam Alarico, que foi tomado por um ataque de fúria. O próprio Jóvio não esperava que o imperador fosse tão enfático. No mesmo instante, Alarico ordenou que se tocassem as trombetas; os godos fariam uma nova demonstração de força¹³⁹⁵.

8.9 O segundo cerco de Roma e a elevação de Átalo

Zósimo e Sozomeno falam sobre a resposta de Honório comentando sua posição sobre os subsídios e a concessão de um comando oficial ao godo, mas não dizem se o imperador concordou ou não em assentar os godos nas localidades indicadas por Alarico. Em que pese a omissão, suspeita-se que Honório tenha se manifestado contra a proposta. Primeiro, porque ela o deixaria extremamente vulnerável. Veneza e Histria era uma província contígua a Emília, onde estava situada Ravena. Tradicionalmente, a última linha de defesa da banda oriental da Itália era o rio Isonzo, na divisa com a diocese da Panônia, justamente onde o complexo de fortificações apelidado de Barreira dos Alpes Julianos havia sido levantado. Veneza e Histria estava ao oeste do rio Isonzo, e isso significava que a estrutura não poderia ser utilizada para frear um novo avanço godo. Além disso, Alarico havia propositadamente indicado três províncias sem apresentar maiores detalhes sobre onde e em quais números as famílias seriam assentadas, de modo que ele seguisse com ampla liberdade de ação dentro do império. Outra razão considerada pelo

imperador pode ter sido a situação dos escravos. Parte considerável dos seguidores de Alarico, estimada pelos autores antigos em 10.000 homens, era composta por escravos fugidos. Uma chancela imperial nos termos apresentados pelo godo seria muito provavelmente interpretada pela aristocracia romana como um reconhecimento, ainda que tácito, da condição de libertos, e isso poderia atrair pedidos de compensação financeira à corte ou mesmo, no pior dos cenários, quebrar a base política de Honório. Ridley defende que dessa vez o imperador não estava tão disposto a ceder, porque negociava uma ajuda militar com Constantino III e lideranças hunas. Como veremos em breve, fontes mencionam tratativas com Arelate para um momento posterior, mas é possível que estivessem sendo debatidas há mais tempo, talvez desde a entrega do manto púrpura ao usurpador. Seja como for, as negociações fracassaram e Alarico partiu de Arimínio com o sentimento de ter sido insultado. A carta havia revelado a espécie de relação que manteria com Ravena caso o acordo fosse concluído¹³⁹⁶.

Não sem razão, Jóvio temia ser responsabilizado pelo fracasso das negociações e quem sabe até ser visto como cúmplice de Alarico. Conhecia os bastidores da política imperial e sabia que era preciso escolher um bode expiatório para eximir o imperador da culpa. Aliás, a sugestão que apresentou de nomeá-lo mestre dos dois exércitos poderia ser compreendida como prova do seu envolvimento com o godo, o prelúdio de uma tentativa de golpe contra o governo de Honório. Mesmo que um comando oficial fosse considerado, parecia muito precipitado oferecer desde o início das conversas a posição de cúpula do exército imperial antes de barganhar, de apurar se Alarico se contentaria com uma posição menor, como a de mestre de infantaria ou cavalaria. De sua parte, Honório não queria um novo Estilício, sobretudo um bárbaro que havia traído o império um sem-número de vezes. Para fugir das acusações, o prefeito pretoriano cometeu o que, na visão dos autores da época, foi retratado como uma segunda imprudência. Partiu às pressas de Arimínio para Ravena, e ao chegar na cidade correu para o palácio, onde prestou um juramento solene ao imperador por meio do qual se comprometia a mover uma guerra incessante contra os godos até que Alarico fosse destruído. Não aceitaria uma paz que estivesse sujeita a condições do inimigo, nada menos que uma rendição incondicional. Zósimo descreve o episódio contando que

Jóvio selou o voto tocando o rosto do imperador e que foi acompanhado no juramento e no gesto por vários outros oficiais¹³⁹⁷.

No final de 409, Honório, a essa altura com 25 anos de idade, não depositou todas suas esperanças na negociação de Jóvio, pois vinha se preparando para a eventualidade do confronto. Embora as legiões trazidas da Dalmácia tenham sido destruídas, a convocação dessas unidades é uma evidência de como o imperador mobilizava seus ativos militares para o embate. Mas não só: há algum tempo costurava uma relação mais próxima com os hunos, que rapidamente avançavam sobre a Europa Central. Até aqui, vimos que Estilício solicitou o apoio de Uldino na guerra contra Radagaiso (406) e que a guarda imperial era composta por um destacamento de 300 guerreiros hunos, aqueles que Olímpio usou para atacar Ataúlfo. Gregório de Tours afirma que Aécio, depois de ser colocado em liberdade por Alarico (408), foi enviado à corte de Uldino como refém e que viveu entre eles durante o restante do reinado de Uldino (?-412/413) e grande parte do de Caratão (412/413-?), seu sucessor¹³⁹⁸. Do mesmo modo que Aécio foi despachado à corte hunas, é possível que entre os 300 guerreiros hunos da guarda imperial estivessem nobres enviados por Uldino e Caratão como contrapartida. Uma nova aliança era construída entre romanos e hunos, e não demoraria para que Honório começasse a colher seus frutos. Não era um tratado elaborado nos moldes dos antigos pactos de federação, com clara submissão de uma das partes, e sim um acordo entre dois povos poderosos, duas potências. Quando Alarico pôs fim às negociações e iniciou sua segunda marcha em direção a Roma, Ravena convocou seus novos aliados. Com base nos escritos de Olimpiodoro, Zósimo diz que Uldino reuniu uma força de 10.000 hunos para socorrer os romanos. Embora historiadores vejam o número com certo ceticismo, é preciso destacar a ênfase que Zósimo confere ao esforço logístico conduzido pela corte para abastecer a grande coluna de combatentes que chegava. Itens de primeira necessidade como milho, bois e ovelhas tiveram que ser trazidos de regiões distantes como a Dalmácia. Logo, mesmo que o real número seja inferior ao estimado, podemos esperar uma força de socorro expressiva¹³⁹⁹.

Batedores monitoravam o avanço de Alarico. Enquanto marchava para Roma, o godo aparentemente se arrependeu de ter encerrado o diálogo com Honório de maneira precipitada e despachou a Ravena alguns bispos das

idades por onde passou para aconselharem o imperador a retomar as conversas. Só assim poderiam impedir “*que tão nobre cidade, que por mais de mil anos havia governado sobre grande parte do mundo, fosse cercada e destruída pelos bárbaros*”¹⁴⁰⁰. O envio de bispos como intermediários mostra como Alarico era consciente da influência da Igreja durante a dinastia dos teodósios. Jogando-os contra o imperador, o godo também estimulava conflitos internos na base de apoio da corte. Curiosamente, Alarico agora reduzia suas demandas; contentar-se-ia apenas com um subsídio anual em grãos, em quantidade a ser estipulada pelos próprios romanos, e abriria mão das províncias da Dalmácia, e Veneza e Histria, se lhe fosse permitido viver com seus seguidores na Nórica. Não exigia pagamento em ouro nem um comando oficial¹⁴⁰¹. Dois fatores podem ter contribuído para sua súbita mudança de postura. Primeiro, é possível que os godos tenham recebido notícias da aproximação do exército de salvação enviado por Uldino; segundo, talvez Alarico enfrentasse dificuldades para manter a coesão e o abastecimento da imensa multidão que o acompanhava. O comentário de Zósimo sobre o enorme esforço de Ravena para fornecer provisões a 10.000 hunos sugere o quão custoso era para o godo manter um grupo ainda maior alimentado em território inimigo. Essas dificuldades não eram ignoradas pelo alto comando romano, cujos generais seguiam com a estratégia de encastelamento, evitando o confronto direto antes da chegada dos reforços. O relógio corria contra o godo.

As novas condições de Alarico eram razoáveis. Em síntese, queria um território para acomodar seu povo e retornar à rede de abastecimento oficial do império em troca de lutar as guerras dos romanos. Dos poucos territórios que sobraram a Ravena, a província da Nórica não estava entre os mais importantes. Além disso, os godos serviriam como zona-tampão contra as ameaças do alto e médio Danúbio, notadamente os vândalos e suevos. Nada muito diferente da política que vinha sendo adotada pela corte para os godos desde os tempos de Teodósio I. Porém o imperador e seus ministros recusaram a proposta. A literatura romana atribui a recusa ao juramento de Jóvio; afinal, o prefeito pretoriano havia empenhado sua palavra de que levaria o confronto com Alarico às suas últimas consequências. Contudo mais provável é que a decisão de Ravena tenha se pautado em razões mais pragmáticas. Os hunos chegavam para ajudar e o recuo de Alarico foi interpretado como um sinal de fraqueza, um reconhecimento do próprio godo de que sua situação não era das

melhores¹⁴⁰². Nesse meio-tempo, Constantino III enviou uma nova embaixada a Honório; queria garantias mais concretas de que Arelate e Ravena estavam realmente alinhadas. Dessa vez, seus emissários finalmente informaram o imperador de que seus primos Dídimio e Vereniano estavam mortos; haviam sido assassinados durante a confusão que se instalou na Hispânia quando as forças de Constantino III cruzaram os Pireneus. Os embaixadores ressaltaram que as mortes ocorreram sem o conhecimento do usurpador e novamente apresentaram um pedido formal de desculpas. Representantes dos dois lados debateram um possível envio de reforços da Gália para a Itália, e Jóvio foi despachado a Arelate para tratar do assunto pessoalmente com Constantino III. Alarico mantinha informantes na corte e pode ter sido informado dessas tratativas, um fator adicional para fazê-lo retroceder¹⁴⁰³.

Alarico então continuou avançando para Roma. Chegando nos arredores da cidade, eliminou uma pequena resistência em Óstia e tomou os portos outra vez. Uma grande quantidade de grãos foi apreendida nos ancoradouros antes que os romanos pudessem transportá-la para o interior das muralhas. O godo submeteu a antiga capital à mesma estratégia que havia empregado no primeiro cerco: a fome. Novamente, o sentimento dos moradores era de abandono, nenhum sinal de socorro vinha de Ravena. Alarico sabia que sua relação com Honório estava seriamente comprometida, talvez de maneira irreversível. A obstinação do imperador em dar seguimento à guerra mesmo depois de ele reduzir largamente suas exigências mostrava que o conflito havia se tornado uma questão de tudo ou nada. Precisava ser criativo. As fontes não tratam da negociação que se desenvolveu nos bastidores entre Alarico e Átalo, então prefeito urbano de Roma, mas sabemos que o godo despachou alguns emissários ao Senado para apresentar sua condição para encerrar o cerco; queria que os senadores aclamassem Átalo seu novo imperador. Após alguma resistência, os senadores finalmente cederam por volta de novembro ou dezembro de 409. Como de praxe, realizou-se uma cerimônia na qual Átalo se sentou no trono e recebeu os tradicionais símbolos do poder imperial — o manto púrpura e o diadema. No Senado, o imperador-fantoches proferiu um discurso prometendo restaurar os antigos costumes — leia-se, o paganismo — e, estranhamente, trazer o Egito e outras províncias do oriente para o controle do ocidente. Quando Honório e Constantino III finalmente pareciam

caminhar para um entendimento, Alarico trazia um novo usurpador para dividir os romanos¹⁴⁰⁴.

As primeiras decisões de Átalo foram como um banho de água fria para Alarico. Átalo nomeou Lampádio e Marciano como prefeito pretoriano e prefeito urbano, nessa ordem. Lampádio era o senador que gritou contra a proposta de Estilício de pagar 4.000 libras de ouro ao godo — um membro do partido antigótico, se é que assim podemos chamá-lo. Alarico foi colocado no comando supremo do exército, mas teve que compartilhar o posto com Valente, o general da Dalmácia que havia derrotado há alguns meses. Sobre os postos ocupados por Alarico e Valente, uma das possibilidades é que ambos tenham sido nomeados mestres dos dois exércitos; outra, que nos parece mais provável, é que Alarico tenha se tornado mestre de infantaria e Valente mestre de cavalaria. Ataulfo foi apontado conde dos domésticos para as unidades de cavalaria. Pouco depois, como um gesto de confiança aos godos, sua base de poder, Átalo converteu-se ao arianismo — isso para a decepção do público pagão de Roma, que em um primeiro momento viu na sua ascensão a chance de um ressurgimento do paganismo —, e a cerimônia de batismo foi conduzida pelo bispo godo Sigesar¹⁴⁰⁵. Não sabemos exatamente quando — se logo após a elevação de Átalo ou algum tempo depois — Alarico tomou Gala Placídia como refém, a irmã do imperador que havia acusado Serena de conspirar com os godos às vésperas do primeiro cerco sobre Roma. Placídia era uma figura importante para o governo de Honório não só por ser irmã do imperador, mas principalmente por ser a única esperança de continuidade da dinastia dos teodósios no ocidente. Honório ainda não possuía filhos e havia acabado de renegar sua segunda esposa, Termância. Sobre o tratamento conferido à prisioneira, Zósimo afirma apenas que Placídia “*recebeu (de Alarico) todas as honras dignas de uma princesa*”¹⁴⁰⁶.

Tão logo formou o novo governo, Átalo debateu com seus ministros o próximo passo. Alarico sugeriu que Drumas, um comandante bárbaro aliado, fosse enviado com uma pequena força de federados para destituir Heracliano em Cartago. Heracliano era partidário de Honório, que o havia nomeado conde para a África, e ao que tudo indica não reconheceria a autoridade de Átalo sobre a Itália. Desse modo, existia a grave e legítima preocupação de que os territórios controlados por Roma perderiam em breve sua principal fonte de grãos, e se isso se concretizasse não demoraria para que o próprio Átalo

perdesse o trono. No entanto, outro foi o conselho de João, o primicério dos notários que ergueu a mestre dos ofícios. Como notícias do golpe provavelmente ainda não haviam alcançado a África, João recomendou uma artimanha para eliminar a ameaça representada por Heracliano. Enviariam a Cartago um édito forjado em nome de Honório, por meio do qual o imperador o substituíria por Constâncio. Assim acabariam com o rival sem abrir um novo front na África. Contudo Átalo rejeitou as duas propostas. Supersticioso, foi convencido por adivinhos de que tomaria as possessões africanas sem combate e de que os provinciais não resistiriam à sua elevação, então decidiu expedir o documento sugerido por João, mas em seu próprio nome, não no de Honório. Assim nomeava Constâncio conde para a África no lugar de Heracliano. O nomeado deveria partir acompanhado apenas de uma pequena escolta para que assumisse a nova posição. Essa seria sua sentença de morte. Tão logo colocou os pés na África Proconsular, Constâncio foi assassinado¹⁴⁰⁷.

Paralelamente ao envio de Constâncio para a África, Átalo apostou todas as suas cartas em um arriscado ataque contra Ravena. A decisão revelaria-se um segundo erro, mas, apesar de ser classificada pelos autores antigos como precipitada, inconsequente, Átalo não possuía muita margem de escolha. Estava isolado com Alarico em Roma enquanto Honório contava com o apoio dos hunos e até de Constantino III, isso sem contar que a expedição de Constâncio para a África permanecia uma incerteza. O prolongamento da crise em uma guerra de atrito só reduziria suas já questionáveis chances de vitória. Alarico e Valente reuniram uma força mista de romanos e godos e partiram em direção a Ravena. Os godos provavelmente representavam a maior parte desse exército; lembremos que as cinco legiões da Dalmácia haviam sido aniquiladas e que sem elas a antiga capital não conseguiu resistir por muito tempo ao segundo cerco. Quando a coluna se aproximou de Arimínio, ao que tudo indica a corte de Honório foi tomada pelo desespero e o imperador despachou embaixadores para negociarem uma trégua — entre eles Jóvio, Juliano, Potâmio e Valente¹⁴⁰⁸. Honório propunha reconhecê-lo como membro do colégio imperial e dividirem os territórios do ocidente, salvo naturalmente os controlados por Constantino III. Contudo a comitiva recebeu uma estarrecedora negativa de Átalo. O recuo de Honório trouxe confiança ao usurpador, que não só recusou a trégua proposta como advertiu o adversário de que não permitiria que continuasse como imperador e nem sequer com o

corpo inteiro. Sua única contraproposta era enviá-lo em exílio a uma ilha distante com uma pensão paga pelo tesouro, mas não antes que tivesse alguns membros mutilados¹⁴⁰⁹. A mutilação era uma maneira de impedir que imperadores permanecessem no trono ou fossem colocados novamente no poder¹⁴¹⁰.

Honório preparou-se para escapar de Ravena. Todas as embarcações presentes na cidade foram reunidas no porto e deixadas em prontidão para o momento da fuga; partiriam para o oriente, onde o imperador poderia ser acolhido na corte do sobrinho. É possível que Jóvio estivesse operando como agente duplo para sobreviver e que tenha sido o responsável por incutir no imperador a ideia de partir, deixando assim o caminho livre para Átalo e Alarico. Porém, quando tudo parecia desmoronar para o teodósio, seis unidades auxiliares que somavam 4.000 soldados finalmente chegaram para socorrer a capital, renovando o fôlego da resistência. Honório decidiu permanecer e aguardar o desenrolar dos acontecimentos na Itália e na África. Os novos regimentos receberam a tarefa de proteger os portões de Ravena, já que aparentemente havia a preocupação de que as guarnições da cidade pudessem desertar para o inimigo. De onde vieram esses reforços permanece uma incógnita. Sozomeno parece sugerir que chegaram pelo mar, já que a cidade estava cercada pelas forças de Átalo, e Zósimo apresenta uma informação no mínimo estranha; diz que *“eram esperados desde os tempos de Estilício, mas não haviam chegado do leste até esse período”*. Ora, conhecemos o deplorável estado das relações diplomáticas entre as duas metades do império quando Estilício ditava a política do ocidente. Teria Arcádio ou Teodósio II prometido o envio de socorro a Honório? O mais provável é que depois da morte do general Olímpio tenha realizado um esforço de reaproximação com Antêmio e que desde a virada de 408 para 409 Constantinopla preparasse uma ajuda a Ravena contra Alarico¹⁴¹¹.

Algum tempo depois, notícias da morte de Constâncio chegaram à Itália. Não só; as informações diziam que Heracliano havia posicionado soldados nos portos da África para bloquear o acesso dos navios vindos de Roma. Como era esperado, o transporte de grãos foi interrompido. Alarico recomendou mais uma vez a Átalo que providenciasse uma ação militar urgente para retomar o controle das províncias africanas e disponibilizou 500 dos seus homens para a tarefa. O fato de Alarico entender que apenas 500 soldados seriam suficientes

para a missão é um indício de que nos últimos anos o exército da África havia sido esvaziado para combater as guerras de Honório na Europa. Ravena mandou Jóvio a Roma para negociar, mas, persuadido por Alarico, o prefeito pretoriano proferiu um discurso no Senado por meio do qual desertava para o time de Átalo. No mesmo discurso, apoiou a sugestão do godo de enviar um pequeno contingente de federados sob o comando de Drumas para retomar a África. Átalo voltou a Roma para consultar o Senado sobre o assunto, mas, apesar de os senadores terem se manifestado favoráveis à expedição, decidiu repetir o erro de evitar uma solução militar para os territórios africanos. As fontes são confusas sobre a tentativa de Átalo, mas ao que parece o usurpador decidiu despachar pelo Mediterrâneo uma nova comitiva como a de Constâncio, dessa vez com mais recursos. Talvez pretendesse subornar as autoridades africanas com esses “*recursos*”. Mais importante: não confiava plenamente nos godos; temia que uma vez na África instalassem um governo independente tão logo derrubassem Heracliano. Não surpreende que a nova comitiva tenha encontrado o mesmo destino fatídico da primeira. Percebendo o clima de desconfiança em relação aos godos, Jóvio alertou Alarico de que Átalo poderia se voltar contra ele assim que estabilizasse sua posição na Itália¹⁴¹².

8.10 Saque de Roma e morte de Alarico

O fantoche acabou se revelando mais difícil de controlar do que o esperado. Evitando uma ação militar na África, era uma questão de tempo para que fossem derrotados pela fome. Alarico perdeu a paciência com Átalo e, agindo por conta própria, reabriu o diálogo com Honório e rompeu o cerco de Ravena¹⁴¹³. Outro fator que pode ter contribuído para sua decisão foi a notícia de que Constantino III se aproximava com reforços. Havia cruzado os Alpes Cócios, divisa das dioceses de Vienne e Itália, e avançava pela Ligúria. Em breve Constantino III encerraria abruptamente a expedição e retornaria para a Gália depois de ser informado de que Alóbico, seu principal apoiador na corte de Ravena, havia sido executado sob a acusação de que conspirava com Arelate para a queda de Honório. No entanto, por ora Constantino III chegava para salvar a Itália de Átalo e Alarico¹⁴¹⁴. Nos próximos meses, Alarico adotaria uma posição ambígua entre Átalo e Honório, evitando se comprometer com um ou outro enquanto observava em que direção seguiam os ventos mais favoráveis. Se por um lado abandonou o cerco de Ravena sem a concordância de Átalo,

por outro atacou as cidades da Emília que permaneciam fiéis a Honório. Depois do retorno de Constantino III a Arelate, atacou também a Bononia e cidades da Ligúria. Novamente, o godo mostrava como continuava um ator independente em meio ao caos que atingia o ocidente. Enquanto tudo isso ocorria, Valente foi acusado de traição e condenado à morte por Átalo, mas nenhum detalhe sobre a suposta conspiração é fornecido pelas fontes¹⁴¹⁵.

Sem os grãos da África, o centro-sul da Itália não demorou para ser atingido pela fome. Um episódio que teria ocorrido no hipódromo de Roma ilustra as dificuldades vividas no período e mostra como a crise afetou a popularidade de Átalo. Certa vez, durante um espetáculo público, a multidão presente teria ironicamente gritado ao imperador para que “*fixasse preço para a carne humana*”¹⁴¹⁶. Alarico depôs Átalo, aparentemente sem dificuldade, e instalou-o junto com seu filho, Ampélio, em Arimínio, onde o godo também mantinha Gala Placídia sob vigilância. Continuou com o comportamento ambíguo, evitando cortar relações com seus oponentes de maneira irreversível, e recusou-se a entregar Átalo a Honório, pelo menos não antes que o imperador apresentasse garantias concretas de que concederia o perdão imperial ao usurpador. Ao que tudo indica, as tratativas de Alarico e Honório evoluíam bem, com relatos de que o godo teria chegado a uma distância de 60 *stadia* — pouco mais de 10 quilômetros — de Ravena para negociar com o imperador e seus ministros. Porém um incidente inesperado encerrou subitamente as conversas¹⁴¹⁷. Por volta de julho de 410, Saro estava em Piceno com um grupo de apenas 300 seguidores. Havia caído no ostracismo em Ravena após a malsucedida campanha que liderou contra Constantino III e agia como mais um ator semi-independente na Itália. Era um velho inimigo do clã de Alarico. Quando soube da sua presença na região, Ataulfo reuniu seus homens e partiu para Piceno, mas Saro foi informado a tempo dos seus movimentos e conseguiu fugir às pressas para Ravena, onde proferiu um enérgico discurso atacando Alarico. Um acordo entre Honório e Alarico poderia comprometer ainda mais sua posição na corte; faria o possível para que isso não ocorresse, então lembrou aos ouvintes a série de infidelidades do compatriota. Sozomeno chega a afirmar que Saro lançou um ataque contra o exército de Alarico, porém, considerando a limitada capacidade das suas forças, se um ataque efetivamente ocorreu, não deve ter passado de uma escaramuça menor. A eloquência de Saro e razões de ordem prática que

invocava fizeram Honório retroceder e pôr fim à negociação¹⁴¹⁸. Zósimo, uma de nossas principais fontes sobre a história dos godos antes do surgimento dos reinos góticos, encerra nesse ponto sua *História Nova*.

Ataulfo havia investido contra Saro sem o conhecimento e aval de Alarico, e foi esse comportamento o estopim para que o segundo corresse a Ravena e frustrasse as negociações com o imperador. Isso, somado ao fato de que Ataulfo não foi punido por Alarico pela imprudência, sugere que talvez não fosse um chefe menor subordinado ao cunhado. No curto regime de Átalo, foi nomeado conde dos domésticos, uma posição pouco inferior à concedida ao próprio Alarico. E vale lembrar que não eram membros da mesma família; Ataulfo só se tornou um dos Baltos após se casar com a irmã de Alarico. É possível que a relação entre os dois chefes godos fosse mais de aliança que de vassalagem. Seja como for, Alarico voltou sua fúria pela terceira e última vez contra Roma. Não seria necessário um cerco prolongado; sabia que a cidade havia oferecido resistência mínima nos últimos dois cercos, que Honório continuava sem condições de conduzir um contra-ataque e, principalmente, que Heracliano já havia feito o trabalho mais difícil de desgastá-la com a fome. Mas essa terceira investida seria muito diferente das anteriores. A experiência havia mostrado que submetê-la a um ou mais cercos não seria suficiente para extrair concessões de Honório. Agora o espírito era de vingança, de retaliação pelos vários anos desperdiçados com negociações infrutíferas — pelo menos esse é o retrato feito pelos escritores romanos. Em verdade, se considerarmos a rapidez com que a velha capital do império cairia, nem sequer haveria um cerco propriamente dito, apenas um saque¹⁴¹⁹. Em toda a Antiguidade romana, era a segunda vez em que a *civitas aeterna* seria saqueada. A primeira havia ocorrido há exatos 800 anos, em 490 a.E.C., quando os sênones — uma das várias tribos gaulesas que habitavam a Gália Cisalpina —, liderados por um certo Breno, entravam em conflito com a jovem república dos romanos à medida que migravam para o sul e se embrenhavam pela Península Itálica. Sócrates reproduz uma das várias lendas construídas em torno do episódio; conta-nos que, quando Alarico marchava com seu exército em direção a Roma, um monge interrompeu-o no caminho para exortá-lo a não prosseguir com as atrocidades que pretendia cometer, ao que recebeu a seguinte resposta do godo: “*Não vou continuar neste curso por minha própria vontade, mas há algo que*

*me impele irresistivelmente todos os dias, dizendo: 'Vá para Roma e destrua aquela cidade'"*¹⁴²⁰.

O Curso do Império – Destruição, pintura de Thomas Cole.



O exército de Alarico chegou em Roma em agosto de 410¹⁴²¹. Versos de Rútílio Namanciano insinuam que os godos podem ter encontrado os portões da cidade abertos, talvez por alguma ação interna de desertores que viam na traição a única chance de terem suas vidas poupadas. Há quem diga que a Porta Salária foi aberta durante a noite por um grupo de escravos a serviço dos bárbaros. Em uma versão mais romantizada, o portão teria sido aberto por homens armados a mando de Anícia Proba, uma nobre romana que acreditava que apenas o fim do cerco poderia acabar com a fome dos moradores. Qualquer que tenha sido o caso, não demorou para que os godos rompessem as Muralhas de Aureliano, a única linha que separava atacantes e defensores¹⁴²². A guarnição de Roma até mantinha o controle da ordem, mas outra coisa era resistir a um exército muito maior e mais experiente. A fácil deposição de Átalo mostra como as defesas da cidade não estavam preparadas, sem contar que a recente morte de Valente pode ter deixado os soldados romanos desprovidos de uma cadeia de comando bem definida. Antes que seus

homens se espalhassem pelas ruas da cidade, Alarico advertiu-os de que estavam autorizados a tomar todas as riquezas que encontrassem e fossem capazes de carregar, mas que deveriam respeitar a vida dos que buscassem asilo nas igrejas. Sozomeno menciona expressamente a Basílica de São Pedro¹⁴²³. Por ter respeitado o direito de santuário, Agostinho chega a chamá-lo como “*o mais humano dos bárbaros*”¹⁴²⁴. Em meio às pilhagens, Osório descreve um debate envolvendo um nobre godo e uma velha virgem sobre o roubo de relíquias e artefatos religiosos, diálogo que desembocaria em uma curiosa profissão de fé conjunta de godos e romanos durante o pandemônio que tomou conta da cidade:

[...] Enquanto os bárbaros perambulavam pela cidade, um dos godos, homem poderoso e cristão, encontrou por acaso no prédio de uma igreja uma virgem de idade avançada que havia se dedicado a Deus. Quando ele respeitosamente lhe pediu ouro e prata, ela declarou com a firmeza de sua fé que possuía uma grande quantia em sua posse e que a traria imediatamente. Ela fez isso. Observando que o bárbaro se espantava com o tamanho, o peso e a beleza das riquezas expostas, embora não conhecesse a natureza dos vasos, a virgem de Cristo então lhe disse: ‘Estes são os serviços sagrados do apóstolo Pedro. Atreva-se! Você terá que responder pela ação. Quanto a mim, como não posso protegê-los, não ousa mantê-los’. O bárbaro, movido pelo temor religioso e pela fé da virgem, comunicou o incidente a Alarico, que ordenou que todos os vasos, tal como estavam, fossem imediatamente levados de volta à basílica do Apóstolo. E que também a virgem, juntamente com todos os cristãos que se juntassem a eles, fossem conduzidos para lá sob escolta. Seria uma procissão. Diz-se que o edifício ficava a uma distância considerável dos lugares onde estavam os objetos sagrados, com metade da cidade entre eles. Consequentemente, os vasos de ouro e prata foram distribuídos, cada um a uma pessoa diferente. Eles foram carregados bem acima da cabeça à vista de todos, para a maravilha dos observadores. A procissão piedosa foi guardada por uma dupla linha de espadas desembainhadas. Romanos e bárbaros, juntos, levantaram um hino a Deus em público. No saque da Cidade, a trombeta da salvação soou por toda parte e atingiu os ouvidos de todos com seu convite, mesmo daqueles que estavam escondidos.¹⁴²⁵

O saque levou três dias para ser concluído. Depois, os godos partiram. Na literatura da época, a rápida retirada foi motivada pelo temor de uma represália divina, mas razões menos abstratas podem estar por trás. Como persistia a dificuldade de manter seus seguidores abastecidos com provisões, era preciso sair dali antes da chegada do inverno. Some-se a isso que a velha capital vivia um estado sanitário deplorável e era preciso considerar o risco de o exército godo ser contaminado pelos resquícios da peste¹⁴²⁶. Procópio diz que os bárbaros se apoderaram dos tesouros do rei Salomão capturados no templo de Jerusalém pelo imperador Tito nos anos 70¹⁴²⁷. Para Sozomeno, o

salvo-conduto concedido aos locais sagrados foi a única coisa que impediu a completa destruição da cidade, mas Jordanes, pintando uma imagem menos negativa dos atacantes, enfatiza a circunstância de não terem incendiado as casas e edifícios, mantendo suas estruturas relativamente intactas¹⁴²⁸. A cidade foi, de fato, devastada, espoliada, mas não devemos atribuir ao saque de Alarico a mesma intensidade que teve a destruição de Cartago ou Corinto (146 a.E.C.) pelos romanos. Mortes certamente ocorreram, mas ao que tudo indica não uma matança geral e indiscriminada de civis. Comparando o saque godo ao gaulês, Osório afirma que o primeiro foi claramente menos violento, mas até essa afirmação, embora corrobore a hipótese aqui levantada, deve ser vista com cautela. É que em *História Contra os Pagãos* o autor se esforçou para demonstrar que o passado pagão do império foi muito mais prejudicial para os próprios romanos do que o presente cristão. Logo, é natural que nesse contraponto tenha tratado o saque gaulês como um evento ainda mais danoso¹⁴²⁹. Afinal, Alarico, por mais bárbaro que fosse, antes de qualquer coisa era um cristão. Em uma carta escrita apenas dois anos depois, 412, Jerônimo conferiu maior destaque às vítimas da fome que às da espada, apesar de também fazer referência a mortes violentas. Fala-se inclusive em canibalismo para retratar o estado de penúria e desnutrição dos moradores¹⁴³⁰. Agostinho também confere maior ênfase à fome¹⁴³¹. Para as mulheres romanas, esses três dias pareceram uma eternidade¹⁴³².

Embora o peso simbólico do saque possa indicar um grande triunfo de Alarico, seus resultados estratégicos foram nulos, para não dizer negativos. Sim, suas carroças estavam agora abarrotadas de ouro e prata, mas politicamente seu grupo nunca esteve tão isolado e distante de um acordo com qualquer facção do império. A curto prazo, o retorno à condição de federados estava fora de cogitação; um posto oficial, menos ainda. Do ponto de vista militar, a ação não trouxe ganhos e os godos continuaram padecendo das mesmas dificuldades em território romano. Qual o próximo passo? Não poderiam permanecer indefinidamente na Itália cercados por inimigos e sem acesso a uma fonte estável de provisões. Depois de três dias do saque, Alarico reuniu seus seguidores e partiu pela costa do Tirreno em sentido sul “*levando a mesma destruição*” para as regiões da Campânia, Lucânia e Brútio. A rota revela sua decisão; os godos pretendiam conquistar a Sicília ou, quem sabe, até a África. O plano era consistente com as possibilidades. Primeiro, a ocupação

dessas províncias não só resolveria a questão das provisões como colocaria os godos no controle dos grãos que abasteciam a Itália, invertendo a situação. Honório conseguiu resistir à ação militar escondido atrás das muralhas, mas não poderia simplesmente ignorar a interrupção da principal fonte de alimentos da península; seria forçado a negociar. Segundo, como referimos linhas atrás, tudo indica que essas regiões não contavam com grandes linhas defensivas; suas tropas haviam sido mobilizadas nos últimos anos para reforçar a defesa das cidades italianas contra o próprio Alarico, Radagaiso, Constantino III, vândalos e suevos. Não havia muito tempo que Alarico sugerira a Átalo despachar apenas 500 federados para derrubar Heracliano. Para compreendermos a dimensão desse esvaziamento, basta lembrarmos que em 398 Estilício conseguiu retomar as províncias africanas de Gildão com uma força de 5.000 soldados, dez vezes o número proposto pelo godo¹⁴³³. Os godos até tentaram realizar a travessia do estreito de Messina, que liga a península à Sicília, mas foram surpreendidos por uma tempestade e muitos dos barcos reunidos para a missão naufragaram. Mesmo para os padrões da Antiguidade, a distância não era tão longa, pouco mais de três quilômetros. Como a marinha romana seguia estacionada nos portos de Ravena para que não caísse em mãos inimigas, provavelmente utilizaram embarcações comerciais encontradas nas cidades da costa¹⁴³⁴.

Antes que pudesse se arriscar em outra travessia, Alarico morreu em Consentia, aparentemente de causas naturais e apenas dois meses após o saque de Roma. Para a supersticiosa mentalidade romana, o naufrágio e sua morte eram claras retribuições divinas pelo ataque à cidade eterna. Pagão, Olimpiodoro chega a dizer que os godos foram impedidos de atravessar o estreito não por uma tempestade, mas por uma estátua sagrada que se colocara no caminho da flotila goda¹⁴³⁵. Nas palavras de Jordanes, “*seu povo sofreu em luto, pois tinha por ele a maior afeição*”. Um dos pontos mais curiosos sobre a morte de Alarico é a maneira como foi sepultado pelos compatriotas. Jordanes conta que os chefes godos reuniram uma turma de escravos que acompanhava o grupo para desviar um curto segmento do rio Busento. Uma vez concluído o desvio, Alarico e muitos tesouros foram enterrados ali; depois os escravos reconduziram o leito do rio ao seu curso natural. Colocando de outra maneira, Alarico teria sido enterrado embaixo do rio. Todos os escravos envolvidos na operação foram mortos para que ninguém soubesse o local exato onde o *rex*

gothorum descansaria. A elaborada história do enterro não é tão mirabolante como pode parecer à primeira vista; encontramos na literatura referências a práticas funerárias semelhantes, como a construção de sepulturas subterrâneas abaixo de rios para os reis cazaes¹⁴³⁶. Porém há quem sustente que a história apresentada por Jordanes seja apenas uma construção posterior inspirada nos grandiosos funerais dos chefes hunos¹⁴³⁷.

¹²²⁰ João de Antioquia Fr. 188.

¹²²¹ O Senado sempre foi um ambiente dominado pelo paganismo. Pouco antes de morrer, Teodósio I atendeu a uma reunião do Senado, onde instou os senadores a abandonarem os antigos cultos e tradições, mas aparentemente foi ignorado pelos ouvintes (Zósimo 4.59.1-3).

¹²²² Cons. Const. 383, 393, 394 e 395; Filostórgio HE 11.2; Zósimo 4.59.1; Ambrósio *De Obitu Theodosii*; PLRE I, p. 855 e 788-789; WILLIAMS, Stephen; FRIELL, Gerald. *Ibidem*, p. 122.

¹²²³ Osório Hist. Ad. Pag. 7.37; Zósimo 5.1.1-5.

¹²²⁴ Prudêncio *Contra Symmachum* 2.696-699. Em *Contra Simaco*, Prudêncio, um poeta cristão, condena a proposta do senador pagão Simaco de recolocar a estátua da deusa da Vitória no Senado, retirada em 382 no contexto das leis antipagãs de Teodósio I.

¹²²⁵ Jordanes *Get.* 29.146.

¹²²⁶ HEATHER, Peter. *Ibidem*, p. 184.

¹²²⁷ THOMPSON, Edward. *Ibidem*, p. 111.

¹²²⁸ Jordanes *Get.* 30.152.

¹²²⁹ Claudiano *De Bello Gothico* 560-566; Claudiano *De Consulatu Stilichonis* 1.20-25; Claudiano *De IV Consulatu Honorii Augusti* 107-108.

¹²³⁰ HEATHER, Peter. *Ibidem*, p. 167; KULIKOWSKI, Michael. *Ibidem*, p. 188-189; WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 136; BOIN, Douglas. *Alaric, the Goth: An Outsider's History of the Fall of Rome*. New York: W. W. Norton & Company, 2021. p. 53.

¹²³¹ Sócrates HE 7.10.

¹²³² Zósimo 5.5.4.

¹²³³ Zósimo 5.7.4; Jordanes *Romana* 319-320. Os autores da *Prosopografia do Império Romano Tardio* sugerem que Alarico pode ter recebido também o posto de conde (*comes rei militaris*), mas as fontes não corroboram a hipótese. Ao contrário, vimos que Zósimo, por exemplo, é claro ao dizer que esse foi justamente o motivo da indignação do godo. Se Alarico recebeu o posto de conde, talvez tenha ficado insatisfeito por esperar uma posição maior (PLRE II, p. 44).

¹²³⁴ Claudiano *De IV Consulatu Honorii Augusti* 474.

¹²³⁵ WILLIAMS, Stephen; FRIELL, Gerald. *Ibidem*, p. 126.

¹²³⁶ Claudiano *In Rufinum* 2.290-293.

¹²³⁷ Sócrates HE 6.1.

¹²³⁸ Os gassânidas eram uma tribo árabe cristã aliada ao império que funcionava como zona-tampão entre a Síria e o Império Sassânida.

¹²³⁹ PHYLARCH. In: NICHOLSON, Oliver. *The Oxford Dictionary of Late Antiquity*. Oxford: Oxford University Press, 2018. p. 1191.

¹²⁴⁰ MAENCHEN-HELFEN, Otto. *Ibidem*, p. 50-53.

¹²⁴¹ Claudiano *In Rufinum* 2.26-35; MAENCHEN-HELFEN, Otto. *Ibidem*.

¹²⁴² Filostórgio afirma que no mesmo período os hunos atacaram também pelo Danúbio. Porém é possível que ao condensar acontecimentos que ocorreram em diferentes anos da década de 390, reunindo-os em um curto comentário, o autor tenha atribuído equivocadamente o ataque pelo Danúbio a 395 (Filostórgio HE 11.8).

¹²⁴³ WILLIAMS, Stephen; FRIELL, Gerald. *Ibidem*; WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 139.

¹²⁴⁴ Claudiano *In Rufinum* 1.308 e 2.39-53; Zósimo 5.5.3-4; Filostórgio *HE* 12.2.

¹²⁴⁵ *Ibidem*.

¹²⁴⁶ Veneza e Histria (*Venetia et Histria*) era uma região do nordeste da Itália, na costa do Adriático, que tinha Aquileia como capital.

¹²⁴⁷ Zósimo 5.7.1-3.

¹²⁴⁸ Um dos poemas de Claudiano sugere que a última reivindicação feita por Estilício da guarda de Arcádio tenha se dado entre setembro de 399 e março de 400, quando o imperador já contava com mais de 20 anos de idade (Claudiano *In Eutropium* 2.500-551).

¹²⁴⁹ Zósimo 5.7.3-6.

¹²⁵⁰ O Sacro Cubículo (*Sacrum Cubiculum*), isto é, o quarto imperial, era um departamento da administração civil com atribuições que, para nós, ocidentais do século XXI, podem parecer no mínimo estranhas. É possível que o departamento tenha se espelhado no modelo da corte persa, que não fazia muita distinção entre os assuntos públicos e os domésticos do palácio. O Sacro Cubículo era composto pelos cubiculários (*cubicularii*), camareiros, geralmente eunucos que ganhavam prestígio e influência por estarem próximos ao imperador. O prepósito do cubículo sagrado (*praepositus sacri cubiculi*) funcionava como o chefe desses camareiros, abaixo na hierarquia apenas do prefeito pretoriano, do prefeito urbano e do mestre dos soldados. Filóstorgio descreve Eutrópio primeiro como um *eunuchus*, depois como *sacri palatii cubicularius* (Filostórgio *HE* 11.4; *PLRE* II, p. 441). Como a castração havia sido proibida no império desde os tempos de Adriano, grande parte dos eunucos presentes nas cortes do ocidente e oriente eram estrangeiros (*Digestum* XLVIII).

¹²⁵¹ Zósimo 5.8.1; HEATHER, Peter. *Ibidem*, p. 189; GRUMEL, Vance. L'Illyricum de la mort de Valentinien Ier (375) à la mort de Stilicon (408). In: *Revue des études byzantines*, v. 9. Paris: IFEB, 1951. p. 28-30.

¹²⁵² MAENCHEN-HELFEN, Otto. *Ibidem*.

¹²⁵³ Zósimo 5.5.1-8.

¹²⁵⁴ *CTh* 15.1.34.

¹²⁵⁵ Zósimo 5.7; Claudiano *In Rufinum* 2.100-125; Claudiano *De Bello Gildonico* 290-300; Claudiano *De IV Consulatu Honorii Augusti* 471-483. Zósimo narra a campanha de Estilício pelo sul da Grécia como se antecederse à morte de Rufino, o que nos colocaria ainda em 395. Porém, considerando a linha cronológica estabelecida por Claudiano, mais clara e detalhada, Zósimo parece ter se equivocado ao reunir vários acontecimentos posteriores no ano 395 (KULIKOWSKI, Michael. *Ibidem*, p. 193-195; HEATHER, Peter. *Ibidem*, p. 189-190).

¹²⁵⁶ CAMERON, Alan. *Claudian Poetry and Propaganda at the Court of Honorius*. Oxford: Clarendon Press, 1975. p. 170.

¹²⁵⁷ No período tardo-romano, todos os senadores ostentavam o título de “homem claríssimo” (*vir clarissimus*). Na escala das ordens, acima deles estavam os “homens espectáveis” (*vir spectabilis*) e, em seguida, os “homens ilustres” (*vir illustris*). Alguns postos oficiais, como os de prefeito urbano, mestre dos soldados, mestre dos ofícios e questor do palácio sagrado, entre outros, estavam atrelados a essas titulações, ou seja, somente poderiam ser ocupados por homens espectáveis ou ilustres. Zósimo diz que Constantino criou uma última categoria que estava abaixo apenas do próprio imperador, a de “homem nobilíssimo” (*vir nobilissimus*). Todo prefeito pretoriano deveria ser necessariamente um homem nobilíssimo (Zósimo 2.40.2).

¹²⁵⁸ Eunápio Fr. 64; Claudiano *In Eutropium* 2.214-230; *PLRE* II, p. 44-45; KULIKOWSKI, Michael. *Ibidem*, p. 195; HEATHER, Peter. *Ibidem*, p. 187.

¹²⁵⁹ Os mauros (*mauri*) foram uma berbere que habitava a Mauritânia. Foram absorvidos pela expansão do mundo árabe e pelo Islã, dando origem aos mouros.

¹²⁶⁰ AM 29.5.2; AM 29.5.6; Claudiano *De Bello Gildonico* 140-160; *PLRE* I, p. 395-396.

¹²⁶¹ Osório *Hist. Ad. Pag.* 7.36.2-5; *Const.* 398; *PLRE* I, p. 395-396; *PLRE* I, p. 566.

¹²⁶² Zósimo 5.11.1-5; Claudiano *De Consulatu Stilichonis* 1.287-301.

¹²⁶³ CAMERON, Alan. *Ibidem*, p. 173-174.

¹²⁶⁴ *CTh* 7.13.12.

¹²⁶⁵ *CTh* 7.13.13; *CTh* 7.13.14; BURRELL, Emma. A Re-Examination of Why Stilicho Abandoned His Pursuit of Alaric in 397. In: STROHEKER, Karl (ed.). *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, v. 53, n. 2. Wiesbaden: Franz Steiner, 2004. p. 251-256.

¹²⁶⁶ Símaco *Ep.* 4.54.

¹²⁶⁷ Símaco *Ep.* 6.12 e 6.14.

¹²⁶⁸ Sinésio *De Regno* 19-21; HEATHER, Peter. *Ibidem*, p. 190.

¹²⁶⁹ Claudiano *In Eutropium* 2.225-240.

¹²⁷⁰ Claudiano *In Eutropium* 1.230-290.

¹²⁷¹ Próspero de Tiro *Ep. Chron.* 399. Constantino reformou o sistema de indicação dos cônsules estabelecendo que cada capital, Roma e Constantinopla, deveria apontar um dos dois cônsules. Com a divisão do império em 395, o efeito prático desse novo mecanismo foi atribuir a cada uma das cortes o direito de eleger um cônsul. Para o ano de 399, enquanto Arcádio apontou Eutrópio, Honório indicou Málio Teodoro (*PLRE* II, p. 442).

¹²⁷² Marcelino *Annales* 399; Filostórgio *HE* 11.4.

¹²⁷³ *Cons. Const.* 398.

¹²⁷⁴ Sócrates *HE* 6.5; Claudiano *In Eutropium* 1.5-10 e 270-290.

¹²⁷⁵ Sozomeno *HE* 8.4; Claudiano *In Eutropium* 2.150-180.

¹²⁷⁶ Zósimo 5.13.1-4; Sócrates *HE* 6.6; Sozomeno *HE* 8.4; *PLRE* II, p. 1.125-1.126.

¹²⁷⁷ Zósimo 4.14.-15; Claudiano *In Eutropium* 2.380-420.

¹²⁷⁸ Zósimo 5.15.6-16.4; *PLRE* II, p. 477 e 661-662.

¹²⁷⁹ Zósimo 5.16.5-18.-3; Claudiano *In Eutropium* 2.160-180 e 2.400-430.

¹²⁸⁰ *Ibidem*; João de Antioquia Fr. 189; Filostórgio *HE* 11.6.

¹²⁸¹ *Ibidem*; *CTh* 9.40.17; João Crisóstomo *Homilia in Eutropium*; *PLRE* II, p. 440-444.

¹²⁸² *PLRE* I, p. 128-129.

¹²⁸³ No oriente, apenas as dioceses abarcadas pela prefeitura da Ilíria não compunham a prefeitura pretoriana do Oriente. Talvez porque a região, na maior parte do tempo, estivesse subordinada ao ocidente, embora eventualmente ao oriente. Em que pese tenha passado por várias reorganizações, sabemos que a prefeitura da Ilíria, pelo menos até 379, foi composta pelas dioceses da Macedônia, Dácia e Panônia.

¹²⁸⁴ Filostórgio *HE* 11.6; *PLRE* II, p. 593-594.

¹²⁸⁵ Zósimo 5.18-19.

¹²⁸⁶ Filostórgio *HE* 11.8.

¹²⁸⁷ Sozomeno *HE* 8.4; João de Antioquia Fr. 190; Conde Marcelino *Chronicon* 399.

¹²⁸⁸ Sozomeno *HE* 8.4.

¹²⁸⁹ Teodoreto 5.32.

¹²⁹⁰ Teodoreto *HE* 5.32

¹²⁹¹ O Quersoneso Trácio está situado na Península de Galípoli, região localizada entre o Egeu e o Mármara. Não se confunde com a Crimeia, também uma península chamada pelo nome de Quersoneso.

¹²⁹² Estrutura pontiaguda fixada na proa de uma embarcação para provocar danos ao casco de navios inimigos em colisão frontal. Na prática, funcionava como uma espécie de aríete naval.

¹²⁹³ Zósimo 5.19-21; Filostórgio *HE* 11.8; Sozomeno *HE* 8.4.

¹²⁹⁴ Sozomeno *HE* 8.4.

¹²⁹⁵ *Ibidem*; Eunápio Fr. 82.

¹²⁹⁶ *Fasti Vindobonenses Priores* 401; Rufino *HE* Prefácio; Claudiano *De Bello Gothico* 560-590; Jordanes *Get.* 29.147.

¹²⁹⁷ HUGHES, Ian. *Stilicho: The vandal who saved Rome*. Barnsley: Pen & Sword Military, 2010. p. 152-153; KULIKOWSKI, Michael. *Ibidem*, p. 198.

¹²⁹⁸ Claudiano *De Bello Gothico* 233-266; CAMERON, Alan. *Ibidem*, p. 183-184.

¹²⁹⁹ Jerônimo *Apologia Adversus Rufinum* 3.21.

¹³⁰⁰ Claudiano *De Bello Gothico* 563-600; *PLRE* II, p. 45.

¹³⁰¹ Claudiano *De Bello Gothico* 601-640; Claudiano *De IV Consulatu Honorii Augusti* 439-445.

¹³⁰² WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 151.

¹³⁰³ Talvez o mesmo comandante que liderou tropas federadas durante a Batalha do Frígido ao lado de Gainas e Bacúrio e que é mencionado por João de Antioquia como um chefe alano (João de Antioquia Fr. 187; *PLRE* I, p. 809; *PLRE* II, p. 981).

¹³⁰⁴ *Addimenta ad Chronicon Prosperi Hauniensis* 402; Prudêncio *Contra Symmachum* 2.692-702; Osório *Hist. Ad. Pag.* 7.37.2-3; Claudiano *De Bello Gothico* 83-96; Jordanes *Get.* 30.154; KULIKOWSKI, Michael. *Ibidem*. Wolfram argumenta que Saulo pode ter sido morto em um contra-ataque alano, obrigando Estilício a intervir para manter a coesão das tropas, e que o resultado da batalha foi um empate (WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 152).

¹³⁰⁵ MCCORMICK, Michael. *Ibidem*, p. 124.

¹³⁰⁶ Claudiano *De IV Consulatu Honorii Augusti* 110-130; Claudiano *De V Consulatu Honorii Augusti* 215-240; Claudiano *De VI Consulatu Honorii Augusti* 170-180 e 230-250; *PLRE* II, p. 46; Sozomeno *HE* 8.25.

¹³⁰⁷ Sozomeno *HE* 8.25.

¹³⁰⁸ WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 153.

¹³⁰⁹ HEATHER, Peter. *Ibidem*, p. 194; Zósimo 5.48-49.

¹³¹⁰ O nome *Radagaisus* é muito semelhante a *Rathagosos*, nome sárмата identificado em uma inscrição em Ólbia, Itália, sugerindo alguma conexão (KIM, Hyun. *Ibidem*, p. 211).

¹³¹¹ Agostinho de Hipona *De Civitate Dei* 5.23; Agostinho de Hipona *Sermo* 105.13.

¹³¹² *Chronica Gallica ad annum CCCCLII* 405-406; WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 443.

¹³¹³ DEMOUGEOT, Émilienne. De l'unité à la division de l'Empire romain (395-410). In: MAISONNEUVE, Adrien. *Essai sur le gouvernement imperial*. Paris: Librairie d'Amerique et d'Orient, 1951. p. 354.

¹³¹⁴ HEATHER, Peter. The Goths. *Ibidem*, p. 53.

¹³¹⁵ Zósimo 5.26.3.

¹³¹⁶ Osório *Hist. Ad. Pag.* 7.37.5.

¹³¹⁷ “Quando uma incursão de bárbaros era esperada por várias partes da Ilíria, um grande número de seus habitantes procurou novos lares em outros lugares, mas peticionantes gananciosos têm tentado violar o status de homens livres dessas pessoas e ilicitamente submetê-las ao jugo da escravidão. Assim, Sua Sublimidade (Teodoro) deve reconhecer que Nós (Honório e Arcádio) prescrevemos que nenhuma pessoa poderá peticionar por qualquer ilírio que viva em sua terra natal ou que tenha migrado para outro lugar” (*CTh* 10.10.25).

¹³¹⁸ A expansão huna alcançou as planícies húngaras em 420, mas os romanos já percebiam uma agitação na região há pelo menos 10 anos. Um decreto imperial de 410 impunha medidas mais rigorosas para o controle de “*todos os pontos de acesso às províncias*” (*omnes abscessus provinciarum*) diante da ameaça de infiltração de elementos externos “*por violência ou furtividade*” (*vel vi vel clam*) (*CTh* 7.16.2.). A corte monitorava os movimentos na margem norte com preocupação. Compreendida a gravidade da concentração de tantos bárbaros em suas fronteiras, tanto que em 412 conduziu um massivo programa de reestruturação da frota responsável pela defesa do Danúbio. A província da Mésia recebeu 29 barcos de patrulha, sendo 19 novos e 10 restaurados. Para a Cítia Menor, um total de 125, 110 novos e 15 restaurados. Mas não só, as duas províncias ficaram encarregadas de construir outros 14 e 17 navios por ano, respectivamente. Sob responsabilidade dos duques locais, a execução desse gigantesco projeto de engenharia recebeu um prazo máximo de sete anos para ser concluído (*CTh* 7.17.1).

¹³¹⁹ AM 31.4.13.

¹³²⁰ Cassiodoro *Chronica* 400; Conde Marcelino *Chronicon* 406.

¹³²¹ Conde Marcelino *Chronicon* 406; Zósimo 5.26.3; Osório *Hist. Ad. Pag.* 7.37.4; Agostinho de Hipona *Sermo* 105.13; Jordanes *Romana* 321.

¹³²² Zósimo 5.35.5; HEATHER, Peter. *The fall of the Roman Empire: a new history of Rome and the Barbarians*. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 197-198.

¹³²³ Olimpiodoro Fr. 9.

¹³²⁴ Osório *Hist. Ad. Pag.* 7.37.5-6; Agostinho de Hipona *De Civitate Dei* 5.23.

¹³²⁵ *Ibidem*; *Chronica Gallica ad anuum CCCCLII* 405-406; Paulino de Milão *Vita Ambrosii* 50; Zósimo 5.26; Olimpodoro Fr. 9; HEATHER, Peter. *Ibidem*, p. 189.

¹³²⁶ GIBBON, Edward. *Ibidem*, v. 3, p. 227-228; DRINKWATER, John. The Usurpers Constantine III (407-411) and Jovinus (411-413). In: *Britannia*, v. 29. London: Cambridge University Press, 1998. p. 273.

¹³²⁷ A região conhecida pelos romanos como campos decúmanos (*agri decumates*) compreendia a área de intersecção entre os rios Reno e Danúbio, abrangendo parte das províncias da Germânia Superior e Récia. Foi perdida e reocupada mais de uma vez, mas abandonada definitivamente após a morte de Probo. A área foi então ocupada por tribos alamanas.

¹³²⁸ Há quem defenda que Arelate só se transformou em capital da prefeitura pretoriana da Gália em 407 como resultado da queda de Tréveris (FISCHER, Svante; LEJDEGARD, Hans; VITOR, Helena. The Fall and Decline of the Roman Urban Mind. In: SINCLAIR, Paul. *The Urban Mind - Cultural and Environmental Dynamics*. Upsala: Edita Västra Aros AB, 2010. p. 277-295).

¹³²⁹ GOFFART, Walter. *Ibidem*, p. 126; GIBBON, Edward. *Ibidem*, v. 3, p. 229.

¹³³⁰ Jerônimo menciona quadros, sármatas, gépidas, saxões, burgúndios e alamanos entre os atacantes, mas historiadores modernos têm compreendido essas referências como anacrônicas.

¹³³¹ A diocese de Vienne, também conhecida como Sete Províncias (*Septem Provinciae*), abrangia as províncias da Aquitânia Prima, Aquitânia Secunda, Novempopulânia, Vienense, Alpes Marítimos, Narbonense Prima e Narbonense Secunda. Sua área se estendia do Atlântico ao Mediterrâneo pelo norte dos Pireneus.

¹³³² Jerônimo *Epistula* 123.16.

¹³³³ Lembremos que as maiores autoridades militares da Britânia romana eram o conde para a Britânia (*comes Britanniarum*), o conde para a costa saxônica (*comes litoris saxonici*) e o duque da Britânia (*dux Britanniarum*). Olimpodoro situa a ascensão de Marcos ainda em 496 (Olimpodoro Fr. 12).

¹³³⁴ Zósimo 6.2.1-2; Osório *Hist. Ad. Pag.* 7.40; *PLRE* II, p. 316-317.

¹³³⁵ Algumas moedas cunhadas por Constantino III contêm a inscrição "VICTORIA AA AVGGGG" (*RIC* 10, Constantino III, p. 347). Embora os numismatas diverjam quanto à repetição da letra A, acredita-se que a repetição da letra G seja uma referência aos quatro imperadores da época: Constantino III, Honório, Arcádio e Teodósio II.

¹³³⁶ Osório *Hist. Ad. Pag.* 7.40.3-4.

¹³³⁷ Zósimo 6.2.1-3; HUGHES, Ian. *Ibidem*, p. 356-359.

¹³³⁸ *Ibidem*.

¹³³⁹ Gregório de Tours *Historia Francorum* 2.8; *PLRE* II, p. 46.

¹³⁴⁰ *PLRE* II, p. 21-29.

¹³⁴¹ Uma das razões para o novo estranhamento foi a morte do patriarca de Constantinopla João Crisóstomo em 407. Por motivos que nos são desconhecidos, João foi submetido ao exílio por Arcádio. Honório e o papa Inocêncio I tentaram intervir em favor do sacerdote, sem sucesso. A morte de João resolvia a questão, mas atestava o fracasso diplomático de Ravena.

¹³⁴² No período tardo-imperial existiam dois grandes departamentos responsáveis pelas finanças do império. O primeiro era chefiado pelo conde das sagradas liberalidades (*comes sacrarum largitionum*), oficial encarregado das minas, cunhagem de moedas e algumas taxas específicas (tributação de senadores, tarifas alfandegárias etc.). O segundo estava a cargo do conde da fortuna privada (*comes rerum privatarum*), autoridade que administrava as propriedades do imperador (rendas, vendas, concessões e provisões).

¹³⁴³ Eunápio Fr. 85; *PLRE* I, p. 372-373; *PLRE* II, p. 556 e 593.

¹³⁴⁴ HUGHES, Ian. *Ibidem*, p. 325-326.

¹³⁴⁵ HUGHES, Ian. *Ibidem*, p. 321.

¹³⁴⁶ Sozomeno *HE* 8.25 e 9.4.

¹³⁴⁷ Zósimo 5.27.2-3.

¹³⁴⁸ *Collectio Avellana Ep.* 38; HUGHES, Ian. *Ibidem*, p. 305.

¹³⁴⁹ Zósimo 5.28.1-3; Olimpodoro Fr. 5.

¹³⁵⁰ Zósimo 5.29.1-9.

¹³⁵¹ Zósimo 5.30.

¹³⁵² “*Non est ista pax, sed pactio servitutis!*”.

¹³⁵³ Zósimo 5.29.1-9; Olimpíodoro Fr. 5.

¹³⁵⁴ Conde Marcelino *Chronicon* 402, 404 e 408; Sócrates *HE* 6.3.

¹³⁵⁵ Zósimo 5.31.

¹³⁵⁶ *Ibidem*; *PLRE* p. 46.

¹³⁵⁷ O nome *bucellarii* é uma referência a *bucellatum*, uma espécie de biscoito feito com farinha, sal e manteiga que compunha a ração dos militares romanos. Literalmente, os bucelários eram os “comedores de bucelato”. A criação de uma unidade própria para servir de escolta pessoal a Estilício, prática que se reproduzirá com outros generais, é uma evidência do nível de insegurança vivido pelos altos oficiais do império no período tardio. Um estranho renascimento da tradição republicana dos *lictors*. Sobre eles, Olimpíodoro comenta: “*nos tempos de Honório, o nome 'bucellarius' era dado não apenas aos soldados romanos, mas também a certos godos*” (Olimpíodoro Fr. 7). No futuro, os bucelários transformar-se-ão em regimentos de elite dos bizantinos.

¹³⁵⁸ Zósimo 5.32; *Consularia Italica* 408; *PLRE* II, p. 283, 686-687, 684, 974 e 1.168.

¹³⁵⁹ Zósimo 5.33-34.

¹³⁶⁰ A reputação de Estilício e sua família caiu na desgraça entre cristãos e pagãos. Entre os cristãos, Osório acusa Estilício de ser pagão e afirma que Euquério planejava um golpe para restaurar o paganismo (Osório *Hist. Ad. Pag.* 7.38.6). Por sua vez, Zósimo, pagão convicto, acusa Estilício de retirar o ouro que cobria a grande porta do templo de Júpiter. Os funcionários encarregados da tarefa teriam achado uma inscrição na porta que continha os dizeres “*Esses são reservados para um príncipe tirano*” (Zósimo 5.38.5). Para Rutilio Namaciano, “*Não apenas pelas armas godas o traidor fez seu ataque, ele queimou os livros que trouxeram a ajuda da Sibila* (profetiza que interpretava oráculos)” (Rutilio Namanciano *De Redito Sui* 2.50-53).

¹³⁶¹ As atividades do Sacro Consistório eram organizadas por um secretariado, e seus membros eram chamados notários (*notarii*). Os notários possuíam a mesma hierarquia dos tribunos e se reuniam em uma escola (*schola*) comandada pelo primicério dos notários (*primicerius notariorum*). Assim, o primicério funcionava como o chefe da repartição dos notários (*CTh* 6.2.26 e 6.10.2-3).

¹³⁶² Zósimo 5.35-36.

¹³⁶³ Zósimo 5.36.3.

¹³⁶⁴ *Ibidem*; Zósimo 5.34.2; HUGHES, Ian. *Ibidem*, p. 380-381.

¹³⁶⁵ Zósimo 5.36.1. Na mentalidade romana, a entrega de reféns não era algo necessariamente vergonhoso, muitas vezes os reféns se passavam por convidados de honra, não por prisioneiros. Durante o período das tetrarquias, por exemplo, Constâncio Cloro entregou Constantino, seu filho e futuro imperador, para viver na corte de Galério. Era um gesto de amizade e confiança, mas também, na essência, a concessão de uma garantia, de *securitas*.

¹³⁶⁶ Zósimo 5.36.2-3.

¹³⁶⁷ O tribuno da gente (*tribunus gentis*) e o prepósito do limite (*praepositus limitis*) eram comandantes de unidades de fronteira e estavam subordinados aos duques locais. Na teoria, o tribuno da gente comandava federados e o prepósito do limite, romanos.

¹³⁶⁸ Neste ponto, Zósimo diz que Piceno estava “*situada na extremidade do Mar Jônico*” (Zósimo 5.37.3), mas a região compreendia um conjunto de cidades romanas da costa do Adriático que hoje correspondem por alto à região italiana de Marche. Dessa maneira, Zósimo posiciona Piceno mais ao sul que sua real localização.

¹³⁶⁹ Zósimo 5.37.2-4.

¹³⁷⁰ BURNS, Thomas. *Ibidem*.

¹³⁷¹ *CTh* 11.28.4 e 16.5.42.

¹³⁷² Zósimo e Filostórgio comentam a morte de Euquério, mas não são muito claros sobre como teria ocorrido. Em uma possível interpretação atribuída aos comentários, Euquério conseguiu escapar da igreja onde estava refugiado para se conectar a Alarico, mas foi capturado no caminho por tropas imperiais sob comando dos eunucos Terêncio e Arsácio (Zósimo 5.37.4; Filostórgio *HE* 12.3).

¹³⁷³ Filostórgio *HE* 12.3; Zósimo 5.38.1-2. Se por um lado Zósimo absolve Serena da acusação de traição, por outro defende que sua morte foi um justo castigo por sua insensibilidade religiosa. Serena é acusada de ter entrado no templo de Cibele, considerada a *Magna Mater*, mãe de todos os deuses, e colocado o colar da deusa no próprio pescoço. O episódio teria ocorrido quando Teodósio I entrou em Roma depois de derrotar Eugênio e Arbogasto. Zósimo diz ainda que Serena foi severamente censurada pela última remanescente das virgens vestais e que respondeu à sacerdotisa com “*linguajar muito violento*” (Zósimo 5.38.3).

¹³⁷⁴ Sozomeno *HE* 9.6.

¹³⁷⁵ Zósimo 5.40.2.

¹³⁷⁶ Zósimo 5.39.3-40.1. É possível que Olimpíodoro tenha mencionado a efetiva ocorrência de canibalismo, mas Zósimo se limitou a afirmar que os romanos quase chegaram a esse ponto para atenuar uma possível conexão entre canibalismo e paganismo.

¹³⁷⁷ Zósimo 5.40.2-4.

¹³⁷⁸ Sozomeno *HE* 9.6.

¹³⁷⁹ Nos primeiros séculos da cristandade, a palavra “papa”, construída a partir do grego *πάπας* (pai), era utilizada para designar os bispos em geral. Foi durante o pontificado do papa Leão I (440-461) que a terminologia passou a ser adotada exclusivamente pelo bispo de Roma.

¹³⁸⁰ *Ibidem*; Zósimo 5.41.1-3.

¹³⁸¹ Zósimo 5.41-42; *PLRE* II, p. 822-824.

¹³⁸² *Ibidem*; BURNS, Thomas. *Ibidem*, p. 235 e 366.

¹³⁸³ Zósimo 5.43.1-2; Olimpíodoro *Fr.* 12; *PLRE* II, p. 316-317. Bagnall indica Honório e Teodósio II como cônsules para o ano de 409, mas cita Honório e Constantino III como “cônsules na Gália”. Porém as próprias fontes apresentadas pelo historiador, que incluem um conjunto de calendários/anais (*fasti*), leis e inscrições, mencionam apenas a Honório e Teodósio II. Nenhuma referência expressa é feita a Constantino III (BAGNALL, Roger *et al.* *Consuls of the later Roman Empire*. Atlanta: Scholars Press, 1987. p. 351-352; *Cons. Const.* 409; *Chron. Pasch.* 409; *CTh* 16.2.31; *ICUR* 7.17545; *ILCV* 2974A).

¹³⁸⁴ *PLRE* II, p. 244-246. O prefeito das provisões (*praefectus annonae*) era o oficial responsável pelo suprimento de grãos na cidade de Roma. Logo, sua principal atribuição era supervisionar o transporte de grãos da África para Roma.

¹³⁸⁵ *PLRE* II, p. 180-181. Símaco *Ep.* 7.58.

¹³⁸⁶ Zósimo 5.44.1-2.

¹³⁸⁷ Zósimo 5.45.1.

¹³⁸⁸ GOLDSWORTHY, Adrian. *The Fall of the West*. London: Weidenfeld & Nicolson, 2009. p. 354.

¹³⁸⁹ Em regra, vicário é a terminologia empregada para designar o governador de uma diocese após as reformas de Diocleciano. Era a maior autoridade civil da diocese, estando acima dos governadores das províncias (fora aqueles elevados ao status de procônsules, que respondiam diretamente ao imperador), mas abaixo do prefeito pretoriano. Possuía competências judiciais e fiscais. O vicário da cidade de Roma (*vicarius urbis Romae*) tinha um posto diferente, funcionava como representante do prefeito pretoriano da Itália (ou prefeito urbano de Roma), uma espécie de supervisor.

¹³⁹⁰ Zósimo 5.45.1-4; *PLRE* II, p. 1.137. Chegando em Roma, Átalo demitiu Heliócrates, que havia sido nomeado por Honório conde da fortuna privada a pedido de Olímpio. Heliócrates recebeu a tarefa de confiscar as propriedades dos apoiadores de Estilício, mas, como era um homem moderado, razoável, fez o que estava ao seu alcance para poupá-los. No lugar de inquiri-los pessoalmente, enviava notificações para que respondessem por escrito, dando-lhes tempo para prepararem suas defesas. Por isso foi demitido por Átalo e enviado a Ravena para responder por leniência. Aparentemente conseguiu escapar se refugiando em uma igreja (*PLRE* II, p. 530).

¹³⁹¹ Zósimo 5.45.5-6.

¹³⁹² Zósimo 5.46. Generido era provavelmente um conde na Itália (*comes Italiae*) até 408 enquanto Turpilo e Varanes ocupavam os postos de mestres de cavalaria e infantaria, respectivamente. Em 409 se tornou conde para a Ilíria (*comes Illyrici*). Uma lei de 408 estabeleceu que “todas as pessoas que são hostis à fé católica ficam proibidas do serviço imperial no palácio, de modo que nenhuma pessoa que discorda da nossa fé seja de alguma maneira associada a nós” (*CTh* 16.5.42). Em razão dessa legislação, Gerônimo, um pagão que resistia à conversão, recusou-se a cumprir seus deveres como general, forçando Honório a revogá-la (Zósimo 5.43.3-4).

¹³⁹³ Como Generido, Alóbio era outro oficial de origem germânica que aparentemente não pertencia ao grupo de apoiadores de Estilício (*PLRE* II, p. 61).

¹³⁹⁴ Zósimo 5.47-48.1.

¹³⁹⁵ Zósimo 5.48-49; Sozomeno *HE* 9.7; BURNS, Thomas. *Ibidem*, p. 238-239. Embora os autores antigos digam que a oferta do posto de mestre dos dois exércitos tenha partido de Jóvio, Wolfram especula que o próprio Alarico tenha reivindicado a posição. Assim estaria acima de Generido, que detinha o comando unificado da Panônia Superior, Nórica e Récia — e agora também da Dalmácia (WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 157).

¹³⁹⁶ *Ibidem*; RIDLEY, Ronald. *Zosimus - New History*. Sydney: Australian Association for Byzantine Studies, 2006. p. 224.

¹³⁹⁷ Zósimo 5.49.1-2.

¹³⁹⁸ Gregório de Tours *Historia Francorum* 2.8. Um panegírico de Flávio Merobauda também tem sido apontado como possível evidência do período que Aécio viveu entre os hunos, mas Merobauda não é tão claro como Gregório e seu comentário é objeto de diferentes interpretações (Merobauda *Panegyricus* II.1-4).

¹³⁹⁹ Zósimo 5.50.1; “Ao final do ano, como as relações do Império Ocidental com Alarico e o resto dos bárbaros pioravam a cada dia, tornou-se evidente que o império teria que obter ajuda militar de algum grupo não germânico. [...] Sem dúvidas, só o império estava em condições de reunir uma força tão grande, porque nem os próprios hunos podiam alimentar um grupo desse tamanho nesse momento” (BOCK, Susan. *Los Hunos - Tradición e Historia*. Murcia: Universidade de Murcia, 1991. p. 169).

¹⁴⁰⁰ Zósimo 5.50.1-2.

¹⁴⁰¹ *Ibidem*.

¹⁴⁰² Zósimo 5.51.1-2; Sozomeno *HE* 9.7.

¹⁴⁰³ Zósimo 6.1.1-2. Sobre a morte de Dídimo e Vereniano, em outro comentário Zósimo afirma que os dois primos de Honório foram assassinados na presença de Constantino III (Zósimo 6.5.2).

¹⁴⁰⁴ Zósimo 6.7.1-2; Filostórgio *HE* 12.3; Sozomeno *HE* 9.8-9. Há quem sustente que o Lampádio nomeado prefeito pretoriano não se confunde com aquele que incitou o Senado contra a proposta de Estilício (*PLRE* II, p. 656). Entre os protetores domésticos havia dois condes, um para o comando das unidades de cavalaria (*comes domesticorum equitum*), outro para as de infantaria (*comes domesticorum peditum*).

¹⁴⁰⁵ *Ibidem*.

¹⁴⁰⁶ Zósimo 6.12.3.

¹⁴⁰⁷ Zósimo 6.7.5-6; Sozomeno *HE* 9.8; *PLRE* I, p. 459; *PLRE* II, p. 340, 381 e 539-540.

¹⁴⁰⁸ Juliano era o primicério dos notários; Potâmio, o questor do palácio sagrado; Valente havia sido o conde dos domésticos para as unidades de infantaria, mas em 409 foi promovido a mestre dos dois exércitos (*PLRE* II, p. 638, 902, 1.136).

¹⁴⁰⁹ Olimpíodoro Fr. 13; Zósimo 6.7-8; Sozomeno *HE* 9.8; Filostórgio *HE* 12.3.

¹⁴¹⁰ Um imperador não poderia ter um membro mutilado. Assim, sobretudo na cultura bizantina, a prática de decepar um ou mais membros era realizada para impedir que alguém se tornasse um candidato ao trono. Justiniano II teve o nariz amputado em 695 e Constantino VI teve os olhos retirados pela própria mãe, a imperatriz Irene de Atenas, em 797.

¹⁴¹¹ *Ibidem*; BURNS, Thomas. *Ibidem*, p. 242-243.

¹⁴¹² Zósimo 6.9.

¹⁴¹³ *Ibidem*.

¹⁴¹⁴ Sozomeno *HE* 9.12; Olimpíodoro Fr. 14.

¹⁴¹⁵ Zósimo 6.10.1-2.

¹⁴¹⁶ Zósimo 6.11.1-2.

¹⁴¹⁷ Zósimo 6.12-13; Filostórgio *HE* 12.3; Sozomeno 9.9.

¹⁴¹⁸ *Ibidem*.

¹⁴¹⁹ Diferentemente, Osório diz que os godos efetivamente sitiaram a cidade antes de tomá-la de assalto: “[...] sitiaram, espalharam confusão e invadiram a cidade”. Na versão de Osório, Placídia só foi capturada durante o terceiro cerco de Roma, não antes (Osório *Hist. Ad. Pag.* 7.39).

¹⁴²⁰ Sócrates *HE* 7.10.

¹⁴²¹ Teófanos *Anni Mundi* 5903 (24 de agosto); Próspero de Tiro *Ep. Chron.* 410 (25 de agosto); *Excerpta Sangallensia* 410 (14 de agosto); Conde Marcelino *Chronicon* 410 (31 de agosto).

¹⁴²² Rutílio Namanciano *De Redito Suo* 2.49-50; COURCELLE, Pierre. *Histoire Littéraire des Grandes Invasions Germaniques*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1964. p. 50-51.

¹⁴²³ Sozomeno *HE* 9.9.

¹⁴²⁴ Agostinho de Hipona *De Civitate Dei* 1.1.

¹⁴²⁵ Osório *Hist. Ad. Pag.* 7.39.3-9

¹⁴²⁶ WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 158-159.

¹⁴²⁷ Procópio *De Bello Gothico* 6.12.42. Em outro comentário, Procópio contradiz-se ao dizer que foram os vândalos que se apoderaram do tesouro de Salomão em 455, não os godos (Procópio *De Bello Vandalico* 4.9.5). O tesouro era uma das principais riquezas presentes em Roma e dificilmente não teria sido tomado pelos godos antes dos vândalos. Por outro lado, outros advogam a tese de que pode ter sido poupado pelos godos justamente pela posição tomada por Alarico de respeitar os locais considerados sagrados.

¹⁴²⁸ *Ibidem*; Jordanes *Get.* 30.154-156.

¹⁴²⁹ “Veja os tempos em comparação com os quais nossa época atual é julgada! Eis os tempos pelos quais a memória suspira! Veja os tempos que exigem penitência por parte da religião que foi escolhida, ou melhor, por parte da religião que foi negligenciada! Na verdade, esses cativos são semelhantes e comparáveis entre si. O primeiro durou seis meses; o outro seguiu seu curso por apenas três dias. Os gauleses, depois de exterminarem a população e destruírem a cidade, continuaram a perseguir o nome de Roma mesmo quando a cidade estava em cinzas. Os godos, renunciando à intenção de saquear (os objetos sagrados, presume-se), levaram as multidões desnorteadas a um refúgio seguro, isto é, aos recintos sagrados. Durante a invasão gaulesa, dificilmente se encontrava um senador que tivesse escapado da morte; nesta invasão gótica raramente se encontrava um senador que não tivesse fugido e escapado da morte. Pude fazer a comparação correta e sólida de que o número de baixas em um caso foi o mesmo que o número de sobreviventes no outro. Deve-se admitir livremente, como o fato é claro, que na calamidade presente Deus ficou mais zangado do que os homens, porque ao realizar o que eles não poderiam ter realizado, Ele provou por que enviou os godos. Certamente estava além da força humana incendiar vigas de bronze e destruir grandes e maciças estruturas. O fórum com suas imagens vãs, que por uma superstição miserável deram a Deus uma forma humana, foi atingido por relâmpagos” (Osório *Hist. Ad. Pag.* 2.19.12-15).

¹⁴³⁰ “[...] um rumor terrível veio do Ocidente. Roma foi sitiada e seus cidadãos foram forçados a comprar suas vidas com ouro. Então, assim despojados, eles foram novamente sitiados para perder não apenas sua substância, mas suas vidas. Minha voz gruda na garganta; e, ao ditar, soluços sufocam minha fala. A própria Cidade que havia conquistado o mundo inteiro foi tomada; mais fome que junto com a espada fizeram que poucos fossem poupados como cativos. Em frenesi, o povo faminto recorreu a comidas horríveis; e rasgaram um ao outro, membro por membro, para que pudessem ter carne para comer. Nem mesmo a mãe poupou o bebê no peito. De noite Moab foi tomada, de noite caiu seu muro” (Jerônimo *Ep.* 127.12).

¹⁴³¹ Agostinho de Hipona *De Civitate Dei* 1.10.

¹⁴³² WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*.

¹⁴³³ Jordanes *Get.* 30.154-156; Filostórgio *HE* 12.3; BURNS, Thomas. *Ibidem*, p. 244-245.

¹⁴³⁴ Osório *Hist. Ad. Pag.* 7.43.12.

¹⁴³⁵ Olimpíodoro *Fr.* 15.

¹⁴³⁶ Os cazares foram um povo túrquico seminomádico que dominou grandes regiões do Cáucaso entre os séculos VII e X.

¹⁴³⁷ Hidásio de Lêmica *Chronicon* 15; Jordanes *Get.* 30.157-158; KULIKOWSKI, Michael. *Ibidem*, p. 209-210.

FUNDAÇÃO DO REINO VISIGODO

9.1 Ataulfo e a migração goda para a Gália e Hispânia

Como a Batalha de Adrianópolis, o saque de Roma causou um profundo impacto psicológico na mentalidade romana e no moral do que restava ao exército de campo da Itália. O episódio foi percebido na literatura romana, talvez mais que a derrota em Adrianópolis, como outro marco da fase de declínio vivida pelo império. Como sempre, cristãos e pagãos voltaram a atribuir a culpa pela tragédia uns aos outros. Porém a morte de Alarico apenas dois meses depois também impactou o espírito de resistência dos godos, que seguiam enfrentando as mesmas dificuldades, mas agora desprovidos do grande líder. Realizando um balanço sobre sua trajetória entre alianças e guerras com os teodósios, sobretudo sua controversa relação com Estilício, podemos concluir que Alarico foi parcialmente bem-sucedido. Por um lado, no final das contas não deixou como legado aos godos um território estável e abastecido pelo império com subsídios e provisões; por outro, foi o grande responsável por assegurar que permanecessem unidos e sobrevivessem dentro de um país inimigo, ainda que como povo em deslocamento. Fora o bando de Alarico, os outros grupos godos espalhados pelas províncias — como os grutungos de Alateu e Safrax e os remanescentes dos Bálcãs e da Anatólia — foram gradualmente absorvidos e desapareceram como coletivos independentes. Por isso, apesar de não ter sobrevivido para presenciar a fundação do Reino Visigodo, é considerado um dos principais responsáveis pela criação do primeiro reino gótico. E o fato de ter escapado de uma morte violenta é um dos pontos que o diferencia dos demais chefes godos de sua época. Eriulfo, Fravita, Gainas e Radagaiso, todos morreram pela espada.

Não tendo deixado herdeiros, Alarico foi sucedido pelo cunhado, Ataulfo, descrito como um sujeito “*de baixa estatura, porém distinto em beleza*”¹⁴³⁸. Se considerarmos a tradição tervíngia, é possível que alguma espécie de eleição tenha ocorrido, ainda que restrita a um punhado de nobres, mas as fontes nada dizem sobre o processo de escolha. Em qualquer caso, o vínculo de parentesco

com Alarico e o prestígio de que gozava como comandante foram determinantes. Conquanto a queda de Átalo tenha significado sua destituição do posto de conde dos protetores domésticos, a indicação havia servido como um reconhecimento formal de sua autoridade, legitimando-o como uma espécie de número dois na cadeia de comando da sociedade goda. Recebia a liderança de uma larga multidão ambulante. Como temos destacado, seus “godos” — sim, entre aspas — eram na realidade uma horda heterogênea que, muito além dos godos étnicos propriamente ditos, reunia um conjunto de diferentes elementos: remanescentes de outras tribos germânicas, escravos de variadas nacionalidades e provinciais que viam na guerra a oportunidade de fazer riqueza. Ataulfo possuía dois grandes trunfos para serem usados contra Honório. Átalo era um deles, mas Placídia, a irmã do imperador, era sem sombra de dúvidas o mais importante. Os dois foram mantidos na condição de reféns. Inicialmente, Honório seguiu irredutível. Cada vez mais distantes de posições oficiais no império, os chefes godos foram aos poucos se assumindo apenas como líderes do seu próprio povo, como verdadeiros reis godos¹⁴³⁹.

Depois do fatídico naufrágio, Ataulfo decidiu permanecer na Itália. Sem outros barcos para atravessar o mar, os godos continuaram na península pelo menos até 411 encontrando soluções temporárias para a falta de suprimentos. “*Melhor confiar nas incertezas que nas velas do mar*”, diz um dos versos de Namanciano sobre o fato de abandonarem o plano de conquista da Sicília e África¹⁴⁴⁰. Nesse período, Honório finalmente conseguiu eliminar um dos seus inimigos, Constantino III. Desde sua elevação, o usurpador também enfrentava crises simultâneas que acabaram minando sua base de poder. Primeiro, os vândalos romperam mais uma vez a linha de defesa do Reno e passaram a percorrer o interior da Gália pilhando o que encontravam pelo caminho — um cenário muito semelhante ao vivido nos Bálcãs por Valente e Teodósio I com os godos nos anos 370 e 380. Ao mesmo tempo, privadas dos regimentos levados por Constantino III, as províncias da Britânia conduziam uma resistência improvisada contra os raids cada vez mais frequentes de tribos anglo-saxônicas, que incursionavam pela costa saxônica (*litus saxonicum*), a banda oriental da ilha. Ocupada enfrentando os vândalos no continente, Arelate não conseguiu oferecer socorro. Isso foi o estopim para que os provinciais se revoltassem e expulsassem definitivamente a administração imperial da Britânia; era o término de três séculos de ocupação romana. Uma

carta de Honório datada de 410, por meio da qual o imperador respondia negativamente a um pedido de ajuda militar formulado por funcionários da ilha com o argumento de que Ravena não possuía condições de deslocar tropas para o norte no momento, recomendando-lhes que cuidassem sozinhos da própria segurança, é tradicionalmente apontada como o marco temporal do fim da autoridade romana sobre a ilha. Contudo, apesar de o autor se referir expressamente aos britânicos, a carta é mencionada em meio a comentários sobre a guerra travada com Alarico, e por isso historiadores modernos têm levantado a hipótese de que a correspondência tenha sido direcionada não aos britânicos, mas aos moradores do sul da Itália, região então ocupada pelos godos, não obstante a literalidade do texto¹⁴⁴¹. Como se não fossem poucos os desafios enfrentados por Constantino III, Gerônimo, um de seus principais generais, desertou para o lado de Ravena. Explorando a fragilidade do adversário, Honório encarregou Constâncio¹⁴⁴², seu novo mestre dos dois exércitos, de conduzir uma campanha de reconquista das dioceses da Gália, Vienne e Hispânia. Um certo Úlfilas também participou dessa expedição como comandante dos esquadrões de cavalaria. Seu nome sugere uma origem goda, mas as fontes nada trazem sobre sua biografia. Talvez fosse um chefe godo federado menor. Por volta de agosto ou setembro de 411, Constantino III finalmente se rendeu. Apesar da promessa de que teria a vida poupada, foi executado sumariamente tão logo caiu nas mãos de Honório¹⁴⁴³.

A maneira como os acontecimentos evoluíram no oeste influenciou os próximos passos de Ataulfo. Constantino III havia sido derrotado, mas não demorou para que um novo usurpador aparecesse no ocidente para desafiar a débil autoridade de Honório. Um certo senador de nome Jovino, apoiado por dois comandantes bárbaros — Gundahar e Goar, um burgúndio e outro alano, não se sabe se federados ou não — foi elevado imperador na cidade de Mogonciaco, província da Germânia Prima. Aliados francos e alamanos logo aderiram à revolta. Como Átalo e Alarico, a base de poder de Jovino estava nos bárbaros. Membro da aristocracia gaulesa que há tempos flertava com ideias separatistas, o usurpador autorizou os burgúndios a se instalarem na margem ocidental do Reno. Enquanto Ataulfo permanecesse na Itália, Honório e Constâncio não poderiam socorrer a região. Se enviassem o enfraquecido exército de campo para o outro lado dos Alpes, correriam o risco de sofrer um ataque dos godos pela retaguarda. Desse modo, Honório elegeu Ataulfo como

o próximo rival a ser eliminado. Percebendo que a máquina de guerra do império se preparava para avançar sobre o sul da península, Ataulfo, aconselhado por Átalo, com quem mantinha uma relação dúbia de carcereiro e aliado, partiu para a Gália no ano 412. Lá poderia unir suas forças às de Jovino para formar uma frente ampla contra Ravena. Nenhuma batalha é reportada para o período, por isso se presume que os romanos não conseguiram se preparar a tempo de impedir a viagem dos godos¹⁴⁴⁴.

Um decreto imperial datado de 8 de maio de 413 reduziu drasticamente os tributos cobrados na Campânia, Toscana, Piceno, Sâmnio, Apúlia, Calábria, Brútio e Lucânia para compensar a devastação ocorrida na economia do centro-sul da Itália durante as guerras do império contra Alarico e Ataulfo. As regiões e cidades beneficiadas pelo decreto revelam os locais mais afetados pela presença dos godos¹⁴⁴⁵. Ataulfo e Jovino negociavam os termos de uma possível aliança, com Átalo funcionando como uma espécie de intermediário. Porém os dois grupos logo se estranharam. O embate entre Ataulfo e Saro talvez esteja entre as razões do distanciamento. Saro desertou Honório quando o imperador criou obstáculos para investigar e punir os culpados pela morte de Belerido, um dos seus criados (δομέτικός). Nada sabemos sobre a morte de Belerido, apontada como o principal motivo da traição do godo, mas certamente devemos considerar que na avaliação de Saro a balança de poder começava a pender mais para Jovino do que para Honório. Seria melhor mudar para o lado vencedor enquanto era tempo. Sozomeno afirma que Saro teria inclusive participado ativamente de um complô para assassinar o imperador, mas nenhuma informação adicional é apresentada sobre a possível conspiração. Ataulfo soube dos movimentos de Saro e não permitiria que ele, membro de uma facção goda rival, acabasse se aproximando de Jovino. Assim, decidiu interceptar sua pequena coluna antes que conseguisse se conectar ao usurpador. O antigo adversário do clã dos Baltos foi finalmente capturado e executado¹⁴⁴⁶. Naturalmente, o ataque provocou algum desgaste na relação entre Ataulfo e Jovino, que aguardava a chegada de Saro. Piorando a situação, Jovino proclamou Sebastiano, seu irmão, coimperador, o que deixou Ataulfo ressentido. Não só havia sido preterido pelo pretenso aliado como nem sequer fora consultado sobre o assunto. Ora, os godos representavam um dos principais grupos na arena geopolítica do ocidente, não poderiam ser simplesmente ignorados por alguém que se dizia um aliado¹⁴⁴⁷.

Percebendo que a aliança entre Ataulfo e Jovino se deteriorava rapidamente, Dardano, o prefeito pretoriano de Honório para a Gália, persuadiu o godo a mover uma guerra contra o usurpador. Em troca, os godos receberiam o aval de Ravena para se instalar em territórios da Gália e um subsídio em grãos. Era a oportunidade aguardada por Ataulfo desde que havia ascendido ao poder. Não conhecemos detalhes sobre a campanha; sabemos apenas que os godos conduziram uma expedição militar contra Jovino no início de 413, possivelmente com algum apoio militar menor de Ravena, e que foram vitoriosos, contendo a rebelião da aristocracia gaulesa. Jovino e Sebastiano foram aprisionados e entregues a representantes de Honório que acompanhavam o exército godo. Encontrado próximo a Valença, Jovino foi executado por Dardano quando seguiam para Ravena. Essa vitória de Ataulfo coloca em evidência a força dos godos diante dos outros povos bárbaros que também lutavam por porções de terras do império. A larga coalizão de burgúndios, alanos, francos e alamanos que sustentava a revolta de Jovino não foi suficiente para fazer frente a eles¹⁴⁴⁸.

Ataulfo cumpriu sua parte do acordo, Honório, como de costume, não. O imperador recusava-se a fornecer os grãos prometidos enquanto sua irmã permanecesse prisioneira, condição que, ao que parece, não havia sido combinada originalmente. Em resposta, os godos avançaram sobre a diocese de Vienne no outono e tomaram as cidades de Narbona e Palácia Tolosa (Toulouse), ocupando uma extensa área das províncias da Aquitânia e Narbona, norte dos Pireneus. No entanto, uma ofensiva goda contra Massília (Marselha) com o objetivo de capturar seu *catapulus*, isto é, os armazéns do porto ricos em grãos e outras mercadorias, fracassou. Ataulfo feriu-se gravemente durante os combates, e o cerco teve que ser interrompido. Olimpiodoro atribui a grande façanha de atingir o chefe godo a Bonifácio¹⁴⁴⁹, futuro mestre dos dois exércitos (432), aclamado como herói pelos moradores da cidade. Paulino de Pela diz que em algum momento entre 413 e 414 Burdígala (Bordéus) se rendeu sem oferecer resistência; seus portões foram voluntariamente abertos aos godos¹⁴⁵⁰. Se a informação de Paulino estiver correta, ela indica que, embora parte da aristocracia da Aquitânia tenha permanecido leal ao imperador, com muitos aristocratas fugindo dos territórios ocupados, outros tantos talvez tenham visto em Ataulfo uma nova oportunidade de se desligarem de Ravena. Principalmente a elite de Burdígala,

que havia sofrido perdas econômicas e de poder com a transferência da capital da diocese de Vienne para Arelate em 407¹⁴⁵¹. Os godos também cercaram Bazas, hoje uma cidade francesa de mesmo nome. Aqui, Paulino não só testemunhou o episódio como participou ativamente dele. Isso, claro, é o que ele nos diz. Conta-nos que o exército godo contava com um grupo de aliados alanos cujo rei era seu amigo pessoal. Aproveitando-se da amizade que possuía com o alano, Paulino convenceu-o a desertar Ataulfo durante o sítio e reforçar a defesa da cidade. A traição do rei alano bastou para que os godos interrompessem o cerco e partissem dali. Uma das hipóteses levantadas pela historiografia é que o rei alano seja Goar, que pode ter se juntado a Ataulfo após a queda de Jovino. Porém o próprio Paulino não menciona seu nome¹⁴⁵².

Ataulfo, rei dos visigodos, pintura de Raimundo Madrazo.



Em janeiro de 414, “*atraído pela nobreza, beleza e castidade*” de Placídia, nas palavras de Jordanes, Ataulfo casou-se com ela em uma cerimônia conduzida ao estilo romano. Olimpiodoro conta que durante a solenidade Átalo proferiu um *epithalamium*, tradicional cântico romano no qual o orador concedia suas bênçãos aos noivos. Nutrissem ou não algum sentimento genuíno um pelo outro, o casamento possuía um claro objetivo político. Casar-se com a irmã do imperador, sobretudo considerando o fato de Honório seguir sem um filho

homem, era a maneira mais segura de se aproximar da linha sucessória, de incorporar legitimidade. Não demorou para que o casal tivesse um filho, batizado Teodósio em homenagem ao avô, mas a criança não sobreviveu aos primeiros dias¹⁴⁵³. Em uma interessante análise do projeto de poder de Ataulfo, Osório, que o retrata com uma imagem bastante positiva para um bárbaro, conclui que, pelo menos em um primeiro momento, o desejo do godo era realmente o de implantar um reino separado para sua própria gente, um reino gótico — restaurar a *Gothia* dos seus antepassados. No entanto, com o passar do tempo percebeu que melhor seria lutar pelo controle do império. Segundo o historiador, Placídia serviu como uma importante aliada para o marido, muitas vezes agindo contra os interesses do irmão. Vale a leitura:

Esse governante (Ataulfo), um fervoroso buscador da paz, como muitas vezes foi reivindicado e finalmente demonstrado por sua morte, preferiu lutar lealmente pelo imperador Honório e empregar as forças dos godos para a defesa do estado romano. Pois eu mesmo, enquanto estava na cidade de Belém, na Palestina, ouvi um certo homem de Narbo, que havia servido com distinção sob Teodósio e que também era uma pessoa piedosa, sensata e séria, dizer ao santíssimo sacerdote Jerônimo que ele próprio tinha sido um amigo muito íntimo de Ataulfo em Narbona, e que muitas vezes ouvia o que este último, quando de bom humor, saúde e temperamento, costumava responder em resposta a perguntas. Parece que a princípio ele desejou ardentemente apagar o nome romano e fazer de todo o território romano um reino gótico, tanto de fato como de nome, para que, para usar as expressões populares, a *Gothia* tomasse o lugar da *Romania*, e ele, Ataulfo, deveria tornar-se tudo o que César Augusto tinha sido. Tendo descoberto por longa experiência que os godos, por causa de sua barbárie desenfreada, eram totalmente incapazes de obedecer às leis, e ainda acreditando que o Estado não deveria ser privado de leis sem as quais um Estado não é propriamente um Estado, ele escolheu procurar para si pelo menos a glória de restaurar e aumentar o renome do nome romano pelo poder dos godos, desejando ser visto pela posteridade como o restaurador do Império Romano, pois não poderia ser seu transformador. Por isso ele se esforçou para evitar a guerra e promover a paz. Ele foi ajudado especialmente por sua esposa, Placídia, que era uma mulher de inteligência aguçada e de piedade excepcional; por sua persuasão e conselho, ele foi guiado em todas as medidas que conduziam a um bom governo¹⁴⁵⁴.

Se a união serviu para reduzir as tensões entre Ataulfo e Honório, seus efeitos foram passageiros. No mesmo ano, 414, Ataulfo proclamou Átalo imperador pela segunda vez, mas o novo governo do fantoche não seria mais duradouro do que o primeiro. Constâncio, que supervisionava os movimentos godos a partir de Arelate, reuniu regimentos suficientes para lançar uma ofensiva visando à reconquista dos territórios controlados por Ataulfo. Apesar de ele não ter conseguido infligir ao adversário uma derrota definitiva, o

ataque foi bem-sucedido a ponto de forçar uma retirada goda de Narbona. Entre o final de 414 e o início de 415, Ataulfo teve que recuar novamente, mas agora conduziria uma retirada geral de todos os territórios situados acima dos Pireneus. Em coluna, os godos partiram para o sul e se instalaram na Hispânia, principalmente nas províncias de Tarragona e Cartaginense, costa leste voltada para o Mediterrâneo. A essa altura, elementos suevos, alanos e vândalos remanescentes da série de invasões que se arrastavam desde 406 também haviam migrado para a península e ocupavam áreas da Galécia, Lusitânia e Bética, províncias da costa oeste e sul¹⁴⁵⁵. Nessa nova conformação territorial, Honório recuperava o controle das dioceses da Gália e Vienne, mas perdia o restante da Hispânia. Os Pireneus proporcionavam aos godos uma forte posição defensiva contra uma invasão por terra, e, por prudência, Constâncio decidiu interromper a campanha em vez de se aventurar em uma travessia. Contudo estabeleceu sobre a península um bloqueio terrestre e marítimo, cortando o acesso a mercadorias vindas de outras regiões do império. Em meio à confusão, Átalo parece ter se perdido durante a retirada da Aquitânia e acabou sendo capturado pelas tropas de Constâncio, que o entregou a Honório. É interessante como o imperador decidiu mais uma vez poupar sua vida, reservando-lhe um destino muito diferente do concedido aos usurpadores. Basta lembrarmos de Constâncio III e Jovino. Átalo não foi morto, e sim enviado em exílio para as Ilhas Eólias, norte da Sicília, com dois dedos amputados. Sua captura foi comemorada em Constantinopla em 416 e Honório o exibiu em um triunfo celebrado em algum momento entre 416 e 417¹⁴⁵⁶. O local escolhido para o triunfo não poderia ser outro: Roma.

9.2 Vália e os *foedera* de 416 e 418

Ataulfo morreu na cidade de Barcino (Barcelona) em 415. Realizava uma inspeção nos estábulos quando foi sorrateiramente atacado por um sujeito chamado Dúbio ou Eberwolf¹⁴⁵⁷, um dos criados de sua comitiva. Sobre a motivação do atentado, Jordanes comenta o episódio como um curioso caso de bullying. Segundo o autor, o assassino era alvo constante das zombarias de Ataulfo e investiu contra o godo como um ato de vingança. Olimpiodoro, fonte muito mais confiável que Jordanes, oferece uma narrativa completamente diferente. Conta-nos que o assassinato teria sido uma retaliação pela morte de outro “rei godo” (ῥῆξ)¹⁴⁵⁸, mas não esclarece o nome do chefe vingado. Nessa

versão, Ataulfo recomendou ao irmão no leito de morte que jamais deixasse de buscar a paz com os romanos¹⁴⁵⁹. Se considerarmos a maneira como sua sucessão se desenvolveu, Saro é a hipótese mais plausível para o chefe godo que o assassino pretendia vingar¹⁴⁶⁰. Afinal, Ataulfo não foi sucedido por um parente próximo. Poderia ter sido substituído por um dos filhos ou pelo irmão; a conversa no leito de morte inclusive sugere que o falecido tivesse uma predileção pelo último. No entanto, foi sucedido por Sigerico, irmão de Saro. Algumas questões surgem naturalmente dessa informação. Quando Ataulfo derrotou Saro antes que pudesse se conectar a Jovino, talvez tenha admitido entre seus seguidores os elementos remanescentes do bando rival, e entre eles estivesse Sigerico e seu futuro assassino. No período compreendido entre as mortes de Saro e Ataulfo, Sigerico pode ter construído uma base política dentro do próprio clã dos Baltos, dividindo o povo de Alarico. Seja como for, tão logo assumiu o poder o novo chefe ordenou que todos os seis filhos do primeiro casamento de Ataulfo fossem imediatamente mortos; não abria espaço para adversários. Também submeteu Gala Placídia a uma humilhante procissão pública. Montado num cavalo, liderou um sombrio cortejo para exibir vários prisioneiros, inclusive a esposa do antecessor¹⁴⁶¹.

Osório descreve Sigerico como *“alguém que queria a paz com os romanos”*, mas o insultante tratamento conferido à irmã do imperador era um claro movimento no sentido contrário. Fosse ou não simpático ao império, o expurgo que conduziu não foi suficiente para eliminar todos os seus inimigos, e Sigerico foi assassinado *“por seus próprios homens”* apenas sete dias depois de chegar ao poder. Nenhuma informação sobre a conspiração que o derrubou é fornecida pelas fontes. No verão de 415, foi substituído por Vália, cuja trajetória até aqui não nos é conhecida. Nada sabemos sobre o processo de escolha de Ataulfo e Sigerico, mas Osório é claro quanto à maneira como Vália foi elevado: seguindo o costume tervíngio, *“foi eleito pelos godos”* (*in regnum electus a gothis*)¹⁴⁶². O novo *rex gothorum* foi o grande responsável por uma reaproximação com os romanos. Tido como um devoto fervoroso, Vália estava preocupado com duas catástrofes marítimas que vinham sendo interpretadas como sinais da fúria divina, de como Deus estava descontente com os godos. A primeira dessas catástrofes foi o naufrágio dos barcos reunidos por Alarico para cruzar o estreito de Messina em 410. A segunda, mais recente, ocorreu quando um grupo de godos *“munidos com navios e armas”* foi despachado da

Hispania para a África. Ao passarem pelo estreito de Cádiz (*Fretum Gaditanum*), como os antigos chamavam Gibraltar, a flotilha foi parcialmente destruída antes de chegar ao destino por outra tempestade e Vália teve que suspender a missão¹⁴⁶³. A segunda catástrofe marítima mostra que os godos haviam retomado o plano de conquista das províncias africanas como resposta ao bloqueio imposto por Constâncio. Os dois trágicos incidentes contribuíram para que Vália negociasse com Ravena.

Em 416, Honório enviou Constâncio com um exército para retomar a Hispania dos godos. Ao ser informado de que os romanos se aproximavam, Vália reuniu seus homens e seguiu para os Pireneus, onde aproveitaria a vantagem do terreno elevado para estabelecer uma posição defensiva mais sólida. No entanto, quando os dois adversários finalmente se encontraram, Vália e Constâncio trocaram embaixadas e conseguiram chegar a um compromisso antes que uma batalha pudesse desgastar os dois exércitos. No *foedus* de 416, os godos comprometeram-se a servir como federados, a finalmente devolver Gala Placídia ao irmão e a enviar alguns membros da sua própria nobreza como reféns. Em troca, voltariam à rede oficial de abastecimento do império como se fossem unidades regulares do exército imperial¹⁴⁶⁴. Olimpíodoro chega a mencionar a quantidade de grãos que seria entregue anualmente por Ravena, 600.000 *modii*¹⁴⁶⁵, ração suficiente para alimentar cerca de 15.000 a 20.000 pessoas por ano. A literatura não é clara sobre se houve um reconhecimento jurídico expresso de Honório à administração goda sobre os territórios da Hispania. No mínimo, os romanos silenciaram-se sobre o assunto. A redação final do documento foi vista pelos escritores da época como mais favorável aos interesses romanos, mas o fato de aceitarem a presença goda na Hispania, ainda que de maneira tácita, foi uma importante conquista para os godos¹⁴⁶⁶. Ao que tudo indica, o bloqueio de Constâncio trazia sérios problemas de escassez para a península; a tentativa de cruzar o estreito de Cádiz em direção aos valiosos grãos de Cartago reforça a dimensão da crise. E o acordo punha fim aos transtornos.

Honório não demorou para requisitar os serviços dos seus novos federados. Provavelmente a primeira convocação ocorreu durante as tratativas de Vália e Constâncio. O imperador viu nos godos a chance de varrer os outros povos bárbaros que ocupavam a Hispania. Para Ravena, lançar os godos contra vândalos, suevos e alanos era uma jogada de ganha-ganha. Mesmo que os

godos fossem malsucedidos, todas as tribos sairiam enfraquecidas de uma guerra, e quem sabe isso abriria o caminho para uma campanha romana no futuro. Contudo, para a felicidade ou não de Honório, os godos foram vitoriosos. Primeiro atacaram os vândalos do ramo silingo (*silingi*) que estavam no controle de cidades da Bética, extremo sul da península. Os silingos foram praticamente exterminados e os poucos sobreviventes partiram para a Galécia, onde se juntaram aos seus parentes asdingos. Em seguida, Vália reorientou a campanha contra os alanos, que ocupavam áreas que correspondiam grosso modo à província romana da Lusitânia. Com a morte do rei alano em combate, o que restou deles fugiu pela costa oeste, sentido norte, e também se juntou aos asdingos. No lugar de dar continuidade à ofensiva contra asdingos e suevos na Galécia, noroeste, Vália estranhamente encerrou a campanha. Essa guerra bárbara peninsular já havia se estendido de 416 a 418¹⁴⁶⁷. Uma das possíveis explicações para a interrupção talvez esteja em um acordo entre godos e suevos. As fontes não mencionam explicitamente uma aliança entre os dois povos, o que temos é apenas uma dedução a partir de um comentário isolado de Sidônio Apolinário sobre os antepassados de Ricímero. Segundo Apolinário, Ricímero, um general de origem bárbara que governou de fato o ocidente entre 456 e 472 por meio de uma série de imperadores fantoches — como Estilício e Honório, Arbogasto e Eugênio ou Alarico e Átalo —, nasceu em 418 e era filho de mãe visigoda e pai suevo. O poeta diz expressamente que seu avô materno era Vália, e, embora o texto mencione a ascendência sueva sem citar o nome do avô paterno, é possível que Ricímero fosse neto de Hermenerico, rei que governou os suevos até 441¹⁴⁶⁸. O nome de Ricímero não está relacionado diretamente à guerra de 416-418, mas sua árvore genealógica representa um forte indício de que godos e suevos tenham colocado fim ao conflito com uma aliança selada com casamento real.

Godos e romanos realizaram uma nova rodada de negociações em 418. Ravena conseguiu restabelecer algum nível de controle sobre as dioceses da Gália e Vienne, e voltava sua atenção novamente para a Hispânia, cujas províncias representavam uma fonte substancial de receitas tributárias. Os suevos eram agora a maior ameaça que permanecia dentro das fronteiras do império, isso considerando que uma reconquista da Britânia estava simplesmente fora de cogitação. Despachar um exército pelo Canal da Mancha deixaria os territórios recuperados expostos a novas invasões pelo Reno, um

risco elevado demais para ser admitido. A ilha jamais retornaria ao controle romano. Em um segundo acordo com Honório, Vália concordou com que os godos saíssem da península e fossem assentados no vale do rio Garona, província da Aquitânia, em uma área que se estendia de Tolosa a Burdígala. Imediatamente acima dos Pireneus, os godos ficaram encarregados de controlar o trânsito entre Vienne e Hispânia, formando uma barreira de contenção a fim de que os suevos não expandissem seus domínios para além da península. Mais uma vez, as duas partes trocaram reféns. Teodoro, parente do futuro imperador Ávito (455-456), estava entre os aristocratas entregues pelos romanos. O *foedus* de 418 foi um importante marco para o Reino Visigodo. Vália não viveu para testemunhar a implementação desse segundo pacto; morreu ainda em 418, e o deslocamento para a Aquitânia teve que ser concluído pelo seu sucessor, Teodorico. Apelidado Teodorico I, o novo rei dos godos era marido de uma das filhas de Alarico¹⁴⁶⁹. Nas literatura romana, a primeira referência ao Reino Visigodo, então chamado Reino de Tolosa, encontra-se em um documento datado do século VI, a *Crônica Césaraugustana*, que menciona expressamente um *Regnum Tolosanum* para o ano 507. Porém podemos considerar o pacto de federação de 418 como o momento decisivo da fundação do reino, pois é justamente por meio dele que os godos delimitaram os territórios sujeitos à autoridade dos chefes godos do clã dos Baltos, agora chamados apenas de “reis”, e fixaram Tolosa como sua capital política¹⁴⁷⁰.

¹⁴³⁸ Hidásio de Lêmica *Chronicon* 15; Osório *Hist. Ad. Pag.* 7.43.2; Paulino de Pela *Eucharisticus* 311.

¹⁴³⁹ WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 161; BURNS, Thomas. *Ibidem*, p. 248-249.

¹⁴⁴⁰ Rutilio Namanciano *De Redito Suo* 1.42.

¹⁴⁴¹ Zósimo 6.10.2.

¹⁴⁴² Homônimo do oficial enviado por Átalo para substituir Heracliano na África. Constâncio determinou que Olímpio fosse espancado até a morte. Em 410 já ocupava alguma posição de destaque, pois é apontado como responsável por adotar medidas contra a propagação do donatismo na África (Olimpiodoro Fr. 8).

¹⁴⁴³ *PLRE* II, p. 316-317, 321-325 e 1.181.

¹⁴⁴⁴ Olimpiodoro Fr. 17; Gregório de Tours *Historia Francorum* 2.9; Cassiodoro *Chronica* 412.

¹⁴⁴⁵ *CTh* 11.28.7.

¹⁴⁴⁶ *PLRE* II, p. 223 e 878-979; Olimpiodoro Fr. 17; Sozomeno *HE* 9.15.3.

¹⁴⁴⁷ WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 162.

¹⁴⁴⁸ *PLRE* II, p. 346-347; Olimpiodoro Fr. 17 e 19; *Chronica Gallica ad annum CCCCLII* 69.

¹⁴⁴⁹ Bonifácio foi um dos grandes aliados de Gala Placídia. Foi tribuno (417), conde da África (423/424), conde dos domésticos e da África (425) e, por fim, mestre dos dois exércitos (432). Não sabemos que posição ocupava durante o cerco de Massília. Sua carreira militar foi marcada por guerras contra o godo Ataúlfo na Gália e o vândalo Genserico no norte da África. Depois, por guerras civis

contra os generais romanos Félix e Aécio. Derrotou Aécio na Batalha de Rimini (432), mas, embora suas forças tenham saído vencedoras, foi mortalmente ferido (PLRE II, p. 237-240).

¹⁴⁵⁰ Olimpíodoro Fr. 19-21; Rutilio Namanciano *De Redito Suo* 1.406; Paulino de Pela *Eucharisticus* 311-314; SCHMIDT, Ludwig. *Die Ostgermanen*. München: Oscar Beck, 1933. p. 455.

¹⁴⁵¹ GARNICA, Jiménez. Settlement of the Visigoths in the fifth century. In: HEATHER, Peter (ed.). *The Visigoths from the Migration Period to the Seventh Century: An Ethnographic Perspective*. Rochester: Boydell Press, 1999. p. 95.

¹⁴⁵² Paulino de Pela *Eucharisticus* 375.

¹⁴⁵³ Jordanes *Get.* 31.160; Filostórgio *HE* 12.4. Embora Jordanes situe o casamento no “Foro (ou Mercado) de Júlio” (*Forum Julii*) de Emília, Itália, a cerimônia deve ter ocorrido em Narbona, então sob controle godo. Ainda sobre o casamento, em um comentário incompleto (trecho parcialmente preservado) Filostórgio parece estranhamente dizer que, antes de se casar com Placídia, Ataulfo abandonou sua primeira esposa “*porque ela era de origem sármatas*”, afirmação um tanto incompreensível se considerarmos que sua primeira esposa era a irmã de Alarico.

¹⁴⁵⁴ Osório *Hist. Ad. Pag.* 7.43.3-7.

¹⁴⁵⁵ Burns defende que Gerôncio, general de Constantino III que desertou para Honório, tenha firmado um acordo com bárbaros que atacavam a Gália e Vienne. Nesse acordo, os bárbaros foram assentados no noroeste da Hispânia em troca de colocarem fim aos combates. Entre eles, suevos e vândalos do ramo asdingo. O historiador sustenta ainda que um grupo apontado pelas fontes como os *honoriaci*, que à época trouxe caos para o interior da península em saques e pilhagens, corresponda a uma unidade de cavalaria auxiliar de taifalos que compunha o exército imperial e era chamada pelos romanos de *honoriani* (BURNS, Thomas. *Ibidem*, p. 254). A presença de vândalos e alanos na Hispânia não seria duradoura. Em 429, liderados por Genserico, cruzaram o estreito de Gibraltar e tomaram Cartago, apoderando-se do celeiro do império. Por outro lado, os suevos permaneceram na península até a segunda metade do século VI, quando finalmente foram derrotados pelo rei visigodo Leovigildo (585).

¹⁴⁵⁶ Osório *Hist. Ad. Pag.* 7.43; Olimpíodoro Fr. 13; Filostórgio *HE* 12.4-5; Próspero de Tiro *Ep. Chron.* 414-417; *Chron. Pasch.* 416.

¹⁴⁵⁷ Olimpíodoro fala em Dúbio (Dubius), Jordanes em Eberwolf. O primeiro nome sugere uma origem romana, talvez um escravo que se juntou aos godos; o segundo indica uma ascendência germânica. A palavra Eberwolf deriva de **eburaz* e **wulfaz*, expressando um significado próximo a “o javali e o lobo”.

¹⁴⁵⁸ O termo grego utilizado por Olimpíodoro, *ῥῆξ*, deriva das palavras latinas *rhix*, *rix* ou *rex*. Por isso optamos por traduzi-la como “rei godo”.

¹⁴⁵⁹ Olimpíodoro Fr. 26; Jordanes *Get.* 31.163; *Chronica Gallica ad annum DXI 562*.

¹⁴⁶⁰ Wijnendaele aponta Radagaíso como o rei godo vingado. Para o historiador, a terminologia utilizada por Olimpíodoro para se referir a Dubius, *οἰκέτωρ*, tradicionalmente traduzida apenas por “criado”, expressava um significado mais complexo. No grego antigo, referia-se à pessoa de menor ranque social que servia à casa de um nobre, provavelmente um escravo. A circunstância de a morte ter ocorrido durante a inspeção de um estábulo e a menção feita por Jordanes a constantes chacotas são indícios de uma relação de servidão dessa natureza. Por outro lado, a derrota de Radagaíso abarrotou o mercado romano de escravos. Considerando esse contexto, Wijnendaele afirma que Dubius poderia ser um seguidor de Radagaíso que acabou se tornando um escravo de Ataulfo e vingou a morte do antigo líder quase uma década depois (WIJNENDAELE, Jeroen. *Sarus the Goth: from imperial commander to warlord. Early Medieval Europe*, New Jersey, v. 27, n. 4, p. 469-493, 2019). O nome de Viderico, o rei grutungo que havia cruzado o Danúbio na década de 370 ainda muito jovem e sob a regência de Alateu e Safrax, também é sugerido. Porém, como vimos, Viderico desaparece em 376 e só os nomes de Alateu e Safrax aparecem a partir desse ponto. Depois que Graciano assentou os grutungos na Panônia, nenhuma outra referência é feita ao grupo. Hipóteses não demonstradas.

¹⁴⁶¹ WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 166-167.

¹⁴⁶² PLRE II, p. 1147-1148; Osório *Hist. Ad. Pag.* 7.43.9.

¹⁴⁶³ Osório *Hist. Ad. Pag.* 7.43.11.

¹⁴⁶⁴ *Ibidem*; Jordanes *Get.* 32.164; *Chronica Gallica ad annum DXI 562*; **Conde Marcelino *Chronicon* 414**.

¹⁴⁶⁵ *Modius* (*modii*, no plural) era uma unidade de medida utilizada pelos romanos para o cálculo de produtos secos. Cada *modius* representava 8.73 L, dois galões.

¹⁴⁶⁶ Olimpíodoro Fr. 31; WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 170-171 e 444.

¹⁴⁶⁷ Hidásio de Lêmica *Chronicon* 60; *Chronica Gallica ad annum DXI 564*.

¹⁴⁶⁸ Sidônio Apolinário *Carmina* 2.361-362. Sobre as origens de Ricímero, Félix Enódio, bispo de Pávia, refere-se a ele como “*o ferocíssimo geta*” (*ferocissimus geta*) (Enódio *Vita Epiphani* 64).

¹⁴⁶⁹ Olimpiodoro Fr. 35; Próspero de Tiro *Ep. Chron.* 419; **Sidônio Apolinário** *Carmina* 7.213; **Jordanes** *Get.* 33.173; **Hidásio de Lêmica** *Chronicon* 70.

¹⁴⁷⁰ *Chronica Caesaraugustana* 507; WOLFRAM, Herwig. *Ibidem*, p. 173.

FONTES

1. Literatura

Additamenta ad Chronicon Prosperi Hauniensis.

Agátias. *Historiae Byzantinae.*

Agostinho de Hipona. *De Civitate Dei.*

Agostinho de Hipona. *Sermo.*

Ambrósio. *De Obitu Theodosii.*

Ambrósio. *Epistulae.*

Amiano Marcelino. *Res Gestae.*

Antonini Itinerarium.

Ascólio. *Passio Sancti Sabbae Gothi.*

Auxêncio. *Epistula de Fide, Vita et Obitu Wulfilae.*

Basílio de Cesareia. *Epistulae.*

Bibliotheca Hagiographica Orientalis.

Cassiodoro. *Chronica.*

Cassiodoro. *Variae.*

Cassiodoro. *Ordo Generis Cassiodororum.*

César. *Commentarii de Bello Gallico.*

Chronica Caesaraugustana

Chronica Gallica ad annum DXI.

Chronica Gallica ad annum CCCCLII.

Chronica Minora.

Cirilo de Jerusalém. *Catecheses.*

Claudiano. *De IV Consulatu Honorii Augusti.*

Claudiano. *De Bello Gildonico.*

Claudiano. *Palladii et Celerinae Epithalamium.*

Claudiano. *In Rufinum.*

Codex Vindobonensis.

Collectio Avellana.
Conde Marcelino. Chronicon.
Consularia Constantinopolitana.
Consularia Italica.
De Rebus Bellicis.
Déxipo. Scythica (fragmentos).
Dião Cássio. Historia Romana.
Domitii Ulpiani Fragmenta.
Diodoro Sículo. Bibliotheca Historica.
Enódio. Vita Epiphani.
Epifânio de Salamina. Panarion.
Epitome de Caesaribus.
Eunápio. Fragmentos.
Eutrópio. Breviarium Historiae Romanae.
Estrabo. Geographia.
Eusébio. Historia Ecclesiae.
Eusébio. Vita Constantini.
Excerpta Sangallensia.
Fasti Vindobonenses Priores
Fausto de Bizâncio. Buzandaran Patmut'iwkn'.
Festo. Breviarium Rerum Gestarum Populi Romani.
Filostórgio. Historia Ecclesiastica.
Gregório de Nazianzo. Orationes.
Gregório de Nazianzo. Epistulae.
Gregório de Tours. Historia Francorum.
Hervarar saga ok Heiðreks konungs
Hidásio de Lêmica. Chronicon.
Iustiniani Institutiones.
Isidoro de Sevilha. Historia de Regibus Gothorum, Vandalorum et Suevorum.

Jerônimo. *Apologia Adversus Rufinum*.
Jerônimo. *Chronicon*.
Jerônimo. *De Viris Illustribus*.
Jerônimo. *Epistulae*.
João Crisóstomo. *Homilia in Eutropium*.
João de Antioquia. Fragmentos.
João de Biclaro. *Chronicon*.
Jordanes. *Gética*.
Jordanes. *Romana*.
Juliano. *Epistula ad Athenienses*.
Lactâncio. *De Mortibus Persecutorum*.
Libânio. *Orationes*.
Lívio. *Ab Urbe Condita*.
Maurício. *Strategikon*.
Menologion Parisinus Graecus.
Merobaudo. *Panegyricus*.
Notitia Dignitatum.
Olimpiodoro. Fragmentos.
Oracula Sibyllina.
Origo Constantini Imperatoris.
Osório. *Historiae Adversus Paganus*.
Paulo Diácono. *Origo Gentis Langobardorum*.
Paulino de Milão. *Vita Ambrosii*.
Paulino de Pela. *Eucharisticus*.
Pedro, o Patrício. Fragmentos.
Plínio. *Naturalis Historia*.
Procópio. *De Aedificiis*.
Procópio. *De Bello Gothico*.
Procópio. *De Bello Vandalico*.
Próspero de Tiro. *Epitoma Chronicon*.

Prudêncio. *Contra Symmachum*.
Ptolemeu. *Geographia*.
Rutílio Namanciano. *De Redito Suo*.
Scriptores Historiae Augustae.
Sidônio Apolinário. *Carmina*.
Símaco. *Epistulae*.
Sincelo. *Chronographia*.
Sinésio. *De Providentia*.
Sinésio. *De Regno*.
Solino. *De Mirabilibus Mundi*.
Sozomeno. *Historia Ecclesiastica*.
Sócrates. *Historia Ecclesiastica*.
Tabula Peutingeriana.
Tácito. *Annales*.
Tácito. *Germania*.
Temístio. *Orationes*.
Teodoreto. *Historia Ecclesiastica*.
Teófanos. *Anni Mundi*.
Teófanos. *Chronicle*.
Vegécio. *De re militari*.
Virgílio. *Georgica*.
Vitrúvio. *De Architectura*.
Zonaras. *Epitome Historiarum*.
Zósimo. *Historia Nova*.
XII Panegyrici Latini.

2. Documentos jurídicos

Codex Theodosianus (CTh).
Digesta seu Pandectae.
Gaio. *Institutiones*.

Lex Romana Visigothorum (Breviarium Alaricianum).

Lex Visigothorum (Liber Iudiciorum).

3. Epigrafias

Corpus Inscriptionum Latinarum (CIL).

Inscriptiones Christianae Urbis Romae (ICUR).

Inscriptiones Graecae (IG).

Inscriptiones Latinae Selectae (ILS).

Inscriptiones Latinae Christianae Veteres (ILCV).

Res Gestae Divi Saporis.

4. Prosopografias

Prosopographia Imperii Romani (PIR).

Prosography of the Later Roman Empire (PLRE).

5. Numismática

Roman Imperial Coinage (CIL).

REFERÊNCIAS

- ADLER, Willian; TUFFIN, Paul. *The Chronography of George Synkellos: A Byzantine Chronicle of Universal History from the Creation*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- ARDEVAN, Radu; ZERBINI, Livio. *La Dacia Romana*. Soveria Mannell: Rubbettino, 2007.
- ARNOLD, Bettina. The past as propaganda: totalitarian archaeology in Nazi Germany. *Antiquity*, Cambridge, v. 64, p. 464-478, 1990.
- ASTIN, Alun Edgar *et al.* (ed.). *The Cambridge Ancient History – Rome and the Mediterranean to 133 B.C.* Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- ATWOOD, Christopher. Huns and Xiōngnú: New Thoughts on an Old Problem. In: BOECK, Brian; MARTIN, Russell; ROWLAND, Daniel. *Studies in History and Culture in Honor of Donald Ostrowski*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 27-58.
- AUSTIN, Norman; RANKOV, Boris. *Exploratio: Military and political intelligence in the Roman World from the Second Punic War to the Battle of Adrianople*. London: Routledge, 2006.
- BAGNALL, Roger *et al.* *Consuls of the later Roman Empire*. Atlanta: Scholars Press, 1987.
- BANCHICH, Thomas M. *The Lost History of Peter The Patrician – An Account of Rome's Imperial Past from the Age of Justinian*. London: Routledge, 2015.
- BARNES, Timothy. The victories of Constantine. *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*, Köln, v. 20, p. 149-155, 1976.
- BARNES, Timothy. *Constantine and Eusebius*. Cambridge: Harvard University Press, 1981.
- BARNES, Timothy. *Ammianus Marcellinus and the Representation of Historical Reality*. Ithaca: Cornell University Press, 1998.
- BARTH, Frederik. Parthan Identity and its Maintenance. In: BARTH, Frederik (org.). *Ethnic Groups and Boundaries – The Social Organization of Culture Difference*. Boston: Little, Brown and Company, 1969. p. 117-135.
- BEARD, Mary. *SPQR – Uma história da Roma Antiga*. São Paulo: Planeta, 2017.
- BERNT, Guido; STEINACHER, Roland. *Arianism: Roman Heresy and Barbarian Creed*. Farnham: Ashgate, 2014.
- BIANCHINI, Thomas; LANE, Eugene. *The History of Zonaras: From Alexander Severus to the death of Theodosius the Great*. New York: Routledge Classical Translations, 2009.
- BISHOP, Mike; COULSTON, John. *Roman Military Equipment: From the Punic Wars to the Fall of Rome*. Oxford: Oxbow Books, 2009.
- BISPHAM, Edward; HARRISON, Thomas.; SPARKES, Briana. *The Edinburgh Companion to Ancient Greece and Rome*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2010.
- BJERG, Line. The Herulians are coming! In: BJERG, Line; HIND, John; SINDBAEK, Soren. *From Goths to Varangians – Communication and culture exchange between the Baltic and the Black Sea*. Aarhus: Aarhus University Press, 2013. p. 131-147.
- BOAS, Franz. *Antropologia Cultural. Textos selecionados, apresentação e tradução*. Celso Castro (org.). 6. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BOCK, Susan. *Los Hunos - Tradicion e Historia*. Murcia: Universidade de Murcia, 1991.

- BOEFT, Den *et al.* *Philological and Historical Commentary on Ammianus Marcellinus XXVII*. Leiden: Brill, 2009.
- BOIN, Douglas. *Alaric, the Goth: An Outsider's History of the Fall of Rome*. W. W. Norton & Company: New York, 2021.
- BOWERSOCK, Glen. *Roman Arabia*. London: Harvard University Press, 1983.
- BOWERSOCK, Glen *et al.* (ed.). *Late Antiquity: A Guide to the Postclassical World*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.
- VIANA, Renato; BAPTISTA, Lyvia. A construção de uma narrativa: os olhares de Procópio de Cesareia sobre as guerras de Justiniano. *Revista Teoria da História*, Goiânia, v. 13, p. 125-143, 2015.
- BOWMAN, Alan; CHAMPLIN, Edward; LINTOTT, Andrew. *The Cambridge Ancient History – The Augustan Empire, 43 B.C. - A.D. 69*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- BOWMAN, Alan; GARNSEY, Peter; CAMERON, Averil. *The Cambridge Ancient History - The Crisis of Empire - a.d. 193-337*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- BRADLEY, Henry. *The Story of the Goths, from the Earliest Times to the End of the Gothic Dominion in Spain*. New York: G. P. Putnam's Sons, 1888.
- BRADY, Caroline. *The Legends of Ermanaric*. Berkeley: University of California Press, 1943.
- BRENNAN, Peter. Diocletian and the Goths. *Phoenix*, Victória, v. 38, p. 142-146, 1984.
- BRUUN, Patrick. *The Roman Imperial Coinage*. London: Spink And Son LTD, 1966.
- BUAT-NANÇAY, Louis-Gabriel. *Histoire Ancienne Des Peuples De L'europe*. Paris: Suard et Arnaud, 1772.
- BURKHARDT, Johann. Ein Gotenkönig als Friedenskaiser. *Damals*, Leinfelden-Echterdingen, v. 44, n. 8, p. 32-39, 2010.
- BURNS, Thomas. *The History of the Ostrogoths*. Bloomington: Indiana University Press, 1984.
- BURNS, Thomas. *Barbarians within the gates of Rome: a study of roman military policy and the barbarians, CA 375-425 AD*. Bloomington: Indiana University Press, 1994.
- BURRELL, Emma. A Re-Examination of Why Stilicho Abandoned His Pursuit of Alaric in 397. In: STROHEKER, Karl (ed.). *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, v. 53, n. 2. Wiesbaden: Franz Steiner, 2004. p. 251-256.
- BURSCHE, Aleksander. The Battle of Abritus, the Imperial Treasury and Aurei in *Barbaricum*. *The Numismatic Chronicle*, London, v. 173, p. 151-170, 2013.
- CAIRNS, Francis. *The fragmentary classicising historians of the later Roman Empire: Eunapius, Olympiodorus, Priscus and Malchus*. Liverpool: Blockley, 1983.
- CAMERON, Alan. *Claudian Poetry and Propaganda at the Court of Honorius*. Oxford: Clarendon Press, 1975.
- CAMERON, Averil. *Procopius and the Sixth Century*. London: Duckworth, 1996.
- CAMERON, Averil; GARNSEY, Peter (ed.). *The Cambridge Ancient History – The Late Empire, A.D. 337-425*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- CHRISTENSEN, Arne Soby. *Cassiodorus, Jordanes and the History of the Goths: Studies in a Migration Myth*. Copenhagen: Museum Tusculanum Press, 2002.
- CIEŚLIŃSKI, Adam. The Society of Wielbark Culture, A.D. 1-300. In: URBANCZYK, Przemysław (org.). *The Past Societies: 500 B.C. – 500 A.D.* Warsaw: Institute of Archaeology and Ethnology, 2016.

- COOK, Stanley *et al.* (ed.). *The Cambridge Ancient History - The imperial crisis and recovery* Seltman. Cambridge University Press, 1934.
- COLLINS, Roger. *Visigothic Spain: 409-711*. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.
- CORASSIN, Maria Luiza. *Sociedade e política na Roma Antiga*. São Paulo: Atual, 2001.
- COURCELLE, Pierre. *Histoire Littéraire des Grandes Invasions Germaniques*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1964.
- COWPER, Benjamin. *Syriac Miscellanies: Or, Extracts Relating to the First and Second General Councils, and Various Other Quotations*. London: Williams and Norgate, 1861.
- CRUZ, Marcus. Gregório de Tours e Jordanes: a construção da memória dos 'bárbaros' no VI século. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 36, n. 1, p. 13-27, 2014.
- DAHLM, Murray. *Late Roman Infantryman versus Gothic Warrior - AD 376-82*. Oxford: Osprey Publishing, 2021.
- DELEHAYE, Hippolyte. *Saints de Thrace et de Mésie*. Paris: Analecta Bollandiana, 1912. v. 31, p. 161-300.
- DEMOUGEOT, Émilienne. De l'unité à la division de l'Empire romain (395-410). In: MAISONNEUVE, Adrien. *Essai sur le gouvernement imperial*. Paris: Librairie d'Amerique et d'Orient, 1951. p. 354.
- DOLEŽAL, Stanislav. Where did Rausimod come from?. *Eirene*, Prague, v. 54, n. 1-2, p. 155-167, 2018.
- DOLEŽAL, Stanislav. Constantine's military operations against the Goths and the Sarmatians in 332 and 334. *Eirene*, Prague, v. 55, p. 231-257, 2019.
- DRIJVERS, Jan Willem; HUNT, David. *The Late Roman World and its Historian: Interpreting Ammianus Marcellinus*. London and New York: Routledge, 1999.
- DRINKWATER, John. The Usurpers Constantine III (407-411) and Jovinus (411-413). In: *Britannia*, v. 29. London: Cambridge University Press, 1998. p. 269-298.
- DURANT, Will. *Caesar and Christ - A History of Roman Civilization and of Christianity from Their Beginnings to A.D. 325*. New York: Simon and Schuster, 2014.
- ELTON, Hugh. *The Roman Empire in Late Antiquity: A Political and Military History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- ERDKAMP, Paul. *A companion to the roman army*. Malden: Blackwell Publishing, 2007.
- ERRINGTON, Malcolm. *Roman Imperial Policy from Julian to Theodosius*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2006.
- EVANS, James A. *Justinian and the historian Procopius*. Greece & Rome. London: Cambridge University Press, 1970.
- EVANS, James A. *The Age of Justinian*. The circumstances of imperial power. New York: Routledge, 1996.
- FERRILL, Arther. *A queda do Império Romano: a explicação militar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.
- FISCHER, Svante; LEJDEGARD, Hans; VITOR, Helena. The Fall and Decline of the Roman Urban Mind. In: SINCLAIR, Paul. *The Urban Mind - Cultural and Environmental Dynamics*. Upsala: Edita Västra Aros AB, 2010. p. 277-295.
- FORGIARINI, Tullio. A propos de Claude II: Les invasions gothiques de 269-270 et le rôle de l'empereur. In: FREZOULS, Edmond; JOUFFROY, Hélène. *Les empereurs illyriens*. Estrasburgo: AECR, 1998. p. 81-86.

FRIGHETTO, Renan. *Antiguidade Tardia*. Roma e as monarquias romano-bárbaras numa época de transformações (séculos II-VIII). Curitiba: Juruá, 2014.

FRIGHETTO, Renan. *Exílio e exclusão política no Mundo Antigo: De Roma ao Reino Godo de Tolosa (Séculos II A.C. – VI D.C.)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

FUNARI, Pedro Paulo A. Teorias e métodos da arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica. *Revista Mneme*, Natal, v. 6, n. 13, p. 1-5, dez. 2004/jan. 2005.

GABRIEL, Richard. *The Great Armies of Antiquity*. Westport: Praeger, 2002.

GARNICA, Jiménez. Settlement of the Visigoths in the fifth century. In: HEATHER, Peter (ed.). *The Visigoths from the Migration Period to the Seventh Century: An Ethnographic Perspective*. Rochester: Boydell Press, 1999. p. 95.

GAUDI, Giovanbattista. Late sparsa collegimus: the influence of sources on the language of Jordanes. In: DICKEY, Eleanor; CHAHOUD, Anna. *Colloquial and Literary Latin*. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 2010. p. 357-375.

GEARY, Patrick. *The Myth of Nations – The Medieval Origins of Europe*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

GEMENHARDT, Peter; LEEMAN, Johan. *Christian Martyrdom in Late Antiquity (300-450 AD)*. Berlin: De Gruyter, 2012.

GEORGESCU, Vlad. *The Romanians: A History*. Columbus: Ohio State University Press, 1991.

GIBBON, Edward. *The decline and fall of the Roman Empire*. London: Everyman's Library, 1993.

GILLESPIE, George. *A catalogue of persons named in german heroic literature (700-1600) – Including named animals and objects and ethnic names*. Oxford: Clarendon Press, 1973.

GOFFART, Walter. *Narrators of Barbarian History (A.D. 550–800)*, The: Jordanes, Gregory of Tours, Bede, and Paul the Deacon. New Jersey: Princeton University Press, 1988.

GOFFART, Walter. *Barbarians and Romans, A.D. 418–584 – The Techniques of Accommodation*. New Jersey: Princeton University Press, 1992.

GOFFART, Walter. *Barbarian Tides: The Migration Age and the Later Roman Empire (The Middle Ages Series)*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2010.

GOFFART, Walter. *Barbarians, Maps, and Historiography: Studies on the Early Medieval West*. London: Routledge, 2019.

GOLDHAHN, Joakim. *Birds in the Bronze Age: A North European Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

GOLDSWORTHY, Adrian. *The Fall of the West*. London: Weidenfeld & Nicolson, 2009.

GONÇALVES, Bruna Campos. A construção da imagem do bárbaro na obra de Amiano Marcelino e Temístio (século IV d.C.). *Revista História e Cultura*, Franca, v. 2, n. 3, p. 239-251, 2013.

GOUVÊA JÚNIOR, Márcio Meireles. *Roma et Barbaries: a evolução do conceito de barbárie em Roma Antiga. Phaos* (Unicamp), Campinas, v. 12, p. 5-27, 2015.

GREEN, Denis. *Language and History in Early Germanic World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

GRIMAL, Pierre. *A Civilização Romana*. São Paulo: Edições 70 Almedina, 2018.

GRUMEL, Vance. L'Illyricum de la mort de Valentinien Ier (375) à la mort de Stilicon (408). *Revue des études byzantines* (IFEB), Paris, v. 9, p. 5-46, 1951.

- GUERRAS, Maria S. *Os Povos Bárbaros*. São Paulo: Ática, 1991.
- HALSALL, Guy. *Barbarian Migrations and the Roman West, 376–568*. New York: Cambridge University Press, 2007.
- HARMATTA, János. *Studies in the History and Language of the Sarmatians*. Szeged: Acta Universitatis de Attila József Nominatae, 1970.
- HARRIS, W. V. *Rome's Imperial Economy*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- HEATHER, Peter. The barbarian in late antiquity: image, reality, and transformation. In: MILES, Richard. *Constructing Identities in Late Antiquity*. London: Routledge, 1999.
- HEATHER, Peter. *Goths and Romans: 332–489*. Oxford: Clarendon Press, 2003.
- HEATHER, Peter. *The fall of the Roman Empire: a new history of Rome and the Barbarians*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- HEATHER, Peter. *The Goths*. Oxford: Blackwell Publishing, 2008.
- HEATHER, Peter. *Rome Ressurgent: War and Empire in the Age of Justinian*. New York: Oxford University Press, 2018. p. 258.
- HEATHER, Peter; JOHN, Mattheus. *The Goths in the Fourth Century*. Liverpool: Liverpool University Press, 2004.
- HEATHER, Peter; MONCUR, David. *Politics, Philosophy and Empire in the Fourth Century - Themistius Selected Orations*. Cambridge: Liverpool University Press, 2001. p. 234.
- HEBBLEWHITE, Mark. *The Emperor and the Army in the Later Roman Empire: AD 235-395*. London: Routledge, 2017.
- HEDEAGER, Lotte. *Iron Age Mith and Materiality: An Archaeology of Scandinavia AD 400–1000*. London: Routledge, 2011.
- HODGKIN, Thomas. *Italy and her Invaders - The Visigothic Invasion*. Oxford: Clarendon Press, 1842.
- HOFFMANN, Dietrich. *Das spätrömische Bewegungsheer und die Notitia Dignitatum*. Düsseldorf: Rheinland-Verlag, 1969.
- HOOF, Lieve Van; NUFFELEN, Peter Van. *The Fragmentary Latin Histories of Late Antiquity (AD 300-620): Edition, Translation and Commentary*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.
- HOVANNISIAN, Richard. *The Armenian People From Ancient to Modern Times – The Dinastic Periods: From Antiquity to the Fourth Century*. New York: St. Martin's Press, 1997.
- HUGHES, Ian. *Stilicho: The vandal who saved Rome*. Barnsley: Pen & Sword Military, 2010.
- HUGHES, Ian. *Imperial brothers: Valentinian, Valens and the Disaster of Adrianople*. Barnsley: Pen & Sword Military, 2013.
- JAMES, Simon; KRMNICEK, Stefan. *The Oxford Handbook of The Archeology of Roman Germany*. Oxford: Oxford University Press, 2020.
- JONES, Arnold. *The Later Roman Empire, 284-602: A Social Economic and Administrative Survey*. Oklahoma: University of Oklahoma Press, v. 1, 1964.
- JONES, Arnold; MARTINDALE, John; MORRIS, John. *The Prosography of the Later Roman Empire*. London: Cambridge University Press, 1971.
- JOSEPH, Wright. *Grammar of the Gothic Language*. Oxford: Clarendon Press, 1966.

- JUAN LUIS, Garcia. Whoever is not Greek is a Barbarian. In: ARNAUT, Ana. *Identity(ies) – A Multicultural and Multidisciplinary Approach*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.
- JURÍK, Mirón. Gothic Christians in Constantinople in 4th and 5th century: The Nicene Christians and Christianization. *Graeco-Latina Brunensia*, Brun, v. 26, n. 2, p. 99-116, 2021.
- KALDELLIS, Antony. *Procopius of Caesarea: Tyranny, History, and Philosophy at the End of Antiquity*. Philadelphia: University of Pennsylvania, 2004.
- KALIFF, Anders. The Goths and Scandinavia. Contacts Between Scandinavia, the Southern Baltic Coast and the Black Sea Area During the Early Iron Age and Roman Period. In: BIEHL, Peter; RASSAMAKIN, Yuri. *Import and Imitation in Archeology*. Langenweißbach: Beier & Beran, 2008. p. 223-243.
- KALIFF, Anders; MUNKHAMMAR, Lars (ed.). *Wulfila 311-2011*. Uppsala: Uppsala Universitet, 2013.
- KAY, Phillip. *Rome's Economic Revolution*. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- KAZANSKI, Michel. *Les Goths: Ier-VII après J.C.* Paris: Editions Errance, 1991.
- KAZHDAN, Alexander (ed.). *The Oxford Dictionary of Byzantium*. Oxford: Oxford University Press, 1991.
- KIENAST, Dietmar. Valens. In: *Römische Kaisertabelle: Grundzüge einer römischen Kaiserchronologie*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2017.
- KIM, Hyun J. *The Huns, Rome and the birth of Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- KOCH, John. *Celtic Culture: A Historical Encyclopedia*. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2006.
- KOKOWSKI, Andrzej. The Goths in ca. 311 AD. In: WULFILA 311-2011 INTERNACIONAL SYMPOSIUM, 2011, Uppsala. Acta Universitatis Upsaliensis. Uppsala: Uppsala University, 2011. p. 71-96.
- KORKKANEN, Irma. *The Peoples of Hermaneric: Jordanes, Gética 116*. Helsinki: Suomalainen Tiedekatemia, 1975.
- KOVÁKS, Péter. *Marcus Aurelius's rain miracle and the Marcomannic Wars*. Boston: Brill, 2009.
- KRISTIANSEN, Kristian. The Discipline of Archaeology. In: CUNLIFF, Barry; GOSDEN, Chris; JOYCE, Rosemary. *The Oxford Handbook of Archaeology*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- KROONEN, Guus. *Etymological Dictionary of Proto-Germanic*. Leiden: E. J. Brill, 2013.
- KULIKOWSKI, Michael. *Guerras Góticas de Roma*. São Paulo: Madras, 2008.
- KULIKOWSKI, Michael. *Imperial Tragedy. From Constantine's Empire to the Destruction of Roman Italy. AD 363-568*. London: Profile Books LTD, 2019.
- LEHMANN, Winfred. *A Gothic Etymological Dictionary*. Leiden: E. J. Brill, 1986.
- LENSKI, Noel. *The Gothic Civil War and the date of the Gothic Conversion*. Durham: Greek, Roman and Bizantine Studies, 1995. v. 36.
- LENSKI, Noel. Initium mali Romano imperio: Contemporary Reactions to the Battle of Adrianople. In: *Transactions of the American Philological Association*, 127. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1997. p. 129-168.
- LENSKI, Noel. *Failure of Empire: Valens and the Roman State in the Fourth Century A.D.* Berkeley: University of California Press, 2002.
- LENSKI, Noel. *The Cambridge Companion to the Age of Constantine*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

- LIEBESCHUETZ, John Hugo Wolfgang Gideon. *From Diocletian to the Arab Conquest: Change in the Late Roman Empire*. Vernont: Ashgate Publishing, 1999.
- LINDOW, John. *Comitatus, Individual and Honor – Studies in North Germanic Institutional Vocabulary*. Berkeley: University of California Press, 1975.
- LUCZKIEWICZ, Piotr *et al.* The Goths, the Wielbark Culture and over 100 years of research on the eponymous site. *Antiquity*, Cambridge, v. 95, p. 1-9, 2021.
- MACDOWALL, Simon. *Adrianople AD 378: The Goths crush Rome's legions*. Oxford: Osprey Military, 2001.
- MACDOWALL, Simon; EBLETON, Gerry. *Late roman infantryman: 236-565 AD*. London: Osprey Military, 1995.
- MACKENDRICK, Paul. *The Dacian Stones Speak*. Chapel Hill: University of Carolina Press, 1975.
- MACMULLEN, Ramsay. *Soldier and civilian in the later Roman Empire*. Cambridge: Harvard University Press, 1963.
- MACMULLEN, Ramsay. *Romanization in the time of Augustus*. Arbor: Yale University Press, 2000.
- MAENCHEN-HELFEN, Otto. *The World of the Huns – Studies in Their History and Culture*. Berkeley: University of California Press, 1973.
- MARCELLINUS, Ammianus. *The Later Roman Empire (AD 354-378)*. London: Penguin Books, 2004.
- MARCHAND, James. *The Sounds and Phonemes of Wulfila's Gothic*. Paris: Mouton, 1973.
- MATHISEN, Ralph. Barbarian Bishops and the Churches in Barbaricis Gentibus During Late Antiquity. *Speculum* (Medieval Academy of America), Cambridge, v. 72, p. 664-697, 1997.
- MATHISEN, Ralph. Provinciales, Gentiles, and Marriages between Romans and Barbarians in the Late Roman Empire. *Journal of Roman Studies* (Cambridge University Press), Cambridge, v. 99, p. 140-155, 2009.
- MATTHEW, Bunson. *Encyclopedia of the Roman Empire*. New York: Facts on File Inc., 2002.
- MCCORMICK, Michael. *Eternal Victory: Triumphal Rulership in Late Antiquity, Byzantium and the Early Medieval West*. Cambridge University Press: Cambridge, 1986.
- MCLYNN, Neil. *Genere Hispanus: Theodosius, Spain and Nicene Orthodoxy*. In: KULIKOWSKI, Michael; BOWES, Kim. *Hispania in Late Antiquity: current perspectives*. Leiden: Brill, 2005. p. 77-120.
- MELLOR, Ronald. *The Roman Historians*. London and New York: Routledge, 1999.
- MERRILLS, Andrew H. *History and Geography in Late Antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- MILLER, Gary. *The Oxford Gothic Grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2019.
- MINNS, Ellis. Bosporus Cimmerius. In: CHISHOLM, Hugh (ed.). *Encyclopaedia Britannica*, 4. 11. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1911. p. 286-287.
- MÓCSY, András. *Pannonia and Upper Moesia – A History of the Middle Danube Provinces of the Roman Empire*. New York: Routledge, 2014.
- MOMMSEN, Theodor (ed.). *Chronica Minora – Saec. IV. V. VI. VII*. Berlin: Berolini, 1898. 3 v.
- MOMMSEN, Theodor. *The History of Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. 5 v.
- MORENO, Luiz A. Garcia. Prosopography and Onomastics: the Case of the Goths. In: KEATS-ROHAN, K. (ed.). *Prosopography Approches and Applications*. Oxford: Prosopographica et Genealogica, 2007.

- MOSS, Henry. *The Birth of the Middle Ages 395–814*. London: Oxford University Press, 1935.
- NATUNIEWICZ-SEKULA, Magdalena; SEEHUSEN, Christina. Baltic connections - Some remarks about studies of boat-graves from the Roman Iron Age. In: HANSEN, Ulla. *Worlds Apart? Contacts across the Baltic Sea in the Iron Age*. Denmark-Poland, 2010. p. 287-314.
- NEIL, Christie. *The Lombards - The Ancient Longobards* (The Peoples of Europe Series). Oxford: Blackwell Publishing, 1998.
- NERMAN, Bigger. Goternas äldsta hem. *Fornvännen*, Stockholm, v. 18, p. 165-182, 1923.
- NEVILLE, Kristoffer. Gothicism and Early Modern Historical Ethnography. *Journal of the History of Ideas*, Philadelphia, v. 70, n. 2. p. 213-234, 2009.
- NICHOLSON, Oliver. *The Oxford Dictionary of Late Antiquity*. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- NIGRO, Giovanni. Niceta, Inna, e altri martiri goti. In: *Annali di storia dell'esegesi*, vol 29. Bologna: Ed. Dehoniane, 2012. p. 131-147.
- NIXON, Charles; BÁRBARA, Saylor. In *Praise of Later Roman Emperors: The Panegyrici Latini*. Los Angeles: University of California Press, 1994.
- NORWICH, John Julius. *A short history of Byzantium*. New York: Vintage Books, 1997.
- ODAHL, Charles. *Constantine and the Christian Empire*. London: Routledge, 2005.
- OLEDZKI, Marek. The Wielbark and Przeworsk Cultures at the Turn of the Early and Late Roman Periods. The dynamics of settlement and cultural changes in the light of chronology. *Zentrum und Peripherie* (Archäologisches Institut), Viena, v. 57, p. 279-290, 2004.
- OLTEAN, Ioana. *Dacia: Landscape, colonisation and romanisation*. London: Routledge, 2007.
- OMAN, Charles. *A History of the Art of War in the Middle Ages: AD 378 – 1515*. Oxford: B. H. Blackwell, 1888.
- OREL, Vladimir. *A Handbook of German Etymology*. Leiden: Brill, 2003.
- OSTROGORSKY, Georg. *História del Estado Bizantino*. Tradução de Javier Facci. Madri: Akal, 1984.
- PELIKAN, Jaroslav. *The Christian Tradition – A History of the Development of Doctrine*. Chicago: Chicago University Press, 1971. v. 1.
- PETROVICH, Kazhdan. *The Oxford Dictionary of Byzantium*. Oxford: Oxford University Press, 1991.
- POHL, Walter. *Post-Roman Transitions: Christian and Barbarian Identities in the Early Medieval West*. Turnhout: Brepols Publishers, 2013.
- POTTER, David. *The Roman Empire at bay: AD 180-395*. New York: Routledge, 2004.
- PROKOPIOS. *The Wars of Justinian*. Translated by H. B. Dewing. Indianapolis/Cambridge: Hackett Publishing Company, 2014.
- RICHARD, Gabriel. *Soldiers' Lives through History - The Ancient World*. Westport: Greenwood Publishing Group, 2007.
- RICHARDSON, John S. *Hispania y los Romanos*. Barcelona: Crítica, 1998.
- ROLLER, Duane W. *Empire of the Black Sea – The Rise and Fall of the Mithridatic World*. New York: Oxford University Press, 2020.
- ROSS, A. Shawn. Barbarophonos: Language and Panhellenism in the Iliad. *Classical Philology*, Chicago, v. 100, n. 4, p. 299-316, 2005.
- RUPKE, Jorg. *A companion to Roman Religion*. Malden: Blackwell Publishing, 2007.

- SARTIN, Gustavo. Sobre a Origem e Feitos dos Godos. Tradução e Comentários Filológico-Tradutórios da Introdução Geográfica. *Scientia Traductionis*, Florianópolis, v. 11, p. 330-355, 2012.
- SARTIN, Gustavo. *A história dos godos escrita por Jordanes: Estudo e Tradução*. 2019. 234 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019.
- SCARRE, Chris. *Chronicle of the Roman Emperors – The Reign-by-Reign Record of the Rulers of Imperial Rome*. London: Thames and Hudson, 1995.
- SCHMIDT, Ludwig. *Die Ostgermanen*. München: Oscar Beck, 1933.
- SEAGER, Robin. *Ammianus Marcellinus: Seven Studies in His Language and Thought*. Columbia: University of Missouri Press, 1986.
- SHAHÎD, Irfan. *Rome and the Arabs: A prolegomenon to the study of Byzantium and the arabs*. Washington: Dumbarton Oaks, 1984.
- SHOTTER, David. *Roman Britain*. London: Routledge, 2004.
- SILVA, Gilvan Ventura. História, verdade e justiça em Amiano Marcelino. In: JOLY, Fábio (org.). *História e Retórica: ensaios sobre historiografia antiga*. São Paulo: Editora Alameda, 2007. p. 165-182.
- SILVA, Gilvan Ventura; MENDES, Norma Musco. *Repensando o Império Romano: Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural*. Vitória: Edufes, 2006.
- SNELLMAN, Artturi. *Itämeren suomalaiset itsenäisyytensä aikana*. Helsingissa: Suomalaisen Kirjallisuuden Seuran Kirjapainossa, 1984.
- SOLANGE, Biagi. La fidélité d'une cité grecque, φίλη καὶ σύμμαχοι Ῥωμαίων: un miliaire de Sagalassos et les raids barbares sur la Pamphylie sous le règne de Claude II. In: QUET, Marie-Henriette. *La Crise de L'Empire Romain*. Paris: PUPS, 2006.
- SOUTHERN, Pat. *The Roman Empire from Severus to Constantine*. London: Routledge, 2004.
- SOUTHERN, Pat. *Empress Zenobia – Palmyra's Queen Rebel*. London: Continuum, 2008.
- SPEIDEL, Michael. The Roman Army in Arabia. In: HAASE, Wolfgang; TEMPORINI, Hildegard. *Band 8 Politische Geschichte*. Berlin: Walter de Gruyter, 1977. p. 687-730.
- STANISLAV, Doležal. Rethinking a massacre: What really happened in Thessalonica and Milan in 390? *Eirene: Studia Graeca et Latina* (Czech Academy of Sciences), Prague, v. 50, p. 89-107, 2014.
- STOBBE, Astrid *et al.* A Roman well in Waldgirmes (Hesse, Germany): palynological analyses supported by plant macro-remains and micromorphological studies. *Vegetation History and Archeobotany*, Wilhelmshaven, v. 29, p. 133-151, 2020.
- STOLAREK, Ireneusz *et al.* Goth migration induced changes in the matrilineal genetic structure of the central-east European population. *Scientific Reports*, London, v. 9, 2019.
- STOLJARIK, Elena. *Essays on Monetary Circulation in the North-Western Black Sea Region in the Late Roman and Byzantine Periods: Late 3rd Century – Early 13th Century AD*. Odessa: Polis Press, 1993.
- SWAIN, Simon. *Themistius, Julian and Greek Political Theory under Rome – Texts, translations and studies of four key works*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- SYVANNE, Ilkka. The Reign of Decius. *Slingshot* (Society of Ancients), London, v. 276, p. 2-8, 2011.
- TAINTER, Joseph A. *The Collapse of Complex Societies – New Studies in Archeology*. New York: Cambridge University Press, 1988.
- THOMAS, Noble. *From Roman Provinces to Medieval Kingdoms*. London: Routledge, 2006.

- THOMPSON, Edward. *The Historical Work of Ammianus Marcellinus*. Cambridge: Cambridge University Press, 1947.
- THOMPSON, Edward. The Visigoths from Fritigern to Euric. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, v. 12, p. 105-126, 1963.
- THOMPSON, Edward. *Romans and Barbarians*. The Decline of the Western Empire. Londres: University of Wisconsin Press, 1982.
- THOMPSON, Edward. *The Visigoths in the Time of Ulfila*. London: Duckworth, 2008.
- TODD, Malcolm. *Everyday Life of the Barbarians - Goths, Franks and Vandals*. London: B.T. Batsford LTD, 1972.
- TODD, Malcolm. *The Early Germans*. 2. ed. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.
- TOURAJ, Daryae. *Sassanian Persia: The Rise and Fall of an Empire*. London: I.B. Tauris, 2009.
- TREADGOLD, Warren. *Byzantium and its Army: 284 – 1081*. Standford: Standford University Press, 1995.
- TREADGOLD, Warren. *A History of the byzantine state and society*. California: Stanford University Press, 1997.
- TREADGOLD, Warren. *The early byzantine historians*. Londres: Palgrave Macmillan, 2010.
- TROMBLEY, Frank. Ammianus Marcellinus and the fourth-century warfare: a protector's approach to historical narrative. In: DRIJVERS, Jan; HUNT, David. *The Late Roman World and its Historian: Interpreting Ammianus Marcellinus*. London and New York: Routledge, 1999.
- VARHELYI, Zsuzsanna. *The Religion of Senators in the Roman Empire: Power and the Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- VASILIEV, Alexander. *The Goths in Crimea*. Winsconsin: The Mediaeval academy of America, 1936.
- VERNADSKY, George. *Ancient Russia*. New Haven: Yale University Press, 1946.
- WATSON, Alaric. *Aurelian and the Third Century*. London: Routledge, 2003.
- WATTS, Edward. *The Final Pagan Generation*. Oakland: University of California Press, 2015.
- WEBSTER, Graham. *The Roman Invasion of Britain*. Londres: Routledge, 2003.
- WELLS, Peter. *The battle that stopped Rome – Emperor Augustus, Arminius, and the slaughter of the leigions in the Teutoburg Florest*. London: W. W. Norton & Company, 2004.
- WHALEY, Joachin. *Germany and the Holy Roman Empire – The Peace of Westphalia to the dissolution of the Reich 1648-1806*. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- WIENER, Leo. *Contributions Toward a History of Arabico-Gothic Culture*. Piscataway: Gorgias Press LLC, 2002.
- WIJNENDAELE, Jeroen. Sarus the Goth: from imperial commander to warlord. *Early Medieval Europe*, New Jersey, v. 27, n. 4, p. 469-493, 2019.
- WILLIAMS, Stephen. *Diocleian and the Roman Recovery*. New York: Routledge, 2000.
- WILLIAMS, Stephen; FRIELL, Gerald. *Theodosius: The Empire at Bay*. London: Routledge, 2005.
- WIMMER, Jan. *Odsiecz Wiedeńska 1683 roku*. Warszawa: Wydawnictwo Interpress, 1983.
- WOLFRAM, Herwig. *History of The Goths*. Berkeley: University of California Press, 1990.

WOLFRAM, Herwig. *The Roman Empire & Its Germanic Peoples*. Translated by Thomas Dunlap. Berkeley: University of California Press, 1997.

WOOLF, Greg. *Tales of the Barbarians – Ethnography and Empire in the Roman West*. Sussex: Wiley-Blackwell, 2011.

YOUNG, Andrew. *From Nicaea to Chalcedon – A Guide to the Literature and its Background*. London: Baker Academic, 2010.

ZEUSS, Johann. *Die Deutschen Und Die Nachbarstämme*. München: Bei Ignaz Joseph Lentner, 1837.

VITOR FRANÇA DIAS OLIVEIRA



Juiz de Direito e Especialista em História Antiga e Medieval pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj).



VITOR FRANÇA DIAS OLIVEIRA

A HISTÓRIA DOS GODOS

DAS ORIGENS A ALARICO

Reunindo um conjunto de fontes fragmentadas, A história dos Godos: das origens a Alarico reconstrói a saga de um dos maiores povos germânicos da Antiguidade. Não sem razão, os godos são apontados entre os grandes agentes catalisadores do declínio e queda do Império Romano, isso no contexto das famigeradas “invasões bárbaras”. Como revela o subtítulo, o livro estabelece uma narrativa sequencial pautada nos principais acontecimentos da história gótica, abarcando tanto o período das migrações (séculos I a III) como a subsequente época de interações com os romanos (séculos III a V) até a morte de Alarico. Assim, aborda os antepassados comuns aos visigodos da Hispânia e aos ostrogodos da Itália. Em meio aos eventos políticos e militares que marcaram esses séculos, o leitor será apresentado às estruturas e dinâmicas sociais da sociedade goda. Por sua linguagem igualmente técnica e acessível, o livro destina-se não só ao público especializado na área, como também a todos que nutrem algum interesse especial pelos estudos clássicos.

Appris
editora

